OS TEMPLÁRIOS

ASCENSÃO E QUEDA DOS CAVALEIROS DE CRISTO

4ª EDIÇÃO

DAN JONES

BESTSELLER DO *NEW YORK TIMES* E DO *SUNDAY TIMES*

EDITORIAL PRESENÇA

OS TEMPLÁRIOS

ASCENSÃO E QUEDA DOS CAVALEIROS DE CRISTO

DAN JONES

TRADUÇÃO DE
ADRIANA DIAS

EDITORIAL PRESENÇA

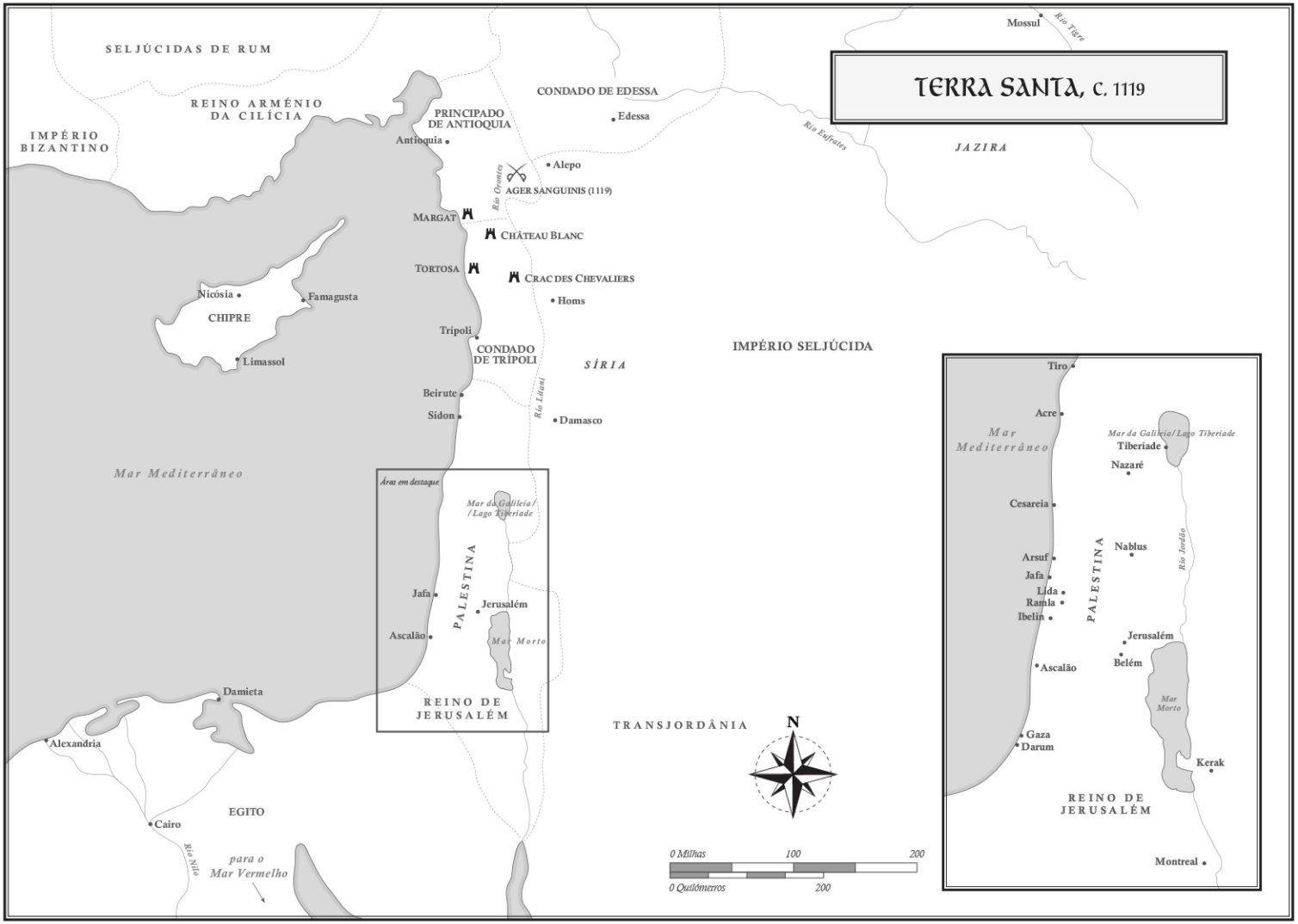
FICHA TÉCNICA

Título original: *The Templars*
Autor: *Dan Jones*
Copyright © Dan Jones 2017
Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2018
Tradução: *Adriana Maia Dias*
Revisão: *Carlos Jesus*/*Editorial Presença*
Revisão de original: *Nuno Telheiro Martins*
Imagem da capa: *Shutterstock*
Capa: *Vera Espinha*/*Editorial Presença*
Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*
1.ª edição em papel, Lisboa, outubro, 2018

Reservados todos os direitos
para a língua portuguesa (exceto Brasil) à
EDITORIAL PRESENÇA
Estrada das Palmeiras, 59
Queluz de Baixo
2730-132 Barcarena
info@presenca.pt
www.presenca.pt

Para Georgina

EUROPA
E
TERRA SANTA,
C. 1119
N
NORUEGA
ESCÓCIA
SUÉCIA
Mar do Norte
Mar Báltico
ESTÓNIOS
LITUANOS
PRUSSIANOS
POMERANOS
DINAMARQUESES
Dublin
IRLANDA
York
Lincoln
GALES
INGLATERRA
Londres
Rio Tamisa
Winchester
Cantuária
Hamburgo
FRÍSIOS
GERMÂNIA
Rio Elba
Colónia
RUTÉNIA
POLÓNIA
Oceano Atlântico
NORMANDIA
Rouen
Paris
Rio Sena
Worms
Rio Reno
SACRO
Praga
Citeaux
Troyes
Rio Danúbio
Nantes
Rio Loire
Claraval
Vézelay
Dijon
IMPÉRIO
ROMANO-
-GERMÂNICO
Viena
Budapeste
MOLDÁVIA
HUNGRIA
Cluny
Genebra
FRANÇA
Lyon
Milão
Veneza
ROMÉNIA
Rio Danúbio
Compostela
Oviedo
Leão
LEÃO E CASTELA
NAVARRA
Rio Garona
Rio Ródano
ARLES
Avinhão
Génova
CROATAS
Belgrado
Mar Negro
Burgos
Toulouse
Florença
DALMÁCIA
SÉRVIOS
BÚLGAROS
PORTUGAL
Pamplona
R. Ebro
ARAGÃO
CONDADO
DE
BARCELONA
CÓRSEGA
ITÁLIA
Mar Adriático
Constantinopla
Salamanca
Madrid
Saragoça
Lérida
Roma
IMPÉRIO BIZANTINO
Lisboa
Rio Tejo
Toledo
Tortosa
APÚLIA
Salónica
Niceia
Dorileia
SELJÚCIDAS
DE RUM
CONDADO
DE EDESSA
AL-ANDALUS
Córdova
Bari
Brindisi
Nápoles
Salerno
SARDENHA
ARMÉNIOS
Edessa
Mossul
Sevilha
IMPÉRIO
ILHAS
BALEARES
CORFU
Esmirna
Éfeso
Tarso
Rio Eufrates
Rio Tigre
Mar Mediterrâneo
Palermo
Messina
SICÍLIA
Atenas
Antioquia
PRINCIPADO
DE ANTIOQUIA
Bagdade
Famagusta
Nicósia
IMPÉRIO SELJÚCIDA
CONDADO DE TRÍPOLI
Trípoli
Beirute
Sídon
Tiro
Damasco
RODES
CHIPRE
Fez
ALMORÁVIDA
MALTA
CRETA
Acre
Cesareia
Jafa
Mar da Galileia
Rio Jordão
Jerusalém
Ascalão
Gaza
Mar Morto
Marraquexe
Mar Mediterrâneo
Alexandria
Damieta
JERUSALÉM
Cairo
CALIFADO FATÍMIDA
Rio Nilo
Mar Vermelho
0 Milhas
400
0 Quilómetros
400


TERRA SANTA, c. 1119
SELJÚCIDAS DE RUM
REINO ARMÉNIO DA CILÍCIA
IMPÉRIO BIZANTINO
PRINCIPADO DE ANTIOQUIA
Antioquia
CONDADO DE EDESSA
Edessa
Mossul
Rio Tigre
Rio Eufrates
JAZIRA
Alepo
AGER SANGUINIS (1119)
Rio Orontes
MARGAT
CHÂTEAU BLANC
TORTOSA
CRAC DES CHEVALIERS
Homs
Nicósia
Famagusta
CHIPRE
Limassol
Trípoli
CONDADO DE TRÍPOLI
SÍRIA
IMPÉRIO SELJÚCIDA
Beirute
Sidon
Rio Litani
Damasco
Mar Mediterrâneo
Área em destaque
Mar da Galileia / / Lago Tiberíade
PALESTINA
Jafa
Jerusalém
Ascalão
Mar Morto
REINO DE JERUSALÉM
Damieta
Alexandria
EGITO
Cairo
Rio Nilo
para o Mar Vermelho
TRANSJORDÂNIA
N
0 Milhas 100 200
0 Quilómetros 200
Tiro
Acre
Mar Mediterrâneo
Mar da Galileia / Lago Tiberíade
Tiberíade
Nazaré
Cesareia
Nablus
Rio Jordão
Arsuf
Jafa
Lida
Ramla
Ibelin
PALESTINA
Jerusalém
Belém
Ascalão
Mar Morto
Gaza
Darum
Kerak
REINO DE JERUSALÉM
Montreal

«Não penseis que vim trazer a paz à Terra;
Não vim trazer a paz, mas a espada.»

MATEUS 10:34

INTRODUÇÃO

Os Templários eram soldados sagrados. Homens de religião e espada, peregrinos e guerreiros, mendigos e banqueiros. Os seus uniformes, adornados com uma cruz vermelha, simbolizavam não só o sangue que Cristo derramara pela humanidade, mas também o que estavam preparados para espalhar em nome do Senhor. Ainda que os Templários tenham sido apenas uma das muitas ordens que se estabeleceram na Europa medieval e na Terra Santa entre os séculos XI e XIV, foram de longe a mais conhecida e mais controversa.

Esta ordem foi um produto das cruzadas, as guerras instigadas pela Igreja medieval que visavam, acima de tudo, ainda que não de forma exclusiva, os governantes islâmicos da Palestina, Síria, Ásia Menor, Egito, noroeste de África e Espanha meridional. Desta forma, os Templários podiam ser encontrados numa extensa faixa do mundo mediterrâneo e mais além: nos campos de batalha do Próximo Oriente e em cidades e aldeias por toda a Europa, onde geriam grandes propriedades que financiavam as suas aventuras militares. A palavra Templários — forma abreviada para Os Pobres Cavaleiros do Templo ou, com menos frequência, Os Pobres Soldados de Cristo e do Templo de Jerusalém — indicava as suas origens no Monte do Templo da cidade mais santa do cristianismo. Mas a sua presença sentia-se praticamente em todo o lado. Mesmo na sua época, os Templários eram figuras semilendárias, que figuravam em contos populares, obras de arte, baladas e histórias. Foram parte da paisagem mental das cruzadas — uma posição que ocupam ainda hoje.

A Ordem dos Templários foi fundada em 1119 baseada nos princípios de castidade, obediência e pobreza — o último dos quais imortalizado no selo oficial do mestre, que mostrava dois irmãos armados partilhando um mesmo cavalo —, mas a ordem

rapidamente se tornou rica e influente. Altos oficiais dos Templários na Terra Santa e no Ocidente contavam entre os seus aliados (e inimigos) com reis e príncipes, rainhas e condessas, patriarcas e papas. A ordem ajudou a financiar guerras, emprestou dinheiro para pagar resgates de reis, subcontratou a gestão financeira de governos reais, cobrou impostos, construiu castelos, arrasou cidades, criou exércitos, interferiu em disputas comerciais, envolveu-se em guerras privadas contra outras ordens militares, levou a cabo assassinatos políticos e até chegou a apoiar homens a se tornarem reis. Partindo de raízes humildes, tornaram-se poderosos como nenhuma outra organização que alguma vez existiu durante a Idade Média.

No entanto — talvez estranhamente —, os Templários tiveram também apoio popular. Para muitos, não eram elites distantes, mas sim heróis locais. As orações que os irmãos não-combatentes faziam nos seus templos por essa Europa fora eram tão importantes como os sacrifícios dos cavaleiros e dos oficiais templários no campo de batalha, e ambos eram fulcrais na procura da salvação celestial para todos os cristãos. Alguma da riqueza da ordem provinha do mecenato da nobreza mais devota, mas também de pequenos donativos de homens e de mulheres comuns, que ofereciam o pouco que tinham à congregação local — um casaco aqui, um cesto de vegetais ali — de modo a ajudar a financiar a missão militar da ordem no Oriente.

Claro que houve dissidentes. Para alguns observadores, a ordem tornava-se perigosa por não ter de prestar contas a ninguém e por ser uma deturpação dos supostos princípios pacíficos do cristianismo. Por vezes, os Templários eram objeto de críticas ferozes, particularmente de eruditos e monges que duvidavam do seu estatuto privilegiado: protegidos pela autoridade do papa e isentos dos impostos e das regras exigidos a outros grupos religiosos. Bernardo de Claraval — uma espécie de padrinho da ordem — aclamou os Templários como «uma nova milícia», mas um

século depois outro conhecido monge francês apelidou-os de «uma nova monstruosidade».

Contudo, a súbita dissolução da ordem no início do século XIV, que incluiu detenções maciças, perseguições, tortura, julgamentos falseados, mortes em grupo na fogueira e a apreensão de todos os bens dos Templários, chocou a cristandade. Em poucos anos, a ordem foi suspensa e dissolvida, os seus membros acusados de uma lista de crimes especificamente elaborada para causar revolta e repulsa. O fim aconteceu de forma tão súbita e violenta que tornou a ordem ainda mais lendária. Hoje, mais de 700 anos após a sua dissolução, os Templários continuam a ser objeto de fascínio, imitação e obsessão.

Quem eram, então, os Templários? Por vezes é difícil dizer. Os Templários têm sido tema de numerosas obras de ficção, programas televisivos e filmes, em que são apresentados de formas tão diferentes: heróis, mártires, bandidos, agressores, vítimas, criminosos, pervertidos, hereges, subversivos depravados, guardiões do Santo Graal, protetores da linhagem secreta de Cristo e agentes de uma conspiração global capazes de viajar no tempo. No campo da história «popular», existe uma pequena indústria que insiste em expor «os mistérios dos Templários» — sugerindo o seu papel em algum enredo para esconder os segredos obscuros do cristianismo, e insinuando que a ordem medieval ainda existe, manipulando o mundo a partir das sombras. Estas teorias são divertidas, porque nada disto tem muito que ver com os próprios Templários.

Este livro procura contar a história dos Templários tal como foram, não como a lenda com que são caracterizados até aos dias de hoje. O meu objetivo não é desmistificar ou mesmo entrar nos temas mais extravagantes da mitologia templária, mas é, mais precisamente, mostrar que as suas ações foram ainda mais extraordinárias do que as histórias romanescas, meias-verdades e teorias da conspiração que têm circulado à volta do tema desde que a ordem acabou. Acredito que, ainda hoje, os temas da história templária ecoam

poderosamente. Este é um livro sobre uma guerra aparentemente interminável na Palestina, na Síria e no Egito, onde fações de muçulmanos sunitas e xiitas entraram em colisão com uma milícia invasora de cristãos do Ocidente; sobre uma organização «globalizada» e livre de impostos que se tornou tão rica que chegou a ser mais poderosa do que alguns governos; sobre a relação entre finanças internacionais e geopolítica; sobre o poder da propaganda e da criação de mitos; sobre violência, deslealdade, traição e ganância.

Os leitores dos meus livros sobre a Inglaterra plantageneta não ficarão surpreendidos ao ver que esta é uma narrativa histórica. Conta a história dos Templários desde a sua criação até à sua dissolução, explorando a natureza mutante da ordem, a sua expansão pelo Próximo Oriente e Europa, e o papel que desempenharam nas guerras medievais entre exércitos cristãos e as forças do islão. Apresentei o texto com notas detalhadas e uma bibliografia que remete os leitores para um vasto leque de fontes originais e estudos académicos, mas não me desviei da minha ambição habitual, que é escrever um livro que entretém ao mesmo tempo que informa.

Para guiar os leitores através de dois séculos, desde o banal nascimento da ordem até à sua impressionante aniquilação, dividi o livro em quatro secções. A primeira, «Peregrinos», descreve as origens dos Templários no começo do século XII, quando foram fundados como uma ordem de guerreiros religiosos cristãos pelo cavaleiro francês Hugo de Payens e (como se saberá mais à frente) oito dos seus companheiros, que procuravam uma missão em Jerusalém no turbulento rescaldo da Primeira Cruzada. A intenção inicial deste pequeno grupo era formar uma escolta permanente para os peregrinos que seguiam as pegadas de Cristo nas estradas perigosas da Terra Santa. Assumiram o seu papel com a ajuda de um grupo de médicos voluntários que fundaram um hospital em Jerusalém por volta de 1080, conhecido como Hospital de São João ou Hospitalários. Tendo recebido aprovação do rei cristão de

Jerusalém e a bênção papal de Roma, os Templários rapidamente se institucionalizaram e expandiram. Estabeleceram a sua sede na Cidade Santa, na Mesquita de Al-Aqsa, no Monte do Templo (conhecido pelos muçulmanos como Haram al-Sharif), enviaram emissários para a Europa para recrutar homens e conseguir apoio financeiro, e procuraram patronos famosos. O seu guia espiritual era Bernardo de Claraval, que os ajudou a escrever a sua Regra, e os seus primeiros apoiantes incluíam os líderes cruzados da época, como o antepassado plantageneta Fulque, conde de Anjou, que — com uma pequena ajuda dos Templários — se tornou rei de Jerusalém. Em duas décadas, os Templários já não eram nove pobres guerreiros em busca de uma causa: eram uma organização ambiciosa com um objetivo claro e meios para o atingir.

A segunda parte do livro, «Soldados», mostra como os Templários se transformaram, de uma equipa que prestava apoio aos peregrinos, numa unidade militar de elite na linha da frente das Cruzadas. Descreve o papel crucial dos Templários na Segunda Cruzada, quando ajudaram a conduzir, não um punhado de peregrinos, mas um exército inteiro do rei de França através das montanhas da Ásia Menor, levando-os em segurança até à Terra Santa, resgatando o seu comandante falido e lutando, depois, na linha da frente, enquanto os cruzados tentavam conquistar Damasco, uma das maiores cidades do mundo islâmico. A partir deste momento, os Templários tornaram-se agentes proeminentes na história política e militar dos estados cruzados cristãos (o reino de Jerusalém, o condado de Trípoli e o principado de Antioquia). Esta parte do livro segue os Templários enquanto edificaram uma rede de castelos, desenvolveram uma série de protocolos militares e adquiriram competência institucional para levar a cabo a sua tarefa. Inclui, ainda, algumas das mais extraordinárias figuras da história das cruzadas: o devoto mas infeliz Luís VII de França; o orgulhoso mas suicida grão-mestre templário Geraldo de Ridefort, que conduziu os exércitos de Deus para uma batalha apocalíptica em Hattin, em 1187; o rei leproso de Jerusalém, Balduíno IV; e o mais

famoso sultão muçulmano que alguma vez viveu, Saladino, que tomou como sua a missão de varrer do mapa os cruzados e que acompanhou pessoalmente a execução de centenas de cavaleiros templários num só dia.

A terceira parte denomina-se «Banqueiros» e examina como a Ordem do Templo evoluiu de uma força de apoio às cruzadas suportada por donativos do Ocidente até se tornar numa instituição que combinava capacidade militar com uma vasta rede de propriedades e de recursos humanos espalhada por toda a cristandade, e que ligava o Ocidente cristão à zona de guerra oriental num momento em que o fervor das cruzadas começava a esmorecer.

Tendo sido praticamente arrasados, enquanto força guerreira, por Saladino, os Templários reergueram-se na década de 1190 com o auxílio de um brilhante, brutal e famoso rei de Inglaterra, Ricardo Coração de Leão, cuja confiança e dependência nos principais oficiais dos Templários sugeriu a direção que a ordem tomaria durante o século XIII. Protegidos pelo beneplácito régio, que foi rapidamente imitado por nobres e autoridades urbanas, os Templários aumentaram as suas terras, expandiram o seu portefólio de propriedades e conseguiram lucrativas vantagens fiscais. Tornaram-se incrivelmente ricos e financeiramente sofisticados e, em breve, papas e reis encarregaram-nos da gestão contabilística, da guarda do tesouro, da organização de guerras e, em tempos de crise, do pagamento de resgates.

Houve certamente muitos desses períodos e, na terceira parte, vemos ainda os Templários bastante empenhados nas guerras contra o islão. Dois ataques maciços à cidade egípcia de Damieta foram viabilizados pelos conhecimentos financeiros dos Templários. Ambos os ataques resultaram em caos, com os cavaleiros e oficiais da ordem a lutarem em desesperadas ações de retaguarda nos pântanos insalubres de um Nilo transbordante. Tal como os Templários descobriram, angariar e organizar fundos para guerras era uma coisa; mas combater em longas campanhas em

longínquos territórios desconhecidos, contra inimigos que conheciam melhor as condições era outra bastante diferente.

Esta parte mostra os Templários a assumirem cada vez mais responsabilidade pela segurança dos estados cruzados, o que os levou a contactar com algumas das personalidades mais memoráveis do século XIII, incluindo Luís IX, o rei francês tornado santo, e com quem tinham uma excelente relação; e Frederico II Hohenstaufen, o empertigado e livre-pensador imperador romano-germânico que se proclamou rei de Jerusalém e que rapidamente começou uma guerra contra os homens que tinham a tarefa de o defender. Neste ponto, os Templários tiveram de enfrentar o aparecimento dos protegidos de Frederico, a Ordem Teutónica: uma das várias ordens militares que surgiram em paralelo com os Templários (e, por vezes, imitando-os). Entre estas incluíam-se a Ordem de São Lázaro, que acolhia peregrinos que sofriam de lepra; as Ordens de Calatrava, Santiago e Alcântara, estabelecidas nos reinos de Espanha; os Irmãos Livónios da Espada, que entraram em guerra com os pagãos do Báltico; e os Hospitalários, com quem os Templários viveram desde o seu começo e ao lado de quem travaram algumas das suas maiores batalhas. Na Terra Santa, a importância crescente das ordens militares, combinada com a sua crescente diversidade, exacerbou os conflitos entre fações, e os Templários foram arrastados para guerras entre grupos rivais de mercadores italianos e barões com interesses pessoais. Em última instância, isto danificou de tal forma os alicerces políticos dos estados cruzados que, quando uma nova ameaça surgiu em 1260, os Templários eram tão inúteis para a enfrentar como os seus restantes homólogos cristãos.

A quarta parte do livro dá pelo nome de «Hereges» e situa as raízes da aniquilação dos Templários em acontecimentos na década de 1260, quando os irmãos no Oriente estavam na linha da frente de uma guerra contra os dois inimigos mais perigosos alguma vez enfrentados pelos cruzados: os exércitos mongóis comandados pelos descendentes de Genghis Khan e um grupo de

soldados-escravos muçulmanos conhecidos por mamelucos. A derrota às mãos dos mamelucos deu origem a uma crítica generalizada aos Templários como não se vira antes, já que os seus poderosos recursos e o seu fácil acesso às fortunas das guerras contra o islão eram agora fortes armas de arremesso.

À medida que a pressão sobre a ordem aumentava, expunham-se às investidas políticas. O que veio a acontecer súbita e violentamente em 1307, num assalto organizado pelo devoto, mas sem escrúpulos, rei francês Filipe IV. A prisão de todos os Templários em território francês na sexta-feira 13 de outubro foi o início de um movimento com interesses próprios em derrubar a ordem e confiscar os seus bens. Ora instigados, ora repelidos pelo comprometido papa Clemente V, o rei Filipe IV e os seus ministros transformaram um ataque às propriedades templárias numa guerra aberta contra a ordem em todo o mundo cristão, utilizando métodos anteriormente praticados em outros alvos vulneráveis, como a população judaica francesa. Apesar de a França ter sido tradicionalmente o reino em que os Templários garantiram maior apoio, Filipe tomou a decisão inabalável de condenar, torturar e matar os membros da ordem, começando por aquele que ocupava a posição de topo na hierarquia, o último grão-mestre templário, Tiago de Molay, morto na fogueira em Paris, em 1314, cujas últimas palavras foram a promessa de que Deus se vingaria em nome da ordem.

Os motivos de Filipe para destruir os Templários com recurso a inquéritos judiciais e a atos cruéis tiveram pouco que ver com o caráter e a conduta dos membros da ordem quer na linha da frente da guerra contra o islão quer em França, onde a sua vida se assemelhava em grande parte à dos monges. As ações de Filipe advinham sobretudo das suas preocupações políticas e da sua extrema, cruel e insensível patologia pessoal, mas atingiram a ordem num momento em que estava mais suscetível a ataques e calúnias e em que o interesse público nas cruzadas, se não estava extinto, estava pelo menos muito reduzido. A morte de Tiago de

Molay assinalou o fim dos Templários enquanto organização, aproximadamente duzentos anos após o seu humilde começo em Jerusalém. Mas a sua lenda, contudo, estava apenas a começar. O epílogo deste livro sintetiza o percurso dos Templários na imaginação popular e analisa o processo que levou a uma visão romanceada da ordem e até a um interesse renovado por ela.

Um distinto erudito sugeriu que uma narrativa histórica dos Templários é «enganadora, porque implica que a ordem se elevou e caiu, que a crítica aumentou firmemente e que, mais tarde, certos acontecimentos causaram outros acontecimentos»[1]. Isto está certo, mas também errado. Seria provavelmente uma tarefa de loucos tentar escrever, seguindo uma estrutura cronológica, uma explicação elucidativa destes dois séculos durante os quais a ordem esteve ativa no reino de Jerusalém, na Península Ibérica, França, Inglaterra, Itália, Polónia, Alemanha, Hungria, Chipre e noutros lugares. As experiências das centenas de homens e mulheres que viveram assumidamente como Templários ou como membros associados não podem estar todas contidas numa narrativa coerente das suas atividades mais notáveis. No entanto, a Ordem dos Pobres Cavaleiros do Templo, sem a mínima dúvida, começou, existiu e terminou, e este processo ocorreu num período fixo em que o tempo avançou ao seu ritmo habitual. É uma história que nos leva através de uma visão mais ampla das cruzadas, ligando vários cenários de guerra e uma dúzia de gerações de homens e mulheres. É também uma história que é geralmente contada de forma temática, um tratamento que frequentemente se torna lento e até mesmo monótono. A escolha que fiz de tratar este tema como *história* à maneira tradicional não implica uma inevitável trajetória moralista, da honra à corrupção, da arrogância à destruição, já que este pensamento atormentou a longa tradição de escrever sobre os Templários, recuando pelo menos até ao século XVII[2]. Em vez disso, acredito simplesmente que uma narrativa dos Templários pode ser apresentada por ordem cronológica para satisfazer os leitores que gostam da história contada sequencialmente. Espero

que, ao fazê-lo, não tenha sido demasiado teleológico ou deturpado as vidas e experiências das pessoas que viveram, lutaram e morreram com a cruz vermelha ao peito. Espero ainda que este livro encoraje leitores a explorar a volumosa literatura que existe sobre as ordens militares em geral e os Templários em particular, da autoria de brilhantes académicos como Malcolm Barber, Helen Nicholson, Alan Forey, Joachim Burgtorf, Alain Demurger, Jonathan Riley-Smith, Judi Upton-Ward, Anthony Luttrel, Jonathan Phillips, Norman Housley, Jochen Schenk, Paul Crawford, Peter Edbury, Anne Gilmour-Bryson e muitos outros, aos quais recorri com o maior respeito e gratidão.

Os Templários avançavam para a batalha ostentando uma bandeira branca e negra e, à medida que progrediam, cantavam por vezes um salmo para os fortalecer espiritualmente. Parece apropriado citar estes versículos para começar a nossa história:

«Não a nós, ó Senhor, não a nós, mas ao teu nome dá glória, pelo teu amor e fidelidade.»

Desfrutem da viagem.

PARTE I

PEREGRINOS

c.1102-1144

«LUTAI, IMPLORO-VOS,
PELA SALVAÇÃO DAS VOSSAS ALMAS!»

BALDUÍNO I, REI DE JERUSALÉM

1

«UMA BACIA DOURADA CHEIA DE ESCORPIÕES»

Era uma manhã desagradável de outono em Jafa quando os peregrinos saíram da igreja. Foram imediatamente varridos na debandada da multidão em direção ao mar, arrastados por uma cacofonia medonha: o som agudo de madeira a ser arrancada e, escassamente audíveis entre o rugido do vento e as explosões das ondas, os gritos de pânico de homens e mulheres aterrorizados lutando pelas suas vidas. Uma violenta tempestade, que começara a formar-se no dia anterior, rebentara durante a noite e cerca de trinta navios ancorados na praia de Jafa eram arremessados sobre grandes montanhas de água. Os maiores e mais resistentes foram arrancados das suas amarras, empurrados contra rochas afiadas e martelados contra bancos de areia até, nas palavras de uma testemunha, todos se terem «transformado em pedaços pela tempestade»[1].

A multidão na costa viu, sem hipótese de ajudar, como marinheiros e passageiros eram arrastados dos conveses. Alguns tentaram manter-se à tona agarrando-se a pedaços dos mastros, mas a maioria estava condenada. «Alguns, enquanto se tentavam segurar, foram desfeitos pela madeira dos próprios navios», escreveu a testemunha. «Outros, que sabiam nadar, entregaram-se voluntariamente às ondas, e, portanto, muitos deles pereceram.»[2] Na costa, cadáveres tinham começado a aparecer com a rebentação. Os mortos chegariam a um milhar, e apenas sete navios sobreviveram imaculados à tempestade. «Nenhum olho alguma vez vira maior miséria num só dia», escreveu o peregrino. Era segunda-feira, 13 de outubro de 1102.

O peregrino a quem devemos este relato era um inglês conhecido como Saewulf[1]. Tinha viajado durante vários meses, deixando Monopoli, na costa da Apúlia (o tacão da bota da atual Itália), a 13 de julho, um dia que descreveu como *hora egyptiaca*, já que desde o tempo dos faraós que esta era uma data astrologicamente amaldiçoada para começar uma tarefa importante[3]. E assim provou ser. Saewulf já tinha sofrido um naufrágio na sua passagem de Inglaterra para o Mediterrâneo oriental; felizmente, sobreviveu. A sua rota levou-o até Corfu, Cefalónia e Corinto, por terra via Tebas até ao mar Egeu, depois para sudeste através das ilhas Cíclades e do Dodecaneso até Rodes. Alguns dias mais no mar levaram-no até ao porto cipriota de Pafos, de onde, depois de exatamente treze semanas, durante as quais viajara cerca de 3220 quilómetros, chegou finalmente a Jafa, o principal porto do reino cristão de Jerusalém. Tinha chegado à costa horas antes da fatal tempestade.

Apesar das muitas privações e dos terríveis riscos da navegação marítima, Saewulf viu coisas grandiosas na sua viagem para leste à medida que ele e os seus companheiros de jornada desembarcavam, a cada poucos dias, para pedir abrigo aos ilhéus a quem chamou, genericamente, gregos. Contemplou as oficinas de seda de Andros e foi até ao local onde estava o há muito desaparecido Colosso de Rodes. Visitou a antiga cidade de Mira, com o seu belo teatro em semicírculo, e foi a Fénico, um ventoso porto de comércio fundado pelos fenícios numa área conhecida pelos habitantes locais como «sessenta remos», devido à agitação do mar. Rezou no túmulo de São Nicolau e seguiu, em Chipre, os passos de São Pedro. No entanto, o seu verdadeiro prémio estava um passo mais à frente. Uma vez passada a tempestade, encaminhar-se-ia para a cidade mais importante de todas: iria para sudeste, até Jerusalém, onde tencionava rezar no túmulo de Jesus Cristo, o filho de Deus e salvador da humanidade.

Para um cristão como Saewulf, que devotamente se descreveu como «inútil e pecaminoso», uma visita a Jerusalém era uma viagem redentora ao centro do mundo[4]. Deus dissera ao profeta

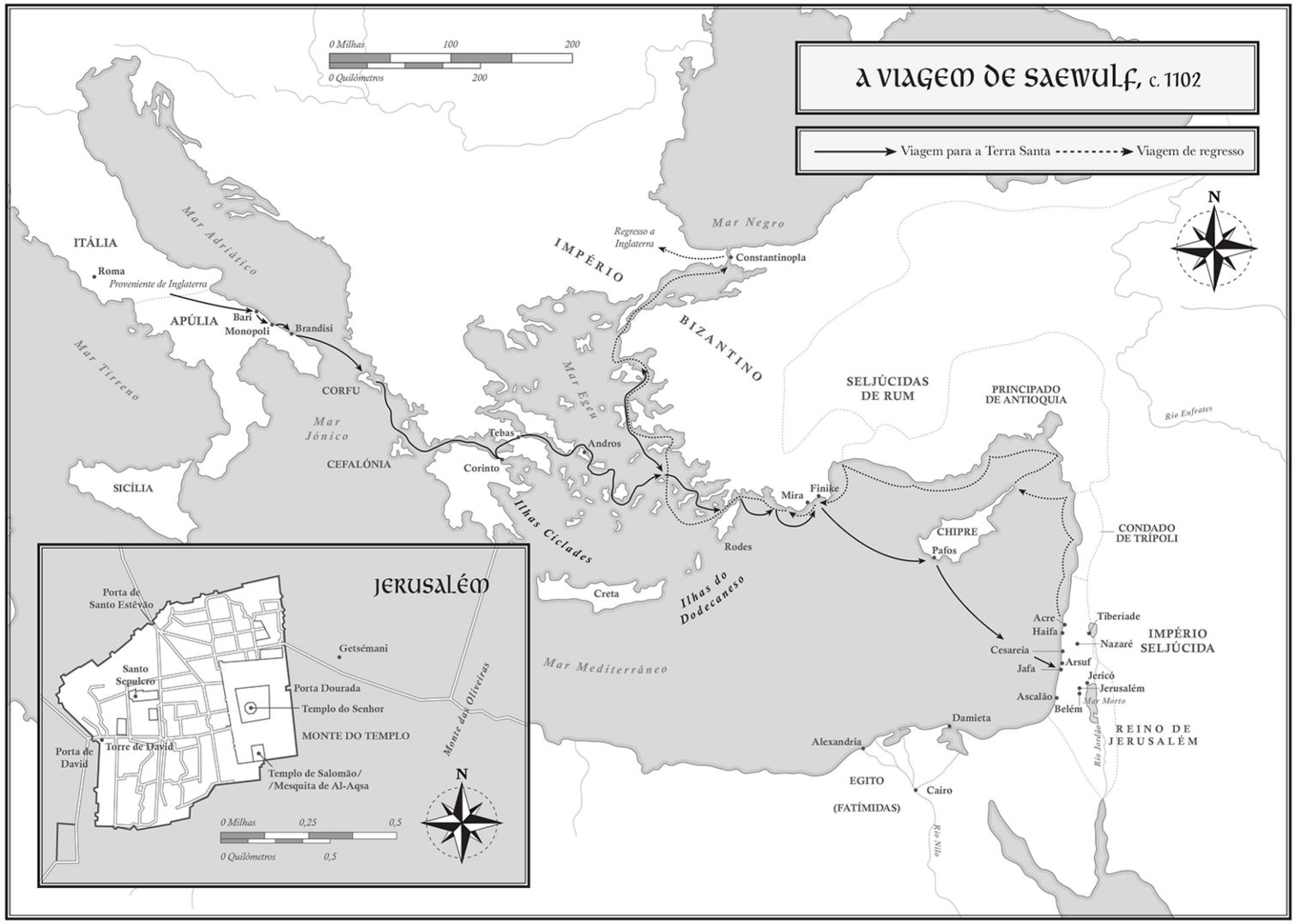
Ezequiel, no Antigo Testamento, que Ele tinha colocado Jerusalém «entre os povos», e tal foi visto como mais do que uma mera figura de estilo[5]. Os mapas produzidos na Europa nesta época representavam a Cidade Santa como o núcleo ao redor do qual todos os reinos da humanidade, cristãos e pagãos, cresciam[2]. Este facto da geografia era também um facto da cosmologia. Jerusalém era entendida como um lugar onde o divino se manifestava, o poder da oração era ampliado pela presença de relíquias e dos lugares sagrados. Não era apenas visto, mas sentido: um visitante podia vivenciar os detalhes sagrados das histórias bíblicas, dos feitos dos reis do Antigo Testamento à vida e Paixão de Cristo.

Aproximando-se de Jerusalém pela estrada de Jafa, Saewulf teria entrado pela Porta de David, um portal altamente fortificado nas espessas muralhas de defesa da cidade, guardada por uma vasta cidadela de pedra construída sobre as ruínas de uma fortaleza erguida por Herodes: o rei que a Bíblia afirmava ter condenado todos os bebés de Belém à morte na tentativa de matar a criança Cristo. Caminhando pela cidade pôde ver o Monte do Templo dominando o bairro sudeste da cidade, coroado com o zimbório cintilante da Cúpula do Rochedo, a que os cristãos chamaram Templo do Senhor. Além deste, existia a Mesquita de Al-Aqsa, um edifício largo, baixo e retangular também encimado por uma cúpula, construído no século VII e convertido para o uso cristão como palácio do rei de Jerusalém, um rico nobre de Bolonha conhecido como Balduíno I.

1 Saewulf não faz menção do seu lugar de nascimento no seu relato em latim sobre a Terra Santa e não temos praticamente conhecimento da sua biografia, salvo o que está contido no seu diário de peregrino. Mas é razoável assumir que era originário de Inglaterra: valeu-se de materiais compilados por São Beda, da antiga Nortúmbria, e a cópia medieval do seu relato chegou à biblioteca de Matthew Parker, arcebispo de Cantuária no século XVI.

2 Um bom exemplo é o mapa-múndi da Catedral de Hereford, em Inglaterra. Foi criado c. 1300, mas é uma ilustração perfeita da conceção medieval do mundo no tempo de Saewulf

e da centralidade de Jerusalém no mesmo. Os guias avisavam os visitantes de que podiam encontrar o centro do mundo «a menos de quatro metros a oeste do monte do Calvário».


A VIAGEM DE SAEWULF, c. 1102
Viagem para a Terra Santa
Viagem de regresso
0 Milhas 100 200
0 Quilómetros 200
N
ITÁLIA
Roma
Proveniente de Inglaterra
APÚLIA
Bari
Monopoli
Brandisi
Mar Adriático
Mar Tirreno
CORFU
Mar Jónico
CEFALÓNIA
SICÍLIA
Tebas
Corinto
Andros
Mar Egeu
Ilhas Cíclades
Creta
Ilhas do Dodecaneso
Rodes
Mira
Finike
Regresso a Inglaterra
Constantinopla
Mar Negro
IMPÉRIO BIZANTINO
SELJÚCIDAS DE RUM
PRINCIPADO DE ANTIOQUIA
Rio Eufrates
CHIPRE
Pafos
CONDADO DE TRÍPOLI
Mar Mediterrâneo
Acre
Haifa
Cesareia
Jafa
Ascalão
Tiberíade
Nazaré
Arsuf
Jericó
Jerusalém
Belém
Mar Morto
Rio Jordão
IMPÉRIO SELJÚCIDA
REINO DE JERUSALÉM
Damieta
Alexandria
EGITO
(FATÍMIDAS)
Cairo
Rio Nilo
JERUSALÉM
Porta de Santo Estêvão
Getsémani
Santo Sepulcro
Porta Dourada
Templo do Senhor
MONTE DO TEMPLO
Monte das Oliveiras
Porta de David
Torre de David
Templo de Salomão/ /Mesquita de Al-Aqsa
N
0 Milhas 0,25 0,5
0 Quilómetros 0,5

Para lá do Monte do Templo, no outro lado da muralha leste de Jerusalém, existia um cemitério, e mais além deste, Getsémani, onde Cristo rezara com os seus discípulos, e onde fora traído por Judas na noite em que o detiveram. Mais à frente, encontrava-se o monte das Oliveiras, onde Jesus passara várias semanas a pregar e de onde acabaria por ascender ao céu. Saewulf escreveu no seu diário que ele mesmo subira ao monte das Oliveiras e olhara para Jerusalém, examinando os locais para onde as muralhas e os limites da cidade se tinham expandido durante a ocupação romana.

O lugar mais sagrado de todos, e o verdadeiro objeto de todas as peregrinações cristãs, estava dentro de Jerusalém. Era a Igreja do Santo Sepulcro, que Saewulf definiu como «mais célebre do que qualquer outra igreja, e isto é certo e sabido, pois todas as profecias e previsões em todo o mundo sobre o nosso Salvador Jesus Cristo são totalmente cumpridas ali»[6]. Era um complexo de dois andares com capelas e pátios interligados, muitos deles comemorativos, e que se pensava marcarem literalmente os acontecimentos centrais da Paixão. Saewulf listou-os: a cela da prisão onde Jesus fora mantido após a traição; o lugar onde um pedaço da cruz fora encontrado; o pilar em que o Senhor fora amarrado para ser açoitado pelos soldados romanos e «o lugar onde vestiu a túnica roxa e foi coroado com a coroa de espinhos»; Calvário, «onde o patriarca Abraão ergueu um altar e em obediência a Deus quis sacrificar o seu filho [Isaac]» e onde Cristo fora crucificado — aqui Saewulf examinou o buraco em que a cruz fora posta, e uma pedra dividida em dois, como descrito no Evangelho de São Mateus[7]. Havia capelas dedicadas a Maria Madalena e ao apóstolo São João, à Virgem Maria e a São Tiago. Contudo, a mais importante e impressionante de todas era o grande aposento circular no canto mais a oeste da igreja, porque aí se encontrava o Sepulcro: o túmulo de Cristo. Ficava na gruta em que Jesus fora enterrado após a sua crucificação, antes da ressurreição. O santuário era rodeado por lamparinas de óleo permanentemente a arder e pavimentado

por lajes de mármore: um lugar tranquilo e perfumado para oração e devoção[8]. Como Saewulf escreveu na primeira linha das suas memórias: «Estava a caminho de Jerusalém para rezar no túmulo do Senhor.» Estar perante o Sepulcro era aventurar-se no berço do cristianismo — a razão pela qual peregrinos como Saewulf estavam dispostos a arriscar as suas vidas para lá ir.

As peregrinações eram uma parte muito importante da vida cristã no começo do século XII, e tinham-no sido por quase um milhar de anos. Percorriam-se distâncias incríveis para visitar os santuários e os lugares de conhecidas façanhas cristãs. Fazia-se isto pelo bem da alma: por vezes, para procurar alívio divino perante a doença; por vezes, como penitência para expiar os pecados. Alguns pensaram que rezar em determinado santuário asseguraria a proteção daquele santo durante a passagem para a vida eterna. Todos acreditavam que Deus olhava amavelmente pelos peregrinos e que um homem ou mulher que se aventurasse com humildade e devoção pelo centro do mundo melhoraria a sua posição aos olhos de Deus.

No entanto, a perigosa viagem de Saewulf não era apenas uma devoção: era também oportuna. Apesar de os peregrinos cristãos visitarem Jerusalém, pelo menos, desde o século IV, este nunca tinha sido um território verdadeiramente amistoso, já que nos 700 anos anteriores a cidade e as áreas em seu redor tinham estado sob o controlo de imperadores romanos, reis persas, califas omíadas e líderes seljúcidas com o nome de beis (ou emires). Jerusalém esteve em mãos muçulmanas desde o século VII, quando um exército árabe conquistou a cidade ao domínio bizantino-cristão e a controlou até ao fim do século XI. Para os seguidores do islão, era a terceira cidade mais sagrada, depois de Meca e Medina. Os muçulmanos viam-na como a localização de Al-Masjid al-Aqsa (a Mesquita Distante), o lugar onde, de acordo com o Alcorão, o profeta Maomé teria sido levado na sua «Viagem Noturna», quando o anjo Gabriel o transportou de Meca até ao Monte do Templo, de onde ascenderam juntos aos céus[9].

Porém, mais recentemente, as condições eram bastante diferentes. Três anos antes da viagem de Saewulf, grandes tumultos alastraram-se pela cidade e pelas regiões costeiras da Palestina e da Síria, o que alterou profundamente a atração e a natureza da peregrinação de homens e mulheres do Ocidente latino. Após uma amarga e ininterrupta guerra que estalara entre 1096 e 1099, várias partes da Terra Santa foram conquistadas pelos exércitos que mais tarde viriam a ser conhecidos como a Primeira Cruzada.

Amplas e variadas expedições de peregrinos-guerreiros viajaram da Europa Ocidental para a Terra Santa (a que por vezes chamavam «Ultramar»). Coletivamente, estes peregrinos eram conhecidos pelos escrivães cristãos como «latinos» ou «francos», um termo espelhado nos textos muçulmanos, que se referem a estes como *ifranj* [10]. Reagindo a um pedido de auxílio militar do imperador bizantino Aleixo I Comneno, e apoiados pela oração entusiasta do papa Urbano II, estes homens marcharam primeiro para Constantinopla e daí para a costa do Levante para lutar contra os muçulmanos que aí dominavam. De forma sedutora, Urbano prometia que partir em cruzada poderia substituir todas as penitências pelos pecados impostas pela Igreja — todo o mal de uma vida poderia teoricamente ser apagado com uma só viagem. Inicialmente, estes peregrinos armados eram pouco mais do que uma multidão indisciplinada e violenta liderada por demagogos como o padre francês Pedro, *o Eremita*, que conduziu os seus seguidores num frenesim de devoção, mas que se mostrou incapaz de lhes garantir as devidas provisões ou de controlar impulsos violentos. As vagas seguintes de cruzados foram encabeçadas por nobres de França, Normandia, Inglaterra, Flandres, Baviera, Lombardia e Sicília, conduzidos por um genuíno e honrado sentimento de que era sua a tarefa cristã de libertar os lugares sagrados dos seus ocupantes muçulmanos, encorajados também pelo facto de Jerusalém e arredores estarem divididos entre numerosas fações a nível político e militar, embora todas hostis ao mundo islâmico.

As fissuras eram políticas, dinásticas e sectárias. De um lado estavam os seljúcidas, originalmente da Ásia Central, que tinham construído um império da Ásia Menor até à cordilheira do Indocuche, unindo as culturas persa e turca e com lealdade religiosa ao califa abássida de Bagdade, o guia espiritual do islão sunita. Vinte anos antes de 1092, o império seljúcida era governado pelo sultão Malique Xá I, mas após a sua morte o império foi dividido entre os seus quatro filhos, entrando numa disputa turbulenta.

Em oposição aos seljúcidas estava o que restava do califado fatímida, com epicentro no Egito, e cujos líderes se afirmavam descendentes da filha de Maomé, Fátima. A partir de meados do século X, os fatímidas controlavam a maior parte do Norte de África, Síria, Palestina, Hijaz e até mesmo da Sicília, leal ao seu califa xiita no Cairo. No final do século XI, o império fatímida também estava perto de colapsar, perdendo território e influência, remetendo-se ao seu reduto egipcío. As rivalidades políticas e facciosas entre seljúcidas e fatímidas, bem como as próprias rivalidades dentro do império seljúcida, causaram um invulgar período de desunião dentro do mundo islâmico. Como escreveu um dos seus cronistas, os vários governantes estavam «em desacordo uns com os outros»[11].

Assim, os cristãos da Primeira Cruzada obtiveram uma assombrosa série de vitórias. Jerusalém caiu a 15 de julho de 1099, num golpe militar estrondoso, acompanhado por pilhagens e massacres dos habitantes judeus e muçulmanos, cujos corpos degolados foram deixados em pilhas no meio da rua, a maioria com o ventre aberto de modo a que os conquistadores cristãos conseguissem retirar as moedas de ouro que as vítimas tinham engolido quando tentavam escondê-las do saque invasor[12]. Em Jerusalém, torturaram-se padres gregos ortodoxos até que revelassem a localização de algumas das suas mais importantes relíquias, incluindo um fragmento de madeira da Vera Cruz em que Cristo morrera, incrustada num belo relicário dourado em forma de crucifixo.

Os cruzados capturaram as maiores cidades a norte, Edessa e Antioquia, bem como cidades mais pequenas, incluindo Alexandreta, Belém, Haifa, Tiberíade e Jafa, a estrategicamente importante cidade portuária. Outras cidades costeiras como Arsuf, Acre, Cesareia e Ascalão continuaram em mãos muçulmanas, com a condição de pagarem um tributo, no entanto seriam conquistadas posteriormente por novas gerações de invasores. Uma série de novos estados cristãos estavam agora estabelecidos ao longo da costa mediterrânica: o condado de Edessa e o principado de Antioquia a norte tinham como fronteira meridional o condado de Trípoli e o reino de Jerusalém, que reclamava uma suserania feudal teórica sobre toda a região — ainda que isto raramente tenha sido aplicado.

Dadas as condições sem precedentes da sua chegada, a grande distância de casa e a natureza tremenda da guerra num clima implacável, o domínio cristão desses territórios ainda não estava completo. No momento da peregrinação de Saewulf a Jerusalém, tropas, barcos e homens de Deus provenientes de ocidente ajudaram a expandir os territórios governados pelo primeiro rei cruzado de Jerusalém, Balduíno I. Mas não eram muitos, e estavam ameaçados pelos múltiplos inimigos externos e pelas divisões internas entre os cruzados, vindos de lugares mais a oeste e que não eram propriamente conhecidos por serem colaborativos.

No verão de 1102, Saewulf encontrava-se então num novo e pequeno, por vezes sob ameaça mas agressivo, reino cristão do Oriente, cuja existência fora pensada pelos fanáticos que o estabeleceram como prova de que Deus lhes tinha «aberto a abundância da Sua bênção e misericórdia». Não surpreendentemente, os muçulmanos que tinham sido desalojados tinham outra opinião. Referiam-se aos seus vizinhos como o resultado de um «tempo de desastres» trazido pelos «inimigos de Deus»[13].

Nos seis meses que se seguiram, Saewulf explorou cada centímetro da Cidade Santa e da área envolvente, comparando o que via com o que lera sobre Jerusalém em antigos escritos e relatos, incluindo um texto do teólogo e monge inglês do século VIII conhecido como o Venerável Beda. Saewulf maravilhou-se no Templo do Senhor e na Igreja do Santo Sepulcro, no monte das Oliveiras e no Jardim de Getsémani. Dirigiu-se ao Mosteiro de Santa Cruz, onde os visitantes podiam observar de perto, por detrás do altar principal, o cepo da árvore de onde a cruz de Jesus fora feita, fechado numa caixa de mármore branco com uma pequena janela. Ficou pasmado com a magnificência do que viu. No Templo do Senhor ressaltou que «a sua altura era maior do que a das colinas em redor e excedia em beleza e glória todas as outras casas e edifícios»[14]. Admirou a gloriosa escultura e as formidáveis defesas da cidade. Em tudo viu as escrituras a ganharem vida: o lugar onde Pedro curou o mendigo coxo e onde Jesus se dirigiu a Jerusalém «sentado num burro, quando os jovens cantavam *Hosana ao Filho de David!*»[15].

Todavia, Saewulf considerou frequentemente as estradas dos peregrinos em Jerusalém sinistras e inseguras. O trilho a partir de Jafa fora particularmente penoso: uma longa e dura viagem por uma «muito complicada estrada de montanha»[16]. A instabilidade geral do reino cruzado era evidente em qualquer lugar. Salteadores muçulmanos — Saewulf chamou-lhes «sarracenos» — espalhavam-se pelo campo, vivendo em cavernas rochosas, assustando os peregrinos que acreditavam que aqueles «estavam acordados dia e noite, sempre atentos a alguém que pudessem atacar». Por vezes, Saewulf e o seu grupo avistavam figuras assustadoras à sua frente ou atrás de si, ameaçando-os a alguma distância antes de desaparecerem de vista. Viajaram amedrontados, sabendo que alguém que se cansasse e ficasse para trás poderia sofrer um destino fatídico.

Por todo o lado havia cadáveres a apodrecer com o calor. Alguns estavam no meio do caminho, outros ao lado, alguns «rasgados por

animais selvagens» (raposas-dos-rochedos, chacais e leopardos eram animais nativos das montanhas da Palestina). Estes cristãos tinham sido abandonados pelos seus companheiros de viagem sem nenhuma tentativa de enterro decente, porque a tarefa seria impossível na terra queimada pelo sol. «Há pouca terra ali e as pedras não são fáceis de mover», escreveu Saewulf. «Mesmo que ali houvesse terra, quem seria estúpido a ponto de deixar os seus irmãos e cavar sozinho uma sepultura? Quem o fizesse estaria a enterrar, não o seu companheiro cristão, mas a si mesmo.»[17]

Dez quilómetros a sul de Jerusalém, Belém pareceu-lhe «em ruínas», exceto o enorme Mosteiro da Virgem Maria, que continha «a manjedoura onde a vaca e o burro estavam» quando Cristo nasceu, bem como a mesa de mármore onde a Virgem supostamente teria ceado com os Reis Magos[18]. Ainda mais a sul estava Hébron, também «destruída pelos sarracenos», notável por ser o lugar onde estavam sepultados «os santos patriarcas Abraão, Isaac e Jacob», além de «Adão, o primeiro homem criado»[19]. A leste viu o mar Morto, «onde a água da Jordânia é mais branca e parecida com leite do que as outras águas»[20]. A norte, três dias depois, visitou Nazaré, o mar da Galileia e a cidade de Tiberíade, onde Jesus realizou milagres, como a multiplicação dos pães e dos peixes.

A mera concentração de lugares sagrados era profundamente comovente, e Saewulf manteve um detalhado registo de tudo, até mesmo do «cheiro de bálsamo e de preciosas especiarias» que se instalou nas suas narinas quando visitou os santuários mais populares[21]. Porém, estava ciente de que as viagens religiosas eram feitas em terras traiçoeiras. Igrejas e bairros tinham colapsado e estavam transformados em ruínas de pedra. Os mosteiros choravam as dezenas de irmãos massacrados em nome da sua fé. Misturavam-se horrores antigos e novos. Aqui estava o lugar onde, em tempos, São Pedro humedecera a terra com as suas lágrimas após trair o Senhor; ali, uma igreja recentemente abandonada pelo medo dos «pagãos» que se tinham acumulado nas margens

longínquas do rio Jordão, «na Arábia, que é muito hostil aos cristãos e odeia todos os devotos de Deus»[22].

No final da primavera de 1103, Saewulf tinha viajado o máximo possível e ampliado o seu objetivo enquanto peregrino. «Explorei o mais que pude cada um dos lugares sagrados da cidade de Jerusalém e das cidades próximas, e venerei-os», escreveu. Voltou a Jafa e procurou uma camarata num navio mercante a caminho do Ocidente. Ainda assim, a sua segurança não estava garantida. As águas abertas em direção ao Chipre eram patrulhadas por navios inimigos do Egito fatímida, que controlavam suficientes cidades costeiras para manter a sua frota ativa no mar, reabastecida com comida e água. Não havia navios cristãos que se aventurassem numa longa viagem sem terra à vista, com medo dos ataques. A 17 de maio, Saewulf embarcou num de três grandes navios, conhecidos como *drómōn*, que viajavam juntos para norte, ao longo da costa, lançando âncora em portos amistosos e passando pelos hostis o mais depressa que o vento dominante e os remadores permitissem.

Cerca de 120 quilómetros após o início da viagem, quando os *drómōn* se aproximavam de Acre, vinte e seis navios de guerra árabes apareceram no horizonte. Eram embarcações fatímidas, o que causou pânico no convés. Saewulf viu como os dois *drómōn* que o acompanhavam remavam freneticamente e fugiam para a segurança da cidade cristã de Cesareia. O seu navio estava encurralado. O inimigo formou uma roda à sua volta, mantendo-se apenas fora do alcance das bestas, com gritos de júbilo tal era a promessa de prémio. Os peregrinos armaram-se para a luta e ocuparam posições defensivas no convés. «Os nossos homens», escreveu Saewulf, «estavam preparados para morrer por Cristo.»[23]

Esta atitude desafiante foi suficiente para o comandante fatímida pensar duas vezes antes de atacar. Após uma intensa hora de considerações, decidiu que existiam alvos mais fáceis, abandonou o assalto e seguiu para alto-mar. Saewulf e os companheiros louvaram Deus e retomaram o seu caminho, alcançando Chipre oito

dias mais tarde, seguindo depois para a costa da Ásia Menor e continuando, quase sempre, pela mesma rota que tinham percorrido na viagem de ida. Por fim, remaram para norte através dos Dardanelos em direção à grande cidade de Constantinopla, repleta de ainda mais relíquias sagradas para descobrir e venerar. Durante o percurso foram abordados por piratas e sacudidos por tempestades. Saewulf, ao contemplar a viagem de uma vida já na segurança de casa, concluiu que a única coisa que o protegera fora a graça de Deus.

Saewulf era apenas um entre os milhares de peregrinos que viajaram para a Terra Santa no rescaldo da Primeira Cruzada. Vieram de todo o mundo cristão: sobreviveram relatos do novo reino cristão de Jerusalém, jovem e frágil nas primeiras décadas, de homens que viajaram de Portugal, Flandres, Alemanha, Rússia e até Islândia. Por ser efetivamente uma zona de guerra, muitos viam a Terra Santa como um lugar horripilante. O cronista Fulquério de Chartres escreveu em 1101 que quando os peregrinos visitavam Jerusalém faziam-no «com grande timidez (...) entre piratas hostis e passando os portos dos sarracenos, com o Senhor a mostrar o caminho»[24]. Um autor russo conhecido como Daniel, *o Abade*, viajou em peregrinação desde Kiev entre 1106 e 1108. Também ele escreveu sobre o tenebroso caminho entre Jafa e Jerusalém, onde «os sarracenos saqueavam e matavam os viajantes», e lamentava o número de sítios de veneração «destruídos pelos pagãos». A caminho do mar da Galileia esquivou-se de «ferozes pagãos que atacavam os viajantes nas margens do rio» e de leões que vagueavam pela região «em grande número». Caminhando sem escolta na passagem alta e estreita entre Monte Tabor e Nazaré, Daniel rezou pela sua vida, avisado de que os habitantes locais «matavam os viajantes naquelas terríveis montanhas»[25]. Por sorte, sobreviveu, voltando para Kiev com um pedaço de pedra do túmulo de Cristo, quebrada sub-repticiamente pelo guardião e que lhe fora oferecida como lembrança.

Fosse qual fosse a idade, os peregrinos esperavam algum perigo devido aos ladrões e salteadores. Mas a hostilidade dos muçulmanos que aí viviam em relação aos novos estados cruzados era mais do que meramente oportunista. As perdas sofridas pelos seus povos desde a primeira aparição dos francos, em 1096, foram consideradas vergonhosas e desconcertantes — um sinal do desagrado de Deus pelas divisões do mundo islâmico e um apelo a todos os crentes para pegarem em armas e lutarem contra os invasores. «Exércitos como montanhas, avançando uma e outra vez, distribuíram-se diante das terras dos francos», escreveu o poeta sírio Ibn al-Khayyat, antes de 1109. «As cabeças dos politeístas já amadureceram, portanto não as negligencieis como uma vinha e uma colheita!»[26] Outros autores, como o astuto e perspicaz Ali ibn Tahir al-Sulami, pediram um esforço conjunto de todo o mundo islâmico — turcos e árabes, sunitas e xiitas — para se juntarem e desencadearem a *jihad*, ou guerra santa, de modo a conseguirem «a retoma do que [os francos] tiraram da terra dos muçulmanos [e] a exibição da religião do islão neles»[27].

O contra-ataque da *jihad* pretendido por Al-Sulami não ocorreu — pelo menos, não nos anos imediatamente seguintes ao estabelecimento do reino cristão. As divisões fraturantes continuaram e tornaram impossível uma resposta séria, contínua e eficaz à ocupação. Ao nível das altas instâncias políticas e dos princípes guerrreiros, os francos estavam em Jerusalém para ficar. Mas, ao mesmo tempo, para os cristãos que tinham arriscado tudo o que tinham, até mesmo as suas vidas, viajando por milhares de quilómetros para visitar os locais sagrados do Oriente, o reino de Jerusalém era um lugar onde o êxtase e o terror caminhavam lado a lado, por vezes até no mesmo dia. Jerusalém era, como um autor muçulmano registou, citando a Tora, «uma bacia dourada cheia de escorpiões»[28]. O desejo de afrontar estes perigos aliou-se ao fascínio da peregrinação, dado que se pensava que o desconforto e o sofrimento eram necessários para a redenção da alma e a remissão dos pecados, tão procuradas pelos peregrinos.

Ainda assim, eram imensos os corpos que poderiam ficar estendidos ao lado das estradas, despedaçados e com a garganta cortada. Quando os cruzados cristãos criaram raízes no novo reino do centro do mundo, tornou-se claro que precisariam de proteção.

É aqui que começa a história dos Templários.

2

«A DEFESA DE JERUSALÉM»

A Ordem do Templo foi fundada em Jerusalém no ano de 1119 e oficialmente reconhecida algures entre 14 de janeiro e 13 de setembro de 1120[1]. A verdade é que praticamente ninguém soube. Os Templários não chegaram numa vaga de exigências populares, nem foram o resultado de algum plano visionário entre os estados cruzados e as autoridades religiosas da cristandade ocidental. Nenhuma crónica desse tempo, cristã ou muçulmana, prestou atenção aos primeiros movimentos da ordem — de facto, a história sobre as origens dos Templários só foi escrita várias gerações mais tarde, e já romanceada com o que a ordem se tinha tornado[2]. Mas não era de estranhar. Tal como os governantes e habitantes de Jerusalém, os historiadores e bisbilhoteiros da Terra Santa no ano de 1120 tinham coisas mais importantes com que se preocuparem.

Os cruzados que ficaram para governar a Terra Santa eram invasores estrangeiros, que tentavam estabelecer o seu comando sobre uma população de muçulmanos sunitas e xiitas, judeus, cristãos ortodoxos gregos e sírios, samaritanos e colonos pobres de toda a Europa. Era uma sociedade naturalmente dividida pela língua, religião, cultura e lealdade, onde todos tentavam sobreviver num ambiente que, por vezes, parecia hostil à ocupação. Em 1113 e 1114, a Síria e a Palestina foram abaladas por fortes terramotos, que arrasaram cidades inteiras e deixaram pessoas a sufocar até à morte debaixo dos edifícios colapsados. Praticamente todas as primaveras traziam pragas de ratos e gafanhotos que se precipitavam sobre campos e vinhas, destruindo colheitas e árvores. Por vezes, estranhos eclipses tingiam a Lua e o céu de vermelho-sangue. Tudo isto mexia com as mentes supersticiosas dos ocupantes. Era como se a terra quisesse expulsar os cruzados e como se os céus os quisessem punir pela sua conquista[3].

Tão grave como as pragas e os presságios era a questão da segurança. Nos vinte anos que se seguiram à conquista de Jerusalém e ao estabelecimento dos quatro estados cruzados, os francos foram forçados a lutar arduamente por um ponto de apoio na costa. Houve alguns ganhos importantes: as cidades de Acre, Beirute e Trípoli foram capturadas, em parte graças aos regulares influxos de soldados a partir do Ocidente cristão (incluindo uma enorme expedição da Escandinávia comandada por Sigurdo, rei da Noruega, que auxiliou o rei Balduíno a tomar Sídon em 1110). Contudo, estes impressionantes avanços territoriais não mudavam a realidade da vida debaixo do sol abrasador da costa levantina: imprevisível e violenta.

Em 1118, morre Balduíno, o primeiro rei de Jerusalém. O mesmo aconteceria, três semanas mais tarde, ao principal eclesiástico latino do reino, Arnulfo, patriarca de Jerusalém. Estes dois homens foram sucedidos, respetivamente, pelo conde de Edessa, um experiente cruzado que se tornou no rei Balduíno II, e por Gormond de Picquigny, um intrépido clérigo de uma proeminente família do norte de França. Ambos eram figuras formidáveis, no entanto, esta transição permitiu que ocorressem, em simultâneo, uma invasão dos seljúcidas no leste da Síria e outra dos fatímidas no Egito, provocando uma nova ronda de escaramuças e batalhas. A defesa do reino tinha custos humanos e morais, e as forças francas estavam constantemente no limite. O cronista Fulquério de Chartres considerou «um belíssimo milagre que tivéssemos conseguido viver entre tantos milhares de milhares [de inimigos]»[4].

No ano de 1119, a situação estava pior do que nunca devido a dois acontecimentos concretos. O primeiro teve lugar no sábado de Aleluia, a 29 de março, após o milagre do fogo divino na Igreja do Santo Sepulcro. Neste ritual anual, uma lamparina de óleo ao lado da pedra do túmulo de Cristo acender-se-ia espontaneamente na véspera da Páscoa; a chama sagrada seria então utilizada para acender as velas e lamparinas individuais de homens e mulheres de fé que se juntaram para testemunhar o

acontecimento. Infelizmente, em 1119, após o milagre, setecentos peregrinos em êxtase saíram a correr da igreja em direção ao rio Jordão, com a intenção de se banhar nas suas águas e dar graças a Deus. O rio estava a cerca de 32 quilómetros das muralhas orientais de Jerusalém e os peregrinos nunca atingiriam o seu destino. O cronista Alberto de Aachen relatou que logo que desceram das montanhas para um «lugar de solidão» junto do rio, de repente «apareceram sarracenos de Tiro e Ascalão [duas cidades em mãos muçulmanas], armados e muito ferozes». Caíram sobre os peregrinos, que estavam «praticamente desarmados» e «exaustos após uma viagem de muitos dias, enfraquecidos pelo jejum em nome de Jesus». Não houve luta: «os carniceiros perseguiram-nos, matando trezentos pela espada e mantendo sessenta cativos», escreveu Alberto[5].

Assim que Balduíno II soube deste ultraje, movimentou homens para fora de Jerusalém com o intuito de se vingar. Mas era demasiado tarde. Os atacantes já estavam em segurança nos seus redutos, contabilizando os prisioneiros e deliciando-se com o saque deste raide.

Apenas dois meses depois, mais más notícias chegaram do Norte. A 28 de junho de 1119, em Sarmada, no noroeste da Síria, uma enorme força de cristãos que ocupava Antioquia entrou em combate contra um exército do líder artuquida conhecido como Il-ghazi[3], um general alcoólico mas perigoso, e que ocupara a vizinha Alepo. De acordo com uma testemunha, a batalha foi travada numa forte tempestade de areia: um «remoinho (...) girando para cima como uma enorme jarra na roda de um oleiro, queimado por fogos sulfurosos».

Centenas de cristãos foram chacinados. O seu comandante, Rogério de Salerno, foi «trespassado pela espada de um cavaleiro a meio do nariz, diretamente contra o cérebro», e morreu instantaneamente. À sua volta, o campo estava repleto de cadáveres humanos e de cavalos moribundos cravados com tantas setas que se assemelhavam a ouriços[6]. A cavalaria fora destruída,

a infantaria feita em pedaços, os sequazes e servos feitos prisioneiros, escreveu o historiador árabe Ibn al-Adim[7]. Mas não era tudo. Após a batalha, várias centenas de prisioneiros cristãos foram unidos e amarrados pelo pescoço e marcharam sob o sol escaldante daquele dia, torturados pela visão de um barril de água do qual não podiam beber. Alguns foram espancados. Alguns esfolados. Alguns apedrejados até à morte. Outros foram decapitados[8]. Fulquério de Chartres estimou que, no total, morreram sete mil cristãos, e que levaram consigo apenas vinte homens de Il-ghazi[9]. Talvez Fulquério tenha exagerado nos números, mas esta derrota desmoralizadora ficou conhecida pelos francos como a batalha do Campo de Sangue[4]. A derrota em Sarmada foi um momento terrível, não apenas para os cristãos de Antioquia, mas para os francos em geral. No entanto, é a partir daqui que germina uma ideia que estaria no coração da ideologia templária.

No seguimento da batalha, eram necessárias medidas urgentes para resistir a quaisquer outras perdas em Antioquia. Il-ghazi preparava um ataque direto à cidade. De acordo com Válter, *o Chanceler*, um experiente burocrata de Antioquia que esteve presente, com toda a certeza, em Campo de Sangue e onde, muito provavelmente, terá sido feito prisioneiro, «quase toda a força militar dos cidadãos francos foi destruída». Fora solicitada com urgência assistência armada ao reino de Jerusalém, mas ainda levaria algum tempo até chegar.

Este vazio no poder vai ser ocupado por um homem chamado Bernardo de Valence, o patriarca latino de Antioquia[10]. Bernardo era um dos homens da Igreja hierarquicamente mais importantes em todos os estados cruzados. Patriarca desde 1100, quando os invasores ocidentais que tinham conquistado Antioquia expulsaram o patriarca grego ortodoxo e instalaram o seu próprio homem, seguidor das tradições da Igreja romana. Durante esse tempo, Bernard ajudava com frequência os exércitos cristãos a prepararem-se espiritualmente para a batalha: pregava aos soldados e ouvia as

confissões de quem tinha derramado sangue no decorrer das guerras. Agora não eram apenas almas que tinha de salvar; era a sua cidade.

«Por necessidade, tudo se resumia ao clero», escreveu Válter, *o Chanceler*, e não estava a ser retórico[11]. À medida que Il-ghazi reunia as suas tropas, o patriarca tornou-se no comandante militar supremo de Antioquia. Ordenou o recolher obrigatório e decretou que ninguém poderia transportar armas dentro da cidade, exceto os francos. De seguida, assegurou-se de que todas as torres ao longo das defesas de Antioquia estavam «guarnecidas com monges e clérigos», apoiados por todos os cristãos leigos disponíveis e em condições de os assistir. Bernardo providenciou a realização de constantes orações «pela segurança e defesa do povo cristão» e, enquanto estas decorriam, «não parou (...) de visitar, por turnos, dia e noite, com o seu clero armado e cavaleiros, ao estilo guerreiro, portas, muralhas, torres e paredes»[12].

Estas eram mais as ações de um príncipe-soldado, do que as medidas defensivas de um homem da Igreja. E foram incrivelmente eficientes: vendo que a cidade estava bem defendida, Il-ghazi suspendeu o ataque. A trégua nas hostilidades permitiu a Balduíno II reunir as tropas e retomar a campanha. Antioquia fora salva. Nas palavras de Válter, *o Chanceler*, «o clero (...) cumpriu o serviço militar de forma sábia e vigorosa, no interior e exterior, e com a força de Deus manteve a cidade intacta dos inimigos»[13]. Era um indício do que estava para acontecer.

A noção de que os homens da Igreja podiam ir para as batalhas armados não só com orações mas também com armas de morte não era uma novidade. Remetia para uma tensão existente há mil anos no coração do pensamento cristão, já que o pacifismo exemplificado pela vida de Cristo chocava com a mentalidade bélica incorporada na linguagem da retórica e das escrituras cristãs[14]. E, naturalmente, vinha também no seguimento das ideias que sustentavam todo o movimento dos cruzados.

Em face disso, o cristianismo era uma fé que assentava na paz. Jesus tinha aconselhado os seus discípulos a resistir à violência até sob a provocação mais extrema, incitando-os a embainhar as armas durante a sua detenção no Jardim de Getsémani e proclamando que «todos quantos se servirem da espada morrerão pela espada»[15]. Mas, durante as décadas imediatamente a seguir à sua morte, São Paulo exortou os efésios a armarem-se com «a couraça da justiça», «o capacete da salvação» e «a espada do Espírito, isto é, a palavra de Deus»[16]. O conflito que Paulo advogava era mais espiritual do que físico, mas os termos da ideologia cristã vinham diretamente da linguagem belicista. A ideia da existência cristã como uma batalha cósmica e espiritual — uma luta contra o demónio — dominava a visão do mundo de muitos dos clássicos pensadores cristãos, como Santo Ambrósio e Santo Agostinho de Hipona. Talvez isso não fosse uma surpresa, dada a frequência com que os crentes, durante os primeiros séculos de emergência do cristianismo, eram forçados a cometer ou a suportar violência corporal, fosse nos anfiteatros romanos ou a sofrer a agonia do martírio. De facto, o martírio, por si só, tornara-se algo admirável, bem como uma parte essencial na noção de santidade.

Por altura da Primeira Cruzada, a noção de guerra cristã não era apenas metafórica. As sociedades cristãs da Europa estavam estruturadas em redor da existência de uma casta guerreira — os cavaleiros — e o clero começara a envolver-se, ocasionalmente, de forma mais direta nos assuntos militares, não satisfeitos apenas com as lutas da alma. Rodolfo I, bispo de Würzburg, morreu enquanto lutava contra os magiares em 908. Um relato inglês conhecido como a crónica de Abingdon, compilada pouco antes da Primeira Cruzada, descreve como o abade de Abingdon comandou um séquito de cavaleiros[17]. Isto não quer dizer que a prática de guerras santas fosse aceite universalmente: no século IX, o papa Nicolau I afirmou especificamente que, para os homens da Igreja, autodefesa deveria significar seguir o exemplo de Cristo e dar a outra face, enquanto a princesa e biógrafa bizantina Ana Comnena

expressava com frequência, nos seus textos, uma declarada aversão à ideia de que clérigos cristãos tivessem algum envolvimento em mutilar ou matar pessoas[18].

Mas, no auge da guerra na Síria e na Palestina, restringir o uso de armas a qualquer cristão era cada vez mais impraticável. Para começar, um fator determinante por trás da existência do movimento dos cruzados foi a aceitação generalizada do conceito de guerra santa cristã, empreendida por homens seculares em troca de recompensa espiritual. Sucessivos papas trabalharam esta ideia até chegarem a uma filosofia prática de violência cristã, presente na Primeira Cruzada. Os leigos que combateram os muçulmanos no Oriente foram descritos como tendo-se unido «aos cavaleiros de Cristo» (*militiae Christi*) e assumido «o evangelho da milícia» (*evangelicam militiam*)[19].

A partir daqui, foi um passo relativamente curto até se argumentar que, se os guerreiros se podiam tornar santos, então também era possível imaginar os homens do sagrado a lutar. De facto, dada a falta de recursos nos estados cruzados na década de 1120, era uma questão de necessidade conceber que um clérigo pudesse, de longe a longe, empunhar armas sem ser censurado — como o patriarca Bernardo fizera em Antioquia. Vários meses depois, numa grande reunião de líderes seculares e clericais do reino de Jerusalém, a ideia de homens da Igreja utilizarem armas foi institucionalizada pela primeira vez.

O Concílio de Nablus reuniu-se a 16 de janeiro de 1120 sob os auspícios do rei Balduíno II e de Gormond, o patriarca latino de Jerusalém. Estiveram presentes muitos dos mais destacados eclesiásticos da Terra Santa, incluindo o arcebispo de Cesareia, os bispos de Nazaré, Belém e Ramla e — não menos importante, como se veria depois — os priores do Santo Sepulcro e do Templo do Senhor em Jerusalém. O objetivo deste concílio em Nablus (uma cidade encravada num vale entre duas montanhas no centro da Palestina, notável pelas inúmeras oliveiras) era providenciar um

conjunto de leis escritas, ou «cânones», pelas quais o reino pudesse ser devidamente governado, de forma a cair na graça de Deus[20].

O Concílio de Nablus produziu vinte e cinco decretos, que abordaram inicialmente questões de jurisdição entre autoridades seculares e clericais, mas que, na sua maior parte, se focaram no tema do sexo[21]. Dirigiram-se declarações contra pecados que incluíam o adultério, a sodomia, a bigamia, o proxenetismo, a prostituição, o furto e as relações sexuais com muçulmanos, para os quais estavam prescritos castigos que podiam ir da penitência e do exílio até à castração e aos narizes cortados. Entre isto, encontrava-se uma resolução que teria uma importância fundamental para as origens e história dos cavaleiros templários. Era o Cânone 20, cuja primeira linha afirmava simplesmente que «se um clérigo pegar em armas para se defender, não deverá carregar nenhuma culpa». A segunda linha sugeria que tal deveria ser visto como uma tarefa temporária e que o abandono do serviço sagrado pelo militar deveria ser levado a cabo apenas sob coação (os clérigos que abandonassem permanentemente as suas tonsuras para se tornarem cavaleiros ou juntar-se à sociedade secular poderiam ser castigados pelo patriarca e pelo rei). Porém, no contexto dos primeiros meses de 1120, isto era bastante significativo. Os homens que se reuniram em Nablus não estavam apenas a trabalhar num código legislativo e de moralidade para a Terra Santa. Estavam a plantar na lei uma ideia revolucionária, que evoluiria para a noção — e facto — de que os homens religiosos armados poderiam servir como ponto central na defesa dos estados cruzados.

«No começo do reinado de Balduíno II, um francês veio de Roma a Jerusalém para rezar»[22], escreveu um eclesiástico do final do século XII chamado Miguel, *o Sírio*. O nome deste francês era Hugo de Payens. Nasceu algum tempo antes de 1070, provavelmente na vila de Payens, perto da cidade de Troyes, a cerca de 145 quilómetros a sudeste de Paris, no condado de Champanhe. Sabe-se pouco sobre os primeiros anos de vida de Hugo de Payens,

exceto que pertencia a um estrato social suficientemente importante para conceder privilégios a nobres locais franceses. Se Miguel, *o Sírio*, estiver correto, pela altura em que o Concílio de Nablus se reuniu em 1120, Hugo de Payens encontrava-se na Terra Santa desde que Balduíno se tornara rei — há cerca de vinte meses. Fora tempo suficiente para conhecer as redondezas, compreender os perigos da região e, evidentemente, determinar que, mais do que voltar a casa pelas águas do Mediterrâneo oriental infestadas de piratas, ia passar uma parte substancial dos seus restantes anos de vida integrado na comunidade de ocupantes francos em Jerusalém. Primeiro planeou servir no exército real e, depois, retirar-se da dura vida em frentes de batalha e tornar-se monge[23].

Hugo não estava sozinho nesta decisão. À época, em Jerusalém, havia outros homens que também eram cavaleiros e que se começavam a juntar no lugar mais óbvio para viajantes e recém-chegados de todos os contextos e de todas as nacionalidades: a Igreja do Santo Sepulcro[24].

De facto, fizeram mais do que apenas juntar-se. Nos meses que se seguiram ao Concílio de Nablus, parecia que uma mão-cheia de cavaleiros expatriados de Jerusalém (fontes mais recentes sugerem que seriam inicialmente entre nove e trinta homens) formara uma espécie de irmandade ou confraternidade, semelhante à que surgira subitamente no Ocidente durante o século anterior, para defender igrejas e santuários dos bandidos[25]. Juraram obediência a Geraldo, prior do Santo Sepulcro, de cuja proteção e hospitalidade dependiam para a sua vida quotidiana[26]. Não eram clérigos no sentido mais restrito da palavra, mas sim peregrinos-guerreiros que sabiam lutar e que optaram por viver uma vida quase monástica de penitência, pobreza, obediência e dever, muito para além dos votos comuns de um cruzado.

No começo de janeiro de 1120, havia o sentimento de que estes soldados religiosos estavam a ser subaproveitados. Um outro autor caracterizou aquele momento das vidas diárias de Hugo de Payens e dos seus companheiros como se estivessem presos numa

frustrante situação de desemprego: «bebendo, comendo, desperdiçando (...) tempo e sem fazer nada» no Santo Sepulcro[27]. A ser verdade, foi claramente um vergonhoso desaproveitamento de talento. Já existia uma ordem de monges beneditinos que se dedicava a tratar de peregrinos doentes e feridos numa enfermaria conhecida como Hospital de São João de Jerusalém. Essa ordem — os Hospitalários — obteve o reconhecimento oficial do papa em 1113 e atuava a partir de instalações não longe do Santo Sepulcro. Ainda não eram soldados (embora o viessem a ser mais tarde), mas os seus contributos para a vida em Jerusalém já contavam com várias gerações e eram muito valorizados. Deve ter parecido plausível que uma ordem complementar de escoltas armadas aliviaria o fardo dos Hospitalários e melhoraria as condições dos milhares de peregrinos que passavam pela região.

Por alturas do Concílio de Nablus, decidiu-se que, em vez de estar comprometido com o Santo Sepulcro, este devoto grupo de cavaleiros deveria ser independente, com recursos para se alimentar e vestir, acesso a padres que rezassem por eles nas horas apropriadas do dia e um lugar para viver numa das áreas proeminentes de Jerusalém. A Coroa prestaria assistência com os meios de sustento, mas a sua tarefa seria de igual interesse para o rei, o patriarca e qualquer outro visitante cristão na Terra Santa. Seriam responsáveis, nas palavras de um alvará datado de 1137, pela «defesa de Jerusalém e proteção dos peregrinos»[28]. Metade guarda-costas, metade pobres, uma diminuta irmandade apenas devota às armas e à oração: os Templários tinham agora um objetivo.

Há milhares de anos que os templos se situavam no lado oriental de Jerusalém. O primeiro foi um enorme complexo erguido pelo rei Salomão, o riquíssimo, sábio e mundano governante do Antigo Testamento que dominara as tribos de Israel após a morte do seu pai, o rei David. A construção do Templo de Salomão foi descrita ao pormenor no Livro dos Reis. Fora feito de «pedras dispendiosas»,

com painéis de madeira de oliveira, de cedro e de ouro delicadamente esculpidos, e sustentado por incontáveis pilares; escondia no seu coração o Santo dos Santos, uma sala sagrada onde o nome de Deus «vivia» e onde a Arca da Aliança — o repositório das tábuas originais inscritas com os dez mandamentos — estava guardada[29].

O rei babilónio Nabucodonosor II destruiu o Templo de Salomão em 586 a. C. e, em dado momento, a Arca da Aliança desapareceu. Mas, décadas mais tarde, o templo voltou a ser erguido. O Segundo Templo foi construído por exilados judeus que regressaram a Jerusalém em 520 a. C., e foi alargado de forma impressionante um milénio mais tarde, durante o reinado de Herodes, *o Grande*. Situava-se numa vasta plataforma de pedra sobre uma colina natural — o Monte do Templo — e servia como local de sacrifício, oração, adoração, comércio, cuidados médicos e entretenimento. Ficou concluído em 10 a. C. e foi o centro da vida judaica em Jerusalém durante a pregação de Jesus. Como acontecera com o primeiro Templo de Salomão, o Segundo Templo foi destruído pela ira de um império estrangeiro: consumido pelo fogo em 70 d. C., durante a supressão de uma revolta de judeus contra o general romano, e futuro imperador, Tito. Sessenta e cinco anos mais tarde, as suas ruínas foram definitivamente demolidas e, no seu lugar, ergueram-se estátuas pagãs.

Na altura em que Hugo de Payens fundou a sua ordem em Jerusalém, o Monte do Templo tinha sido novamente readaptado não por judeus ou cristãos, mas pelos omíadas — o todo-poderoso califado sunita cujos exércitos conquistaram a cidade no final do século VII d. C., algumas décadas após a morte de Maomé. Dois edifícios extraordinários dominavam agora a paisagem de Jerusalém. O enorme telhado dourado da Cúpula do Rochedo brilhava como uma bola de fogo, visível a quilómetros de distância («mal os raios de sol tocam a cúpula e a luz irradia, é sem dúvida maravilhoso de contemplar», registou um viajante e geógrafo muçulmano do século X)[30]. No outro lado do complexo do Monte do

Templo estava mais um imponente edifício: a Mesquita de Al-Aqsa, remodelada mais recentemente na década de 1030. Era considerada a mais bonita e importante fora da Arábia, ainda mais magnífica do que a Grande Mesquita de Damasco. Quando um viajante persa visitou Al-Aqsa no seu apogeu, descreveu ter visto:

> Duzentas e oitenta colunas de mármore, suportando arcos de pedra, com os fustes e capitéis das colunas esculpidos (...) a mesquita é em todo o lado embelezada com mármore colorido, com as pontas presas com rebites de chumbo (...) Por cima, ergue-se uma cúpula majestosa ornamentada com trabalho em esmalte[31].

Em seu redor viviam homens devotos que se tinham retirado do mundo para se dedicarem à vida religiosa: o cronista Ibn al-Athir escreveu que no tempo da Primeira Cruzada a mesquita era frequentada por «imãs, ulemás, homens honestos e ascetas, muçulmanos que tinham deixado as suas terras nativas para viver uma vida santa neste lugar solene»[32].

Sob o domínio cruzado, quer a Cúpula do Rochedo quer a Mesquita de Al-Aqsa foram arrancadas da sua santidade islâmica: a Cúpula tornou-se uma igreja, enquanto a mesquita foi reaproveitada como o palácio do rei de Jerusalém. Os cristãos chamaram Templo do Senhor à Cúpula do Rochedo e identificaram Al-Aqsa com o Templo de Salomão, como tributo à sua localização histórica. O magnetismo do local para quem o visitava no sentido de abraçar uma vida espiritual sobreviveu intacto à transição do domínio muçulmano para o cristão, pois tinha sido aqui que Hugo de Payens e o seu pequeno grupo de seguidores foram autorizados a instalarem-se logo após a fundação da ordem em 1120. De acordo com um autor conhecido como Ernoul, esta era a residência «mais esplêndida» do rei na cidade[33]. O arcebispo e cronista do século XII Guilherme de Tiro explicou que «por viverem (...) perto do Templo do Senhor no palácio do rei são chamados irmãos da Cavalaria do Templo»[34].

Apesar destas instalações, dificilmente se poderia dizer que os Templários viviam rodeados de luxo. Nos seus primeiros anos no

Santo Sepulcro, dependiam da caridade, incluindo esmolas dos Hospitalários, que lhes davam sobras de comida[35]. O seu reconhecimento oficial e a sua residência no Monte do Templo não lhes tinham trazido muitas mais riquezas materiais. De acordo com o cortesão e cronista galês Walter Map, Hugo de Payens e os seus homens viveram aí «com trajes humildes e dieta escassa», enquanto Hugo utilizava «persuasão, oração e todos os meios possíveis» para instigar «todos os peregrinos a entregarem-se para sempre, como homens de armas, ao serviço do Senhor naquele lugar ou pelo menos a dedicarem-se à devoção por um tempo»[36]. A coleta de impostos de algumas aldeias perto de Jerusalém foi-lhes atribuída por Balduíno II e pelo patriarca Gormond «para satisfazer as suas necessidades de roupa e comida», mas grande parte da primeira década de existência dos Templários foi preenchida por indigência caridosa, com o pequeno número de irmãos vestido com roupas em segunda mão e não com os uniformes distintivos que mais tarde adotariam[37].

Na verdade, o seu lar era também bastante despojado. «Grande e maravilhosa» foram os termos utilizados pelo cronista Fulquério de Chartres para descrever a estrutura-base da Mesquita de Al-Aqsa, já nas suas novas funções. Mas o chumbo que delineava o seu teto fora arrancado e vendido pelo rei Balduíno I e não houvera uma tentativa imediata de o reparar. «Devido à nossa pobreza não podia ser mantido na condição em que o encontrámos», escreveu Fulquério[38]. Durante a conquista cristã de Jerusalém em 1099, este fora palco de um dos piores massacres de mulheres e crianças muçulmanas; o seu sangue correra pelos salões à altura dos tornozelos. Agora era, nas palavras de um peregrino que o visitara não muito depois de os homens de Hugo de Payens aí se terem instalado, «a residência dos novos cavaleiros que guardavam Jerusalém»[39].

Para estes novos cavaleiros terem sucesso na proteção dos habitantes cristãos de Jerusalém, dos peregrinos e dos territórios dos muitos inimigos que os ameaçavam, precisariam de crescer: em

homens, recursos e riqueza. Necessitavam, sobretudo, de uma identidade. Para aumentar a sua fortuna, os homens de Hugo de Payens teriam de procurar para lá daquilo que os rodeava e voltar a olhar para o mundo que originalmente os enviara à Terra Santa. Mas teriam de apelar diretamente ao papa.

3 Os artuquidas foram uma dinastia tribal sunita turca fundada pelo soldado Artuque Bei, que serviu o sultão seljúcida Malique Xá I como general. Os descendentes de Artuque forjaram um território independente entre o norte da Mesopotâmia, o norte da Síria e o leste da Anatólia.

4 Parece haver eco, talvez deliberado, de um nome bíblico dado a um determinado terreno utilizado para sepultar estrangeiros, o qual tinha sido comprado pelos anciãos de Jerusalém com as trinta moedas de prata devolvidas por Judas Iscariote pouco antes de se suicidar (Mateus 27:6-8).

3

«UMA NOVA MILÍCIA»

Numa véspera de Natal alguns anos antes da queda de Jerusalém, um rapaz de sete anos de Fontaines, na Borgonha, teve um sonho. Enquanto dormia, e perante os seus olhos espantados, viu a Virgem Maria segurando o Menino Jesus nos seus braços, embora tivesse acabado de nascer. Bernardo (conhecido mais tarde como Bernardo de Claraval e, posteriormente, apenas como São Bernardo) viria a tornar-se um dos maiores eclesiásticos do seu tempo: um campeão da reforma monástica, um ilustre erudito, um inflamado e incansável escritor de cartas, um pregador brilhante e um dos primeiros patronos e pai fundador dos cavaleiros templários[1]. O seu despertar religioso moldaria a direção da Igreja ocidental na primeira metade do século XII.

Em 1126, quando Hugo de Payens partiu para França, Bernardo tinha trinta e seis anos. Durante doze fora o abade do seu recém-fundado mosteiro em Claraval («o vale claro»), no condado de Champanhe. O mosteiro encontrava-se num terreno isolado e pantanoso banhado pelo Rio Aube, ladeado por duas colinas baixas, uma plantada com vinhas e a outra com colheitas. Aqui, várias dúzias de monges cistercienses, com os seus hábitos brancos, viviam sob a direção de Bernardo, seguindo uma estrita e despojada regra monástica. A Ordem de Cister tinha sido formada em 1098, quando um grupo de monges daquela que era a mais popular ordem até então, a de São Bento, fundara um novo mosteiro em Cîteaux, perto de Dijon, para consagrar as suas vidas a uma forma mais pura de vida religiosa. Os seus valores nucleares eram uma existência simples e ascética, rigoroso trabalho manual e uma vida isolada, longe da civilização. Os cistercienses contrastavam de forma clara e deliberada com a irmandade vestida de negro de um típico mosteiro beneditino, que tendia a entregar-se à boa comida, preferia o canto

litúrgico ao trabalho físico e preenchia as suas capelas ornamentadas com obras de arte e artefactos. Em constraste, os monges cistercienses sob o cuidado de Bernardo dedicavam-se a uma vida de obediência, oração, sabedoria, austeridade e trabalho incessante nos moinhos de farinha, campos e viveiros da abadia. «Eis um lugar que deleita o olhar, faz o espírito fraco reviver, apazigua o coração magoado e desperta a devoção de todos os que procuram o Senhor», escreveu um visitante de Claraval no século XII[2]. No entanto, este era um ambiente deliberadamente esparso e exigente, já que se pensava que a dureza física de uma vida de escasso sustento encorajava o desenvolvimento espiritual e a proximidade a Deus. Ajustava-se perfeitamente a Bernardo.

Ajustava-se também a muitos outros, dado que os cistercienses não eram os únicos a tentar reimaginar o monasticismo. O século XII foi um dos momentos mais ricos da renovação cristã em toda a Idade Média. O monasticismo tornou-se extremamente popular e floresceu com uma diversidade nunca vista desde os primeiros tempos da Igreja. «Oh, quão inumerável uma multidão de monges se multiplicou por graça divina sobre tudo nos nossos dias», escreveu um abade por volta de 1130. «Cobriu quase toda a região campestre da Gália e preencheu as cidades, castelos e fortalezas.»[3] Era mais do que retórica: estimava-se que entre a segunda metade do século XI e a primeira metade do século XII o número de casas religiosas em várias partes da Europa se tivesse expandido em mil por cento[4].

Esta grande afluência à vida monástica trouxe consigo um apetite por novas formas de vida, a maioria centrada na pobreza, obediência e contemplação. Além dos cistercienses, o final do século XI e o início do século XII assistiram ao estabelecimento da Ordem dos Cartuxos (uma ordem de eremitas fundada por São Bruno em 1084), da Ordem de Grandmont (uma ordem extremamente austera e pobre, fundada perto de Limoges, por volta de 1100), da Ordem de Tiron (com irmãos vestidos de cinzento, severamente penitentes, seguindo o exemplo de São Bernardo de

Tiron, que fundou uma abadia em 1109), da Ordem Premonstratense (estabelecida por São Norberto na década de 1120 para pregar e servir paroquianos das comunidades como «cónego regular») e muitas outras, sendo que algumas perduraram e outras tiveram uma existência efémera. Muitas das ordens religiosas, velhas e novas, guardavam provisões para casas de mulheres que vivessem como freiras de acordo com as suas regras; havia também uma tendência crescente de mulheres que se tornavam eremitas ou anacoretas, encerradas para sempre em celas vazias e remotas. Tudo isto permitiu que as pessoas exprimissem os seus anseios religiosos através da sua ordem: uma forma de vida totalmente obsessiva que regulava o que vestiam, onde viviam, o que comiam e com quem (ou até se) falavam.

Algum tempo antes de outubro de 1126, Bernardo de Claraval recebeu uma carta do rei Balduíno II de Jerusalém[5]. Nela, o rei escrevera que um novo grupo religioso se tinha formado nas disputadas terras a oriente, cujos membros tinham sido «despertados pelo Senhor» para a defesa do reino cruzado[6]. Eram, escreveu Balduíno, os *fratres Templarii* — os irmãos do Templo — e o que procuravam, mais do que tudo o resto, era confirmação e uma regra que governasse as suas vidas. Para esse fim, pretendia enviar dois dos seus homens de modo a que pudessem «obter aprovação da sua ordem pelo papa». Esperava que o pontífice os ajudasse a angariar dinheiro e apoio, para que os Templários pudessem evoluir e prosseguir a sua luta contra «os inimigos da fé»[7]. Balduíno instou Bernardo a utilizar a sua influência para este projeto, encorajando os governantes seculares europeus a apoiar os Templários e a exercer pressão sobre o papa para reconhecimento formal da nova ordem.

Não haveria provavelmente ninguém melhor na Europa a quem pedir ajuda. Bernardo era um reformista, um poderoso pensador e alguém que entendia o que levava as pessoas a procurar um novo apelo na vida. Era, sobretudo, um mestre a extrair favores dos grandes e dos melhores. Em centenas de cartas redigidas durante o decorrer da sua longa carreira, escritas num latim floreado e

frequentemente extensas, seduziu, suplicou, importunou e admoestou toda a gente, de papas, reis, arcebispos e abades a noviças em fuga e aspirantes a freiras duvidosas da sua vocação. Advogou causas de peso como a guerra internacional e o cisma papal, mas era também bastante feliz ao lutar pelas causas dos humildes e desfavorecidos. Numa carta dirigida ao papa Inocêncio II, intercedendo por um grupo de pobres cistercienses, Bernardo desculpava-se por incomodar Inocêncio quando este estava ocupado e passava depois a conferenciar sobre o trabalho de ser papa: «Se tendes fé perante o dever e as tradições da sé apostólica, não menosprezareis as queixas dos pobres.»[8] Noutra ocasião, escrevera a uma jovem virgem, Sofia, incentivando-a à distância a manter a sua castidade e convidando-a a comparar-se com outras mulheres de vida desregrada e que preferiram a ostentação à pureza espiritual: «Vestem-se em linho púrpura e fino, mas as suas almas estão em farrapos. Os seus corpos brilham com joias, mas as suas vidas estão sórdidas de vaidade.»[9] Bernardo era um mestre da retórica e um amigo dos poderosos — uma combinação potente em qualquer altura.

Todavia, não eram apenas as ágeis e eficazes súplicas de Bernardo que o tornavam um advogado tão apelativo. Havia semelhanças entre o ideal templário ainda em desenvolvimento e o movimento cisterciense em que Bernardo se tinha empenhado enquanto jovem. Ambos eram novas organizações espirituais centradas na pobreza e obediência, rejeitando as vaidades terrenas em detrimento do árduo trabalho físico ao serviço do Senhor. E a Ordem do Templo tinha ligações próximas, através dos seus primeiros membros, a Champanhe, a região de França onde se situava o Mosteiro de Claraval e onde Bernardo passara a maior parte da sua vida adulta.

Assim, quando em 1126 Bernardo recebeu a carta do rei Balduíno pedindo-lhe ajuda, a sua opinião foi favorável. Tanto que, no ano seguinte, no outono de 1127, o grupo de emissários

prometidos por Balduíno chegou à Europa[10]. Entre estes estava o primeiro mestre do Templo, Hugo de Payens.

Hugo de Payens foi enviado para ocidente com uma missão clara: conseguir rapidamente apoio para o reino de leste. Não foi sozinho. De facto, era um dos vários reputados embaixadores da Terra Santa que visitaram a Europa entre 1127 e 1129, todos eles, embora de formas diferentes, com o objetivo comum de fortalecer ligações entre os dois blocos da cristandade latina. Um deles era Guilherme de Bures, o condestável do rei Balduíno, que tinha vindo acordar o casamento de Fulque, conde de Anjou, com a filha mais velha de Balduíno, Melisenda: uma união que prometia torná-lo herdeiro do trono de Balduíno, que não tinha filhos varões. O conde de Anjou era uma escolha perfeita para futuro rei: um viúvo rico, na casa dos quarenta anos, devoto mas rígido, e um cruzado experiente com interesse constante nos assuntos a oriente. Dizia-se que mantinha cem cavaleiros em Jerusalém a suas expensas (que seriam, sem dúvida, consideráveis). Durante esse tempo no Ultramar, no começo de 1120, conheceu alguns dos primeiros templários e, desde então, pagava-lhes um modesto mas útil soldo de «trinta libras em dinheiro de Anjou»[11].

No entanto, assegurar a sua concordância em tornar-se o herdeiro de Balduíno era uma operação política delicada. Requeria que Fulque abdicasse das suas terras para o seu filho, viajasse milhares de quilómetros para conhecer uma mulher que nunca tinha visto e tomá-la como esposa, e aceitasse o posto militar mais desafiante do mundo cristão. Para adoçar o acordo, Guilherme tinha trazido com ele alguns presentes verdadeiramente magníficos, incluindo um fragmento da Vera Cruz e uma espada decorada, que seriam apresentados na Catedral de Le Mans, no coração dos territórios de Fulque[12].

Hugo de Payens não chegou carregado de presentes impressionantes, mas a sua tarefa era igualmente urgente e talvez até mais intimidante. Enquanto Guilherme procurava persuadir um

único homem a aceitar uma coroa, Hugo tinha a tarefa de encorajar centenas a deixar as suas posses, e possivelmente as suas vidas, a troco de uma recompensa muito mais incerta.

Hugo estava numa viagem de recrutamento militar, com um objetivo principal. De volta ao reino de Jerusalém, Balduíno preparava uma grande ofensiva sobre Damasco, com o propósito de transformar o período de assaltos que tinha começado no final de 1125 numa campanha de conquista total. A sua esperança era capturar de forma permanente a grande cidade — uma antiga sede do califado sunita — ao seu governante, o turco atabegue[5] Toghtekin[13]. Balduíno calculava que tomar Damasco requereria, nas palavras do cronista Guilherme de Tiro, «toda a força militar do reino»[14]. Previu a necessidade de reforços ocidentais; recrutar mais cavaleiros e comandantes experientes para se unirem à campanha era o alvo primordial de Hugo.

O papel de Hugo como mestre da Ordem do Templo era um fator crucial para ter sido selecionado como líder de uma tão proeminente missão. A ordem era de facto jovem, mas já se tinha estabelecido como uma organização militar de elite atuando no interesse dos estados cruzados. A pretensão, anos mais tarde, de que só havia nove templários durante os primeiros nove anos de existência da ordem era romântica e numericamente agradável, mas falsa[15]. Hugo foi acompanhado na Europa por pelo menos cinco irmãos templários: Godofredo de Saint-Omer, Rolando, Payen de Mondidier, Godofredo de Bisol e Archambaud de Saint-Amand[16]. Esta era, sem dúvida, uma delegação notável, porque lhes foram concedidas audiências com alguns dos mais poderosos homens do noroeste da Europa.

Entre outubro de 1127 e o verão de 1129, Hugo de Payens e os seus companheiros reuniram-se com dois sucessivos condes da Flandres e com o conde de Blois, visitaram Fulque, conde de Anjou, e asseguraram a sua concordância em ajudar na campanha de Damasco, e ainda localizaram Henrique I, rei de Inglaterra e duque da Normandia, a quem pediram permissão para angariar fundos

além do Canal da Mancha. O seu encontro foi registado na *Crónica Anglo-Saxã*: «Hugo, dos cavaleiros templários, veio de Jerusalém até ao rei na Normandia; e o rei recebeu-o com grande cerimónia, e deu-lhe grandes tesouros de ouro e prata, e enviou-o depois para Inglaterra, onde foi recebido por todos os homens-bons.» O cronista claramente avaliou o encontro como um sucesso. Segundo escreveu, Hugo «recebeu tesouros de todos, e na Escócia também; e por ele muita riqueza, em ouro e prata, foi enviada para Jerusalém»[17]. A missão persuadiu mais pessoas a partir para oriente e lutar «mais do que nunca desde o tempo da Primeira Cruzada»[18]. Isto já era um feito. Entre 1127 e 1129, Hugo de Payens e os seus colegas templários estavam, para todos os efeitos, a pregar a sua própria cruzada[19]. Não tinham apoio formal do papa, e os contemporâneos não os referem como líderes de uma multidão arrebatada em comícios, que caracterizou a Primeira Cruzada, mas este apelo direto por reforços aos homens de armas do Ocidente foi extraordinariamente bem-sucedido. Quando Balduíno finalmente lançou o ataque em 1129, a perceção em Damasco foi praticamente a mesma. O cronista árabe Ibn al-Qalanisi estimou que o exército cristão teria dezenas de milhares de homens, engrossado com reforços vindos do estrangeiro[20].

Ao mesmo tempo que procurava formar um exército para atacar Damasco, Hugo de Payens estava ansioso por expandir o alcance, a riqueza e os membros da Ordem do Templo. Através de redes familiares e de laços sociais, particularmente na sua região natal de Champanhe, assegurou ofertas de terrenos, rendas de propriedade, direitos de pagamentos feudais, ouro, prata e — talvez mais valioso do que tudo o resto — promessas de serviço pessoal. Dezenas juraram que viajariam para a Terra Santa e que se juntariam à ordem temporariamente ou para a vida inteira.

Em outubro de 1127, os Templários receberam uma casa, uma granja e um prado em Barbonne, no oeste de Champanhe. Por volta dessa altura, foi-lhes atribuída uma renda obtida através das taxas feudais da Flandres. Na primavera de 1128, enquanto Hugo estava

em Anjou para presenciar a tomada da cruz do conde Fulque, os Templários asseguraram terras no condado vizinho de Poitou. Foram enviados donativos de lugares tão distantes como Noyon, uma igreja a norte de Paris, e Toulouse, a um dia de distância dos Pirenéus.

Vale a pena destacar que Hugo ainda não estava a tentar estabelecer um ramo ocidental da inexperiente ordem. As suas preocupações militares estavam a oriente e o seu objetivo máximo era construir uma rede de patrocínio, capital e interesse pessoal que faria a ponte entre os 3220 quilómetros que separavam os ricos estados do centro de França e as perigosas planícies e montanhas da Síria e da Palestina[21].

Um outro propósito por detrás da viagem de Hugo não poderia ser satisfeito nem por donativos de riqueza nem por juras de assistência militar. Como a carta do rei Balduíno tinha intimado em 1126, o que os Templários desejavam acima de tudo era a confirmação pelo papa da legitimidade da sua ordem e uma regra formal sob a qual viveriam. Em janeiro de 1129, um grande concílio ecuménico reuniu-se em Troyes, em Champanhe — convenientemente localizado apenas a 80 quilómetros do austero mosteiro cisterciense do rio Aube, onde Bernardo de Claraval rezava e via, com um interesse crescente, as enérgicas atividades dos seus companheiros camponeses.

O Concílio de Troyes reuniu-se formalmente para a sua primeira sessão no domingo 13 de janeiro de 1129. Foi um encontro de amigos e colegas, maioritariamente do nordeste de França. Sede do conde de Champanhe, Troyes era um prestigiado centro de comércio cuja linha do horizonte era dominada por dois grandes edifícios religiosos: a românica Catedral de São Pedro e São Paulo e a Abadia de São Lupo, uma casa famosa pelas suas regras agostinhas. A cidade tinha sido, até recentemente, a casa do grande cruzado lorde Hugo, conde de Champanhe, que tinha doado as terras para a fundação do Mosteiro de Claraval. Este era o mesmo

Hugo que, como antigo suserano (e possivelmente parente) de Hugo de Payens, renunciara ao seu título em 1125 e se unira à Ordem do Templo em Jerusalém (Bernardo de Claraval escrevera para o elogiar na época da sua abdicação: «De ser um conde passastes a ser um simples soldado, de homem rico tornastes-vos pobre»)[22]. Quando o concílio se reuniu em 1129, Hugo permaneceu na Terra Santa, mas foram os seus contactos e riqueza que juntaram o mestre do Templo e o abade de Claraval.

O concílio foi presidido por um enviado do papa, Mateus, bispo de Albano, que representava Honório II. Outros vinte eclesiásticos estavam presentes: dois arcebispos, onze bispos e sete abades. Quase todos eram de Champanhe ou da vizinha Borgonha, como os dois líderes nobres presentes: Teobaldo, conde de Champanhe, e Guilherme, conde de Nevers[23]. A maioria dos abades era cisterciense.

As duas principais vozes durante este processo foram Hugo de Payens e Bernardo de Claraval. Hugo tinha apelado à reunião de modo que os Templários fossem oficialmente reconhecidos e tivessem uma forma de regra semimonástica. O registo do concílio, por um escriba de nome Jean Michel, delineou o procedimento: «Ouvimos comummente cada capítulo dos lábios do (...) mestre, irmão Hugo de Payens; e de acordo com as limitações da nossa compreensão louvámos o que nos pareceu bom e benéfico e afastámo-nos do que parecia errado.»[24]

Foi, noutras palavras, um comité de esboço, comprometido com o processo de ouvir, debater e corrigir as práticas desenvolvidas em Jerusalém durante os primeiros nove anos da sua existência. Quando o concílio terminou, Jean Michel tinha esboçado em latim um código de 68 pontos para a conduta templária, conhecido mais tarde como Regra Primitiva (ou Latina). Detalhava o processo pelo qual os cavaleiros da ordem eram selecionados e recebidos, como deviam rezar e que dias festivos deviam celebrar, o que deviam vestir, comer e beber, onde deviam dormir, como se deviam

comportar em público e com quem podiam — e não podiam — socializar[25].

«Nesta ordem religiosa floresceu e revitalizou-se a ordem da cavalaria», clamava a Regra, louvando todos os que se tinham juntado aos Templários, oferecendo as suas almas a Deus «pela nossa salvação e para espalhar a fé verdadeira». A noção de que os Templários representavam uma nova forma de milícia, que não aterrorizava os mais fracos, mas que se dedicava a destruir o mal, era a que estava a ser desenvolvida por Bernardo de Claraval na época do Concílio de Troyes, e que iria expor detalhadamente em anos vindouros. A Regra tinha a marca evidente da sua crença pessoal de que a cavalaria podia e devia ser reformada, cristianizada, arrancada da sua vaidade terrena e transformada num ofício de dignidade, dever e propósito divino.

A Regra começava por dirigir-se aos assuntos práticos de como um irmão templário podia conciliar a vida de orações de um monge com a atribulada vida de soldado. Aceitando que os membros provavelmente passariam muito do seu tempo em patrulha ou em batalhas, mais do que a contemplar o crucifixo numa capela, a Regra permitia que um irmão substituísse cada serviço diário à Igreja que estivesse em falta por um número determinado de repetições da oração ao Senhor (ou *paternoster*). Treze pais-nossos por faltar aos serviços das matinas, nove por faltar às vésperas da tarde e sete por cada uma das orações cantadas diariamente, conhecidas como horas canónicas. Esta versão despojada da rotina diária do culto monástico fora concebida para ser realizada por leigos sem educação. Em França, todos, incluindo o camponês mais analfabeto, sabiam rezar o pai-nosso; ao reduzir as tarefas sagradas à mera repetição da oração mais conhecida do cristianismo, os Templários abriram o caminho para potenciais recrutas aos homens dedicados e talentosos de qualquer estatuto, e não apenas aos ricos e instruídos. A Regra tornou ainda claro que existiam duas categorias diferentes de cavaleiros: os que se juntavam à ordem para sempre, tendo «abandonado as suas vontades próprias», e

aqueles que tinham concordado em unir-se temporariamente e lutar «por um período fixo». O segundo podia facilmente satisfazer as demandas religiosas da ordem com o mínimo de treino formal.

A reação ao estereótipo cavaleiresco foi notória durante o processo de Troyes. A Regra abraçava a simplicidade e a igualdade. Os cavaleiros templários utilizariam hábitos completamente brancos[6], «que significam pureza e castidade total»[26]. Hábitos pretos ou castanhos estavam prescritos para categorias mais baixas de oficiais e escudeiros — irmãos que tinham jurado ser membros da ordem mas que não tinham a categoria necessária ou o treino do cavaleiro templário.

Isto estava a grande distância da típica aparência de um guerreiro do século XII, que mostrava de forma consciente o seu estatuto através de roupa colorida, tecidos ricos e acessórios ornamentados. Para acentuar esta questão, várias marcas da cavalaria convencional foram banidas. «As vestes não devem ter quaisquer riquezas nem mostrar orgulho», lia-se na Regra, «e se qualquer irmão num sentimento de orgulho ou arrogância desejar ter como seu um hábito melhor e mais fino, que lhe seja dado o pior.» O vestuário em pele estava proibido. Uma camisa de linho e um colete de lã eram permitidos como proteção contra as temperaturas extremas de leste, mas quaisquer outras decorações visíveis deviam ser desprezadas. Tinha sido feita uma interdição particularmente violenta contra o calçado da moda, que no princípio do século XII podia ser bastante vistoso. «Sapatos em bico e com laços estão proibidos para qualquer irmão (...) porque é manifestamente bem conhecido que estas coisas abomináveis pertencem aos pagãos.» A lança do cavaleiro não devia ter qualquer tipo de adorno. Esta austeridade estendia-se a todas as outras práticas de equitação: «É absolutamente proibido que um irmão tenha ouro ou prata nas suas rédeas, nos estribos ou nas esporas.» Os sacos em que um cavaleiro levava as suas rações deviam ser feitos de linho ou lã e um oficial que dava pelo nome de *drapier* devia assegurar que os irmãos cortavam o cabelo regularmente e

que as barbas e os bigodes estavam aparados, «para que nenhum excesso fosse notado nos seus corpos»[7].

A vida numa casa templária estava feita para se parecer o máximo possível com a de um mosteiro cisterciense. As refeições eram comuns e deviam ser tomadas em silêncio, enquanto era feita uma leitura da Bíblia. A Regra aceitava que a elaborada linguagem de sinais utilizada pelos monges para perguntar por algo necessário enquanto comiam podia não ser conhecida pelos recrutas templários, que nesse caso «deviam perguntar de forma reservada e privada o que precisavam à mesa, com toda a humildade e submissão». Rações idênticas de comida e vinho seriam dadas a cada irmão e as sobras deveriam ser distribuídas pelos pobres. Os numerosos dias de jejum do calendário da Igreja deveriam ser observados, mas eram feitas exceções devido às necessidades dos homens que lutavam: era servida carne três vezes por semana, às terças e quintas-feiras e aos sábados. Se o calendário dos dias anuais de jejum interrompesse este ritmo, as rações eram aumentadas para compensar a perda de substância assim que o período de jejum terminasse.

Ficou reconhecido que os Templários eram assassinos. «Esta companhia armada de cavaleiros pode matar os inimigos da cruz sem cair em pecado», afirmava a Regra, resumindo habilmente a conclusão de séculos de filosofia cristã experimental, que tinha concluído que chacinar humanos que fossem «pagãos sem crença» e «inimigos do filho da Virgem Maria» era um ato merecedor de louvor divino e não de condenação. De outro modo, seria expectável que os Templários vivessem em devota autonegação.

Apenas três cavalos eram permitidos a cada cavaleiro, bem como um escudeiro, a quem «o irmão não deveria bater». Caçar com falcões — um dos passatempos favoritos dos guerreiros da cristandade — era proibido, bem como caçar com cães. Os únicos animais que os Templários tinham autorização para matar eram os leões da Terra Santa. Estavam até proibidos de estar na companhia

de caçadores, porque era «adequado para todo o homem religioso andar de modo simples e humilde, sem rir ou falar muito».

Estava também banida a companhia das mulheres, que a Regra menosprezava por serem:

> Uma coisa perigosa, porque através disto o velho diabo desviou o homem do estreito caminho para o paraíso (...) a flor da castidade [deve ser] mantida entre vós (...) Por esta razão, nenhum de vós pode presumir beijar uma mulher, seja viúva, menina pequena, mãe, irmã, tia ou qualquer outra (...) Os Cavaleiros de Cristo devem evitar a todo o custo o abraço da mulher, pelo qual o homem já sofreu muitas vezes.

Enquanto os homens casados tinham permissão para se juntar à ordem, não tinham autorização para usar a capa branca, e as mulheres não podiam unir-se aos maridos nos templos da ordem.

Como se antecipasse uma consequência natural desta insistência na castidade, uma cláusula posterior foi feita para cavaleiros que se encontrassem a partilhar um quarto numa taberna durante os seus afazeres como templários. «Se possível, na casa onde dormem e se alojam não deve faltar luz de noite, para que os inimigos sombrios não os encaminhem para a perversidade, que Deus proíbe.»

Por fim, a ordem seria comandada pelo mestre, aconselhado por um concílio de «irmãos que o mestre sabe que darão sábio e benéfico conselho». A obediência às ordens do mestre era essencial e, uma vez dadas as ordens, deveriam ser executadas «como se Cristo as tivesse ordenado». Estava no poder do mestre examinar e receber novos recrutas para a ordem, distribuir cavalos e armaduras entre os irmãos, punir os que tivessem pecado ou quebrado a Regra e usar a sua discrição para aplicar a Regra conforme lhe parecesse indicado.

À medida que o tempo passava, a regra templária iria expandir-se para uma série de princípios regulamentares de impressionante extensão e complexidade, adaptando-se e desenvolvendo-se enquanto a ordem crescia e mudava. Mas com esta primeira Regra, desenhada e aprovada sob a autoridade do enviado papal a Troyes em janeiro de 1129, Hugo de Payens alcançou um dos seus objetivos principais que o levaram a viajar para a Europa. Deu à sua

organização nascente uma estrutura e um código de conduta pelo qual viver. A sua próxima tarefa era tornar os cavaleiros do Templo famosos e persuadir os irmãos de que iriam realizar o trabalho do Senhor.

Durante o tempo em que Hugo de Payens estava no Concílio de Troyes, um homem que se identificava como Hugo, *o Pecador* (Hugo Peccator), preparava uma carta dirigida aos «soldados de Cristo no Templo de Jerusalém»[27]. É incerto saber quem seria ele, mas é tentador (e plausível) identificá-lo com o próprio Hugo de Payens. Mostrava muita da mesma preocupação pelo desenvolvimento da missão templária. A carta era desajeitada, mas apaixonada. Algumas das suas alusões bíblicas estavam deformadas, outras eram simplesmente inventadas. Não obstante, Hugo, *o Pecador*, implorava à sua audiência uma única missão: lutar e vencer por Jesus Cristo.

O Diabo, escreveu, estava constantemente a tentar aliciar bons homens a afastarem-se das boas ações. Era dever dos Templários resistir aos caprichos de Satanás, manter a fé na ordem a que tinham aderido e ignorar as tentações que o mundo lhes estendia. Não podiam «embebedar-se, fornicar, brigar, falar mal de alguém». O autor estava preocupado por a moral dos Templários poder baixar diante da dificuldade da sua missão. «Mostrai-vos firmes e resisti ao vosso adversário que é o leão e a serpente», escreveu. «Suportai com paciência o que Deus vos ordenou.» O dever do templário não era procurar uma duradoura fama pessoal, mas servir a ordem.

Ao mesmo tempo, surgiu um outro tratado bem mais extenso, que também se dirigia diretamente à ordem, clarificando o seu lugar especial no mundo e a importância providencial da sua missão. Neste caso, a sua autoria não foi contestada, mas tida em consideração: fora enviada por Bernardo de Claraval.

«O livro dos cavaleiros do Templo, um elogio à nova milícia» (*Liber ad milites templi de laude novae militia* — agora usualmente referido como *De Laude*) foi escrito entre a fundação da ordem e

1136. O seu conteúdo sugere que Bernardo começou a trabalhá-lo na época do Concílio de Troyes, em 1129. A obra dirige-se diretamente a Hugo de Payens — «caríssimo Hugo» —, sobre quem Bernardo diz lhe ter «pedido não uma nem duas vezes, mas três, para escrever algumas palavras de exortação para si e os seus companheiros»[28].

«Um novo tipo de milícia parece ter aparecido recentemente na terra», começou. «Incansavelmente empreende um duplo combate contra a carne e o sangue e contra os espíritos que abrigam o mal nos céus.»[29] Lutar e morrer em nome do Senhor era o maior dos sacrifícios. Bernardo enfatizou a profunda diferença entre cometer homicídio — o pecado de matar um homem — e malicídio, o ato de matar o próprio mal, que Deus consideraria uma ação nobre. Armados com esta engenhosa distinção teológica, os cavaleiros do Templo podiam assumir a mais exaltada das tarefas: não apenas atuar como guardiões dos peregrinos, mas defender a própria Terra Santa. «Marchai então com confiança, cavaleiros», escreveu Bernardo, «e com um coração firme repeli os inimigos da cruz de Cristo.»

Tal como a Regra dos Templários se insurgia contra os tradicionais aparatos dos cavaleiros seculares, assim foi com o *De Laude*, que estava embebido dos valores cistercienses. Cabelos compridos, armaduras decoradas, escudos e selas pintados, esporas de ouro, túnicas ondulantes, mangas compridas, dados, xadrez, falcoaria e divertimentos como bobos, bardos e mágicos, tudo isto era rejeitado com sarcasmo. «São estes os ornamentos de um guerreiro ou os berloques de uma mulher?»[30] Bernardo louvava a vida do novo, ascético e religioso cavaleiro do Templo: disciplinado e casto, com a face manchada do pó e do sol, prático, igualitário, bem-falante e atarefado. Estes homens viviam com o único objetivo de destruir os infiéis e expulsar «os trabalhadores da iniquidade (...) da cidade do Senhor»[31]. Ainda que vivessem discretamente, batalhariam como leões. «Concentrariam a mente em lutar para vencer em vez de se exibirem», montando cavalos fortes e velozes

e não póneis de exibição e procurando ser «impressionantes e não extravagantes». Desta maneira, escreveu Bernardo, os novos cavaleiros podiam ser vistos como os salvadores de Jerusalém; um exército fiel ao espírito dos macabeus da antiga Judeia, que tinham entrado em guerra contra forças superiores para libertar a Cidade Santa da ocupação estrangeira. «Esta é a ajuda que Ele vos enviou! Deus escolheu a dedo tais tropas.»

Este hino ao caráter e objetivo dos Templários ocupou os primeiros quatro capítulos do *De Laude*. O resto — outros nove capítulos — era um guia dos lugares da Terra Santa que os Templários tinham sido designados para defender. Começava com o próprio Templo — «adornado com armas em vez de joias» — e incluía descrições sucintas de Belém, Nazaré, monte das Oliveiras, rio Jordão, Santo Sepulcro e das cidades de Betfagé e Betânia — lugares populares de peregrinação a um dia de distância a cavalo de Jerusalém. Bernardo nunca viajou pessoalmente até Jerusalém — para ele, o Mosteiro de Claraval era o verdadeiro centro de toda a espiritualidade —, por isso as suas descrições físicas da Terra Santa apoiavam-se em detalhes reunidos a partir de viajantes e peregrinos.

Cada capítulo era, com efeito, um pequeno sermão[32]. Se fosse lido alto ou recitado de cor no local sagrado correspondente, teria gerado inspiração, encorajamento e revelação a quem aí se encontrasse. Um cavaleiro do Templo que estivesse de vigia a uma procissão de peregrinos na estrada para Belém estava equipado de forma prática e espiritual para a tarefa. Estaria disponível para explicar, em termos razoavelmente aprendidos, o significado de cada lugar sagrado aos civis que viajassem a seu lado. E, se estivesse a tremer interiormente pelo medo de uma emboscada, poderia fortalecer-se com as palavras que Bernardo escrevera sobre a cidade, refletindo que esta era «a casa do pão», onde Cristo, «o pão vivo vindo do céu, [nasceu] da Virgem»[33]. Tal como em Nazaré, o templário momentaneamente desencorajado podia animar-se ao relembrar outro aforismo de Bernardo, pensando que estava a

caminhar no local onde «o menino Deus (...) cresceu até à maturidade, como um fruto amadurece dentro da flor»[34].

Hugo de Payens tinha pedido a Bernardo para escrever «algumas palavras de exortação», de modo a elevar os espíritos dos homens na frente de combate. Tinha-lhe sido dada a tarefa de conseguir «apoio moral, mais do que material», para a nova ordem[35]. Ninguém tinha pensado mais sobre a curiosa fusão dos papéis de monge e de cavaleiro nos Templários, e ninguém era mais adequado para colocar em palavras o espírito desta poderosa nova ordem. Mas Bernardo não era o único que pensava seriamente sobre os Templários; longe da Terra Santa, outro patrono pensava sobre como podia apoiar esta recém-fundada ordem. O seu nome era Afonso, rei de Aragão, e estava na primeira linha da luta contra o islão — não combatendo contra seljúcidas e fatímidas na Terra Santa, mas lutando contra os mouros no sul de Espanha, num processo conhecido como guerra de Reconquista.

5 No interior do fraturado império seljúcida existiam, em paralelo, diversos sistemas políticos e chefias militares. O *sultão* era como um rei. Um *emir* estava uma hierarquia abaixo e podia exercer pessoalmente competências sobre uma cidade ou uma região em particular. Um *atabegue* era um governador ao estilo de regente, que exercia poder em nome de um emir demasiado jovem ou fraco para o fazer.

6 A escolha dos fatos brancos foi uma das mais claras influências cistercienses na regra templária. A famosa cruz vermelha seria adicionada mais tarde, em 1139.

7 Apesar disto, os Templários usavam o cabelo e a barba em estilos diferentes, conforme o dia: algumas imagens mostram-nos com barbas compridas e outras com longo cabelo encaracolado. Um registo do século XIII de Jacques de Vitry menciona os Templários com cabeças praticamente rapadas.

4

«TODA A BOA DÁDIVA»

Em julho de 1134, Afonso, *o Batalhador*, rei de Aragão, montou acampamento fora da cidade de Fraga e ordenou aos servos que lhe levassem as suas relíquias, de que tinha uma coleção impressionante. Durante o decorrer de uma longa e vivida carreira, o rei de sessenta e um anos tinha adquirido fragmentos dos corpos ou dos pertences da Virgem Maria, de vários apóstolos, de alguns dos primeiros mártires cristãos e de um sortido de santos, e todos eles estavam em pequenas caixas de marfim e folha de ouro ou de prata e cravejadas de pedras preciosas. A relíquia mais bela de todas era um pedaço de madeira que se dizia ter vindo da cruz em que Jesus fora crucificado, onde se tinha entalhado um pequeno crucifixo e que fora guardado numa arca feita de ouro e incrustada de joias. Afonso roubara-o a um mosteiro em Leão, no caminho de peregrinação para Santiago de Compostela[1].

Era hábito de Afonso ter as suas relíquias perto de si a qualquer momento. Estes pedaços de santidade tinham visto muita ação, dado que Afonso havia passado quase toda a sua vida adulta no campo de batalha, lutando com grande sucesso e pouca discriminação contra os príncipes cristãos de territórios vizinhos e os muçulmanos que tinham ocupado muito do sul da Península Ibérica. Durante a maior parte desse tempo, as relíquias tinham sido parte da sua bagagem, transportadas com a tenda que lhe servia de capela portátil. Agora, os padres traziam-lhe as relíquias e, perante esses preciosos pedaços de madeira, osso e pele semelhante a couro, Afonso fez uma jura violenta.

Fraga situava-se nas margens do rio Cinca. Esta era terra de fronteira, onde a Europa cristã chocava contra o Al-Andalus: os estados muçulmanos que tinham ocupado a maior parte do sul de Espanha desde que os exércitos do califado omíada tinham

atravessado o estreito de Gibraltar no século VIII. Durante várias gerações, cristãos e muçulmanos encontravam-se sob um emaranhado inconstante e multiétnico de reinos e emirados, que alternavam entre coexistência pragmática e guerra brutal. No entanto, havia desde o final do século X um agudizar das diferenças religiosas na Península, e as guerras entre os vários reinos eram cada vez mais sectárias, em que os governantes cristãos do Norte sentiam como dever comum fazer recuar as forças do islão para o Norte de África. Este esforço tinha recebido bênção do papa Pascoal II em 1101, que proibiu os cristãos espanhóis de se juntarem à guerra santa a oriente, dizendo-lhes para «ficar no vosso reino lutando com toda a vossa força contra os moabitas e os mouros»[2]. No Primeiro Concílio de Latrão, em 1123, esta ordem foi repetida, e as guerras contra os muçulmanos em Espanha foram explicitamente equiparadas às guerras na Terra Santa. Começou-se a falar da *via de Hispania*: o «caminho de Espanha», pelo qual os cristãos poderiam finalmente abrir uma rota marítima para Jerusalém a partir de portos livres em Espanha ou uma estrada por terra através do Norte de África e do Egito. E as campanhas para desgastar o Al-Andalus tornaram-se oficialmente um segundo palco numa guerra muito maior cujo objetivo primordial era a conquista da Terra Santa[3]. Afonso era um subscritor entusiasta desta visão do mundo.

Fraga estava em mãos muçulmanas. Os cidadãos tinham pedido a Afonso, através de intermediários, para levantar o cerco, aceitar a rendição e permitir às pessoas que partissem tranquilamente. Afonso tinha sido avisado de que, se não o fizesse, um enorme exército de guerreiros muçulmanos viria para o destruir. Isto só aumentou o seu apetite pelo confronto. Com Deus e os santos como suas testemunhas, declarou que não haveria misericórdia. «Planeou capturar a cidade e matar toda a classe nobre muçulmana», escreveu um cronista cristão. «Queria as suas mulheres e crianças como prisioneiras e (...) confiscar todas as suas riquezas.»[4]

Os duzentos camelos altamente carregados que se avistavam das margens do rio Cinca na manhã de terça-feira, 17 de julho de 1134, podem ter dado ao rei de Aragão uma pausa para pensar. Os grandes animais de carga e os seus condutores faziam parte de um enorme exército muçulmano enviado pelo emir de Múrcia e Valência: um «bravo guerreiro» com o nome de Yahya ibn-Ghaniya, mais conhecido pelos cristãos como Abengenia[5]. O seu exército incluía forças de outros baluartes muçulmanos como Córdova e Lérida e estava fortemente reforçado com homens, animais e provisões enviados pelo império almorávida no Norte de África — o verdadeiro centro do poder no mundo islâmico ocidental, com capital em Marraquexe. Os almorávidas eram um inimigo exótico e perigoso: os seus líderes militares eram famosos pelo véu que usavam sempre, que lhes cobria o nariz e a boca, deixando apenas os olhos à vista. De acordo com uma estimativa, teriam enviado dez mil homens para Fraga. Ainda que se possa aceitar algum exagero, as forças que agora confrontavam Afonso eram, sem dúvida, enormes[6].

A coluna de camelos que se aproximava das muralhas da cidade estava carregada com bens essenciais para os cidadãos. Afonso ordenou ao seu parente Bernardo, conde de Laon, que comandasse um ataque e trouxesse de volta o saque. Bernardo hesitou, sugerindo uma estratégia mais cautelosa; Afonso encolerizou-se, repreendendo o primo e chamando-lhe cobarde. Foi um erro fatal.

Quando as forças aragonesas avançaram para enfrentar a escolta muçulmana, os camelos e a guarda militar recuaram e escaparam. Os cristãos perseguiram-nos, mas viram-se numa armadilha. O resto do exército de Ibn-Ghaniya, que tinha sido dividido em mais quatro colunas, avançou e rodeou-os, e sem demoras «começou o ataque com lanças, setas, pedras e outros projéteis»[7]. Entretanto, os cidadãos surgiram das portas da cidade. «Homens e mulheres, novos e velhos», todos se lançaram sobre o acampamento de Afonso. Os homens massacraram os cristãos não-

combatentes, enquanto as mulheres comandavam um saque geral, roubando as tendas de comida, equipamento, armas e engenhos do cerco[8]. Para maior humilhação, os assaltantes muçulmanos arrasaram a capela de Afonso, roubando a sua arca dourada e deixando a tenda sagrada «completamente rasgada no chão»[9].

A batalha acabou numa derrota. Vários bispos e abades foram mortos, bem como dezenas dos melhores cavaleiros de Aragão e a maioria dos líderes do exército. Praticamente todos os membros da casa de Afonso foram capturados e a totalidade dos setecentos soldados da sua guarda de infantaria foi chacinada. Em tantas décadas de guerra, durante as quais Afonso tinha lutado em batalhas e cercos de Baiona a Granada, nunca sofrerá uma derrota tão devastadora. Golpeou ferozmente pelo campo de batalha, mas o esforço foi em vão, e terá sido finalmente persuadido a escapar com um pequeno grupo de cavaleiros. Juntos fugiram para oeste, para Saragoça, virando depois para norte na direção do sopé dos Pirenéus e do belo mosteiro românico de San Juan de la Peña, onde o pai de Afonso fora sepultado. O rei-guerreiro voltava para casa.

Na sexta-feira, 7 de setembro de 1134, Afonso morreu, muito provavelmente pelas feridas sofridas em Fraga, ainda que cronistas cristãos e muçulmanos atribuam a causa da morte ao luto. As guerras da reconquista cristã na Península Ibérica tinham perdido um dos seus mais temidos e enérgicos defensores. Mas se o destino tinha levado um líder, trouxe também consigo uma nova vaga de combatentes que iriam mudar a história do conflito.

Afonso morrera como vivera, austero em espírito e estritamente concentrado nas façanhas da guerra. Como era próprio de um homem que dormia com o seu escudo todas as noites e que acreditava que «era próprio de um homem aguerrido associar-se a homens e não a mulheres», nunca foi pai[10]. No seu testamento, escrito três anos antes da sua morte, o rei nomeou como suas principais herdeiras três ordens sediadas em Jerusalém: os cónegos do Santo Sepulcro, os Hospitalários e os Templários, que descreveu

como «o Templo do Senhor com os seus cavaleiros que batalham para defender o nome do cristianismo»[11]. Afonso declarou a estas três entidades:

> Lego (...) todo o meu reino, bem como o domínio que tenho do meu reino, a soberania e os direitos sobre a população da minha terra, clérigos e leigos, bispos, abades, cónegos, monges, magnatas, cavaleiros, burgueses, peões, mercadores, homens e mulheres, pequenos e grandes, ricos e pobres, e também judeus e sarracenos.

Precisamente cinco anos depois de o Concílio de Troyes lhes ter dado uma verdadeira Regra, os Templários tinham conseguido um terço de um reino: um feito brilhante. Traçou um rumo para o seu futuro. Em primeiro lugar, significava que, nos dois séculos seguintes, os Templários desempenhariam um papel na Reconquista. Em segundo lugar, demonstrava o espírito de faustosa generosidade para com as cruzadas e os cruzados que crescia pela Europa, sem o qual todo o conceito de ordens militares teria falhado.

Quando Hugo de Payens voltou a Jerusalém, fê-lo com a fama que a sua jovem ordem firmemente estabelecera. Mas, apesar das promessas que fizera aos seus patronos em França e Inglaterra, não a lançou imediatamente em extensas campanhas militares. O envolvimento dos Templários no ataque a Damasco em 1129 — um assalto de que falara seriamente na sua viagem de recrutamento — era dificilmente promissor. De acordo com um relato, as forças cristãs tinham uma conduta «muito imprudente (...) e além dos limites da disciplina militar»[12]. As forças de Balduíno aproximaram-se da cidade no outono, mas insensatamente dividiram as suas forças; sofreram uma emboscada e foram depois dispersadas por um clima medonho, assassinadas pelos defensores da cidade entre nevoeiro espesso e forte chuva. A ocidente, o veredicto era cruel: o autor da *Crónica Anglo-Saxã* julgou que os recrutas a quem fora vendida uma gloriosa nova cruzada tinham sido «lamentavelmente enganados»[13].

Ao longo dos dez anos seguintes, parece que os Templários tomaram parte em apenas duas ações significativas. Em 1137, dezoito dos seus cavaleiros estavam entre os sitiados, juntamente com Fulque de Anjou, no castelo de Montferrand, perto de Homs, no condado de Trípoli (por esta altura, Fulque era rei de Jerusalém, tendo sucedido a Balduíno II após a sua morte em 1131). Dois anos mais tarde, outra batalha desonrosa teve lugar, desta vez no reino de Jerusalém, perto de Hébron. Muitos templários tinham integrado um exército cristão que enfrentou um grande bando de «ladrões e bandidos malvados»; foi um confronto desorganizado e impetuoso que resultou em confusão, com os cristãos a fugir por planícies rochosas e sem trilhos e tombando em números desencorajadores. «Alguns pereceram pela espada e outros foram atirados de cabeça por precipícios», escreveu o cronista Guilherme de Tiro[14].

Nos seus primeiros anos, a ordem não tinha o hábito de se juntar a este tipo de ações; nesta altura, os Templários eram vistos como mais adequados para o importante dever de vigiar castelos. Em 1136, foram encarregados de estabelecer guarnição militar em fortalezas que controlavam os perigosos caminhos das montanhas de Amanus, perto de Antioquia. Esta era uma importante responsabilidade estratégica: as passagens de Amanus eram as estradas-chave da Ásia Menor para a Síria e controlá-las era vital para a segurança do condado de Edessa e do principado de Antioquia, bem como para a segurança dos peregrinos que iam para Jerusalém por terra.

A 24 de maio de 1136, Hugo de Payens morreu. Nenhum cronista contemporâneo mencionou as circunstâncias do seu falecimento, e a data é apenas conhecida porque foi oficialmente comemorada nos anos que se seguiram. O que é possivelmente mais notável é que a ordem que criou lhe sobreviveu sem crises. A Regra concebida em Troyes não tinha indicações sobre a forma de escolher um novo mestre, mas adendas tardias tornaram claro que se faria por eleição, num encontro capitular em que a maior parte dos veteranos templários do Ocidente e Oriente se reuniriam para votar. O

sucessor de Hugo foi Roberto de Craon (também conhecido como Roberto Burgundio), um nobre sagaz de Poitou com ligações próximas ao novo rei Fulque de Jerusalém. Guilherme de Tiro chamou-lhe «um cavaleiro distinto, valoroso com as armas, nobre de sangue e natureza»[15]. Na época da morte de Hugo, Roberto era o senescal da ordem, um título da casa real para um mordomo com deveres administrativos mais abrangentes. Roberto era um membro devoto da ordem, que tinha abandonado a noiva em casa, em 1125, para viajar para a Terra Santa e combater. Como Hugo, viajava regularmente entre Jerusalém e o Ocidente e, como mestre, passava muito do seu tempo a solicitar donativos de benfeitores ricos no sul de França e a resolver as disputas legais após o testamento de Afonso I de Aragão[16]. Teve particular sucesso a estabelecer ligações entre a ordem e a corte pontifícia em Roma.

A 29 de março de 1139, durante uma das visitas de Roberto de Craon a França e a Itália, o papa Inocêncio II emitiu uma bula (uma carta oficial com o selo pontifício feito de chumbo, para o qual a palavra latina era *bulla*) dirigida aos Templários. Como todas as bulas papais, esta era conhecida pelas primeiras palavras do texto, *Omne Datum Optimum* («Toda a Boa Dádiva»), uma citação da Epístola de Tiago[8].

A bula *Omne Datum Optimum* concedeu aos Templários um leque de privilégios extraordinários. O papa louvou os cavaleiros que se tinham juntado à ordem para se transformarem de «filhos da raiva» em ouvintes que tinham abandonado a vida mundana e as possessões pessoais[17]. Confirmou depois o direito dos Templários a «utilizar sempre ao peito o símbolo da cruz da vida» — um símbolo que, ao ser estampado a vermelho nas vestes brancas dos Templários, acabou por se tornar num uniforme icónico.

O apoio de Inocêncio aos Templários fazia sentido. Tinha sido ajudado por Bernardo de Claraval durante uma séria crise política entre 1130 e 1138: o papado tinha caído num cisma e Bernardo tinha apoiado as pretensões de Inocêncio em detrimento das do antipapa Anacleto II. Quando o cisma se resolveu a favor

de Inocêncio, este tinha todas as razões para retribuir o favor enchendo a Ordem do Templo com gratificação espiritual. Ainda assim, a bula *Omne Datum Optimum* era excecionalmente generosa.

A bula colocou os Templários «sob a proteção e tutela da Santa Sé por todos os tempos vindouros». Roberto de Craon e os seus sucessores não deveriam responder a outro que não o papa: eram completamente independentes, em toda a cristandade, da autoridade de reis e patriarcas, barões e bispos, e os seus costumes foram abertamente declarados livres da intromissão de «qualquer pessoa eclesiástica ou secular». A Regra esboçada em Troyes confirmou-se e os Templários foram designados «defensores da Igreja Católica e agressores dos inimigos de Cristo», uma licença tão ampla que, efetivamente, abrangia tudo.

Foi assegurado aos Templários o direito de serem regidos por um mestre escolhido por si, bem como isenção de pagar a dízima — os impostos dos paroquianos coletados rotineiramente pela Igreja —, enquanto lhes era permitido coletar a dízima de quem vivesse nas terras que possuíam. Este provento era reservado para uso exclusivo dos Templários. Tinham autorização de nomear os seus próprios padres para administrar os «sacramentos e ofícios divinos», ignorando a autoridade dos bispos locais, e podiam construir oratórios — capelas privadas — nos templos da ordem, onde os irmãos podiam ser enterrados. Os padres templários deveriam responder ao seu mestre; uma situação altamente invulgar, já que o seu mestre, ainda que jurasse obedecer à Regra, não tinha de ser ordenado.

Juntas, estas concessões deram aos Templários privilégios invejáveis, independência e autonomia. Em comparação, os Hospitalários, que tinham expandido o seu papel médico e pastoral para apoiar um flanco militar por volta de 1120, só tiveram a confirmação pontifícia da sua regra em 1153, apesar de estarem também muito ocupados a construir uma rede de propriedades e favores na Europa para apoiar a sua missão na Terra Santa. Os

Templários viriam a ser ainda mais protegidos através de nova resolução papal: quem quer que os agredisse deveria ser excomungado, proibido de «fazer parte do mais sagrado corpo e sangue de nosso Senhor, Jesus Cristo», e sentenciado a «cumprir penas severas» no julgamento final. Esta era uma ameaça muito séria, já que, de acordo com antigos textos da Igreja, os castigos marcados para os infiéis e os desobedientes no Dia do Apocalipse incluíam ser queimados num grande fosso de pez e enxofre, pendurados pelas sobrancelhas sobre um lago de fogo e a barriga roída por um monte de minhocas em contorção[18].

As excelentes relações dos Templários com o papado continuariam de boa saúde em meados do século XII. Celestino II, que ocupou o lugar durante seis meses, entre a morte de Inocêncio no outono de 1143 e a sua própria morte em março do ano seguinte, emitiu, a 9 de janeiro de 1144, uma bula com o título *Milites Templi* («Cavaleiros do Templo»), que concedia a todos os que se juntassem a eles alívio de penitência e lhes garantia um enterro cristão. Os Templários foram também autorizados a abrir, uma vez por ano, igrejas que tinham sido colocadas sob Interdito[9] e aí manter o serviço, do qual podiam recolher donativos. Por fim, o papa Eugénio III, um abade cisterciense e protegido de Bernardo de Claraval que assumiu o cargo de fevereiro de 1145 até julho de 1153, elaborou uma terceira bula, conhecida como *Militia Dei* («A Milícia de Deus»), em que reconfirmava o direito dos Templários a eleger os seus próprios padres e a construir os seus oratórios privados, onde podiam prestar serviço longe dos perigos que surgiriam se «se juntassem a multidões de homens e encontrassem mulheres enquanto iam para a igreja»[19]. Concebido desta forma, parecia que o objetivo de Eugénio fosse o de aliviar os Templários do fardo de se misturarem com as mulheres e os pobres imundos. Mas escondia um valioso privilégio financeiro: nos oratórios templários era permitido colher a dízima e cobrar taxas para enterrar os mortos, mesmo quando estes estivessem estabelecidos nas jurisdições de outros eclesiásticos. Além disso,

não tinham de dar nenhuma dessa riqueza ao seu bispo, arcebispo ou abade local. Este privilégio aparentemente inócuo permitir-lhes-ia, com o tempo, adquirir riquezas incontáveis.

O selo templário, utilizado para autenticar cartas e documentos, era um disco de cera que mostrava dois irmãos montando o mesmo cavalo, uma recordação do seu compromisso sob juramento com uma vida de pobreza. Contudo, ironicamente, ao comprometerem-se a viver em penúria, os Templários tornaram-se ricos. O seu empenho em proteger os peregrinos na Terra Santa e a sua filosofia de violência divina geminada com austera virtude pessoal trouxeram-lhes os mais altos patrocínios. E, tal como com os mais poderosos, também os homens e as mulheres comuns da cristandade encheram os cofres dos Templários legando-lhes terras, propriedades, edifícios, rendas e receitas, serviços e objetos pessoais.

Os homens mais devotos e fisicamente dotados podiam juntar-se à ordem, fazer os seus votos, viajar para oriente e confrontar pessoalmente as forças do islão, fosse combatendo como cavaleiros ou apoiando as operações da ordem com alguma outra capacidade, como capelões, servos ou oficiais, irmãos jurados que utilizavam vestes negras e que realizavam funções vitais fora dos combates.

Mas a vida nas areias das estradas entre Jerusalém e Jafa não era possível ou desejável para todos. Alguns escolheram, em vez disso, associar-se à ordem oferecendo dádivas do que possuíam. Podiam ser tão modestos como um pedaço de lenha, uma capa velha, uma espada ou uma cota de malha, ou tão sumptuosas como uma propriedade inteira, uma igreja ou uma larga soma de dinheiro, e muitas vezes estas vinham de quem não tinha meios para se juntar pessoalmente à guerra santa. Em 1133-4, Laureta, uma mulher de Douzens (norte dos Pirenéus, entre Carcassonne e Narbonne), doou terras, direitos feudais e o trabalho dos seus rendeiros aos Templários, «que lutam com coragem pela fé contra os ameaçadores sarracenos que tentam constantemente

destruir a lei de Deus e os fiéis que a servem»[20]. Um obituário de uma igreja templária em Reims, iniciado algumas décadas mais tarde, listava todas as doações de indivíduos e as datas em que deveriam ser relembrados pelos irmãos. Celebrava pessoas como «Sibila, sobrinha de Thierry Strabo: deu a esta igreja um terço da sua vinha» e «Balduíno Ovis, por cujo aniversário de casamento a sua mulher Pontia deu a esta igreja uma loja no mercado das roupas»[21].

Juntas, as ofertas dadas por um Ocidente generoso — dinheiro, cavalos, roupas, armas — para apoiar a ação no Oriente providenciaram o que era conhecido em latim como o *responsio* dos Templários. Um terço das receitas feitas em cada casa templária era enviado para a linha da frente, onde a ordem mais necessitava delas.

Os donativos vinham principalmente de quatro áreas: dos territórios franceses do norte do Loire (a região da *langue d'oil*), dos condados do sul de França na zona da Provença (a *langue d'oc*), de Inglaterra e de Espanha. Para gerir as propriedades e as doações recebidas, e para coordenar o processo de canalizar as receitas para a Terra Santa, a Europa Ocidental estava organizada sob a autoridade de oficiais veteranos com responsabilidade sobre as suas próprias regiões. Pequenas porções de terra eram englobadas em propriedades maiores, vigiadas por uma série de casas de estilo monástico conhecidas como precetorias ou comendas[10]. Estas terras podiam ser arrendadas, utilizadas para colheitas ou como pasto, dependendo da sua localização. Algumas das receitas sustentavam a propriedade; os lucros financiavam a ordem. Seria difícil distinguir a maioria destas precetorias de um normal mosteiro cisterciense, incorporado por um conjunto de sargentos, com uma lista de servos que faziam trabalho subalterno para os auxiliar.

Em algumas casas podiam ser encontradas mulheres, e não apenas como criadas: em certos casos, maridos e mulheres juntavam-se à ordem como membros associados, o que significava

que podiam partilhar aspetos da vida templária, mas sem fazer os votos de pobreza, castidade e obediência. Por vezes, mulheres particularmente ricas eram mesmo escolhidas como precetoras e encarregadas das casas que tinham doado — ainda que não seja certo se ocupavam realmente as suas posições ou se as delegavam em homens, dado que a regra templária era clara sobre a necessidade de uma estrita segregação entre os sexos para evitar a tentação. As casas templárias nos reinos espanhóis eram particularmente predispostas a flexibilizar as regras e permitir às mulheres que aderissem à ordem como associadas ou irmãs, talvez porque as mulheres tinham aí muito mais liberdade para dispor da sua propriedade[22].

Contrariamente à maior parte dos mosteiros, as casas templárias estavam ligadas numa hierarquia coerente e que respondia a uma estrutura regional. No final da década de 1120, Hugo de Rigaud tomou a responsabilidade de aceitar donativos na Provença, em Aragão e em Toulouse. Tinha o título de «procurador», o que sugeria uma espécie de agente de negócios[23]. Outros dos primeiros procuradores foram Hugo de Argentein, em Inglaterra, e Payen de Montdidier, responsável pelas atividades da ordem no norte de França.

As pessoas mais importantes nem sempre precisavam de estar diretamente envolvidas na guerra santa para compreender o benefício de apadrinhar os Templários. A ordem conseguiu obteve enormes ganhos em Inglaterra na década de 1130, aproveitando um conflito sangrento (conhecido atualmente como a Anarquia) que atingiu o reino após a morte do rei Henrique I em 1135. Henrique morrera sem deixar um herdeiro varão legítimo e a sua filha, Matilde, iniciou uma guerra contra o seu primo Estêvão de Blois para assegurar a sucessão. Ambos os lados tinham boas razões para favorecer os Templários. Matilde estava casada com Godofredo Plantageneta, conde de Anjou, o filho mais velho do rei Fulque de Jerusalém, enquanto o condado de Blois, casa de Estêvão, não estava longe de Champanhe, o centro do

recrutamento e da ideologia templária. O pai de Estêvão tinha sido um herói da Primeira Cruzada, enquanto a sua mulher, Matilde, condessa de Bolonha, era neta de Balduíno I. Estêvão e Matilde competiam abertamente para provarem ser o benfeitor mais generoso da ordem. Em troca, esperavam apoio político e segurança espiritual assim que os Templários prometessem rezar pela sua boa sorte e pela imortalidade das suas almas.

Durante a viagem de Hugo de Payens a Inglaterra em 1128, a ordem tinha estabelecido uma casa em Londres, conhecida como o «Velho» Templo, perto de Holborn[24]. Durante a Anarquia, seguiu-se uma torrente de outras ofertas da realeza, incluindo terras e propriedades no Oxfordshire, Hertfordshire, Essex, Bedfordshire, Lincolnshire, Berkshire e Sussex. Em 1137, a mulher de Estêvão deu aos Templários a rica e bem situada herdade de Cressing, no Essex (agora Cressing Temple), à qual Estêvão agregou mais tarde terras próximas em Witham[25]. Na época, este donativo seria a base para uma rica e movimentada propriedade, com dezenas de famílias arrendatárias que trabalhavam a terra, numa rede em expansão de casas monásticas, cozinhas e edifícios de quinta, trabalho esse que enchia dois vastos celeiros do século XIII, o Celeiro do Trigo e o Celeiro da Cevada, que ainda hoje existem.

Do outro lado do canal da Mancha, a história era a mesma. Os Templários tinham construído vastas redes de propriedades em Champanhe, Blois, Bretanha, Aquitânia, Toulouse e Provença, estabelecendo precetorias para fixar a sua presença local. Dezenas de casas templárias cresceram desde o golfo de Génova até ao novo reino atlântico de Portugal, que também foi arrebatado de mãos islâmicas e restabelecido pelos cristãos sob o autoproclamado primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques. Durante a década de 1140, D. Afonso Henriques ocupou o vale do Baixo Tejo, conquistando sempre para sul até Lisboa, onde o rio desagua no oceano Atlântico. Em 1128, D. Afonso Henriques descrevera-se como irmão (*confrater*) dos Templários[26]. Colocou uma série de magníficas fortalezas nas mãos da ordem, como os

castelos de Soure e Almourol e, em abril de 1147, publicou uma carta direcionando as receitas de cada igreja na região do seu castelo em Santarém para mãos templárias, «para que os (...) cavaleiros e seus sucessores as tenham e as mantenham com direitos perpétuos, de modo que nenhum clérigo ou leigo as possam reclamar»[27]. Ligar os Templários aos assuntos do seu novo reino trouxe segurança e prestígio. Era também uma forma prática de ocupar e estabelecer guarnição militar em terra recentemente conquistada.

Com cada avanço e cada oferta recebida, a riqueza dos Templários aumentou, a capacidade para prosseguir com a guerra santa cresceu e a sua fama espalhou-se. Ainda que talvez não tenha percebido, Afonso, *o Batalhador*, rei de Aragão, tinha sido um pioneiro num movimento que alteraria a expressão das cruzadas.

No decorrer de uma vida a lutar contra os muçulmanos, Afonso de Aragão tinha pensado muito na ideia de uma ordem militar. De facto, tinha tentado por duas vezes fundar uma ordem: em 1122, tinha estabelecido a Confraternidade (ou Irmandade) de Belchite, assim chamada por se encontrar num castelo fronteiriço a cerca de 32 quilómetros de Saragoça. Isentos de impostos e com liberdade para ficar com qualquer saque obtido de mãos islâmicas, os cavaleiros que escolheram oferecer os seus serviços em Belchite juraram manter hostilidade imortal e implacável em relação «aos pagãos» e nunca fazer a paz com estes[28]. Seis anos mais tarde, Afonso fundou outra ordem numa cidade totalmente nova chamada Monreal del Campo, construída de base e sustentada por receitas e liberdades que eram especificamente modeladas nas que eram concedidas aos Templários.

Nem a Ordem de Belchite nem a de Monreal del Campo se enraizaram verdadeiramente. Não procuraram nem ganharam os mesmos privilégios pontifícios que os Templários e a sua esfera de operações nunca se expandiu além dos limites que tinham sido encarregados de manter a salvo. Mas era ainda significativo que

Afonso tivesse tentado injetar, nos seus conflitos com as forças islâmicas, elementos da luta que estava a ter lugar no reino de Jerusalém. Na década de 1130, a guerra na Península Ibérica tinha ganho o estatuto político e espiritual de uma cruzada. E, talvez fosse natural, que também se devesse parecer com uma cruzada a nível organizacional.

É certo que nas décadas de 1130 e 1140 os Templários abundaram em Espanha. Nunca tomaram o comando de Aragão, já que o excêntrico testamento de Afonso seria contestado e foi necessário encontrar uma solução política convencional para a crise sucessória que provocara. De uma forma rápida, para não dizer simples: o irmão de Afonso, Ramiro, monge beneditino, foi retirado das ordens sagradas e casou com a filha do duque da Aquitânia; a filha que daí resultou casou, ainda como infanta, com um filho do conde de Barcelona, Ramon Berenguer IV; Ramiro voltou para os claustros e Ramon Berenguer tomou o controlo de Aragão, unindo o reino de forma permanente aos seus próprios territórios. Ainda assim, a ordem teve bom proveito devido ao seu lugar no testamento de Afonso. Como parte do acordo final, feito em 1143 entre Ramon Berenguer IV e Roberto de Craon, os Templários receberam uma formidável doação de receitas e a custódia de seis castelos importantes, bem como as terras que estavam sujeitas ao domínio desses castelos. Muitos deles eram propriedades esplêndidas e tornar-se-iam ainda mais sob a administração templária.

A fortaleza banhada pelo sol no topo de uma colina em Monzón, orgulhosamente construída pelos líderes árabes de Saragoça no século XI, foi reconstruída pelos Templários para incluir novas muralhas de defesa e torres, cavalariças e quartéis. Era uma ligação numa cadeia de castelos de fronteira — Mongay, Chalamera, Barberà, Remolins e Belchite — que estavam agora nas mãos dos Templários para serem geridos, guarnecidos e mantidos. Já que esta era uma tarefa dispendiosa, os Templários em Aragão eram ricamente sustentados. Era-lhes prometido dez por cento das

receitas reais do reino, no valor de mil *solidi* (uma antiga mas valiosa moeda de ouro) pagos pelos cidadãos de Saragoça, além da isenção de quaisquer impostos e o direito a um quinto de qualquer saque que conseguissem adquirir ao combater os infiéis.

Não era exatamente um terço do reino, mas era uma fortuna em qualquer caso, e muito maior do que a recebida pelos Hospitalários, que estavam privados da sua parte do testamento e a quem eram apenas dadas pequenas parcelas do território como compensação (como acontecia com os cónegos do Santo Sepulcro)[29]. Obviamente que os castelos e as receitas não eram dados simplesmente para enriquecer a Ordem do Templo. A responsabilidade em manter as fortalezas de fronteira significava que os Templários tinham agora interesses diretos nas cruzadas ibéricas. A carta que confirmava o direito dos Templários aos castelos de Aragão, escrita em nome de Ramon Berenguer, explicava que o objetivo de enriquecer e dar poder à Ordem do Templo era «estabelecer uma milícia no poder do exército divino para defender a Igreja Ocidental em Espanha, para esmagar, derrotar e expulsar a raça dos mouros (...) seguindo o exemplo do Templo de Salomão em Jerusalém, que protege a Igreja Oriental»[30]. Poderia muito bem ser isso que Afonso, astuto até ao fim, pretendia precisamente.

Em todo o Ocidente latino, a reputação dos Templários aumentava, e o seu portefólio de propriedades crescia de forma exponencial. Os seus chefes tinham provado ser politicamente dotados, criando amizades com reis cristãos de Inglaterra a Jerusalém, procurando as boas graças de três papas e inspirando homens de temperamento tão diferente como Afonso I de Aragão e Bernardo de Claraval, utilizando a sua influência para apoiar a ordem. Os Templários estavam eficientemente organizados numa pirâmide de casas que respondiam a mestres regionais e, por fim, ao grão-mestre em Jerusalém. Quando desafiados, mantinham-se firmes pelos seus direitos.

Não tinham ainda passado três décadas desde que o primeiro mestre do Templo tinha feito uma petição ao Concílio de Nablus para que o seu desorganizado grupo tivesse reconhecimento oficial, um lugar onde dormir e alguns donativos caridosos para o seu sustento diário. Mas, no final da década de 1140, os Templários eram famosos em todo o mundo cristão.

No entanto, apenas a fama não era suficiente. Para todos os efeitos, os Templários eram um grupo de cavaleiros sagrados. Eram homens combativos: guerreiros cuja razão de existência era proteger ou matar. E, em 1147, o tempo de matar estava diante deles. Meio século após a primeira investida ocidental sobre a Terra Santa, a Igreja romana estava a preparar-se para apadrinhar um outro assalto militar combinado e sólido no Oriente. Ficou conhecido como a Segunda Cruzada, e desta vez os Templários eram uma peça central.

8 «Toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vêm do Alto, descendo do Pai das luzes no qual não há mudanças nem períodos de sombra» (Tiago 1:17).

9 Interdito era uma pena severa de limbo terreno, que tomava a forma no encerramento de igrejas, geralmente imposto quando um governante local entrava em conflito com Roma; só podia ser levantado pelo papa ou pelos seus representantes diretos.

10 Os termos «comenda» e «precetoria» podem ser utilizados de forma alternada, tal como as categorias dos oficiais que as vigiavam, conhecidos como comendadores ou precetores.

PARTE II

SOLDADOS

1144-1187

«ERAM OS MAIS FEROZES LUTADORES
DE TODOS OS FRANCOS.»

IBN AL-ATHIR

5

«UM TORNEIO ENTRE CÉU E INFERNO»

Imad al-Din Zengi visitou a mina que os seus sapadores tinham cavado por baixo das muralhas setentrionais de Edessa e declarou estar satisfeito[1]. Tinham trabalhado durante quatro semanas e o túnel estendia-se agora para «o ventre da terra», com as suas sujas paredes sustentadas por fortes traves de madeira e a entrada protegida pelas catapultas do cerco de Zengi, conhecidas como manganelas, que mantinham os poucos defensores da cidade — uma turba de sapateiros, padeiros, comerciantes e padres — imobilizados atrás de barricadas, evitando um bombardeamento constante de pedras pesadas. Ao mesmo tempo, voavam setas: de acordo com um cronista muçulmano, o ar estava tão espesso de projéteis que até os pássaros se afastavam[2].

Zengi era um homem difícil de satisfazer. Aos sessenta anos, o atabegue de Mossul e Alepo era ainda bem-parecido, com a pele escura queimada pelo sol, cabelo grisalho e olhos marcantes. Um admirador chamou-lhe «o homem mais valente do mundo»; outro falou da sua mestria com o arco e a flecha, aperfeiçoada pelas incontáveis horas passadas a caçar desde gazelas até hienas[3]. Todavia, mesmo os seus admiradores reconheciam o seu caráter vicioso, cujo sucesso militar se expandiu com uma reputação perpétua de carniceiro. Zengi era despreocupadamente inventivo na violência que dirigia de igual modo aos seus inimigos, subordinados e próximos. Crucificou as próprias tropas por marcharem fora da linha e esmagarem colheitas. Se os seus comandantes militares o irritassem, tanto os podia matar ou banir e castrar os seus filhos. Um acesso de rancor dirigido a uma das suas mulheres acabou com esta a ser obrigada a separar-se sem grandes formalidades e arrastada para uma zona de estábulos onde foi violada pelos

criados que aí trabalhavam enquanto Zengi assistia[4]. Guilherme de Tiro descreveu-o como «um homem muito perverso e o mais cruel perseguidor dos cristãos» e «um monstro que odiava o nome de um cristão como se fosse peste»[5]. Resumindo, Zengi era um dos chefes militares mais aterrorizadores em todo o quadro do conflito islâmico-cristão. Era bom que os seus sapadores escavassem a direito.

Terminada a sua avaliação da mina, Zengi anunciou que não tinha queixas. Regressou ao nível do chão e elogiou os engenheiros que esperavam pelas suas instruções do lado de fora. Lançai fogo aos suportes, disse-lhes. As chamas terminariam o trabalho.

Edessa era uma joia do Oriente cristão. O condado era o estado cruzado mais a norte, e a cidade um dos primeiros lugares a serem capturados durante a Primeira Cruzada. Por terra, ficava a um longo caminho de distância: um posto avançado do domínio franco a um dia de cavalo para além das margens do rio Eufrates, situado dentro de território anteriormente controlado pelos seljúcidas. A população da cidade era uma mistura cosmopolita de cristãos gregos e arménios e de uma classe governante de francos relativamente pequena, cujas casas, lojas e igrejas cobertas de joias estavam «rodeadas por uma muralha compacta e protegida por torres elevadas»[6]. Edessa estava ainda abençoada pela posse do santuário sagrado do apóstolo São Tomé (Tomé, *o Incrédulo*) e São Tadeu, entre dezenas de outras relíquias preciosas.

Mas, e neste caso menos afortunada, Edessa era governada pelo conde Jocelino II, um homem baixo, atarracado e moreno, com olhos salientes, nariz grande e marcas de varíola por toda a cara. Jocelino era um militar medíocre, bêbado e mulherengo. Contudo, se estivesse em Edessa, Zengi teria provavelmente deixado a cidade em paz. Mas, a 23 de dezembro de 1144, Jocelino estava fora da cidade para visitar o seu castelo de Turbessel, a vários dias de distância a oeste do rio Eufrates, com a maioria das suas tropas mercenárias. As grandes fortificações de pedra em que tinha confiado para proteger a cidade na sua ausência estavam

agora a ceder à medida que as forças de Zengi investiam contra elas.

Uma mina bem escavada sob uma parte vulnerável da muralha era algo difícil de conter. A arte de ser sapador era uma tarefa especializada, associada num dado momento a peritos persas, que tinham os requisitos necessários para demolir fortificações de pedra compacta[7]. Quando os homens de Zengi lançaram fogo à madeira, esta — que tinha sido untada deliberadamente com gordura, pez e enxofre — rapidamente colapsou e o túnel que suportava cedeu[8]. Sobre ela, uma grande secção da estrutura de pedra junto da porta da cidade, conhecida como Porta das Horas, perdeu as suas fundações. A argamassa que a unia quebrou-se e toda a construção caiu. Abriu-se um enorme buraco de 45 metros, e as forças de Zengi avançaram sobre a multidão e começaram a matança na cidade.

Os homens de Zengi concentraram-se mais em assassinar francos do que arménios, mas não fizeram muito mais distinções entre as suas vítimas. «Nenhuma idade, condição ou sexo foram poupados», escreveu Guilherme de Tiro[9]. Seiscentos homens, mulheres e crianças foram mortos no primeiro dia de saque. Enquanto o pânico invadia os civis de Edessa, estes fugiam para a cidadela no meio da cidade. Mas isto apenas levou a mais mortes, porque, ao correrem para tentar escapar com vida, dezenas de pessoas foram espezinhadas. Hugo, arcebispo de Edessa, sob cuja autoridade se tinha deixado o governo, foi mutilado com um machado.

As forças de Zengi avançaram pelas ruas, passando o dia de Natal «pilhando, chacinando, capturando, violando e saqueando» até «as suas mãos estarem cheias com tamanhas quantidades de dinheiro, mobílias, animais, saques e prisioneiros, que os seus espíritos rejubilaram e os seus corações se alegraram»[10]. Disse-se que fizeram prisioneiras dez mil crianças, para serem vendidas como escravas[11]. Por fim, a 26 de dezembro, o seu líder ordenou que o terror parasse; ordenou aos seus homens para que reconstruíssem as defesas da cidade e seguiu o seu caminho.

Edessa, uma das quatro grandes cidades do Oriente latino, um orgulhoso totem do amor de Deus pelos francos, estava de novo em mãos islâmicas. O choque iria ressoar por toda a cristandade.

Em 1147, a casa dos Templários em Paris estava em construção, no exterior da área nordeste das muralhas da cidade, num terreno pantanoso que é agora o elegante bairro do Marais. Fora oferecido à ordem pelo devoto rei francês Luís VII. Como muita da sua nobreza, Luís viu muito que admirar nos Templários e fez regulares ofertas à ordem; em 1143-4, atribuiu-lhes os lucros das rendas arrecadadas aos cambistas parisienses[12]. Com o tempo, o Templo de Paris tornar-se-ia uma das mais incríveis fortalezas urbanas do Ocidente, com a sua Grande Torre, rodeada por quatro torreões, a elevar-se sobre o horizonte, exibindo a riqueza da ordem e o seu valor militar. Em 1147, porém, o Templo estava ainda no seu estado inicial de desenvolvimento. Os pântanos, irrigados pelo Sena e pelos seus afluentes, estavam a ser drenados de modo a serem tornados habitáveis. Havia ainda muito a fazer.

Pela Páscoa, 130 cavaleiros templários reuniram-se na cidade — entre eles, Everaldo de Breteuil, Teodorico Waleran e Balduíno Calderon —, que faziam parte da vaga de poderosos cruzados que aí chegara para mostrar o seu apoio a um movimento que estava em formação desde a queda de Edessa, trinta meses antes[13]. Ter-se-iam destacado indubitavelmente na multidão: os seus mantos brancos eram já suficientemente impressionantes, mas agora podia ver-se neles uma cruz vermelha. Haveria, pelo menos, um número igual de oficiais templários de vestes escuras e ainda mais servos e pessoal de apoio em seu redor, dando a impressão de que um exército privado, de um tamanho que só poderia ter sido formado pelos maiores senhores da Europa, se encontrava na cidade.

No coração da Segunda Cruzada, e inspecionando os acontecimentos em Paris, estavam dois homens de grande reputação: o papa Eugénio III, um antigo monge cisterciense e amigo de Bernardo de Claraval; e Luís VII, rei de França, cuja

devoção pessoal era uma marca tão grande do seu reinado que a sua mulher, a ferozmente inteligente duquesa Leonor da Aquitânia, perguntava-se por vezes se teria casado com um monge e não com um rei. Eugénio tinha invocado a sua suprema autoridade espiritual para apelar a uma nova cruzada. Luís concordou.

A visão do papa e do rei de França lado a lado, em Paris, impressionou profundamente os observadores. O monge, cruzado e cronista Eudes de Deuil, que os viu juntos na Abadia de Saint-Denis no dia de Páscoa (ocasião em que o papa abençoou um crucifixo dourado gigante, incrustado de joias, conhecido como «a Vera Cruz do Senhor Ultrapassando Toda e Qualquer Pérola»), classificou o facto de ver «o rei e o pai apostólico como peregrinos» como uma «dupla maravilha»[14]. Não faltavam nobres ocidentais para se juntarem às fileiras do movimento cruzado, fosse como líderes permanentes ou como guerreiros que emprestavam as suas espadas para o efeito por um tempo limitado de dever, mas nenhum monarca tinha sido tão tentado a deixar o seu reino para fazer o trabalho de Deus, à exceção de Sigurdo da Noruega, que tinha navegado para Jerusalém em 1107. Quarenta anos depois, estava tudo prestes a mudar. Melhor ainda, não tinha sido apenas Luís a concordar partir para as cruzadas: a sua promessa tinha também sido feita pelo segundo governante mais importante da Europa, Conrado III, rei dos germânicos[11].

A decisão, por parte dos dois principais reis ocidentais, de partir em cruzada era um poderoso compromisso do poder real. Isto mais do que respondia ao apelo às armas do papa Eugénio, lançado em 1145 (e reincidente em 1146) na forma de uma bula conhecida como *Quantum Praedecessores* («Quanto os [Nossos] Predecessores»). Nesta missiva, escrita para para ser ouvida pelas massas, Eugénio exortava os «grandes homens e nobres» a prepararem-se para a guerra e a «combaterem para se oporem à multidão de infiéis, que rejubilam no momento por uma vitória sobre nós, e portanto para defenderem a Igreja ocidental». As suas ordens tinham sido entusiasticamente transmitidas por Bernardo de

Claraval. Velho, magro e frequentemente doente devido à sua insistência em jejuar a ponto de passar fome, Bernardo viajara ainda assim incessantemente pelos reinos ocidentais, persuadindo os seus líderes a apoiar o novo esforço de guerra. Tinha levado cerca de três anos, mas, nas semanas que se seguiram à Páscoa de 1147, a missão para vingar a queda de Edessa estava finalmente pronta para partir.

Os Templários que celebraram a Páscoa em Paris partiram muito provavelmente com o restante exército de Luís a 11 de junho, após uma cerimónia dramática na abadia gótica de Saint-Denis: o rei aproximou-se do papa perante um altar banhado a ouro, ajoelhou-se para beijar um relicário de prata que continha os restos mortais do santo padroeiro da abadia e recebeu a sua bolsa de peregrino, bem como uma bênção do santo pai. Caíram lágrimas e a multidão que tinha ido ver o rei partir recitou orações, e com boa razão. Em cinquenta anos, nunca no Ocidente tinha havido tanto fervor pelas cruzadas.

Enormes exércitos chefiados por grandes senhores não eram, no entanto, garantia de sucesso, particularmente numa viagem de milhares de quilómetros por uma terra difícil. Pouco a pouco, à medida que as forças de Luís faziam o seu caminho para oriente, tornou-se claro que o que se dizia ser um exército era, de facto, pouco mais do que uma grande, devota mas indisciplinada multidão. Se não fosse pelos cavaleiros do Templo, o mais provável é que nunca tivessem sequer chegado a avistar a Síria.

A bula do papa Eugénio dedicada às cruzadas, *Quantum Praedecessores*, que tinha sido pregada por toda a cristandade ocidental entre 1146 e 1147 para multidões extasiadas e que justificou ataques a não-cristãos no Próximo Oriente, Península Ibérica e (numa nova junção ao movimento) áreas pagãs em redor do mar Báltico, tinha algumas semelhanças evidentes com a regra templária e a bula *De Laude* de Bernardo de Claraval. Formalmente dirigida a Luís VII, fazia referência direta à Primeira Cruzada,

garantindo à sua audiência que «será visto como uma grande prova de nobreza e integridade se as coisas adquiridas por vossos pais forem vigorosamente defendidas». Mas Eugénio referiu ainda que aqueles que pegaram na cruz e partiram para «lutar pelo Senhor» não deviam «preocupar-se com roupas preciosas ou aparência elegante ou cães ou falcões ou outras coisas que são sinais de lascívia». Além disso, «os que decidem começar um trabalho tão sagrado não devem prestar atenção a vestes multicoloridas ou de esquilo [uma pele cara] ou armas em ouro e prata»[15]. Cristãos fervorosos tinham sido precipitados para uma espiral de aventura por mais de dezoito meses, mas não poderiam ser pretensiosos. Avançariam pelo reino de Jerusalém como peregrinos pobres, com o orgulho banido dos seus corações e as rédeas despidas de decoração.

Tendo em conta o passado de Eugénio como monge cisterciense, a sua atitude sobre este aspeto era bastante previsível. Contudo, não podia saber ou imaginar como os seus soldados cristãos da Segunda Cruzada se teriam de assemelhar aos Templários.

Apesar de os exércitos dos crentes terem partido alegres e confiantes, a experiência adquirida no caminho rapidamente lhes amargou os espíritos. Luís VII e Conrado III escolheram ambos marchar para Edessa por via terrestre, pela estrada seguida pelos primeiros cruzados: uma marcha através da Bulgária e das terras gregas, com paragem em Constantinopla, a capital do Império Bizantino, vista pelos seus habitantes e por muitos outros como a maior cidade do mundo. Daí planeavam atravessar o hostil território seljúcida na Ásia Menor, antes de finalmente seguirem o seu caminho de barco ou a pé para o principado dos cruzados de Antioquia. Outros — incluindo nobres da Flandres e da Inglaterra — preferiram alcançar o Levante de barco, parando nos portos do Mediterrâneo ocidental e combatendo os muçulmanos do Al-Andalus pelo caminho (este contingente participou na conquista de Lisboa pelo rei português D. Afonso Henriques, em 1147). As considerações românticas e práticas influenciaram a decisão dos

reis francês e germânico de avançar por terra: havia um desejo de seguir os passos dos primeiros cruzados e os navios eram caros. Mas o resultado foi calamitoso.

Para evitar tensões entre as partes, os dois reis intervalaram as suas partidas. Conrado deixou Nuremberga no final de maio, dirigindo-se inicialmente para Constantinopla. Talvez de modo inevitável, já que Conrado estava de facto a comandar uma migração em massa de trinta e cinco mil guerreiros e um número verdadeiramente grande de peregrinos não-combatentes, o perigo perseguiu-o[16]. Alimentar tantas bocas era extremamente difícil; manter a ordem quando os germânicos encontravam estranhos que não ficavam felizes com a sua presença era ainda mais complicado. À medida que os cruzados de Conrado se adentravam em território grego, violentas escaramuças estalavam em cidades, mercados e mesmo à volta de mosteiros. Em setembro, enquanto o exército acampava em Choiribacchoi, a oeste de Constantinopla, foram atingidos por rápidas inundações, que reduziram drasticamente os seus números. Uma vez chegados às muralhas de Constantinopla, tornou-se claro que o imperador bizantino Manuel I Comneno era um anfitrião relutante.

Cinquenta anos antes, os exércitos da Primeira Cruzada tinham chegado como resposta a um pedido de ajuda do avô de Manuel, Aleixo I Comneno, que tinha suplicado ao Ocidente latino por auxílio na sua guerra contra os seljúcidas. Não tinha havido um pedido nesta ocasião. De facto, o imperador bizantino estava aborrecido com a ideia de cruzados latinos fazerem avanços na Síria — não menos importante, junto de Antioquia —, que ele pensava fazer legitimamente parte do seu próprio império. O seu maior desejo parecia ser o de ver o rei dos germânicos e os seus desregrados seguidores para lá do Bósforo e a caminho da Ásia Menor o mais rapidamente que a decência permitisse e, assim, sem mais nada para tratar com eles.

A primeira parte deste desejo realizou-se, mas a segunda não. Os germânicos cruzaram o Bósforo, dividiram os seus homens entre

tropas e peregrinos e, em meados de outubro, partiram para sudeste por duas rotas divergentes na direção de Antioquia. Em novembro, todos se tinham retirado para Constantinopla e arredores: esfomeados, doentes e ensanguentados. Quando tentavam atravessar as altas e áridas planícies perto de Dorileia, onde terminava o território bizantino e começava a hostil região seljúcida, os cruzados tinham sido violentamente atacados por rápidos e letais cavaleiros-arqueiros, com armas ligeiras, que lançavam setas de cima das selas. Guilherme de Tiro descreve os ataques furtivos em que os inimigos infernais se tinham especializado:

> Os turcos (...) carregaram *en masse*; enquanto ainda estavam à distância, deixaram voar chuvas de setas que caíram como uma tempestade em cima dos cavalos e dos seus cavaleiros e mataram e feriram de longe. Quando os cristãos tentaram persegui-los, os turcos recuaram e fugiram nos seus cavalos e escaparam assim das espadas dos seus inimigos[17].

O rei Conrado ficou gravemente ferido num destes assaltos. O seu exército cambaleou de volta para território cristão para se encontrar com Luís VII e o seu exército.

A segunda vaga francesa das cruzadas chegou a Constantinopla poucos dias depois de os germânicos terem partido, a 4 de outubro de 1147. Os franceses foram recebidos um pouco mais calorosamente do que os germânicos, em parte graças aos esforços de Everaldo de Barres, mestre do Templo em França, que tinha sido enviado em missão diplomática. As portas de Constantinopla abriram-se para acolher o rei Luís e os seus mais respeitáveis servidores numa cerimónia de boas-vindas. Nas palavras de um cronista, «todos os seus nobres e ricos homens, clérigos e também leigos, desfilaram em grupo para conhecer o rei e receberam-no com a devida honra»[18]. No entanto, por detrás da pompa, ocultavam-se suspeitas mútuas. Os gregos sentiam repulsa pelos bárbaros rudes do Ocidente; os francos desprezavam o servilismo mole dos seus anfitriões. Eudes de Deuil, registando a cruzada francesa com coloridos detalhes, considerou que «quando [os

gregos] têm medo tornam-se desprezíveis com o seu excessivo rebaixamento, e quando estão em vantagem são arrogantes na sua severa violência sobre os que lhes estão subjugados». Mais tarde acrescentou: «Constantinopla é arrogante na sua riqueza, traiçoeira nas suas práticas, corrupta na sua fé.»[19]

Luís VII dera o seu melhor para inculcar alguma disciplina básica nas suas dezenas de milhares de seguidores a quem faltava o treino militar dos Templários. Tristemente, tal como Conrado, viu que a tarefa não estava ao seu alcance. No exterior do reino, a sua habilidade para comandar era muito reduzida; fora da guarda pessoal, no centro do seu enorme exército, Luís conseguia exercer a chefia apenas aconselhando, dando instruções e tentando influenciar um concílio de nobres[20]. Era quase impossível prever crimes mesquinhos e rixas. «O rei punia frequentemente ofensores cortando-lhes as orelhas, mãos e pés, mas não podia controlar a loucura do grupo inteiro», lamentava Eudes de Deuil. Fora de Constantinopla, os homens de Luís altercavam-se com os locais, queimando valiosas oliveiras, «fosse por querer madeira ou por arrogância ou embriaguez de loucos»[21].

Foi no interesse de ambos os lados que os cruzados franceses seguiram para Edessa. Mas, uma vez começada a sua viagem através da Ásia Menor em direção ao território seljúcida, a sua indisciplina teve consequências ainda piores. Tendo seguido o caminho costeiro na primeira parte da sua viagem entre Nicomedia e Éfeso, seguiram para o interior no começo de janeiro de 1148, encaminhando-se para Adália, na costa sul. O percurso levou-os por um território selvagem e inóspito, com o chão coberto de cadáveres dos soldados germânicos que tinham tombado no outono anterior e que ainda não estavam enterrados. Após vários dias, a 8 de janeiro chegaram ao difícil terreno inclinado do monte Cadmo: «uma montanha maldita», escreveu Eudes de Deuil, «escarpada e rochosa», que obrigava a que a longa comitiva de animais, vagões, soldados de infantaria e cavaleiros atravessasse «uma serrania tão alta que o seu cume parecia tocar o céu e o ribeiro no vale lá em

baixo descer ao inferno»[22]. Pedras caíam de cima. Quando os cavalos de carga, fracos e famintos, se desequilibravam, caíam centenas de metros até se despedaçarem, levando para a morte todos aqueles que atingissem no caminho. Pior ainda, fora avistada uma escolta turca.

Tentar conduzir um exército num trilho de montanha era uma tarefa muito para além das capacidades de Luís VII como comandante. Desastrosamente, permitiu que o exército se separasse e atravessasse o pico do monte Cadmo em três grupos alternados; era um presente para os seus inimigos. A retaguarda de Luís permaneceu no acampamento do sopé da montanha, enquanto a vanguarda seguiu em frente. Tinham ordens para subir até chegarem junto do topo para passar a noite, mas os capitães da vanguarda ignoraram-nas, atingiram o cume e desceram até ao outro lado para montar as tendas em terreno mais baixo. Fora de vista e pobremente defendida, a comitiva que transportava a bagagem, contendo comida, tendas e outros bens essenciais, acompanhada pelos peregrinos, servos e auxiliares, foi deixada sozinha para atravessar a montanha.

Esta comitiva andava devagar e era, na melhor das hipóteses, vulnerável, e uma abertura esperada pelos turcos que vigiavam os franceses de perto: caíram sobre a escolta e assassinaram os seus desarmados vigilantes. Eudes de Deuil registou mais tarde o pânico que sentiu quando os turcos «apunhalaram e esfaquearam, e a multidão indefesa fugiu ou caiu como carneiros. Daí ergueu-se um grito que chegou até ao céu».

Os gritos de terror chegaram ao sopé da montanha, e Luís e uma força de auxílio da retaguarda apressaram-se a resgatar os seus companheiros. A batalha que se seguiu foi desesperante e Luís quase morreu: apenas escapou de uma emboscada dos atacantes turcos trepando para uma pedra coberta de raízes de árvore e investindo repentinamente contra os seus atacantes com a espada até estes se cansarem da perseguição e saírem dali. Juntou-se aos seus homens quando a noite caiu, chegando até eles «no silêncio

da meia-noite, sem um guia»[23]. As baixas francesas eram consideráveis e a ofensa ao seu orgulho era maior ainda; após uma semana contornando território inimigo, tinham-se saído quase tão mal como os germânicos. Ibn al-Qalanisi, em Damasco, registou que na Síria «estavam constantemente a chegar relatórios atualizados de perdas [dos francos] e da destruição dos seus números, até ao final do ano 542» — no calendário cristão, esta data correspondia ao final da primavera de 1148[24]. Algo teria de mudar ou a aniquilação estaria próxima.

Os Templários que marchavam com Luís, muito melhor treinados para a realidade de um combate no Oriente do que os seus camaradas, saíram do colapso no monte Cadmo em relativo bom estado. Enquanto a maioria das tropas e cavalos de Luís passavam fome na ausência da sua saqueada comitiva de bagagem e das suas provisões vitais, os Templários tinham conservado as suas posses. Enquanto a maioria dos soldados era propícia à desobediência e ao pânico, estes tinham passado a marcha a ajudar quem se encontrava à sua volta a sobreviver ao assalto turco. Talvez mais importante, o contingente templário era chefiado pelo mestre francês Everaldo de Barres, em quem Luís confiava.

A influência de Everaldo sobre o rei e a manifesta superioridade dos seus homens em relação ao resto do exército transformava agora toda a expedição. O rei Luís fez algo surpreendente: atribuiu o comando efetivo da missão aos cavaleiros templários, permitindo-lhes reorganizar a estrutura militar, tomar conta dos treinos e das táticas e — o mais extraordinário de tudo — recrutar temporariamente para a ordem qualquer pessoa no vasto séquito real, do mais modesto peregrino ao cavaleiro mais destacado. Subitamente, os Templários já não eram uma pequena mas competente unidade dentro do grande exército francês da Segunda Cruzada: eram efetivamente os seus líderes, e qualquer homem que os seguisse era, pelo menos durante umas semanas, um irmão.

Eudes de Deuil registou que o rei admirava o exemplo e a habilidade dos Templários e esperava que o seu espírito

preenchesse o restante exército para que, «mesmo que a fome os enfraquecesse, a unidade do espírito também os fortalecesse». Foi mais longe do que espalhar bom ambiente. Eudes anotou detalhadamente os passos dos Templários para tirar os cruzados da desolação em que o massacre no monte Cadmo os tinha deixado:

> Por consentimento comum, foi decidido que durante este período perigoso todos deveriam estabelecer fraternidade com os Templários, ricos e pobres jurando que não fugiriam da batalha e que obedeceriam em todos os aspetos às tarefas a si atribuídas pelos Templários[25].

Foi dado total comando de campo a um templário que dava pelo nome de Gilberto. Os cavaleiros franceses comuns formaram-se em divisões de cinquenta, cada uma comandada por um único templário que informava Gilberto. E, de seguida, o novo comando começou a treinar as tropas na arte de lutar contra os turcos.

Uma das tarefas mais importantes para qualquer cavaleiro ou oficial templário, explicitamente declarada na Regra, era a obediência. «Assim que algo é ordenado pelo mestre, ou por aquele a quem o mestre deu autoridade, deve ser realizado de imediato, como se o próprio Cristo o tivesse ordenado», afirmava a Regra. «Nenhum irmão deve lutar ou descansar de acordo com a sua própria vontade, mas de acordo com as ordens do mestre, a quem todos se devem submeter.»[26] Manter a formação era — e foi sempre — um dos primeiros princípios da conduta militar competente, mas no pânico do monte Cadmo tais ordens tinham sido simplesmente ignoradas, com os soldados a fugir ou a lutar, conforme o mais adequado. Isto tinha de mudar. Ao jurar fraternidade aos Templários, cada um dos peregrinos guerreiros de Luís aceitava agora que era seu dever obedecer a Gilberto e aos seus representantes; mostrar-se firme ou abrigar-se, conforme lhes era dito. Esta era mais autoridade do que a que Luís VII alguma vez fora capaz de exercer sobre o seu exército, e os efeitos foram sentidos de imediato.

Foi ainda dado aos cruzados um curso rápido de táticas turcas e de como as recachar. Os arqueiros a cavalo eram mortíferos, mas previsíveis: os seus métodos tinham-se refinado com grande sucesso ao longo de centenas de anos e apoiavam-se em rápidos ataques de emboscada que Eudes de Deuil tinha visto em primeira mão e registado com temeroso detalhe. Os cavaleiros de capacetes redondos, com aljavas penduradas à cintura, apareceriam subitamente atrás do inimigo e dispariam[27]. No último momento, puxariam as rédeas dos cavalos, mudariam de direção e bateriam em retirada. Ao partir, soltavam salvas de setas, deixando o inimigo chocado, confuso e a sangrar. Esses ataques vinham em vagas, com os cavaleiros a desaparecer por detrás de uma chuva de flechas mortais, trocando de cavalos e voltando para lançar um novo assalto. Os cavaleiros eram incrivelmente talentosos, capazes de controlar sem mãos, ou apenas com uma, belos corcéis que pesavam 350-400 quilos, esticando e soltando um pesado arco a galope e acertando com precisão mortal nos pescoços, cabeças e flancos dos cavalos[28]. Trabalhavam em grupos pequenos e móveis, que chegavam um a seguir ao outro e que mantinham pressão constante. Quando precisavam de lutar frente a frente, os cavaleiros penduravam os seus arcos às costas e desembainhavam espadas ou punhais, apesar de isto ser arriscado quando enfrentavam os francos ocidentais, que tendiam a usar armaduras mais pesadas do que os turcos e estavam geralmente mais familiarizados com os convencionais combates corpo a corpo.

Estes eram, sem dúvida, inimigos ferozes e assustadores, que prosperavam criando terror e pânico. Mas não eram invencíveis, como o templário Gilberto e os seus capitães ensinaram aos seus recém-alistados companheiros. A chave era manter a disciplina diante da emboscada o tempo suficiente para organizar um contra-ataque. Eudes de Deuil relembrou a estratégia templária:

> Os nossos homens tinham ordens para aguentar os ataques dos inimigos até receberem uma ordem; e para retirar imediatamente quando chamados (...) Quando aprenderam isto, foi-lhes ensinada também a ordem da marcha, para que uma pessoa

> da frente não se apressasse para a retaguarda e os guardas nos flancos não se desordenassem (...) Aqueles cuja natureza ou fortuna tinham tornado soldados de infantaria (...) foram levados até à retaguarda para se oporem às setas dos inimigos com os seus arcos[29].

Esta não era uma grande inovação tática. Na verdade, o facto de ter sido necessário ensinar o posicionamento militar básico e a adesão às ordens dos oficiais aos seguidores de Luís, como se estes fossem jovens inexperientes a quem estavam a ser ensinados os princípios de combate, ilustra o quão mal preparados estavam os cruzados[30]. Ao mesmo tempo, com alguma estrutura e orientação firme dos seus novos comandantes, o exército cruzado desceu das montanhas e rejubilou ao alcançar o nível do chão.

Uma canção triunfante composta por volta de 1146 para reunir homens para a cruzada de Luís anunciou a missão para resgatar Edessa em termos arrebatadores, proclamando «Deus organizou um torneio entre Céu e Inferno» (*Deus ad un turnei enpris//Entre Enfern e Pareïs*)[31]. Este torneio continuou ferozmente quando os cruzados marcharam em novas fileiras em direção a Adália, na costa sul da Ásia Menor. Estavam a pelo menos quinze dias do porto e seriam ainda assolados pelos turcos em praticamente todo o caminho.

O primeiro teste aconteceu quando o exército tentava atravessar uma área pantanosa em que dois rios, com as margens espessas e escorregadias de lama, corriam a cerca de 1,6 quilómetros de distância um do outro. Atravessar o primeiro rio foi já difícil: alguns dos cavalos, enfraquecidos pela fome, afundaram-se no lodo e tiveram de ser puxados à mão, uma tarefa cansativa para homens que também começavam a ficar esfomeados.

O caminho para o segundo rio conduziu o exército por entre dois penhascos, posições perfeitas para os atiradores: qualquer pessoa que estivesse no topo de um dos penhascos poderia disparar sobre o exército cruzado enquanto este passava lentamente em baixo. A nova chefia do exército estava alerta quanto ao perigo. Foram enviados cavaleiros para defender os penhascos, numa corrida com

os turcos. Os cruzados e os seus opositores asseguraram um lado cada um. Num breve impasse, os turcos tentaram intimidar os seus oponentes com uma mostra de desafio desdenhoso. Eudes de Deuil afirmou que «arrancaram cabelo das suas cabeças e lançaram-no ao chão, e com este sinal, foi-nos dito, indicaram que nenhum tipo de medo os faria abandonar o local»[32]. Desta vez, no entanto, os cruzados usariam espadas e não medo. O caminho entre os penhascos foi bloqueado e uma força de soldados de infantaria recebeu instruções para dispersar a posição turca. Os números falaram mais alto e depressa os turcos fugiram do penhasco, perseguidos pelos cristãos. Enquanto desciam para os pântanos, foram mortos. Eudes de Deuil exultou, salientando que os infiéis «encontraram a morte e a campa num lugar adequado à sua natureza imunda»[33].

O moral subiu com esta vitória, e assim o exército seguiu para Adália, chegando à cidade a 20 de janeiro de 1148. As condições continuaram punitivas: cavalos morreram pelo caminho, onde foram deixados a apodrecer ou cortados aos pedaços para aproveitar a carne sobre os seus ossos exaustos. Com a quantidade de animais de carga diminuída, os homens foram forçados a abandonar a bagagem, as tendas e as armaduras que não podiam levar consigo. Quando o exército parou e acampou fora de Adália, a doença alastrou entre as fileiras, progredindo de forma acelerada devido ao estado enfraquecido das tropas subnutridas, que viram os cidadãos sem escrúpulos de Adália pedir preços extorsivos pela tão necessária comida.

A neve e as tempestades de inverno vieram e um vento adverso soprou durante cinco semanas, impedindo os cruzados de deixar a cidade por navio. Mas pelo menos o exército estava agora competentemente disciplinado e capaz de se proteger; foram obrigados a repelir três ataques turcos ao acampamento fora das muralhas de Adália, incluindo um em que os Templários cavalgaram disfarçados no meio de um grupo de outros cavaleiros para expulsar o inimigo. Tinham decidido que preferiam manter os seus cavalos de

carga vivos e passar eles fome, mas o sacrifício era agora recompensado: a visão de tantos cavalos aparentemente bem alimentados montados por cavaleiros cristãos convenceu os turcos de que os cruzados tinham conseguido reabastecer-se e retiraram-se.

De alguma forma, quando a primavera chegou, os cruzados ainda estavam vivos, tendo sobrevivido a uma das mais extenuantes marchas que se possa imaginar. O caminho terrestre para a Síria levava mais de quarenta dias a pé e discutiu-se se era melhor ser fiel aos passos dos predecessores ou tomar a mais cara mas mais curta opção de atravessar de barco até Antioquia. Após muita deliberação e dificílimas negociações com os marinheiros e donos de navios de Adália, que extraíram todas as moedas de prata que conseguiram dos seus hóspedes aflitos, Luís partiu na primeira vaga de travessias marítimas. Os seus homens dispersaram-se de forma desordenada atrás dele, alguns passando de barco e os outros tentando simplesmente marchar. Outros, de acordo com Eudes de Deuil, simplesmente desistiram das suas promessas de alcançar o reino de Jerusalém e aceitaram esmola e passagem de regresso segura através da Ásia Menor como prisioneiros debilitados de um bando de turcos.

Os Templários tinham sofrido as mesmas privações do resto do exército de Luís. Mas sem a autodisciplina, sensatez, recursos e compromisso com a causa que mostraram, a cruzada do rei francês poderia nunca ter avançado muito para lá de Constantinopla. No início de março, Luís desembarcou em Antioquia e preparou-se para a fase seguinte do plano para salvar Edessa. Mais uma vez, os Templários estariam profundamente envolvidos.

11 O rei dos germânicos, também conhecido como rei dos romanos, era um governante eleito pelos nobres e príncipes dos estados semiautónomos da grande Germânia.

6

«O MOINHO DA GUERRA»

Luís VII chegou à Terra Santa pelo porto de São Simeão, na foz do Rio Orontes, e percebeu que estava falido[1]. Além do sangue derramado e do orgulho ferido, os custos financeiros em que o rei incorreu durante a longa viagem de Paris para Antioquia tinham esgotado o orçamento da gloriosa peregrinação. Os seus homens foram extorquidos pelos gregos de Constantinopla e de Adália, que viram o seu desespero e lhes ofereceram comida e transporte a preços exorbitantes. A perspetiva de começar agora uma série de ofensivas militares contra cidades tomadas pelos muçulmanos estava além do que os cofres do rei podiam suportar. Felizmente, Luís ainda estava acompanhado por Everaldo de Barres, um homem pessoalmente envolvido no ramo francês da cruzada. Foi a Everaldo que pediu ajuda.

Os franceses precisavam de um empréstimo elevado e Luís esperava que Everaldo o conseguisse providenciar. Não era segredo que os Templários, ainda que individualmente comprometidos com uma vida de pobreza, eram já muito ricos. Conheciam a terra e os povos do Oriente latino e estavam bem colocados para conseguir dinheiro apoiando-se nos seus próprios recursos ou aliciando outros a apoiar a causa. Talvez mais importante, tinham jurado proteger os peregrinos e, nas circunstâncias atuais, ajudar o seu rei podia ser entendido como tal. A 10 de maio de 1148, Everaldo de Barres deixou Luís em Antioquia e viajou para Acre, a sul, para conseguir fundos.

A quantidade que amealhou, uma parte dos fundos dos Templários e outra após hipotecar as suas propriedades, era extraordinária. Durante esse ano, mais tarde, Luís escreveu aos regentes que deixara a governar França durante a sua ausência e pediu-lhes que reunissem 30 mil libras parisienses (*livres parisis*) e

2 mil marcos de prata para reembolsar a sua dívida aos Templários[12]. Era metade, ou mais, dos rendimentos anuais da Coroa francesa[2]. Numa carta ao abade Suger de Saint-Denis, um dos regentes, Luís escreveu que não teria sido capaz de fazer a sua viagem até à Terra Santa sem o apoio que recebeu dos irmãos da Ordem do Templo em todos os assuntos e que a ordem tinha praticamente entrado em falência para o sustentar e à sua missão[3]. Assumindo que haveria um fundo de verdade nisto, e que era mais do que simples retórica para mostrar os Templários de modo favorável, parecia que a ordem tinha cumprido grandes distâncias para proteger o rei francês da vergonha e para sustentar o vacilante esforço cruzado.

Luís não era o único rei cruzado ocidental que procurava ajuda templária na primavera de 1148. Conrado III também tinha feito o seu caminho pela costa da Síria, após uma experiência punitiva perto de e em Constantinopla, navegando primeiro para Acre antes de viajar para sul em direção a Jerusalém, onde ficou na formidável sede dos Templários, na convertida Mesquita de Al-Aqsa.

Na altura da visita de Conrado, a mesquita tinha sido totalmente entregue aos Templários, mas mantinha a sua elegância majestosa. Um cronista chamou-lhe o «mais rico» edifício de Jerusalém[4]. Era uma estrutura retangular vasta e elegante que terminava numa cúpula, com a fachada frontal dominada por portas largas arqueadas por detrás de um alpendre alto. Em redor do edifício, a que os visitantes cristãos se referiam como o Palácio do Rei Salomão, equiparando-o ao que fora o domicílio do lendariamente sábio e rico rei do Antigo Testamento, havia uma série de novos edifícios em diferentes estados de conclusão: um átrio e claustro a oeste e edifícios de trabalho a leste[5]. Uma mesquita mais pequena de um lado tinha sido transformada numa capela — um facto anotado pelo poeta e diplomata sírio Usama ibn Munqidh — e estavam em marcha planos para uma nova grande igreja que refletisse o estatuto crescente da ordem.

O urbano e erudito Ibn Munqidh, que viveu até aos noventa e três anos e teve uma perspetiva sem paralelo do turbulento primeiro século das cruzadas, via os Templários como amigos, apesar das suas diferenças religiosas. Registou que, sempre que visitava a Mesquita de Al-Aqsa, os cavaleiros asseguravam-se de que a sua capela estava vazia para que ele pudesse rezar virado para Meca. Deve dizer-se que registou este facto no contexto de uma história mais longa que ilustrava a estupidez, a barbaridade e a rudeza dos outros francos — não conseguia escrever sobre os cristãos não-templários sem usar pragas como «Deus os amaldiçoe!» e «Deus Todo-Poderoso é maior do que o conceito que os infiéis têm dele!»[6].

Um bloco de estábulos em crescimento desordenado estendia-se por baixo do complexo, construído na plataforma que cobria o Monte do Templo. Dizia-se que os estábulos tinham sido construídos pelo próprio Salomão — ainda que tudo apontasse para que datassem do reinado de Herodes, da época do nascimento de Cristo. Um escrivão afirmava que podiam conter dois mil cavalos e mil e quinhentos camelos; um outro visitante mais excitado sugeriu que a capacidade estava mais próxima dos dez mil.

Conrado chegou a Jerusalém na Páscoa. O seu meio-irmão Oto, bispo de Freising, escreveu que entrou na cidade «entre grande júbilo por parte do clero e do povo e foi recebido com grande honra». Num sinal de respeito dirigido ao rei germânico, os Templários conseguiram que o seu companheiro de viagem, Frederico de Bogen, que morrera pouco depois de chegar à cidade, fosse enterrado no seu cemitério privado perto das muralhas templárias.

Conrado passou muito tempo em Jerusalém na companhia dos Templários. Oto de Freising anotou que este fez um circuito pelos lugares de veneração, «visitando os locais sagrados em todo o lado»[7]. Os Templários deverão ter insistido em oferecer os seus serviços. Mesmo estando a evoluir para uma brigada de combate, os irmãos eram ainda membros de uma organização que oferecia segurança e orientação nos trilhos dos peregrinos.

Juntamente com o itinerário de oração e celebração, Conrado planeava a guerra que se avizinhava a norte. Jerusalém tinha um novo rei, Balduíno III, que tinha sucedido ao seu pai, Fulque I, após a morte deste em 1143. Agora com dezasseis anos, bem-educado e com um fácil trato aristocrático, Balduíno tinha governado durante três anos ao lado da sua mãe, Melisenda, e fazia pressão para levar a cabo uma grande expedição militar. Nas palavras de Oto de Freising, o imperador concordava assim que o jovem rei, o patriarca latino da cidade, «e os cavaleiros do Templo comandassem um exército sobre a Síria por volta do julho seguinte para tomar Damasco»[8].

Damasco era indiscutivelmente uma das joias do mundo muçulmano e a cidade mais significativa no sul da Síria. O geógrafo árabe do século X conhecido como Al-Muqadassi descreveu-a como uma das «noivas do mundo», uma cidade «atravessada por ribeiros e circundada por árvores [de fruto]», abençoada pela presença da mais bela mesquita de todo o mundo islâmico. A Mesquita dos Omíadas, fundada no século VII, era um imenso edifício abundantemente decorado, com as paredes cobertas por mosaicos de mármore e de ouro, cuja construção se estimava em «dezoito cargas de mula de ouro». Era considerada pelos fiéis como o quarto lugar mais sagrado do mundo depois de Meca, Medina e Jerusalém: tão pura que as aranhas não conseguiam tecer teias nos seus cantos[9].

Apesar de haver uma grande cidadela de argila lado a lado com a mesquita, e que providenciava defesas à cidade de Damasco, as muralhas da cidade eram relativamente pequenas e fracas. Quilómetros de pomares rodeavam a urbe por todos os lados, densos bosques de árvores de fruto estavam separados por pequenos riachos navegáveis apenas num único sentido. Estes eram, sem dúvida, obstáculos estranhos, mas não eram impossíveis de ultrapassar. Assim, Damasco parecia um alvo possível para a

conquista cristã. Capturar Damasco poderia representar um triunfo à escala da captura de Acre e até mesmo de Jerusalém.

Contudo, Damasco não era Edessa, a cidade cuja situação originara o apelo à Segunda Cruzada. Não tinha sido mencionada na bula *Quantum Praedecessores* do papa Eugénio e não era a cidade cuja salvação tinha sido pregada no Ocidente por Bernardo de Claraval. As suas defesas podiam ser maioritariamente compostas por árvores de fruto em vez de enormes muralhas que requeressem sapadores, mas mesmo assim não era um alvo fácil. Tal fora provado, em 1129, quando o rei Balduíno II falhou a tomada da cidade, uma derrota recebida com desprezo e indignação no Ocidente. Mais ainda, em 1148, o seu governador, Mu'in ad-Din Unur, era um aliado do reino de Jerusalém, com quem partilhava um inimigo comum na forma do agressivamente expansionista Zengi. Desviar toda a atenção da Segunda Cruzada de Edessa para Damasco era uma mudança de foco ousada e aparentemente abrupta, em que os Templários estavam envolvidos de modo claro.

Muitas coisas tinham mudado nos três anos e meio que se seguiram à queda de Edessa em 1144. Por um lado, Zengi morrera. O velho tirano tinha sido assassinado na sua cama em setembro de 1146: fora atacado por um criado infeliz após adormecer embriagado e deixado a sofrer numa morte lenta e dolorosa[10]. A Zengi sucederam os seus dois filhos, sendo que o mais novo, Nur al-Din, era ainda mais beligerante do que o pai. Como novo governador de Alepo, Nur al-Din estava determinado a continuar a pressionar firmemente os cristãos no condado de Edessa e a estender o seu alcance mais a sul para Antioquia, o principado vizinho.

De acordo com o cronista Ibn al-Athir, Nur al-Din, com trinta anos quando os cruzados se reuniram nos limites da sua cidade, era «alto e trigueiro de estatura. Não tinha barba, exceto no queixo, e tinha uma testa larga. Era um homem bonito com olhos atraentes. O seu domínio estendeu-se muito (...) a fama das suas boas regras

e justiça envolvia o mundo»[11]. O seu nome significava Luz (Nur) da Fé (al-Din).

Esta era uma avaliação mais generosa do que a que os cruzados teriam permitido. Com Nur al-Din, Edessa fora sujeita a mais um horrível massacre, como resposta a uma tentativa falhada de libertação pelo seu líder deposto, o conde Jocelino II. As defesas da cidade foram destruídas e a restante população cristã fora ou morta ou escravizada. Era agora demasiado tarde para os cruzados salvarem alguma alma em Edessa. Para complicar tudo, em 1147, Nur al-Din tinha minado a aliança cristã realizada pelo governador de Damasco, Unur, ao selar o seu próprio tratado com a cidade. Nur al-Din casara com a filha de Unur, e os governantes de Alepo e de Damasco começaram a apresentar uma frente cada vez mais unida contra os francos. Deste modo, pelo verão de 1148, fazia muito mais sentido tentar quebrar uma perigosa parceria do que perseguir uma causa perdida em Edessa. Outra opção era tentar tomar Ascalão, um porto dos fatímidas, a cerca de 48 quilómetros a sul de Jafa, mas, dado que se afastava demasiado do objetivo inicial da Segunda Cruzada, foi rejeitada[12].

Na quinta-feira, 24 de junho de 1148, o dia de jejum de São João Batista, a cidade de Palmarea, perto de Acre, estava repleta de quase todas as figuras importantes do Oriente latino. O rei Conrado, o rei Luís e o rei de dezoito anos Balduíno III de Jerusalém estavam presentes, bem como a mãe de Balduíno e cogovernante, a rainha Melisenda. Abundavam nobres dignitários do Oriente e do Ocidente, acompanhados por um impressionante séquito de príncipes da Igreja, incluindo o patriarca de Jerusalém, dois arcebispos e um enviado do papa. Ao lado destes nobres da mais elevada estirpe sentavam-se os mestres dos Hospitalários e dos Templários, Raimundo de Puy e Roberto de Craon, agora entre os principais decisores nos reinos cruzados.

O objetivo do encontro (frequentemente denominado como Concílio de Acre) era chegar a um acordo quanto ao alvo da futura ação militar. Guilherme de Tiro registou que se levantou um debate

sério sobre a adoção de uma política damascena: «Opiniões de diversas fações foram oferecidas e apresentaram-se argumentos a favor e contra.»[13]

No entanto, se acreditarmos no relato de Oto de Freising, tudo estava previamente decidido. Uma vez que Luís concordara que a política era sensível, o único assunto a ser discutido era «quando e onde o exército devia ser convocado»[14]. A confiança era muita. De acordo com Ibn al-Qalanisi, os seus «corações malignos estavam tão confiantes na captura que já tinham planeado a divisão dos seus distritos e propriedades».

A conquista de Damasco provaria não ser assim tão simples.

Ibn Jubayr, um viajante hispânico-muçulmano que visitou Damasco no final do século XII, descreveu a cidade como incomparavelmente luxuosa. «O paraíso do Oriente (...) perfumados jardins de flores enchem a alma de vida (...) os jardins rodeiam-na como um halo à Lua (...) o seu oásis verde estende-se até onde o olhar alcança e, para onde quer que se olhe dos seus quatro lados, os seus frutos maduros prendem o olhar.»[15] Mas no sábado, 24 de julho de 1148, quando as tropas combinadas do exército cruzado iniciaram o seu caminho através deste cinto de terra fértil, não a acharam tão convidativa.

Guilherme de Tiro descreveu a tensa e claustrofóbica aproximação a Damasco como se os exércitos dos três reis cristãos tivessem escolhido o seu caminho, muitas vezes em fila única, através dos estreitos trilhos dos pomares nos arredores da cidade. Os carreiros que usavam eram «largos o suficiente para permitir que jardineiros e vigilantes passassem por eles com animais de carga que transportassem fruta para a cidade», escreveu, mas eram perigosamente inadequados para um extenso corpo de tropas que arrastava armas e maquinaria de guerra, levando bois e camelos que transportavam uma enorme carga. Os defensores escondiam-se entre as árvores, aparecendo para atacar os soldados enquanto passavam, ou faziam pontaria das torres de vigia situadas aqui e ali

para guardar os pomares de intrusos. «Destes pontos de vantagem mantinham uma constante saraivada de setas e outros projéteis», continuou. As muralhas de terra escondiam homens que carregavam lanças e espiavam os invasores através de vigias, esperando pelo melhor momento para abater o inimigo. Os cruzados avançavam com «perigo de morte instantânea», escreveu Guilherme; «de qualquer direção havia igual perigo»[16].

Apesar destas emboscadas, o mero peso dos números e da determinação estava do lado dos cristãos. Forçaram um carreiro através dos pomares, demolindo muralhas e barricadas levantadas para lhes bloquear a passagem. Desbravando caminho entre as árvores, chegaram finalmente às margens do rio Barada, que passava por baixo das muralhas da cidade de Damasco.

Uma delegação reunira-se nas margens do rio, alinhada com catapultas e arqueiros para defender as portas da cidade. Mas uma investida direta e furiosa da cavalaria germânica de Conrado dispersou esta primeira força: os cavaleiros saltaram dos seus cavalos e correram sempre em frente, brandindo as espadas. Conrado encontrou-se a lutar no meio da confusão com sucesso notório: disse-se que atacou de forma tão feroz e grave um cavaleiro turco que lhe cortou a cabeça, o ombro e o braço esquerdos e parte do seu torso com um só golpe. Em breve, o rio que corria para os subúrbios ocidentais de Damasco estava assegurado e os cruzados começaram a abrir uma trincheira, erguendo as suas próprias barricadas com árvores arrancadas dos pomares. «O moinho da guerra», observou o cronista de Damasco Ibn al-Qalanisi, «não parou de triturar.»[17]

Os exércitos cruzados tinham partido tão confiantes de um triunfo fácil que não tinham levado engenhos para um cerco ou provisões que durassem mais do que alguns dias. Calculavam que as frutas apanhadas dos pomares e a água do rio os sustentariam e que uma quinzena seria o tempo máximo necessário para fazer a cidade ceder. Os cristãos não contavam com a ferocidade da defesa muçulmana, nem com o facto de que, praticamente assim que os

exércitos se aproximaram das muralhas da cidade, terem começado a chegar notícias de forças de apoio que faziam o seu caminho iminentemente para o acampamento cruzado. «Largos números de arqueiros» cavalgavam do vale de Beca, a leste de Beirute, para assediar os sitiantes, enquanto forças do interior da cidade começaram a bombardear as posições dos francos «com a ligeireza dos falcões atacando repentinamente perdizes de montanha»[18].

O que aconteceu a seguir seria tema de debate durante os anos que se seguiram. Na terça-feira, 27 de julho, observadores que vigiavam das torres da cidade viram o acampamento cruzado ficar estranhamente silencioso. Ocasionais surtidas de cavalos ou de soldados de infantaria eram repelidas com uma saraivada de lanças e setas, mas na maior parte o cerco estava calmo. «Pensava-se», escreveu Ibn al-Qalanisi, «que estavam a planear um ardil e a preparar um estratagema.»

Estava bastante correto quanto a isto. Os três reis que chefiavam o cerco estavam a aconselhar-se e a chegar a uma decisão ousada e extremamente controversa. De forma abrupta e, para muitos, surpreendente, foi decidido abandonar a ofensiva no lado ocidental da cidade e, em vez disso, mover-se para uma nova posição a sudeste, onde, segundo algumas informações, os pomares pareciam mais pequenos e as paredes mais fracas, e onde a vitória seria mais rápida. Rumores de várias forças de apoio pareciam ter assustado a liderança franca a ponto de estar disposta a apostar fortemente numa mudança de estratégia para forçar uma vitória rápida[19]. As suas posições, conquistadas com dificuldade, foram abandonadas e todo o grupo se moveu para leste. Como era previsível, foi um movimento desastroso.

Ainda que não estivesse presente no cerco de Damasco, Guilherme de Tiro entrevistou tantos veteranos quantos conseguiu e pintou uma imagem desoladora dos acontecimentos[20]. A retirada dos exércitos causou um descontentamento generalizado, em breve amplamente justificado pelos acontecimentos. Ao chegar à sua nova posição, os francos encontraram-na perfeitamente bem defendida e

não de todo uma porta aberta para a conquista. Não havia pomares, era verdade, mas na prática isto significava que o exército sitiante iria agora passar fome. Qualquer possibilidade de voltar para o lado ocidental da cidade foi imediatamente posta de parte, pois, ao ver os movimentos dos francos, os defensores da cidade tinham-se apressado a barricar as estradas com enormes pedras e árvores tombadas, guardadas por arqueiros. Os cristãos já não podiam seguir em frente, porque o exército não tinha provisões suficientes para aguentar um cerco com sucesso, e também não podiam recuar. A possibilidade de um ataque das forças de apoio crescia de hora para hora. De alguma forma, os francos tinham desperdiçado a sua posição militar mais promissora em vários anos.

Os senhores que comandavam reuniram-se para uma conferência e concluíram, após uma discussão venenosa em que acusações de traição voaram de um lado para o outro, que a única estratégia razoável era reunir tudo e voltar para casa. Era quase insuportavelmente humilhante. Os homens tinham viajado milhares de quilómetros, suportando doenças, fome, naufrágios, emboscadas e pobreza, na esperança de seguir os passos dos primeiros cruzados e ganhar um rol de magníficas vitórias em nome do Senhor. Mas, no final, a ofensiva oriental da Segunda Cruzada revelou não ser mais do que um golpe de quatro dias através de um pomar armadilhado, algumas escaramuças isoladas e uma retirada impotente. «A nossa gente», escreveu friamente Guilherme de Tiro, «voltou sem glória.»[21]

Os Templários investiram muito na Segunda Cruzada. Tinham avançado com Luís VII através da Ásia Menor e financiaram a sua cruzada com enormes empréstimos. Levaram Conrado III e garantiram-lhe proteção e conselho militar. Juntamente com o mestre dos Hospitalários, Roberto de Craon tinha apoiado o plano para atacar Damasco em vez de Edessa. A sua recompensa por tudo isto era incrivelmente fraca.

Após Damasco, os reis francos consideraram brevemente um assalto a Ascalão, que afinal não se realizou. Conrado deixou a Terra Santa em setembro de 1148. Luís ficou ainda por mais sete meses, celebrando a Páscoa em Jerusalém antes de voltar para França no final de abril. E aí começaram as recriminações.

O consenso entre os cronistas francos era que os seus mestres não poderiam ter falhado tão redondamente se alguém não tivesse sido traído de alguma forma. Era um facto aceite que alguém sabotara a campanha — era como Conrado III explicava o desastre, ainda que não soubesse apontar a fonte da traição. Suspeitava-se de várias pessoas: um nome que se destacava era o do cruzado Thierry, conde de Flandres, que se pensava cobiçar o domínio de Damasco para si, levantando inveja entre os seus pares, que os persuadiram a dificultar deliberadamente a missão inteira só para o impedir. Outros diziam que um nobre oriental chamado Elinandus de Tiberíade tinha aceitado um enorme suborno — pago em tesouro falso — para persuadir os seus superiores a mudar as táticas. Até o rei Balduíno e a sua mãe eram suspeitos, dado que os homens procuravam uma explicação para uma grotesca caricatura militar que só podia ser de outra forma atribuída à ira de um Deus caprichoso.

Também os Templários se tornaram alvos de suspeita. O polémico burocrata inglês João de Salisbúria, que serviu como embaixador na corte papal, culpou expressamente a ordem pela sua parte na derrota, mesmo que não pudesse dizer de forma concreta o que tinha feito. Não era apoiante dos Templários, cujos privilégios considerava serem bastante perigosos para a Igreja, mas prestava muita atenção aos rumores da corte papal de Eugénio III, onde havia denúncias frequentes e os Templários eram muito discutidos.

Não há provas que sugiram que isto era mais do que calúnias. Os Templários tinham feito o seu trabalho com toda a diligência e devoção que lhes pudessem ser pedidas. O seu objetivo era proteger os peregrinos — e o seu papel ao acompanhar, defender, treinar, financiar, aconselhar e lutar ao lado dos peregrinos da

Segunda Cruzada representava a demonstração mais elevada possível de dever. Arriscaram as suas vidas e quase entraram em falência ao apoiar os esforços dos exércitos cruzados, às vezes conduzidos de forma negligente e mesmo suicida. Culpá-los pelo fracasso da cruzada era, por um lado, extremamente ingrato. No entanto, mostrava quão intimamente se associavam os Templários ao destino da Terra Santa e à defesa das povoações cristãs aí instaladas. Em três décadas tinham-se tornado quase um sinónimo do reino de Deus que tinha sido estabelecido no Próximo Oriente islâmico. Esta seria a sua maior honra e a sua maior maldição.

12 Um marco era uma unidade monetária equivalente a dois terços de uma libra, o que neste caso correspondia a 1333,33 *livres parisis*.

7

«A TORRE MALDITA»

A devastada cidade de Gaza estava silenciosa e vazia. Noutros tempos fora uma das cidades mais belas do Próximo Oriente: um ponto de paragem na estrada costeira da Síria para o Egito através da Palestina, enriquecida com um mercado próspero e famosa pelas suas mesquitas, igrejas e amplas casas arejadas construídas em mármore[1]. Mas em 1149 apenas os seus bens naturais e reservatórios tinham ficado para indicar que este fora anteriormente um lugar onde pessoas de diferentes religiões eram bem-sucedidas. A guerra deslizara pelas elegantes ruas e aparentemente esvaziara Gaza para sempre. «Estava agora em ruínas», escreveu Guilherme de Tiro, «e totalmente desabitada.»[2] Os seus edifícios vazios e destruídos arrancaram as seguintes palavras de um dos mais distintos poetas nativos da cidade, Abu Ishaq al-Ghazzi: «O passado desapareceu (...) Só se tem o momento em que se existe.»[3]

No inverno de 1149-50, Gaza começou a agitar-se. Pás romperam a terra para escavar novas fundações, e pedreiros partiram blocos para novas fortificações. A cidade — ou uma parte significativa dela — estava de novo a levantar-se. Numa colina no centro da cidade arruinada estava a ser erguido um novo castelo, «notável pela sua muralha e torres». Este não era apenas um ato de regeneração urbana. Era parte de uma nova estratégia militar agressiva seguida no longínquo sul do reino cruzado, com os Templários no seu centro. Enquanto se erguia o castelo, os irmãos estavam a ser marcados para servir como seus guardiões e beneficiários.

Esse inverno foi um momento agitado para os cavaleiros do Templo. Roberto de Craon morreu a 13 de janeiro de 1149, sendo eleito para o seu lugar Everaldo de Barres, o mestre em França que servira tão diligentemente o rei Luís VII durante o fiasco

da Segunda Cruzada. Everaldo era um financeiro competente e um diplomata talentoso, mas o seu coração estava em França. Como Roberto de Craon, via mais valor em representar a ordem entre os seus patronos na Europa do que em servir de forma permanente como militar em Jerusalém, não menos importante por causa da mera proporção do crédito que a ordem tinha estendido à Coroa francesa.

Everaldo regressou a Paris quando os navios reais levantaram âncora na primavera de 1149. Deixou no seu cargo André de Montbard, um cavaleiro de meia-idade que servira os Templários pelo menos desde 1130. André era um dos oito filhos de uma família nobre da Borgonha; dois dos seus irmãos eram monges cistercienses em Cîteaux[4], e era tio (apesar de alguns anos mais novo) de Bernardo de Claraval, para quem avaliava regularmente por carta os êxitos e dificuldades dos Templários na terra do Senhor. André comparou o seu trabalho com o de uma formiga, mas a sua humildade mascarava um considerável talento militar[5]. Durante o seu tempo com a ordem, ascendeu ao cargo de senescal e foi assim o homem que tinha a principal responsabilidade com a bandeira templária, o *confanon bauçant* ou bandeira de duas cores: um simples estandarte preto e branco que era levantado no campo de batalha por outro oficial, o marechal, e à volta do qual os Templários lutariam e que não podia ser baixado a não ser que todos os cavaleiros estivessem mortos[13]. André de Montbard conhecia bem os políticos do Oriente latino e relatava diligentemente os acontecimentos aos amigos da sua terra.

Infelizmente, quase ao mesmo tempo que o mestre Everaldo voltara para Paris, André de Montbard enviou-lhe várias cartas, fazendo um relatório das mortes de vários irmãos para defender uma ensanguentada bandeira de duas cores.

A 29 de julho, uma desastrosa batalha em Inab, perto de Antioquia, viu as forças do príncipe Raimundo de Antioquia obliteradas pelo filho de Zengi, Nur al-Din, o atabegue de Alepo. Raimundo era, no mínimo, uma personagem controversa. Desde

que viajara de Poitiers para reclamar Antioquia pelo casamento com a sua herdeira de nove anos, entrou em conflitos com o rei da Sicília, o imperador bizantino e o patriarca de Antioquia. Circulavam rumores de que teria ofendido seriamente Luís VII por se ter comportado de forma demasiado cavalheiresca com a mulher do rei, Leonor de Aquitânia, que era sua sobrinha. A batalha de Inab marcou o fim do progresso excêntrico de Raimundo: foi capturado no campo de batalha e decapitado. Nur al-Din enviou a sua cabeça para o califa sunita em Bagdade como troféu.

O reino de Jerusalém tinha de prevenir perdas futuras. Balduíno e a sua mãe, a rainha Melisenda, pediram aos Templários que ajudassem a impedir os exércitos de Nur al-Din de aproveitar a crise da morte de Raimundo como uma oportunidade de avançar sobre Antioquia. Os Templários juntaram-se imediatamente ao exército do rei, provendo cento e vinte cavaleiros e cerca de mil «escudeiros e oficiais bem armados». Daí partiram para norte, escreveu André de Montbard, emprestando sete mil besantes[14] de Acre e mil besantes de Jerusalém para custear a sua campanha[6].

Chegaram a Antioquia, mas foram imediatamente imobilizados por soldados muçulmanos que vinham de Icónio (a atual Cónia, na Turquia) e Corasão (na Pérsia). Agora, estavam numa situação desesperada e requeriam urgentemente reabastecimento e reforços. «Escrevemos-lhe para lhe pedir que regresse para nós velozmente e sem atrasos», disse André a Everaldo:

> Nunca terá uma razão melhor para voltar, nem o seu regresso poderá ser alguma vez mais bem recebido por Deus, mais útil para a nossa casa e a terra de Jerusalém (...) Muitos do nosso exército estão mortos e por isso precisamos que venha ter connosco com os irmãos e oficiais que sabe serem adequados para a tarefa. Não importa o quão depressa venha, não pensamos que nos encontre vivos, mas venha sem atraso; é esse o nosso desejo, a nossa mensagem e o nosso pedido (...) Venerável pai, venda tudo o que puder e traga-nos o senhor os lucros para que possamos continuar a viver. Adeus.

A carta de André de Montbard deu uma imagem sombria da situação militar em Antioquia enquanto os francos tentavam resistir

a um otimista Nur al-Din. Resumia também muita da realidade da vida dos Templários no reino de Jerusalém. Esperava-se que proporcionassem apoio militar de resposta rápida onde quer que o inimigo atacasse nos três estados cruzados de Jerusalém, Trípoli e Antioquia.

Foi no contexto deste dever de longo alcance que começaram a ser regularmente concedidas fortalezas aos Templários, a partir das quais podiam controlar as áreas mais vulneráveis sujeitas ao domínio latino. Uma delas estava a ser construída no topo de uma colina de Gaza. «Quando ficou totalmente terminada em todas as suas partes», escreveu Guilherme de Tiro, «foi atribuída por consentimento geral aos cavaleiros do Templo, para ser mantida por eles para sempre, juntamente com todo o distrito adjacente. Os irmãos, bravos e valentes guerreiros, defenderam o seu cargo com fé e de forma sábia.»[7]

Este era um grande louvor vindo de Guilherme de Tiro. Um erudito académico latino nascido em Jerusalém por volta de 1130, um cruzado de segunda geração educado ao alcance da vista do palácio templário na escola anexa à Igreja do Santo Sepulcro, Guilherme terminara a sua educação em Paris e Bolonha — as duas principais universidades da Europa — antes de voltar para leste para seguir uma carreira na Igreja. Acabou por ascender até se tornar arquidiácono e finalmente arcebispo de Tiro — uma categoria espiritual apenas abaixo do patriarca de Antioquia. Amigo de reis, mexeriqueiro e um importante ator político por direito próprio, Guilherme de Tiro escreveu várias histórias épicas, incluindo uma narrativa do islão desde os tempos do profeta Maomé. Por volta de 1170 compôs uma compacta crónica latina do Oriente cristão intitulada *Historia rerum in partibus transmarinis gestarum* («História dos feitos do Ultramar») — com o título a evidenciar que fora feita para ser consumida nos círculos das cortes e universidades europeias.

Guilherme partilhava com outros eclesiásticos ocidentais alguma cautela acerca de todo o conceito de ordens militares. Desconfiava

particularmente dos Templários e raramente perdeu uma oportunidade de levantar dúvidas, na crónica, sobre os seus motivos. No caso de Gaza, contudo, factos eram factos: pouco depois de os Templários tomarem posse do castelo, fizeram recuar uma investida fatímida de forma tão eficiente que não houve mais ataques. O castelo era essencialmente a primeira linha de defesa nas regiões mais a sul do reino de Jerusalém: um posto avançado da influência latina antes de a costa se tornar uniformemente hostil. A ordem conhecia o trabalho que era esperado que realizasse em Gaza e cumpriu-o bem.

O novo castelo em Gaza não foi construído pela vista. Foi construído para servir uma política específica de extensão da influência cristã para sul. Gaza situava-se no extremo sudoeste dos territórios latinos: a sul de Jafa, Jerusalém e, mais importante, Ascalão, uma cidade extremamente fortificada ainda leal aos fatímidas. Ascalão era uma base avançada na ventosa estrada costeira, em que se podiam lançar ataques para território cristão; era também um baluarte contra qualquer avanço sobre o Egito pelos reis de Jerusalém. Conquistar Ascalão prometia uma maior segurança na direção da península do Sinai. Uma marcha sobre Ascalão fora considerada mas rejeitada pelos exércitos da Segunda Cruzada antes e após o falhanço do cerco de Damasco, mas havia agora uma ideia crescente de que a cidade podia — e devia — ser capturada. Três anos tinham passado antes de o jovem rei Balduíno III poder tornar essa ideia realidade, dada a sua preocupação com uma luta pelo poder contra a sua mãe, que não queria perder o controlo que tinha exercido enquanto o filho era menor. Mas a nova fortaleza sugeria que um avanço sobre Ascalão estava finalmente a caminho.

A presença dos Templários isolava Ascalão do Egito, tornando a estrada costeira insegura e desadequada para as tropas fatímidas. O único caminho que o califa xiita do Cairo podia usar para enviar reforços em direção à cidade era o mar: um sério inconveniente

já que esta não tinha um porto protegido, apenas uma praia de areia que tornava a amaragem difícil, exceto com tempo muito calmo[8]. A fortaleza de Gaza completava um círculo de castelos em redor de Ascalão, ainda em construção desde há década e meia.

A cerca de 40 quilómetros através das planícies a leste de Ascalão ficava Bethgibelin, uma fortaleza de tamanho médio construída em 1136 e dada aos Hospitalários[9]. A curta distância a norte de Bethgibelin estavam mais dois castelos construídos para defender as fronteiras do sul do reino: Ibelin e Blanchegarde, construídas em 1141 e 1142, respetivamente. Individual e coletivamente, eram marcas vistosas do poder franco, assinalando a intenção dos cristãos de capturar lentamente Ascalão, com uma cilada feita de pedra.

A 25 de janeiro de 1153, uma bandeira com o sinal da cruz esvoaçava fora das muralhas atorreadas de Ascalão, que se estendiam numa vigilância crescente sobre o lado terrestre desta cidade costeira fortemente militarizada. A bandeira avisava a chegada do rei Balduíno III, de vinte e dois anos, e de um excitado exército cristão, cujos membros faziam juras para ferir os defensores de Ascalão o mais possível[10]. O comando do exército, uma maciça delegação de príncipes, nobres, altos clérigos e soldados experientes, examinava o imponente edifício à sua frente enquanto os seus homens montavam tendas num acampamento circular, subdividido em vários postos, cada um leal a um nobre diferente. Entre esta multidão sedenta de sangue estava uma delegação considerável de Templários.

A cidade era um alvo formidável. Construída num porto natural em terreno arenoso plantado com vinhas e árvores de fruto, tinha as paredes iluminadas pelo sol de inverno durante o dia, enquanto à noite a alvenaria tremeluzia com chamas de lamparinas a óleo, permitindo que sentinelas atentas observassem qualquer um que se aproximasse das quatro portas fortificadas. A maior destas, conhecida como a Porta de Jerusalém, indicava na sua arquitetura

furiosa a cautela dos cidadãos de Ascalão: torres altas com vista para uma barbacã com uma série de portas interiores mais pequenas que defendiam uma passagem que levava à entrada principal.

Os Templários que se haviam reunido com o exército real tinham um novo mestre, o quarto desde a criação da ordem, que devia a sua posição à reforma de Everaldo de Barres, que deixou o seu posto depois de abril de 1152, decidindo abdicar de uma vida militar em troca de uma tranquila contemplação monástica ao lado de um envelhecido Bernardo de Claraval. Neste momento, Bernardo estava em declínio físico: incapaz de engolir algo mais do que pequenas porções de comida passada, com as pernas tão bambas e dolorosas que às vezes não se conseguia sequer sentar para escrever, quanto mais andar. Morreu a 20 de agosto de 1153: «um espírito pronto», como dizia, «num corpo fraco». Everaldo viveu mais um quarto de século nos pacíficos arredores do mosteiro e ainda estava vivo quando o patrono templário foi santificado em 1174[11].

Bernardo de Tremelay, que como tantos dos primeiros templários era originário da Borgonha, perto de Dijon, não era um líder testado; quando levou a sua delegação para Ascalão, no final de janeiro, era mestre há menos de um ano. Mas o que lhe faltava em experiência era compensado com coragem e beligerância, e estava prestes a levar os seus irmãos para o seu combate militar mais ousado desde que a ordem fora formada. A 25 de janeiro de 1153, o grande cerco de Ascalão estava prestes a começar: uma luta decisiva para a poderosa cidade fatímida ficar sob controlo cristão. Era «um feito árduo e quase impossível», escreveu Guilherme de Tiro. Quase, mas não totalmente.

Os dois primeiros meses do cerco foram lentos e inconclusivos. Os cidadãos de Ascalão eram o dobro dos francos. Estavam bem treinados, bem fornecidos e altamente motivados para resistir, pois, nas palavras de Guilherme de Tiro, «estavam a lutar pelas suas mulheres e filhos e, o mais importante, pela própria liberdade»[12].

No entanto, enquanto era possível resistir, não podiam contra-atacar. Das torres e muralhas de vigia poderiam ter relatado que o acampamento de Balduíno III parecia uma abundante cidade-satélite — fortemente protegido contra qualquer potencial força de apoio e tão bem estabelecido que tinha o seu próprio mercado a funcionar. A vista da costa era ainda menos promissora: uma pequena frota de quinze galeras comandadas por Geraldo de Sídon bloqueava a aproximação a Ascalão pela água. Escaramuças diárias aconteciam à volta da cidade, favorecendo um lado e depois o outro, mas o estado geral do conflito era um impasse.

Em seguida, por volta da Páscoa, que nesse ano foi a 19 de abril, os acontecimentos começaram a suceder-se a favor dos latinos. À medida que a primavera acalmava as rotas marítimas da Europa, iniciava-se o influxo anual de peregrinos trazido em navios para visitar Jerusalém; esta não era uma força cruzada armada para a guerra, mas era na mesma um impulso valioso de cristãos devotos e de barcos, precisamente no momento em que eram necessários reforços militares.

Ao saber da chegada dos peregrinos, Balduíno III deu a ordem de que ninguém que entrasse no seu reino poderia sair e que quem se juntasse ao exército em Ascalão receberia pagamentos pela sua parte numa «tarefa tão aceitável para Deus». Mais importante, o rei confiscou forçosamente todos os navios que atracaram nos seus portos, desviando-os para as águas perto de Ascalão. O número de cristãos aumentava de dia para dia. «Grande era a alegria no acampamento, e a esperança na vitória não tinha limites», escreveu Guilherme de Tiro. «Entre o inimigo, pelo contrário, o desgosto e a ansiedade prevaleciam cada vez mais.»

Os marinheiros que seguiram as instruções do rei Balduíno para navegar para sul poderiam expectar uma ordem para fazer parte de um bloqueio naval. Em vez disso, quando chegaram, os seus navios foram levados para terra, os mastros cortados e as velas arrancadas. Foi-lhes paga uma contribuição alta pela perda das suas embarcações, e a madeira foi entregue a trabalhadores que a

usaram para construir engenhos para o cerco. Estes incluíam catapultas e abrigos móveis para proteger os sapadores enquanto tentavam escavar nos aterros de barro que sustinham as estreitas muralhas da cidade. Uma arma em particular decidiria o destino de Ascalão pelas três décadas seguintes. Era uma estrutura gigante, tão alta como as muralhas, composta por longas traves de madeira que suportavam plataformas de combate, cobertas por um revestimento à prova de fogo feito de peles de animais esticadas sobre uma armação de verga. O seu objetivo era permitir que os cavaleiros francos trepassem para onde decorriam as batalhas e matassem os defensores num plano nivelado. O material de guerra de um cerco era uma marca da confrontação europeia, e a estrutura construída em Ascalão era claramente de alta categoria. A sua construção chegou a ser conhecida em Damasco, onde o cronista Ibn al-Qalanisi escreveu sobre esta com uma combinação de repulsa e admiração ressentida. Os francos tinham reduzido Ascalão «a dolorosos apertos», afirmou, «ao trazer para o seu assalto a torre maldita, no meio de uma multidão (que Deus a defenda da sua maldade)»[13].

Os Templários, chefiados pelo mestre Bernardo de Tremelay, terão vigiado cuidadosamente a construção da torre de cerco. Quando ficou pronta e foi arrastada para a sua posição, ao lado de um ponto escolhido ao pormenor nas muralhas da cidade, os Templários posicionaram-se nas cercanias do que era agora um ponto de intensas lutas diárias, com muitas destas a ter lugar bastante acima do chão[14]. As catapultas de Balduíno arremessavam pedras para as muralhas da cidade, enquanto, no topo da enorme torre, homens de armas enfrentavam os soldados que resistiam em combates corpo a corpo e disparavam setas na direção de cidadãos em pânico, que corriam pelas ruas abaixo. No mar, uma frota egípcia de setenta galeras tinha chegado com ventos favoráveis que sopravam de sul, frustrando o bloqueio naval de Geraldo de Sídon, agora totalmente em desvantagem numérica. Mas isto foi apenas

secundário em relação ao que estava a acontecer nas ameias do lado da terra.

Em meados de agosto, o cerco de Ascalão estava em curso há mais de seis meses. O moral da cidade estava a cair; a partir do momento em que o exército de Balduíno pudera usar a torre, estava em vantagem; o apoio no mar era útil, mas a cidade só conseguiria estar totalmente a salvo se os cercadores em terra recuassem. Os cidadãos mais importantes reuniram-se e decidiram fazer o que fosse possível para destruir a torre. A única forma que lhes parecia viável era fazer de alguma maneira um fogo tão forte que destruísse o espesso couro que protegia o esqueleto de madeira da torre. Os homens e mulheres de Ascalão trabalharam para recolher «madeira seca e outros materiais adequados para ignição», escreveu Guilherme de Tiro. «Parecia ser a única esperança.»

Durante a noite de sábado, 15 de agosto, o plano para destruir a torre foi posto em ação. Todo o combustível que tinha sido recolhido foi levado para a muralha mais perto da torre e atirado para o lado de fora. Pouco a pouco, formou-se uma pira no espaço que separava a torre da alvenaria. Quando já estava suficientemente alta, foram despejados pez e óleo no topo. Acendeu-se uma chama e a fogueira começou a arder.

A brisa que tinha levado os navios ao longo da costa levantina soprava do mar para Ascalão. No decorrer da noite, contudo, mudou de direção, e um vento brusco começou a soprar de leste, por trás dos exércitos cristãos. Foi um desastre para o povo de Ascalão. O vento rapidamente atiçou as chamas da base da torre de Balduíno, fazendo-as subir fortemente. E, ao crescer, as chamas queimaram a muralha da cidade, sobreaquecendo pedras e argamassa já enfraquecidas por meses de apedrejamento das máquinas de guerra francas.

Na madrugada de domingo, a torre de cerco ainda estava de pé. Mas a muralha já não aguentava mais. A pedra quente cedeu e, quando raiou o dia, uma grande parte da muralha ruiu. De seguida, os destroços colapsaram com estrondo, e homens de ambos os

lados acordaram sobressaltados, agarrando as armas. Entretanto houve mais um estrépito. Caíram pedras até à base da torre de cerco, quebrando os mastros de madeira que formavam a sua estrutura vertical. Estes despedaçaram-se, e a máquina terrível oscilou, fazendo quase cair os vigias que se penduravam nela. Mas não caiu. E, antes disso, Ascalão abriu-se.

Bernardo de Tremelay e os seus companheiros templários estavam ou acampados perto da torre ou mais alerta durante o começo da madrugada do que os seus companheiros cristãos — ou possivelmente ambos. Assim que ouviram o som da alvenaria a ranger na base da torre pegaram em armas, precipitando-se na direção da brecha na muralha. Bernardo tomou o comando dos seus homens.

«Os francos (que Deus os amaldiçoe) são os homens mais cautelosos de todos na guerra», escreveu Usama ibn Munqid, que passou quatro meses em batalhas contra os ataques cristãos nos campos em redor de Ascalão nos anos imediatamente a seguir ao grande cerco[15]. Naquele dia, os Templários foram tudo menos isso. Logo que a poeira do buraco assentou, cerca de quarenta cavaleiros empurraram a torre de cerco, treparam a muralha em ruínas e dirigiram-se para a cidade. Então, escreveu Ibn al-Qalanisi, «apressaram-se a entrar, e multidões de ambos os lados foram mortas»[16].

O que levou Bernardo de Tremelay a dar a ordem de que os seus homens deveriam assaltar a brecha nas muralhas de Ascalão? Deve certamente ter esperado apoio do resto do exército atrás de si. O certo é que esta foi a última decisão importante que tomou. Dentro de uma cidade cercada por seis meses, os Templários viram-se em inferioridade numérica em relação a pessoas desesperadas. Os cidadãos agarraram nas suas armas e avançaram. Outros arrastaram traves de madeira até ao buraco na muralha e começaram a construir barricadas. Os Templários estavam encurralados. Mesmo que tivesse havido uma saída, a sua Regra

proibia-os de fugir do campo de batalha. O seu destino estava selado.

Bloqueados numa cidade hostil sem hipóteses de recuar ou de socorro, os Templários foram massacrados. Ninguém foi levado para pedir resgate — nem mesmo o seu mestre. Isto não era habitual para prisioneiros tão valiosos. Deveu-se à reputação assustadora dos Templários entre os seus inimigos e ao medo e desespero reprimido dos cidadãos que tinham estado imobilizados pelo ataque inimigo por meio ano. Não havia dinheiro ou saque que valessem as vidas de quarenta dos mais hábeis soldados cristãos na região e que se tinham mostrado sem apoio na conquista. Não sobreviveu nenhum registo detalhado da luta entre os cidadãos de Ascalão e os cavaleiros do Templo, mas no fim desta todos os Templários estavam mortos.

Seria necessária mais uma semana de batalhas antes de os habitantes de Ascalão serem obrigados a parar de defender a sua muralha consertada à pressa, a concordar com a entrega da cidade ao domínio cristão e a implorar pela paz. No sábado 22 de agosto, o estandarte de Balduíno III foi içado na torre mais alta da cidade. Mas o custo fora alto: a batalha final tinha sido travada com os corpos despedaçados dos quarenta cavaleiros do Tempo pendurados em cordas presas no alto das muralhas da cidade.

Bernardo de Tremelay foi sucedido como mestre pelo devoto e literato senescal André de Montbard, que serviu até 1156. Ainda que a perda de quarenta irmãos tenha sido uma séria redução nos efetivos militares cristãos da ordem, os Templários não estavam fatalmente danificados enquanto organização. Recrutar novos homens era sempre possível graças à rede crescente na Europa, sobretudo nos seus tradicionais centros de alistamento: a Borgonha, Champanhe e Poitou. Mantiveram a posse do castelo de Gaza e foram um importante elemento militar na política de segurança do reino de Jerusalém. A norte, cavaleiros templários ainda fortificavam castelos que guardavam as passagens pelas montanhas de

Amanus, mas a hostilidade que inspiravam em algumas pessoas devido ao cerco de Ascalão ilustrava a ambivalência com que os Templários eram cada vez mais vistos.

Guilherme de Tiro era mordaz no seu desdém, atribuindo os piores e mais baixos motivos a Bernardo para ordenar uma missão suicida. O costume cristão na batalha, explicou, era que a pilhagem pertencia a quem pilhava. Portanto, argumentava, confrontados com a hipótese de fazer a primeira incursão em Ascalão, os Templários decidiram que deveriam ser os únicos saqueadores autorizados, reservando para si o espólio da vitória. «Ambiciosamente, recusaram permitir que os seus camaradas desfrutassem do saque», escreveu. «Assim, sofreram justamente sozinhos o perigo da morte.»[17]

Poderia ser verdade? Guilherme escrevia retrospetivamente, razão pela qual desenvolvera uma firme desconfiança sobre a independência da ordem e ocasional desrespeito pelas ordens reais. Contudo, na sua longa e detalhada história do reino cristão de Jerusalém, também louvou a robusta defesa de Gaza pela ordem, e relatou outros episódios com relativa equanimidade. Havia claramente um sentimento genuíno entre as suas fontes de que o comportamento de Bernardo de Tremelay em Ascalão tinha sido, no mínimo, insensato e, no pior dos casos, simplesmente ganancioso.

Nenhum outro autor cobriu os acontecimentos com tanta profundidade, tornando a opinião de Guilherme de Tiro difícil de questionar. Os segredos do coração de Bernardo de Tremelay deixaram a terra quando o seu cadáver foi içado sobre as muralhas em ruínas da cidade para onde tinha conduzido os seus homens. Mas poderia realmente ter imaginado que conseguiria derrotar uma cidade inteira com apenas quarenta homens?

Em 1154, os Templários continuavam a ser uma componente vital para a capacidade militar do reino de Jerusalém. Ao contrário do que acontecera em Ascalão, mantiveram a sua disciplina no campo, com a Regra a insistir que as ordens deviam ser obedecidas sem

falta e que o martírio era preferível à fuga. No entanto, ao mesmo tempo, parece claro que, enquanto a obediência e a disciplina dentro da sua própria estrutura de comando eram rígidas, o mesmo não era necessariamente verdade quando se tratava de lutar com outros. Os Templários apenas deviam obediência a Deus, ao mestre e ao papa. Nem reis nem patriarcas tinham qualquer comando formal sobre eles e, ainda que os seus hábeis serviços fossem procurados e dados de boa vontade, os Templários acabavam por estar livres de um controlo efetivo. Defendiam a ideia da cristandade e da honra de Cristo, mas a forma como o faziam era tecnicamente um assunto para o seu próprio instinto e julgamento[18]. Na maioria dos casos, isto tornou-os uma força de combate de elite extremamente ágil e útil. Por vezes, todavia, a sua independência tornou-os perigosos, e tornaram-se tão suspeitos quanto admirados pelos governantes seculares com quem partilhavam o campo de batalha.

13 No acampamento, a bandeira identificava a localização do senescal. Durante a batalha, era sobretudo o marechal, mais do que o senescal, que içava e carregava a bandeira e que organizava a sua proteção. Upton-Ward, J. M. (trad. e ed.), *The Rule of the Templars: The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar* (Woodbridge, 1992), 44, 59-60.

14 Besantes eram moedas de ouro muito valiosas do reino cruzado, cunhadas para imitar o dinar árabe e o hipérpiro grego.

8

«PODER E RIQUEZAS»

O filho do vizir tinha escapado do Egito, mas tinham tentado matá-lo desde então. Nas primeiras horas da sexta-feira, 29 de maio de 1154, fugiu do Cairo, atravessando as torres maciças, fortificadas e retangulares da Porta da Vitória com um grupo pequeno de membros da família, os poucos amigos que lhe restavam e todo o tesouro que tinha conseguido levar do palácio real. Durante os oito dias que se seguiram foram implacavelmente assediados por tribos árabes nómadas armadas com arcos e espadas, que perseguiram a pequena comitiva enquanto esta se apressava pelas colinas empoeiradas que ladeavam o Vale de Moisés, perto da antiga cidade de Petra. Dirigiam-se para norte para se refugiarem em Damasco, onde Nur al-Din os poderia proteger, mas as hipóteses de chegarem ilesos pareciam cada vez mais remotas. Cada hora do dia trazia uma nova ronda de ataques[1].

O filho do vizir, Nasr al-Din, e o seu pai, Abbas, tinham boas razões para fugir. Atrás deles, deixavam o Cairo coberto de sangue. Dias antes, os dois homens tinham conspirado com sucesso para matar o califa fatímida, Al-Zafir, como vingança pela sua tentativa de remover Abbas do seu posto; o assassinato despoletara as mortes violentas de vários irmãos do califa, um mordomo da casa real, pelo menos um servo e um número substancial de soldados egípcios.

Este não era o primeiro assassinato que Abbas e Nasr al-Din tinham cometido, mas era certamente o mais espetacular. No momento da morte do califa, Abbas era seu vizir, ou chefe de ministros, a posição política mais elevada em terra, um posto que tinha conseguido ao matar o funcionário anterior. Nasr al-Din, por sua vez, era o melhor amigo do califa, confidente e, segundo os rumores, amante: um jovem extremamente belo com quem o califa

passava os dias em festa no palácio e vagueando disfarçado à noite nas ruas da cidade[2].

O assassinato do califa tinha sido feito para aumentar o poder do pai e apagar a crescente má reputação do filho como sodomita. No fim de contas, nada disto foi conseguido. O califa foi atraído durante a noite até à casa de Nasr al-Din, perto do mercado de espadas do Cairo, e cortado aos pedaços antes de ser atirado para um poço. No dia seguinte, o palácio estava purgado de forma sangrenta — mas era demasiado até para os hábitos sanguinários dos fatímidas. Al-Zafir era o líder supremo espiritual e político da dinastia a que todo o xiita ismaelita devia lealdade: um homem, nas palavras do cronista Guilherme de Tiro, «que os egípcios estão acostumados a estimar e reverenciar como divindade suprema»[3]. A sua morte desencadeou distúrbios nas ruas do Cairo e instigou o governador do Alto Egito, Talai ibn Ruzzik, a marchar sobre a cidade e a proclamar o controlo militar. Em vez de assumirem o comando do califado, Abbas e Nasr al-Din foram forçados a fugir para salvar as suas vidas.

Abbas não estava satisfeito com a forma pela qual tinham sido compelidos a deixar o Cairo. Por um lado, o seu horóscopo tinha-o avisado para não abandonar a cidade numa sexta-feira. A sua consternação tinha fundamento, dado que a 7 de junho, enquanto o seu séquito caminhava por um posto avançado do deserto de Al-Munwaylih, escapando por fim (ou pelo menos momentaneamente) aos perseguidores árabes, foram emboscados por um grupo de cristãos.

Para os Templários e os seus companheiros, a visão da caravana de Nasr al-Din e Abbas era, sem dúvida, sedutora. Usama ibn Munqidh, um culto homem de letras sírio, estivera no Cairo como convidado do vizir na altura do banho de sangue e fora obrigado a fugir com os assassinos. Cavalgara com Nasr al-Din e mais tarde recordou que o seu grupo incluía cavalos, camelos, escravos, mulheres e tesouro roubado do palácio. O cavalo de Nasr al-Din estava lindamente equipado, com a sua valiosa roupa de sela

acolchoada bordada com quase 500 gramas de fio de ouro[4]. Não eram apenas muçulmanos importantes: eram uma presa valiosa, carregada com saque, e a patrulha cristã caiu sobre eles com satisfação.

Usama ibn Munqidh descreveu o confronto que se seguiu como uma batalha, mas parece mais ter sido um massacre. Alguns dos egípcios foram chacinados; outros foram capturados e separados do seu tesouro e das suas mulheres. As patrulhas dos Templários eram adversários formidáveis: organizados, bem disciplinados e sem misericórdia. Os que podiam escapar da chacina fizeram-no, fugindo para as colinas e deixando os seus cavalos livres para galopar para longe. Foi uma escolha sábia. Quando a poeira assentou, Abbas estava morto, juntamente com outro filho seu, Husam al-Mulk. Nasr al-Din foi levado como prisioneiro, provavelmente para Gaza, o castelo templário mais próximo. A queda da família foi rápida e dolorosa. Entretanto, de volta ao Cairo, o novo vizir Ibn Ruzzik recolhia os restos do califa assassinado e preparava-se para lhe dar um enterro decente[5].

O encontro de Nasr al-Din com os Templários foi suficientemente sensacional para ser falado em Inglaterra, onde Walter Map, o ácido cronista da corte, fez um relato vívido das aventuras escandalosas do jovem[6]. Map demonstrou um interesse especial no papel dos Templários, tal como Guilherme de Tiro. Ambos os homens ouviram e registaram versões da mesma história: tendo sido emboscado e depois feito prisioneiro pelos Templários, Nasr al-Din não tentou ofender os seus raptores, mas procurou impressioná-los. Foi dito que enquanto estava preso se converteu à fé dos francos, pedindo «para renascer em Cristo», e implorando aos seus guardas para lhe ensinarem o alfabeto ocidental e os primeiros dogmas da fé cristã[7].

Nenhum dos dois cronistas islâmicos mais informados mencionou esta suposta conversão, e os registos de Walter Map envolvem uma versão tão embelezada, didática e romântica da história que é difícil saber o que é baseado em factos. Não obstante, a versão essencial da história como chegou à Europa no final da década de 1150

afirmava que, quando Nasr al-Din ficou sob a custódia templária, renunciou à sua fé com a ambição de salvar a sua pele.

Infelizmente, calculou mal, como acontecia frequentemente. Os Templários não eram uma organização missionária. Podiam ser soldados de Deus, mas o seu objetivo não era trazer os inimigos para os braços bondosos de Cristo; era combatê-los e matá-los. Desprezavam os seus próprios irmãos que quase abandonavam a fé, mesmo sob coação. Um templário conhecido como Roger, *o Germânico*, capturado quando lutava perto de Gaza, foi obrigado pelos seus captores muçulmanos a levantar o dedo e a recitar a *shahada*, «Só há um Deus e Maomé é o seu profeta». Quando o libertaram, Roger foi expulso da ordem[8]. Abandonar a fé e trair juras não era algo admirado pelos cavaleiros do Templo. Mais ainda, os Templários eram pragmáticos. A sua missão era elevada, mas o mundo em que operavam era confuso. No contexto da longa guerra que enfrentavam, Nasr al-Din não era uma potencial alma salva, mas um homem procurado e um prisioneiro valioso.

As políticas do Egito fatímida eram bem conhecidas pelos que viviam e operavam na região e os captores de Nasr al-Din rapidamente perceberam que havia homens no Cairo preparados para pagar altos valores pela perspetiva de vingança. Para os Templários, este facto pesava mais do que todos os outros. Deste modo, após deter Nasr al-Din por «muito tempo», abriram negociações para o venderem aos seus inimigos[9]. Concordou-se num preço de 60 mil moedas de ouro e, após um curto período, Nasr al-Din foi recolhido pelos agentes de Ibn Ruzzik e levado de volta para o local dos seus crimes, algemado, preso e levado pelo deserto num camelo.

O cronista Ibn al-Athir escreveu que Nasr al-Din se manteve em silêncio durante a viagem de regresso ao Cairo. Apenas falou quando avistou as portas da cidade, recitando um pequeno verso de reflexão sobre os seus infortúnios: «Sim, num momento vivemos, mas / incidentes do destino e sorte falhada destruíram-nos.»[10] Walter Map escreveu que Nasr al-Din se agarrou firmemente aos

seus novos valores cristãos, terminando os seus dias atado a uma estaca e alvejado até à morte com setas. Map era um homem cuja pluma mantinha o ritmo da sua imaginação fértil, e ao contar a história fez deliberadamente eco das hagiografias de Santo Edmundo, *o Mártir*, e de São Sebastião. Outros autores concordaram que Nasr al-Din foi levado por uma multidão e despedaçado antes de se pendurar o seu cadáver dilacerado numa cruz nas enormes torres redondas da Porta de Zuwayla do Cairo. «As pessoas fizeram-no em pedaços literalmente com os seus dentes», escreveu Guilherme de Tiro[11]. Qualquer que tenha sido o seu destino, poucos devem ter lamentado a sua partida.

Em meados da década de 1150, os Templários tinham-se expandido intensamente pelos estados latino-cristãos na Terra Santa. Eram uma força relativamente pequena: talvez menos de mil cavaleiros espalhados pelos três estados cruzados, ainda que os seus números se tivessem multiplicado várias vezes graças aos muitos oficiais e tropas auxiliares — na forma de cavaleiros ligeiros sírios, ou turcópolos — que a ordem contratava como mercenários em tempos de necessidade. Tinham muito com que se manter ocupados. Cartas e crónicas dessa época fazem referências casuais ao trabalho dos Templários: um ataque aqui, uma escaramuça ali, homens mortos em batalha ou aprisionados em celas inimigas, batalhões fornecidos aos exércitos reais para aventuras militares e prisioneiros feitos para conseguir valiosos fundos para a missão corrente da ordem. Uma carta escrita ao papa Adriano IV, em 1157, era representativa disto. Após uma passagem que lamentava a captura de um grande número de cavaleiros, incluindo o mestre, Bertrand de Blanchefort, a carta prosseguia para descrever em termos joviais o ataque feito pelos Templários numa festa de casamento muçulmana. Duzentos e trinta «pagãos» fugiram, disse-se orgulhosamente ao papa; era-lhe assegurado que cada um deles foi feito prisioneiro ou «morto pela espada». Apesar da violência gratuita descrita (ou talvez por causa dela), a carta começava por

louvar os Templários como os novos macabeus, defensores dos que viviam sob o domínio ou que eram perseguidos pelos infiéis[12].

O centro de operações — o lugar do mestre, do senescal, do marechal e do *drapier* — continuava no complexo do Templo em Jerusalém, e em meados do século XII este já era verdadeiramente da ordem. A sensação de grandeza do Templo foi capturada por Teodorico, um intrépido peregrino germânico que se descrevia humildemente como «o esterco de todos os monges», que visitou a Terra Santa entre 1169 e 1174. No registo da sua viagem, Teodorico descreveu a sede dos Templários, a que chamou o Palácio de Salomão, com detalhe considerável, e a narrativa dá uma das imagens mais vívidas da sua aparência:

> Como uma igreja, é oblonga e apoiada em pilares, e também no fim do santuário se ergue um telhado circular, grande e redondo e também como uma igreja. Este e os seus edifícios vizinhos acabaram na posse dos soldados templários. Estabeleceram guarnição militar nestes e noutros edifícios que lhes pertencem. E com reservas de armas, roupa e comida estão sempre prontos a guardar a província e a defendê-la. Abaixo destes têm estábulos erguidos em tempos pelo rei Salomão. Estão junto ao palácio e a sua estrutura é complexa (...) um único disparo de besta dificilmente chegaria de um lado ao outro do edifício, em comprimento ou largura.
>
> Acima destes, a área está cheia de casas, habitações e dependências para qualquer tipo de objetivo, e está cheia de lugares de caminhada, relvados, câmaras de concílio, alpendres, consistórios e fontes de água em cisternas esplêndidas. Por baixo, está igualmente repleto de salas de lavagem, lojas, armazéns de grãos, reservas de madeira e outros tipos de reservas domésticas.
>
> A oeste, os Templários construíram uma nova casa, cuja altura, comprimento e largura, e todos os seus porões e refeitórios, escadaria e telhado, estão longe do costume desta terra. De facto, o telhado é tão alto que, se quisesse mencionar o quão alto é, os que me ouvem dificilmente acreditariam (...) Também aí fundaram no limite do pátio exterior uma igreja de magnífico tamanho e execução[13].

O Templo não era a única coisa sobre a ordem que tinha impressionado Teodorico durante as suas viagens. «Não é fácil para ninguém saber qual o poder e as riquezas que os Templários têm», escreveu:

> Porque quase todas as cidades e aldeias, que foram uma vez frequentes na Judeia e destruídas pelos romanos, eles e os Hospitalários capturaram, e construíram castelos

em todo o lado e guarneceram-nos com soldados. Isto juntamente com várias grandes propriedades que se sabe possuírem em terras estrangeiras[14].

Uma das primeiras coisas que os peregrinos viam na chegada à Terra Santa eram os castelos dos Templários no caminho de Jafa para Jerusalém. Dois dos mais proeminentes eram o Castelo Arnaldo, construído pelo patriarca e pelos cidadãos de Jerusalém no começo da década de 1130 (durante o reinado de Fulque I), entregue aos Templários pouco depois, e que protegia um ponto em que o caminho se estreitava ao entrar nas montanhas; e Toron des Chevaliers (também chamado Latrun), que guardava outra passagem da montanha. Os viajantes europeus repararam que estes se distinguiam nitidamente dos castelos que conheciam nos seus países, onde uma torre central construída num monte de terra chamada mota estava geralmente cercada por uma muralha em todo o perímetro, formando uma área designada de recinto fortificado, em que as dependências eram colocadas. A este, os Templários tendiam a construir, ou guarnecer com soldados, pátios fechados fortemente defendidos, com divisões práticas como refeitórios, capelas, casas do capítulo e dormitórios construídos diretamente nas muralhas. Estas espessas e funcionais muralhas de perímetro rodeavam um pátio que era ao mesmo tempo um claustro e um campo de treino[15].

Pequenos postos avançados dos Templários podiam ser encontrados a leste da Cidade Santa, no caminho para o rio Jordão, onde Jesus fora batizado e os peregrinos viajavam em grande número para se banhar e rezar. Era particularmente notável nesta estrada uma torre pequena mas imponente, com menos de dez metros de cada lado, conhecida como Maldoim, ou «A Cisterna Vermelha»[16]. Onde os peregrinos fossem, os Templários iam também. Onde quer que a ordem construísse, muitas vezes marcava as suas propriedades com um símbolo distintivo, escavado na pedra: um escudo triangular com um T virado para baixo que dividia a metade superior[17]. As fortalezas e torres de vigia que

tinham este símbolo distintivo podiam ser encontradas a guardar as estradas em todo o reino de Jerusalém, condado de Trípoli e principado de Antioquia.

Os portos de Haifa e de Acre eram, como Jafa, pontos populares de desembarque para os peregrinos. Os Templários tinham uma casa em Acre, perto da costa, que Teodorico achou «muito grande e bela». Como Acre era muito maior e mais central à costa do que Jafa, estava a converter-se no ponto de abastecimento mais importante, onde carregamentos de homens, dinheiro e equipamento chegavam de portos europeus[18]. Fora das muralhas da cidade, os castelos templários podiam ver-se em lugares notoriamente perigosos. Quando a estrada costeira sob Haifa se estreitava numa passagem vulnerável a ataques de salteadores, a ordem manteve uma torre num cume de arenito conhecido como Le Destroit (Distrito), em referência ao estreito através do qual passava a estrada. Avançando para o interior, colocada de forma estratégica na interseção das estradas que ligavam Jerusalém a Tiberíade e Acre a Baisão, estava uma fortificação maior chamada La Fève (ou Al-Fule). Este era um posto sofisticado e bem abastecido: Teodorico escreveu que estava construído numa piscina natural, onde era utilizada uma roda mecânica para extrair água[19].

La Fève, capturada por volta de 1172, era um dos maiores castelos erguidos no século XII. A cada 90 por 120 metros, podia manter centenas de tropas e cavalos: um lugar ideal para reunir homens diante de batalhas e para policiar uma estrada que seguia para quatro das principais cidades cruzadas. Por volta de 1180, um autor árabe chamaria a La Fève «o melhor e mais fortificado castelo, o mais cheio de homens e munições e o mais bem fornecido»[20]. A hipérbole era também esbanjada em Le Chastellet, construído com enormes custos no alto do rio Jordão, acima do mar da Galileia. Líderes árabes lançavam olhares invejosos a esta fortificação ameaçadora, percebendo que as suas muralhas, construídas a

partir de grandes blocos de pedra, tinham mais de seis metros de espessura[21].

No condado de Trípoli, os Templários fortificavam um dos seus mais poderosos castelos no mundo inteiro, diretamente contíguo à costa e à muralha da cidade na pequena povoação costeira de Tortosa. A ordem foi convidada por Guilherme, bispo de Trípoli, a construir em Tortosa como resposta aos ataques devastadores do atabegue alepino Nur al-Din. Apesar de o castelo ter sofrido danos devido a um terramoto no começo do século XIII, continuava a ser uma fortificação de escala e peso intimidantes, com onze torres construídas numa muralha dupla, que lhe davam a aparência de uma coroa. Juntamente com Tortosa vieram direitos sobre a pequena e próxima ilha de Ruad (Arwad); caminhando um pouco mais para o interior ficava outra fortaleza sinistramente maciça, Castel Blanc (Safita), que pertenceu à ordem pela mesma época, no começo da década de 1150.

Como Edessa caiu antes da Segunda Cruzada e não tinha sido recuperada, as posses mais a norte dos cruzados estavam em Antioquia, esta sob ataques regulares. Aqui, o principal objetivo dos Templários era o seu dever de vigia nas montanhas de Amanus. Os irmãos monitorizavam o trânsito pedestre do lado das torres de montanha em Bagras, Darbsak e La Roche de Roussel, examinando através de seteiras nas fortificações e assegurando que o devido conjunto de visitantes passava nas montanhas sem ser molestado e que o tipo errado de visitantes não.

Em conjunto, estes castelos e torres defendiam o interior norte e sul dos estados latinos e tentavam providenciar alguma medida de segurança nos pontos mais sensíveis entre estes. Uma pequena força de elite de várias centenas de cavaleiros habitava estas fortificações, apoiada por um número maior de oficiais, equipa de apoio, mercenários contratados, servos e escravos. Todos eles eram fundamentalmente abastecidos pela grande e crescente infraestrutura das casas templárias na Europa, que na década de 1170 estava a tornar a Ordem do Templo numa organização global.

Entretanto, em Aragão, Castela e Leão, Navarra e Portugal, os Templários estavam ocupados a encontrar o seu lugar na tapeçaria da guerra santa. No final da década de 1150, tinham-se estabelecido há três décadas na Península Ibérica e construído um grande portefólio de fortalezas e propriedades que lhes haviam sido doadas pelos monarcas que lutavam na Reconquista.

O patrono mais entusiasta na região era D. Afonso Henriques, que enquanto jovem se tinha declarado irmão dos Templários, sugerindo que se tinha tornado formalmente, em algum momento, num membro associado da ordem. Era generoso no que tocava a ofertas. O primeiro castelo que os Templários obtiveram em Portugal era uma fortaleza que crescera descontroladamente em Soure e que o ambicioso governante lhes tinha outorgado em 1128, na primeira década da sua existência. Em breve, a ordem aumentá-la-ia. Durante a década de 1140, D. Afonso Henriques tinha lutado para sul, reclamando o território muçulmano do vale do Rio Tejo; em 1144, os Templários locais ajudaram-no a atacar a cidade de Santarém, uma antiga povoação romana que estava sob domínio islâmico desde o século VIII. D. Afonso Henriques pôs fim a isso, conquistando a cidade e expulsando a população muçulmana. Pela ajuda neste assalto, os Templários foram recompensados com os lucros de todas as igrejas desta cidade recentemente cristianizada.

Três anos mais tarde, trocaram Santarém por um prémio ainda maior. Entre julho e outubro de 1147, um exército português, ajudado por exércitos vindos por mar de Inglaterra, Escócia, Frísia, Normandia e Flandres, que se dirigiam para a Segunda Cruzada numa frota de mais de cento e cinquenta navios, cercou Lisboa durante dezassete semanas, esmagando as muralhas da cidade e os portões com aríetes, torres de cerco e catapultas, percorrendo furiosamente as ruas por vários dias e massacrando a guarnição militar da cidadela, desrespeitando qualquer jura que tivessem feito para deixar os homens viver.

A conquista de Lisboa foi uma enorme vantagem para D. Afonso Henriques. Durante uma década tinha trabalhado para que Portugal assegurasse o estatuto de reino. Para afirmar as suas referências cristãs, criou um bispado em Lisboa, atribuindo-lhe as igrejas de Santarém com que tinha premiado os Templários. Não era a desfeita que parecia: como compensação, o novo rei deu aos Templários portugueses o castelo de Ceras e o direito a fundar a cidade de Tomar para ser utilizada como sede regional. Em direção ao século XIII, as ofertas continuaram a fluir.

Em Aragão, a ordem também prosperava. Por volta de 1143, o sucessor de Afonso, Ramon Berenguer IV, chegou a acordo com os Templários sobre o assunto da sua recompensa por desistir da sua reivindicação de um terço do reino. Foi assegurada à ordem uma série de vastas fortalezas, das quais a mais refinada talvez fosse Monzón, um baluarte construído pelos muçulmanos perto do rio Cinca, que era tudo menos à prova de cerco e que os Templários aumentaram até ser igual a qualquer castelo na Terra Santa. A ordem lutava agora nos exércitos de Ramon e sitiou a cidade em seu nome, recebendo belas recompensas pelos seus esforços. Fazer as cruzadas nas fronteiras de Aragão era todo um esforço combinado entre Templários e reis, como nos postos avançados mais famosos do Oriente.

O mesmo não era bem verdade em outros lugares dos reinos hispânicos. Em Castela, os Templários foram postos de lado antes de conseguir obter um verdadeiro apoio. Ocuparam o castelo de Calatrava durante alguns anos, mas este foi devolvido à Coroa em 1158. Neste momento, os governantes de Castela começaram a mostrar preferência pelas suas próprias ordens militares nativas, primeiro com a fundação da Ordem de Calatrava por um monge cisterciense chamado Raimundo de Fitero em 1163. Três anos mais tarde, em Leão, a Ordem de Alcântara (também conhecida como Ordem de San Julián de Pereiro) foi estabelecida, e na mesma altura surgiu a Ordem de Santiago, que se dedicava à proteção dos peregrinos que faziam o seu caminho para um dos lugares mais

sagrados do Ocidente, o santuário de Santiago de Compostela, na Galiza. Estas ordens estavam extremamente dependentes dos reinos em que tinham sido estabelecidas e nunca passaram as fronteiras para se tornarem organizações verdadeiramente internacionais como os Templários e os Hospitalários. Mas mostravam que o ideal de ordem militar era mais popular do que nunca em todas as áreas que tinham ligações às cruzadas.

9

«PROBLEMAS NAS DUAS TERRAS»

O rei Amalrico de Jerusalém era um lutador. Era gago, o que tornava uma conversa eloquente numa tarefa difícil. Comia pouco, mas engordava tanto que os seus peitorais adiposos descaíam até à cintura, como os seios de uma idosa[1]. Era-lhe difícil cativar os seus cortesãos, que o achavam taciturno e desprovido de conversa de circunstância, e perdia constantemente a sua devota batalha para resistir ao pecado da fornicação, dividindo a cama tanto com mulheres casadas como com solteiras.

Amalrico lutava sobretudo com as exigências infernalmente complexas de governar Jerusalém: unir as dispersas terras cristãs no Oriente diante de cada vez mais ataques continuados dos seus inimigos, que juntavam forças sob a chefia regional de Nur al-Din. Esta era uma luta travada em diversas frentes, contra adversários no Egito e na Síria que estavam gradualmente a encontrar coerência, confiança e objetivos. Amalrico era um rei competente: um autor muçulmano admirava a sua «bravura e subtil astúcia, que os francos nunca viram desde que apareceram na Síria»[2]. Mas, durante a década em que governou Jerusalém, o seu reino tornou-se bastante menos estável, e isso levou-o por vezes a confronto aberto não apenas com os governantes muçulmanos da Síria e do Egito, mas com os seus próprios homens.

Quando Amalrico foi coroado rei, a 18 de fevereiro de 1163, tinha vinte e sete anos. O seu irmão Balduíno III morrera há oito dias, sucumbindo, aos trinta e três anos, a uma febre e disenteria que o tinham consumido durante vários meses. Guilherme de Tiro suspeitava de crime, culpando um médico cristão sírio de Antioquia, chamado Barac, por ter dado a Balduíno comprimidos que provaram ser venenosos. Experiências feitas após a morte do rei pareceram sustentar a hipótese, porque as pastilhas, quando misturadas com

pão, eram suficientemente potentes para matar um cão. Qualquer que tenha sido a causa, o rei morreu em Beirute e uma procissão solene trouxe-o para Jerusalém para o enterro. O funeral de Balduíno e a coroação de Amalrico tiveram ambos lugar na Igreja do Santo Sepulcro.

A transição na realeza perturbou os barões da Terra Santa. Balduíno tinha casado com uma adolescente de treze anos, Inês de Courtenay, alguns anos antes. Tinha apenas dezassete anos quando este morreu, e não tivera filhos, portanto não havia muito a disputar na sucessão de Amalrico. Ao mesmo tempo, havia queixas entre os principais nobres do reino acerca da sua adequação ao trabalho. Quando o novo rei escreveu a Luís VII sete semanas após a coroação, vangloriando que a sua tomada de posse tinha sido tranquila e bem apoiada, estava a embelezar ligeiramente a receção ambivalente que tinha recebido de alguns dos seus pares[3]. Era mais verdadeiro ao admitir que os problemas que enfrentava no seu reino recentemente herdado eram severos e que «a cristandade no Oriente está grandemente esgotada e sob muito maior pressão do que é costume»[4]. Tremores de terra tinham danificado castelos e outros edifícios em Antioquia durante o verão anterior, e as forças de Nur al-Din ameaçavam agora arrasar tudo o que a natureza não conseguira destruir. Reinaldo de Châtillon, príncipe de Antioquia, um dos nobres mais duros que chegaram aos estados latinos e um governante brutalmente firme do seu principado, tinha sido feito prisioneiro e estava a apodrecer nas masmorras de Nur al-Din. A autoridade cristã no Norte estava a desfazer-se, enquanto o poder de Nur al-Din aumentava. O temido atabegue estava perto de conseguir o seu objetivo estratégico final: unir toda a Síria sob o seu domínio, depois tomar o Egito ao fomentar um golpe contra os governantes fatímidas do Cairo ou conquistando-o diretamente.

Durante as décadas de 1140 e 1150, Nur al-Din expandira firmemente a sua autoridade para fora de Alepo, sobre cidades e estados vizinhos. Reclamou a soberania de Mossul em 1149, após a morte do seu irmão; em 1154, expulsou o governante de

Damasco. As terras que formavam outrora o condado de Edessa foram subjugadas e ficaram sob o seu controlo em 1164. Pela primeira vez desde que os cruzados tinham chegado à Terra Santa, a Síria estava unida, enquanto o Egito fatímida estava quase falido. Este pagara tributos aos reis cristãos de Jerusalém desde a queda de Ascalão em 1153, e a aleatoriedade da sucessão dinástica significava que tinha sido governado por uma série de califas fracos e jovens. Estava pronto para ser conquistado.

A ligação do Egito e da Síria era tão preocupante como perspetiva para os cristãos como atraente para Nur al-Din. Unir os dois estados rodearia os territórios costeiros cristãos com um inimigo comum a norte, sul e leste. A fratura que opusera durante décadas os sunitas seljúcidas turcos contra os xiitas fatímidas egípcios era crucial para a capacidade de os cruzados se estabelecerem e manterem o seu reino. Toda a gente sabia que o dever de todo o rei cristão de Jerusalém, incluindo Amalrico, era assegurar que os dois poderes muçulmanos continuavam divididos.

Em 1163, o mestre do Templo era Bertrand de Blanchefort, um endurecido veterano das guerras no Oriente. Bertrand tinha sido eleito como o sexto grão-mestre templário em 1156, depois da morte de André de Montbard, e prestara assistência militar a Balduíno III em muitas ocasiões com grande custo pessoal. Em junho de 1157, sofreu uma humilhante derrota militar em Banias, em Antioquia; no decorrer da emboscada, Balduíno foi obrigado a abandonar o campo de batalha e muitos francos proeminentes foram feitos prisioneiros, incluindo o marechal do rei, Eudes de Saint-Amand, o poderoso nobre Hugo de Ibelin e o próprio Bertrand.

Guilherme de Tiro descreveu Bertrand como um «homem religioso e temente de Deus»[5]. A sua experiência como prisioneiro de Nur al-Din sugere que era um homem endurecido pela guerra. Após a derrota em Banias, Bertrand foi levado para Damasco como parte de uma humilhante comitiva: os cavaleiros iam acorrentados dois a dois a um camelo, com cada camelo a levar um estandarte desfraldado decorado com os escalpes dos mortos pendurados da

lança pelo cabelo. Aos prisioneiros de maior estatuto, como Bertrand, era permitido cavalgar sozinhos com a sua cota de malha e capacete, mas também foram forçados a levar o estandarte enquanto avançavam[6]. Bertrand foi mantido prisioneiro em Damasco até 1159; quando Amalrico foi coroado rei de Jerusalém, tinha saído da prisão há cerca de quatro anos. Comprometeu-se a colocar a Ordem do Templo ao serviço da Coroa de Jerusalém, mas estava receoso de enviar os seus homens para combater uma força combinada que não teriam hipótese de derrotar.

O primeiro combate com Nur al-Din foi surpreendentemente bem-sucedido. No outono de 1163, a informação que chegou aos cristãos foi a de que Nur al-Din descansava os seus exércitos em La Boquée (Buqaia), no condado de Trípoli. Planeou-se uma emboscada, aparentemente por instigação de dois nobres de alta categoria do Ocidente: Godofredo Martel, irmão do conde de Angoulême, e Hugo «le Brun» de Lusignan, ambos de visita à Terra Santa em peregrinação.

Godofredo e Hugo eram homens de estatuto considerável. É muito provável que tivessem estado em contacto com Bertrand de Blanchefort no momento da sua chegada; sem dúvida que conheceram os Templários em Trípoli pelo outono, porque, quando atacaram Nur al-Din em La Boquée, Godofredo e Hugo escolheram como seu comandante de campo um cavaleiro templário de alta categoria e reputação séria, Gilberto de Lacy.

Em 1163, Gilberto de Lacy era o precetor, ou comandante regional, dos Templários no condado de Trípoli. Provavelmente nos seus cinquenta anos, tinha passado muita da sua vida adulta em Inglaterra, fazendo o seu caminho entre a política turbulenta da guerra civil agora conhecida como a Anarquia. Tinha ficado do lado da filha e herdeira de Henrique I, a imperatriz Matilde, na sua amarga luta pela sucessão contra o seu primo, o rei Estêvão. Uma crónica da época, conhecida como *Gesta Stephani* («Feitos de Estêvão»), chamava a Gilberto «astuto e afiado», afirmando que era «cuidado e minucioso em todas as ações de guerra»[7].

Mais ainda, Gilberto tinha uma longa história de envolvimento com os Templários. Durante a Anarquia, tinha doado à ordem um feudo em Guiting, um lugar valioso e fértil entre Gloucester e Oxford nas baixas e verdes colinas de Cotswold. Quando as lutas terminaram e o filho de Matilde foi coroado rei Henrique II, Gilberto julgou que a sua carreira política estava concluída: deixou as suas terras ao filho em 1158 e juntou-se à ordem. Era um recruta de alto estatuto: um nobre, um guerreiro e um cristão caridoso preparado para abandonar os confortos da vida em casa para comandar os exércitos dos fiéis. Dois anos mais tarde, estava em Paris como membro da delegação templária que atuava como garantia de paz entre o novo rei inglês e Luís VII de França (as extensas terras continentais dominadas pelos reis plantagenetas de Inglaterra causaram disputas praticamente constantes com os governantes de França). Para um soldado ativo, contudo, só havia um lugar para estar: em 1162, Gilberto viajara para a Terra Santa e assumira o comando dos Templários em Trípoli, e encontrava-se agora a chefiar a emboscada às forças de Nur al-Din em La Boquée.

As forças de Nur al-Din não tinham qualquer consciência do ataque. «Muitos dos seus homens foram feitos prisioneiros, e mais ainda morreram pela espada», escreveu Guilherme de Tiro. «Em desespero pela sua vida, fugiu na total confusão. Abandonou toda a bagagem e mesmo a sua espada (...) Mas os cristãos, carregados com saque e riquezas variadas, retornaram vitoriosos à sua terra.»[8] O triunfalismo da narrativa de Guilherme de Tiro reflete o sucesso da emboscada, mas, na verdade, foi apenas uma pequena contrariedade para Nur al-Din.

Em 1164, os Templários estavam de novo envolvidos num ataque direto às forças muçulmanas, desta vez a sul. Amalrico, na mesma altura em que foi coroado, começou a planear uma série de campanhas contra o Egito, lançando o primeiro ataque pouco depois da sua coroação. Como Nur al-Din, reconheceu a fraqueza dos fatímidas e aspirou tomar vantagem de uma amarga luta pelo poder que tinha lugar no Cairo entre o vizir, conhecido como Shawar, e um

general curdo corpulento e inflamado, com cataratas nos olhos, chamado Shirkuh, que tentava fomentar a rebelião e derrubar o governo egípcio a favor de Nur al-Din. Amalrico sabia que o Egito era uma terra muito rica, que poderia garantir um saque lucrativo, bem como uma fonte de território para ser distribuído pelos nobres leais que servissem bem a Coroa. Viu que a segurança em redor de Ascalão e Gaza melhoraria muito se os reis cruzados conseguissem o domínio das cidades do delta do Nilo, como Damieta, Roseta e Alexandria. Sabia também que as ligações comerciais com o resto do Mediterrâneo melhorariam consideravelmente se alguma ou todas as cidades fossem tomadas[9].

Os Templários juntaram-se à segunda marcha de Amalrico contra o Egito em julho de 1164. O rei dirigiu-se para o limite do delta do Nilo e cercou Shirkuh na antiga cidade de Bilbeis. Amalrico e os seus apoiantes dedicaram vários meses ao cerco, manobrando para expulsar Shirkuh e reclamar uma recompensa financeira de Shawar pelos seus esforços, mas tiveram de se retirar em outubro sem ter conseguido ganhos territoriais importantes. Pior, enquanto concentravam os seus esforços na guerra do Sul, Nur al-Din aproveitara a oportunidade para os atacar no Norte. Logo que Amalrico deixou o Egito, Nur al-Din carregou sobre Antioquia e a 10 de agosto atacou uma enorme força cristã comandada por Raimundo III, conde de Trípoli, e Boemundo III, príncipe de Antioquia, na batalha de Artah. Dizia-se que o exército cristão tinha doze mil soldados de infantaria e seiscentos cavaleiros, dos quais mais de sessenta eram Templários, mas desta vez Nur al-Din fora superior. Destruiu o exército cruzado, matou um grande número de cavaleiros, aprisionou todos os seus líderes, depois marchou sobre Antioquia e apoderou-se da importante cidade costeira de Banias. Eis uma lição importante para Amalrico. Os cristãos podiam ou atacar o Egito ou defender os seus territórios da agressão de Nur al-Din no Norte; ficavam em dificuldades quando tentavam fazer ambos.

Bertrand de Blanchefort viu isto de forma clara. Como os seus predecessores, escreveu cartas e enviou emissários a Luís VII de França, esperando entusiasmá-lo com a perspetiva de liderar outra cruzada; em outubro e novembro de 1164, o mestre enviou duas cartas que esboçavam os desconfortáveis recuos por lutar em duas frentes na Terra Santa ao mesmo tempo. Era mais do que um assunto de teoria militar. Em Artah, os Templários perderam sessenta cavaleiros, muitos mais oficiais e um grande número dos mercenários sírios conhecidos como turcópolos, que tinham contratado para reforçar os seus números no campo. Estes eram números significativos de homens que seriam difíceis de substituir. Apenas sete templários tinham escapado.

«Sereníssimo rei, os problemas nas duas terras de Antioquia e Jerusalém são demasiados para enumerar», escreveu Bertrand na sua primeira carta. Continuou um mês mais tarde, queixando-se sobre os tormentos infligidos por Nur al-Din enquanto ele estava ocupado no Egito. «Ainda que o nosso rei Amalrico seja grande e magnífico, graças a Deus», escreveu Bertrand, «não consegue organizar um exército quádruplo para defender Antioquia, Trípoli, Jerusalém e Babilónia [i. e., Egito] (...), mas Nur al-Din consegue atacar os quatro de uma vez e ao mesmo tempo se assim desejar.»[10] Bertrand demonstrou um entendimento tenaz dos cálculos da guerra no Oriente: os números importavam muito. Nur al-Din tinha-os. Os francos, na sua maioria, não.

Aqui, então, estavam os primeiros sinais de uma brecha entre as expectativas do rei e as capacidades de uma ordem militar sobrecarregada. Bertrand concluiu as suas cartas a Luís avisando-o de que lhe enviaria um mensageiro pessoal para explicar o que ele não conseguia escrever. Este mensageiro, Válter Brisebarre, era «honesto e cuidadoso no trabalho de Deus e tem estado envolvido nestes acontecimentos do princípio ao fim». Era esta uma forma codificada de dizer ao rei que deveria esperar do seu mensageiro uma verdade menos envernizada do que aquela que estava preparado para pôr por escrito? Não o podemos saber. No

entanto, era claro no outono de 1164 que, enquanto os Templários estavam preparados para assistir Amalrico, o seu mestre tinha reservas quanto à perspetiva de sucesso duradouro enquanto este estava no trono.

A 30 de janeiro de 1167, Amalrico saiu mais uma vez de Ascalão, a caminho do Egito. Desta vez, o exército latino estava numa missão para parar outro assalto de Shirkuh ao Cairo, com o objetivo de expulsar os fatímidas da cidade. Amalrico cavalgava para sul a pedido de Shawar, tendo-lhe sido oferecida uma enorme recompensa como pagamento pelo sucesso. Em troca da assistência cristã, Shawar tinha prometido pagar ao rei de Jerusalém 400 mil dinares. Em peso, eram 1700 quilos de ouro sólido. Com a necessidade estratégica aliada à promessa de dinheiro puro e duro, Amalrico e os seus homens estavam preparados para suportar as dificuldades de uma marcha pelo deserto, através de tornados de areia tão densos que era impossível fazer algo mais do que desmontar do cavalo e deitar-se até as tempestades ofuscantes e abrasivas terminarem[11]. Estavam também preparados para desconsiderar o facto de o Egito estar num estado agudo de caos interno, sem possibilidade de pagar a soma extravagante prometida pelo vizir.

Mais uma vez, os Templários cavalgaram ao lado do rei, ainda que desta vez a disposição fosse mais tensa, dado que no ano anterior Amalrico tinha enforcado doze irmãos da ordem num acesso de raiva. Em 1166, um nobre de elevado estatuto e associado real chamado Filipe de Nablus[15] juntara-se à ordem após a morte da sua mulher, doando um número significativo de propriedades na Transjordânia para uso dos Templários. A Transjordânia (também conhecida pelo nome francês, Oultrejourdain) era uma região altamente volátil nas fronteiras do Egito, sobre a qual Amalrico e Nur al-Din competiam pelo controlo[12]. Uma tamanha transferência de propriedade do reino teria de ser

assinada pelo rei. Amalrico concordara, mas lamentou a sua decisão quase de imediato.

Um dos terrenos doados à ordem por Filipe era uma gruta fortificada no deserto. Amalrico dera aos Templários instruções específicas para que esta fosse defendida a todo o custo, mas mais à frente a ordem perdeu-a para os homens de Shirkuh. No curto e hostil registo que Guilherme de Tiro fez deste episódio, existe uma suspeita nítida de traição. De acordo com a sua crónica (contaminada e tendenciosa pela sua próxima relação pessoal com Amalrico, que o empregara como tutor do seu filho), uma força muçulmana atacara a gruta, e o rei reunira devidamente «uma boa companhia de cavaleiros» para descer o rio Jordão e lutar contra ela. Antes de chegar, contudo, as notícias eram que os Templários se tinham rendido. «Desconcertado e furioso (...) o rei fez com que doze dos Templários responsáveis pela rendição fossem enforcados.»[13]

Não obstante, os Templários apoiaram a campanha de 1167 e cavalgaram com o exército real. Uma batalha inconclusiva, conhecida como batalha de Al-Bebein, lutou-se a 18 de março a sul do Cairo. O exército de cavaleiros cristãos de Amalrico, apoiado por um contingente de «egípcios inúteis e efeminados», a quem Guilherme de Tiro chamou «um entrave e não uma ajuda», posicionou-se contra as muito maiores forças de Shirkuh, cuja cavalaria pesada chegava aos milhares de elementos[14]. A batalha estalou numa confusão, com mortos de ambos os lados.

Amalrico insistiu. Seguindo Shirkuh, marchou pelo Delta do Nilo abaixo, dirigindo-se para noroeste, e cercou a famosa cidade marítima de Alexandria, bloqueando-a com uma frota e bombardeando-a com catapultas em terra. O cerco de Alexandria só foi abandonado quando Shirkuh implorou por paz, concordando em deixar o Egito e aceitando que Shawar continuaria a ser vizir do Cairo, com uma guarnição militar cristã a controlar Alexandria. Num período curto, parecia um desfecho razoavelmente bem-sucedido.

Mas, dentro de um ano, a paz teria colapsado, envenenando mais tarde as relações entre o rei e os Templários.

Em 1164, um cavaleiro templário chamado Godofredo Fulquério fizera o seu caminho para oriente desde Paris e chegara a Acre. Godofredo era o precetor de Jerusalém, um veterano de vinte anos que viajara intensivamente entre a Europa e os estados latinos e que tinha ligações próximas a Luís VII de França. Como favor ao rei francês, Godofredo passara os seus primeiros meses de regresso à Terra Santa a cavalgar pelos lugares de peregrinação, tocando com um anel em cada um. Enviou o anel de volta como presente para o rei em Paris, bem como cartas que lamentavam os desastres militares que tinham afligido o reino de Jerusalém e que imploravam por mais homens e recursos.

Três anos mais tarde, em 1167, Godofredo cavalgara pelo deserto na campanha do Egito. Fora escolhido pelo rei Amalrico como um enviado principal para extrair promessas firmes de Shawar de que o pagamento seria prestado para a intervenção cristã. Godofredo cavalgou para o Cairo com Hugo de Cesareia, um nobre nascido no reino de Jerusalém, e as suas experiências no palácio foram verdadeiramente extraordinárias.

Como vizir do Egito, Shawar servia o califa Al-Adid, um jovem de dezasseis ou dezassete anos que tinha suportado uma infância terrivelmente turbulenta. O seu pai tinha sido assassinado por Nasr al-Din e Abbas; o seu irmão mais velho, Al-Fa’iz, tinha governado brevemente antes de morrer ainda criança. Al-Adid tinha-se tornado califa em 1160, por volta dos onze anos, mas Shawar exercia o poder político no seu lugar. Mesmo que isto parecesse estar de acordo com o califa, que um cronista cristão pensava levar «uma vida decadente entre as suas raparigas», mantendo supostamente uma concubina diferente para cada dia do ano, Al-Adid era, no entanto, reverenciado pelo seu povo, que acreditava que este tinha o poder sagrado de fazer o Nilo inundar[15].

Os latinos estavam extremamente conscientes do prestígio do califa, e ao tratar com os fatímidas estavam preocupados em conseguir concessões e garantias não apenas do vizir mas também do seu mestre. Por esta razão, Godofredo Fulquério e Hugo de Cesareia foram enviados para o Cairo para se encontrarem com o próprio Al-Adid e ver se este garantia as promessas feitas por Shawar. As suas instruções eram que apenas a palavra do próprio califa e o seu aperto de mão serviriam. A sua missão levou-os numa aventura pelo coração do califado fatímida: um lugar que poucos homens e apenas um punhado de cristãos nascidos no Ocidente alguma vez veriam.

Godofredo e Hugo descreveram o esplendor que viram no seu caminho para o aposento privado interior como «único e de uma forma pouco familiar para o nosso mundo»[16]. Para entrar no complexo do palácio, disseram mais tarde a Guilherme de Tiro, foram levados por passagens escuras e estreitas, cercadas em todos os sítios por dezenas de guarda-costas armados com espadas. A cada entrada estavam enormes sentinelas, que saudavam entusiasticamente o vizir quando este passava. Levados pelo chefe dos eunucos do palácio, caminharam surpreendidos através de vastos pátios rodeados por passagens, colunas de mármore e resplandecentes piscinas de peixes onde pássaros exóticos cantavam estranhas canções. Acabaram por entrar na câmara do califa, que estava envolvida por cortinas bordadas a pérolas. Viram Shawar atirar-se três vezes ao chão na base de um trono dourado e beijar os pés do belo jovem, quase imberbe, enquanto conselheiros privados e eunucos observavam das alas.

O precetor templário, deslocado entre tantas vénias e reverências no seu uniforme branco com a cruz vermelha estampada, não ofereceu ao califa nenhuma genuflexão. Fez quase o oposto. Viu como Hugo falava com o líder do mundo xiita como se fosse um escorregadio vendedor ambulante do bazar de Cesareia. Ignorando os eunucos e os oficiais aduladores, Hugo intimidou Al-Adid a repetir, palavra por palavra, os termos do acordo do rei Amalrico

com Shawar, antes de declarar que tal seria simbolicamente honrado por um aperto de mãos sem luvas.

Os lacaios do califa ficaram boquiabertos, mas Al-Adid cumpriu o seu dever e enviou Godofredo e Hugo de volta. Um pacto militar e político entre o governante fatímida e os estados cristãos fora selado com o ritual mais íntimo que o jovem califa alguma vez fizera. A sua validade assentava em grande parte num aperto de mão entre um califa e um templário. Mas manteria o califa a sua palavra? E, igualmente importante, fá-lo-ia o rei de Jerusalém?

O profundo investimento pessoal dos Templários no pacto e as suas propriedades em Gaza terão sido fatores importantes no ano seguinte, quando as relações com o rei pioraram. Em outubro de 1168, sem avisar sequer os seus confidentes mais próximos, Amalrico renegou o seu acordo com Shawar, «convocou as forças do seu reino e desceu para o Egito»[17]. Levou a cabo um rápido cerco em Bilbeis, massacrando os civis, dirigindo-se depois diretamente para o Cairo, ponto em que acampou fora das portas da cidade e esperou que o vizir viesse para lhe fazer outra grande oferta para partir.

A oferta veio: desta vez eram dois milhões de moedas de ouro — uma soma tão vasta que era quase risível. Amalrico dispersou as tropas, estendeu a mão e esperou que o dinheiro começasse a cair. Foi um erro calamitoso.

Se Bertrand de Blanchefort ou Godofredo Fulquério tivessem estado presentes, talvez aconselhassem Amalrico a confiar menos no vizir e a pensar duas vezes antes de minar o seu acordo com o califa. Porém, nesta ocasião, não foram consultados. Tinham optado por não ter nada que ver com esta missão louca e precipitada, que renegava um acordo negociado com boa-fé. Tinham declinado firmemente unir-se à invasão: uma tremenda afronta ao rei e que só poderia ter sido feita após enorme reflexão e oração.

Enquanto o rei de Jerusalém se sentava e esperava pela primeira prestação do seu resgate em ouro, Shawar contactou o seu antigo inimigo Nur al-Din e implorou pela sua ajuda para expulsar os

gananciosos francos. Shirkuh tinha partido na altura certa para o Cairo, reunindo um vasto exército pelo caminho. Conseguiu iludir Amalrico no campo e situou as suas próprias tropas diante do Cairo com tais números que se tornou óbvio que não havia hipóteses de os cristãos os expulsarem. A 2 de janeiro de 1169, Amalrico percebeu que não tinha outra escolha a não ser suspender o acampamento e regressar a Jerusalém. Não tinha recolhido os dois milhões de moedas de ouro. Não tinha conquistado o Cairo. Tinha apenas chacinado habitantes civis de uma cidade do delta do Nilo, ficado por algumas semanas e regressado a casa.

Este foi apenas o início dos seus problemas. Assim que Amalrico deixou o Egito, Shirkuh deu o passo simples e mortífero por que sempre tinha esperado. Convidou Shawar para uma negociação amistosa na sua tenda fora do Cairo. No momento marcado para o encontro, saiu e foi dar um passeio junto à água. Shawar chegou, esperando uma discussão cordial; em vez disso, encontrou os homens de Shirkuh à sua espera para o matar. Caíram sobre ele, derrubaram-no, esfaquearam-no várias vezes e cortaram-lhe a cabeça. Shirkuh regressou do passeio, mandou avisar o califa de que queria visitá-lo no Cairo e para lá se dirigiu, anunciando-se como novo vizir. Depois de pouco mais do que um bater do coração e uma decapitação, o Egito tinha caído nas mãos de Nur al-Din. A sua anexação pela Síria sunita estava em curso, e os dias dos califas fatímidas, que tinham governado a partir dos seus exóticos palácios no Cairo por mais de 250 anos, estavam prestes a acabar abruptamente. Os piores medos dos Templários tinham-se tornado realidade: viam-se cercados por um inimigo unificado e animado. Era o que Bertrand de Blanchefort e o precetor Godofredo Fulquério tinham previsto nas suas cartas agoirentas para França.

Dentro de meses, as forças revitalizadas do islão teriam um novo chefe mais perigoso do que Nur al-Din, mais determinado do que Shirkuh e não menos feroz do que Zengi. Causaria mais problemas aos francos em geral, e aos Templários em particular, do que todos aqueles que tinham experimentado durante sete décadas

de ocupação. Para os seus admiradores, era «um dos grandes heróis, poderoso em espírito, forte na coragem e de grande firmeza, sem medo de nada»[18]. Para os que sofreram o pior da sua ira era «o cajado da fúria do Senhor», enviado para «enraivecer e exterminar os obstinados»[19].

Chamava-se Saladino.

15 Filipe de Nablus seria um futuro mestre da ordem, chefiando-a de 1169 a 1171.

10

«LÁGRIMAS DE FOGO»

A poeira levantada pela marcha do maciço exército de Saladino era suficiente para transformar a manhã mais brilhante numa nublada escuridão crepuscular. «Por vezes, a terra gemia sob os esquadrões», escreveu o seu secretário admirador Imad al-Din, «e os céus recebiam com alegria as partículas de pó.» Em plena velocidade, devia ser uma visão verdadeiramente aterradora: doze mil cavaleiros profissionais a galopar diante de três vezes mais voluntários. Os associados de Saladino vangloriavam-se entre si de que, quando os francos de Jerusalém (que consideravam «poluição» e «a sujidade da escória da humanidade») soubessem que a horda se aproximava, tremeriam de terror e desejariam «nunca ter nascido»[1].

Durante a década que se seguiu à queda do Cairo, Salah ad-Din Yusuf ibn Ayyub, um soldado carismático, politicamente ágil, incessantemente ambicioso e extremamente seguro de si, tornou-se o notável líder do mundo islâmico e o fundador de uma dinastia de sultões conhecida como aiúbidas, após o pai de Saladino. Saladino tinha sido um dos comandantes principais das campanhas egípcias de Shirkuh, quanto mais não fosse, por ser seu sobrinho. Mas não foram apenas as circunstâncias do seu nascimento que contaram para os seus êxitos, e não levou muito tempo até o sobrinho ultrapassar as conquistas do tio. Um ano após a capitulação da cidade, Shirkuh foi vítima de uma infeção — um abcesso perigoso na garganta, originado por uma entusiasta sessão de comezaina de carnes ricas. Morreu de modo abrupto a 22 de março de 1169 e Saladino assumiu o controlo[2]. Mudou rapidamente a lealdade da cidade ao califa fatímida xiita Al-Adid para o califa abássida sunita de Bagdade, começando depois uma campanha

que pretendia colocar todos os principais territórios islâmicos no Egito, na Síria e na Mesopotâmia sob o seu comando pessoal.

Como era natural, a ambição de Saladino trouxe-lhe vários inimigos, entre os quais Nur al-Din, que apoiara o golpe de Shirkuh no Egito e que se via a si, não como um curdo arrivista, mas como o homem a governar a Síria e o Egito. Saladino tinha outras ideias. Através de uma combinação de chefia militar incisiva, campanhas incansáveis, personalidade forte e uma grande dose de boa sorte, entre 1169 e 1177, Saladino expandiu a sua influência para além do Egito, tornando-se a ameaça mais séria para outros líderes muçulmanos em Alepo, Damasco e Mossul. Em 1171, com a morte de Al-Adid, o califado fatímida foi formalmente banido. Saladino começou depois a consolidar o domínio sunita no Egito sob a sua direção.

Todas as tentativas de o assassinar de forma furtiva, planeada ou no campo de batalha falharam. O seu principal rival pelo domínio regional, Nur al-Din, morreu em 1174, e Saladino ocupou a sua posição. Primeiro abriu caminho à força para Damasco, organizando um golpe veloz contra os que tentavam pressionar a reivindicação da liderança do filho de onze anos de Nur al-Din. Fez com que o rapaz fosse removido da cidade e, em seguida, casou com a viúva de Nur al-Din para que parecesse legítimo. Tendo assegurado Damasco, lançou no ano seguinte uma campanha a norte contra a família e seguidores de Nur al-Din, derrotando-os de forma decisiva numa batalha e ganhando as cidades de Homs e Hama. As respeitosas petições ao califa abássida em Bagdade eram agora recompensadas e, como reconhecimento pela sua crescente reputação e pelas suas conquistas, foi-lhe conferido o título de sultão do Egito e da Síria em 1175. No final da década de 1170, continuou a exercer pressão sobre os familiares de Nur al-Din e antigos associados em Alepo (que caiu nas suas mãos em 1182) e Mossul (que o evitavam). No começo da década de 1180, era inquestionavelmente a figura dominante do Levante islâmico.

Saladino baseava as suas reivindicações de autoridade numa imagem cuidadosamente manufaturada de si como verdadeiro defensor da fé, cujo compromisso com a *jihad* era maior do que o de todos os outros. Um líder generoso, devoto, espirituoso e (relativamente) humano, era também um engenhoso juiz dos homens e das suas motivações, cujo caráter, tal como os feitos, deixava impressões profundas nos que o rodeavam. Os seus seguidores próximos Ibn Shaddad e Imad al-Din, que escreveram detalhados registos da vida e conquistas de Saladino, muitas vezes tinham de retorcer a sua escrita ou imaginação ao procurar generosos elogios para o seu mestre.

A razão fulcral para os mais elevados elogios era o desejo inquebrantável de Saladino de enfrentar diretamente os malditos francos que tinham ocupado Jerusalém e que mantinham influência nas terras de Trípoli e Antioquia. Ibn Shaddad escreveu sobre ele que:

> A *jihad*, o seu amor e paixão por ela, tinha um poderoso posto no seu coração e em todo o seu ser, tanto que não falava de outra coisa, não pensava em mais nada que não fosse segui-la, só estava preocupado com os seus efetivos militares e tinha simpatia apenas por aqueles que falassem dela e encorajassem a tal[3].

Era mais do que simples devoção. A maior visão de Saladino, que ditou muita da sua carreira, era a compreensão pragmática de que a promoção da unidade no frágil mundo islâmico (e cimentar a sua autoridade pessoal sobre este) seria mais bem alcançada ao unir os seus companheiros muçulmanos sob a bandeira da guerra santa contra um inimigo infiel.

A crua ambição de Saladino pela conquista e o seu poderoso sentimento anticristão encaminharam-no para a guerra contra o reino latino. A única verdadeira surpresa foi que levou uma década para dar o primeiro passo. Mas, quando começou, os Templários estavam entre as primeiras filas alinhadas contra ele.

Após a tomada de poder de Saladino no Egito em 1169, as relações entre os Templários e o rei de Jerusalém estavam tensas.

Bertrand de Blanchefort morrera nesse ano, e o convento central da ordem elegeu Filipe de Nablus, um nobre servidor de longa data nascido no Oriente que tinha ligações próximas com a corte de Amalrico. Filipe poderia também ter sido imposto aos Templários a pedido do rei, ainda que fosse igualmente possível que a sua eleição se tratasse de um movimento deliberado por parte da ordem para reparar as relações com a Coroa. De qualquer forma, foi bem-sucedido a curto prazo, porque sob o comando de Filipe, os Templários voltaram para o Egito numa (fútil) invasão real. Mas a lealdade de Filipe para com a Coroa pesava mais do que o seu compromisso com a ordem. Em 1171, deixou o posto para liderar uma embaixada real ao imperador bizantino Manuel I Comneno em Constantinopla. A viagem não foi grande, mas morreu no caminho para a corte imperial.

Filipe foi sucedido por outro aparente lealista a Amalrico, Eudes de Saint-Amand, que já cumprira serviço militar como marechal de Jerusalém, um posto de alta categoria no comando militar do rei. Presumivelmente o efeito desejado pela eleição de Eudes era manter o Templo alinhado com a política real, mas desta vez foi menos bem-sucedido. As ações de Eudes como chefe sugeriram um temperamento agressivo e impulsivo, e rapidamente valorizou a independência da ordem sobre qualquer obrigação de servir como marioneta de Amalrico.

A primeira crise da liderança de Eudes envolveu uma misteriosa seita dissidente xiita conhecida como Assassinos, cujos membros praticavam a arte do assassinato público aparatoso. A sede dos Assassinos era o castelo de Alamut, na Pérsia, mas a partir da década de 1130 tinham também territórios nas montanhas da Síria e ocupavam um certo número de castelos entre o condado de Trípoli e o principado de Antioquia, no cimo das montanhas de Nosairi. Na altura do reinado de Amalrico, Guilherme de Tiro acreditava existirem sessenta mil Assassinos, cujas dez fortalezas eram abastecidas com as taxas de todas as cidades próximas. Os Assassinos deviam provavelmente o seu nome ao gosto por

haxixe, que usavam antes de lançar ataques terroristas da Pérsia à Palestina. «Se for um príncipe que incorreu no ódio ou desconfiança do seu povo, o chefe põe uma adaga na mão de um ou de muitos dos seus seguidores», escreveu Guilherme de Tiro. «Os então designados apressam-se de imediato, sem que lhes importem as consequências da tarefa ou a probabilidade de escapar.»[4] Mais tarde, o cronista germânico Oliver de Paderborn ouviu que «os Assassinos e o seu chefe, o Velho Homem da Montanha, tinham o hábito de lançar facas contra os cristãos para ceifar as vidas dos que se preocupavam com os assuntos da cristandade»[5]. Na verdade, os Assassinos estavam mais preocupados com os outros líderes muçulmanos e, por isso, Amalrico procurava um ajuste pacífico com eles contra os inimigos sunitas comuns na Síria e no Egito.

Para esse fim, o Velho Homem da Montanha enviara um representante à corte de Amalrico. O enviado era conhecido como Abdallah e, de acordo com o registo bastante tendencioso de Guilherme de Tiro, era «sábio e eloquente, bom conselheiro e completamente instruído na doutrina do seu mestre»[6]. Mas a eloquência de Abdallah não era ao gosto dos Templários, já que uma das propostas para que o tinham enviado acabaria com uma lucrativa fonte de rendimento para a ordem.

Os Assassinos e os Templários eram vizinhos próximos e conheciam-se bem. Os Templários tinham um grande castelo em Tortosa, muito próximo das montanhas de Nosairi, que estavam polvilhadas com bastiões dos Assassinos. O mais próximo, La Coible (Qala'at al-Khawabi), estava a pouco mais de oito quilómetros de território templário. Por si só, esta não era uma ameaça mortal: os Assassinos geralmente não tinham a ordem como alvo, dado que os Templários eram substituíveis por natureza, e os irmãos a nível individual importavam muito menos do que a ordem como um todo[7]. Pagavam aos Templários dois mil besantes de ouro por ano para serem deixados em paz. Cancelar este acordo era um ponto alto da lista de negociações de Abdallah, pensava

Guilherme de Tiro, e viu Amalrico disposto a aceitar a questão em nome de uma maior segurança. O rei propôs um acordo e enviou o Assassino de volta para as montanhas com escolta armada e cartas de proteção para finalizar os termos com o seu chefe.

Guilherme de Tiro relatou o que aconteceu em seguida. «Sob escolta e guia (...) fornecidos pelo rei, Abdallah já tinha passado por Trípoli e estava prestes a entrar na sua terra», escreveu. Mas quando Abdallah se aproximava das montanhas, caiu numa emboscada. Válter de Mesnil, um cavaleiro templário reconhecível por ter apenas um olho, acompanhado por outros cúmplices sem nome, em uniforme templário, «precipitou-se sobre a excursão com espadas desembainhadas e matou o enviado»[8].

As notícias desta traição chocante enfureceram Amalrico. Reuniu os seus barões e afirmou que «a autoridade real parecia reduzida a nada e infâmia imerecida [fora] trazida para a boa-fé e constância da profissão cristã»[9]. Enviou dois barões, a quem Guilherme de Tiro chamou Saher de Mamedunc e Godechaux de Turout, para «pedir ao mestre dos Templários (...) que desse satisfações ao rei e a todo o reino por este ultraje sacrílego». Queria a cabeça zarolha de Válter de Mesnil numa bandeja.

Infelizmente, Eudes recusou cooperar. Afirmou que era uma questão de disciplina interna, apontando provavelmente para as bulas papais conseguidas na década de 1140, que colocavam a ordem livre de jurisdição real e a fazia responder apenas ao papa. Eudes disse que iria impor penitência a Válter e enviá-lo para ser julgado em Roma. «Proibiu todos, da parte do papa, de serem violentos com o irmão», escreveu Guilherme de Tiro, anotando que o mestre «juntou ainda outras observações, ditadas pelo espírito de arrogância excessiva pelo qual estava possuído». Deviam ser verdadeiramente sangrentas se Guilherme, que gostava de iluminar, sempre que possível, a sua crónica com histórias invulgares, as considerou desadequadas para consumo público.

A expectativa de que Eudes seria um mestre templário flexível morreu juntamente com Abdallah. Amalrico acabou por prender

Válter de Mesnil. Enviou dois cavaleiros para confrontar o mestre em Sídon, arrancou Válter da casa templária em que estava e arrastou-o acorrentado até Tiro, onde foi deixado a apodrecer numa masmorra real. No entanto, foi tudo o que se atreveu a fazer. De alguma forma, impediu-se de impor medidas mais duras à ordem em geral, exercendo uma moderação que Guilherme de Tiro considerou surpreendente[10]. As relações foram-se consumindo. Os Templários continuaram comprometidos com a defesa dos estados latinos, mas era um papel que representavam nos seus próprios termos, com um feroz sentido de independência da supervisão real.

Em 1179 houve uma tentativa, no sínodo geral da Igreja ocidental em Roma, conhecido como o Terceiro Concílio de Latrão, de controlar a liberdade das ordens militares ao nível da autoridade e supervisão na esfera religiosa, se não mesmo na militar e diplomática (é possível, ainda que não provado, que o próprio Guilherme de Tiro tenha liderado este esforço; frequentou o concílio como arcebispo de Tiro e representante dos estados orientais). A verdade é que os Templários e os Hospitalários tinham um papel cada vez mais essencial que ninguém queria impedir de modo indevido. Tal tornar-se-ia completamente evidente na década de 1180, quando a ameaça de Saladino aumentou; a cada dia tornava-se mais visível que as divisões internas eram menos importantes do que a simples luta pela sobrevivência.

Em dezembro de 1177, um mensageiro cambaleava pelo norte de Jerusalém dirigindo-se para o castelo de Harim, perto de Alepo. Estava «mutilado e esfarrapado», a sangrar, fraco e praticamente morto, mas guardava uma carga preciosa: uma carta aberta a todos os fiéis cristãos, que descrevia os acontecimentos que tinham tido lugar umas semanas antes entre Ramla e Ibelin, num lugar chamado Mont Gisard (Tell al-Safiya). Fora escrita por Raimundo, o então mestre do Hospital em Jerusalém, onde as instalações médicas estavam no limite. Este era um assunto sério. O Hospital

em Jerusalém era tão grandioso como o Templo: diante da Igreja do Santo Sepulcro, tinha onze enfermarias e entre mil e duas mil camas para os doentes e feridos[11]. Seria necessária uma crise enorme para abalar a instituição — e era isso, contudo, que a carta de Raimundo descrevia. Um exército cristão que incluía vários templários e hospitalários tinha enfrentado uma força de guerreiros de Saladino; milhares tinham morrido de ambos os lados, e muitos dos que sobreviveram estavam agora gravemente feridos, com as feridas a serem curadas pelos irmãos do Hospital e as almas pelas orações dos fiéis. «Admiráveis são as lidas do Senhor», escreveu o hospitalário. «Abençoado aquele que não se surpreende com elas.»[12]

A batalha de Mont Gisard foi o primeiro grande confronto armado entre Saladino e um exército cristão, e o momento em que aconteceu não foi um acaso. O reino de Jerusalém ficara enfraquecido em 1174 com a súbita morte do rei Amalrico pela disenteria que contraíra durante o cerco de Banias. O sobressalto causado pela morte de Amalrico tornou-se ainda maior com a sua sucessão: o seu filho, Balduíno IV, tinha treze anos e sofria de lepra — uma doença sinistra e devastadora que ao avançar lhe causaria grande dor, desfiguração grotesca, cegueira e longos períodos de incapacidade.

A lepra era uma praga relativamente comum no reino latino: tão bem conhecida que o hospital de leprosos situado nos arredores de Jerusalém tinha sido incorporado como Ordem de São Lázaro na década de 1140. Os seus membros tinham tido funções militares no género dos Hospitalários e dos Templários. Mas o único cuidado que podiam dar aos leprosos era paliativo, dado que, após um período de anos, a bactéria adormecia as extremidades dos sofredores e infeções secundárias faziam apodrecer os dedos dos pés e das mãos e partes da cara, apareciam lesões por todo o corpo, e a vista e o sistema respiratório falhavam. A única incerteza era quanto tempo levaria a vítima a morrer.

Durante três anos, Saladino viu o rei leproso Balduíno IV lutar pelo controlo do seu reino, enquanto ele cimentava a sua posição como sultão da Síria e do Egito e manobrava contra os apoiantes de Nur al-Din em Alepo e Mossul. Em 1177, estava pronto para testar a força dos estados cruzados. No final do verão, reuniu um grande exército no Egito, marchou para território franco, desviou uma pequena força cristã enviada para o travar em Ascalão e avançou rapidamente em direção a Jerusalém, queimando casas e cidades por onde quer que passasse. O rei Balduíno, doente e pouco capaz de comandar em pessoa, foi apoiado por um certo número de altos nobres cristãos, incluindo o belicoso antigo príncipe de Antioquia, Reinaldo de Châtillon, cuja década e meia de cativeiro em Alepo tinham apenas aumentado o seu desejo inquebrável de guerrear contra os soldados do islão. Em novembro de 1177, Reinaldo tinha recrutado o mestre Eudes de Saint-Amand e oitenta cavaleiros templários em nome do rei, e juntos saíram de Gaza com a missão de perseguir o maciço exército de Saladino e forçá-lo a sair do reino e voltar para o Egito, usando todos os métodos possíveis.

Ver os Templários em formação de batalha era formidável. A sua Regra Latina original tinha agora sido aumentada com mais dezenas de cláusulas em francês, que não se referiam à rotina religiosa, mas à tarefa árdua de lutar nas planícies e passagens de montanha da Síria e da Palestina. A hierarquia dos Templários estava estritamente definida, com o mestre[16] apoiado por oficiais, incluindo o senescal, o segundo no comando, o marechal, que tinha um papel de destaque quando os Templários cavalgavam no campo de batalha, e comandantes regionais, ou precetores, com responsabilidade em cidades ou terras isoladas. O chefe dos turcópolos era responsável por recrutar e organizar a cavalaria ligeira síria utilizada como mercenários auxiliares em campanha. O *drapier* estava encarregado da distribuição, assegurando que os cavaleiros e oficiais estavam propriamente equipados com as armas, armaduras, uniformes, equipamento de dormida e acampamento e tudo o que necessitassem no campo.

A disciplina era mais valorizada do que tudo o resto. Os cavaleiros cavalgavam atrás da sua bandeira desfraldada e a sua Regra tinha ordens estritas sobre o comportamento quando estavam no acampamento, a cavalgar numa coluna ou a lançar um ataque. Os Templários estavam submetidos aos seus votos de obediência: a Deus, à Regra e aos seus superiores militares.

Os cavaleiros templários estavam proibidos de carregar bagagem ou pôr uma sela nos cavalos sem uma ordem explícita do marechal. Quando alguma ordem deste tipo era dada, os irmãos deveriam responder com a enérgica afirmação «*De par Dieu!*», que significava «Por Deus!», antes de efetuarem imediatamente a tarefa. Em marcha, os cavaleiros seguiam em colunas enquanto os seus escudeiros caminhavam à frente, carregando as lanças. Nas marchas noturnas, a coluna prosseguia em silêncio quase total, e mesmo durante o dia apenas eram permitidas as discussões verdadeiramente necessárias. Deixar o seu lugar na coluna era desencorajado. Durante o combate, romper fileiras era totalmente proibido por qualquer razão, exceto para ajudar um irmão cuja vida estivesse em perigo imediato. Os irmãos cavalgavam sem dizer uma palavra e de forma determinada no campo de batalha, quebrando o seu silêncio apenas quando a trompeta soava para ordenar uma nova carga. Aí, cavalgavam juntos enquanto cantavam o salmo 115[13]:

> «Não a nós, ó Senhor, não a nós,
> mas ao teu nome dá glória,
> pelo teu amor e fidelidade.»

Dispersar ou fugir perante o perigo era considerado uma desgraça. O irmão que o fizesse veria o seu cavalo levado e teria de voltar a pé para o acampamento — uma punição particularmente humilhante para um cavaleiro, já que toda a sua identidade guerreira assentava na sua arte de cavalaria e na habilidade sobre a sela. Até um irmão que estivesse mutilado ao ponto da incapacidade estava proibido de deixar o seu esquadrão sem autorização expressa do

seu comandante. Retirar-se do campo de batalha era proibido até que o exército pelo qual os Templários lutavam estar derrotado.

Essa disposição para ser o último homem no campo de batalha foi o que tornou os Templários numa componente tão valiosa em qualquer exército reunido pelos reis de Jerusalém. Foi por isso que, nos seus últimos tempos, Amalrico lhes permitiu tanta liberdade de ação, apesar de a ordem desafiar a sua autoridade e política. E foi por isso que o filho de Amalrico, o rei leproso Balduíno IV, e Reinaldo de Châtillon levaram oitenta dos Templários de Gaza para Mont Gisard quando os exércitos de Saladino foram avistados aí no inverno de 1177.

A julgar por uma descrição do erudito e cronista do século XIII Abu Shama, o exército de Saladino não esperava muita resistência por parte dos francos. O sultão permitiu aos seus soldados que se dispersassem pelo campo, pilhando povoações em vez de se manterem juntos. «A sorte estava contra eles», apontou sombriamente Abu Shama, e não estava enganado[14]. O exército latino, carregando perante eles o fragmento de Jerusalém da Vera Cruz — a sua relíquia mais sagrada —, apareceu inesperadamente e pressionou os muçulmanos da forma que melhor conhecia: a carga da cavalaria pesada, em que os cavaleiros se atiravam de cabeça para o inimigo com cada guerreiro revestido de cota de malha a desdobrar-se com a maior velocidade e força possíveis. Feito de forma correta, esta era uma vista incrível e os exércitos muçulmanos eram tradicionalmente fracos a defenderem-se contra estes ataques. Os cavaleiros francos estavam em desvantagem numérica, mas avançaram sobre os homens de Saladino com fúria justificada.

Abu Shama coloriu de modo poético o seu relato da carga franca: «Ágeis como lobos, ladrando como cães (...) atacaram *en masse*, como uma chama a arder.»[15] Escolheram perfeitamente o momento, esperando que Saladino tentasse um rearranjo tático das tropas que tinha mais próximas: atacando propositadamente num momento de confusão[16]. Contudo, seguiu-se uma dura luta. O sobrinho de

Saladino e corajoso emir (ou comandante nobre) Taqi al-Din «lutou corajosamente com a espada e a lança», mas à sua volta caíam centenas de homens. «Muitos dos seus valentes oficiais encontraram o martírio», escreveu Abu Shama, «e partiram para provar as alegrias da casa eterna.»[17]

Saladino lutou rodeado pela sua guarda pessoal de elite de mamelucos: soldados escravos raptados das estepes asiáticas e educados como guerreiros desde a infância, que usavam seda amarela sobre os seus escudos, condizendo com a túnica de batalha do sultão, da mesma cor. «Rodeando sempre o seu senhor, eles empenharam-se unanimemente para o proteger do perigo e colaram-se a ele até à morte», escreveu Guilherme de Tiro[18]. Como os Templários, estes homens definiam-se pela sua dedicação ao autossacrifício, treino marcial supremo e recusa em deixar o campo de batalha, mesmo quando confrontados com uma derrota esmagadora. «Acontece frequentemente que, enquanto os outros sobrevivem com a fuga, quase todos os mamelucos caem», escreveu Guilherme de Tiro[19].

Mont Gisard foi palco de uma grande chacina de mamelucos. Os que procuraram fugir do campo de batalha foram perseguidos durante quilómetros por terrenos pantanosos traiçoeiros conhecidos como Pântano dos Estorninhos, largando a sua armadura e armas para uma fuga mais rápida. Uma centena de peitorais valiosos foram recolhidos pelos caçadores francos de troféus, que escolheram o melhor que tinha ficado no local da batalha após a luta ter terminado. Saladino escapou à morte, mas foi humilhado e sofreu um miserável regresso à sua base no Egito, golpeado pelo mau tempo do inverno, com os homens a definhar devido aos amigos perdidos e à comida e bebida abandonada, e com as suas caravanas assaltadas por tribos beduínas a caminho do Cairo. Foi uma das piores derrotas militares sofridas por Saladino, e acompanhou-o por muitos anos: uma afronta que pedia vingança[20].

Os oitenta templários de Gaza que lutaram em Mont Gisard partilharam a glória de um êxito sangrento, que o mestre interino dos Hospitalários narrou como «uma feliz vitória sobre uma incalculável horda de sarracenos»[21]. Poucos sabiam que estes também tinham contribuído para o triunfo pela astúcia com que foi dada a primeira ordem. Dois filhos do sobrinho de Saladino, Taqi al-Din, estavam presentes na batalha. Um deles, Ahmad, «um jovem muito bonito» que só há pouco tinha barba, conseguira atingir um cavaleiro latino com uma seta mas foi morto pouco depois quando tentava uma segunda carga em linhas inimigas[22]. O segundo, a quem Abu Shama chamou «Chahinchah», tinha uma história mais complicada. Antes da batalha foi abordado por um agente em Damasco que trabalhava em segredo para os Templários. Este ativo dissimulado tinha trabalhado para convencer Chahinchah de que, em troca de uma jura de lealdade, o rei Balduíno estava pronto para o instalar como líder do Cairo no lugar do seu tio-avô.

Apesar da óbvia improbabilidade de o rei leproso estar em posição de expulsar Saladino do Egito, e menos ainda de controlar a sua sucessão, esta trama prosseguiu de alguma forma e o agente de Damasco apresentou-se ao filho ludibriado com documentos forjados que pareciam autorizar a sua deserção para o lado cristão. Chahinchah concordou com um encontro pessoal, mas foi enganado; foi levado para um «lugar solitário» e entregue aos Templários, que o acorrentaram e o levaram como prisioneiro. Foi encarcerado pela ordem durante mais de sete anos e, eventualmente, acabou por ser usado como moeda de troca pela liberdade de prisioneiros cristãos nas masmorras de Saladino. Por toda a sua bem publicitada competência militar, os Templários trouxeram também inteligência sofisticada para o palco do conflito. Em 1177, fizeram uso de ambas ao ajudar a conter Saladino quando fez a sua primeira investida séria sobre o reino franco.

Mas o sultão da Síria e do Egito não era um homem habituado a engolir a derrota.

Um novo castelo cruzado estava a ser construído numa colina além do rio Jordão, entre Huleh e o mar da Galileia, num lugar chamado Vau de Jacob. O terreno foi batido em outubro de 1178 sob a ordem do rei de Jerusalém, e nos seis meses seguintes as fundações foram distribuídas e começaram a emergir muralhas «de maravilhosa espessura e altura adequada»[23]. A posição desta nova fortaleza era duplamente estratégica e divina. Fora aqui que o patriarca Jacob, do Antigo Testamento, parara para dividir o seu povo em dois, enviara uma mensagem ao seu vingativo irmão Esaú e lutara com um anjo de Deus que lhe deslocara a anca[24]. Os muçulmanos chamavam-lhe o Vau das Lamentações e veneravam-no tanto como os cristãos. A este antigo significado foi adicionado um valor mais prático: o Vau de Jacob era um rio importante que atravessava a estrada de Acre a Damasco e fazia parte da muito maior rota de caravanas conhecida como Via Maris, que ligava o Egito à Mesopotâmia. Por último, formava um palco central crítico numa artéria global de comércio que ia desde a China, no Extremo Oriente, a Marrocos.

A passagem do Vau de Jacob era um local problemático, infestado de bandidos e salteadores de estrada, que atacavam velozmente a partir do seu esconderijo na montanha sobre o vale de Zebulão, assaltando os viajantes e tornando a estrada quase intransponível sem escolta militar. O novo castelo permitiria uma guarnição militar de proteção permanente, tornando mais segura a passagem de peregrinos e comerciantes através da Palestina cristã. Prometia também segurança de potenciais ataques fora de Damasco, que ficava apenas a um dia de marcha — uma necessidade particularmente premente à luz do ataque de Saladino no ano anterior.

O castelo do Vau de Jacob era um projeto conjunto entre a Coroa e a Ordem do Templo. Durante o inverno de 1178-9, pedreiros trabalharam para levantar as muralhas, enquanto patrulhas de soldados francos defendiam a estrada e as encostas de bandidos, emboscando e matando todos os que conseguiam. Em abril de

1179, o castelo estava a caminho: três quartos das fundações tinham sido escavados, uma muralha com cinco portões e uma única torre construída, e uma fornalha e uma cisterna instaladas. Os trabalhadores continuavam ocupados com as pás, enxadas e carrinhos de mão, avançando e recuando entre grandes montes de pedra, cal e seixos[25]. Como outros lugares do reino precisavam de atenção, Balduíno IV regressou a Jerusalém e entregou a fortaleza em construção a Eudes de Saint-Amand e aos cavaleiros do Templo para a defender, completar, adaptar e equipar.

Havia muito mais trabalho para supervisionar: uma segunda muralha externa estava planeada, bem como um fosso e casas de guarda que ligavam os dois pátios. Centenas de trabalhadores viviam com os cavaleiros e oficiais que formavam a guarnição militar: pedreiros, arquitetos, ferreiros, fabricantes de espadas, armeiros e prisioneiros muçulmanos, que eram usados como operários[26]. Estavam acampados cerca de mil e quinhentos homens em redor do complexo da fortaleza. A ordem pôde financiar esta enorme operação, que incluía construir e defender o castelo quando pronto, graças aos direitos financeiros que lhes tinham sido concedidos nas terras em seu redor. Se o castelo no Vau de Jacob não estava estruturalmente completo, estava pelo menos amplamente abastecido e pronto para começar a servir o seu objetivo[27].

Semanas antes de a bandeira de duas cores ser hasteada no castelo, as suas defesas parciais foram testadas. A construção dificilmente poderia ser escondida de Saladino, que via acertadamente a fortaleza como uma tentativa provocatória de mudar a balança do poder na região entre a Acre cristã e a Damasco muçulmana e uma afronta básica à propriedade religiosa: os infiéis estavam a construir num solo que era sagrado para todos os bons muçulmanos. Pouco depois de o rei Balduíno e a sua comitiva terem deixado o Vau de Jacob, Saladino levou um exército para Banias — a curta distância do castelo — e, nas lacónicas palavras de Ibn al-Athir, «permaneceu um pouco e enviou ataques

para território franco»[28]. Ibn al-Athir ouvira que o sultão fizera uma oferta de 60 mil dinares para o castelo ser demolido de forma pacífica; a oferta fora rejeitada[29]. Assim, nos dias que se seguiram ao domingo da Santíssima Trindade, a 27 de maio de 1179, Saladino preparou-se para compelir os Templários a abandonarem o castelo à força.

De acordo com Guilherme de Tiro, Saladino moveu as tropas para as muralhas do castelo e «sem intermissão enviou densas salvas de setas e assediou os cercados dentro das suas muralhas com repetidos assaltos»[30]. Esta era uma missão exploratória e terminou apenas uns dias depois, quando um templário chamado Renier de Mareuil lançou uma seta por trás das ameias empoeiradas e inacabadas e conseguiu ferir mortalmente um dos mais experientes emires de Saladino. Este recuou, mas não se manteria longe por muito tempo.

Percebendo que não podia deixar Eudes e os Templários a defender indefinidamente o local em construção, o conselho de Balduíno apressou-se a reunir tropas para o Vau de Jacob via Tiberíade. Marchando pelo campo que rodeava Banias, puderam ver que se elevava fumo de todas as aldeias queimadas pelo exército do sultão: era necessária uma ação urgente.

No domingo, 9 de junho, a cavalaria afastou-se dos soldados de infantaria que os acompanhavam. Os cavaleiros que seguiam diante do exército encontraram um grupo de forças de Saladino numa expedição de pilhagem e venceram-no num confronto. Ambos os lados recuaram. Os cavaleiros latinos perseguiram os saqueadores em fuga por vários quilómetros, mas rapidamente encontraram por acaso o próprio Saladino, acompanhado por um séquito bastante mais substancial. De repente, a sorte alterou-se: após uma breve tentativa de ficar e lutar, os latinos viam-se agora a fugir para salvar as suas vidas. Alguns dispersaram-se nas montanhas, outros chegaram ao castelo de Beaufort, ali próximo. O rei Balduíno IV, que fora levado com o exército, conseguira ficar em segurança graças à sua guarda pessoal, mas cerca de duzentos e setenta cavaleiros

cristãos foram capturados e feitos prisioneiros. Desastrosamente para os Templários, entre eles estava incluído o seu mestre, Eudes de Saint-Amand.

Eudes estivera anteriormente na prisão, tendo estado encarcerado em Damasco, nos dias de Nur al-Din, com Bertrand de Blanchefort. Guilherme de Tiro menosprezava-o particularmente, citando de forma errónea e deliberada o livro de Job para o descrever como «um homem perverso, altivo e arrogante, em cuja respiração habitava o espírito da fúria»[31]. Sem ser muito específico sobre a natureza dos erros de Eudes, Guilherme culpou-o pelo desaire e escreveu que «muitos o censuravam pela perda e pela vergonha imortal deste desastre»[32]. Na verdade, Eudes dificilmente teria cometido sozinho os seus erros. Ibn al-Athir registou que entre os outros prisioneiros feitos no Vau de Jacob estava incluído Balião de Ibelin, «o mais elevado franco a seguir ao rei», bem como Hugo da Galileia, senhor de Tiberíade, o mestre dos Hospitalários «e outros notáveis cavaleiros e tiranos». Os prisioneiros foram levados do campo de batalha enquanto Saladino regressava a Banias, muitos para enfrentar longos e miseráveis períodos à espera de resgate.

Para Eudes de Saint-Amand, este seria o último sabor de liberdade que provaria. «Dentro de um ano morreria prisioneiro numa prisão imunda, sem ninguém para o lamentar», escreveu Guilherme de Tiro. O estudioso persa Imad al-Din foi ainda menos agradável: «O mestre dos Templários foi da sua cela da prisão para a masmorra do inferno.»[33] A ordem reclamou mais tarde o seu corpo em troca de um líder muçulmano que mantinha prisioneiro. Foi um triste fim para o oitavo mestre da ordem.

Imad al-Din registou a reação de Saladino quando soube que estava a ser construída uma fortaleza no Vau de Jacob. As palavras exatas são mais uma invenção literária do que discurso direto registado, mas capturaram a sua característica abordagem terra a terra do comando em tempo de guerra:

> Aos que lhe disseram que o castelo, quando construído, controlaria pontos frágeis na fronteira muçulmana e tornaria difícil uma passagem segura, Saladino respondeu: «Deixem-nos acabá-lo e iremos e destruí-lo-emos de cima a baixo para que não reste dele sinal.»[34]

No final do verão de 1179 foi precisamente isso que se propôs fazer.

Os homens de Saladino chegaram de Banias na sexta-feira 24 de agosto com todas as ferramentas necessárias para um cerco. Trouxeram catapultas capazes de desgastar a fortaleza com pedras grandes, cortaram árvores para obter madeira e arrancaram vinhas do solo para construir escudos protetores de modo a manter os operadores das catapultas a salvo de disparos de besta vindos das muralhas do castelo[35]. Trouxeram ainda escadas, equipamento para escavar e fogo.

Sabendo que era provável os reforços chegarem rapidamente, Saladino planeou um ataque que não duraria mais de uma semana. O cerco começou pelas cinco da tarde com um assalto sangrento a uma barbacã (uma casa de guarda exterior fortificada) cercada pelas muralhas principais do castelo. Soldados profissionais foram acompanhados por sequazes entusiastas, que se tinham juntado por excitação, pilhagem e glória da *jihad* ou as três ao mesmo tempo. De acordo com Ibn al-Athir:

> A luta foi furiosa e intensa. Uma das pessoas comuns numa camisa esfarrapada trepou a barbacã do forte e lutou na muralha quando chegou ao topo. Outros dos seus companheiros seguiram-no. As tropas uniram-se a eles e a barbacã foi tomada[36].

Caía agora a noite e os guardas muçulmanos estavam estacionados na recém-tomada barbacã para vigiar qualquer ataque inesperado. Acenderam-se fogos no exterior de cada ponto de entrada do castelo para assegurar que ninguém poderia passar por ali sem ser notado.

Encurralados, os Templários dentro do castelo decidiram fechar a sua posição e permanecer atrás das muralhas, com sete metros de espessura, à espera de auxílio. Tinham comida e armas com fartura

e poderiam ficar ali durante semanas se fosse necessário. Enquanto se instalavam à espera de ajuda, estariam certamente à espera de ouvir o baque infernal do começo de um bombardeamento de catapultas. Mas, em vez disso, veio outro som igualmente desencorajador: o do raspar de pás quando um bando de mineiros de Alepo começou a escavar um túnel sob a única grande torre da fortaleza, na esperança de a fazer colapsar.

Durante dois dias, os mineiros escavaram até terem produzido um túnel vinte metros abaixo do solo e com cerca de dois metros e meio de largura. Era considerado o suficiente para fazer a torre cair. Os suportes de madeira estavam devidamente em chamas, mas nada aconteceu: a torre simplesmente aguentou-se. Quando raiou a luz de segunda-feira, Saladino dirigiu toda a sua força de trabalho para a tarefa de apagar os fogos da mina: um dinar foi oferecido a cada pessoa que trouxesse um balde de água para lançar dentro do túnel.

Na terça-feira, chegavam notícias de que a ajuda vinha a caminho. Os Templários dentro da fortaleza tinham apenas de esperar alguns dias e ter esperança de que os sitiantes seriam afastados.

Saladino também estava consciente de que o tempo estava contra ele e enviou os seus mineiros para o túnel carbonizado para escavar como não tinham feito antes. Trabalharam durante mais dois dias, alargando e aprofundando o poço debaixo da torre. Na quarta-feira, os fogos noturnos voltaram a ser acesos e, desta vez, a turbulência subterrânea foi maior do que as largas muralhas da torre podiam aguentar. Quando o Sol surgiu na manhã de quinta-feira, uma secção colapsou, para gáudio no exterior[37]. Os homens de Saladino, entusiasmados, apressaram-se a entrar. O exército de apoio de Balduíno estava ainda a várias horas de cavalgada de distância, e o que parecera um simples jogo de espera era agora uma última chamada.

Por detrás da muralha colapsada, os Templários tinham levantado barricadas de madeira e tendas. Quando a torre caiu, uma corrente

de ar abrasador foi sugada para a fortaleza, queimando tudo e todos aqueles em que tocava e atiçando um fogo que espalhou o pânico no castelo[38]. Os homens de Saladino precipitaram-se, capturando os cristãos mais valiosos e abatendo sem misericórdia os muçulmanos apóstatas e os arqueiros mercenários em que conseguiam pôr as mãos.

Fiéis ao espírito da Regra, os cavaleiros templários não se dirigiram humildemente para as mãos dos seus inimigos. O chanceler de Saladino, Al-Qadi al-Fadil, escreveu uma carta manifestamente exagerada ao califa sunita em Bagdade descrevendo a batalha suicida travada entre os destroços da fortaleza em chamas. Descreveu que «lágrimas de fogo» caíam da torre em desmoronamento e deu rédea solta à sua escrita ao conjurar o horror que vira:

> As sombras púrpuras da escuridão foram substituídas por um céu carmesim como a romã (...) Parecia que a aurora preenchera a noite e que o céu se acendera com outros fogos além dos de oriente e ocidente (...) O sopro escaldante devorou homens e pedra, e uma sinistra voz de catástrofe gritava: «Estou a falar consigo, vizinho! Oiça-me!» (...) Os infiéis gritavam: «Sim, é uma coisa terrível!»[39]

Havia mais do que poesia na carta de Al-Fadil, já que narrou os momentos finais do comandante templário enquanto as ameias incendiadas eram invadidas:

> O príncipe que comandava o lugar testemunhou a sua destruição e os desastres que atingiam os seus amigos e companheiros. Quando as chamas o alcançaram, atirou-se para um buraco cheio de fogo sem temer as chamas. Ao arder, seria em breve atirado para outra fornalha [i. e., o Inferno].

Pela tarde de quinta-feira 30 de agosto, a fortaleza do Vau de Jacob tinha sido tomada e o solo estava coberto com centenas de setas, ferramentas pateticamente abandonadas e com os corpos torcidos dos mortos, alguns com as cabeças abertas por golpes de espada, outros com os seus membros arrancados. Cavalos, mulas e burros que não tinham morrido durante o assalto foram recolhidos e levados, bem como as mil cotas de malha do

arsenal. Alguns corpos foram deixados a apodrecer e outros foram atirados para a cisterna: uma afronta louca, dado o surto de doença que rapidamente se espalhou no exército do sultão. Com o castelo despojado de quaisquer valores, Saladino cumprira a terrível promessa que fizera. Manteve-se na área até outubro, momento em que «demoliu o forte e o arrasou completamente»[40].

A derrota de Mont Gisard fora bem e verdadeiramente vingada. Um autor muçulmano da época chamou ao castelo do Vau de Jacob «um ninho de desgraça»[41]. O poeta Al-Nashw ibn Nafadha exultou:

> *A destruição dos francos veio depressa,*
> *Agora é o tempo de esmagar as suas cruzes.*
> *Se o momento da sua morte não estivesse próximo,*
> *Não teriam construído a Casa das Lamentações*[42]*.*

Procurando uma causa à qual atribuir o desastre, Guilherme de Tiro voltou-se para a imoralidade geral dos latinos. Concluiu a sua descrição da queda no Vau de Jacob com uma passagem dos salmos: «O Senhor seu Deus afastou-se deles», escreveu em desespero[43].

Durante algum tempo, parecia que estava certo.

16 O termo «grão-mestre», hoje utilizado para descrever o mestre dos Templários (como oposição aos mestres regionais), não era, de facto, comummente usado, nem era um título formal no Oriente. Ver Burgtorf, J., *The Central Convent of Hospitallers and Templars: History, Organisation and Personnel (1099/1120-1310)* (Leiden/Boston, 2008), 182.

11

«AI DE TI, JERUSALÉM!»

Durante vários anos, a Terra Santa fervilhou. Após Mont Gisard e Vau de Jacob, quer Saladino quer os francos precisavam de tempo para se recompor, reparar e consolidar. Na primavera de 1180, foi acordada uma trégua de dois anos, permitindo que o sultão se concentrasse em consolidar o seu poder em Alepo e Mossul e que os francos lidassem com a crise de liderança que se espalhara com a saúde em declínio do rei Balduíno IV. Como com todas as grandes questões nos estados cruzados, os Templários estavam envolvidos de perto.

Primeiro veio a tarefa eternamente difícil de atrair apoio do Ocidente para o Oriente subfinanciado. As ordens militares, graças à sua infraestrutura internacional que ligava as casas rentáveis ocidentais às unidades em luta do Ultramar, eram uma conduta natural para as duas metades da cristandade. Assim, em 1180, uma delegação de templários foi enviada ao papa Alexandre III em Roma para pressionar a proclamação de uma nova cruzada. Alexandre não era um defensor cego das ordens militares. No ano anterior tinha presidido ao Terceiro Concílio de Latrão, cujos decretos advertiam especificamente os Templários e os Hospitalários por ignorarem a autoridade dos bispos e recolherem dízimos para seu próprio uso, mas os irmãos que seguiram para Roma em 1180 tiveram, mesmo assim, sucesso em convencê-lo da sua grande necessidade e dificuldade[1]. Concordou em utilizar a sua influência nos apelos por uma nova cruzada comandada por um, ou mais, dos grandes reis do momento. A delegação templária suplicou assistência militar conjuntamente ao envelhecido rei de Inglaterra, Henrique II, e a um novo e jovem rei de França. Enquanto os irmãos estavam na Europa, chegaram notícias de que o rei Luís VII, com sessenta anos, morrera de enfarte, deixando a coroa para o seu

único filho, de quinze anos, Filipe II (mais tarde conhecido como Filipe Augusto)[2]. A turbulência de tamanha transição tornava difícil dirigir a atenção dos reis para a Terra Santa; uma terceira cruzada ainda não se avizinhava.

Apesar de a missão templária em Roma não ter despertado uma nova cruzada, a ordem não se limitou a esperar e a aceitar a sua nova situação. Em Jerusalém, empreendeu uma mudança ousada na sua própria liderança. Enquanto Eudes de Saint-Amand definhava na sua cela prisional, a ordem não tinha um mestre em funções. Roberto Fraisnel assumiu o título de «grande precetor», mas não podia ser eleito mestre enquanto Eudes estivesse vivo[3]. Então, quando Eudes morreu na prisão em 1180 e o seu posto vagou, os Templários do convento central escolheram não promover Roberto Fraisnel ou qualquer outro irmão do Oriente. Em vez disso, votaram para eleger Arnaldo de Torroja, um cavaleiro mais velho e experiente que tinha passado muita da sua carreira a chefiar os exércitos de Cristo em Aragão. Arnaldo fora mestre de Espanha e Provença desde 1167, tendo enorme sucesso a atrair patrocínios e a enriquecer a ordem num difícil canto da cristandade[4]. Tinha estabelecido uma reputação além do seu próprio campo de comando, pois eleger um homem da Catalunha *in absentia* para comandar os cavaleiros de Jerusalém, Trípoli, Antioquia e todos os outros lugares mostrava um enorme nível de fé no seu talento. Sugeria também uma consciência de que a ordem precisava de aproveitar o seu papel como organização internacional. À luz da relação tormentosa entre a Coroa e a ordem sob o comando de Eudes, a eleição de Arnaldo era uma tentativa previdente de conduzir os Templários para as suas tarefas primitivas e desviá-los da intromissão disruptiva nas políticas internas.

Arnaldo levou mais de um ano a viajar para oriente e a ocupar o seu posto, no qual começou por agitar o topo da hierarquia. Roberto Fraisnel foi retirado da sua posição como grande precetor e substituído por Gilberto Horal, provavelmente nativo de Aragão[5]. Uma das primeiras missões de Arnaldo foi mediar uma disputa entre

o príncipe e o patriarca de Antioquia, um esforço diplomático que partilhou com Roger de Moulins, o experiente e cauteloso mestre dos Hospitalários. Apaziguar disputas entre fações francas em conflito era sem dúvida um trabalho cansativo, mas devia saber que não era nada comparado com os desafios que tinha pela frente[6].

Logo que a paz temporária expirou em 1182, uma nova série de campanhas vingativas começou, com as principais disputas por controlo sobre duas importantes rotas comerciais: as estradas de caravanas entre o Egito e Damasco que atravessavam a Transjordânia, e o território disputado perto da Galileia, em redor da Via Maris. Saladino fragmentou os seus ataques em território e possessões cristãos na linguagem da *jihad*, já que a sua reivindicação de supremacia no Cairo, Damasco, Mossul e Alepo assentava na sua autoimagem como o flagelo dos infiéis. Certos nobres francos riam-se alegremente do estereótipo que perpetuava. O pior ofensor era Reinaldo de Châtillon, que deixara o título de príncipe de Antioquia e era agora senhor de Kerak, bem como uma figura política dominante nos estados cristãos. Em 1183, Reinaldo levou uma pequena frota numa expedição de saque pela costa oriental do mar Vermelho e sobre o Hijaz — a província mais sagrada da Arábia —, incitando rumores de que pretendia invadir Meca e Medina e roubar o corpo de Maomé. Saladino nunca lhe perdoou esta insolência.

Nos primeiros anos do seu domínio, Saladino passara mais tempo a lutar contra muçulmanos que se lhe opunham do que contra cristãos. Em 1182, isso começou a mudar[7]. Com a paz oficialmente quebrada, invadiu os territórios cristãos duas vezes em dois verões consecutivos. No final do verão de 1182, ordenou uma marcha através do rio Jordão e por terras francas a sul do mar da Galileia. Então tentou e falhou um cerco a Beirute por mar. No verão seguinte, o sultão estava de volta, ameaçando território semelhante. Um enorme exército latino fora reunido para o repelir, comandado por Guido de Lusignan, que casara com Sibila, irmã de Balduíno, e tinha cada vez maior influência no reino. Ao recusar combater e

levando os muçulmanos para um conflito consecutivo à volta de La Fève, Guido esgotou a paciência e as provisões de Saladino e forçou-o a abandonar o combate: uma tática inteligente, mas que lhe conferiu duras acusações de cobardia dos seus opositores, incluindo o poderoso Raimundo, conde de Trípoli. Esta crítica atingiu-o profundamente.

No calor de 1183, com os exércitos de Saladino agora nas fronteiras de território franco e Balduíno a ficar totalmente incapacitado, havia situações mais preocupantes do que os sentimentos feridos de Guido de Lusignan. A lepra de Balduíno deixara-o sem descendência e era urgente uma decisão sobre o futuro governante de Jerusalém. Após alguma deliberação, o rei nomeava seu herdeiro outro Balduíno: o filho ainda criança da sua irmã Sibila e de Guilherme de Montferrat, que morrera em Ascalão em 1177, antes de a sua mulher dar à luz. A 20 de novembro de 1183, a criança foi coroada comonarca na Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém, numa situação absurda descrita por Guilherme de Tiro. Os barões da Terra Santa juraram lealdade ao menino de cinco anos como Balduíno V, mas Guilherme escreveu que muitos se sentiram profundamente desconfortáveis com o facto de que, ainda que o reino tivesse agora dois monarcas, «como os dois eram prejudicados, um pela doença e o outro pela juventude, [a coroação] fora totalmente inútil»[8].

Precisamente por esta razão, a resolução da sucessão pouco estabilizou a situação política em Jerusalém. De facto, a sua principal consequência foi piorar as tensões existentes entre dois dos mais poderosos nobres do reino. De um lado estava o padrasto do jovem rei, Guido de Lusignan; do outro, Raimundo, conde de Trípoli, que servira em várias ocasiões como regente, presidira à coroação do rei Balduíno V e esperava ser recompensado com a preeminência adequada ao seu estatuto. A aversão mútua de Guido e de Raimundo abriu uma fratura nas políticas francas num tempo já frágil e teria consequências devastadoras para o reino que ambos pensavam ter o dever de defender. Em maio de 1185,

Balduíno IV morreu apenas com vinte e quatro anos, cego, acamado e em agonia. Foi enterrado ao lado do seu pai na Igreja do Santo Sepulcro, e Balduíno V, com sete anos, tornou-se o único rei. Isto não resolveu nada, e menos ainda a rivalidade venenosa entre Guido de Lusignan e Raimundo de Trípoli, que fora nomeado para servir como regente enquanto o monarca era menor.

A sucessão de uma criança ainda sem idade para levantar uma espada, e menos ainda para a brandir com raiva, teve um impacto direto na Ordem do Templo. Em 1184, com o rei leproso Balduíno IV já perto da morte e a autoridade real cada vez mais próxima de uma enorme crise, as competências diplomáticas de Arnaldo de Torroja foram requisitadas para servir noutra missão no Ocidente. Desta vez, o objetivo era persuadir um governante adulto e capacitado de um dos grandes reinos europeus a ir para Oriente e assumir a coroa de Jerusalém por eleição. A embaixada templária de 1180 não conseguira convencer Henrique II de Inglaterra ou Filipe II de França a vir em auxílio do reino. Agora, o próprio mestre do Templo regressava, acompanhado por Heraclio, patriarca de Jerusalém, e Roger de Moulins, mestre dos Hospitalários. A sua intenção era implorar aos monarcas que ajudassem a prevenir uma catástrofe no Oriente: provando-se verdadeiros reis cristãos que viriam em auxílio da cidade de Cristo e do seu povo quando estes mais necessitavam.

A missão falhara. Em primeiro lugar, Henrique e Filipe tinham muito em jogo nos seus próprios reinos para arriscar deixar as suas coroas; ambos foram agradáveis, mas recusaram as propostas. E o custo foi alto. Arnaldo de Torroja não chegou sequer às suas cortes reais, porque durante a longa expedição — uma árdua viagem por terra e mar de mais de 1600 quilómetros — o mestre morreu. A ordem foi obrigada a eleger o seu terceiro líder em quatro anos.

A escolha que fizeram foi fatídica. O substituto de Arnaldo, Geraldo de Ridefort, um soldado teimoso bastante recente na ordem, lançou-se às lutas e tumultos na Terra Santa com muito mais energia. Mas, quando o fez, os seus companheiros templários e

todo o reino de Jerusalém precipitaram-se para o seu momento mais terrível.

Geraldo de Ridefort tinha vindo para Oriente através da Flandres ou do noroeste de França, chegando em 1175. Sabia árabe e tinha experiência nos mais altos escalões do serviço secular, tendo servido Raimundo, conde de Trípoli, e sido nomeado marechal real; mas a sua entrada na ordem foi o resultado indireto de um acesso de raiva: discutira de modo catastrófico com Raimundo por um disputado acordo de casamento. Em 1179, o conde prometera casar Geraldo com a próxima filha elegível de um dos seus vassalos que entrasse no mercado marital. Mas, quando uma herdeira ficou disponível, Raimundo renegou o acordo e, em vez disso, vendeu a mão da suposta noiva de Geraldo (a filha do suserano de Botron) a um mercador de Pisa chamado Plebanus, que se preparara literalmente para pagar o peso da rapariga em ouro. Geraldo foi profundamente insultado, acreditando que a sua honra tinha sido impugnada. Toda a situação piorou com o facto de as partes francófonas da cristandade terem pouco mais do que desprezo pelos italianos. Geraldo deixou furioso a corte de Raimundo. Começou a servir o rei Balduíno e, após recuperar de um período de doença, juntou-se aos Templários. É possível que estivesse seriamente doente e que tenha feito uma jura sagrada para se juntar à ordem se o Senhor o deixasse recuperar. Em qualquer caso, a vida templária adequava-se-lhe e, quando começou a envergar o manto branco, Geraldo foi rapidamente promovido. Em 1183 servia como senescal[9]. Sendo o segundo na hierarquia, era um óbvio candidato a chegar a mestre quando Arnaldo de Torroja morreu em 1184, mas a sua seleção revelou-se bastante controversa.

Quase a partir do momento em que foi eleito, Geraldo dividiu opiniões, graças a uma inclinação para a ação política ousada que muitas vezes roçava a imprudência. Para um autor, Geraldo era um «homem feliz!» — um soldado abençoado e glorioso que devotara a sua vida aos feitos bélicos em nome de Cristo. Nesta visão, as

suas características determinantes eram o seu orgulho cavaleiresco e a sua total recusa em dar um passo atrás, mesmo quando a sua vida estava em perigo[10].

Outros viam-no de forma diferente, não como um contestatário com coração de leão, mas sim um impulsivo rancoroso que encorajava os outros a partilhar as suas inclinações precipitadas e que levava muitos bons soldados à morte[11]. Não é fácil dizer qual a visão que melhor descrevia Geraldo. Não mostrava certamente nenhuma da precaução instintiva que caracterizara as políticas militares conservadoras de Bertrand de Blanchefort, nem a subtileza diplomática de Arnaldo de Torroja, e o seu temperamento causou, para si e para a ordem, frequentes problemas. Mais uma vez, Geraldo vivia e comandava em tempos cada vez menos fáceis. O caminho para o céu na década de 1180 não parecia aberto aos acanhados.

No final de agosto de 1186, o rei Balduíno V morreu em Acre. Tinha apenas oito anos, e reinou como único rei por pouco mais de um ano. Os Templários escoltaram o cadáver do menino até Jerusalém, onde foi enterrado junto dos seus tio e avô reais na Igreja do Santo Sepulcro, numa campa pequena mas ricamente escolhida, intrincadamente decorada com flores de acanto, uma imagem de Cristo ladeado por anjos e pequenas imagens esculpidas de passarinhos mortos[12]. A beleza do local de descanso do menino não conseguia esconder o facto de o reino estar a entrar numa genuína crise de sucessão.

Quando Balduíno V se tornou rei, concordou-se que, quando morresse, o próximo rei de Jerusalém deveria ser escolhido por um painel que incluísse os mais ilustres chefes da cristandade ocidental: o papa, os reis de Inglaterra e de França e o imperador romano-germânico. Este princípio de vistas largas remetia para a bem-sucedida seleção de Fulque de Anjou. Em teoria, era bastante recomendável, apesar de que nenhum dos eleitores se visse adequado a aceitar o cargo. Apoiando-se na lotaria de sucessão pelo nascimento e precedência familiar, o reino tivera um rei leproso

e um rei ainda criança; esta não era a forma de defender o reino mais sagrado à face da Terra. Infelizmente, quando Balduíno morreu em agosto de 1186, a ideia de realizar uma eleição foi abandonada a favor de uma impiedosa tomada de poder: um golpe que foi habilitado, e até certo ponto orquestrado, por Geraldo de Ridefort.

A regência de Jerusalém fora contestada durante vários anos entre Raimundo, conde de Trípoli, e Guido de Lusignan. A morte de Balduíno dava a oportunidade de Sibila e Guido decidirem a rivalidade para sempre, e encontraram em Geraldo um aliado solícito e singularmente bem colocado. O mestre templário não tinha esquecido nem perdoado o conde Raimundo pelo insulto que este lhe fizera ao vender a sua legítima mulher por um pote de ouro. Aliás, teve uma importância vital para lançar a parafernália régia que era essencial para o ritual real de Jerusalém.

Mais do que esperar meses para uma decisão ser tomada pelos mediadores de poder internacionais, Sibila, Guido e Geraldo decidiram seguir a reivindicação pessoal de Sibila ao trono do pai — o que significaria abandonar a pretensão rival da sua irmã mais nova, Isabel. Convenceram Heraclio, patriarca de Jerusalém, a avançar com a cerimónia de coroação antes que alguém conseguisse agir para a travar. Como uma dádiva conciliatória para os seus inimigos, prometeram que Sibila se divorciaria de Guido e escolheria um novo marido.

Um golpe com esta rapidez e audácia requeria ajuda prática, pois dependia da possibilidade de Sibila deitar as mãos ao tesouro sagrado requerido para a sua coroação. A tesouraria que continha as joias reais e as regalias de Jerusalém só podia ser aberta utilizando ao mesmo tempo três chaves que se encontravam separadas. Uma delas estava com o patriarca de Jerusalém, outra com o mestre do Hospital, Roger de Moulins, e a terceira na posse do mestre do Templo.

Geraldo e o patriarca Heraclio apoiavam a proposta de Sibila à coroa, mas Roger de Moulins estava muito menos seguro. Geraldo concluiu que a melhor forma de negociar com ele era a mais direta:

na sexta-feira 11 de novembro de 1186, com as portas de Jerusalém fechadas para impedir os inimigos de entrar na cidade, Geraldo e os seus aliados foram às instalações do Hospital de Jerusalém e discursaram, ordenando que entregasse a sua chave e se rendesse à inevitável transferência de poder. Roger recusou. Foi apenas após um confronto físico entre os dois mestres que o hospitalário finalmente concordou entregar a sua chave, que atirou petulantemente para o pátio em vez de a entregar de uma forma mais civilizada.

A coroação podia agora prosseguir. Sendo o homem que tinha literalmente recolhido a coroa da casa das joias, Geraldo de Ridefort tinha uma posição principal na cerimónia; mal podia conter a sua alegria. Quando a coroa foi colocada na cabeça de Sibila, ele estava próximo do altar, e ainda mais próximo das intenções tortuosas de Sibila. Após ser coroada, foi perguntado à nova rainha quem pretendia tomar como rei no lugar do divisivo Guido de Lusignan, que teria pouco tempo para se divorciar dela. Para choque dos muitos reunidos no Santo Sepulcro, chamou o próprio Guido para a frente, ordenou-lhe que se ajoelhasse perante ela e colocou uma segunda coroa na cabeça deste.

Atrás dela, Geraldo de Ridefort pôs a mão na coroa de Guido e ajudou a ajustá-la. Enquanto o fez, ouviram-no murmurar de satisfação, «esta coroa vale bem o casamento de Botron», em referência à noiva que Raimundo lhe retirara. O mestre templário era agora o grande influenciador da sucessão real. Encontrou depressa o seu lugar entre uma fação violenta da corte, advogando constantemente a agressão como o princípio que deveria guiar o governo, dirigida às forças do islão e aos inimigos próximos. Viria a ser uma combinação mortífera.

Na noite de 30 de abril de 1187, vigias em Nazaré avistaram um vasto número de homens armados de Saladino a dirigir-se além da cidade numa missão de reconhecimento na aldeia fortificada de Séforis (Saffuriya), alguns quilómetros a noroeste. Com o seu

grande castelo quadrado de pedra e as ruínas de um anfiteatro romano, Séforis fora marcada como um ponto de reunião para um exército defensivo cristão, erguido pelo novo rei para resistir aos cada vez mais determinados ataques de Saladino no reino. Por vários anos, a vista de exércitos muçulmanos marchando sobre território latino, queimando colheitas pelo caminho, tinha-se tornado cada vez mais comum, e ali estavam de novo os sarracenos, num longo caminho pelo rio Jordão e marchando pelas terras centrais do país cristão.

A controversa subida ao trono de Guido e Sibila em agosto do ano anterior tinha sido justificada como um meio de melhorar a segurança no reino latino, mas foi praticamente o oposto que aconteceu. A lastimável dilapidação do poder real franco nos anos seguintes à morte do rei Amalrico e o confuso estado do reino teriam encorajado qualquer governante com projetos para as suas terras, mas as incursões cada vez mais ousadas de Saladino foram também um reflexo da sua atitude pessoal em evolução relativamente aos francos. No começo da década de 1180, tinha-se contentado em lançar ataques periódicos sobre regiões específicas em disputa; após 1186, a sua visão expandiu-se e começou a ver os latinos do Oriente não apenas como um rival contra quem combater, mas como um inimigo existencial que deveria ser varrido da Terra. Saladino tinha forjado uma carreira ao cultivar cuidadosamente uma imagem de fanático purificador, para quem a *jihad* era tudo. A dado momento, foi obrigado a seguir com a sua retórica. O sultão ficou também extremamente doente no final de 1185: «a sua vida estava desesperada e corria um rumor de que tinha morrido», escreveu o seu biógrafo e conselheiro Ibn Shaddad[13]. A sobrevivência parece ter-lhe inspirado um sentido desejo de destruir os seus inimigos a qualquer custo.

Durante o inverno de 1186-7, as fações que apoiavam o rei Guido e o seu rival Raimundo de Trípoli aproximavam-se de uma guerra civil. O descontentamento de Raimundo pela tomada de poder de Guido tinha evoluído para uma tentativa real de substituir os

monarcas conjuntos por um par da sua escolha: Hunfredo de Toron e a sua esposa Isabel, irmã de Sibila. Para se proteger enquanto planeava este golpe de Estado, Raimundo dera o passo desafiador e próximo da insensatez de fazer uma trégua pessoal com Saladino, autorizando-o a levar a cabo explorações no seu território. Foi sob os termos deste acordo que Saladino pôde fazer sete mil homens marchar sobre Nazaré no último dia de abril de 1187. A força era comandada pelo seu confiável e experiente emir turco Muzaffar ad-Din (também conhecido como Gökböri, ou «Lobo Azul»). O velho soldado partilhava o comando com o confiável filho de Saladino e aparente herdeiro, conhecido como Al-Afdal.

Geraldo de Ridefort estava perto de Nazaré no final da tarde de 30 de abril como parte de uma delegação que viajava de Jerusalém para Tiberíade pelo Norte com o objetivo de obrigar Raimundo a negociar com o rei. O mestre templário tinha incitado a um ataque armado sobre o conde dissidente para o pôr na linha, mas Guido recusara e, em vez disso, uma conferência de paz fora marcada para ter lugar em Tiberíade no começo de maio. Geraldo estava a caminho na companhia de Roger de Moulins e Josias, arcebispo de Tiro, com as suas respetivas comitivas. Planeavam encontrar o poderoso senhor Balião de Ibelin no castelo templário de La Fève, de onde iriam todos para Tiberíade numa tentativa de trazer Raimundo à sensatez da forma mais calma possível.

Quando Geraldo de Ridefort percebeu que Raimundo permitira que os homens de Saladino vagueassem livremente pelo seu território, os instintos mais combativos do mestre foram despertados. Nazaré ainda não estava sujeita à suserania de Raimundo, e o seu povo não estava sujeito à trégua que tinha negociado. Geraldo fez uma dura interpretação do seu mandato como líder dos Templários: era seu dever defender a terra[14]. Partiu para a guarnição templária mais próxima em Caco (agora Qaqun), juntando oitenta dos irmãos cavaleiros do seu lado. Roger de Moulins seguiu-o cautelosamente, juntando dez hospitalários; mais quarenta cavaleiros ao serviço do rei uniram-se a eles. Em vez de

continuar para La Fève e Tiberíade, todos avançaram para Nazaré com o objetivo de travar as forças do sultão e expulsá-las.

Cento e quarenta cavaleiros (o grupo original e os seus reforços) eram uma força respeitavelmente grande tendo em conta a sua convocação apressada, mas foi ofuscada pelos sete mil homens que os generais de Saladino tinham sob o seu comando. Na manhã de 1 de maio, a disparidade ficou horrivelmente patente quando os Templários rastearam Al-Afdal e o seu exército numa área de floresta nas Fontes de Cresson, uma fonte natural perto de Nazaré[17]. Geraldo tinha agora consigo quase a totalidade dos mais altos oficiais templários: o senescal, Urs de Alneto; o antigo grande precetor Roberto Fraisnel, que agora servia como marechal do Templo; e o respeitado irmão Tiago de Maillé[15]. Estes avaliaram o cenário com Roger de Moulins e todos decidiram que uma retirada discreta era a única opção — todos, exceto Geraldo de Ridefort.

«Geraldo era um cavaleiro enérgico, mas impetuoso e precipitado.» Este era o veredicto do cronista germânico Oliver de Paderborn ao descrever a conduta do mestre dos Templários nas Fontes de Cresson[16]. Mesmo com a vantagem de um ataque-surpresa, era inútil acreditar que poucas centenas de homens contra milhares levariam a algum outro fim além da aniquilação. Geraldo insistia que era dever dos cristãos atacar, «num desejo de defender a herança de Cristo»[17]. Insultou o mestre hospitalário e Tiago de Maillé pela sua reticência, escarnecendo que eram cobardes[18].

O cronista inglês Raul de Coggeshall, descrevendo a cena de longe, pôs na boca de Geraldo um longo e florido discurso, em que louvava o desdém dos Templários pelas «coisas vãs e efémeras» e argumentava que eram os verdadeiros herdeiros dos macabeus, que tinham lutado pela «Igreja, a lei e a herança do Crucificado»[19]. Por outras palavras, as cruzes vermelhas nos seus mantos brancos ordenavam que ficassem e lutassem. Raul de Coggeshall conjurou quase garantidamente as palavras da sua imaginação, mas capturou a abordagem extrema de Geraldo às normas da cavalaria do século XII e à mentalidade da ordem, de forma mais geral.

Todos os que usavam a cruz vermelha tinham jurado servir a ordem até ao fim da sua vida, obedecer ao mestre e «ajudar a conquistar, com a força e o poder concedidos por Deus, a Terra Santa de Jerusalém»[20]. Cada templário em Cresson tinha respondido, em algum momento da sua vida, «Sim senhor, se isso agrada a Deus» quando interrogado se estava preparado para o fazer. Agora era o momento de honrar essa promessa. Com instruções do mestre para cavalgar contra um exército talvez vinte vezes maior do que o seu, não tinham outra escolha além de obedecer. Os homens benzeram-se. Gritaram juntos «Cristo é a nossa vida e a morte é a nossa recompensa». Depois cavalgaram loucamente na direção de Al-Afdal e da sua horda[21].

Quando Bernardo de Claraval escrevera o seu manifesto pela nova milícia na década de 1120, tinha implorado que os Templários confrontados com o perigo mortal dissessem: «Quer vivamos quer morramos, pertencemos ao Senhor.»[22] Disse-lhes que avançar para a morte em nome de Cristo era um caminho certo para a salvação. Claro que era uma coisa Bernardo escrever isto, teorizando a milhares de quilómetros da Terra Santa e glorificando um martírio que nunca experimentaria. Era outra completamente diferente, para um grupo de noventa templários chamados desde o seu castelo e com ordens para atacar contra probabilidades impossíveis, engolir o medo e fazê-lo. Ainda assim, conseguiram. Cada homem esporeou o cavalo, e a batalha de Cresson viveria por muito tempo na mitologia das cruzadas.

A dura verdade foi que, dos cento e quarenta cavaleiros que avançaram sobre os sarracenos, alguns templários e outros simplesmente levados pela loucura, apenas um punhado escapou com vida. Geraldo de Ridefort, que ordenou a carga, ficou gravemente ferido na luta mas acabou por deixar o campo de batalha, acompanhado por três dos seus companheiros. Morreram entre cinquenta e sessenta cavaleiros numa torrente do seu próprio sangue; os outros foram levados para serem feitos prisioneiros e escravos, para gosto de Saladino. Roger de Moulins, o mestre dos

Hospitalários, que se tinha relutantemente juntado ao combate, foi decapitado, bem como o marechal templário Roberto Fraisnel e (parece) o senescal, Urs[23]. Não foram mortos facilmente: o cronista Ibn al-Athir escreveu que fora «uma batalha própria para tornar o cabelo negro em cinzento»[24]. Todavia, como escreveu Raul de Coggeshall, «uma morte cruel consumiu quase todos»[25]. Os Templários e os seus companheiros tinham procurado a coroa do martírio e encontraram-na. O mesmo fizera o mestre dos Hospitalários, bem como vários dos seus próprios irmãos, e um grande número de cidadãos de Nazaré, que tinham seguido a companhia de cavaleiros à distância, esperando conseguir algum saque, mas que foram apanhados por cavaleiros muçulmanos quando fugiam para casa.

Talvez como tributo à imprudência da carga, surgiram rapidamente lendas próprias de santos, no que diz respeito à conduta dos que tinham morrido em Cresson. A morte de Tiago de Maillé foi transformada num conto popular cristão e foi vista como o exemplo do cruzado idealizado, que abraçava o martírio de forma alegre e gloriosa. De acordo com o autor de uma crónica contemporânea, ficou sozinho quando praticamente todos os seus companheiros tinham sido mortos, «rodeado por tropas inimigas e quase abandonado pela ajuda humana, mas quando viu tantos milhares correndo para ele de todas as direções, fortaleceu a sua resolução e corajosamente empreendeu a batalha, um homem contra todos»[26]. Segundo este conto, os inimigos de Tiago estavam tão conquistados pela bravura dos Templários que insistiram que baixasse as suas armas e se rendesse, de modo a pouparem-lhe a vida. Tiago ignorou-os e continuou a lutar até que «após um longo tempo, mais extenuado do que conquistado por setas, pedras e lanças, caiu no chão e alegremente subiu ao céu com a coroa de mártir». Mais tarde, foi dito que o cavalo branco e o uniforme de Tiago tinham convencido os homens de Saladino de que era uma manifestação de São Jorge, «o Cavaleiro da Armadura Brilhante,

protetor dos cristãos», tanto que rejubilaram quando finalmente o mataram.

Podiam ter matado o homem, mas não puderam matar a lenda. Uma vez morto, rígido e abandonado aos elementos, o cadáver de Tiago tornou-se uma fonte de relíquias sagradas. Alguns colocaram pó no corpo e depois espalharam-no nas suas próprias cabeças, esperando que os contagiasse com o valor do homem morto. Um homem cortou os seus genitais «e guardou-os para gerar crianças, de modo que, mesmo estando morto, os membros do homem — se tal fosse possível — poderiam produzir um herdeiro com uma coragem tão grande como a sua»[27].

Para cada pedaço colhido do corpo de Tiago de Maillé, dez eram retirados dos seus companheiros assassinados pelos soldados de Saladino. Geraldo de Ridefort escreveu ao papa para o informar da dolorosa derrota em Cresson, queixando-se de que tinha sofrido sérias perdas de cavalos e armas, além da perda de homens, e avisando o santo pai de que «a vil raça de pagãos está inflamada para atacar a (...) terra com mais força do que o habitual de acordo com os objetivos da sua perversidade»[28]. Não mencionou o facto de que, quando o exército de Saladino se retirou, os seus homens carregavam nas suas lanças as cabeças de dezenas de templários mortos diante deles.

Menos de dois meses antes da derrota em Cresson, na sexta-feira, 27 de junho de 1187, Saladino atravessou mais uma vez o rio Jordão, alguns quilómetros a sul do mar da Galileia. Desta vez, levava consigo trinta mil homens, sendo que metade dos quais era cavalaria. Tinham passado várias semanas em Ashtara, juntando as suas tropas, fazendo treinos militares e revendo táticas de batalha. Não era mais uma missão exploratória; era uma invasão total, o ataque há muito prometido para liquidar o reino cristão de Jerusalém.

Enquanto o sultão não escondia as suas intenções, o rei Guido de Jerusalém fora capaz de reunir as suas forças. No rescaldo da

batalha de Cresson, enviara uma mensagem apelando a todo o homem cristão e fisicamente capaz no Oriente que pegasse em armas e se unisse a ele para defender o reino. Ficou conhecido como o *arrière-ban* — um recrutamento geral — e a sua promulgação era um sinal de perigo existencial. Os castelos ficaram praticamente vazios de guarnição militar, de modo a que «não ficasse nas cidades, aldeias ou castelos um só homem capaz de ir para a guerra»[29]. As ordens militares foram chamadas, bem como todos os cavaleiros seculares disponíveis. Milhares de mercenários foram contratados como suplemento para a infantaria e para providenciar cavalaria ligeira especializada. O custo foi suportado por um fundo inesperado pago à Igreja por Henrique II como penitência pelo seu papel no assassinato de Tomás Becket na Catedral de Cantuária, em dezembro de 1170. Os fundos destinavam-se a pagar uma nova cruzada e estavam sob custódia dos Templários, que escolheram libertá-los neste momento de emergência. Um cronista relatou que Geraldo de Ridefort, que queria sempre acertar contas, libertou alegremente o tesouro «para combater os sarracenos e vingar a desonra e o dano que lhe tinham causado»[30]. Com tudo isto, o exército de Guido teria provavelmente vinte mil homens, dos quais mil e duzentos eram cavaleiros, incluindo várias centenas de templários com os seus mantos brancos, que representavam talvez um terço do total da força de combate de elite da ordem nos estados cruzados. Reuniram-se na base segura de Séforis (Saffuriya), onde se podiam abastecer com água e provisões para enfrentar o próximo ataque. «Era uma multidão sem limites, inumerável como as areias do deserto», escreveu o chanceler de Saladino, Imad al-Din[31]. A Vera Cruz, carregada diante de cada exército cristão deste tamanho, foi exibida para oferecer a proteção de Cristo, caso fosse necessário.

Imad al-Din reconhecia que os francos sabiam que estavam ameaçados por uma guerra apocalíptica — «o total das forças do islão contra toda a infidelidade» — e estava correto[32]. Após o desastre em Cresson, uma paz frágil tinha sido alcançada entre o rei

e Raimundo de Trípoli, mas o conselho de guerra de Guido estava muito longe de estar unido e muitos entre si (incluindo o mestre templário) ainda consideravam Raimundo um traidor em quem não se podia confiar. Quando se soube do avanço de Saladino para lá do rio, as animosidades pessoais do conselho e a abordagem dividida sobre a guerra depressa vieram à superfície.

A reação instintiva de Guido, quando confrontado com um exército hostil, era empatar, jogar com o tempo e enfraquecer o inimigo sem o encontrar numa batalha, onde seria forçado a encarar a inevitável lotaria de um combate no campo. Apesar de ter reunido um dos maiores exércitos na história do reino cristão, esta era a sua inclinação em julho de 1187. O exército de Saladino era indubitavelmente maciço, mas estava longe de estar unificado: «Tão divididos quanto ao lugar de origem, ritos e nome como unidos na sua determinação para destruir a Terra Santa», escreveu um autor franco da época[33]. A estratégia favorita de Guido era evitar encontrar Saladino por tempo suficiente até a sua coligação colapsar e o seu exército começar a desintegrar-se.

Esta era exatamente a postura que Saladino esperava levar o seu oponente a abandonar. De modo fatal, era uma abordagem à guerra que alguns dos homens em redor do rei desprezavam. Como regente, fora chacoteado por não ter lutado contra Saladino quando este atacara Jerusalém em 1183, e estava suscetível ao conselho que prometia compensar essa humilhação passada.

A 2 de julho de 1187, Saladino marchou com o seu exército sobre Tiberíade ao romper do dia e sitiou a cidade. Os habitantes não tiveram o desejo nem a capacidade para resistir e a sua cidade foi rapidamente saqueada e incendiada. A guarnição militar resistiu, mas isso também representava um problema: a mulher de Raimundo de Trípoli, Eschiva, estava bloqueada na cidade e arriscava-se agora a cair nas mãos de Saladino. Era pouco provável que fosse maltratada, mas o resgate seria enorme e a desonra considerável se fosse feita prisioneira.

Para crédito de Raimundo, este deixou de lado a sua preocupação com a cidade e com a mulher e instou o rei a aguentar firme e a não cair numa batalha nos termos de Saladino. Insistiu que era melhor pagar o resgate da mulher do que serem atraídos para uma armadilha. Geraldo de Ridefort foi consumido pelo mesmo espírito de beligerância justa em que estivera oito semanas antes, em Cresson, e com o novo mestre dos Hospitalários, Armengaud de Asp, aconselhou precisamente o oposto[34]. Uma fonte francesa atribuiu a Geraldo um discurso vivaz em que perguntava com desgosto se o rei ia realmente dar ouvidos a um traidor, dizendo-lhe que a sua honra real dependeria de avançar[35]. Dado o espírito vingativo e a propensão de Geraldo para o extremismo, parece plausível. Era, contudo, um conselho estratégico escandalosamente pobre. Apanhado entre a incerteza da batalha e a promessa de uma derrota pouco sangrenta mas vergonhosa, Guido aceitou o conselho do mestre dos Templários e decidiu atacar. Avançava para uma armadilha. Como Saladino diria mais tarde, «a alvorada estava prestes a romper a noite da descrença»[36].

Na manhã de 3 de julho, os cavaleiros do Templo reuniram-se na retaguarda do vasto exército do rei Guido enquanto este saía de Séforis e começava o seu caminho pela velha estrada romana que ia para Tiberíade pelo oriente. Estava-se, disse Ibn al-Athir, «no meio do verão com um calor extremo», e havia dificuldades práticas reais apresentadas por homens armados que marchavam pelo deserto[37]. Os irmãos tinham já uma longa experiência de combate nestas condições, mas não podiam evitar a sede e, como o resto do exército de Guido, dependiam de fontes naturais para voltar a encher os seus recipientes de água. Pelo meio-dia, o exército parou na cidade de Turan, que tinha uma fonte, ainda que fosse pouco adequada para arrefecer as gargantas de vinte mil homens, bem como os seus cavalos e animais de carga. À sua frente estendia-se um terreno baldio árido, para onde Saladino tinha enviado elementos da escolta para encher todos os poços e bloquear todas as fontes que encontrassem. O seu próprio exército

era abastecido a partir da retaguarda por cáfilas que traziam água do mar da Galileia. Estava determinado a não permitir o mesmo conforto aos cruzados.

A loucura do conselho de Geraldo de Ridefort tornava-se agora evidente. Avançar para além de Turan significaria cavalgar por território onde o exército se enfraqueceria por simples desidratação a cada hora que passasse. Mas estando comprometido com a estratégia, Guido não podia agora mudar de ideias. Os Templários na retaguarda, liderados por Geraldo e pelo senescal da ordem, Terricus, seguiram quando o exército continuou o seu caminho para Tiberíade. Enquanto cavalgavam, os Templários iam fazendo o seu trabalho, repelindo pequenos grupos de intervenção enviados pelas forças de Saladino, que tinham mudado de posição, marchando para Kafr Sabt e parando em antecipação da chegada dos latinos.

De acordo com histórias contadas por irmãos templários nos meses e anos que se seguiram, um desconforto profundo estava agora instalado nas tropas de Guido. Dizia-se que, enquanto marchavam, o camareiro do rei olhou para o impiedoso céu de verão sobre eles e viu uma águia pairar sobre o exército real, segurando nas suas patas uma besta com sete setas (representando os sete pecados mortais) e «gritando numa terrível voz: “Ai de ti, Jerusalém!”»[38]. Diante deles, Saladino esperava.

Logo que o exército de Guido deixou Turan, os sobrinhos do sultão, Taqi al-Din e Muzzafar al-Din, lutavam para capturar a cidade, rejeitando a possibilidade de derrota e qualquer hipótese de manter uma fonte de água na retaguarda. Estavam, nas palavras de Saladino, «impossibilitados de fugir e não autorizados a ficar»[39]. Assediado e avançando desesperadamente para um planalto rochoso, exposto e seco, o exército cristão estava agora cercado. Tinham marchado o dia inteiro num ritmo dolorosamente lento e acabaram por ter de parar, forçados a acampar sem água, com o inimigo tão próximo que podiam ouvir tropas a falar para eles na escuridão. «Se um gato tivesse fugido da hoste de cristãos não poderia ter escapado sem os sarracenos o

terem apanhado», escreveu uma fonte bem informada[40]. Gritos de «*Allahu Akbar*» («Deus é grande») e «*la 'ilaha 'illa-llah*» («só há um Deus») atormentavam os cristãos enquanto passavam uma noite miserável ao relento. A noroeste elevavam-se os montes rochosos de um vulcão extinto, conhecidos como Cornos de Hattin. Abaixo destes estava uma aldeia com uma fonte, mas a estrada estava bloqueada. Não havia nada que os francos pudessem fazer, exceto deitar-se no escuro e sofrer.

Com a alvorada, os francos sedentos levantaram-se e armaram-se à espera de um massacre. De forma cruel mas brilhante, Saladino prolongou a sua tortura deixando-os cambalear mais um pouco na direção dos Cornos de Hattin. Ordenou então aos seus homens que incendiassem o matagal do deserto. Colunas de fumo encheram o ar, irritando as gargantas ressequidas e dando, esperava Saladino, uma imagem do inferno que os esperava. Logo que a planície estava coberta de fumo acre, deu ordem aos seus arqueiros para lançarem as flechas. Assim fizeram. As setas preencheram o ar «como um enxame de gafanhotos». A infantaria e os cavalos começaram a cair.

Meio cegos, com calor, cansados, fracos e sob ataque, a disciplina dos francos começou a desmoronar-se. Um contra-ataque era essencial, portanto, de acordo com uma carta escrita por um mercador em Acre que ouviu relatos filtrados da batalha, Guido voltou-se para os Templários e pediu-lhes que comandassem o ataque sobre os atormentadores. «Deu ordens ao mestre e aos cavaleiros do Templo para abrirem as hostilidades (...) Atacando como fortes leões, os cavaleiros do Templo mataram parte do inimigo e fizeram com que o resto se retirasse.»[41]

Terricus, o senescal, viu-se a lutar ao lado de Raimundo de Trípoli, que comandava a vanguarda. Com eles estava Reinaldo de Sídon, que chefiava a retaguarda, e Balião II de Ibelin. Juntos, os quatro homens lideraram uma carga dirigida à parte do exército de Saladino comandada por Taqi al-Din. Mas, em vez de aguentarem a posição para atacar, Taqi al-Din deu instruções aos

seus homens simplesmente para avançarem quando os cavaleiros investissem na sua direção, permitindo-lhes correr pelas linhas sem serem tocados. Assim que passaram, a sua infantaria fechou as fileiras, de forma a bloquear a estrada. Quatro dos mais antigos chefes cristãos no campo de batalha estavam agora separados dos seus homens, que deveriam supostamente comandar. Sem outra opção, esporearam os seus cavalos e fugiram. Na sua carta aberta a toda a irmandade templária no Ocidente alguns dias após a batalha, Terricus sentiu-se compelido a explicar que foi apenas «com grande dificuldade que (...) conseguimos escapar àquele campo mortífero»[42].

O exército que deixaram para trás estava agora fortemente desmoralizado, tolhido pela sede, fraco e exausto. Mas ainda não estavam derrotados. «Perceberam que só poderiam ser salvos da morte enfrentando-a corajosamente», escreveu Ibn al-Athir:

> Portanto, levaram a cabo cargas sucessivas, que quase moveram os muçulmanos das suas posições apesar do seu número (...) Contudo, os francos não carregaram e retiraram sem sofrer perdas (...) Os muçulmanos rodearam-nos como um círculo fecha o seu ponto central[43].

A luta continuou pela tarde. Apesar do calor, foi um confronto brutal. O próprio Saladino recontou em termos sinistros e poéticos a ferocidade com que os seus homens atacaram os francos:

> O olhar das lanças apontava para os seus corações (...) Rios de espadas procuravam os seus fígados (...) Os cascos dos cavalos agregavam nuvens de poeira por eles; chuvas de setas disparando faíscas foram lançadas a eles, fundidas pelo trovão de cavalos a relinchar, com o relâmpago de espadas polidas a brilhar ao seu lado[44].

O exército franco dispersava. De acordo com Ibn Shaddad, «um grupo fugiu e foi perseguido pelos nossos heróis muçulmanos. Nenhum deles sobreviveu»[45]. O rei Guido e os seus cavaleiros prepararam-se para fazer uma última defesa.

O rei e um grupo de cavaleiros, que provavelmente incluía Geraldo de Ridefort e os seus Templários, tinham conseguido

deslocar-se para os Cornos de Hattin, onde as ruínas de fortificações da Idade do Ferro e da Idade do Bronze ofereciam alguma proteção natural. Alcançando o solo mais elevado, os homens sedentos e fracos podiam olhar para baixo, em total agonia, na direção da grande e inalcançável extensão de água fresca que era o mar da Galileia. Tornando a posição rapidamente defensável, ergueram a tenda real, do rei Guido, com o seu vermelho brilhante. Apressou-se a entrar nela o bispo de Acre, que carregava consigo o que os latinos esperavam que os pudesse salvar: uma urna coberta de joias que guardava o fragmento da Vera Cruz, em que Cristo tinha sofrido e morrido. Teria de ser defendida a qualquer custo.

Da sua posição de comando, Saladino viu a tenda de Guido a ser montada e os cristãos a prepararem-se para defender o rei e a relíquia sagrada. Ao seu lado estava o seu filho Al-Afdal, que mais tarde contaria a Ibn al-Athir os momentos tensos que se seguiram. O sultão soube que a cavalaria do inimigo lutaria até ao último pedaço da força que lhe restava. Os homens estavam encurralados, e preparavam-se para um assalto da parte do exército muçulmano que poderia transformar a derrota iminente numa vitória: Saladino e a sua guarda pessoal de mamelucos. O sultão estava, afirmou o filho, «esmagado pelo pesar e a sua compleição estava pálida»[46].

Mais jovem e inexperiente, Al-Afdal não podia entender a trepidação do pai. Quando cada carga cristã da tenda de Guido era feita recuar, Al-Afdal gritava de alegria, e exclamava: «Vencemo-los!»

«O meu pai recriminou-me», recordou mais tarde. «Disse: “Cala-te! Não os vencemos até a tenda cair.”»

Assim que Saladino proferiu estas palavras, os dois homens viram a tenda vermelha de Guido cair. O rei e a Vera Cruz tinham sido capturados. A batalha terminara. «O sultão desmontou do cavalo, prostrou-se agradecendo a Deus Todo-Poderoso e chorou de alegria.»[47]

O campo de batalha em Hattin, coberto de sangue, ficou marcado por dois monumentos: uma cúpula erguida sob instruções de Saladino, conhecida como *qubbat al-nasr* (Cúpula da Vitória), e um pequeno número de ossos humanos espalhados, que estavam empilhados por toda a planície quando Ibn al-Athir visitou o local um ano mais tarde. O sultão vangloriava-se de ter orientado a chacina de quarenta mil homens em batalha[48].

Os que sobreviveram à batalha de Hattin estavam à mercê de Saladino, para serem executados ou feitos prisioneiros de acordo com o que a sua posição ditava. Muitos foram levados para longe como prisioneiros e vendidos como escravos. Ibn Shaddad ouviu que um alegre combatente muçulmano levou trinta soldados cristãos amarrados numa corda[49]. O preço dos escravos nos mercados de Damasco caiu devido à muita oferta, mas alguns prisioneiros valiam mais do que alguns besantes nos leilões públicos. Geraldo de Ridefort e várias centenas de templários e hospitalários estavam entre os que saíram vivos do campo de batalha, numa estrondosa parada de prisioneiros ilustres que incluía o rei Guido, Reinaldo de Châtillon, o seu enteado Hunfredo de Toron e muitos outros. Um boletim informativo enviado a Arquibaldo, mestre dos Hospitalários em Itália, lamentava que mais de mil «dos melhores homens tivessem sido capturados e mortos, resultando que não mais de duas centenas de cavaleiros ou soldados de infantaria conseguissem escapar»[50].

Na tarde de 4 de julho, o rei Guido e Reinaldo de Châtillon foram levados perante Saladino, que estava então sentado no esplendor do alpendre da sua tenda real. O sultão confortou o ressequido, derrotado e aterrorizado rei e deu-lhe uma taça de julepo (água de rosas) para saciar a sua sede. Era uma amabilidade entre governantes e, ao mesmo tempo, uma mostra de hospitalidade, que na tradição árabe implicava que a vida do rei estivesse agora a salvo sob a proteção de Saladino. Quando Guido entregou a taça a Reinaldo, o comportamento de Saladino mudou; informou Reinaldo, através de um tradutor, que não lhe tinha oferecido a bebida e que,

portanto, ainda não estava a salvo. Os dois homens foram levados para comerem e alojarem-se, e foram depois trazidos de novo à presença do sultão. Guido estava sentado dentro do pavilhão e foi forçado a ver como Reinaldo era confrontado cara a cara por Saladino, que jurara que se vingaria dele pelo ataque que fizera a uma caravana muçulmana e pelos seus ataques piratas no Hijaz em 1183.

Saladino arengou o outrora príncipe de Antioquia pela sua irreligião, traição e impertinência, insultando-o e enumerando os seus muitos delitos. Disse-lhe que a única forma de salvar a sua vida era convertendo-se ao islão — uma oferta que sabia que Reinaldo recusaria. Quando a exibição terminou, o sultão levantou-se, desembainhou a cimitarra e deslizou-a para o pescoço sulcado do veterano. A sua intenção era decapitar Reinaldo, mas, na sua excitação, Saladino falhou, espetando uma das suas armas no ombro. Reinaldo caiu e os servos apressaram-se a arrastar o homem ferido para fora da tenda, acabando por o matar[51]. Saladino olhou para Guido e voltou a assegurar-lhe de que estava livre de perigo. O rei aterrorizado não estava muito confiante.

A morte de Reinaldo foi uma vingança pessoal para Saladino: o cumprimento de uma jura mortífera e um rancor mantido há anos. A forma como tratava os Templários, no entanto, era um assunto de frio calculismo político e militar. Os cavaleiros do Templo, bem como os seus homólogos Hospitalários, tinham lutado com grande distinção em Hattin, como afirmara mais de um correspondente muçulmano, e Saladino não tinha intenção de os deixar lutar mais um dia. «Eram os mais ferozes lutadores de todos os francos», escreveu Ibn al-Athir, e o seu compromisso zeloso com a guerra santa era um pilar das defesas dos estados latinos[52]. Tal como varrera da face da Terra o castelo templário de Vau de Jacob, agora estava prestes a erradicar os seus prisioneiros.

Imad al-Din registou que Saladino desejava «purificar a terra destas duas ordens imundas, cujas práticas são inúteis, que nunca desistem da sua hostilidade e que não servem como escravos.

Uma e outra são o pior dos infiéis»[53]. Uma larga soma de cinquenta dinares por prisioneiro foi oferecida a todo o muçulmano que levasse um cavaleiro do Templo ou do Hospital ao sultão. «Ordenou que cada um tivesse a sua cabeça cortada e que fosse apagado da terra dos vivos», escreveu Imad al-Din[54].

Foi lançado um apelo aos membros do meio clerical de Saladino para levar a cabo a sentença. Os voluntários eram místicos, sufistas, advogados, estudiosos e ascetas, muitos dos quais nunca tinham levado a cabo tal tarefa nas suas vidas. «Cada um deles pedia o favor de executar um prisoneiro, desembainhava a espada e arregaçava a manga», contou Imad al-Din. Os soldados e emires de Saladino alinharam-se atrás dele para observar o grotesco carnaval. Nesse momento, os irmãos do Templo e do Hospital foram decapitados um a um. Alguns dos amadores cortaram de forma rápida e limpa e foram aplaudidos. Outros cortaram com lâminas rombas. «Outros foram ridículos e tiveram de ser substituídos», escreveu Imad al-Din. Durante todo o tempo, Saladino ficou sentado e a sorrir, com a sua expressão a contrastar com o esgar de dor dos irmãos cristãos cujos dias terminavam perante ele, mortos como carneiros.

«Nenhum dos templários sobreviveu», escreveu Saladino na sua carta triunfante contando a sua vitória em Hattin. Não estava completamente certo. Alguns anos mais tarde, um cavaleiro templário surgiu em Acre afirmando não só ter escapado em Hattin mas também ter conseguido fugir com a Vera Cruz e enterrado a mesma para a manter a salvo, ainda que se tivesse depois esquecido de onde a pusera[55]. Geraldo de Ridefort, entretanto, foi poupado à tarefa dos sufistas. Foi mantido durante algum tempo numa prisão de Damasco, antes de ter sido devolvido à ordem depois do pagamento de um resgate extremamente alto. Terricus chefiou a ordem até à libertação de Geraldo. Quando avaliou o custo humano dos acontecimentos daquele verão, calculou que entre as Fontes de Cresson e os Cornos de Hattin tinham sido perdidos duzentos e noventa cavaleiros, uma enorme fatia dos

efetivos militares dos Templários no Oriente. Esta era apenas uma fração dos milhares de outros homens que tinham sido abatidos com eles, vítimas da sede do mestre pelo martírio, que parecia alcançar todos menos o próprio.

Hattin foi uma humilhante derrota militar, um desastre espiritual e o começo do fim para o reino latino de Jerusalém. Ao esvaziar os castelos e as aldeias do litoral cristão de qualquer um que fosse capaz de lutar, levando-os para a boca do inferno em Hattin, o rei Guido tinha deixado o reino horrivelmente vulnerável a um rápido assalto, que foi o que Saladino empreendeu de imediato. Nos três meses a seguir à batalha de Hattin, os seus homens espalharam-se como formigas pelas terras francas sem líder. Numa rápida sucessão, invadiram Tiberíade e Acre, Sídon e Beirute, Haifa e Cesareia. Perderam-se Nazaré e Belém e mais dezenas de aldeias e castelos caíram, com apenas um punhado das maiores fortalezas interiores a conseguir resistir. O porto de Jerusalém, Jafa, foi tomado. Ascalão, ganha após uma luta na década de 1150, foi tomada em setembro, como Darum e Lida. Pelo outono, os principais baluartes do reino de Jerusalém estavam perdidos, excetuando Tiro e a própria Jerusalém. A 20 de setembro, Saladino chegou à Cidade Santa, pronto para acabar o que tinha começado.

No momento, Jerusalém não estava em posição de defender as suas muralhas. Balião de Ibelin comandava uma guarnição militar patética composta por um punhado de mercadores e todos os homens com mais de dezasseis anos, que tinham sido armados cavaleiros com o objetivo de montar uma defesa honrosa. Foi totalmente inadequado. Saladino pôs as suas catapultas e sapadores a funcionar de imediato e, após nove dias amargos em que as mulheres da cidade choraram e raparam as cabeças dos seus filhos como penitência pelos seus pecados, abriu-se uma brecha. Balião de Ibelin implorou pela paz e a cidade rendeu-se formalmente a 30 de setembro, na condição de uma transferência pacífica de poder sem massacres e de uma amnistia de quarenta

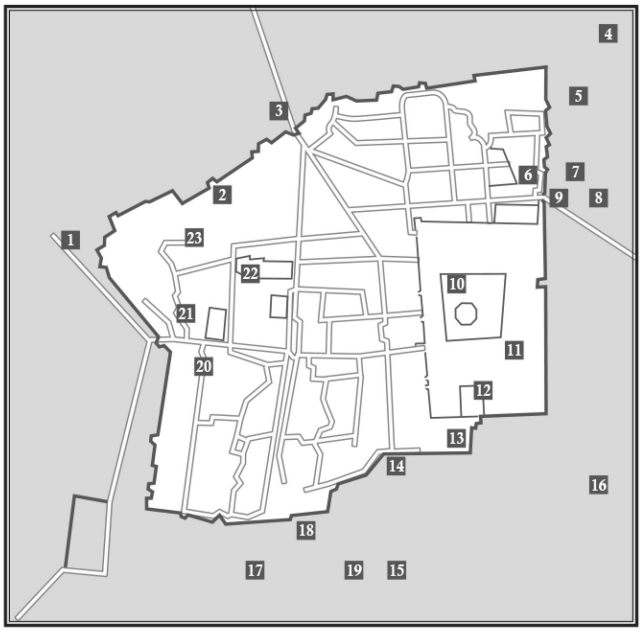
dias para os cidadãos cristãos poderem comprar a sua liberdade antes de enfrentar a escravidão.

Saladino fez a sua entrada formal em Jerusalém na sexta-feira, 2 de outubro, o aniversário da Viagem Noturna de Maomé, quando o profeta viajou com o anjo Gabriel até ao que era agora a Cúpula do Rochedo, no lugar a que os cristãos chamavam Monte do Templo. De seguida, Saladino enviou homens para a grande cúpula dourada. Deitaram abaixo a cruz que tinha sido erguida nela e, de acordo com uma carta enviada para Inglaterra pelo irmão Terricus, arrastaram-na pela cidade durante dois dias, batendo-lhe com todo o cerimonial para as pessoas da cidade verem.

De seguida, avançaram para a sede dos Templários na Mesquita de Al-Aqsa. «A Mesquita de Aqsa estava cheia de porcos e imundície», escreveu Imad al-Din, «e obstruída com edifícios do tempo dos infiéis, esta raça de perdição, injusta e criminosa.»[56] As forças do sultão lançaram-se ao trabalho para a purificar, derrubando paredes e edifícios que tinham sido erguidos durante a posse dos Templários e lavando todo o edifício de cima a baixo com água de rosas. Na sexta-feira, 9 de outubro, ouviram-se em quatro direções orações vindas do Monte do Templo, e um sermão foi pregado por um imã de Damasco, Ibn al-Zaki, que celebrava os trabalhos de Saladino e apelava a todos os muçulmanos para continuar a *jihad*.

17 Agora identificada como ’Ain Gozeh. Ver Abel, P. F., *Géographie de la Palestine*, I (Paris, 1938), 445.

Jerusalém no século XII



Escala 1:17 500 (1 cm = 175 metros)

1. Torre de Tancredo
2. Porta de São Lázaro
3. Porta de Santo Estêvão
4. Monte das Oliveiras
5. Vale de Josafat
6. Porta de Josafat
7. Sepulcro da Virgem Maria
8. Getsémani
9. Porta Dourada
10. Templo de Salomão
11. Mesquita de Al-Aqsa
12. Templo
13. Palácio Real
14. Porta de Siloé
15. Fonte de Siloé
16. Vale do Cédron
17. Monte Sião
18. Porta de Sião
19. Vale de Hinom
20. Torre de David
21. Hospital de São João
22. Igreja do Santo Sepulcro
23. Palácio do Patriarca

Cinquenta templários que tinham sido expulsos da sua sede foram autorizados a formar uma guarda para escoltar refugiados cristãos para fora de Jerusalém e estabelecer-se onde pudessem encontrar um novo lar seguro. A maior parte seguiu para o condado de Trípoli, onde a cidade costeira de Tiro resistia como um bastião de desafio latino. Os irmãos dividiram-se numa vanguarda e retaguarda de vinte e cinco cavaleiros cada uma e levaram os cidadãos esfarrapados para norte, afastando-os a cada passo da cidade da Paixão de Cristo, penetrando em terreno hostil e perigoso[57]. Era uma reversão lamentável de tudo aquilo que a ordem defendia.

Tinham passado sessenta e oito anos desde que Hugo de Payens e os seus companheiros se reuniram no Santo Sepulcro para imaginar a existência de uma nova ordem que defenderia a Cidade Santa e protegeria os peregrinos cristãos. Saladino tinha levado menos de quinze semanas para massacrar os seus membros, aprisionar o seu mestre, tomar os seus castelos, invadir os lugares sagrados que juraram defender e transformar em pó tudo o que a ordem defendia.

Era difícil evitar a conclusão de que Deus tinha abandonado os Seus soldados.

PARTE III

BANQUEIROS

1189-1260

**«IDE POR DIANTE, LIGEIROS E PESADOS,
E ESFORÇAI-VOS COM OS VOSSOS BENS E AS VOSSAS PESSOAS
NA CAUSA DE ALÁ.»**

IBN WASIL, CITANDO O ALCORÃO IX, 41[1]

12

«A BUSCA DA FORTUNA»

A sede internacional da Ordem do Templo, outrora um vasto palácio em Jerusalém, era agora uma tenda no monte Toron, rodeada de outras tendas que alojavam a excelência da Terra Santa cristã[2]. Como nos seus começos, os Templários eram, de novo, humildes: com dezenas de castelos perdidos, centenas de homens mortos e a sua missão em risco. Os irmãos tinham grande orgulho na sua capacidade de localizar e aguentar dificuldades humilhantes[3]. Entre 1187 e 1189, contudo, a humildade e o sofrimento vinham ao seu encontro. Não havia forma de evitar a prova da sua perda: do seu ponto no monte Toron podiam olhar para Acre, lá em baixo, e ser relembrados diariamente de tudo o que tinham perdido.

Os telhados de Acre eram um amontoado de oficinas, casas, igrejas, torres fortificadas e propriedades comerciais agrupadas à volta de uma cidadela central, limitada a sul e a oeste pelo mar e cercada no lado da terra por uma forte muralha de pedra, além da qual se estendia uma planície arenosa. Acre era um dos maiores portos da Terra Santa: o principal porto comercial da costa. A cidade tinha deslumbrado o autor e viajante hispânico-muçulmano Ibn Jubayr, inspirando-o a citar o Alcorão quando registou que «Acre é a capital das cidades francas da Síria [e] o local de descarga de “altos navios sobre o mar, parecendo como montanhas”». Apesar de Ibn Jubayr ter lamentado as ruas malcheirosas, sujas com lixo e excrementos, e de se ter mobilizado contra a conversão de antigas mesquitas em lugares de veneração cristã, chegou a dizer que «na sua grandeza [ela] assemelha-se a Constantinopla»[4].

Na altura da visita de Ibn Jubayr, no outono de 1184, antes do tumulto de Hattin, esta cidade magnífica estava entre os baluartes cristãos mais importantes do Ultramar. Agora, no outono de 1189,

estava ocupada pelos exércitos do islão, tal como praticamente todas as povoações outrora cristãs abaixo do mar da Galileia, à exceção de Trípoli e da inexpugnável ilha-fortaleza de Tiro. As orações de sexta-feira soavam no lugar dos sinos da igreja, e a guarda muçulmana vigiava com desconfiança a partir das torres que pontuavam as defesas de pedra de Acre. Havia muito que requeria a sua atenção, dado que no verão de 1189 uma coligação de tropas cristãs começara a reunir-se, unindo forças fora das muralhas de Acre com um único objetivo: retomar a cidade.

Entre os irmãos templários que viviam entre toldos no Monte Toron estava Geraldo de Ridefort. Após o que acontecera em Hattin, foi mantido numa cela de prisão em Damasco por quase um ano, mas foi libertado em junho de 1189 como parte de um acordo entre Saladino e o rei Guido. Este fora libertado a troco da rendição de Ascalão e autorizaram-no a escolher dez cavaleiros para o acompanhar. A sua lista incluía um dos seus irmãos, Aimery de Lusignan, e Geraldo de Ridefort, mestre dos Templários. O preço a pagar pela liberdade de Geraldo foi alto: a ordem foi forçada a dar o seu castelo de Gaza. Fizeram-no mais por sentido de honra do que por estratégia militar, porque, enquanto os mestres eram substituíveis, Gaza não era. Um núcleo militar montado de forma dispendiosa, que controlava as estradas entre o Egito e a costa palestiniana, estava agora em mãos muçulmanas; era um preço alto a pagar.

No entanto, não havia mais nada a fazer, e Geraldo estava livre. Quando retomou o poder, afastou o líder interino Terricus, que desapareceu da hierarquia central da ordem por quase dez anos, talvez por sentir que, ao sobreviver a Hattin e ao ajudar a lidar com o rescaldo, cumprira o seu dever. Geraldo voltou depressa ao seu habitual estilo de comando: beligerância, qualquer que fosse o custo. Animavam-no diversos fatores. Ao olhar do monte Toron para a cidade ocupada de Acre, terá reconhecido o grande palácio dos Templários no quarteirão sudoeste da cidade, agora a casa de

um amigo advogado de Saladino, que dava pelo nome de Issa el-Hakkari. A sua perda era intolerável.

Hospitalários e Templários tinham ambos belas propriedades em Acre, como correspondia ao seu estatuto na Terra Santa. A casa dos Hospitalários era na cidade, enquanto a casa dos Templários fora construída numa faixa de terra que avançava sobre o Mediterrâneo perto de um paredão em forma de L que abrigava navios ancorados no porto mais interior. O peregrino germânico Teodorico escreveu que a casa era «muito grande e bonita», referindo-se talvez aos grandes arcos românicos nas suas formidáveis muralhas de pedra[5], mas era mais do que bonita. Graças à sua localização privilegiada no bastião mercante mais movimentado, era o polo comercial mais importante da ordem no Oriente. Os interesses comerciais dos Templários em Acre eram vigiados por um oficial de elevada categoria conhecido como o comandante (ou precetor) do estaleiro em Acre, e era através dele que os principais abastecimentos de bens, munições e efetivos militares do Ocidente chegavam aos estados latinos[6].

Tinham sido escavados grandes túneis subterrâneos, que chegavam a uma distância de cerca de 400 metros dos celeiros do palácio, por baixo do quarteirão pisano até à alfândega da cidade, conhecida como Corte da Corrente. Aqui sentavam-se clérigos em bancos de pedra com mantas, contabilizando as receitas recebidas utilizando canetas embebidas em tinteiros de ébano ornamentados a ouro[7]. Para assegurar uma passagem segura de e para esta tesouraria em talha dourada, a ordem escavara um sofisticado eixo de trânsito, que se dividia a dado momento em dois túneis paralelos, vigiados por uma sala da guarda na rocha, onde um irmão oficial se sentava e olhava por uma grelha de metal para monitorizar o trânsito que passava em baixo[8].

A norte do palácio principal, num subúrbio conhecido como Montmusard, estavam mais duas áreas que pertenciam à ordem: o «quarteirão templário» e um grande bloco de estábulos. Juntas, as posses dos irmãos em Acre eram bastante maiores do que as de

Jerusalém. Agora todas estavam em mãos inimigas. Tudo fora dado ao advogado Issa el-Hakkari: as suas «casas, quintas, terra (...) colheitas e outra propriedade»[9]. Sob a sua gestão, o palácio principal fora aumentado com uma grande torre que sobressaía de forma insolente no horizonte da cidade, uma provocação visível a Geraldo de Ridefort e aos seus companheiros no monte Toron[18].

Na primeira semana de outubro de 1189, os Templários estavam há cinco semanas fora de Acre. Geraldo estivera envolvido em levá-los para ali. Recém-saído da prisão, avaliara a queda do reino cristão e insistira que o rei levasse a cabo uma política de ação decisiva para atacar Saladino. As perdas na batalha de Hattin, em Jerusalém, e da Vera Cruz tinham colocado os reinos ocidentais em ação e sabia-se que os reis de Inglaterra e de França, o imperador romano-germânico Frederico I Barba Ruiva e muitos outros ilustres nobres estavam a planear uma cruzada em grande escala — a maior desde 1096. Acompanhado pelo irmão do rei Guido, Aimery de Lusignan, argumentou que seria uma desgraça se estes monarcas chegassem e encontrassem o rei de Jerusalém ocioso no seu reino eviscerado. «É muito melhor que vejam que cercou uma cidade», incitaram os dois homens[10]. Guido, sempre suscetível quando a sua honra estava em causa, concordou.

A cidade escolhida foi Acre. Um exército real, rodeado pelas tropas que restavam do território franco de Antioquia e dos arredores de Tiro, acabou por chegar a 29 de agosto de 1189. No começo, eram seiscentos cavaleiros, incluindo uma modesta delegação de Templários, mas os números tinham aumentado de forma significativa. No último dia de agosto, vários barcos com tropas de Pisa tinham desembarcado no sul da cidade e montado acampamento na praia. Dez dias mais tarde, chegaram mais cinquenta navios que traziam milhares de cruzados dinamarqueses e da Frísia, comandados pelo famoso cavaleiro e nobre flamengo Tiago de Avesnes, um dos mais respeitados e temidos chefes militares no Norte da Europa. No final de setembro, o inimigo de Guido, o nobre de Pisa Conrado de Montferrat, que queria substituir

Guido como rei, levara mil cavaleiros e vinte mil soldados de infantaria de Tiro. Querelas pessoais à parte, esta era agora uma enorme força franca, capaz de bloquear Acre a partir do mar e de armar um cerco parcial por terra.

Em resposta, Saladino foi para Acre com um considerável exército. Tal como o exército cristão circundara a cidade, as suas tropas ocuparam posições num semicírculo ainda mais amplo, com um posto de comando numa colina conhecida como Tell al-Ayyadiya. Os dois lados lutaram um contra o outro desde as primeiras semanas de setembro: os homens de Saladino procuraram manter linhas de abastecimento para Acre através de pontos fracos no bloqueio por terra dos latinos e emboscaram grupos de assaltantes, enquanto os homens de Guido trabalhavam para os manter na baía. Estes eram pouco mais do que pequenas escaramuças, mas os números de ambos os lados estavam a aumentar, e todos sabiam que se encaminhavam para um cerco maciço a Acre. O resultado seria ou um travão na conquista de Saladino da Terra Santa cristã ou mais um capítulo na triste história do deslize dos estados latinos para o esquecimento.

No fim da tarde de 3 de outubro, os comandantes francos decidiram dar o primeiro passo contra o exército crescente de Saladino. De acordo com a crónica de Ibn al-Athir, o rei Guido entendeu que, apesar de o sultão ter uma grande força consigo em Acre, muitas das suas melhores tropas estavam espalhadas por outras regiões importantes do seu grande domínio: algumas a norte de Antioquia, outras defendendo os portos egípcios de Alexandria e Damieta, outras vigiando cuidadosamente a cidade cristã de Tiro para repelir qualquer possível ataque naquela frente. Não haveria um momento melhor para assaltar o exército fora de Acre, para cortar o abastecimento aos muçulmanos que estavam presos dentro das muralhas da cidade. Guido ordenou ao seu exército que se preparasse para a grande manobra do dia seguinte.

Na manhã de 4 de outubro, «como uma praga de gafanhotos, deslocando-se pela face da Terra», o exército cristão

juntou-se no sopé do monte Toron e avançou pela planície a ritmo de caminhada na direção da base de Saladino, em Tell al-Ayyadiya. A infantaria ligeira, armada com arcos e bestas, precedeu «a maior força do exército (...) uma vista brilhante com os seus cavalos e armas e variadas insígnias»[11]. Atrás deles, vinham as unidades de elite a cavalo: a guarda real, os Hospitalários, comandados pelo seu mestre Armengaud de Asp, e os Templários, chefiados por Geraldo de Ridefort.

Levando a bandeira preta e branca na frente da companhia de irmãos que avançava devagar, mas com um propósito, sobre as planícies empoeiradas de Acre naquela manhã, estava o seu recém-nomeado marechal, Godofredo Morin[12]. Antes comandante da casa templária em Tiro, Godofredo fora promovido para o seu novo trabalho pouco antes da libertação do mestre Geraldo[13]. De acordo com os protocolos da Regra, Godofredo cavalgava com uma guarda pessoal de cinco a dez cavaleiros de branco, um dos quais levava uma bandeira separada no caso da do marechal se estragar ou perder na batalha[14]. Era o templário mais importante no campo de batalha a seguir a Geraldo, e toda a ordem se agrupava em torno dos dois homens.

A bandeira de duas cores era uma das várias bandeiras desfraldadas enquanto o vasto exército cristão avançava pela planície de Acre, observado pelas forças de Saladino. Quando já estavam suficientemente perto para carregar, foi a bandeira templária que tomou a liderança. Quando os cristãos estavam já a uma distância adequada para atacar o acampamento muçulmano, fez-se sinal e a infantaria parou de marchar. Separaram-se em dois grupos e do espaço entre ambos veio a cavalaria pesada, investindo em conjunto contra o inimigo. Para não ficarem no caminho dos cavaleiros, as tropas estacionadas diante do acampamento base de Saladino recuaram, deixando o caminho aberto para a tenda real. Saladino partiu com estes, e os francos caíram rapidamente sobre as posições sem defesa, cortando cordas, saqueando o que podiam e matando quem quer que se lhes atravessasse no caminho. Entre

os mortos estavam o governador muçulmano de Jerusalém, o camareiro de Saladino, Khalil al-Hakkari, e um poeta e estudioso notável, Ibn Rawaha[15]. De acordo com um relato da batalha, a tenda de Saladino foi rapidamente tomada pelo conde de Bar, um cruzado que tinha chegado do Ocidente há pouco tempo, ainda que, ao que parece, não tenha sido destruída[16].

«Os cavaleiros do Templo, que não ficam em segundo lugar perante ninguém em renome e devoção ao massacre, já tinham carregado contra todas as linhas inimigas», escreveu um credível cronista cristão. «Se os outros (...) tivessem pressionado após eles e perseguido o inimigo com igual entusiasmo, nesse dia teriam obtido uma feliz vitória sobre a cidade e a guerra. Mas os Templários foram demasiado longe na sua busca da fortuna e das suas próprias inclinações.»[17] Não era a primeira vez, sob o comando de Geraldo de Ridefort, que a ousadia dava origem ao desleixo.

Enquanto o exército de Saladino recuava e os Templários e os cavaleiros que os acompanhavam enterravam o saque deixado para trás, ninguém reparou que um vasto grupo de cidadãos armados tinha rastejado para fora de uma porta não defendida em Acre e chegado à retaguarda da batalha, juntando-se a algumas das tropas do sultão que inicialmente se tinham retirado do acampamento. Moveram-se em silêncio na direção do lugar onde a bandeira preta e branca anunciava a localização dos Templários. Aí, sem aviso, atacaram.

Ao olhar para trás, os Templários perceberam que estavam isolados do resto do exército, que estava ocupado a combater o flanco direito de Saladino. Isto significava que estavam agora vulneráveis a ataques de todos os lados e excluídos de qualquer comunicação fácil com os seus companheiros francos. Tentaram voltar para o campo, mas era impossível. Estavam cercados. A única coisa a fazer era juntarem-se à volta da bandeira e combaterem.

Um cronista colocou Geraldo de Ridefort a discursar de modo inflamado ao avaliar o grave problema para que voltara a conduzir

os seus companheiros: «Com os seus companheiros a insistir que fugisse para não perecer, respondeu: “Nunca! Seria uma vergonha e um escândalo para os Templários. Dir-se-ia que salvara a minha vida fugindo e deixando os meus pares cavaleiros a serem chacinados!”»[18] Esta era uma invenção literária mas, mesmo assim, relacionava-se com a recusa do mestre, por princípio, de fugir do perigo. Fora isto que o levara a precipitar-se contra sete mil homens nas Fontes de Cresson e a rastejar pelo mato coberto de fumo e manchado de sangue no sopé dos Cornos de Hattin. Escapara aos dois desastres, mas não escaparia às planícies de Acre.

Enquanto lâminas e lanças chocavam, cavalos caíam e homens morriam em pânico, Geraldo e os seus homens foram dominados. «As espadas de Deus oprimiam-nos de todos os lados e nenhum deles escapou», escreveu Ibn al-Athir. «A maior parte foi morta e os outros foram feitos prisioneiros. Entre eles estava o mestre dos Templários, que Saladino capturara e libertara.»[19] Desta vez não haveria prisão, resgate ou misericórdia: Geraldo foi sumariamente executado no campo de batalha. «Caiu morto com a morte», observou o autor cristão de uma crónica conhecida como *Itinerarium Peregrinorum*[20]. Algures atrás dele, a bandeira de duas cores, o orgulhoso símbolo templário da resistência, balançava sobre os seus assediados defensores. Acabou por cair também, colapsando no chão nas mãos sem vida de Godofredo Morin.

O dia 4 de outubro de 1189 foi negro para os guerreiros latinos da Terra Santa. Enquanto os Templários eram mortos sem piedade, o resto do exército dissolvia-se em pânico. Os animais corriam sem ordem e os homens desorientaram-se. «Fizeram o inimigo fugir e foram depois conquistados e fugiram eles próprios», escreveu desgostosamente um cronista cristão[21]. Apenas uma retaguarda em desespero, organizada pelo irmão do rei Guido, Godofredo de Lusignan, evitou a captura do monte Toron. Após várias horas de luta brutal, a batalha conduziu a um fecho exausto. Os francos tinham sido derrotados de novo, perdendo cerca de mil e quinhentos homens e vendo outros voltar para o acampamento tão

desfigurados pelas suas feridas que os amigos não os conseguiam reconhecer. Os homens de Saladino juntaram os corpos das vítimas e atiraram-nos para os rios mais próximos; quando os corpos apodreceram, a água fluiu nauseabunda. Para os que sobreviveram fora de Acre, ficou claro que um longo e terrível cerco se aproximava. Os prometidos reforços não conseguiram chegar depressa o suficiente aos ameaçados defensores da Terra Santa — nem também, de facto, ao desordenado grupo que restava dos cavaleiros templários, que olhavam do monte Toron para o seu antigo palácio e se interrogavam se alguma vez voltariam a ver a sua bandeira içada sobre o telhado.

Um marinheiro horrivelmente ferido cambaleava entre os grupos de soldados que abundavam no exterior das muralhas de Acre para contar a sua triste história. Era o dia 11 de junho de 1191 e, nos últimos quatro dias, o azarado homem do mar fora feito prisioneiro e torturado por um bando de invasores estrangeiros que o arrancaram do mar após uma batalha naval, deixando os seus companheiros a afogar-se nas águas à sua volta[22]. O miserável homem estaria melhor se se tivesse afogado, porque apesar de estar vivo fora cruelmente mutilado e devolvido aos cidadãos de Acre como exemplo do que acontecia aos que desafiavam os exércitos de Deus.

O marinheiro era, de certa forma, apenas mais uma vítima do cerco de Acre, que em junho de 1191 já tinha vinte e dois meses, reclamando centenas de vidas através de violentos confrontos em terra e no mar, malnutrição e doença. No entanto, era também um símbolo sinistro de algo maior. As suas grotescas feridas tinham-lhe sido infligidas para alertar sobre a chegada de um novo e perigoso interveniente. O recém-chegado era «sábio e experiente nos assuntos da guerra e a sua vinda teve um efeito pavoroso e assustador nos corações dos muçulmanos», escreveu Ibn Shaddad[23]. O seu bisavô era o rei Fulque I de Jerusalém, mas ele mesmo era o rei de Inglaterra, um dos guerreiros mais ferozes da

sua geração e um apoiante dos Templários. Era alto, bem proporcionado e carismático, com cabelo ruivo-dourado brilhante e um braço que parecia ter sido feito para levantar uma espada. A História conhecê-lo-ia como Ricardo Coeur-de-Lion: Coração de Leão.

Tinham chegado grandes homens a Acre durante a primavera, entre os quais o rei de França, Filipe II «Augusto», que desembarcou a 20 de abril com seis grandes navios, rodeado pelos seus principais nobres e milhares de cruzados entusiastas, fazendo o biógrafo e administrador de Saladino, Ibn Shaddad, admitir que era «um grande homem e governante respeitado, um dos seus maiores reis, perante o qual todos os presentes no exército obedeciam»[24]. Ricardo seguiu o seu rival durante várias semanas, e foi um dos últimos a chegar. No entanto, o que faltava ao rei inglês em pontualidade era mais do que compensado com a pura força da sua personalidade. Ibn Shaddad esbanjou ainda maiores elogios com Ricardo, escrevendo que era «um poderoso guerreiro de grande coragem e objetivos fortes. Tinha muita experiência de combate e era intrépido na batalha». Mais adiante anotou que, ainda que estivesse, sob o olhar cruzado, «abaixo do rei de França em estatuto real», era «mais rico e mais ilustre em competências marciais e coragem»[25].

Ricardo tinha carregado a cruz em 1187 quando ainda era um príncipe, inflamado como quase todos os jovens soldados da sua geração pelas notícias devastadoras de Hattin. A instabilidade no Ocidente, incluindo uma querela mortífera com o seu pai moribundo, o rei Henrique II[19], significava que Ricardo levara quatro anos para conseguir cumprir a sua jura de viajar para leste e libertar Jerusalém. Mas a sua preparação hesitante acabara por produzir uma espetacular força cruzada. Cento e cinquenta navios partiram de Portsmouth e viajaram por mais de 3200 quilómetros via Lisboa, Sicília e Chipre, apanhando Ricardo no sul de Itália. O seu progresso fora um banho de sangue: Lisboa foi saqueada e a Sicília invadida. Chipre foi conquistada e Ricardo ordenou que o

governador bizantino, Isaac Comneno, fosse preso e que lhe fossem colocadas algemas de prata pela impertinência de se opor ao seu desembarque. Nada disto era muito piedoso, mas abrilhantava a reputação de Ricardo como comandante militar decisivo da forma que tristemente faltava entre os latinos da Terra Santa desde a morte do rei Balduíno III. O rei de Inglaterra chegou a Acre com navios, dinheiro, cavalos, armas, roupa, comida e homens. Mas, sobretudo, vinha com a esperança do mundo cristão sobre os seus ombros.

A chegada de Ricardo foi um importante impulso para a moral e para os efetivos militares dos Templários. Os meses que se seguiram à derrota de 4 de outubro foram sombrios. Havia uma tal escassez de irmãos templários experientes no Oriente que o convento central da ordem estava ou incapaz ou sem vontade de escolher um possível candidato para substituir Geraldo de Ridefort como mestre. O comando foi assumido durante alguns meses por um irmão conhecido nos documentos simplesmente como «W»[26]. Era um irmão capelão, um dos padres privados da ordem que utilizavam mantos negros, como um oficial, e as luvas cerimoniais distintivas que eram o privilégio dos membros ordenados. «W» era aparentemente um irmão devoto e educado, mas não era um guerreiro.

Em 1190, uma solução temporária veio na forma de dois dos mais veteranos irmãos do Ocidente, que substituíram «W» e partilharam um breve comando em conjunto. O primeiro, Amio de Ays, era um intelectual da Borgonha com ligações familiares à Provença, que tomou o posto de senescal. Amio visitara previamente o Ultramar no final de 1160, durante o reinado de Amalrico, mas não se instalara, indo em vez disso construir a sua reputação em Paris, gerindo transações em negócios a favor dos Templários de França, financeiramente mais motivados. Tinha sucesso suficiente para ser designado como mestre no Ocidente, o posto mais elevado fora da Terra Santa. No entanto, lá no fundo, Amio não tinha nada que ver com os seus irmãos no reino de

Jerusalém. O seu trabalho principal em Paris era gerir uma rede de propriedades agrícolas, negociar terra e propriedades com igrejas e abadias e assegurar que se mantinham normas adequadas de cumprimento religioso nas casas templárias sob a sua supervisão. O seu tema preferido, expresso regularmente nos documentos que testemunhava e selava, era um desejo por «paz perpétua». Esta banalidade foi suficiente para sustentar uma carreira de grande sucesso numa terra onde os Templários eram servidores religiosos em primeiro lugar e soldados em segundo. Na Terra Santa, todavia, os negociantes de paz como Amio eram poucos e tinham ainda menos procura.

Afortunadamente, Amio foi acompanhado em 1190 por Gilberto Horal, um antigo confidente do mestre Arnaldo de Torroja, sob quem tinha servido brevemente como precetor da ordem (comandante). Gilberto era mestre do Templo em Espanha e na Provença desde 1184. A Península Ibérica era ainda um cenário vivo de guerra: em meados do século XII, uma revolução islâmica no Norte de África e no sul de Espanha vira a dinastia almorávida ser substituída por um regime sunita severo e sanguinariamente intolerante conhecido como almóada, cujos chefes se autodeclararam califas e procuraram impedir os avanços cristãos na península. No ano em que Gilberto foi designado mestre em Espanha e na Provença, um enorme cerco teve lugar no castelo de Santarém, perto da sede portuguesa dos Templários, em Tomar. As forças portuguesas tinham feito o exército sitiante almóada bater em retirada e mataram o califa Abu Ya'qub Yusuf com uma seta envenenada. A exposição a este tipo de conflito opressivo significava que Gilberto estava mais sintonizado com conflitos e derramamentos de sangue do que o seu companheiro pensativo e amante da paz. Era adequado para o Oriente. Em 1190, Gilberto voltou a assumir o papel de precetor, e ele e Amio lideraram a ordem durante um ano conturbado.

A falange de combate dos Templários fora destruída por Saladino, mas a chegada de Amio e Gilberto mostrou que a ordem era capaz de sofrer golpes quase mortais na Terra Santa e reconstruir os seus

números de forma relativamente rápida. Em maio de 1191, Amio deixou o seu posto e regressou a Paris para ser substituído por Roric de La Courtine. A mudança chegou no momento certo: Ricardo desembarcou em Acre algumas semanas depois, a 8 de junho, numa onda de beligerância exuberante que requereria o total envolvimento dos Templários. Foi também bom para Amio ter partido antes de os confrontos começarem.

A força cruzada que Ricardo levara consigo das suas terras reais em Inglaterra e dos seus domínios franceses na Normandia, Anjou e Aquitânia fora planeada e executada em larga escala. Chegou a Acre com a sua frota aumentada em quase duzentos navios, um enorme exército pessoal, muitos apoiantes nobres poderosos e experientes e uma montanha de ouro, conseguida com a venda de cargos políticos, suseranias e propriedades em Inglaterra. Trouxe também conselheiros militares experientes e de confiança, que tinha conhecido e em quem se apoiara durante os trinta e três anos da sua vida, mais de metade da qual passada em campanhas militares em e à volta de Poitou, onde Ricardo começara a governar como conde quando tinha quinze anos.

Um destes conselheiros, Roberto de Sablé, era um dos vassalos feudais e aliados mais importantes de Ricardo. Roberto tinha uma vasta faixa de terras perto de Le Mans, o centro das terras da família Plantageneta, e estivera profundamente envolvido, em Anjou e na Normandia, nos preparativos de Ricardo para a cruzada durante a primavera e o verão de 1190[27]. Era um dos três almirantes do rei e, tal como comandara uma larga divisão da frota real, servira como embaixador quando o exército passara o inverno na Sicília. Montara ainda um comité oficial responsável por dividir as posses dos cruzados que tinham morrido na viagem. Ricardo confiava profundamente nele. Não muito tempo depois da sua chegada a Acre, Ricardo ordenou a Roberto que fizesse os seus votos como cavaleiro templário, após os quais a ordem depressa o elegeu como seu novo mestre.

Ricardo não foi o primeiro rei a persuadir os Templários a nomearem um mestre da sua própria escolha: Everaldo de Barres fora um servo de confiança do rei Luís VII, e Filipe de Nablus e Eudes de Saint-Amand foram ambos efetivamente criações do rei Amalrico. Mas um mestre nunca tinha sido impelido para a posição de forma tão óbvia e propositada por um monarca visitante. Cooptar as ordens militares unindo as respetivas chefias sob a sua estrutura de comando era um ponto fundamental da estratégia cruzada de Ricardo. O rei inglês tinha também levado consigo um novo mestre hospitalário, Garnier de Nablus, que era prior do Hospital em Inglaterra, e Roberto Anglicanus, um inglês que foi escolhido tesoureiro do Hospital em 1192[28]. Para os Templários e o reino de Jerusalém, esta política teria um efeito duradouro.

Durante um mês, uma abominável torrente de pedras foi lançada contra as muralhas de Acre. O enorme exército cruzado comandado por Ricardo Coração de Leão e Filipe Augusto estava a crivar as torres e fortificações da cidade a partir de catapultas monstruosas do modelo mais recente. Ricardo era dono de quatro, o conde da Flandres de duas e o duque da Borgonha de uma. Filipe Augusto possuía um arsenal particularmente engenhoso de armas de cerco, incluindo uma catapulta gigante a que dera o nome de *Malvoisine* («Má Vizinha») e várias máquinas móveis que podiam ser empurradas contra as muralhas para permitir lutas corpo a corpo nas ameias. O próprio Filipe sentava-se num esconderijo de madeira perto da cidade, lançando disparos de besta para os soldados acima de si e evitando os projéteis em chamas que eram lançados na sua direção. Os Templários geriam uma poderosa catapulta sua, tal como os Hospitalários; o recrutamento público entre os peregrinos comuns que se tinham unido ao exército cruzado tinha pago outra, que batizaram como «Lançadora de Pedras de Deus». Abaixo do chão, as fundações das torres de Acre eram arranhadas por sapadores, enquanto a grande bateria de artilharia pesada esmagava pelo ar os cidadãos sitiados. Os ânimos

em Acre estavam a decair há algum tempo e, com o bombardeamento constante em junho e julho, chegaram ao ponto mais baixo. «Os espíritos dos defensores afundaram-se quando viram a morte diante de si», escreveu Ibn Shaddad[29].

O exército de Saladino permaneceu acampado em redor de Tell al-Ayyadiya, de onde comunicavam com os aterrorizados habitantes da cidade através do batuque de tambores e enviando nadadores com mensagens ao pescoço entre os navios do porto. No entanto, na maioria dos casos não havia ajuda possível. Os cruzados eram cerca de vinte e cinco mil e tinham escavado as suas posições entre valas e terraplanagens. Quando as forças de Saladino tentaram um assalto às fileiras latinas, foram obrigados a retirar por homens — e mulheres — que empunhavam arcos, espadas, adagas, lanças, machados duplos e maças com dentes metálicos[30]. Quer o rei Ricardo quer o rei Filipe estavam doentes, provavelmente com escorbuto, que lhes fez cair o cabelo e as unhas, mas Ricardo continuou desafiador e insistiu em ser carregado para fora da sua tenda numa maca, disparando as bestas aos defensores que patrulhavam as muralhas.

Na primeira semana de julho, os habitantes de Acre desistiram. As suas muralhas estavam rachadas em vários lugares, tinham falta de abastecimento e temiam um massacre se a cidade caísse tomada de assalto. Decidiram pedir a paz. As negociações foram vigiadas do lado latino por uma delegação que incluía o novo mestre dos Hospitalários, o companheiro de Ricardo, Garnier de Nablus. Apesar da hostilidade de Saladino por qualquer processo de paz, uma rendição foi acordada: nos seus termos, a cidade render-se-ia, pagando 200 mil dinares de ouro em compensação, libertando mais de mil e quinhentos prisioneiros cristãos e devolvendo a Vera Cruz que fora perdida em Hattin. O sultão aprovou relutantemente os termos e, a 12 de julho, as portas de Acre foram abertas. Os cruzados entraram a monte e, ao meio-dia, Ibn Shaddad deprimia-se ao ver «as bandeiras da Descrença» hasteadas sobre os telhados de Acre[31]. Ricardo instalou-se na cidadela e Filipe Augusto

e a sua comitiva acomodaram-se como convidados dos Templários, finalmente de regresso à sua espantosa casa perto das docas. A bandeira real francesa foi içada na nova torre dos Templários, adicionada durante o arrendamento de Issa el-Hakkari. A bandeira preta e branca teria de esperar. No entanto, apesar de quatro anos inóspitos, os Templários voltavam a ter uma casa.

Tinham também um objetivo. O cerco de Acre marcou o fim da cruzada do rei Filipe: considerava que tinha cumprido os seus votos e partiu para Paris, rápido a escapar do Coração de Leão, que o tinha menorizado repetidamente durante a cruzada e quebrado o acordo para casar com a irmã de Filipe. Um dos principais nobres do rei francês, o conde da Flandres, morrera em Acre e Filipe desejava marcar a reclamação da Coroa sobre as partes mais ricas da sua herança. O rei Ricardo, por sua vez, estava apenas a começar.

Começara com uma marcha em massa pela costa, com o objetivo de retomar quanto possível todos os portos e estabelecimentos entre Acre e Ascalão — incluindo Haifa, Destroit, Cesareia, Arsuf e Jafa — antes de se voltar para o interior e dirigir-se para a própria Jerusalém. Uma longa campanha de infantaria era suscetível de se desmoronar em indisciplina, dadas as exigências logísticas de abastecer dezenas de milhares de homens e a certeza de ataques dos cavaleiros ágeis e de armadura ligeira de Saladino. A experiência da Segunda Cruzada, com a sua horrenda incursão pela Ásia Menor, sugeria que as ordens militares seriam essenciais para garantir a segurança e a disciplina durante o percurso, e ser-lhes-ia pedido que fizessem uso dessa mesma capacidade durante o final do verão e o começo do outono de 1191. Não havia tempo para os Templários se sentarem e aproveitarem a sua restauração. Na terça-feira, 20 de agosto, Ricardo massacrou de forma sumária cerca de dois mil e seiscentos prisioneiros muçulmanos na planície de Acre, citando o não cumprimento da promessa de Saladino de devolver a Vera Cruz e de pagar 100 mil dinares da taxa concordada na

rendição da cidade. Dois dias mais tarde, o seu exército cruzado tinha levantado acampamento e começado a avançar.

A enorme coluna serpenteou lentamente para sul, vigiada do seu lado direito por uma frota perto da costa. Os Templários cavalgavam na retaguarda, vigilantes e atentos enquanto seguiam à distância a bandeira de guerra de Ricardo, com um dragão gigante, que estava a ser levada num carrinho[32]. O seu trabalho era fazer recuar fações de ataque vindas das montanhas, cujos assaltos eram, por vezes, fortes o suficiente para forçar toda a comitiva a parar. De dia aguentavam a exaustão pelo calor e evitavam as setas disparadas por cavaleiros determinados a vingar a chacina impiedosa de familiares e amigos, ocorrida no exterior de Acre. De noite deitavam-se no escuro, ouvindo os cruzados cantar orações dos peregrinos no meio da escuridão e resistindo às tarântulas gigantes que rastejavam pelo acampamento e mordiam de forma dolorosa todo aquele que não estivesse alerta o suficiente para as afugentar.

Pouco a pouco, seguiram o seu caminho para sul. Guarnições militares muçulmanas abandonaram as cidades antes da chegada dos cristãos, destruindo tudo o que podiam. Na terça-feira, 27 de agosto, os cruzados deixaram Haifa; no domingo 1 de setembro, passaram Cesareia. Dois dias depois, sofreram um sangrento assalto em que os Templários perderam um enorme número de cavalos enquanto os seus algozes cavalgavam atrás deles lançando dardos e setas. Depois de os atacantes serem obrigados a recuar, fez-se uma grande pilha de cavalos mortos e «as pessoas comuns entraram em grandes distúrbios enquanto lutavam gananciosamente para comprar carne, que não era barata». Lutas surgiram entre as fileiras para comprar carne de cavalo. «Com a fome a dar mais sabor do que o tempero (...) era deliciosa», escreveu um observador irónico[33].

A 5 de setembro, o exército chegou à floresta de Arsuf, o último ponto significativo de referência no caminho para Jafa. Ficaram aliviados ao ver que, contrariamente aos rumores, o inimigo não tinha incendiado a floresta para os impedir de passar. Uma vez

atravessada, montaram acampamento, e Ricardo solicitou conferenciar com Saladino. O sultão diferiu para o seu irmão Al-Adil (conhecido pelos cruzados como Safadino), que tinha instruções para prolongar as discussões o mais possível em antecipação dos reforços armados. Conversas mal-humoradas estalaram rapidamente, com Al-Adil a rejeitar de forma desdenhosa a exigência de Ricardo de todas as terras cristãs perdidas desde 1187. Entretanto, batedores cristãos reportaram que uma vasta força inimiga se formava mais adiante, pronta para a batalha. «O seu exército cobria toda a face da terra em volta e era maior do que se podia contar», registou um autor[34].

Na manhã de 7 de setembro, Ricardo ordenou que o seu exército se levantasse com a alvorada e se equipasse rapidamente para um assalto imediato. Dividiu então os cruzados em doze esquadrões, que, por sua vez, foram organizados em cinco batalhões de forma proporcional e alinhados com um flanco pelo mar. Trocando as posições da marcha, os Templários sob o comando de Roberto de Sablé estavam agora na linha da frente e os Hospitalários na retaguarda. A sua estratégia era evitar serem imobilizados; continuar adiante, como faziam desde a partida de Acre. Esperavam aguentar a sua formação e lutar em movimento até alcançar, mais à frente, um terreno elevado onde pudessem instalar um acampamento fortificado. Era uma tática que dependia de uma alta dose de autoconfiança e, sobretudo, disciplina, razão pela qual os Templários se encontravam a liderar.

Pelas nove da manhã, os cruzados foram atacados por uma vaga de soldados muçulmanos reunidos de todas as partes do império de Saladino: beduínos que carregavam escudos redondos e arcos, africanos negros de infantaria e, atrás deles, cavalaria turca, cujo galope mortífero era acompanhado por uma cacofonia dissonante de trompetes, clarinetes, trombetas, flautas, chocalhos, címbalos e gritos agudos de guerra. Atrás de todos, vindo da direção da guarda pessoal de Saladino, podia ser ouvido um tambor que batia sem cessar[35].

Mais do que atacar os Templários na vanguarda, os homens de Saladino flanquearam o exército cruzado e concentraram-se em combater os Hospitalários na retaguarda. Protegidos por uma densa tempestade de flechas, entraram sobre as linhas cristãs, brandindo espadas e clavas dentadas. As instruções de Ricardo eram que todo o exército permanecesse firme e repelisse as ondas de ataque, esperando por um sinal predeterminado de seis sopros de trombeta para começar a sua própria vaga de cavalaria. Mas irritados pelo calor opressivo e pela pressão de um ataque continuado, os Hospitalários perderam a sua disciplina e carregaram mais cedo. Podia ter sido um desastre, mas Ricardo e o restante comando franco mantiveram a ordem por tempo suficiente para coordenar o assalto a cavalo que tinham planeado. Quando as trombetas soaram nas linhas cruzadas, a infantaria separou-se e os cavaleiros avançaram. O tempo foi perfeito: foram apenas necessárias três investidas para que ambos os flancos do exército de Saladino dispersassem desordenamente. Abatido e furioso, o sultão retirou-se, consolando-se com a decapitação de um punhado de prisioneiros.

A batalha de Arsuf foi mais uma esplêndida vitória para Ricardo. Os Templários fizeram a sua parte, ajudando a manter a forma do exército sob pressão feroz. Após a batalha ter terminado, o rei conferiu-lhes uma honra sombria: uma delegação de irmãos templários e hospitalários, escoltados por turcópolos sírios, foi enviada de regresso à área onde a maior parte da luta fora travada para procurar o corpo de Tiago de Avesnes. O famoso nobre cavaleiro flamengo tinha desaparecido no meio da violência e temia-se que estivesse morto. Mais uma vez, os Templários cumpriram o seu dever, perscrutando o terreno de batalha até o encontrarem, segundo os relatos, rodeado pelos corpos decapitados de quinze guerreiros muçulmanos, «com a face tão manchada de sangue seco que mal podia ser reconhecido até esta ser lavada com água». Os irmãos levaram o seu corpo sem vida de regresso ao acampamento,

onde foi enterrado entre grandes lamentos, com todas as honras militares[36].

Se, anteriormente, Saladino e os seus generais subestimavam Ricardo, o cerco de Acre e a batalha de Arsuf faziam-nos repensar. Enquanto os cruzados avançavam firmes para sul, na direção de Jafa, Saladino enviou uma mensagem para Ascalão, dando instruções à população muçulmana para destruir as defesas da cidade, queimar as suas casas, lojas e celeiros, arrumar as suas coisas e partir. Preferia arruinar ele mesmo a grande cidade costeira do que permitir que caísse como acontecera com Acre e arriscar que fosse utilizada de novo como base cristã através da qual os navios egípcios seriam ameaçados e ataques lançados nas estradas para o Cairo. Livres do seu dever, as tropas que defendiam Ascalão foram transferidas: «A força das potências muçulmanas foi preservada para a proteção de Jerusalém», escreveu Ibn Shaddad[37].

Em meados de outubro, o exército cruzado chegou a Jafa. A marcha pela costa conduzida pelos Templários fora notavelmente bem-sucedida, retomando um valioso grupo de cidades do litoral e assegurando uma vitória em batalha sem mortes devastadoras. Agora a atenção de ambos os lados voltava-se para Jerusalém. Discussões diplomáticas entre Ricardo e Saladino através do irmão do sultão, Al-Adil, acentuavam a santidade da cidade para as duas partes. Ricardo garantia que os cristãos lutariam até ao último homem para a retomarem, ainda que também insinuasse que o regresso da Vera Cruz poderia, entretanto, apaziguá-los. Saladino retorquia relembrando que o Monte do Templo e a Cúpula do Rochedo eram os locais onde Maomé encontrara anjos. Dizia que a sua inclinação era a de destruir a cruz, um ato que agradaria a Deus, mas estava a guardá-la por algum tempo no caso de se provar útil de algum modo no futuro. O que conseguiram de mais próximo de um acordo foi uma proposta extraordinária segundo a qual todas as povoações cristãs na margem ocidental do rio Jordão seriam entregues aos Templários e

aos Hospitalários, sob o domínio supremo de uma monarquia comum criada em Jerusalém através de Al-Adil e da irmã de Ricardo, Joana. Era uma proposta perspicaz, mas muito à frente do seu tempo; naufragou com a recusa indignada de Joana de considerar unir a sua carne a um muçulmano e com a correspondente falta de interesse de Al-Adil em converter-se ao cristianismo[38].

Como se previa, esta inteligente mas fútil discussão foi o mais próximo que Ricardo e os guerreiros da Terceira Cruzada chegaram de Jerusalém. Em dezembro, uma vasta força de peregrinos e soldados partiu para a estrada do interior que saía de Jafa na esperança de assaltar a cidade e visitar o Santo Sepulcro, «pois tinham um indescritível desejo de ver a cidade de Jerusalém e completar a sua peregrinação»[39]. Um tempo abismal arruinou a expedição, com os ventos fortes e a chuva a matar os animais de carga, a enferrujar armaduras e a apodrecer víveres. A multidão avançou até Betenoble (Bayt-Nuba), no caminho para Ramla, onde Jerusalém assomava de forma tentadora à distância. Contudo, à medida que o seu destino se aproximava, os conselheiros de Ricardo refreavam a ideia de tentar cercar a cidade mais bem defendida da Terra Santa, pela qual Saladino deixara claro que lutaria até à morte.

De acordo com uma crónica cristã, os Templários e os Hospitalários aconselharam Ricardo, com os termos mais fortes, a não tentar tomar Jerusalém de assalto, argumentando que lhe faltavam os números necessários para cercar a cidade enquanto lutavam ao mesmo tempo contra uma força de apoio e que, mesmo que conseguissem, não poderiam manter o que tivessem ganho. Ricardo comandava um exército de peregrinos, cuja intenção expressa era ver o Santo Sepulcro e voltar diretamente para o Ocidente, onde tinham deixado famílias, propriedades e interesses económicos. A não ser que os homens entre eles se unissem às ordens militares *en masse* — uma prospeção impossível —, não podiam expectar mergulhar na missão difícil e possivelmente

perpétua de manter Jerusalém, bem como todas as outras cidades recuperadas a oeste do rio Jordão. Seria muito melhor, argumentavam, concentrarem-se na tarefa mais realista de reconstruir Ascalão.

Após alguma deliberação, Ricardo concordou. Inverteu o sentido do exército e regressaram à costa. Resmungos de desolação saudaram o anúncio desta decisão, mas Ricardo já se decidira. Os seus pensamentos começavam a voltar-se para Inglaterra e para o seu vasto património territorial no norte e no oeste de França. Durante a Páscoa de 1192, uma corrente regular de relatórios começou a chegar da sua terra, contando que o seu reino estava sob ameaça de Filipe Augusto, que conspirava com o seu desonesto irmão mais novo, João. O rei sofria também de recorrentes crises de doença e estava cada vez mais atolado na labiríntica política dos estados latinos. Quando a Páscoa passou, viu-se implicado na morte violenta do magnata de Pisa Conrado de Montferrat, que marginalizara Guido de Lusignan após a morte da rainha Sibila em 1190. Conrado fora eleito rei nominal de Jerusalém e morrera às mãos dos Assassinos em Acre a 28 de abril de 1192, três curtos dias após a sua aceitação formal da coroa.

Não fora por este tipo de trabalho que Ricardo tinha viajado para Oriente. Em junho concordara em ter mais um combate contra Jerusalém, mas, mais uma vez, ao chegar a Betenoble, os Templários e os Hospitalários convenceram-no de que era uma loucura seguir adiante. Após um plano abortado para invadir o Egito, a 2 de setembro de 1192 Ricardo concordou com uma trégua de três anos com Saladino, que congelou os ganhos territoriais tais como estavam e garantiu aos peregrinos cristãos acesso para rezar no Santo Sepulcro, em Jerusalém, sem serem molestados. Cinco semanas e meia mais tarde, a 9 de outubro, Ricardo embarcou em Acre e partiu para casa. Enquanto a sua galera deixava o porto, os que estavam a bordo puderam ver as torres da casa templária a afastar-se atrás de si. Para uma parte da companhia do rei, a vista pode ter tido uma pungência especial. De acordo com um relato,

Ricardo tentou regressar a Inglaterra de forma incógnita, disfarçado com um uniforme templário e rodeado por uma guarda composta por irmãos da ordem[40]. Se é verdade, dificilmente surpreende. Os cavaleiros do Templo tinham estado sempre com ele. E ficariam com ele até ao fim.

A viagem de regresso a casa de Ricardo teve quase tantos acontecimentos como a sua cruzada. Fizera vários inimigos perigosos durante o tempo em que estivera no Oriente, entre os quais se encontrava o duque Leopoldo V da Áustria, que insultara e humilhara durante a divisão de saque após a queda de Acre. Um disfarce de manto branco de templário não foi suficiente para impedir o Coração de Leão de cair nas mãos de Leopoldo quando naufragou no mar Adriático semanas depois de ter deixado Acre. Ricardo passaria cerca de dezoito meses na prisão do Castelo de Trifels, como refém do suserano de Leopoldo, Henrique VI, o imperador romano-germânico, que pediu — e recebeu — um resgate de 100 mil libras pela sua libertação, uma soma aproximadamente equivalente ao custo de uma cruzada inteira.

Porém, nada disto podia diminuir a perceção comum de que Ricardo Coração de Leão salvara os francos do Ultramar. Chegara à Terra Santa como um novo rei com tudo por provar. Partiu como uma lenda viva: odiado por alguns, adorado por outros, temido por todos. O seu nome tornar-se-ia rapidamente sinónimo do desejo cristão de reconquistar Jerusalém a qualquer custo. Cinquenta anos após a sua morte, dizia-se que as mães muçulmanas faziam calar os filhos desobedientes dizendo: «Para! Ou chamo o rei Ricardo de Inglaterra.»[41]

Saladino, perto do fim da vida, estava profundamente impressionado com a intrepidez e a capacidade militar do seu oponente, e com razão. Por mais brutal que Ricardo fosse, era um comandante inspirador que valorizava as capacidades guerreiras, o zelo religioso e a disciplina, e sabia utilizá-los para o melhor efeito. Com implicações para os Templários. A pragmática decisão de

cooptar as duas ordens militares para a sua esfera direta de comando ajudara-o a assegurar a vitória. O seu emprego dos Templários para os objetivos pelos quais tinham sido criados e a disponibilidade para ouvir os seus conselhos restauraram a estabilidade e o orgulho da ordem depois da impetuosa e desastrosa administração de Geraldo de Ridefort. Roberto de Sablé morreu em 1193, um ano após a partida de Ricardo, mas a sua nomeação foi um êxito total, dando objetivo e disciplina num momento de crise. Era tão importante em Inglaterra como no Ultramar, dado que a ordem continuava a beneficiar de proteção da Coroa.

Havia mais uma forma muito tangível de como Ricardo tinha alterado o mundo em que os Templários operavam. Durante o último ano do rei na Terra Santa, ele e o seu protegido Roberto de Sablé fizeram um acordo de curta duração que teria consequências longas e imprevistas para a ordem. Centravam-se na ilha de Chipre, que Ricardo conquistara ao governador bizantino Isaac Comneno pouco antes de viajar para Acre em 1191. Tendo tomado a ilha, Ricardo precisava de alguma forma de a governar. Alimentou a ideia de a vender aos Templários.

Em 1191, isto fazia bastante sentido: a ordem tinha perdido dezenas de castelos e torres com as conquistas de Saladino e já não tinha uma base permanente; o mestre Roberto, o homem autorizado a tomar tamanha decisão, era uma criação de Ricardo e a ordem, apesar de diminuída em efetivos militares, era ainda rica devido às suas propriedades em constante crescimento no Ocidente. Os dois homens concordaram numa taxa de 100 mil dinares de ouro. Os Templários avançaram ao rei um pagamento inicial de 40 mil e enviaram vinte irmãos cavaleiros e cerca de cem guerreiros, comandados por Reinaldo Bochart, para governar Chipre a partir da cidadela em Nicósia, a maior cidade no centro da ilha.

Bochart encontrou em Chipre uma população que não estava disposta a ser governada. Uma crónica narrava que os habitantes da ilha «não podiam suportar as indignidades que os Templários

lhes infligiam». Muito provavelmente, isto significava que a ordem tentava cobrar impostos pesados para conseguir os 60 mil dinares que ainda devia ao rei de Inglaterra. Qualquer que fosse o caso, em abril de 1192, quando Ricardo negociava o destino de Jerusalém com Saladino e Al-Adil, uma grande rebelião estalou em Chipre. O castelo de Nicósia foi cercado e, no domingo de Páscoa, os Templários viram-se forçados a lutar com cargas de cavalaria que deixaram sangue a correr pelas ruas e a gotejar até ao rio Pedieos[42]. Cavalgaram então para os campos e montanhas numa fúria punitiva de desperdício e morte. Bochart e os seus homens tinham falhado e a ordem chegara ao seu limite. Ricardo teria de usar Chipre de alguma outra maneira.

A sua solução foi transferir a ilha para Guido de Lusignan. Em troca, pediu a Guido que compensasse os Templários pelas suas perdas e que assumisse a sua dívida. Guido estava à deriva após a morte de Sibila e a subsequente perda da sua coroa. Marginalizado por Conrado de Montferrat num venenoso conflito faccioso, havia uma certa atração em removê-lo do continente latino. Guido estivera presente quando Ricardo conquistara Chipre, e estava disposto a mantê-la como um feudo do império ocidental de Ricardo. Instalá-lo em vez dos Templários era uma solução adequada a todos. Guido era rei de novo, Ricardo estava livre de uma ilha que tinha conquistado mas que não podia governar, e a Ordem do Templo podia reter valiosas propriedades geradoras de receitas em Chipre sem a pesada responsabilidade de governar.

18 Terá sido apenas uma ligeira consolação para Geraldo ver que a casa dos Hospitalários, com os seus apartamentos, igreja e enfermarias para tratar os doentes, tinha sido convertida numa escola por Saladino.

19 Henrique II teve uma morte miserável a 6 de julho de 1189 com os dois filhos ainda vivos, Ricardo e João, em revolta contra si.

13

«EM NENHUM LUGAR VIVEM NA POBREZA»

O novo livro de Godofredo Fitz Stephen parecia esplêndido. Quase cem folhas de pergaminho, cuidadosamente cortadas e reunidas por um dos melhores encadernadores de Londres, foram cosidas com delicadeza num par de pequenas tábuas de madeira de faia, cada uma coberta com couro castanho macio. Decorações estranhas e belas estavam estampadas no couro: leões e garças, lendários dragões alados, pequenas flores e folhas intrincadas. Entre tudo isto estava uma figura do bíblico rei David, sentado de pernas cruzadas com a sua coroa na cabeça e tocando harpa. Garras de metal mantinham o livro fechado e uma pequena aba de pergaminho saía da base da sua lombada, de modo que Fitz Stephen pudesse tirá-lo da estante à sua vontade e inspecionar as suas estreitas e elegantes linhas de caligrafia clerical.

Quando o fez, linhas e mais linhas de caligrafia latina abreviada saíam da página para formar uma agradável imagem de um negócio em crescimento, do qual Fitz Stephen era o chefe executivo. Este não era um grande volume, mas era incrivelmente valioso — um censo da propriedade terrena que era como um Domesday Book privado[20]. Descrevia com detalhe minucioso todas as posses da Ordem do Templo em Inglaterra, onde Fitz Stephen era o mestre[1]. As páginas traziam uma lista das muitas coisas boas que estavam agora ao seu cuidado: casas senhoriais e herdades, fazendas e moinhos de água, igrejas, mercados, florestas e feiras, expandindo propriedades e aldeias isoladas onde dezenas de homens trabalhavam em servidão, cumprido escrupulosamente durante a estação das colheitas em troco das suas próprias pequenas porções de terra. Era um portefólio de propriedades acumuladas durante mais de cinquenta anos por donativos devotos e negócios inteligentes. Incluía centenas de interesses espalhados por

Inglaterra: de Connerton, no longínquo sudoeste da Cornualha, a Linthorpe, uma aldeia dispersa no extremo nordeste na foz do rio Tees, onde os viquingues tinham desembarcado cento e cinquenta anos antes. Entre estes dois extremos, podiam ser vistas propriedades templárias em quase todos os condados de Inglaterra. Algumas eram verdadeiramente magníficas, como a grande herdade de Cressing, no Essex, ou a rica precetoria de Bruer, no Lincolnshire, onde um gracioso complexo de edifícios se expandia para uma outra grande igreja de nave redonda. Outras eram casas normais de cidade alugadas a inquilinos ou apenas simples partes de quintas sem qualquer encanto na quietude do campo. O poder de todas estas propriedades estava na sua combinação, já que juntas constituíam um império orgulhoso e rentável.

Além de ser o mestre dos Templários em Inglaterra, Fitz Stephen era uma figura aristocrata de elevado estatuto social com boas ligações, contando entre os seus amigos bispos e abades, príncipes e reis. Estava encarregado da ordem desde o final do reinado de Henrique II, por volta de 1180, e a sua liderança durante a década que se seguiu foi como um período de sucesso para a ordem em Inglaterra. Durante duas gerações tinham existido casas templárias no reino, povoadas por irmãos que rezavam e trabalhavam para os seus benfeitores e colegas guerreiros no Oriente. Com Fitz Stephen, no entanto, os Templários ingleses tinham cimentado o seu estatuto especial como a ordem favorita cujos serviços eram vistos como indispensáveis pela Coroa.

Os cavaleiros do Templo estavam envolvidos nos mais importantes assuntos do reino de Inglaterra quase desde a visita de Hugo de Payens em 1120. Durante a guerra civil conhecida como Anarquia, ambos os lados tinham procurado auxílio templário. Em 1153, quando a Anarquia se resolveu com um tratado que prometia a coroa inglesa ao futuro Henrique II, um cavaleiro templário com o nome de Oto (provavelmente o mestre) foi testemunha oficial. Sob o governo de Henrique, os cavaleiros

templários foram protetores da corte do rei, onde trabalhavam como diplomatas, um papel em que a natureza internacional da ordem lhes deu uma certa neutralidade e aceitação mútua. Quando Henrique conseguiu um complexo acordo de casamento entre uma das suas filhas, ainda criança, e o filho do rei francês Luís VII, três cavaleiros templários ficaram encarregados dos castelos que faziam parte do dote da menina noiva. Em 1164, quando Henrique entrou em confronto com Tomás Becket, o seu truculento arcebispo de Cantuária, o então mestre do Templo inglês, Ricardo de Hastings, ajudou a mediar. Quando as palavras desregradas e furiosas de Henrique levaram à morte de Becket no altar da Catedral de Cantuária em dezembro de 1170, o rei foi obrigado a pagar uma multa pesada como penitência, depositando-a na Ordem do Templo, que enviou o dinheiro para Oriente, onde seria gasto em soldados na campanha de Hattin. Henrique nomeou um templário, o irmão Roger, como seu esmoler — o homem responsável por garantir que eram distribuídas esmolas em nome do rei aos pobres. Os seus barões seguiram-lhe o exemplo, incluindo o deslumbrante cavaleiro-tornado-estadista Guilherme Marshal, que também nomeou um irmão como seu esmoler e que faria os votos templários no seu leito de morte em 1219[2]. Os mestres templários ingleses — homens como Ricardo de Hastings e Godofredo Fitz Stephen — vinham de dinastias prósperas cujos filhos costumavam fazer serviço ministerial para a Coroa. O trabalho que faziam em nome do rei tornou a ordem numa parte visível e de confiança da vida pública.

Fitz Stephen chefiou a ordem a partir da luxuosa sede em Londres, cuja grandeza refletia a estima nutrida pelos Templários e a riqueza que lhes era permitida acumular. Tinham ocupado originalmente o «Velho» Templo no subúrbio londrino de Holborn, a noroeste da espessamente amuralhada milha quadrada da City. Em 1161, esta valiosa propriedade foi vendida ao bispo de Lincoln e o convento central dos Templários mudou-se algumas centenas de metros, ou perto disso, para sul, onde os irmãos construíram o «Novo» Templo numa morada elegante perto do rio em Fleet Street.

Aqui tinham acesso aos movimentados canais do Tamisa, úteis quando a forma mais rápida para viajar de e para a City era o barco. Do lado da estrada, o Novo Templo estava diretamente situado acima da principal via pública que ligava o coração mercantil da City com Westminster, onde o palácio e a imponente abadia eram um ponto central para assuntos reais e religiosos.

Os predecessores de Fitz Stephen tinham construído um grande complexo monástico, com salas para os irmãos que aí viviam, estábulos, um cemitério e um pomar. Uma muralha de terra e pedra delimitava o perímetro, e no centro de tudo estava uma igreja de nave redonda construída em pedra de Caen — pedra calcária recolhida na Normandia e enviada através do Norte da Europa como o melhor material de construção que se podia comprar. A nave circular da igreja do Novo Templo quase brilhava quando o sol batia. A arquitetura era devota e com um propósito: a sua forma ecoava deliberadamente o Santo Sepulcro em Jerusalém, uma lembrança da missão cruzada do Templo, e uma ostentação implícita da riqueza e do alcance global da ordem. Era também competitiva. Ao mesmo tempo que os Templários estavam a construir a sua igreja circular no Novo Templo, os Hospitalários estavam a construir uma igreja circular na sua base em Clerkenwell, a noroeste de Londres[3].

Para os Templários ingleses na sua nova sede, 1185 fora um ano dourado. Em primeiro lugar, a compilação de inquéritos de Godofredo Fitz Stephen sobre as posses templárias tinha começado: comissários enviaram ao Novo Templo relatórios de investigações diligentes do comprimento e profundidade do país para examinar, classificar e transcrever as páginas do livro de registos magnificamente ornamentado do mestre. Alem disto, Heraclio, patriarca de Jerusalém, visitara Inglaterra[21]. Sendo um dos maiores eclesiásticos à face da Terra, a presença de Heraclio em Londres era em si uma maravilha. Apesar de os seus consideráveis poderes de persuasão não terem resultado para convencer Henrique II a tomar o trono de Jerusalém, Heraclio, ainda assim,

contribuiu de forma proveitosa para o ramo inglês dos Templários ao consagrar a sua igreja circular como o Novo Templo. Esta honra só poderia ter sido melhorada se o próprio papa tivesse deixado Roma para dar a sua bênção.

Por fim, em 1185, Henrique II começou a usar o Novo Templo como tesouraria, confiando na ordem como banco. Moedas, joias e berloques valiosos eram depositados em Fleet Street, tornando o Novo Templo num cofre que complementava outras fortalezas reais próximas, como a Torre de Londres, alguns quilómetros a leste. A ordem tinha impressionado Henrique com a segurança dos seus edifícios, e o rei deve também ter apreciado o facto de esta ter uma presença permanente em quase todos os condados de Inglaterra, bem como na maioria dos principais reinos da Europa Ocidental. Durante o seu reinado, Henrique II deu muita atenção aos mecanismos centralizadores no governo, utilizando os seus xerifes reais para projetar a vontade e as políticas financeiras do seu governo até às localidades mais distantes. A sua decisão de começar a usar a Ordem do Templo como banco sugeria que via o seu potencial como um corpo abrangente que o poderia ajudar na sua missão.

Em 1188, tendo ouvido as notícias de Hattin, Henrique deu aos Templários a tarefa de ajudar a recolher um imposto conhecido como dízimo de Saladino: um imposto para conseguir fundos de emergência para uma nova cruzada. Intimamente ligados à causa e com a sua infraestrutura por toda a Inglaterra, os Templários estavam perfeitamente estabelecidos para recolher este dinheiro, e Henrique confiou-lhes a tarefa. Fitz Stephen teve de disciplinar um irmão sem escrúpulos, Gilberto de Ogerstan, que foi apanhado a usufruir de benefícios pessoais através da recolha de impostos, contrariando as rígidas regras templárias contra os irmãos terem dinheiro seu. Apesar disso, o seu papel parece ter sido um sucesso, já que, com o decorrer dos anos e o passar da coroa de Henrique para os seus sucessores, os Templários aumentaram o seu estatuto e a sua proteção real.

Ricardo, o filho de Henrique, fora determinante na ressurreição dos Templários como força militar na Terra Santa. Não era menos admirador da ordem no seu próprio reino: nos breves meses entre ser coroado rei e a partida para Acre, Ricardo tinha emitido alvarás que concediam, confirmavam e garantiam formalmente as posses templárias em toda a Inglaterra e País de Gales, e que os tornavam isentos de uma grande quantidade de taxas reais impostas aos detentores de terras em todo o reino. De facto, não estavam apenas isentos das imposições rotineiras da Coroa nas comunidades locais para apoiar a lei e a ordem, ou para a reparação de estradas e pontes, ou para abastecer castelos reais; eram também premiados com uma oferta especial de um marco de prata (i. e., dois terços de uma libra ou 160 *pence*), que era pago anualmente à ordem por todos os xerifes de Inglaterra[4]. Para o rei, o seu valor era tão alto que estava preparado para autorizar que os Templários tivessem uma imunidade quase total das correntes exigências e taxações do governo real.

Tendo regressado a Inglaterra após estar preso na Germânia, Ricardo passou o resto do seu reinado a lutar contra Filipe Augusto nos seus domínios da Normandia, Anjou e Aquitânia. Morreu de forma súbita e chocante, em 1199: um disparo de besta envenenara-lhe o sangue enquanto cercava o castelo de Châlus-Chabrol, no Limousin. Mas a relação próxima entre os Templários e os reis ingleses continuaria com o seu azarado e geralmente desprezado irmão e sucessor, o rei João. Os Templários eram um dos poucos grupos poderosos em Inglaterra que João não ofendeu ou afastou. Confiava neles para empréstimos diários, e ficava no Novo Templo para importantes épocas festivas como a Páscoa. Os Templários ficaram do seu lado durante mais de cinco anos quando este entrou em confronto com o papa e a Inglaterra foi colocada em Interdito, e quando João foi obrigado, em junho de 1215, a conceder aos seus súbditos a famosa carta das liberdades conhecida como Magna Carta. O irmão Emerico, então mestre da ordem em Inglaterra, estava entre as suas testemunhas oficiais, com o seu

nome a vir apropriadamente depois dos arcebispos, bispos e abades que também tinham testemunhado a selagem da carta, mas antes de todos os magnatas seculares[5].

Nem todos em Inglaterra tinham boa impressão desta relação próxima entre os reis plantagenetas e os cavaleiros do Templo. Um contemporâneo de Godofredo Fitz Stephen na corte de Henrique II, o cronista Walter Map, dedicou várias páginas do seu extenso livro *De Nugis Curialium* («Frivolidades Cortesãs») a um esboço dos Templários. Map conhecia as origens dos Templários através de Hugo de Payens, um homem que referia, com aprovação relutante, como «nada cobarde», um guerreiro com «fervor pela justiça», que prescrevia «a castidade e a sobriedade na sua ordem»[6]. Map não negava que «reis e príncipes chegaram a pensar que o objetivo da Ordem do Templo era bom e a sua forma de vida honrada» e reconhecia que «com a ajuda de papas e patriarcas» tinha sido concedida aos Templários uma grande bênção como «defensores da cristandade» e «carregados (...) com imensa riqueza»[7]. Contudo, tinha as suas dúvidas. Dado que estava ligado à corte, viajando incessantemente por Inglaterra, Normandia, Maine e Poitou — todas elas áreas em que era fácil encontrar terra templária ou uma próspera casa da ordem —, era fácil ver porquê.

«Em nenhum lugar, salvo em Jerusalém, vivem na pobreza», escreveu Map. Talvez estivesse a pensar na omnipresença dos oficiais templários nas terras plantagenetas, com comandantes regionais nos ducados da Aquitânia e da Normandia, cuja autoridade suplantava as fronteiras especulativas entre as diferentes soberanias. Henrique II lutara toda a sua vida para exercer domínio sobre os territórios tradicionalmente hostis da Gasconha, Anjou e Bretanha, todos eles com diferentes tradições de governação e lealdades históricas — no entanto, apenas um mestre templário (o mestre da Aquitânia) dominava as três jurisdições sem aparentes contradições ou dificuldades, gerindo recursos e recolhendo esmolas, rendas e impostos privados[8]. Map devia igualmente ter assuntos pessoais em mente. A grande casa templária em Garway,

no Herefordshire, não longe da sua terra natal nas fronteiras galesas, fora construída com uma nave redonda ao estilo do Santo Sepulcro e estava sustentada em cerca de 800 hectares de férteis fronteiras galesas[9]. De facto, ia uma grande distância relativamente ao ideal de pobreza ao estilo cisterciense com que a ordem se tinha comprometido anteriormente.

Entre os outros resmungos de Map estava a sua objeção à contradição inerente da nova milícia, em que homens «pegavam na espada para proteger a cristandade, que Pedro foi impedido de usar para defender Cristo». No fundo, albergava simplesmente a ideia de que a cidade santa de Jerusalém era defendida por cavaleiros homicidas. «Aí Pedro foi ensinado a procurar a paz com a paciência: quem ensinou estes [Templários] a vencer a força com violência, eu não sei.»[10]

Map não estava sozinho. O seu contemporâneo João de Salisbúria, um diplomata na corte papal de Roma, também acreditava que o princípio básico da existência templária — o conceito do guerreiro vergado por uma jura religiosa — era uma contradição irreligiosa. João desprezava o facto de os Templários não estarem sujeitos à autoridade dos bispos locais e suspeitava que estivessem envolvidos num pecado abominável: «Quando se reúnem nos seus lares a altas horas da noite, após falar de virtude durante o dia, movem as ancas em loucura e exercícios noturnos», escreveu[11]. Da mesma forma, o erudito abade Isaac de L'Étoile, um monge cisterciense de Poitou, viu os Templários como uma assustadora perversão do ideal cisterciense. São Bernardo louvara os Templários como «uma nova milícia». Isaac implorou para discordar: «Uma nova monstruosidade» foi o seu veredicto[12].

Afortunadamente para a ordem, esta visão não era partilhada pelo papa ou por qualquer dos grandes monarcas ocidentais que a protegiam e que usufruíam dos seus serviços. Para os que detinham o poder, os Templários combinavam proezas bélicas com prestígio espiritual e ligações globais. Por esta razão, os cavaleiros templários podiam ver-se nos círculos próximos de cada papa após

a tomada de posse de Alexandre III em 1159, servindo o santo pai como camareiros nos seus aposentos privados. Alexandre III empregou também um par de templários, de seu nome Bernardo e Francone, para vigiar os seus assuntos financeiros: testemunho do conhecimento de negócios pelo qual a ordem se estava a tornar famosa[13].

Em França e nos seus estados vassalos, os Templários estavam igualmente — talvez até mais — próximos da Coroa. Há muito que havia contacto direto entre o rei francês e os oficiais templários no Oriente, remontando à Segunda Cruzada. No final do século XII, a relação aprofundara-se e os irmãos do maciço e complexo Templo, no exterior das muralhas de Paris, eram visitantes habituais no palácio real da Île de la Cité. Em 1202, um irmão templário chamado Haimard, residente no Templo de Paris, foi nomeado tesoureiro da Coroa, um acordo que beneficiou as duas partes de igual forma. Os Templários ganharam enorme prestígio e influência política desde o início de uma tradição que duraria mais de um século. França ganhou o sistema contabilístico mais moderno da Europa, consolidando todas as receitas e despesas reais através de um único conjunto de livros, permitindo escrutínio cuidadoso e gestão a uma escala nunca antes vista entre os seus vizinhos[14]. A firme confiança do rei francês na perícia templária foi imitada pelos seus súbditos. Por todo o reino, homens e mulheres procuravam a opinião templária para empréstimos, guardar tesouros, manter privilégios, tratados e testamentos e transferir fundos para longas distâncias.

À medida que a ordem se tornava mais popular e era cada vez mais respeitada e útil para o rei e o país, era pouco surpreendente que as suas posses aumentassem. Em Marselha, na costa mediterrânica, foi estabelecida uma lucrativa doca onde, em 1216, foi concedido aos Templários acesso especial ao porto e isenção de portagens, com acesso total para os seus navios. Estes serviam para abastecer os seus irmãos no Oriente com cavalos, armas, dinheiro e outras provisões e, também, para levar peregrinos e

mercadores para a Terra Santa. Os Templários de Marselha podiam oferecer este valioso serviço porque a ordem tinha começado a comissionar e a manter os seus próprios barcos, mais do que depender dos magnatas náuticos de Veneza, Génova e outras cidades mercantis italianas, que dominavam tradicionalmente o transporte marítimo no Mediterrâneo.

As propriedades e casas templárias expandiam-se do norte da Normandia até aos Pirenéus. A ordem estava bem servida na sua tradicional zona central de Champanhe, onde condes sucessivos permitiram liberdade extraordinária à irmandade para desenvolver os seus interesses. Tinha-lhes sido concedido o direito de deter propriedades e títulos de qualquer tipo, excetuando apenas suseranias totais. Em cidades mercantis movimentadas como Provins, os Templários tinham várias casas e cobravam pesados impostos a estabelecimentos locais, incluindo matadouros e curtumes, onde as peles de animais eram transformadas em couro. Cabia-lhes uma parte da produção de lã e tecelagem; cobravam pelo uso de moinhos, espaços de fornalhas e permissões para pescar nos rios; alugavam vinhas a «vinicultores» ou «produtores de vinho» e tinham mesmo um par de tendas onde vendiam fruta no centro da cidade. As terras geridas diretamente por si proporcionavam vinho e colheitas de cereais[15]. Por toda a França, a ordem recolhia rendas e portagens e lucrava com a produção da sua própria terra. Havia agora uma série de senhores feudais, e milhares de homens e mulheres viviam em vários modos de servidão na terra templária, devendo, segundo o antigo costume, o suor do seu trabalho por um determinado número de dias anuais ou sendo compelidos a entregar como renda um número fixo de vacas, galinhas, colheitas ou ovos.

Esta situação acontecia em todo o Ocidente cristão. Em Itália, a presença templária espalhara-se rapidamente pela península até à Sicília, onde havia grandes precetorias em Messina e em toda a ilha. Em Aragão — onde a longa história dos Templários remontava aos tempos de Afonso, *o Batalhador* —, a ordem tinha feudos

palacianos, vinhas e olivais, bem como um portefólio de propriedades residenciais e comerciais. O registo de autorização da casa templária em Huesca, no norte de Aragão, continha registos de transações através das quais os irmãos templários tinham comprado pomares, adegas, lojas e casas. Receberam ofertas devotas que, por vezes, se estendiam a todas as posses vivas dos penitentes cristãos que declarassem ter doado o seu «medo [das] dores do Inferno e desejavam ver as alegrias do Paraíso»[16]. Os irmãos rezariam regularmente pelas almas dos que tinham feito deles seus herdeiros: quanto melhor a oferta, mais frequentes as orações.

Tal como em França e Inglaterra, esta aquisição de terra e propriedade nos reinos cristãos de Espanha acompanhava um elevado perfil político para a ordem. Em Aragão, tal aconteceu quando, em 1213, um novo rei, Jaime I, ascendeu ao trono com cinco anos, após a morte do seu pai, Pedro II, no campo de batalha. O pequeno Jaime foi confiado primeiro aos cuidados do papa, mas logo de seguida o santo pai fez com que fosse educado por Guilherme de Montredon, o mestre dos Templários em Espanha e na Provença. Jaime ficou a salvo dos quatro anos da sangrenta guerra facciosa que matara o seu pai, fechado na impenetrável fortaleza templária de Monzón: um maciço complexo de castelos numa colina protegida por muralhas de pedra angular vermelha espessa e torres, dentro das quais estava uma precetoria que mais se assemelhava a uma cidade privada. Quando atingiu os nove anos, Jaime começou a ser lentamente introduzido no governo de Saragoça, e os Templários devolveram-no ao mundo. Jaime I era indiferente quanto ao seu tempo sob supervisão templária, tendo escrito na sua autobiografia que, enquanto estava em Monzón, as terras do seu pai foram hipotecadas «por judeus e sarracenos» e acabaram por ser terrivelmente mal geridas. Na altura em que tinha nove anos, relembrou que não podia «ser mantido mais tempo em Monzón, tal era o desejo de partir»[17]. Mas a ordem cumprira um dever profundamente importante. O destino de um rei e de um reino tinha sido colocado com firmeza nas suas mãos, e o facto de Jaime

se ter tornado num dos reis com maior sucesso na Reconquista relacionava-se com os seus anos de formação passados na companhia dos cavaleiros templários.

Em adulto, Jaime I manteve ligações próximas com a ordem, ainda que não lhe tenha dado o favoritismo aberto que recebeu em Inglaterra e França. A guerra contra os almóadas continuou durante a maior parte do seu reinado de sessenta e três anos, e o rei provou ser um dos grandes reis cruzados do Ocidente, apoiando-se nos Templários e Hospitalários nas suas campanhas. Com o encorajamento dos Templários e uma boa ajuda militar, entre 1228 e 1235 Jaime conquistou as ilhas de Maiorca, Minorca e Ibiza ao semi-independente líder almóada Abu-Yahya: uma enorme empresa militar que envolveu milhares de tropas de ambos os lados e prolongou uma guerra de cerco. Na invasão de Maiorca, os Templários forneceram cerca de cem cavaleiros, vários barcos de transporte e muito conselho estratégico, pelo qual foram recompensados com uma parte da ilha, dividida entre os muitos grupos que ajudaram na conquista — ainda que não igualasse a quinta parte de todas as terras que tinham ajudado a conquistar, prometida em 1143 quando o testamento de Afonso I foi finalmente estabelecido. No entanto, os Templários de Aragão continuaram a assistir o rei na sua guerra de conquista cristã: quando voltou a sua atenção para invadir Valência, tinha um comandante e vinte cavaleiros templários no seu exército. Em 1238, Jaime expulsou os mouros de Valência e começou a colonizar a área em redor para formar um novo reino, consigo como rei. Os Templários foram muito bem recompensados, com uma casa na cidade, jardins e terras agrícolas — ainda que mais uma vez os seus ganhos estivessem muito abaixo do limiar de um quinto a que, supostamente, teriam direito[18]. A conquista de Valência foi também uma bênção mista para a ordem: a sua conclusão, em 1244, significava que Aragão tinha selado a sua fronteira com as forças do islão, reduzindo a urgência da sua missão no reino. Apesar de os Templários controlarem alguns castelos formidáveis, o seu papel diminuiu em

relação ao século XII. Todavia, continuaram com uma presença muito mais proeminente em Aragão do que em qualquer outro lugar nos reinos hispânicos, particularmente Castela e Leão, onde as ordens militares mais pequenas e nativas eram preferidas em relação aos gigantes supranacionais que deviam o seu nome e enviavam a sua riqueza ao Templo e ao Hospital em Jerusalém.

Entre os muitos príncipes e potentados da cristandade que valorizavam os Templários, os enriqueciam, usavam os seus serviços e os imunizavam dos resmungos dos venenosos escrivães da corte e dos abades pretensiosos do final do século XII, poucos eram tão enérgicos no seu apoio à ordem como o papa Inocêncio III. Nascido Lotario dei Conte di Segni, Inocêncio tornou-se papa a 8 de janeiro de 1198, antes de completar quarenta anos, e conduziu a Igreja com toda a força temida da sua personalidade descomunal até à sua morte em 1216. Foi um grande reformista da Igreja, o flagelo dos monarcas (como o rei João de Inglaterra) que não respeitavam por completo a autoridade da Santa Sé, e um total defensor da missão militante da Igreja no Oriente.

Encorajadoramente para os cristãos, Saladino morreu na madrugada de 3 de março de 1193, após uma «febre biliosa» que durou cerca de quinze dias. Teria cinquenta e cinco ou cinquenta e seis anos, e a sua incrível carreira mudara todo o paradigma da política na Síria e no Egito, estabelecendo a sua dinastia aiúbida e criando uma lenda que perduraria durante séculos. O biógrafo de Saladino, Ibn Shaddad, escreveu que «o mundo ficou abalado por um tal sentimento de perda que só Deus poderia compreender»[19].

Este sentimento não se estendeu a Inocêncio III. Saladino tinha feito mais danos ao movimento cruzado do que qualquer outro homem — e morrera sem sequer aligeirar o seu controlo sobre Jerusalém ou devolver a grande relíquia da Vera Cruz que estivera no Santo Sepulcro e que fora outrora o orgulho da Igreja latina. Em 1202-4, Inocêncio lançou a Quarta Cruzada, com a intenção de atacar Jerusalém através do Egito para aproveitar a vantagem da

confusão no mundo aiúbida provocada pela morte do sultão. Quando Saladino estava vivo, dividira o seu império em feudos regionais governados por vários parentes: o filho mais velho de Saladino, Al-Afdal, geria as terras em redor de Damasco; o seu segundo filho, Al-Aziz Uthman, dominava o Egito; e o seu terceiro filho, Al-Zahir Ghazi, controlava Alepo e o norte da Síria. O irmão do sultão, Al-Adil, estava em Kerak, na Transjordânia. Com a morte de Saladino, esta difusão de poder criara uma rixa pela supremacia total que se arrastaria por muitos anos.

Com o império aiúbida momentaneamente desalinhado, a Quarta Cruzada procurava tomar a iniciativa. Infelizmente para Inocêncio, foi um fiasco pois as tropas europeias e uma frota veneziana que haviam partido para a Terra Santa divergiram para Constantinopla e saquearam de forma cruel e gananciosa antes de instalarem um novo governante latino, substituindo o imperador bizantino grego Aleixo III Ângelo pelo conde da Flandres, que assumiu o título imperial como Balduíno I. Apesar deste fracasso embaraçoso, Inocêncio continuou apaixonadamente preocupado com o destino dos cristãos latinos no Oriente e dedicado à ideia de que ainda poderiam voltar a ganhar Jerusalém. Inocêncio via os Templários no Oriente como a linha da frente da defesa da Terra Santa e, em comum com a classe dominante do momento, via os seus irmãos no Ocidente como administradores e diplomatas de valor incalculável.

Inocêncio III protegeu e patrocinou a ordem com grande zelo. Usou os irmãos como cobradores de impostos, concedeu novos privilégios à ordem e emitiu bulas papais que reconfirmavam as proteções gerais que tinham há décadas. Descreveu os membros das ordens militares como «homens de caráter e prudência» e aconselhava o clero que rezava pela sua azarada Quarta Cruzada a ter sempre um irmão templário e hospitalário consigo[20]. No decorrer do seu papado, reiterou os direitos dos Templários a recolher o dízimo e à imunidade dos dízimos aplicados a outros clérigos. Inocêncio reafirmou o direito dos Templários a construir as suas próprias igrejas, proibiu quaisquer outros cristãos de magoar

os irmãos ou as suas posses e exortou a ordem a examinar de perto os seus novos recrutas para evitar um enfraquecimento da fibra moral coletiva dos Templários (após Hattin, esta era uma questão importante, quando havia uma necessidade urgente de novos homens, o que ameaçava diluir a qualidade do recrutamento). Deu um passo em frente para anular uma sentença de excomunhão para Gilberto Horal, o espanhol que sucedeu a Roberto de Sablé como mestre da ordem em 1194, e ameaçou anátemas contra todo aquele que se atrevesse a desobedecer aos comandos dos Templários. No seu conjunto, era uma verdadeira reafirmação dos privilégios e do poder da ordem, e não passou despercebida.

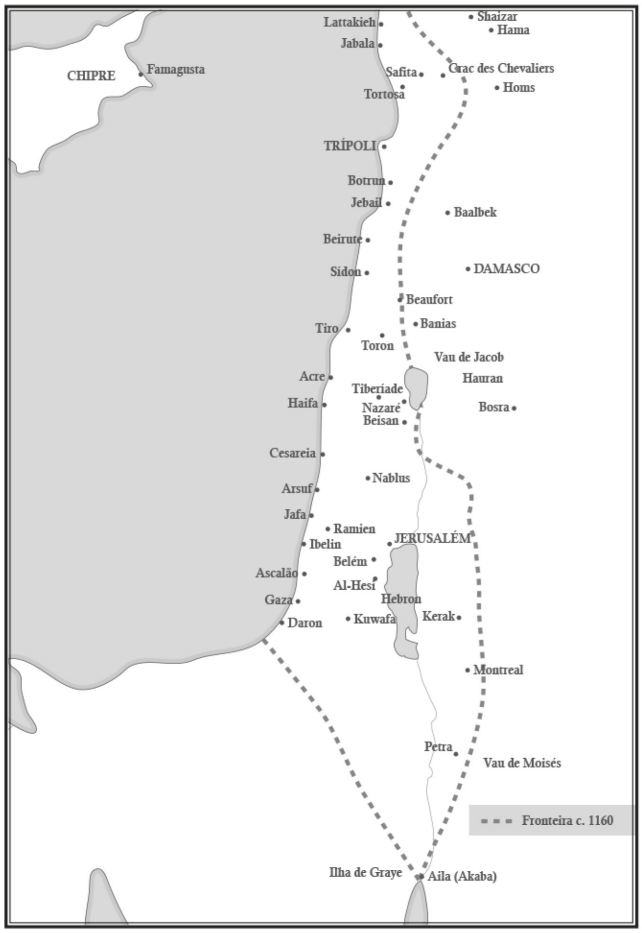
Os Templários eram uma manifestação útil da visão de Inocêncio do militante da Igreja: sempre presente, capaz e experiente no ofício de combater os inimigos de Cristo. Por sua vez, o papa era tão bom patrono como qualquer dos reis seculares da cristandade que tinham até então feito uso da ordem. Em 1216, quando Inocêncio morreu, os Templários estavam mais fortes, mais ricos e com melhores ligações do que em qualquer momento da sua história. Era verdade que a maior parte dos seus membros e associados viviam a milhares de quilómetros da frente de guerra contra os muçulmanos da Síria e do Egito que tinha ocupado os irmãos do Oriente por quase um século e que mesmo na Europa apenas um pequeno número estava militarmente ativo contra os almóadas. Poucos viviam da maneira originalmente idealizada por Hugo de Payens e São Bernardo. Contudo, todos tinham um papel quer a financiar quer a lutar nas cruzadas. Apesar de os Templários estarem a divergir da atividade militar para a banca, a gestão de propriedades e a diplomacia internacional, a ordem raramente tinha sido tão central para o movimento cruzado como seria nos anos imediatamente a seguir à morte de Inocêncio. Com Saladino morto, o Ultramar estava de novo agitado: uma quinta cruzada foi planeada, centrada no Egito e nas cidades mercantis do delta do Nilo. Este seria um empreendimento em grande escala, reunindo homens e material de toda a cristandade para uma campanha

anfíbia em território hostil. Seria necessário devoção, conhecimento e dinheiro. E quem melhor do que os Templários para o planeamento, execução e financiamento desta extraordinária nova aventura?

20 O Domesday Book era um enorme censo da propriedade e da população de Inglaterra e do País de Gales, levada a cabo sob a ordem de Guilherme, *o Conquistador,* em 1086, vinte anos antes da conquista normanda.

21 Esta era a embaixada que deixara Jerusalém em 1184, em que o mestre Arnaldo de Torroja morrera.

palestina e sul da síria



Escala 1:4 000 000 (1 cm = 40 metros)

14

«DAMIETA!»

Um vento norte soprava na costa quando um constante fluxo de navios saía do porto numa baía calma cujo molhe ficava na sombra de um novo e enorme castelo templário. Château Pèlerin, assim nomeado pelos voluntários que o tinham ajudado a construir, era tão grande como qualquer outra fortificação erguida pelos cristãos da Terra Santa no decorrer dos últimos cento e vinte anos. Encontrava-se num penhasco rochoso que avançava sobre o mar não longe de Haifa, a cerca de meio caminho entre Jafa e Acre, a capital trabalhadora do reino cristão de Jerusalém. A dez quilómetros de distância estava Monte Tabor, que os sarracenos, comandados por Al-Adil, irmão de Saladino, tinham recentemente conquistado e fortificado com uma base militar. Château Pèlerin fora concebido em parte para ripostar a Monte Tabor e cumpriu bem a sua função.

Château Pèlerin, um exemplo inovador de equipamento militar, substituíra o antigo complexo próximo de Destroit, erguido décadas antes para guardar a estreita estrada costeira num ponto que era vulnerável a ataques de salteadores. Enquanto Destroit fora efetivamente uma grande torre de vigia, Château Pèlerin era um palácio de casernas, fornecendo espaço de guarnição militar para milhares de tropas e um porto para embarcações templárias. Fora concebido para incluir todas as características de um centro de comando militar recente: uma vala profunda que protegia a entrada terrestre; defesas interiores incorporadas em enormes blocos de pedra retirados de uma antiga muralha fenícia; uma igreja de nave redonda; uma sala de jantar concebida para sentar quatro mil soldados ao mesmo tempo e escadarias internas largas o suficiente para permitir que um cavaleiro montado cavalgasse à vontade pelo castelo[1]. Estava equipado com masmorras amplas, feitas para manter prisioneiros de guerra, inimigos da ordem e irmãos rebeldes

que tivessem desobedecido à Regra cada vez mais detalhada da ordem (foram preservados estudos de casos de irmãos acorrentados em Château Pèlerin, relacionados com comportamentos que iam desde desacatos e vestir roupas seculares a carícias ilícitas à noite).[2] Château Pèlerin era uma poderosa declaração da reconstrução cristã após o traumático encontro com Saladino, com o seu nome a ser um lembrete poderoso da principal vantagem dos Templários como força de batalha: o facto de serem abastecidos e assistidos por uma corrente de peregrinos devotos aparentemente sem fim. Tinha custado tanto dinheiro construí-lo, escreveu um autor cristão, que «era de pensar de onde tudo teria vindo»[3].

A bordo de um dos navios que partiram do porto no final de maio de 1218 estava Guilherme de Chartres, que se tornara mestre dos Templários após as mortes de Gilberto Horal, em 1200, e do seu sucessor, Filipe de Plessis, em 1209. Viajava com Garin de Montaigu, mestre dos Hospitalários, e os marechais de ambas as ordens. De facto, praticamente todo o convento central dos Templários do Oriente fora mobilizado, deixando para trás apenas uma esquelética equipa de castelhanos e os oficiais diretamente responsáveis por manter as operações comerciais e náuticas em Acre.

As ordens militares viajavam com toda a maquinaria de guerra do Oriente latino. Galeras carregadas com armas e armaduras acompanhavam navios de passageiros que levavam cruzados vindos para a Terra Santa da Flandres, Áustria e Hungria e eclesiásticos de categoria elevada, incluindo o patriarca de Jerusalém e os bispos de Acre, Nicósia e Belém. Com eles ia também o novo rei de Jerusalém, João de Brienne, um nobre de Champanhe que administrava o reino oriental em nome da sua filha ainda criança, a rainha Isabel II[22]. Também embarcaram centenas de peregrinos comuns, sendo que muitos dos quais tinham já feito uma longa viagem desde os seus lares em Bremen e Colónia, inspirados a fazer os votos cruzados pela miraculosa aparição de

cruzes em chamas no céu. A Quinta Cruzada, que fora primeiro aclamada pelo papa Inocêncio III em 1213, marcara os corações dos fervorosos cristãos do Norte, e os que faziam agora os seus votos e partiam para a Terra Santa estavam na última parte da sua viagem para a cidade que tinham escolhido atacar: Damieta, no delta do Nilo.

Quase exatamente no mesmo momento em que um exército deixava Château Pèlerin em maio de 1218, outra frota cruzada desfraldava as suas velas e dirigia-se para o Nilo vinda da direção oposta: deixava a costa atlântica de Portugal, passando pelo Algarve e dirigindo-se através do estreito de Gibraltar para as águas mais calmas e quentes do Mediterrâneo. Continha cerca de oitenta encaixes — enormes navios de madeira com a energia de uma única grande vela quadrada[4]. Com esta frota estava Pedro de Montaigu, um irmão que servia há muito vindo de uma família cruzada com boas relações, que ascendera nas fileiras, servindo como mestre templário em Espanha e na Provença, e mais tarde mestre no Ocidente, o que o tornava no oficial mais veterano fora da Terra Santa. Garin de Montaigu, que embarcara em Château Pèlerin, era seu irmão[23].

Pedro de Montaigu era um nativo de Auvergne, no sudoeste de França, e apesar de ter feito a sua carreira mais na Europa do que no Oriente, tinha visto em primeira mão muita da guerra santa. A 16 de julho de 1212, combatera na batalha de Las Navas de Tolosa, em que uma coligação de forças dos reinos hispânicos de Aragão, Castela e Navarra atacara um enorme exército do Norte de África comandado pelo califa almóada Muhammad al-Nasir.

A viragem para o século XIII tinha visto um reavivar das fortunas muçulmanas no sul de Espanha, com os almóadas a procurar reconquistar as terras que lhes tinham sido tiradas pelas constantes invasões dos reinos cristãos. Em 1195, na batalha de Alarcos, o califa almóada Al-Mansur infligiu uma derrota dolorosa a um exército comandado por Afonso VIII de Castela. Os cristãos foram afastados

do campo de batalha e perderam muitos castelos e cidades no rescaldo. As incipientes ordens militares espanholas que tinham feito parte da batalha foram abaladas pela derrota: a Ordem de Santiago perdeu dezanove cavaleiros, incluindo o seu mestre, e a Ordem de Calatrava, dois castelos e um número incerto de homens[5]. Estas não eram perdas que pudessem ser rapidamente resolvidas, e não podiam ser simplesmente apagadas da humilhação da derrota. Após muita pressão exercida pelas ordens militares, Inocêncio III foi persuadido em 1209 a conceder estatuto total de cruzada à luta contra os almóadas, permitindo aos combatentes pedir o perdão dos seus pecados com o seu envolvimento.

A batalha de Las Navas de Tolosa foi o culminar desta cruzada. Os reis de Castela, Navarra, Portugal e Aragão avançaram para o campo juntamente com os Templários, as ordens de Santiago e de Calatrava e voluntários de França que tinham viajado para o sul de Espanha, entre Córdova e Granada, com o objetivo explícito de combater os almóadas.

Os Templários lutaram na retaguarda da batalha, e Pedro de Montaigu testemunhou a carnificina que se seguiu quando os cristãos investiram sobre as forças muçulmanas, perseguindo Muhammad al-Nasir (que tinha sucedido a Al-Mansur em 1199) no campo, com a sua guarda pessoal de escravos negros africanos acorrentados sem o conseguir proteger das devastadoras cargas de cavalaria. O rei de Castela apregoou após a batalha que os cristãos apenas perderam vinte e cinco ou trinta homens, e que, por seu lado, mataram cem mil muçulmanos[6]. Na verdade, houve perdas substanciais no lado cristão, suportadas de forma árdua pelas ordens militares. Os Templários perderam o mestre português, e o mestre da Ordem de Santiago também morreu. Mas foi uma vitória que levantou o ânimo e parecia sugerir que Deus voltava a sorrir aos cristãos.

Agora, seis anos mais tarde, o navio de Pedro de Montaigu afastava-se do palco de outra vitória. Desaparecendo no horizonte

estava a fortaleza em ruínas de Alcácer do Sal (Al-Qasr), a cerca de 64 quilómetros a sul de Lisboa, cercada no outono anterior por uma força unida de cristãos portugueses e de cruzados da Frísia e da Renânia, que tinham investido durante meses até as suas muralhas começarem finalmente a ceder.

O entusiástico assalto forçara os defensores muçulmanos de Alcácer a abandoná-la em outubro de 1217: uma vitória anunciada por mais uma aparição da Vera Cruz no céu noturno. O triunfo deveu-se muito aos Templários espanhóis, que tinham vindo *en masse* sob o seu mestre Pedro Alvítiz para ajudar no cerco[7]. «Os sarracenos foram conquistados através da força divina», escreveu um cronista; «um dos seus reis foi morto e, com ele, muitos outros foram massacrados ou feitos prisioneiros»[8]. Esta era apenas a espécie de êxito que os cruzados ocidentais esperavam reproduzir quando chegassem à costa egípcia.

«Damieta!», escreveu o eclesiástico e historiador germânico Oliver de Paderborn, que viajara desde o seu lar perto de Colónia para participar na Quinta Cruzada. «Ilustre entre os reinos, a mais famosa no orgulho da Babilónia, amante do mar.»[9]

A cidade era rica, próspera e movimentada: valia cada sílaba desta elegia entusiasta. A oeste corria um dos maiores canais que formavam o delta do Nilo, onde a água salgada se misturava com a água doce que percorria centenas de quilómetros desde as terras altas da Etiópia e onde crocodilos esfomeados se aqueciam nos bancos de areia[10]. No lado leste da cidade estava o Lago Manzala, de água salgada, longo, raso e carregado de peixes. Um abundante fornecimento de água significava que a cidade estava rodeada de terras agrícolas férteis e aldeias e que a população estava amplamente abastecida todo o ano com colheitas da planície de inundação do Nilo[11]. Contudo, Damieta era mais do que o ponto central da agricultura ribeirinha. Era uma das grandes colónias portuárias da região: conveniente para comerciantes das prósperas cidades-estado italianas de Génova e de Veneza e

com boas ligações às cidades costeiras do Levante. Com um vento favorável, um navio podia viajar de Acre a Damieta em menos de uma semana. A opulenta cidade do Cairo alcançava-se facilmente pelo sul. Damieta era um ponto habitual de paragem para os navios mercantis que percorriam a costa sul do Mediterrâneo e um ponto tradicional para os comerciantes marítimos do Ocidente para aceder às caravanas terrestres que se encaminhavam pelo Oriente para a Índia e a China, com os seus camelos e vagões carregados com sedas exóticas, especiarias, sal, ouro, madeira, óleos, remédios e escravos[24]. Como Alexandria, do outro lado do delta, Damieta era um prémio sedutor, atacada regularmente pelos vários poderes imperiais que se tinham levantado e caído no Oriente mediterrâneo durante os quinhentos anos anteriores.

Para os soldados cristãos reunidos no exterior de Damieta em 1218, vindos de Inglaterra, Flandres, oeste de França, principados germânicos, Áustria, Hungria e muitos outros lugares, toda esta riqueza era absolutamente tentadora. Mas também o era o chamariz espiritual do Egito. Damieta não figurava de modo proeminente na vida de Cristo, mas era um ponto de entrada para o Egito, a terra de onde os israelitas tinham fugido para vaguear na região selvagem; onde Moisés tinha recebido os mandamentos; onde a Virgem Maria tinha limpado as roupas de Jesus numa fonte sagrada (o poço em questão era um ponto de referência no caminho dos peregrinos, onde cristãos fervorosos se reuniam para se banharem na festa da Epifania, num jardim cheio de árvores de bálsamo). Mais do que tudo isto, contudo, nas mentes dos cruzados de 1218, Damieta era o primeiro passo crucial para voltar a ganhar Jerusalém.

O papa Inocêncio III apelara à Quinta Cruzada em 1213, mas morrera a 16 de julho de 1216, terminando um papado agressivo em que lançou três cruzadas, excomungou vários príncipes e reafirmou o poder de Roma. Não viveu para ver partir os exércitos a que apelara, mas a sua missão foi levada a cabo pelo seu sucessor, Honório III. Um inteligente nativo de Roma que estava na casa dos cinquenta anos quando foi eleito papa, Honório não era tão

impetuoso como Inocêncio, mas estava suficientemente comprometido com as cruzadas para apoiar o projeto com um décimo das receitas papais durante três anos e para se corresponder de forma vigorosa com vários líderes, que incluíam o rei André da Hungria, o duque Leopoldo VI da Áustria, o patriarca de Jerusalém, os mestres dos Templários e dos Hospitalários e João de Brienne, rei titular de Jerusalém[12]. Não havia um rei inglês, pois João morrera na guerra civil de 1216, deixando uma criança como sucessora. Filipe Augusto de França também não se encontrava à vista. Mas Honório fazia constantes petições ao seu protegido Frederico II Hohenstaufen, o rei dos germânicos, de quem fora tutor quando este era pequeno, para que Frederico comandasse os seus vastos exércitos para sul e se juntasse aos ataques. O papa ordenara também procissões cruzadas em todas as cidades da cristandade na primeira sexta-feira de cada mês «para que cada crente pudesse interceder a favor dos cruzados ao prostrar-se humildemente durante a sua oração»[13].

Uma coisa que Honório não fez, no entanto, foi envolver-se na estratégia militar. Sentia que este dever pertencia aos príncipes e potentados que tinham avançado para chefiar a missão. Foi por esta razão, em parte, que a cruzada originalmente lançada para devolver Jerusalém ao domínio cristão acabou por ser desviada para um posto de comércio na foz do Nilo, a 320 quilómetros da Cidade Santa.

A decisão de atacar Damieta em vez de Jerusalém foi tomada em Acre, em outubro de 1217, num concílio de guerra que reuniu todos os experientes cruzados do Oriente e do Ocidente. Numa carta ao papa Honório, o mestre templário Guilherme de Chartres explicou que Jerusalém não podia ser tomada sem primeiro reduzir a capacidade dos sarracenos de abastecer os seus exércitos na Palestina pelo sul e sem enfraquecer o poder do governante muçulmano do Egito, que nesta altura era Al-Kamil, sobrinho de Saladino[14].

O facto de haver ainda outro novo sultão com quem entrar em guerra dizia respeito ao fluxo contínuo no mundo aiúbida. Nas duas décadas que se seguiram à morte de Saladino, o poder tinha-se consolidado e voltado a fraturar. Em 1201, o irmão de Saladino, Al-Adil (Safadino), tinha conseguido afirmar a sua autoridade como sultão do Egito e da Síria, subjugando a oposição dos filhos de Saladino. Mas quando Al-Adil morreu, em 1218, o império dividiu-se novamente, desta vez entre os seus próprios filhos. Assim, Al-Kamil (conhecido pelos cruzados como Meledino) instalou-se no Cairo e declarou ser o próximo sultão e chefe da família; Al-Mu'azzam (conhecido como Coradino) estava em Damasco; e um terceiro irmão, Al-Ashraf, controlava Alepo e o norte da Síria.

Damieta era o primeiro ponto em que os cruzados pretendiam testar a nova hierarquia do inimigo. João de Brienne escreveu que, «através de uma invasão ao reino do Egito, a Terra Santa podia ser mais facilmente libertada de mãos infiéis»[15]. O mestre templário parece ter aprovado esta estratégia — pode também ter feito pressão sobre o caso na conferência de Acre. Os Templários desempenharam um papel significativo no planeamento da cruzada, conseguindo empréstimos para ajudar a financiar os pagamentos das tropas através do Templo de Paris sob a orientação do tesoureiro, o irmão Haimard. É razoável pensar que devem ter tido um papel crítico semelhante na ação militar que se seguiu.

Os navios que vinham de este e oeste convergiram em Damieta no começo do verão de 1218. Os que vinham de Château Pèlerin alcançaram a costa egípcia a 30 de maio e perceberam que apenas a frota germânica e frísia que trazia Pedro de Montaigu começara a desembarcar. Os cruzados estabeleceram uma cabeça de ponte um pouco acima da foz do rio e começaram a inspecionar as defesas da cidade.

Como qualquer joia valiosa, Damieta estava bem guardada, protegida por três conjuntos de muralhas atorreadas, cada um parecendo maior do que o anterior. Tinham sido construídas vinte e

oito torres dentro das muralhas, com fossos entre elas para segurança extra. Oposta à muralha oriental da cidade, no meio do rio, estava uma ilha onde se encontrava mais uma torre à qual os cidadãos tinham prendido uma série de correntes que podiam ser levantadas a qualquer momento para impedir navios de entrar no rio através do seu único canal viável[16]. Dentro da cidade, os seus defensores estavam equipados com todo os aparelhos concebíveis para bater, queimar ou empalar qualquer um que fosse louco o suficiente para os enfrentar. Uma das suas armas mais potentes era o fogo grego: uma resina pegajosa, à base de nafta e inflamável, que podia ser pulverizada de barris ou lançada ao estilo de uma granada em potes que explodiriam com o impacto. O fogo grego era quase impossível de extinguir. Era uma arma terrível e altamente potente para disparar contra os soldados que atacavam a partir da água. Juntas, as defesas de Damieta eram mais duras do que quaisquer outras que os exércitos cruzados tinham enfrentado e, mais ainda, era possível esperar que Al-Kamil enviasse regularmente surtidas de apoio a partir do Cairo para dificultar o decorrer do cerco. Planeamento rigoroso, disciplina e experiência seriam necessários para entrar em Damieta — ainda mais com a tentativa a iniciar no calor do verão, com as temperaturas diárias a exceder os 44 °C à sombra.

A primeira tarefa dos cruzados após montarem o acampamento foi capturarem a ilha no meio do rio — pois sem fazerem isso a cidade seria invencível. Tendo eleito formalmente João de Brienne como chefe, encaminharam-se para a tarefa com o seu habitual prazer. Primeiro veio um entusiástico ataque com catapultas, que durou vários dias. Cobertos pelo bombardeamento, muitos dos grupos mais animados e confiantes dos exércitos cruzados equiparam navios com escadas e proas de madeira e tentaram manobrar por baixo das correntes da torre e escalar as muralhas. De acordo com Oliver de Paderborn, navios de ataque deste género eram equipados pelos austríacos, frísios, germânicos e Hospitalários, tendo os Templários abastecido pelo menos um navio.

Todos falharam. A escada dos Hospitalários foi despedaçada, tal como a do navio do duque da Áustria, fazendo os guerreiros cair na água, onde se afogaram, «feridos no corpo para a vantagem das suas almas». Os navios germânicos e frísios ancoraram no rio e tentaram apedrejar a torre com uma catapulta a bordo, mas um contra-ataque de fogo grego incendiou-os e tiveram de regressar ao acampamento base «cravejados de setas por dentro e por fora»[17]. Os Templários construíram um navio couraçado protegido por baluartes, que conduziram diretamente até perto da torre, no meio da luta. «Não foram poucos os danos» que sofreram, escreveu Oliver de Paderborn[18]. Como os seus colegas germânicos e hospitalários, foram obrigados a abandonar o assalto.

Os cruzados continuaram a bombardear a torre e a ponte com as suas catapultas, procurando enfraquecer a ligação com a cidade. Entretanto, começava o trabalho na costa, sob as indicações pessoais de Oliver de Paderborn, para construir um destruidor anfíbio feito de dois navios juntos, com quatro mastros, uma ponte rotativa e uma cobertura à prova de fogo feita de peles de animais. Com este ancorado na posição devida, começou uma segunda tentativa para atacar a torre. Uma luta feroz estalou no que era efetivamente uma fortaleza flutuante. Na costa, os eclesiásticos rezavam alto e veneravam a sua melhor relíquia: um pedaço da Vera Cruz que se dizia ter sido roubada da relíquia maior perdida para Saladino em Hattin[19]. Apesar de uma violenta batalha de catapultas e o lançamento de bastante fogo grego, durante muito tempo nenhum lado conseguiu submeter o outro. Mas, no decorrer de um assalto particularmente intenso na tarde de 25 de agosto, os cristãos acabaram por conseguir saltar da sua plataforma e atearam uma fogueira fora de uma das portas mais baixas de uma torre. O fumo e as chamas subiram pelos andares superiores e os defensores em pânico perceberam depressa que a situação era desesperada. Muitos atiraram-se das pequenas janelas para escapar ao inferno e afogaram-se consequentemente no rio. Outros cento e doze renderam-se ao duque da Áustria. «Os nossos

homens deram graças a Deus», escreveu Jacques de Vitry, bispo de Acre, que estava presente[20]. O primeiro estágio da captura de Damieta estava terminado.

Pouco depois disto — entre duras lutas nas últimas semanas de agosto —, Guilherme de Chartres, o décimo quarto mestre do Templo, morreu, com muitos outros eruditos, incluindo um filho bastardo do rei João de Inglaterra. «Mais mártires de Cristo, mais confessores de Cristo, a serem deixados dos cuidados humanos em Damieta», suspirou Oliver de Paderborn[21]. A ordem elegeu para o seu lugar Pedro de Montaigu, o mestre ocidental que fora para o Egito via Portugal e cerco de Alcácer. Esta era uma boa nomeação: Pedro era inteligente, experiente e razoável nos seus julgamentos. Era também uma escolha notável, porque pela primeira vez os mestres do Templo e do Hospital eram irmãos. Ambas as ordens tinham sido construídas sobre redes de famílias francesas da alta sociedade, mas poucas coisas simbolizavam a natureza essencialmente aristocrática dos seus membros quase tão claramente como a nomeação dos irmãos Montaigu como mestres ao mesmo tempo.

Apesar de a torre do Nilo ter sido tomada de forma relativamente rápida, derrubar as defesas da própria Damieta com sucesso era mais complicado. O estandarte aiúbida, da cor do açafrão, esvoaçava de forma segura sobre as muralhas abundantes, e os meses passavam em bombardeamentos inconclusivos de projéteis e escaramuças ocasionais quando os defensores atacavam o acampamento cristão. Houve alguma alegria quando chegaram notícias da morte de Al-Adil a 31 de agosto. «Envelhecido com dias maus e doença», escreveu Oliver de Paderborn, «foi enterrado no inferno.»[22] Na prática, contudo, pouco mudara. O vigoroso jovem sultão Al-Kamil ainda estava vivo e era agora quem mandava, e Damieta ainda se aguentava firme.

Os Templários da Quinta Cruzada enfrentaram a mesma miséria do resto do exército quando o inverno se aproximou. As condições deterioraram-se rapidamente. Um abastecimento pobre levou a uma

epidemia de escorbuto. Os homens arrastavam-se pelo acampamento do cerco com as pernas em agonia e as gengivas inchadas e apodrecidas. Alguns cruzados partiram, após um ano longe de casa, que consideravam o tempo adequado para o cumprimento dos seus votos. Outros chegaram, mas nem todos eram completamente úteis. A liderança ficou particularmente enfraquecida pelo aparecimento do influente mas divisivo Paio Galvão, de cinquenta e três anos, bispo de Albano, cardeal e delegado enviado pelo papa Honório que queria ser, não de forma totalmente correta, um tático militar, bem como um curador de almas.

Numa manhã do final de outubro, o acampamento dos Templários foi atacado por um vasto grupo, resultando numa pequena batalha de cavalaria em que mais de quinhentos homens foram mortos. No mês seguinte, o acampamento foi assolado por uma tempestade que durou três dias, destruindo tendas e estilhaçando vários navios ancorados. Quando tudo acalmou, no início de dezembro, continuaram os ataques da torre capturada no rio. Oliver de Paderborn registou, desgostoso, um encontro: tendo sido sugado pela corrente forte do rio perto das barricadas defensivas de Damita, um dos navios dos Templários foi recebido com uma chuva de pedras e fogo grego, e depois rodeado por embarcações inimigas ligeiras. Os soldados muçulmanos entraram rapidamente no barco com ganchos, depois escalaram os lados altos de madeira e entraram numa batalha corpo a corpo no convés. «Quando já tinham lutado por algum tempo, o navio ficou por fim perfurado (pelo inimigo ou pelos nossos homens, não sabemos) e procurou as profundezas, afogando egípcios e cristãos, com o topo do mastro a mal aparecer sobre as águas», escreveu Oliver. Comparou de seguida os templários que morreram no Nilo com Sansão, o herói do Antigo Testamento. «Também estes mártires arrastaram consigo para o abismo das águas mais do que aqueles que teriam conseguido matar com as suas espadas.»[23]

A luta continuou durante o inverno e pela primavera seguinte, e ainda assim as triplas muralhas de Damieta mantiveram-se firmes. A bandeira de duas cores dos Templários podia ser vista em toda a zona de guerra, bem como dezenas de outras, incluindo as de uma ordem militar germânica relativamente nova, conhecida como Ordem Teutónica, que pretendia reproduzir a estrutura e as conquistas dos Templários. A Ordem Teutónica tinha as suas origens em Acre, onde se estabeleceu como um ramo germânico dos Hospitalários durante o grande cerco de 1190-1. Nessa época, prestavam serviços médicos às tropas germânicas feridas na luta, trabalhando sob o tecido das velas dos seus navios. Como os Hospitalários, a Ordem Teutónica adotou rapidamente um papel militar, e nas primeiras décadas do século XIII estabeleceu-se como a terceira maior ordem militar cristã do movimento cruzado[24].

No verão de 1219, os observadores mais atentos podiam ver que a Quinta Cruzada se inclinava para um impasse. A liderança tornara-se caótica, e o sentimento geral era que apenas uma vaga maciça de tropas comandadas pelo rei germânico Frederico II Hohenstaufen permitiria um triunfo cristão. Porém, apesar de ter prometido ao papa que o faria em múltiplas ocasiões, Frederico não veio. Parecia, escreveu Oliver de Paderborn, que Damieta seria entregue às mãos dos cristãos «apenas por poder divino»[25].

Nesse verão, um homem peculiar chegou a Damieta dando a entender que era apenas um agente de mediação divina. Giovanni di Pietro di Bernadone era filho de um mercador da região italiana de Úmbria e experimentara uma epifania após ouvir um pregador descrever como Cristo exortara os seus seguidores a ir entre o povo de Deus e criar o Reino do Céu. De acordo com o Evangelho de São Mateus, Jesus dissera aos seus apóstolos:

> Curai os enfermos, ressuscitai os mortos, purificai os leprosos, expulsai os demónios. Recebestes de graça, dai de graça. Não possuais ouro, nem prata, nem cobre, em vossos cintos; nem alforge para o caminho, nem duas túnicas, nem sandálias, nem cajado; pois o trabalhador merece o seu sustento. Em qualquer cidade

> ou aldeia onde entrardes, procurai saber se há nela alguém que seja digno e permanecei em sua casa até partirdes.[26]

O jovem homem entendera estas palavras de forma literal e, sob o novo nome de Francisco de Assis[25], abraçara uma vida de pobreza, rejeitando o luxo da sua ascendência aburguesada para se tornar um vagabundo e um pregador, vestido com um rude hábito cinzento. Rejeitava totalmente a propriedade pessoal e o mérito e preferia caminhar descalço pelas montanhas de Itália, dizendo a qualquer um que o ouvisse que deveria arrepender-se dos seus pecados ou enfrentar a ira de Deus.

Francisco desenvolveu rapidamente um grupo de seguidores e, em 1209, organizou-os como Ordem dos Frades Menores (também conhecida como Ordem dos Irmãos Menores e, mais tarde, Franciscanos). Os frades seguiam uma Regra simples e descomplicada que Francisco desenvolvera com base em alguns versículos dos Evangelhos. Como os Templários, Francisco e os seus companheiros fizeram votos de obediência, castidade e pobreza. Aqui, contudo, acabavam as semelhanças; de facto, o aparecimento de Francisco em Damieta em 1219 foi um lembrete de quão longe os irmãos que aí lutavam se encontravam da forma de vida idealizada pelos seus fundadores.

Tinha passado exatamente um século desde que Hugo de Payens estabelecera a Ordem dos Pobres Cavaleiros do Templo de Salomão em Jerusalém. Durante esses cem anos, os Templários tinham passado de pastores indigentes nas estradas dos peregrinos, dependentes da caridade dos companheiros peregrinos para terem comida e roupa, a um grupo paramilitar sem fronteiras e autossuficiente, financiado por uma gestão de propriedades em larga escala.

Francisco de Assis não era tão inocente como parecia — para começar, conseguira que a sua ordem fosse abençoada pelo papa Inocêncio III. No entanto, o seu comportamento pessoal era um contraponto estrondoso em relação ao dos altos oficiais do Templo. Enquanto Francisco era um pedinte livre e descalço, eles eram

atores políticos com contactos nas cortes reais europeias, magnatas cujo património se estendia da Escócia à Sicília, soldados de elite que podiam pagar bases anfíbias gigantes em zonas de guerra e peritos financeiros cooptados na burocrática mecânica dos principais reinos da cristandade. Ao passo que Francisco orientava a sua ordem apenas com uma capa de lã cinzenta sobre os ombros magros e as palavras dos apóstolos nos lábios, Pedro de Montaigu teve direito, de acordo com a Regra templária, a quatro cavalos de guerra, quatro animais de carga, uma comitiva pessoal que incluía um capelão, um clérigo, um valete, um oficial, um ferrador, um tradutor sarraceno, um turcópolo e um cozinheiro, uma guarda pessoal de três homens, um cofre para guardar todos os seus valores e uma sala privada para seu próprio uso em qualquer Templo que visitasse[27]. Os Templários eram respeitados e valorizados no mundo cristão, mas não podiam ser considerados como ascetas radicais e intransigentes.

Na chegada a Damieta, Francisco identificou-se como negociador. Saiu do acampamento cristão e apresentou-se ao exército muçulmano nas proximidades. Aí pediu um encontro com Al-Kamil para poder mostrar ao novo sultão o erro da sua fé. De acordo com Jacques de Vitry, cronista e bispo de Acre, Francisco «pregou aos sarracenos durante alguns dias mas com poucos resultados»[28]. O sultão recusou educadamente a sua oferta de realizar um miraculoso caminhar pelo fogo como prova da aprovação de Deus e enviou o excêntrico jovem de volta para o seu lugar. Apenas o bom humor de Al-Kamil salvou Francisco de uma decapitação sumária, um destino que muitos irmãos templários conheceram ao longo do tempo.

Como nenhum assalto frontal ou as súplicas de um frade honrado conseguiam enfraquecer Damieta, a única coisa que o exército cruzado podia fazer era esperar até os efetivos militares da cidade estarem à beira de morrer à fome. Esse momento só chegou em setembro de 1219, quando o cerco já decorria há dezoito meses. Chegaram relatos a Oliver de Paderborn sobre uma fome extrema

dentro da cidade, acompanhada por surtos de doenças[29]. Enviados de Al-Kamil ofereceram uma paz em que os cristãos deixariam Damieta, recebendo em troca «todo o reino de Jerusalém», à exceção dos castelos de Kerak e Montréal, na Transjordânia, que estavam situados na crucial estrada por terra que ligava o Egito a Damasco[30].

Para muitos dos cruzados enfraquecidos — particularmente os de França, Alemanha e Inglaterra —, este parecia um negócio muito bom. Afinal, Jerusalém era o que queriam. Contudo, o delegado Paio Galvão encabeçava uma fação a favor da captura de Damieta a qualquer custo, argumentando que, já que os ocupantes muçulmanos de Jerusalém tinham destruído as defesas da Cidade Santa, seria impossível mantê-la, e retirar-se agora seria cair numa armadilha e ficar sem nada. Esta discussão foi apoiada pelos irmãos Montaigu, e, a curto prazo, parecia que estavam certos. Apesar de rancorosos desacordos entre os chefes cruzados, o cerco continuou e, em novembro de 1219, os defensores da cidade tinham enfraquecido a ponto de colapsar. A 5 de novembro, um assalto com escadas às muralhas foi bem-sucedido, e os cruzados forçaram o seu caminho para a cidade, onde encontraram uma visão medonha: «As ruas estavam repletas de corpos dos mortos, apodrecendo com a pestilência e a morte.»[31] Jacques de Vitry escreveu que «o cheiro e o ar poluído eram mais fortes do que a maioria das pessoas poderia aguentar»[32]. Ouro, prata, sedas e escravos foram roubados de lojas e casas, enquanto os eclesiásticos caminhavam pelas ruas em busca de crianças sobreviventes, quinhentas das quais foram batizadas à força para se tornarem cristãs.

Com a queda de Damieta, Al-Kamil abandonou o Nilo, deixando os cruzados a festejar. A 23 de novembro, capturaram a vizinha cidade fortificada de Tânis, enquanto os Templários partiram para atacar a cidade costeira de Burlus. De acordo com Oliver de Paderborn, uma marcha de dois dias «resultou em muito espólio — cerca de cem camelos e o mesmo número de prisioneiros, cavalos, mulas, bois, burros e cabras, roupa e muitos móveis»,

apesar de ter levado à exaustão os cavalos dos Templários, muitos dos quais morreram de desidratação[33]. No regresso, membros da recente Ordem Teutónica cavalgaram ao seu encontro. A diferença na capacidade militar entre as duas ordens estava bem à vista, já que os cavaleiros teutónicos partiram sem besteiros e arqueiros para defender as suas linhas; foram apanhados numa emboscada muçulmana e o seu precetor, o seu marechal e muitos outros irmãos foram aprisionados.

Em meados de 1220, os Templários estavam na periferia de Damieta há mais de dois anos e encontravam-se mais envolvidos do que nunca nas cruzadas. Desde que Inocêncio III proclamara a Quinta Cruzada, os irmãos templários tinham ajudado a cobrar o imposto papal conhecido como vigésimo, sentando-se em comissões ao lado dos Hospitalários e do clero local para contabilizar o dinheiro conseguido nos reinos da cristandade. Era distribuído regionalmente para permitir que o maior número possível de pessoas se juntasse à cruzada[34].

Uma carta escrita pelo papa Honório ao cardeal, a 24 de julho desse ano, ilustra o quão envolvidos estavam os Templários e os Hospitalários na infraestrutura básica das transferências financeiras. Honório tinha a preocupação de que nenhum imposto das cruzadas requerido para a linha da frente da guerra devia chegar ao Egito via Roma, de modo que não houvesse sugestão de corrupção papal ou desaproveitamento de fundos. Este era um objetivo nobre, mas requeria meios descentralizados de mover o dinheiro, bem como homens divinos e de confiança com presença em todos os reinos envolvidos nas cruzadas e a capacidade prática de movimentar largas somas de moedas e tesouro de forma segura. Os Templários e os Hospitalários e a nova Ordem Teutónica eram os agentes ideais.

Honório reconheceu na sua carta que as ordens militares tinham de facto capacidade para movimentar somas impressionantes. Fez uma lista das transferências templárias recentes da Europa para Damieta: 5 mil marcos de ouro, pagos diretamente da câmara papal;

13 mil marcos recolhidos em Inglaterra e transferidos por quatro templários chamados Hugo de São Jorge, João de Novill, Geraldo de Soturririo e «Roger, *o Inglês*, da aldeia de Angles»; 1711 marcos recolhidos na Hungria e entregues juntamente com os Hospitalários húngaros; mais 5 mil marcos conseguidos em Inglaterra e transferidos através do tesoureiro templário em Paris, o irmão Haimard; 6 mil onças de ouro recolhidas em França e também encaminhadas por Haimard em Paris; uma enorme recolha de moedas de Espanha e de Portugal, que significavam mais de 25 mil moedas de ouro e mais de 5 mil libras em variadas moedas de prata.

Estas eram transferências significativas e uma prova da fé do papa na honradez e perícia dos Templários. «Por nos termos acostumado a enviar o imposto e mais dinheiro de modo mais frequente através dos irmãos do Templo e do Hospital, não temos outros intermediários em quem pareça que possamos ter maior confiança», escreveu Honório (não obstante, pediu a Paio Galvão para se manter vigilante e informá-lo no momento em que suspeitasse que quaisquer fundos desapareciam quando eram transportados para o Egito)[35]. Em cartas enviadas durante a Quinta Cruzada, Honório manteve uma posição semelhante, avisando os seus correspondentes de que deveriam desacreditar rumores de corrupção ou de indecência levantados contra as ordens, já que, «se os Templários e os Hospitalários não gastassem diariamente dinheiro com os seus oficiais, os seus besteiros e outros combatentes necessários (...) o exército seria totalmente incapaz de permanecer em Damieta»[36].

Os Templários tinham um papel fundamental no financiamento da cruzada e na defesa da recentemente capturada cidade de Damieta, mas a sua concentração de homens e recursos no Egito começava a causar-lhes problemas em outros lugares, como em Château Pèlerin, que no final do verão de 1220 estava a ser atacado pelas forças chefiadas pelo sultão de Damasco, Al-Mu’azzam, irmão de Al-Kamil. Tal como em 1160, os Templários não conseguiam lutar

com sucesso na Palestina e no Egito em simultâneo[37]. Em setembro de 1220, Pedro de Montaigu estava de regresso a Acre e pôde descrever os apuros já familiares numa carta ao seu amigo Nicolau, bispo de Elne, longe nos Pirenéus. Al-Mu'azzam estava animado e Pedro escreveu assustado:

> Vendo que as cidades de Acre e Tiro não eram suficientemente abastecidas com cavaleiros e soldados que se lhe opusessem, [ele] continuou a ferir seriamente esses lugares de forma secreta e aberta ao mesmo tempo; além disto, muitas vezes veio e montou o seu acampamento antes do nosso, que se chama Peregrinos [i. e., Château Pèlerin], ferindo-nos de todas as formas; também cercou e reduziu o castelo de Cesareia, na Palestina, apesar de vários peregrinos estarem em Acre[38].

A situação em Damieta, a que Montaigu estava atento, era cada vez mais confusa, e com grandes diferenças estratégicas entre os principais cruzados. Pedro explicou que Al-Kamil reunia um vasto exército Nilo acima, que ignoraram por sua conta e risco:

> O delegado e o clero, desejosos de avançar com a causa do exército de Cristo, exortaram frequente e seriamente o povo a atacar os infiéis, mas os nobres do exército, das províncias ultramarinas e do nosso lado da água, pensando que o exército não era suficiente para a defesa das cidades e dos castelos supracitados (...) não consentiriam este plano.

Navios sarracenos cruzavam a costa egípcia. Os recursos estavam no limite. As informações do Oriente diziam que o perigoso Al-Ashraf, irmão de Al-Kamil e Al-Mu'azzam, estava a consolidar o seu poder. Poderia rapidamente ter como objetivo Acre, Antioquia, Trípoli ou Egito. Se o fizesse, pensava o mestre templário, cada um dos lugares «estaria em enorme perigo e se cercasse algum dos nossos castelos não conseguiríamos afastá-lo»[39].

Em 1221, Pedro de Montaigu regressou ao Egito. Estava ali em junho quando Al-Kamil voltou a fazer um pedido por uma paz negociada com os cristãos, com termos semelhantes à trégua que oferecera dois anos antes. Tendo visto em primeira mão o perigoso estado dos assuntos na Palestina, o mestre templário insistiu num acordo, mas foi indeferido. Fora decidido por Paio Galvão, João de

Brienne, entre outros, que chegara o momento de afastar de uma vez por todas o exército egípcio. Pedro de Montaigu estava em minoria, portanto concordou em apoiar uma alternativa drástica: uma marcha sobre o Nilo para provocar os egípcios para uma batalha. Era um movimento ousado, mas foi feito perigosamente tarde. Enquanto no ano anterior os cruzados hesitavam, Al-Kamil e os seus aliados elaboraram uma armadilha por toda a região. Era agora tempo de a lançar.

Numa carta para Alan Martel, o precetor templário em Inglaterra, Pedro de Montaigu descreveu mais tarde a desastrosa marcha do exército de Al-Kamil[40]. A 29 de junho de 1221, o exército cristão emergiu da sua cidade de tendas no exterior de Damieta e começou a subir o rio, acompanhado por galeras. Diante deles, o exército de Al-Kamil recuava repetidamente, abandonando o seu acampamento e recusando-se a combater. Parecia demasiado bom para ser real. Os cruzados pressionaram rapidamente, com os Templários na retaguarda, atacando as aldeias à medida que avançavam e disparando bestas a quaisquer muçulmanos que aparecessem. O cronista Ibn al-Athir escreveu que «eles e toda a gente se convenceram de que iriam conquistar o Egito»[41]. No entanto, alguns começaram a ter dúvidas. João de Brienne preocupava-se com o avanço profundo do exército sobre território desconhecido e muitos homens concordaram na íntegra com ele. De acordo com Montaigu, cerca de dez mil homens abandonaram o exército sem permissão e desapareceram.

Por trás dos cruzados, reforços enviados pelos irmãos de Al-Kamil na Síria seguiam a marcha dos cristãos a pé e de barco. Pior do que isto, o Nilo começava a subir. Apesar de estar na região há mais de dois anos, o exército cruzado não entendera a complexa rede de canais aquíferos naturais e artificiais que desaguavam no rio. Nem compreendiam propriamente os variáveis ritmos sazonais das águas, que subiam no final do verão e geralmente galgavam as margens, mas que tinham apenas inundado ligeiramente durante o seu curto tempo no Egito. Al-Kamil conhecia

o funcionamento do rio muito bem e, enquanto os cruzados seguiam por terreno cada vez mais perigoso no final de julho, os seus barcos e soldados continuavam a persegui-los, bloqueando o rio e barrando o caminho de regresso a Damieta.

A 10 de agosto, os cruzados tinham parado à frente do acampamento extremamente fortificado em Al-Mansurah, onde o vasto braço do Nilo de Damieta divergia de outro braço, conhecido como Tânis (o forte de Tânis, perto do lago Manzala, devia o seu nome a esta secção do rio). Estavam encurralados no V de dois canais. Encontravam-se, também, totalmente bloqueados, já que atrás deles o rio estava agora obstruído, enquanto tropas muçulmanas ocupavam posições, barrando todos os caminhos terrestres por trás dos braços do rio. Duas semanas mais tarde, o Nilo transbordou e as suas águas levaram a maior parte da caravana de carga dos cruzados. «O exército de Cristo perdeu nos pântanos os seus cavalos de carga, equipamento, alforges, carretas e, no geral, todas as suas provisões essenciais», escreveu Pedro de Montaigu.

Poderia ter sido suficientemente mau, mas Al-Kamil jogava agora o seu trunfo. Para regular as inundações do Nilo, tinham sido escavados canais e valetas por agricultores locais. O sultão ordenou que as comportas abrissem de modo a que a maior quantidade de água possível corresse na direção dos cruzados. A terra em que o exército marchava tornou-se um lamaçal espesso e denso, levando as tropas a parar. Nem os Templários conseguiam lidar com o pânico que se instalou quando os homens aterrorizados tentaram escapar a uma lama enorme, movediça e escorregadia. Os cruzados foram apanhados, escreveu Pedro de Montaigu, «como peixes numa rede». A marcha terminara. A 28 de agosto, Paio Galvão percebeu que não podiam fazer mais do que render-se.

A generosidade do sultão — aparentemente abundante em negociações anteriores — evaporara-se. Encontrou-se com João de Brienne na sua tenda e informou o rei de Jerusalém, de forma educada mas firme, que os seus homens morreriam à fome a não

ser que os latinos concordassem com novos termos de paz: Damieta e o forte de Tânis seriam devolvidos e os exércitos ocupantes do norte do Egito partiriam. Os muçulmanos escravizados em Acre e Tiro deveriam ser libertados. Seriam assegurados oito anos de paz. Era uma rendição incondicional. João não tinha outra escolha: tinha de aceitar.

Mointagu ouviu tudo e entendeu bem: fazia parte de uma delegação enviada de regresso a Damieta para contar as notícias humilhantes. A derrota foi primeiro recebida com espanto. De seguida, estalou um motim em que foram destruídas casas. Depois, desanimados, os homens que detinham Damieta prepararam-se para partir. Rio acima, o exército começava o seu caminho de volta, enlameado, molhado e faminto. Apenas se salvaram de morrer à fome durante a sua lenta e dolorosa retirada porque Al-Kamil, com a magnanimidade de um homem que assegurara a vitória total, concordou fornecer uma quantidade de pão suficiente para quinze dias, vendo-os partir para fora do Egito e regressar ao despojado reino de Jerusalém. Como parte do protocolo de rendição, João de Brienne e Paio Galvão submeteram-se a um curto período de cativeiro honrado. Este não durou muito e rapidamente estavam de volta a Acre, gastos e trucidados. «Simpatizai connosco na nossa desdita», escreveu Montaigu ao seu colega templário Alan Martel em Inglaterra, enquanto relatava tudo com detalhes sombrios. «E oferecei-nos a ajuda possível.»

A derrota abrupta e altamente embaraçosa da Quinta Cruzada refletiu-se em todos os envolvidos. Mais uma vez, consideráveis quantias de dinheiro foram gastas a atacar posições inimigas sem obter ganhos permanentes. Jerusalém continuava em mãos muçulmanas. Os autores cristãos regressaram às usuais explicações tenebrosas para este resultado lamentável: Pedro de Montaigu escreveu sobre os «desastres que se abateram sobre nós na terra do Egito pelos nossos pecados»[42]. O papa Honório, compreensivelmente desanimado, concentrou as suas culpas em Frederico II Hohenstaufen, que consagrara como imperador

romano-germânico em 1220 com a absoluta garantia de que Frederico devolveria o favor unindo-se por fim à cruzada. Em vez disso, Frederico parara, evitara e esquivara-se à sua obrigação, preferindo concentrar-se nos complexos problemas políticos relacionados com o seu cargo de governante mais poderoso no Ocidente. Muitos mais anos passariam antes de finalmente chegar ao Oriente. Mas, quando o fez, teve consequências dramáticas para os Templários.

22 João fizera um caminho ligeiramente complexo até se tornar rei: casara com uma neta de Amalrico I conhecida como Maria de Jerusalém, que morrera em 1212, pouco depois de dar à luz Isabel, deixando João como regente.

23 Dois outros irmãos Montaigu também alcançaram destacados cargos com o serviço religioso, ambos com base em Chipre. Eustorg de Montaigu tornou-se arcebispo de Nicósia e Fulque de Montaigu bispo de Limassol.

24 No final do século XII, um funcionário árabe da alfândega escreveu um manual fiscal que registava os bens que circulavam nas cidades portuárias do Egito, anotando que Damieta era especialmente reconhecida pelo comércio de aves, grãos e alúmen — um ingrediente vital para a produção têxtil na cristandade ocidental. O Egito era também uma fonte de tesouros exóticos roubados dos túmulos dos seus antigos reis: além de ouro e pedras preciosas, era um dos únicos lugares do mundo onde os comerciantes farmacêuticos conseguiam obter pó de múmia — um ingrediente de grande valor em certos remédios medievais. Ver: Abulafia, D., *The Great Sea: A Human History of the Mediterranean* (Londres, 2011), 297.

25 Assis era a sua cidade de nascimento; Francisco era uma alcunha que supostamente lhe fora dada na infância pelo pai, com o significado de «francês».

15

«ANIMOSIDADE E ÓDIO»

Pedro de Montaigu atirou-se ao chão e beijou os joelhos do imperador. À sua volta, soldados e gente da cidade gritavam de exaltação. Era setembro de 1228 e toda a cidade de Acre testemunhava a chegada ao Oriente de Frederico II Hohenstaufen, o príncipe mais poderoso do Ocidente, seguido por uma frota de setenta galeras e milhares de homens[1]. Até o sultão egípcio marcou a ocasião enviando ao grande visitante presentes de ouro e prata, sedas e joias e uma mostra de animais raros, incluindo camelos, elefantes, ursos e macacos. A Terra Santa recebera vários convidados distintos, mas poucos eram tão ilustres como Frederico, o imperador romano-germânico, um homem de solenidade e de amplitude intelectual tão singulares que os seus admiradores lhe chamavam *stupor mundi*: a maravilha do mundo.

À primeira vista, admitamos, não o parecia muito. Frederico era de estatura mediana, a ficar careca, com uma cara sempre corada e vista fraca. Era encorpado e estava em boa forma, mas faltava-lhe a barba espessa que era um sinal inquestionável de virilidade, mesmo tendo chegado a Acre em setembro de 1228, poucos meses antes de fazer trinta e quatro anos. Fora rei toda a sua vida: coroado governante da Sicília quando tinha dois anos, reconhecido como rei dos germânicos aos vinte e um anos e formalmente eleito imperador romano-germânico em 1220, com vinte e seis. Agora juntava uma peça final para os seus domínios. Navegou para Acre via Chipre para reclamar a posição de rei de Jerusalém e lançar uma cruzada contra o sultão que detinha a Cidade Santa.

Colecionar títulos era uma das especialidades de Frederico, e a coroa de Jerusalém tinha-lhe chegado através de um casamento. Em 1225 casara com a filha de treze anos de João de Brienne, Isabel, rainha por direito de Jerusalém, e, como parte do acordo,

Frederico assumiu os direitos dos pais de Isabel para atuar como governante titular do reino latino. Três anos depois, Isabel deu à luz um menino, a quem chamaram Conrado. Infelizmente para ela, mas de certo modo afortunadamente para Frederico, a jovem morreu pouco depois de uma febre devida ao parto, deixando Frederico com um bebé que seria o herdeiro do reino latino. A sua cruzada em 1228 era então uma missão com dois motivos: recuperar Jerusalém e reclamar a coroa. Em teoria, o reino seria de Conrado, mas tecnicamente isso não contava muito para a opinião de Frederico. Estava determinado em tornar-se o novo rei cristão da Terra Santa, e infortunado aquele que se atravessasse no seu caminho.

Frederico compensava amplamente com a força da sua personalidade o que lhe faltava em estatura física. Um autor que o conhecia admitiu que era:

> Um homem hábil, astuto, ganancioso, devasso, malicioso, mal-humorado. Porém, era por vezes um homem digno, quando desejava revelar as suas qualidades boas e corteses, consoladoras, espirituosas, maravilhosas, trabalhadoras. Sabia ler, escrever e cantar e sabia compor música (...) Falava também muitas línguas diferentes (...) Se tivesse sido um bom católico e se tivesse amado Deus (...) poucos o teriam igualado[2].

A acusação de descrença persegui-lo-ia a vida inteira, pois dizia-se que em privado troçava de todas as fés, enquanto em público se rodeava de servos de aparência exótica da população muçulmana da Sicília, bem como dos mais costumeiros partidários cristãos. O ceticismo parece ter sido uma consequência de uma mente curiosa e errante, que se deliciava tanto com descobertas científicas como com prazeres artísticos e com a emoção do desporto, particularmente da caça às aves, da qual se considerava a autoridade suprema na Terra.

Era este então o homem cujos joelhos Pedro de Montaigu se dobrara para beijar. Mas Montaigu não se curvou por conhecer a erudição do imperador. Mais precisamente, esta era uma ação de cautelosa acomodação política entre a Ordem do Templo e o líder da mais recente missão cruzada para o Oriente. Quaisquer que fossem os motivos de Frederico, era o rei mais prestigiado que

visitara o Oriente desde Ricardo Coração de Leão, trinta anos antes. As ordens militares tinham o dever de trabalhar com ele da melhor forma possível e haviam prometido manter a paz entre Frederico e João de Ibelin, senhor de Beirute, um poderoso nobre local que estava bastante desconfiado da chegada do imperador. Infelizmente para os Templários e para o imperador, a genuflexão de Montaigu foi uma farsa. Em semanas, as relações entre ambos iriam dissolver-se a ponto de chegarem à violência.

Frederico não tinha muito que ver com os Templários da Terra Santa antes do seu encontro com o mestre em Acre, mas havia muito na sua personalidade e nas suas políticas que não augurava nada de bom. Para começar, era difícil evitar a noção de que Frederico estava, no fundo, pouco entusiasmado com todo o processo das cruzadas, e talvez com boas razões. A tarefa de gerir uma herança política tão grande e complexa como o Sacro Império Romano-Germânico não permitia muito espaço para mergulhar profundamente nos afazeres do Oriente, e a experiência relativamente ligeira que a dinastia Hohenstaufen tivera nas guerras orientais não prometia nada de bom. O avô de Frederico, Frederico I Barba Ruiva, e o seu pai, o imperador Henrique VI, tinham feito a sua contribuição mais notável ao manter Ricardo Coração de Leão refém no seu regresso de Acre. Henrique VI devolvera Ricardo aos ingleses por 100 mil marcos e gastara de imediato a maioria da gigantesca soma na conquista do reino da Sicília[3].

O próprio reinado de Frederico II também levantou várias questões que justificavam a desconfiança. Templários e Hospitalários tinham tido uma presença há muito estabelecida na ilha da Sicília, mas quando Frederico era menor de idade foram postos de parte em detrimento da recém-formada Ordem Teutónica, que lutava agressivamente para ganhar proeminência sobre os seus homólogos há muito estabelecidos. Alguns viam isto como uma situação perigosa, e vários cavaleiros sicilianos partiram para Oriente para se unirem à Ordem do Templo de forma a escapar especificamente à animosidade do imperador[4].

Um dos principais conselheiros de Frederico era o mestre da Ordem Teutónica, Herman de Salza, um político extremamente capaz e que era muito respeitado pelos seus homens. Influenciado por Herman, Frederico concedeu isenção de impostos à Ordem Teutónica na Sicília sobre todas as suas importações e exportações sicilianas e aprovou formalmente o seu pedido pelos mesmos «hábitos, liberdades e todos os direitos» usufruídos pelos Templários e Hospitalários. Em 1221, Frederico pediu com êxito ao papa Honório III que assegurasse aos irmãos germânicos isenção de impostos e supervisão religiosos. E quando casou com Isabel II em 1225, tornando-se rei de Jerusalém, utilizou os seus novos poderes para garantir à Ordem Teutónica imunidade total de todos os poderes seculares do Oriente[5]. Tudo isso preocupava os Templários, cujo modelo para o sucesso se apoiava nos mais altos favores dos reis ocidentais e no seu estatuto especial.

Por fim, havia o facto de Frederico ser notoriamente astuto. Fizera duas vezes os votos para partir em cruzada: uma vez em 1215, quando foi coroado rei dos germânicos, e de novo em 1220, quando foi coroado imperador. Levou mais de uma década a chegar finalmente à Terra Santa, e mesmo aí chegou um ano mais tarde, dizendo que estivera doente. A paciência papal acabou por se esgotar e, de certa forma com ironia, quando Frederico chegou por fim a Acre em setembro de 1228 como cruzado, fê-lo com toda a ira do papado contra si.

A razão principal para esta mudança de atitude devia-se a uma mudança de papa. Honório III morrera em março de 1227 e fora substituído por um italiano idoso mas estridente conhecido como papa Gregório IX. Excêntrico mas agudo, o desagrado de Gregório foi facilmente despertado, e no decorrer do seu papado dirigiu-o a estudantes heréticos em Paris, pagãos do Báltico e até a gatos, que suspeitava serem encarnações de Satanás. Estabeleceu a Inquisição para arrancar pela raiz a heresia da Europa e decretou medidas muito severas para perseguir os judeus, ordenando várias queimas públicas do Talmude.

Contudo, antes de perseguir gatos, hereges e judeus, Gregório voltou a sua atenção para o imperador romano-germânico. A sua primeira ação significativa enquanto papa foi excomungar Frederico como castigo pela sua constante procrastinação. Numa bula papal que anunciava a sua decisão, ridicularizava o imperador por «pôr de lado todo o temor a Deus, sem reverenciar Jesus Cristo, e com pouca atenção à censura da Igreja», e protestava contra um homem que «abandonara o exército cristão, deixara a Terra Santa exposta aos infiéis, desprezara a devoção do povo de Cristo e, para sua desgraça e do cristianismo, foi seduzido pelos comuns prazeres do seu reino»[6]. A bula de excomunhão chegou a Acre pouco depois da comparência do imperador e o seu aparecimento abalou qualquer esperança de boa-fé entre Frederico e os Templários, tal como o hábito do imperador de entrar em amargas diatribes sobre o injusto papa. O resultado foi que, poucas semanas depois da teatral genuflexão de Pedro de Montaigu, a ordem estava em desacordo com o mais poderoso governante secular do Ocidente, o líder daquela que ficaria conhecida como Sexta Cruzada.

O confronto começou com a decisão do imperador de marchar em direção a sul a partir de Acre para Jafa a 15 de novembro, de modo a que pudesse negociar com o sultão do Egito. O poder no mundo aiúbida estava confuso após Al-Mu’azzam, o governante de Damasco, ter morrido de disenteria a 12 de novembro de 1227, sendo sucedido pelo seu filho de vinte anos, Al-Nasir[7]. Preferindo a consolidação política a uma família feliz, Al-Kamil tentou derrubar o seu sobrinho e tomar Damasco para si. O conflito atraiu um terceiro membro da família, Al-Ashraf, chefe de Jazira, fazendo com que o império aiúbida do Egito e da Síria entrasse noutro período difícil de agitação interna.

Apercebendo-se corretamente de uma oportunidade, Frederico decidiu que poderia aproveitar ao máximo a discórdia para reconquistar alguns dos territórios perdidos pelos cristãos. Tinha falta de mão de obra e uma campanha total de conquista contra os

aiúbidas era irrealista. Ainda assim, uma mostra de unidade nos estados latinos poderia ser suficiente para persuadir Al-Kamil a fazer concessões — talvez até a devolver Jerusalém. Das suas experiências na Sicília, em que as culturas muçulmana e cristã se misturavam, Frederico tinha um maior conhecimento prévio do que qualquer líder cruzado ocidental sobre as personagens e hábitos do mundo muçulmano, tanto que abundavam histórias indecentes do seu «prazer em viver à maneira dos sarracenos», incluindo uma predileção por «raparigas bailarinas que também cantavam e faziam malabarismos». Pondo de lado os seus gostos pessoais, estava confiante de que uma prova de força, seguida de uma negociação de paz, seria uma estratégia que daria frutos[8].

Os Templários e os Hospitalários viam a situação de outro modo. Aliados ao amargo e vigoroso patriarca de Jerusalém, Geraldo de Lausana, recusaram-se a marchar com o resto do exército de Frederico, argumentando que seria uma desgraça para eles serem associados a um homem que fora excomungado da Igreja. As palavras do papa Gregório sobre o assunto eram claras: «Ordenamos que seja de todo evitado.» Pedro de Montaigu e o novo mestre dos Hospitalários, Bertrand de Thessy[26], decidiram que cumpririam à letra o seu dever. Concordaram em seguir o exército, mas apenas à distância de um dia de marcha — o suficiente para os tornar honrosamente presentes mas praticamente inúteis.

Frederico não era um homem habituado a ser contrariado. Como resposta à frustração dos seus desejos, tomou Château Pèlerin, a enorme fortaleza costeira dos Templários a sul de Acre. Esta era uma das posses mais espetaculares e valiosas dos Templários no Ultramar, com tal importância para a ordem que o mestre e muitos irmãos tinham regressado de Damieta para a defender de Al-Mu’azzam durante a Quinta Cruzada[9]. Estava ainda convenientemente situada na estrada entre Acre e Jafa. Frederico parou diante do castelo e ordenou que os Templários lho entregassem para ocupação dos seus soldados — significava quase certamente que pretendia transferi-lo para a Ordem Teutónica.

O impasse foi alcançado rapidamente. Frederico estava furioso com os Templários, mas não estava em posição de perder tempo e recursos preciosos assaltando um castelo construído para as mais altas especificações militares por peregrinos cristãos. Na opinião de um autor, estava a cometer uma «grande traição» apenas para entreter o pensamento[10]. Os Templários de Château Pèlerin barricaram as portas aos homens do imperador e simplesmente esperaram que se fossem embora. Frederico recuou, mas a rejeição fora suficiente para assegurar a sua fúria duradoura. Os Templários reclamaram depois que o imperador «desejava matá-los» por traição, enquanto contactos de Frederico ouviram que os Templários planeavam matar primeiro o imperador.

Nada melhorou nos meses seguintes, quando Frederico chegou a Jafa e passou o inverno a pressionar Al-Kamil para um acordo em que a cidade de Jerusalém poderia ser aberta de novo a adoradores cristãos. O imperador era um tirano, mas não era tolo, e avaliara com precisão a posição aiúbida. A luta familiar por Damasco era a preocupação principal de Al-Kamil, e o sultão viu uma paz com os cristãos como uma vantagem considerável para si. Frederico, por sua vez, tinha uma capacidade natural para encantar quem pensava valer os seus encantos, e a sua simpatia pela cultura islâmica — «o imperador vivia e vestia totalmente como um sarraceno», lamentava-se o patriarca Geraldo — ajudou-o a assegurar uma paz em termos mais favoráveis do que quaisquer outros que tivessem sido conseguidos desde a queda de Jerusalém em 1187[11].

A 18 de fevereiro de 1229, Al-Kamil concordou finalmente com ceder a Cidade Santa e o Santo Sepulcro para governo cristão em troca de uma trégua de dez anos. Cristãos e muçulmanos tinham ambos acesso à cidade, e os cristãos seriam reconhecidos como legítimos governantes de Belém, Nazaré, Sídon, Jafa e Acre. O reino cruzado, desmembrado por mais de quatro décadas, estava agora parcialmente restaurado. Incluía uma vez mais toda a costa de Jafa a Beirute, adentrando-se no interior em alguns lugares tão longínquos como o rio Jordão. Seria autorizada alguma

reconstrução em Jerusalém, apesar de os dois lados terem visões diferentes do que significava reconstruir as muralhas defensivas que os aiúbidas tinham arrasado uma década antes para impedir um exército cristão de capturar a cidade e reconquistá-la. Não era uma reversão de tudo o que fora feito por Saladino, menos ainda uma repetição das miraculosas conquistas da Primeira Cruzada. Ao mesmo tempo, era uma façanha espantosa, de que Frederico se gabou ao seu jovem primo Henrique III, o rei plantageneta de Inglaterra. «Nestes breves dias, mais por milagre do que por força, esse trabalho teve uma conclusão que (...) muitos líderes e governantes do mundo (...) nunca tinham até agora conseguido cumprir pela força», escreveu[12]. O poeta e cruzado germânico Freidank perguntava: «Que mais podem os pecadores desejar, além do Sepulcro e da Santa Cruz?»[13] Muitos dos fiéis de Cristo teriam concordado. Mesmo não tendo sido devolvida a Vera Cruz — aparentemente desaparecida em Damasco —, a Cidade Santa estava de novo sob ocupação cristã. Os Templários, no entanto, não estavam impressionados.

Em Jerusalém, o local mais importante para os cristãos era o Santo Sepulcro, porque nessa igreja magnífica estava o túmulo de Cristo, coberto por uma espessa laje de mármore e venerado por todos os peregrinos que chegavam à Terra Santa. Recuperar Jerusalém era certamente importante por uma questão de orgulho; e tinha, claro, como qualquer cidade principal do Oriente mediterrâneo, benefícios comerciais para os negociantes cristãos. O Sepulcro, contudo, era mais importante. No entanto, para os Templários havia outro local muito significativo: o lugar a que chamavam Templo de Salomão, onde a sua ordem fora criada e onde se hospedara entre 1119 e 1187. O Templo era a sua casa, da qual tinham sido exilados. O seu retorno era um assunto de importância profunda e definidora para a sua dignidade enquanto ordem, mas não fora tido em conta na negociação de Frederico.

«Os francos tomaram Jerusalém e os muçulmanos enfureceram-se e pensaram que era uma monstruosidade. Isto causou-lhes tal

fraqueza e dor que não podem ser descritas», escreveu o cronista Ibn al-Athir quando registou o acordo entre Frederico e Al-Kamil[14]. Na verdade, a perda da cidade para os pagãos do Ocidente não foi total, dado que não incluía o Monte do Templo. Para os muçulmanos, este era o Haram al-Sharif, que continha a Mesquita de Al-Aqsa e a Cúpula do Rochedo: a localização mais sagrada para o islão depois de Meca e Medina. Quando Saladino conquistara Jerusalém, demolira os edifícios dos Templários em redor da mesquita e limpara todo o lugar com água de rosas, restaurando as inscrições alcorânicas e instalando «mármore incomparável», «mosaicos dourados», «belas cópias do Alcorão e ricos suportes de leitura»[15]. Devolver a mesquita aos cristãos conspurcados teria sido imperdoável, daí que um dos termos-chave do acordo de paz de Frederico e Al-Kamil fosse que deveria permanecer sob controlo muçulmano, de modo a que os peregrinos aí pudessem rezar sem serem molestados ou atacados. Não haveria nenhuma reconstrução dos velhos alojamentos dos Templários. A ordem teria que se contentar com uma residência menos consagrada.

As herdades dos Templários noutros locais estavam também limitadas pelos termos do tratado. Algumas propriedades no caminho entre Jerusalém e Jafa foram devolvidas de modo a que os irmãos pudessem vigiar uma estrada segura e direta do mar para a cidade, mas de resto, nas palavras do patriarca Geraldo, «nem um metro de terra foi devolvido»[16]. Château Blanc e Tortosa, dois dos seus maiores castelos no condado de Trípoli, foram deixados «no seu próprio estado» — por outras palavras, não seriam melhorados nem atualizados[17]. Em contraste, o tratado autorizou a Ordem Teutónica de Herman de Salza a continuar a construir o seu próprio castelo maciço de Montfort, nas colinas perto de Acre, terreno que os irmãos germânicos tinham começado a preparar em 1227.

Sendo justos com Frederico, o acordo estabelecido não fora totalmente uma afronta calculada aos Templários. A perda de Jerusalém era um assunto sério e precisava de ser minimamente

agradável ao sultão. No entanto, havia muito nos termos do acordo que fazia a ordem sentir-se insultada, e era terreno fértil para a suspeita de que o imperador fizera uma trégua não para bem de todos os francos no Oriente, mas para assegurar a coroa e proteger os seus interesses mercantis, que se apoiavam em condições comerciais favoráveis entre a Sicília e Jerusalém[18]. Mas o que podiam fazer? A 17 de março de 1229, Frederico rezou na Igreja do Santo Sepulcro e, apesar de ter sido excomungado, pegou na coroa de Jerusalém de cima do altar e colocou-a na cabeça. Após Frederico ter abandonado o edifício, Herman de Salza justificou o comportamento do seu patrono perante a congregação, lembrando-lhes que o imperador conseguira algo verdadeiramente histórico. «É quase impossível descrever a alegria do povo», lembrou mais tarde[19].

Era, sem dúvida, impossível descrever a alegria dos Templários, que era inexistente. O venenoso cronista anti-imperial Filipe de Novara escreveu que, longe de ser alvo de adulação geral, «o imperador era agora impopular para todo o povo de Acre, com especial antipatia dos Templários»[20]. Não levou muito tempo até a antipatia se transformar numa revolta aberta. Furiosos e sem nada a perder, os Templários reuniram as suas forças em Acre, onde, acompanhados pelo patriarca Geraldo, se prepararam para desafiar Frederico por se atrever a fazer uma paz tão falsa.

Apesar de ser suposto o acordo de Jerusalém de 1229 acalmar tensões entre cristãos e muçulmanos na Terra Santa durante dez anos, tinha uma falha notória. Era inicialmente um contrato entre o imperador e o sultão, que poderia ser lido como uma condescendência pessoal mais do que algo que juntasse todos os príncipes e nobres das suas fés partilhadas. Não era segredo que Frederico e Al-Kamil estavam ambos apenas de passagem pela Palestina e que planeavam partir em breve. Podia ser o rei recém-coroado, mas Frederico tinha de gerir também os seus assuntos na Germânia e em Itália, enquanto Al-Kamil tinha os seus próprios afazeres no Cairo. E, apesar de Al-Kamil ter concordado com uma

trégua, não havia indicação de que os seus parentes estivessem preparados para relaxar e abraçar os seus vizinhos cristãos. Sem os dois homens que a tinham feito, a paz não significaria nada.

Para realçar este ponto, o patriarca e os Templários começaram a juntar tropas para marchar primeiro contra Damasco e depois contra Jerusalém, que planeavam reclamar oficialmente em nome do papa. Era, claro, uma ideia absurda, nascida mais da maldade e da desconfiança do que de uma verdadeira estratégia militar; mas os ânimos pessoais estavam agora exaltados e não podiam ser postos de lado facilmente. O patriarca denunciou o imperador como um anticristo violento e fraudulento, afirmando que «da sola dos seus pés ao topo da sua cabeça não se poderia encontrar bom senso»[21]. O imperador apenas ficou zangado.

Chegado a Acre pouco antes da Páscoa de 1229, Frederico confrontara o patriarca e dissera-lhe para desconvocar os Templários e o exército que estava a levantar. Geraldo disse ao imperador que não respondia a excomungados. Em resposta, um Frederico irado ordenou aos pregões de Acre que chamassem toda a população, para que lhes pudesse falar *en masse*. Expôs de seguida o seu caso. «Dirigiu-se a eles e afirmou o que desejava: e aí queixou-se muito do Templo», escreveu Filipe de Novara[22]. De acordo com o relato do patriarca, Frederico foi bastante mais longe:

> Começou por queixar-se amargamente de nós, levantando falsas acusações. Dirigindo depois os seus comentários para o venerável mestre do Templo, tentou publicamente manchar a reputação deste último com vários discursos vazios, procurando então deitar sobre outros a responsabilidade pelas suas próprias falhas, agora manifestas, e acrescentando por fim que mantínhamos tropas com o propósito de o ferir.

Frederico ordenou que os Templários deixassem Acre e anunciou que seriam colocados besteiros nas casas da guarda para que, uma vez que os irmãos tivessem partido, não pudessem voltar a entrar. «De seguida, fortificou com bestas as igrejas e outras posições elevadas e especialmente aquelas que comandavam as comunicações entre os Templários e nós mesmos», protestou

Geraldo. «E podeis estar certos de que nunca mostrou tanta animosidade e ódio contra os sarracenos»[23].

Fiel à sua palavra, o imperador enchia agora Acre de tropas; para aliviar a sua raiva, alguns padres foram chicoteados nas ruas. A casa templária em Acre foi cercada, com os soldados imperiais a bloquear o palácio do patriarca, e, durante cinco dias, Acre tornou-se uma zona de guerra. Frederico já fora excomungado, mas, por precaução, o patriarca ameaçou estender a punição a todo aquele «que ajudasse o imperador com o seu conselho ou serviço contra a Igreja, os Templários, os outros monges da Terra Santa ou os peregrinos»[24].

Frederico tinha agora duas opções: intensificar ou retirar. Escolheu a última. Chegaram-lhe notícias de que os seus problemas na Sicília começavam a pesar mais do que os experienciados em Acre. A recuperação de Jerusalém era o seu legado para a Terra Santa. Chegara o momento de voltar para casa.

Frederico preparou-se para partir o mais rapidamente possível. Removeu todas as armas que conseguiu dos armeiros de Acre e destruiu as que não poderiam ser embarcadas, de modo a que os Templários não as pudessem utilizar para benefício próprio. Os soldados imperiais foram estacionados nas guarnições militares e a Ordem Teutónica vigiava a cidade do seu castelo de Montfort, lentamente em expansão. Frederico nomeou deputados conhecidos como *baillis* para governar os reinos de Jerusalém e de Chipre, que também tentara reclamar durante a sua visita. Escreveu cartas que relatavam a sua versão dos acontecimentos aos seus mais ilustres contactos no Ocidente. A 1 de maio de 1229, apressou-se a chegar às docas de Acre para embarcar para Itália.

No momento em que o fazia, afirmava Filipe de Novara, deliciado com a oportunidade de diminuir o imperador que odiava, «os carniceiros e os idosos da rua, com a pior disposição, correram ao seu lado e atiraram-lhe com tripas e pedaços de carne»[25]. Frederico II Hohenstaufen, que chegara à Terra Santa com os joelhos

beijados, partia com carne putrefacta pendurada nos seus ombros. Era uma forma miserável de partir.

A cruzada de Frederico II podia ter ficado carregada com maus sentimentos entre os cruzados e podia ter deixado uma divisão facciosa persistente entre os apoiantes do imperador e um partido baronial encabeçado pela nobre família de Ibelin e pelos Templários, mas o acordo com o sultão resultou num período de segurança geral para os estados latinos que perdurou durante muito tempo após a partida do imperador. A restauração de territórios cristãos, começada na Terceira Cruzada, tinha avançado de forma significativa com a breve visita do imperador. O perigo existencial colocado por Saladino três décadas antes tinha agora recuado.

De Jafa para sul, uma longa faixa da costa levantina estava mais uma vez sob controlo franco — com a série intacta de terras cristãs que se estendiam por Acre e Tiro para norte de Tortosa e Margat, no condado de Trípoli. Além disso, o principado de Antioquia, ainda que muito reduzido em relação ao seu auge no século XII, continuava a ser uma entidade política viável, enquanto Chipre era governada pelos reis da família Lusignan, apesar das tentativas de Frederico de os afastar e ficar com a ilha.

No final da década de 1230, mais vagas de cruzados estrangeiros chegaram à Terra Santa lideradas por Ricardo, conde da Cornualha, o irmão de Henrique III de Inglaterra, e Teobaldo de Champanhe, o rei-poeta de Navarra[26]. Estas missões, conhecidas coletivamente como a Cruzada dos Barões, apoiavam-se nos ganhos territoriais de Frederico, recuperando antigas terras cristãs que incluíam os castelos de Beaufort, Belvoir, Safad e Tiberíade, a norte, e Ascalão, a sul. Abriram ainda caminho para que os cristãos obtivessem mais controlo sobre Jerusalém: em 1241, o acesso muçulmano à cidade foi restringido e os cristãos foram readmitidos no Monte do Templo, uma situação que perdurou por três anos até à chegada de turcos corásmios saqueadores em agosto de 1244. Esta era uma conquista

particularmente prodigiosa, descrita com orgulho num boletim informativo do alto-comando templário para o precetor em Inglaterra:

> Todos esses lugares sagrados onde o nome de Deus não fora invocado por cinquenta e seis anos foram restaurados e purificados e, com a graça de Deus, os ofícios divinos são agora ali celebrados cada dia. Estes lugares sagrados são agora acessíveis e seguros para todos os visitantes[27].

Nesse sentido, Frederico Hohenstaufen preparou o terreno para um estabelecimento mais favorável aos francos do que qualquer outro desde a batalha de Hattin, em 1187.

Como contrapeso a tudo isto estavam as perpétuas lutas internas que Frederico deixara para trás. Muitas terras e castelos tinham sido restaurados, claro — mas havia pouca liderança coerente pelos estados latinos como um todo. A dinastia Hohenstaufen reclamava a coroa de Jerusalém, mas nem Frederico nem o seu filho Conrado tinham a menor intenção de estar pessoalmente presentes para exercer o cargo. Rivalidades amargas separavam os apoiantes do imperador e as suas políticas de paz com os sultões aiúbidas no Egito dos que detestavam a sua influência autoritária e procuravam aliar-se a um sultão antiegípcio em Damasco. As ordens militares estavam divididas por estas linhas, com os Hospitalários a apoiar o lado imperial e os Templários no lado oposto.

Esta situação fraturante poderia, noutros tempos, ter apresentado um ponto fraco para um ataque aiúbida, mas, durante a década de 1230 e o começo da década de 1240, encontravam-se divididos por confrontos e disputas estratégicas. O império sarraceno tinha ainda um grande alcance — do Egito, num dos lados do mar Vermelho, até às cidades sagradas de Meca e de Medina, no Hijaz, no outro lado, seguindo para norte através do vale do Jordão pela Palestina e Síria, até chegar a Jazira. Na realidade, contudo, o seu domínio espalhava-se de forma muito frágil nesta vasta extensão. Cairo e Damasco estavam muitas vezes de costas voltadas, e preferiam acomodar os latinos a unir-se para os destruir. Nenhum sultão aiúbida, depois de Saladino, conseguira projetar a sua

personalidade ou presença com força suficiente para levar estes territórios díspares a uma verdadeira união. Durante algum tempo, o resultado foi uma espécie de equilíbrio confuso conseguido entre dois grupos de fé que estavam igualmente desorganizados.

Para os Templários, a estada temporária de Frederico fora desagradável e difícil. Não havia nada de novo na sua decisão de perseguir as suas próprias políticas contra os desejos de um rei secular ou de tomar partido nas frequentes disputas amargas que irrompiam na nobreza latina. Afinal, os Templários haviam desafiado abertamente Amalrico na década de 1160 e tinham estado envolvidos numa disputa pela sucessão de Antioquia nos primeiros anos do século XIII. No entanto, nunca antes tinham entrado em guerra contra um rei ocidental coroado. Sofreram de acordo com isso. Uma das desvantagens de ser uma ordem internacional era que as ofensas feitas num lado da cristandade podiam ser punidas no outro. Quando o imperador regressou à Sicília, tomou ações severas contra os Templários da ilha, «confiscando e desapropriando-os das suas posses móveis e imóveis», como mais tarde foi descrito[28]. Frederico não era estúpido. Sabia como ferir melhor os Templários: atacando a sua riqueza.

Pouco depois da partida do imperador, por volta de 1231 ou 1232, Pedro de Montaigu morreu. Foi eleito um novo mestre, Armando de Périgord, cuja família era da região francesa da Dordonha, mas cuja carreira na ordem o tinha levado para a posição de precetor da Sicília e Calábria. Continuou assim um padrão de longa duração, pelo qual os Templários reagiram a um período rebelde de domínio sob um mestre ao eleger (ou aceitar) um candidato de compromisso como seu sucessor. Nesta instância, a reconciliação não era fácil de conseguir: como resposta às queixas papais de que não iria entregar a propriedade templária confiscada, o imperador argumentou que estava totalmente no seu direito de o fazer, e aparentemente recusou chegar a um acordo.

Fora da esfera dos Hohenstaufen, a ordem continuou a desenvolver-se e mesmo a prosperar durante a década de 1230 e

o começo da década de 1240, pelo menos nas suas atividades comerciais. A sua frota de navios, quando não era utilizada em tempos de guerra, viajava para trás e para a frente no Mediterrâneo, transportando passageiros para os locais sagrados. Os Templários tinham uma forte presença em Marselha, um popular porto de partida para os peregrinos que se dirigiam para Acre e Jafa, onde, a partir de 1216, tinham sido autorizados navios mercantes e de peregrinos dentro e fora da cidade sem pagar taxas aduaneiras. Em 1233, talvez como resposta a um aumento dos negócios que acompanhara a reabertura de Jerusalém a peregrinos cristãos, o governo municipal de Marselha pediu uma revisão de termos, reduzindo as viagens náuticas templárias e hospitalárias para quatro por ano, de modo a proteger a atividade comercial privada. Mas fora de Marselha e Barcelona, Pisa, Génova e Veneza, os bens templários, o seu poder e abastecimento continuavam a fluir, apoiados no fornecimento aparentemente sem limites garantido pelo seu império de propriedades no Ocidente.

As operações bancárias templárias também amadureceram rapidamente neste período. Por volta de 1240, a ordem fornecia diversos serviços financeiros a algumas das figuras mais ricas e poderosas de toda a cristandade. Em Inglaterra e França, asseguravam o armazenamento seguro para documentos diplomáticos sensíveis, cuidavam de escrituras e vigiavam selos oficiais enquanto altos responsáveis governativos estavam fora do país. Protegiam também peças particularmente valiosas do tesouro real e, no caso de França, atuavam como uma casa de depósitos oficial para as receitas reais[29].

As casas templárias forneciam diversos serviços delicados: eram utilizadas para distribuir pensões prometidas pelos monarcas aos aliados em tempo de guerra, e eram parte dos acordos em que agiam como uma terceira parte mutualmente respeitada entre rivais incompatíveis[27]. Garantiam débitos, pagavam resgates de reféns e prisioneiros de guerra a crédito e conseguiam realizar empréstimos de quantias elevadas, como aquele que foi feito em 1240 a Balduíno

II, o imperador de Constantinopla, com o próprio fragmento da Vera Cruz a servir de garantia. Conseguiam ser extremamente eficientes em reinos perturbados por guerras civis: em Inglaterra, durante as primeiras décadas do século XIII, o pessoal templário veterano era presença notada na corte do rei João, que passara quase todo o seu reinado a combater ou a chegar a acordos a contragosto com os seus próprios súbditos. Os Templários eram um dos poucos grupos que João não perseguiu e, em troca, ficaram do seu lado quando foi excomungado pelo papa Inocêncio III, protegendo a sua posição quer como credores-chave da Coroa quer como amplos beneficiários da generosidade de João[30]. Na década de 1230, o filho de João, Henrique III, atingira a maioridade e a ordem assegurou-se de que manteria ligações cordiais também com ele.

Naturalmente, à medida que reis e imperadores se voltavam para os Templários quer para proteger os seus valores quer para pedir empréstimos, os vassalos mais importantes começaram a mimetizar a prática. Como os seus suseranos reais, nobres, cavaleiros e aldeões abastados viram uma vantagem óbvia em armazenar as suas riquezas em casas templárias, que não eram apenas seguras fisicamente, mas que estavam também protegidas pelo seu estatuto como instituições religiosas, que não poderiam ser invadidas sem despertar a ira da Igreja, bem como condenação eterna na outra vida. Alguns homens deixaram a totalidade das suas fortunas à confiança dos Templários antes de partir em peregrinação ou cruzada, dando instruções aos irmãos para dispor das suas posses se não regressassem.

Outros utilizaram a riqueza institucional dos Templários e a sua vasta rede geográfica para conseguir transferências de dinheiro, deixando somas de centenas e até milhares de marcos numa casa templária de uma cidade e recuperando-os noutro país ou mesmo noutro continente. Em 1240, o papa Gregório IX utilizou uma versão particularmente complexa deste método, impondo ao Templo francês que o ajudasse a liquidar as suas dívidas: as receitas papais recolhidas na Escócia, Irlanda e Inglaterra eram encaminhadas

através da casa templária em Paris; os credores do papa podiam apresentar-se diante dos irmãos parisienses com cartas de crédito e trocá-las por pagamentos que Roma lhes devia. Branca de Castela, mãe do rei francês Luís IX, que chegou ao trono em 1226, contratou os Templários para gerir todos os seus assuntos financeiros privados, incluindo o controlo de pagamentos de milhares de *livres* ligados ao trabalho de construção da abadia que fundara e custeara em Maubuisson. Homens como o irmão de Luís IX, Afonso, conde de Poitiers, utilizavam os Templários para a sua gestão financeira pessoal e, a partir da década de 1240, tornou-se moda e até comum que homens e mulheres nobres em toda a cristandade ocidental fizessem o mesmo.

À medida que se aproximavam os meados do século XIII, os Templários tinham alcançado uma extraordinária maturidade enquanto organização. Na Terra Santa, eram uma entidade militar cada vez mais autónoma, ocupando vários castelos e seguindo as políticas mais adequadas para si, mesmo quando estas iam contra os desejos e interesses das mais importantes autoridades seculares. No Ocidente, onde, com a exceção da Península Ibérica, a atividade do dia a dia dos irmãos templários não envolvia lutas e tinha poucas diferenças em relação às ordens monásticas, os negócios estavam em desenvolvimento. A infraestrutura da ordem, que se tinha desenvolvido originalmente para financiar a missão cruzada, era agora explorada para muitos outros objetivos. A Ordem do Templo era, na realidade, muito mais do que uma força de combate: uma rede internacional de negócios tão útil para peregrinos que procuravam um caminho seguro para Jerusalém como para reis, rainhas e nobres que procuravam um serviço financeiro responsável para gerir as suas contas, controlar os seus valores e fazer empréstimos quando se encontrassem com problemas. Para o bem ou para o mal, os Pobres Cavaleiros do Templo de Salomão já não eram do Templo, nem pobres.

Isto não significa que a missão cruzada dos Templários fora abandonada. Longe disso. A única coisa a que os Templários nunca

poderiam escapar era à sua íntima ligação com os destinos cristãos na Terra Santa e, ainda que a década de 1230 e o começo da de 1240 tenham sido um tempo de calma relativa, uma última explosão de atividade cruzada rebentaria em breve. O inimigo evoluía, mas o apelo fundamental era o mesmo: defender o reino de Jerusalém a qualquer custo.

26 Garin de Montaigu morrera antes de 1 de março de 1228, em Sídon.

27 Foi o que aconteceu durante as guerras de início do século XIII entre João, rei de Inglaterra, e Filipe II Augusto de França: os aliados de João em redor de La Rochelle não estavam preparados para confiar no rei para lhes pagar os honorários que tinha prometido em troca de lealdade durante a guerra; o acordo foi negociado deixando os fundos em questão a cargo da casa templária em La Rochelle para distribuição independente. O rei João utilizou ainda largas somas de dinheiro em moedas emprestadas pelos Templários em todo o seu reinado, retribuindo em tesouro de ouro equivalente ao empréstimo. Efetivamente, penhorou as suas joias da coroa.

16

«DESFRALDAI E LEVANTAI A NOSSA BANDEIRA!»

O erudito e cronista sírio conhecido como Ibn Wasil estava, em 1244, a caminho do Cairo quando passou por Jerusalém. A cidade estava ainda em mãos cristãs e o que viu deprimiu-o. Apesar de os muçulmanos serem autorizados a entrar na cidade e a ir ao Haram al-Sharif, ou Monte do Templo, o que o recebeu aí foi uma cena de sacrilégio. Clérigos cristãos conduziam serviços na Cúpula do Rochedo, invocando o nome de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo — a Santa Trindade, que os muçulmanos viam como politeísta. Pior do que isso, havia garrafas de vinho no topo do Rochedo do qual Maomé ascendera à Viagem Noturna. A Mesquita de Al-Aqsa também havia sido profanada e tinha sinos pendurados[1].

Ibn Wasil era há muito cético quanto ao acordo de Al-Kamil e Frederico II em 1229. Pregara contra ele na Grande Mesquita de Damasco assim que este fora anunciado, lamentando que «O caminho para Jerusalém está agora fechado aos devotos visitantes!» e clamando «Envergonhem-se os chefes muçulmanos!». Agora, vendo os efeitos que quinze anos de ocupação franca traziam, não estava menos desanimado. O acordo em Jerusalém beneficiara claramente os cruzados. Mas o que fizera pelo islão?

Al-Kamil já não podia contemplar tais questões. O sultão morrera em 1238 e a sua morte fora seguida do costumeiro período de disputas pelo poder. Em dois anos, o filho de Al-Kamil, Al-Salih Ayyub (ou simplesmente Al-Salih), emergira como herdeiro do pai a sultão com supremacia teórica sobre os seus outros parentes ambiciosos. Mas o seu domínio estava longe de ser incontestado. Era perturbado sobretudo por intrigas do seu tio revoltoso, Al-Salih Isma’il, senhor de Damasco, que fizera uma aliança com os francos

do reino de Jerusalém, garantindo os seus direitos na Cidade Santa e entregando vários castelos, como o de Safad, no rio Jordão, acima do mar da Galileia, que os Templários agora reconstruíam de uma forma imponente. Para Al-Salih, era mais do que apenas conveniência política. O seu tio passara o limite entre a acomodação e a aliança total. Como novo sultão, não se podia sentar e deixar que isto acontecesse.

O seu tio podia agora ter os francos como aliados, mas Al-Salih voltava-se para algo maior e muito mais perigoso. Na Mesopotâmia e no norte da Síria, um novo grupo ganhava força: os turcos corásmios, homens de tribos sunitas originalmente da Pérsia e da Ásia Central, que tinham sido desalojados quando as suas terras foram conquistadas pelos mongóis e que agora se dirigiam para ocidente, procurando territórios para se instalar. Eram guerreiros duros e cavaleiros exímios — imprevisíveis e com quem era extremamente complicado colaborar, mas mortíferos no campo de batalha. Al-Salih forjou uma parceria militar com eles e, em 1244, estava pronto para a utilizar contra o seu tio de Damasco e os pérfidos cristãos de Jerusalém.

A 11 de julho, poucos meses antes da visita de Ibn Wasil, os corásmios atacaram a Cidade Santa. Sob os termos pelos quais Jerusalém fora atribuída aos francos, as suas muralhas não foram reconstruídas, portanto era fácil uma invasão. Expulsar os governantes cristãos e os ocupantes era ainda mais fácil, e os corásmios enlouqueceram: decapitaram padres, estriparam peregrinos que procuravam abrigo em igrejas, demoliram a decoração de mármore em redor do santuário do Senhor no Santo Sepulcro, destruíram os túmulos de reis francos e enviaram colunas de refugiados para fora da cidade sem nada além das próprias vidas. As ordens militares tentaram proteger os cidadãos em fuga que se dirigiam para Jafa, mas eram demasiados. Geraldo de Newcastle, um hospitalário, descreveu o destino dos cidadãos enquanto eram atacados violentamente por bandidos e cavaleiros corásmios:

> O inimigo (...) rodeou-os de todos os lados, atacou-os com espadas, setas, pedras e outras armas, matou e despedaçou (...) cerca de sete mil homens e mulheres e causou um tal massacre que o sangue dos fiéis (...) correu pelas encostas das montanhas como água.

Dentro de Jerusalém, escreveu Geraldo, tinham «cortado como a ovelhas as gargantas de freiras e idosos e homens enfermos»[2]. Esmagaram a cidade e passaram um mês a saquear a área circundante, dirigindo-se depois *en masse* na direção de Gaza para se encontrarem com o exército de Al-Salih e prepararem o próximo assalto.

Com Jerusalém novamente perdida e o mais recente inimigo a cavalgar livremente pelos seus territórios, a única escolha dos cristãos era lutar. Com os seus aliados de Damasco, reuniram um exército de cerca de dez mil homens e prepararam-se para a batalha.

A 17 de outubro, o exército cristão-damasceno confrontou os corásmios-egípcios em La Forbie (Al-Harbiyya), uma cidade não longe de Gaza. Os cristãos lutaram com bravura: «Como atletas de Deus», de acordo com um dos poucos sobreviventes. Afastaram o exército inimigo, muito maior, durante um dia inteiro, mas quando se levantaram na manhã seguinte para recomeçar, os seus aliados damascenos tinham perdido a coragem[3]. Fugiram do campo de batalha e, sem eles, o exército latino, agora totalmente em desvantagem numérica, foi arrasado.

Os Templários lançaram todos os homens possíveis para a batalha de La Forbie, ao lado de centenas de Hospitalários e de Teutónicos[4]. Dos cerca de trezentos e cinquenta cavaleiros templários no campo, só trinta e seis sobreviveram. O seu mestre, Armando de Périgaud, desapareceu e nunca mais foi visto. O mestre do Hospital, Guilherme de Châteauneuf, foi levado para o Cairo, onde esteve prisioneiro durante seis anos. O arcebispo de Tiro foi mortalmente ferido, bem como vários outros eclesiásticos eminentes. O conde Válter de Brienne, uma figura proeminente entre os líderes nobres, foi levado para Jafa, onde foi torturado (mas

não morto) ao ser crucificado durante algum tempo nas muralhas da cidade. As linhas e fileiras sobreviventes do exército latino foram vendidas como escravos. Os operadores de catapultas e soldados de infantaria foram vítimas de uma «chacina incalculável»[5]. Enquanto desastre militar, La Forbie foi quase como Hattin.

O patriarca de Jerusalém, Roberto de Nantes, que se encontrava na batalha mas que conseguira refugiar-se em Ascalão, estava totalmente deprimido pelo que vira. «Tendo perdido tudo em batalha, não há nada que nos console», lamentava-se numa carta dirigida a todos os principais eclesiásticos de que se lembrava entre Inglaterra e a Terra Santa. «Se a ajuda não estiver a caminho, a ruína e a perda da terra serão velozes.»[6]

Na visão de Roberto de Nantes, a derrota em La Forbie era uma derrota para toda a cristandade. Nem todos tinham o mesmo ponto de vista. Do seu poleiro em Foggia, na Apúlia, Frederico II, o imperador romano-germânico e rei refratário de Jerusalém, ofereceu uma visão caracteristicamente incisiva do resultado da batalha, culpando a fação liderada pelos Templários por ignorar as ordens de manter a paz com o Egito. Escrevendo com desdém sobre uma batalha que acreditava que nunca devia ter sido travada, disparava contra «a efervescência do orgulho religioso dos Templários, alimentado pelas delicadezas dos barões nativos da terra»[7].

Era fácil para Frederico, na segurança de Foggia, concentrar a sua ira nos Templários, sobretudo porque não tinha intenção de regressar a Jerusalém para restaurar ele mesmo o reino. O homem que viria a ajudar os estados cruzados era um rei de uma sensibilidade diferente, bastante mais dócil para com a Ordem do Templo.

Em meados de dezembro de 1244, Luís IX estava no seu leito de morte. Pálido e magro, o rei de França, de trinta anos, estava literalmente a definhar. Tinha disenteria, uma doença infeliz e dolorosa que atacava até os intestinos do soldado mais forte para o levar rapidamente para a cova. Luís padecera deste mal de modo

intermitente durante dois anos, desde que a contraíra durante uma campanha militar contra os ingleses, mas o ataque que o dominara agora parecia fatal. A sua mãe, Branca de Castela, abeirara-se da sua cama em Pontoise para tocar as pontas dos dedos do seu filho com as relíquias mais sagradas da capela real. Por decreto régio, todo o reino de França rezava pela sua recuperação, mas nem isso funcionara. Parecia que o rei morreria pelo Natal e o seu filho e homónimo, ainda com menos de um ano, seria o seu sucessor.

À medida que as horas passavam e que o rei se afundava cada vez mais na sua doença, duas senhoras ficavam ao lado do seu leito, vigiando o seu corpo inerte. Viram quando Luís aparentava ter parado de respirar. Parecia ter chegado o último momento, e uma das mulheres agarrou no lençol do rei e começou a puxá-lo para cima para lhe cobrir os olhos.

Mas estava realmente morto? A sua colega do outro lado da cama achou que não. Estava mudo e inconsciente e não respirava visivelmente, mas ela insistiu que a alma do rei estava ainda no seu corpo e impediu que o lençol fosse puxado. As mulheres começaram a discutir acaloradamente e foram apenas interrompidas quando, abaixo delas, o rei Luís abriu os olhos, depois a boca, e pediu que lhe trouxessem uma cruz de cruzado[8].

Luís IX fora coroado rei de França em 1226, aos doze anos. Passara muito do seu reinado a projetar a sua autoridade real em áreas de França que estavam sujeitas ao domínio inglês no século XII, reformando a lei e cultivando uma imagem de magnificência régia que poucas vezes seria igualada durante a Idade Média. Luís era uma figura imponente, com um nariz fino e direito e maçãs do rosto altas, e tinha o cuidado de projetar sempre a sua majestade, fosse com os trajes coloridos e finos que usava na corte ou com as vestes de seda escura em tons suaves enfeitadas com pele barata de esquilo que usava para vestir como um cruzado. Era um grande construtor, colecionador e patrono das artes, cuja joia era a Sainte-Chapelle em Paris: uma altaneira obra-prima gótica de trabalho de filigrana em pedra e vitrais, que em 1244 se

encontrava perto de estar terminada. Estava a ser construída para albergar a coroa de espinhos de Cristo, comprada ao imperador latino de Constantinopla em 1238[9]. Luís tinha também um fragmento da Vera Cruz, a esponja sagrada de onde Jesus bebera vinagre durante a sua crucificação e a ponta de ferro da lança que um soldado romano espetara num dos lados de Cristo. Contudo, apenas a arquitetura, o esplendor e a acumulação de relíquias não eram a medida de um grande monarca cristão. A recuperação de Luís fora um milagre pessoal e convenceu-o de que a sua missão como rei adulto era seguir as pegadas do seu avô, Filipe II Augusto, e do seu bisavô, Luís VII. Deixaria França para liderar uma cruzada à Terra Santa.

Os Templários parisienses estavam intimamente ligados à Coroa francesa e o reerguer do rei do seu leito de morte iria afetar direta e profundamente a ordem. A sua primeira tarefa era ajudar o rei a pagar a sua aventura. Durante quarenta anos, os reis franceses tinham transferido funções de tesouraria do palácio real na Île de la Cité, em Paris, para pouco mais de um quilómetro a norte, onde ficava o exuberante complexo dos Templários. O Templo de Paris sofrera profundas remodelações desde que a terra fora primeiro concedida por Luís VII e considerada adequada para albergar visitas de cortes reais, como acontecera quando Henrique III de Inglaterra visitara Paris em 1265[10]. Na época em que Luís IX decidira ficar com a cruz, o tesoureiro era o irmão Gilles, que fora designado para receber as receitas de um pesado imposto cruzado cobrado à Igreja francesa na proporção de um décimo de posses móveis (o dobro em relação à taxa padrão de um vigésimo)[28].

Os Templários eram também responsáveis por assegurar que o rei francês teria dinheiro disponível quando chegasse à Terra Santa[11]. Quando Luís comissionou navios para transportarem os seus exércitos do recém-construído porto de Aigues-Mortes, a oeste de Marselha, pediu auxílio a Reinaldo de Vichiers, precetor de França, que tinha uma experiência de guerra incalculável, tendo servido durante algum tempo como precetor da casa templária de

Acre. Em 1246, Reinaldo foi enviado para Génova e Marselha com o prior André Polin, o Hospitalário francês mais antigo, onde os dois homens fretaram navios para o exército real e os reportaram diretamente ao rei[12]. Quando Luís finalmente partiu, desembarcando em Limassol, na ilha de Chipre, em meados de setembro de 1248, um dos primeiros dignitários do Oriente que o cumprimentou foi o mestre do Templo, Guilherme de Sonnac: um veterano cruzado que se mudara há pouco para Acre para comandar a ordem, mas que passara a maior parte da sua carreira na Aquitânia, uma região governada sobretudo pelos ingleses, mas sob a suserania definitiva da Coroa francesa.

Chipre tornou-se a base avançada da cruzada de Luís, um armazém de provisões cheio de reservas de grão, vinho e munições. Pouco depois de ter desembarcado aí, o destino da nova cruzada foi confirmado: o alvo era mais uma vez Damieta, o local das arrasadoras batalhas anfíbias, triunfo breve e retirada sombria da Quinta Cruzada. Era um precedente ignóbil a seguir, mas, à distância de vinte e cinco anos, a ascensão de uma nova geração de cruzados e a confiança crescente de Luís contavam mais do que o exemplo da história recente. O sultão do Egito representava um alvo vulnerável. Apesar do seu triunfo avassalador em La Forbie, em 1246 tinha rompido com os seus aliados corásmios, expulsando-os da cidade de Jerusalém no ano seguinte. Os seus parentes continuavam a conspirar contra si e o seu poder no Cairo estava ameaçado por emires irrequietos, que tentara neutralizar ao formar um enorme exército privado de soldados escravos altamente disciplinados, mas cada vez mais incontroláveis, conhecidos como mamelucos. Mais ainda, Al-Salih estava seriamente doente. Tinha contraído tuberculose, que lhe reduzira de forma severa a sua força física e o controlo do poder.

Luís e o seu exército partiram para o Egito com grande alegria no sábado 13 de maio de 1249, levados em mil e oitocentas embarcações, «como se todo o mar, até onde a vista alcança, estivesse coberto de tecidos, da grande quantidade de velas que se

abriam com o vento»[13]. Um substancial contingente templário velejou para Damieta com a frota, liderado pelo mestre Guilherme de Sonnac e Reinaldo de Vichiers, que tinha sido nomeado marechal. Não tiveram uma viagem fácil. O aristocrático cronista francês João de Joinville, cuja biografia de Luís fora encomendada para dourar a reputação do rei francês, descreveu um tempo terrível durante a viagem para sul, em direção à costa egípcia, que destruiu perto de um terço dos navios do rei. No entanto, isto não bastava para frustrar Luís, que estava louco por uma batalha. O seu plano para conquistar Damieta não era segredo e, quando os navios cruzados ancoraram na costa a 5 de junho de 1249, Joinville e os seus companheiros viram a linha de costa carregada de soldados de Al-Salih, soprando búzios e trompetas. Entre eles estava o próprio sultão, vestido da cabeça aos pés com uma armadura de ouro polido que brilhava como o sol[14].

Os cruzados não se intimidaram. Tinham planeado um poderoso assalto à praia e prosseguiram com a sua intenção. Ignorando a cacofonia na costa, o rei e os seus homens saltaram de botes rasos, arrastando para o mar cavalos que relinchavam, e avançaram com água pelo peito até ao inimigo. O veterano Válter de Brienne (que tinha sido resgatado após a sua captura em La Forbie) chegou numa galera pintada por dentro e por fora com uma cruz vermelha estampada num fundo dourado. Eudes de Châteauroux, o bispo cardeal de Túsculo, segurava um pedaço obrigatório da Vera Cruz. A bandeira francesa, conhecida como a auriflama, foi espetada na areia e os Templários, quando desembarcaram, juntaram a esta a sua bandeira de duas cores. Também eles eram uma visão intimidante.

Durante algumas horas, a praia foi palco de uma violenta batalha. Os cruzados invadiram a areia em unidades disciplinadas, matando cerca de quinhentos muçulmanos, incluindo quatro emires[15]. Era uma declaração de intenções de Luís IX. Preferindo cautela a confrontação, o comandante de campo do sultão, Fakhr al-Din, fez os seus homens recuar e permitiu ao rei francês completar o seu

desembarque sem oposição. Mais assombroso ainda, ordenou a evacuação de Damieta. Durante a Quinta Cruzada, a cidade resistira por mais de um ano; em 1249, foi abandonada num só dia enquanto a guarnição militar a entregava à ocupação cristã, queimando o que era possível antes de fugir rio acima para defender o Cairo. Para os cruzados, parecia a providência divina. No entanto, havia sentido militar por trás da retirada. A História pesava para os dois lados e o desafio para Luís era simples: atrever-se-ia a enviar os seus exércitos Nilo acima?

Enquanto ponderava, os homens de Al-Salih juntaram-se em Al-Mansurah, onde o braço do Nilo de Damieta se juntava ao do Tânis: o local exato onde o cardeal Paio Galvão e João de Brienne se tinham afundado na Quinta Cruzada. Entretanto, unidades rio abaixo lançavam ataques sobre o exército latino alojado dentro e fora de Damieta. O sultão oferecia dez besantes por cada cabeça que lhe fosse levada de um cristão decapitado. O acampamento dos cruzados foi assediado desta forma durante meses, mas sem efeitos conclusivos. O verão passou e o Nilo inundou, e em todo esse tempo Luís manteve-se firme em Damieta, convertendo as mesquitas em igrejas e resistindo ao engodo.

Em novembro, o impasse chegou ao fim. As águas do Nilo recuaram e o calor feroz do verão diminuiu. Se Luís avançasse com o seu plano de conquistar o Egito, este era o momento; a única questão era onde atacar. Um concílio de guerra reuniu-se e debateu sobre avançar para oeste ao longo da costa e atacar Alexandria, mas este plano foi rejeitado a conselho do beligerante irmão de trinta e três anos de Luís, Roberto, conde de Artois. Isso só poderia ter um significado: arriscar marchar sobre o Nilo e atacar o Cairo. «Quem quer que desejasse matar uma cobra deveria começar pela cabeça», argumentava Roberto, e ganhou o dia[16].

A decisão de sair de Damieta foi provavelmente tomada quando, a 23 de novembro, o sultão morreu. As notícias da sua morte foram mantidas em segredo durante algum tempo: o suficiente para Fakhr al-Din ocupar o poder e começar a organizar a resposta egípcia ao

avanço planeado de Luís. General muito competente, Fakhr al-Din tinha todas as razões para achar que conseguia resistir a uma marcha sobre o Cairo, pelo menos porque tinha à sua disposição um vasto exército, que incluía o regimento de elite de milhares de fortes soldados escravos mamelucos, conhecidos como os Bahriyya, do sultão falecido. Como os Templários, os Bahriyya («os do rio») ganharam esse nome devido à sua base original de operações, uma ilha no Nilo, no meio do Cairo. Também como os Templários, eram guerreiros inflexíveis que podiam recuperar continuamente de enormes perdas em batalha. Estavam prestes a mostrar o quão eficazes os tornavam estas qualidades.

Os Templários cavalgavam na linha da frente quando os cristãos começaram uma lenta marcha para sul ao longo da margem oriental do Nilo. É difícil dizer o que os irmãos pensavam da sua missão. Guilherme de Sonnac fora punido no começo da campanha por querer iniciar negociações de paz com os egípcios, um episódio que sugere que os Templários estavam mais inclinados para a cautela do que os entusiastas cruzados franceses que acompanhavam. Uma carta enviada por Guilherme ao alto-comando inglês relatando a queda de Damieta referia-se apenas nos termos mais simples às deliberações de Luís sobre que parte do Egito devia ser atacada, sem comentar os méritos do plano[17]. Se o mestre tinha dúvidas, guardava-as para si. Mas as tensões aumentavam entre o instintivamente cauteloso Guilherme e o agressivo irmão do rei, o conde de Artois. Com o progresso da campanha, as colisões entre os dois homens teriam consequências fatais.

Os cruzados avançaram lentamente pelo Nilo no decorrer de dezembro e o exército de Luís chegou a Al-Mansurah, na margem oposta do Rio Tânis, só pelo Natal. Durante a Quinta Cruzada, esta fora um acampamento militar, mas nos trinta anos seguintes tornara-se uma cidade, que agora se interpunha diretamente entre o exército cruzado e a abordagem ao Cairo. Teria de ser conquistada ou destruída.

Com o poder total do exército egípcio reunido no outro lado do rio, esta não era uma tarefa fácil. Uma batalha violenta pelo Tânis começou, prolongando-se até fevereiro. Os principais engenheiros de Luís trabalhavam numa ponte flutuante, enquanto os homens de Fakhr al-Din respondiam com um forte bombardeamento de catapultas, lançando pedras e fogo grego na direção dos cristãos, causando o pânico e uma destruição aterradora. João de Joinville escreveu, assombrado com a vista dos bombardeamentos incendiários noturnos dos muçulmanos: «O ruído era o de um trovão e parecia que um grande dragão de fogo voava pelo ar, dando uma luz tão desmedida com a sua chama que vimos o nosso acampamento com tanta clareza como em pura luz do dia.»[18] De cada vez que era lançado fogo grego, Luís atirava-se ao chão chorando sem parar e implorando que Jesus Cristo preservasse a sua gente. Este era um espetáculo esplendidamente devoto — mas o rio continuava sem ser ultrapassado.

Foi apenas no começo da Quaresma que os cruzados encontraram uma forma de chegar à outra margem. No começo de fevereiro de 1250, um beduíno chegou ao acampamento cristão oferecendo-se para lhes mostrar um local onde o Tânis podia ser atravessado, a troco de uma pesada taxa de 500 besantes. Sugeria uma operação inerentemente perigosa, dado que os cavaleiros que usavam armadura eram especialmente vulneráveis quando passavam por rios (os guerreiros mamelucos treinavam especificamente de modo a que pudessem tirar as cotas de malha ao nadar de cabeça para baixo se ficassem sem cavalos na água — não era uma manobra fácil). Mas havia poucas opções melhores, a não ser a retirada, que Luís não aceitaria. Portanto, a 8 de fevereiro, terça-feira de Carnaval, Luís selecionou os melhores cavaleiros do seu exército — cerca de um terço da totalidade da sua cavalaria — e partiu com eles antes do amanhecer para o local de passagem do beduíno.

Atravessar o rio na semiobscuridade e emergir prontos para o ataque no acampamento inimigo requeria cavaleiros exímios e

bravura. Luís pediu ao seu irmão, o conde de Artois, que liderasse um grupo de cavaleiros através da água. Contudo, não foi o primeiro: à sua frente, erguendo a sua bandeira, estavam os Templários.

Os egípcios, tal como tinham sabido da chegada de Luís a Damieta no verão anterior, também souberam do seu plano para cruzar o Tânis. À medida que os cruzados emergiam da água, um grupo de reconhecimento de cerca de trezentos cavaleiros muçulmanos avistou-os. Eram em número suficiente para impedir a passagem se tivessem atacado de imediato, mas não o fizeram; em vez disso, viram os cruzados vaguear pelo rio, depois voltaram os seus cavalos e galoparam para Al-Mansurah.

Mais uma vez, confrontados com cavaleiros cristãos que emergiam da água, uma força egípcia de defesa tinha sido dispersada. O mais prudente que os homens de Luís podiam fazer era esperar, reunir-se e atacar *en masse*. Infelizmente, a tensão do momento falou mais alto ao conde de Artois: em vez de se limitar ao plano, apelou a uma carga imediata sobre a cidade. Abandonando a disciplina e a cautela, enviou os seus homens contra o grupo de reconhecimento muçulmano que batia em retirada. De repente, e demasiado cedo, a batalha de Al-Mansurah estava em andamento.

Guilherme de Sonnac e o seu marechal templário, Reinaldo de Vichiers, gritavam por contenção. De acordo com João de Joinville, os seus gritos foram ignorados pelo conde e simplesmente não ouvidos pelo homem que segurava as suas rédeas, *sir* Foucqualt de Melle, que ou era totalmente surdo ou fingia sê-lo. Artois dera a ordem e Foucqualt tinha o dever de a transmitir. Os Templários viram horrorizados como ele «continuava a gritar “Em frente, em frente!”»[19]. E todos seguiram em frente.

De acordo com o cronista inglês Matthew Paris, o objetivo do conde ao avançar diante do restante exército era pura vaidade. «A sua intenção [era] triunfar sozinho, em vez de permitir que todos partilhassem a vitória (...) porque era orgulhoso e arrogante.»[20] O cronista era parcial, mas tinha uma boa fonte: a sua informação

vinha de missivas da linha da frente enviadas diretamente à corte real inglesa. De acordo com Paris, havia uma longa troca de pontos de vista fora de Al-Mansurah entre Guilherme de Sonnac e Roberto de Artois, em que o mestre templário fez o seu melhor para impor alguma sanidade ao conde, que teimosamente recusava ouvir. Descrevendo Guilherme como «um homem prudente e circunspecto, competente e experiente em assuntos de guerra», Paris conferiu a Guilherme um longo discurso em que educadamente congratulava Roberto de Artois pela sua bravura superlativa, mas em que avisava que tinham totalmente perdido o elemento surpresa. Se atacassem Al-Mansurah sem esperar pelo rei e pelos restantes reforços, disse Guilherme, estariam a mergulhar de cabeça na «nossa destruição e ruína»[21].

No relato de Paris, Roberto respondeu a este rogo com simples fúria. Amaldiçoou «a antiga traição» dos Templários, acusando as ordens militares de sabotarem de forma deliberada os seus companheiros cruzados para beneficiarem da continuação da guerra, e declarou que «a ruína de todo o paganismo está iminente, bem como a permanente exaltação da fé cristã, que este templário (...) se esforça por impedir com os seus argumentos fictícios e falaciosos»[22]. De forma ainda mais assombrosa, invocou a luta do imperador romano-germânico Frederico Hohenstaufen contra os Templários como exemplo primordial da sua falsidade.

Não se sabe quanto desta amarga troca aconteceu como é relatado, nem quanto veio da fértil mente de Matthew Paris. O certo é que Roberto ganhou a discussão. É comum nos registos de Paris e João de Joinville a sensação de que Roberto de Artois terá incitado os Templários a segui-lo num ataque suicida. As palavras duras abriram caminho à ação, enquanto a segunda divisão de Artois carregava, e os Templários decidiram que a única opção honrosa era esporear os seus cavalos atrás dela. «Desfraldai e levantai a nossa bandeira!», gritou Guilherme de Sonnac, na versão de Matthew Paris dos acontecimentos. «Deixai-nos

prosseguir para a batalha, que possamos juntos neste dia tentar a sorte da guerra e as hipóteses de morte.»[23]

O ataque súbito dos cruzados em Al-Mansurah, concebido de forma imprudente e executado de forma apressada, foi um banho de sangue totalmente previsível. Os cruzados correram pelas ruas estreitas perseguindo os muçulmanos em fuga, mas caíram numa armadilha e foram depressa superados em número e rodeados. João de Joinville, que participou na batalha, testemunhou em primeira mão a luta selvagem, vendo um homem com o nariz cortado de tal forma que estava pendurado perto da boca; outro cujo sangue jorrava do ombro como se se tratasse de um barril de vinho acabado de abrir. Perto de seiscentos cavaleiros pereceram nas lutas de rua, dos quais duzentos e oitenta eram irmãos do Templo. Guilherme de Sonnac sobreviveu mas perdeu um olho. A sua única consolação era que o conde de Artois fora morto: apressara o seu cavalo a nadar pelo rio numa tentativa desesperada de fugir, mas escorregara da sua sela e fora arrastado para a morte debaixo do peso da armadura. Quando o seu corpo apareceu, foi recolhido para ser saqueado. O seu sobretudo foi usado mais tarde como um troféu para inspirar os homens do sultão antes de correrem para a batalha[24].

O rei atravessou o rio atrás do seu irmão e escapou ao pior, mas, assim que os seus homens montaram um acampamento na margem sul do rio, foram forçados a aguentar lutas quase diárias para o defender. A cada hora que passava, a morte parecia próxima. Logo após a batalha, Guilherme de Sonnac ajudara João de Joinville a dispersar um bando de muçulmanos que apanharam a tentar roubar tendas do acampamento real. Três dias mais tarde, lutava de novo. Na sexta-feira 11 de fevereiro, os homens de Al-Fakhr avançaram sobre as posições cruzadas, com os mamelucos a lançar fogo grego. Guilherme de Sonnac comandou uma companhia formada pelos poucos templários que tinham sobrevivido à batalha de terça-feira de Carnaval, mas ele e os seus homens estavam

enfraquecidos pelas feridas, desesperadamente cansados e mal equipados para lidar com o caos que reinava à sua volta.

João de Joinville descreveu o massacre que se seguiu. O mestre construíra barricadas para os seus homens fora dos capturados engenhos de cerco, mas estas eram tanto uma ajuda como um obstáculo. «Os sarracenos queimaram-nas com o seu fogo grego», escreveu Joinville, «e vendo que poucos se lhes podiam opor, não esperaram até serem destruídos, mas atacaram vigorosamente os Templários, derrotando-os em pouco tempo.» Por trás das linhas, Joinville viu «um pedaço de terreno tão coberto com bestas, dardos, setas e outras armas que não era possível ver a terra por debaixo deles». Tendo perdido um olho a 8 de fevereiro, Guilherme de Sonnac perdera agora o outro, e morreu das suas feridas[25].

Os cruzados chegaram a Al-Mansurah e foram esmagados, tal como acontecera trinta anos antes. Apesar de Luís IX ter aguentado a sua posição por mais de um mês, no começo de abril tornara-se óbvio de que ficar mais tempo seria um curto caminho até à aniquilação total. Um novo sultão, Turanshah, chegara ao Cairo e, apesar de a sua corte estar dividida por lutas facciosas entre vários grupos de mamelucos, Turanshah não tinha interesse em negociar uma vitória imparcial com os cristãos sitiados.

O campo em redor de Al-Mansurah contava uma história de desolação, fome e doença. O Tânis estava tão cheio de cadáveres a flutuar que em certos lugares estava completamente bloqueado. Galeras muçulmanas proliferavam no Nilo, impedindo que se reabastecessem ou escapassem para Damieta. A desnutrição afetava os vivos. Com a progressão do escorbuto, as gengivas apodreciam e os barbeiros-cirurgiões tinham de cortar a carne pútrida para permitir que os soldados comessem. O próprio Luís teve uma recorrência de disenteria tão forte que foi obrigado a abrir um buraco na sua roupa interior. A retirada era a única opção.

A debandada pelo Nilo abaixo começou de forma desordenada na madrugada da terça-feira 5 de abril, com homens a subir atabalhoadamente para barcos ou vagueando pela lama no seu

desespero por abandonar o desventurado acampamento. Os que conseguiram partir viram como atrás deles a luz oscilante dos fogos da noite iluminava os soldados muçulmanos que invadiam o local, que corriam atrás de qualquer um que estivesse demasiado doente para rastejar da sua cama e fugir.

O punhado de templários sobreviventes levantou a sua bandeira numa tentativa penosa de guiar de regresso a Damieta o que restava do exército de Luís, mas era uma tarefa inútil. O disperso exército cruzado foi apanhado barco a barco e divisão por divisão, sem misericórdia mostrada para todo aquele que não se pudesse provar ser um prisioneiro de elevado valor (João de Joinville apenas se salvou da morte quando o seu barco encalhou num banco de lama no Nilo; saltou borda fora e afirmou, quando capturado, que era primo do rei Luís). Na altura em que os últimos grupos de cruzados em fuga foram apanhados, a cerca de dezanove quilómetros de Damieta, apenas três templários continuavam vivos.

O poeta árabe Jamal ad-Din ibn Yahya ibn Matruh escreveu mais tarde uma cantilena de celebração que censurava os cruzados e o seu rei:

> Viestes para o Oriente ostentando conquista, acreditando que os nossos tambores de guerra seriam um sopro de vento (...) E a vossa estupidez trouxe-vos a um lugar onde os vossos olhos já não podem ver uma forma de escapar (...) de cinquenta milhares não se pode ver alguém que não esteja morto ou ferido e prisioneiro[26].

Quando as notícias chegaram à cristandade, foram recebidas com profundo desgosto. «Os franceses», escreveu Matthew Paris, «definhavam cada vez mais com luto interno, nem o seu rei os podia consolar.»[27]

Não os podia consolar porque, como o topo da nobreza francesa que o tinha acompanhado na sua aventura egípcia, Luís IX de França fora feito prisioneiro. Estava agora à mercê de homens que tinha vindo destruir. Turanshah ordenou a devolução de Damieta e o pagamento de um resgate de 800 mil besantes de ouro — cerca do equivalente a 400 mil *livres tournois* ou a dois anos de receitas

reais. Isto cobriria também as centenas de outros prisioneiros que ainda não tinham as suas gargantas cortadas.

Uma hesitação nas negociações aconteceu a 2 de maio de 1250, quando Turanshah foi assassinado num golpe mameluco: o sultão foi atacado com um cutelo, encurralado numa torre a arder e atirado ao Nilo. O seu corpo foi depois pescado e, por via das dúvidas, retiraram-lhe o coração. Começara uma enorme revolta na liderança do mundo islâmico, que terminaria com os mamelucos de Bahriyya a controlar por completo o Egito, pondo fim a quase oitenta anos de domínio aiúbida. Mais urgente para os cruzados, o rei Luís estava ainda prisioneiro, como outro dos seus irmãos, Afonso, conde de Poitiers. O resgate ainda tinha de ser pago.

Na sexta-feira 6 de maio, Luís foi enviado para o seu acampamento para contar o total da primeira prestação do seu resgate: 400 mil besantes ou 200 mil *livres tournois*. Afonso foi retido como segurança, tal como as enormes pilhas de armas e provisões que os cruzados foram obrigados a deixar em Damieta ao abandonar a cidade. Não seria libertado, nem o rei seria autorizado a deixar o Delta do Nilo, até o dinheiro ter sido recebido.

Um resgate real era uma elevada soma e pesar as 200 mil *livres* das reservas de moeda que Luís levara para o Egito levou quase dois dias. Na tarde de domingo 8 de maio, 170 mil *livres* tinham sido contadas e a tesouraria estava vazia. Faltavam ainda 30 mil ao seu objetivo. Uma discussão começou sobre a melhor forma de conseguir o valor por saldar.

João de Joinville, que estava com o rei, reclamou que aconselhara Luís a pedir emprestado o valor que faltava aos poucos sobreviventes templários. Entres estes, os de categoria mais alta eram Estêvão de Ostricourt, precetor da ordem, e o velho aliado e especulador de Luís, o marechal Reinaldo de Vichiers.

Se havia alguém adequado para este tipo de necessidade urgente de dinheiro, eram os Templários. No entanto, como Joinville descobriu, os irmãos levavam os seus protocolos bancários a sério. Estêvão de Ostricourt recusou inicialmente o pedido, argumentando

que a integridade da ordem dependia de cada depositante confiar que o dinheiro que colocava nas mãos dos irmãos estava em segurança. Os Templários receberiam estes depósitos sob juramento, declarando que nunca os entregariam a outro que não o depositante. Nem agora podiam quebrar as regras[28].

Estêvão de Ostricourt estava a dar o seu melhor para manter a prática do trabalho templário nas circunstâncias mais desesperantes. Mas não estava a ser muito útil. Felizmente para Luís, Reinaldo de Vichiers dispunha de mais recursos. Tinha comissionado vários navios em Marselha, em nome do rei, em 1246, no começo da campanha; viajara de Chipre para o Egito na comitiva real; lutara no meio da terrível batalha de terça-feira de Carnaval, e pode muito bem ter-se sentido na obrigação de ajudar Luís a sair de Damieta com toda a dignidade que conseguisse[29]. O marechal contrapôs que, apesar de ser verdade que os Templários não podiam libertar a riqueza dos seus clientes «sem agir de forma contrária aos seus votos e sem cometer perjúrio», se os homens do rei levassem o dinheiro à força, os Templários seriam então obrigados a receber reparações quando o destacamento real regressasse a Acre.

Compreendendo exatamente o que o marechal queria dizer, João de Joinville voltou-se para o rei e perguntou se deveria embarcar pessoalmente na galera dos Templários e tomar à força as 30 mil *livres.* O rei acenou de forma afirmativa. João e Reinaldo foram juntos à tesouraria templária e armaram uma charada que Joinville descreveu na sua crónica:

> Vendo um cofre do qual me recusaram dar as chaves, estive prestes a parti-lo com uma cunha em nome do rei. Mas o marechal, vendo que estava a ser sincero, ordenou que me fossem dadas as chaves. Abri o cofre, retirei a soma pretendida e levei-a ao rei, que muito rejubilou no meu regresso. Assim ficou completo o pagamento total das 200 mil *livres*[30].

Luís estava agora livre para deixar Damieta, graças ao homem que o ajudara primeiro a chegar ali. Nenhum deles,

presumivelmente, tinha pena de partir.

A 13 de maio de 1250, Luís IX chegou a Acre, castigado mas não derrotado. Perdera um irmão, uma batalha e um certo nível da sua dignidade real no Nilo. O manto que usava quando fora capturado — um traje vermelho de lã debruado a arminho e preso com uma corrente de ouro — chegara a Damasco, onde um emir aiúbida o usava em público[31]. Mas o rei ainda tinha a sua vida, e o seu desejo de lutar pelo reino de Jerusalém era tão forte como no dia em que recuperara do seu ataque quase fatal de disenteria, seis anos antes. Luís permaneceu em Acre durante quase quatro anos, trabalhando para libertar os prisioneiros que perdera em Damieta e vigiando o governo do reino de Jerusalém com a diligência e o rigor requeridos por uma tarefa tão desafiadora.

Frederico II morreu de disenteria a 13 de dezembro de 1250 e foi enterrado num sarcófago vermelho brilhante na catedral de Palermo. Passara a maior parte do seu reinado numa guerra longa e vertiginosamente complexa com o papa e os seus inimigos em Itália, mas conseguira o que todos, desde a Primeira Cruzada, falharam: recuperar a cidade de Jerusalém para os cristãos latinos. Morrera tendo ofendido a Igreja de forma tão consistente que fora excomungado quatro vezes e levara muitos religiosos à conclusão de que era a encarnação do demónio. A mera escala dos territórios de Frederico significava que exportava as suas várias contendas e guerras através deles, de modo que conflitos facciosos que começavam na Sicília e no norte de Itália eram transferidos para Chipre e os estados latinos. Deixou ainda as suas guerras ao seu filho e sucessor, Conrado, que continuou a guerra dos Hohenstaufen contra o papado, e que tinha ainda menos interesse nos estados latinos do Oriente do que o seu pai. Entre a ascensão de Conrado a imperador em 1250 e a sua morte em 1254, nunca visitou a Terra Santa. Nem o fez o seu filho e herdeiro, Conradino, que foi decapitado aos dezasseis anos pelo seu inimigo Carlos I de Nápoles, terminando a linhagem Hohenstaufen.

Em 1250, Jerusalém era portanto um reino vulnerável com um rei ausente, e a chegada de Luís IX proveniente de Damieta foi bem-vinda. O rei francês aprovou melhorias há muito necessárias nas mais importantes fortificações da Terra Santa e financiou a recuperação das defesas dos baluartes de Sídon, Acre, Cesareia e Jafa. Não chegou a negociar o próprio retorno de Jerusalém, mas deu aos exaustos estados cruzados liderança e recursos num momento em que estes estavam em falta.

Uma das primeiras ações de Luís quando chegou a Acre foi apoiar a eleição de Reinaldo de Vichiers para o cargo de mestre dos Templários, uma promoção que era difícil de negar dados os serviços que lhe prestara, as batalhas em que lutara e a simples devastação que assolara os membros da ordem na derrota dupla de La Forbie e Al-Mansurah.

A sua relação continuou próxima daí em diante e, numa extraordinária mostra de fraternidade entre rei e mestre, em 1251 o quarto filho de Luís, Pedro, nasceu na fortaleza dos Templários de Château Pèlerin. Margarida, a intrépida mulher de Luís, acompanhara-o durante a sua cruzada, ficando em Damieta quando este liderou a infeliz marcha sobre o Nilo, durante a qual deu à luz outro rapaz, João Tristão. Em termos de força física, era um cruzado como o marido. Da parte dos Templários, não deixava de ser um favor considerável permitir que uma mulher — rainha ou não — desse à luz num dos seus mais prestigiados (e supostamente apenas para homens) castelos. Para acentuar ainda mais a irregularidade de tudo, Reinaldo apadrinhou o pequeno príncipe, desobedecendo diretamente à Regra templária, que afirmava: «Todos os irmãos estão doravante proibidos de se atrever a educar crianças fora da pia batismal e nenhum se deve envergonhar de recusar ser padrinho (...) esta vergonha traz mais glória do que pecado.»[32]

Reinaldo de Vichiers era um pragmático e não um disciplinador, tal como mostrara a sua relação ao serviço de Luís IX. Apesar de momentos de raiva ocasionais em que o mestre irritava o rei ao

seguir interesses da ordem contrários às políticas reais, houve poucas relações mais produtivas entre um cruzado ocidental e um mestre do Templo. João de Joinville, que ficara no Ultramar com o seu rei, registou diversos exemplos de cooperação entre a Coroa e o Templo, dentro e fora do campo de batalha. Esta era, sem dúvida, uma melhoria relativamente ao estado da situação com Frederico Hohenstaufen, quando a ordem e o imperador se enfrentavam mais do que ao seu inimigo mútuo.

Contudo, Luís não podia ficar para sempre. A sua mãe, Branca de Castela, servira como regente durante a sua ausência, mas, ao morrer em novembro de 1252, deixara um vazio na política francesa que apenas o próprio rei poderia preencher. Após ouvir os conselhos dos barões do reino de Jerusalém e passar três dias inteiros a chorar, deixou Acre em abril de 1254 e viajou para casa. A vida de Luís fora profundamente alterada pelos seus seis anos de cruzada e, no seu regresso a França, adotou um modo de vida austero e devoto que mais tarde lhe daria a santidade.

No momento ninguém sabia, mas Luís foi o último dos grandes reis cruzados. O seu reinado seria visto como um modelo para todos os futuros monarcas franceses: um exemplo brilhante da realeza cristã que irradiava para todo o sempre. Fora também como que um apogeu das relações entre a Coroa francesa e a Ordem do Templo. Após a partida de Luís, a defesa da Terra Santa foi conduzida pelos homens do Oriente e pelas ordens militares, com uma pequena preciosa ajuda dos monarcas da cristandade ocidental. E enquanto a Ordem do Templo continuava a fornecer a muito necessária assistência financeira aos ricos e poderosos, as suas fortunas e reputação começaram lentamente a decrescer enquanto os estados cristãos da Terra Santa, por cuja defesa tinham lutado com tanta valentia, se iam desgastando constantemente. Tanto era uma marca do tempo como um resultado da partida de Luís. Contudo, uma vez que o rei francês desaparecera no horizonte em 1254, nada foi o mesmo. Uma mudança nas atitudes, nas políticas europeias e

no império oriental em construção estava prestes a espalhar-se pelo mundo mediterrâneo.

Os Templários encontrar-se-iam no coração destas mudanças, combatendo numa desesperada ação de retaguarda à medida que o movimento cruzado colapsava à sua volta, enquanto se encontravam cada vez mais sob suspeita no Ocidente. Durante as últimas décadas do século XIII, os Templários descobriram que tinham dois inimigos mortíferos alinhados contra si, ambos procurando a sua destruição. O primeiro eram os mamelucos, que ascenderam dos bancos do Nilo para estender o seu poder pelas terras muçulmanas do Levante, procurando alcançar o que nem Saladino conseguira antes: a obliteração total da presença cristã no Oriente.

O segundo era o neto de São Luís, Filipe IV, rei de França.

28 O conceito de posses móveis, central para a coleta de impostos na Europa da Idade Média, era bastante literal. Avaliava o valor da propriedade que podia ser fisicamente movida de um lugar para outro, incluindo assim comida, mobiliário e tecido, mas não edifícios ou terra.

PARTE IV

HEREGES

1260-1314

«PRINCIPIUM FINI SOLET IMPAR SEPE UIDERE.»

«MUITAS VEZES O FIM NÃO IGUALA O COMEÇO.»

PROVÉRBIO MEDIEVAL[1]

17

«UM NÓ NA GARGANTA»

Al-Malik al-Zahir Rukn al-Din Baybars al-Bunduqdari era alto e moreno com olhos azuis impressionantes, um deles salpicado de branco. Era uma figura terrível de ver. Feroz como Zengi, calculista como Nur al-Din e carismático como Saladino, o secretário pessoal de Baybars, Ibn ’Abd al-Zahir, escreveu sobre a sua «coragem, de um género nunca antes visto»[2]. Os seus súbditos chamavam-lhe «Pai da Conquista» e «o Leão do Egito». A História conhece-o simplesmente como Baybars.

Entre 1260 e 1277, Baybars governou sobre um império sunita em ressurreição no Oriente mediterrâneo, que se ergueu dos destroços do império aiúbida em colapso na década após a morte de Al-Salih. Este era um estado mameluco com uma máquina de guerra impiedosa e assustadoramente eficiente no seu centro. Como sultão, Baybars podia contar com um exército permanente de quarenta mil soldados escravos intensivamente preparados, uma cavalaria ligeira treinada para lançar setas embebidas em fogo grego das selas dos seus cavalos e a artilharia de cerco mais recente e poderosa. Presidir a esta casta guerreira permitiu que Baybars se impulsionasse, e aos seus sucessores, para uma posição de domínio total na Síria e no Egito, com tal êxito que o seu próprio povo ficava por vezes aturdido. «Estavam chocados pela severidade da fação Bahriyya e dos seus métodos opressivos e tirânicos de lidar com os outros», escreveu ’Abd al-Zahir[3]. Prosseguiu com a explicação de que Baybars também tentava cativar o povo do Egito com cortes nos impostos e um programa de construção de escolas, e rodeava-se de eruditos que «recitavam poemas celebratórios e que eram recompensados com mantos de honra». No entanto, o sucesso de Baybars tinha a sua origem numa filosofia de força inflexível.

Nascido por volta de 1220 na estepe a norte do mar Negro, Baybars era etnicamente um turco quipchaco, que fora vendido como escravo por volta dos catorze anos e levado para o Egito para ser treinado como um guerreiro. Juntou-se à elite Bahriyya, o corpo de mamelucos que tinha dominado a corte do sultão Al-Salih e combatera o exército de Luís IX na batalha de Al-Mansurah. Alguns meses mais tarde, fez parte do assassinato do filho e sucessor de Al-Salih, Tarunshah. Exilado do Egito por traição, viajou para a Síria, trabalhando como mercenário ao serviço de vários desafortunados emires aiúbidas que disputavam os seus territórios fracionados. Em 1259, regressou ao Egito para se unir a um rival mameluco, Qutuz, que tomara o poder no Cairo e governava como sultão. Qutuz era de uma fação hostil a Baybars e aos Bahriyya, mas a paz era conveniente para ambas as partes, já que se aproximavam de um confronto com uma ameaça ainda mais mortífera que se avistava a oriente: os mongóis.

Desde os primeiros anos do século XIII que o mundo inteiro tremia ao ouvir o nome «mongóis». A sua história começava quando um senhor da guerra órfão, de nome Temüjin, reuniu as tribos nómadas das estepes do nordeste asiático e começou a atacar as dinastias que governavam ao seu redor. Após uma série de êxitos iniciais, Temüjin adotou o nome Genghis Khan (por vezes apresentado como Chinggis Khan, que significava algo como Grande Líder). Ele e os seus descendentes construíram o maior império terrestre de sempre, que ia do mar da China Oriental até à Polónia, unindo milhões de pessoas sob um domínio que era em vários aspetos iluminado e tolerante, mas que se baseava nos princípios da guerra total. Após a morte de Genghis, os seus filhos e netos continuaram as suas conquistas. Em 1259, dividiram o império em quatro enormes blocos conhecidos como canatos: a dinastia Yuan no Oriente, que incluía a China e a Mongólia; a Chagtai na Ásia Central, em volta da Transoxiânia; a Horda Dourada no Noroeste, que ia da Sibéria à Europa de Leste; e o Ilcanato, que se espalhava pela Pérsia. O que todos os *khans* mongóis partilhavam era o seu

método básico de conquista: massacres e destruição total das populações que os desafiassem, com a submissão incondicional de todos os seus inimigos. Os seus guerreiros eram cavaleiros experientes e os seus engenheiros militares eram altamente competentes em reduzir cidades e fortificações a ruínas. Assim, por tudo isto, a maior força dos mongóis era a sua capacidade para espalhar o pânico e o terror diante de si, enquanto escolhiam de forma deliberada cidadãos como alvos e geravam uma reputação pela brutalidade sem par sobre todos os que fossem loucos o suficiente para lhes resistir. Em 1244, o patriarca de Jerusalém chamou aos mongóis «um povo desconhecido» que «perseguia todos de igual forma, sem distinguir entre cristãos e infiéis»[4].

Sabia-se há algum tempo que os mongóis estavam interessados na Terra Santa. Em 1260, o mestre templário Tomás Bérard, que assumira a liderança da ordem em 1256 após a morte de Reinaldo de Vichiers, enviara cartas horrendas de Acre para Inglaterra e França avisando sobre o avanço mongol. Para o rei Henrique III de Inglaterra e o irmão Amadeu, o mestre templário inglês, escreveu:

> Os tártaros, avançando com uma força inumerável, já ocuparam e devastaram a Terra Santa quase até Acre (...) a cristandade não será capaz de lhes resistir a não ser que seja apoiada pela poderosa mão de Deus (...) a não ser que a ajuda chegue depressa, proíba Deus, uma horrível aniquilação será rapidamente visitada pelo mundo[5].

Estes e outros sinistros avisos obtiveram respostas desiguais. Alguns ocidentais recebiam ativamente os mongóis, vendo-os como seus salvadores da ameaça representada pelos muçulmanos. As profecias populares cristãs previam há muito a chegada de um grande rei do Oriente que ajudaria a restaurar a glória de Cristo na terra. Muitos na Europa consideravam que os mongóis (a quem chamavam tártaros) se encaixavam nisto[29]. Antes da campanha de Damieta de 1249-50, Luís IX acolheu a ideia de converter os *khans* pagãos ao cristianismo e de combinar forças para obrigar os sultões do Egito e de Damasco à submissão. Não era totalmente descabido:

os mongóis tinham uma mente notavelmente aberta sobre conversões religiosas, adotando com frequência a fé das terras que conquistavam. Hülagü, o chefe do Ilcanato, que se expandia para oeste da Pérsia, na direção da Terra Santa, tinha uma mulher cristã nestoriana como sua esposa principal e, em 1162, estava mesmo a considerar uma aliança semelhante, enviando as suas próprias cartas para França para sondar Luís[6]. Hülagü descreveu-se a Luís como um «ávido destruidor do pérfido povo sarraceno, amigo e apoiante da religião cristã, enérgico combatente de inimigos e fiel amigo dos amigos»[7]. A aliança sonhada nunca se formou, mas permaneceu como uma possibilidade tentadora nas mentes de alguns príncipes ocidentais e uma visão de terrível aniquilação nas dos aiúbidas e dos seus sucessores mamelucos.

Os mongóis abriram de forma direta, apesar de inadvertidamente, o caminho de Baybars para o poder, já que este teve um papel de destaque (mais tarde exagerado para principal) numa enorme batalha entre os exércitos mongóis e mamelucos em 1260. Hülagü passara o final da década de 1250 a avançar sobre a Pérsia. Um exército mongol saqueara Bagdade em 1258, assassinando o califa abássida ao enrolá-lo num tapete e cavalgando sobre ele. Destruíram também a biblioteca mais famosa da cidade; disse-se que o Tigre correu negro devido à tinta dos livros lançados às suas águas. Isto foi recebido no Cairo e em Damasco como um desastre de proporções épicas que parecia ameaçar a mera existência de um Médio Oriente islâmico[8]. Dois anos mais tarde, a horda mongol avançara sobre o Eufrates e os exércitos de Hülagü estavam no norte da Síria, onde capturaram Alepo e a reduziram a ruínas. Pareciam imparáveis. Desesperados e apercebendo-se de uma possível erradicação total, Baybars e o sultão egípcio Qutuz fizeram avançar um enorme exército pela Palestina para lhes bloquear o caminho. A urgência da sua missão era tal que os latinos do reino de Jerusalém os autorizaram a passar sem problemas pelas suas terras. Boemundo VI, príncipe de Antioquia e conde de Trípoli, teve uma conduta diferente e apoiou ativamente os mongóis,

convencendo-se de que eram o menor dos dois males. Outro potentado cristão do Norte, Hetum, rei da Cilícia, seu padrasto, juntou-se a ele.

Os mamelucos atacaram os mongóis em ’Ayn Jalut (As Fontes de Golias), na Galileia, a 3 de setembro de 1260, e alcançaram uma vitória quase milagrosa, salvando a Síria muçulmana da subjugação. «Os mongóis foram derrotados, mortos pela espada e feitos prisioneiros», escreveu o escolástico egípcio Shihab al-Din al-Nuwayri[9]. O seu temido general Kitbugha estava entre os mortos. Animado pelo seu papel neste feito incrível e sempre atento a uma oportunidade, Baybars regressou ao Egito, tomando a liberdade de matar Qutuz a sangue-frio no regresso a casa. Era a segunda vez que Baybars ajudava a assassinar um sultão e estava determinado a que não deveria haver uma terceira. Reclamou o título para si, estabeleceu um novo califado abássida com sede no Cairo, em vez de nas ruínas de Bagdade, determinou um califa como sua marioneta, embarcou depois em vários projetos grandiosos de construção e começou um grande programa de rearmamento.

A partir desse momento, Baybars perseguiu dois objetivos paralelos. O primeiro era unir os povos islâmicos do Egito e da Síria para formar um estado unificado mameluco com a ajuda de um exército vasto, bem treinado e ultradisciplinado capaz de resistir aos mongóis se e quando regressassem. O segundo era livrar a Palestina e a Síria dos cristãos latinos.

Destruir os francos era, por um lado, um assunto de dever religioso e, por outro, uma necessidade prática. Era verdade que o apetite ocidental pelas cruzadas parecia ter diminuído após século e meio de derrotas severas e dispendiosas. O entusiasmo cruzado estava a virar-se contra os hereges e os infiéis mais perto de casa. Os confrontos contra os almóadas do sul de Espanha continuavam, mas as guerras europeias de conquista religiosa tinham agora também como alvo os hereges cátaros do sul de França, os pagãos dos Balcãs, os eslavos, os escandinavos, os

livónios e os polacos do Norte da Europa. Era também verdade que os francos orientais estavam num grupo cada vez mais penoso. Em 1260, o rei de Jerusalém, Conradino, neto de Frederico Hohenstaufen, tinha oito anos e estava na Baviera, a mais de 3200 quilómetros da Cidade Santa. Na sua ausência, havia pouca liderança política capaz e não existia uma capacidade armada séria, exceto a dos Templários, dos Hospitalários e da Ordem Teutónica, que, entre si, forneciam militares a quase todos os postos defensivos importantes e controlavam muito do território ainda sujeito ao domínio latino. Emergiram rivalidades violentas em Acre e Tiro entre mercadores genoveses e venezianos, que eram apoiados respetivamente pelos Hospitalários e pelos Templários, perturbando o mundo franco[30]. Mas enquanto os cristãos possuíssem cidades costeiras como Jafa, Cesareia, Acre e Tiro, seriam um perigo potencial. E se aí existisse a possibilidade de poderem ser reforçados pela chegada de algum novo rei cruzado que procurasse a glorificação do seu nome através da guerra santa, o cenário de pesadelo de uma união de cruzados e mongóis continuava vivo[10].

No começo do seu reinado, Baybars envolveu-se moderadamente com os francos, ameaçando-os com os seus exércitos, mas mostrando-se também aberto a tréguas e regateando individualmente com nobres sobre o acesso a portos comerciais como Jafa. Esta acomodação ocasional foi dificultada pelas atitudes dos Templários e dos Hospitalários, que, apesar das suas diferenças facciosas, eram ambos contra negociar com Baybars, pois seriam obrigados a libertar grande parte dos seus escravos muçulmanos, que eram artesãos engenhosos e prisioneiros extremamente úteis[11]. Um sinal da intransigência crescente do sultão surgiu em 1263, quando ordenou aos seus homens que queimassem o terreno da Igreja de Santa Maria, em Nazaré. Tomou ainda ações diretas contra os Templários, minando e destruindo um moinho fortificado em Doc, parte do anel de defesas que se espalhavam a partir de Acre.

Em fevereiro de 1265, o verdadeiro assalto de Baybars começou. Marchou sobre o reino de Jerusalém e atacou Cesareia, apanhando os habitantes de surpresa, capturando a cidade e esmagando a cidadela com um bombardeamento de cinco das suas novas catapultas. Incapaz de se defender, a guarnição militar abandonou Cesareia por mar a 5 de março, dirigindo-se para a segurança de Acre. Baybars enviou engenheiros para derrubar as defesas da cidade, tornando-as inúteis para qualquer exército cristão que desejasse retomá-la no futuro.

Vendo o exemplo de Cesareia — fortificada por Luís IX em granito, que supostamente a tornaria impenetrável —, a guarnição militar na vizinha cidade de Haifa rendeu-se e partiu. Não longe, estava Château Pèlerin. Baybars ainda não estava pronto para cercar o baluarte templário, mas derrubou algumas instalações como aviso. Atacou depois Arsuf num combate que durou várias semanas. Hugo III de Chipre, o regente nominal do reino de Jerusalém, liderou uma tentativa imprecisa para aliviar o cerco. A missão de Hugo, desinteressado e subalterno, não teve resultados; a 30 de abril, Arsuf caiu e, como Cesareia e Haifa, foi destruída.

Baybars regressou ao Cairo, mas na primavera e no verão seguintes regressou a território cristão. Desta vez dirigia-se ao condado de Trípoli, passando por uma série de castelos mais pequenos e aterrorizando os camponeses e agricultores que viviam perto de Acre, Tiro e Sídon. Enviou um exército para norte para atacar Hetum, rei da Cilícia, punindo-o severamente por apoiar os mongóis em ’Ayn Jalut: as suas cidades foram queimadas e aprisionou quarenta mil dos seus cidadãos.

Daí, Baybars voltou a sua atenção para os Templários no seu castelo de Safad. Enquanto um bando dos seus homens viajava para norte para se vingar do rei Hetum, Baybars avançou ele mesmo para a fortaleza templária em junho de 1266.

Safad fora construída pelos Templários na mesma escala de Château Pèlerin. Nas palavras de um observador, era «inacessível e

impenetrável», protegida por torres de 50 metros de altura e controlada por oitenta cavaleiros templários e oficiais, cinquenta turcópolos e trezentos besteiros[12]. Foi comissionada em 1240 e a sua mera existência contava a história de uma responsabilidade em mudança pela defesa da Terra Santa. Safad ficava a meio caminho entre a Acre cristã e a Damasco muçulmana e controlava uma faixa de terreno altamente sensível mas lucrativa que englobava vários lugares cristãos de peregrinação, incluindo o poço em que José fora vendido pelos seus irmãos, o sítio em que Jesus fizera o milagre dos pães e dos peixes e os lugares de nascimento de vários apóstolos e de Maria Madalena. Um castelo mais pequeno fora aí danificado por Saladino, e Teobaldo de Champanhe, rei de Navarra, elaborara o plano inicial para a sua reconstrução durante a sua cruzada de 1239. No entanto, apesar de tudo o que Teobaldo afirmava, os 7 mil marcos que prometera para a reconstrução do castelo nunca se materializaram e os Templários foram encarregados de continuar o projeto. A ordem arcou com o custo substancial de um projeto de vinte anos de construção e de abastecer com militares e armamento um posto «útil e necessário (...) para todas as terras cristãs e (...) perigoso (...) para os infiéis»[13]. Ibn al-Furat, um cronista egípcio que escreveu uma biografia admiradora de Baybars, chamou a Safad «um nó na garganta da Síria e um obstáculo para a respiração no peito do islão»[14].

Para além de estar estrategicamente bem situada e da sua robustez, Safad estava equipada com «bons soldados, irmãos e oficiais». À sua chegada, Baybars enviou presentes para os militares do castelo como sinal de que os trataria com boa-fé se entregassem o castelo sem resistência. A 21 de junho, os seus presentes foram devolvidos com ênfase: atirados das ameias do castelo por catapultas defensivas. Baybars foi insultado e jurou por Maomé que mataria os defensores. De seguida, de acordo com um cronista conhecido como o Templário de Tiro[31], «preparou os seus engenhos de cerco e atacou o castelo»[15]. Os seus homens

escavaram minas e bombardearam as muralhas com pedras e fogo grego.

Nada disto deu resultado e, em meados de julho, o sultão estava cada vez mais frustrado, aprisionando de forma temporária várias dúzias dos seus emires, afirmando que não estavam a dar o seu melhor para derrubar o castelo. Uma vaga de atividade resultante disso, a 20 de julho, assegurou a barbacã de Safad — a casa de guarda fortificada no perímetro exterior do castelo —, mas mesmo após este pequeno sucesso o exército mameluco sofreu baixas muito pesadas. «O sultão temia ser incapaz de tomar [Safad] à força sem perder [muitos dos] seus homens», escreveu o Templário de Tiro. Cancelou o assalto e elaborou outro plano[16].

Nenhum castelo templário albergava apenas membros da ordem, e em Safad os cavaleiros-irmãos de manto branco e oficiais vestidos de negro eram apenas uma minoria dos habitantes. Havia um vasto número de servos, besteiros mercenários, cavalaria ligeira turcópola síria e civis que tinham fugido de cidades e aldeias próximas e que procuravam abrigo devido à aproximação de Baybars. Era um grupo variado, e o sultão decidiu explorar as suas diferenças potenciais, adotando a estratégia intemporal de atacar o estado de espírito em vez das muralhas. Assegurando-se primeiro de que Safad não poderia ter reforços ou forças de auxílio, instruiu os pregadores a anunciar de forma que se pudesse ouvir dentro do castelo que estava preparado para oferecer uma escolta segura para todos os sírios — uma oferta que foi aceite com gratidão por um grande número de turcópolos e mercenários. O sultão queria semear a discórdia dentro da fortaleza e conseguiu-o. Em breve, muitos tinham desertado. Agora, com a barbacã ainda ocupada, os Templários estavam «muito enfraquecidos» e em «considerável desunião»[17].

Dentro do castelo, os irmãos convocaram um concílio. Após alguma deliberação, decidiram enviar um oficial chamado Leon Cazalier (conhecido como irmão Leo), que falava a língua nativa turca de Baybars, pedindo para os cristãos francos os mesmos

direitos que tinham sido oferecidos aos sírios. O sultão ouviu educadamente o pedido e deu uma resposta sem se comprometer. Mais tarde, chamou o irmão Leo de parte para um encontro privado, em que informou o oficial de que estava mortalmente ofendido com a rejeição dos seus presentes por parte dos Templários, que pretendia matar todos os membros e que isto incluiria com certeza o irmão Leo, que sofreria o fim mais agonizante de todos se não regressasse ao castelo e entregasse uma mensagem específica aos seus companheiros.

Fraco, assustado e sem querer uma amostra da crueldade de Baybars, o irmão Leo apressou-se a ir para junto dos seus irmãos templários com a boca cheia de mentiras. «Regressou ao castelo e disse que o sultão autorizara uma saída segura para todos e que o próprio sultão o jurara à sua vista», escreveu o Templário de Tiro[18]. Enviava todos para a sua condenação.

Na manhã seguinte, Baybars apareceu diante de Safad e anunciou que, se os Templários abandonassem as suas armas e entregassem o castelo, os escoltaria em segurança até Acre, que depressa se estava a tornar o único local seguro no litoral para os cristãos francos. O acordo foi aceite e os irmãos e os seus servidores prepararam-se para partir.

Infelizmente para os Templários, Baybars não era Baybars. O sultão escolhera um dos seus emires que mais se pareciam consigo, vestira-o com roupas reais e enviara-o para negociar um acordo falso. Qualquer um que conhecesse de vista o sultão poderia ter reconhecido a diferença ao olhar para o azul brilhante e salpicado de branco dos seus olhos, mas, de cima das ameias do seu castelo, os Templários foram enganados.

A 24 de julho, os combates pararam e os portões de Safad abriram-se. Ficou completamente vazia dos seus habitantes: cavaleiros templários e oficiais, bem como mais de mil outros que se tinham abrigado atrás das muralhas da fortaleza durante quase dois meses. Partiram com a sua escolta na direção de Acre, mas tinham feito pouco mais de um quilómetro quando pararam e foram

encurralados perto de uma pequena colina que os próprios templários tinham usado como local de execuções. Um a um, todos foram decapitados. A justificação dada foi que vários templários tinham levado armas do castelo e que teria havido uma tentativa de levar dali muçulmanos disfarçados de cristãos sírios. Pode ter sido verdade ou não. Em ambos os casos, qualquer escolta segura que os Templários pensassem que lhes tinha sido prometida era suficientemente frágil para ser desconsiderada. Baybars mostrara ser inventivo e totalmente impiedoso. Dos mais de mil e quinhentos prisioneiros de Safad, matara todos exceto dois, empilhando os seus corpos e construindo uma pequena muralha em redor deles para preservar para sempre um fosso de ossos e caveiras.

O irmão Leo foi poupado e levado à tenda do sultão, sendo-lhe dada uma taça de leite de égua para beber, tendo apostatado de seguida e convertido num muçulmano. Outro cristão, escolhido ao acaso, foi enviado para Acre para contar a sua história e dar aos seus companheiros cristãos uma ideia do que aí vinha. Ao contrário de Cesareia, Arsuf e Haifa, Safad não foi destruída: Baybars instalou aí uma guarnição militar e transformou a fortaleza num eixo do poder mameluco na Galileia.

Perder Safad chocou todos os Templários. Ainda detinham vários castelos nos estados cruzados em constante erosão, mas poucos eram iguais a Safad, que Baybars conseguira tomar em menos de dois meses. Era difícil ser otimista. Os Hospitalários enviaram a medo uma embaixada a Baybars, implorando-lhe que deixasse em paz dois dos seus castelos mais valiosos, Margat e Crac des Chevaliers, no condado de Trípoli. Baybars concordou com um pacto de não-agressão de dez anos, mas apenas na condição de os Hospitalários lhes transferirem as receitas dos impostos coletados nos distritos em redor.

Pouco depois da queda de Safad, um cavaleiro templário chamado Ricaut Bonomel escreveu um poema que refletia de forma amarga sobre as perdas que a ordem sofrera, expressando os seus

sentimentos com uma franqueza extraordinária. Bonomel amaldiçoou o papa por permitir que os cristãos ocidentais que tinham carregado a cruz lutassem contra os Hohenstaufen na Sicília em vez de insistir que deveriam cumprir os seus votos em Acre resistindo a Baybars. De seguida, sugeriu que talvez Cristo já não se preocupasse com os cruzados.

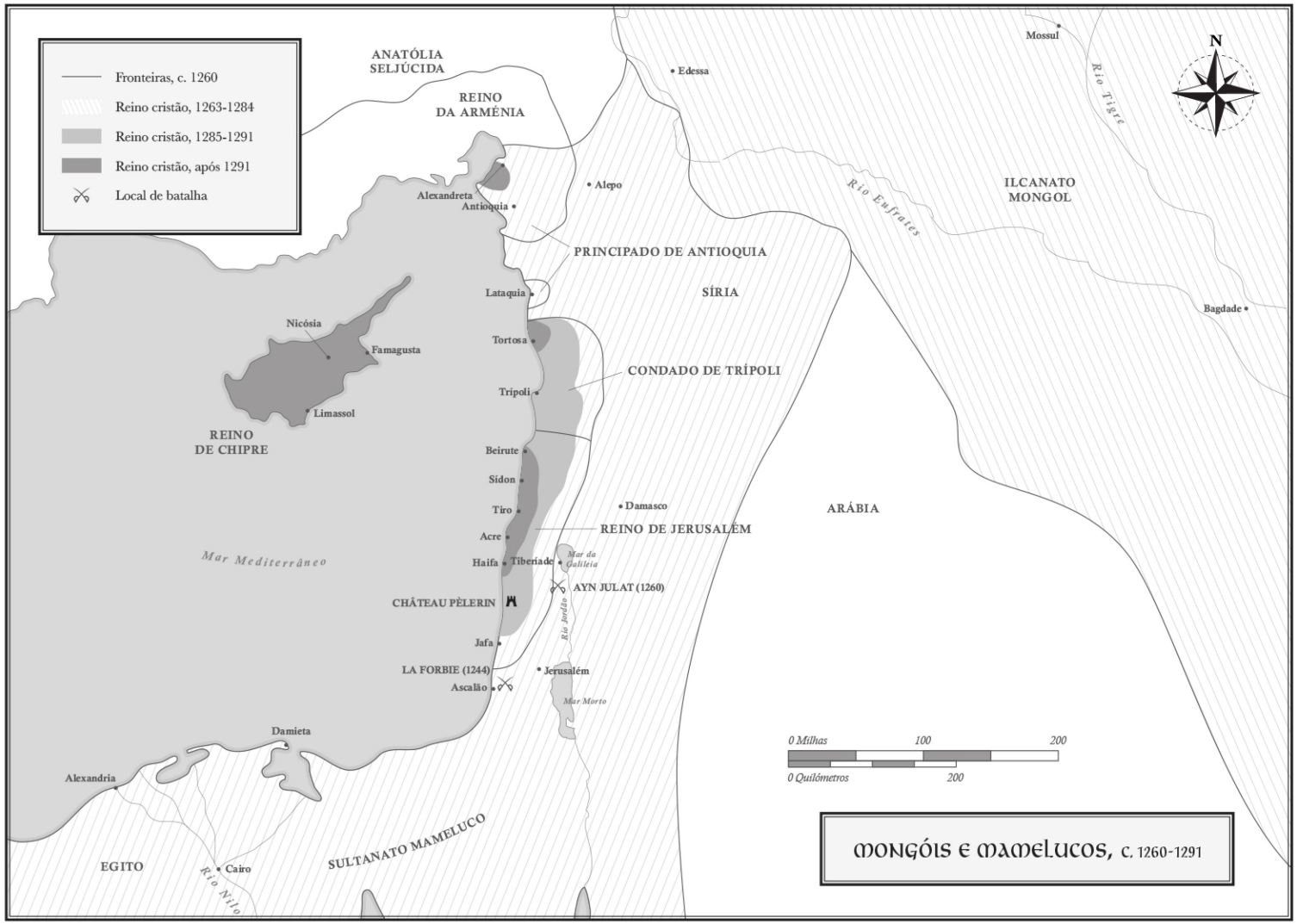
«Raiva e luto estão entranhados no meu coração», escreveu:

> De tal modo que estou pronto a matar-me, ou a abandonar a cruz que carreguei em nome d'O que foi posto na cruz. Pois nem a cruz nem a fé me podem trazer socorro ou proteção contra estes turcos assassinos, Deus os amaldiçoe! Pelo contrário, do que se pode ver, Deus quer apoiá-los em nosso detrimento (...) Desde que Deus, que costumava ser vigilante, adormeceu, Maomé opera com todo o seu poder e incita Baybars a fazer o mesmo[19].

29 A lenda de Preste João, de meados do século XIII, referia um exótico rei de fé nestoriana cuja participação nas guerras contra os sarracenos estava iminente.

30 A chamada Guerra de São Sabas envolveu Acre e as terras e os mares vizinhos durante catorze anos, entre 1256 e 1270.

31 O chamado Templário de Tiro, cuja crónica é uma narrativa valiosa e favorável dos últimos anos da ordem no Oriente, não era um irmão professado, mas sim um escriba ao serviço da ordem.


Fronteiras, c. 1260
Reino cristão, 1263-1284
Reino cristão, 1285-1291
Reino cristão, após 1291
Local de batalha
ANATÓLIA SELJÚCIDA
REINO DA ARMÉNIA
Edessa
Mossul
Rio Tigre
N
Alexandreta
Antioquia
Alepo
Rio Eufrates
ILCANATO MONGOL
PRINCIPADO DE ANTIOQUIA
SÍRIA
Lataquia
Bagdade
Nicósia
Famagusta
Tortosa
CONDADO DE TRÍPOLI
Tripoli
Limassol
REINO DE CHIPRE
Beirute
Sídon
Damasco
ARÁBIA
Tiro
REINO DE JERUSALÉM
Acre
Mar Mediterrâneo
Haifa
Tiberíade
Mar da Galileia
AYN JULAT (1260)
CHÂTEAU PÈLERIN
Rio Jordão
Jafa
LA FORBIE (1244)
Jerusalém
Ascalão
Mar Morto
Damieta
Alexandria
0 Milhas
100
200
0 Quilómetros
200
EGITO
Cairo
Rio Nilo
SULTANATO MAMELUCO
MONGÓIS E MAMELUCOS, C. 1260-1291

Era chocante que Bonomel expressasse o seu ódio pelos mamelucos da mesma forma que os muçulmanos descreviam os francos. A frase «Deus os amaldiçoe!» tinha caído dos lábios e da tinta de incontáveis poetas, cronistas, administradores e escribas islâmicos ao longo de várias décadas. De facto, os mamelucos e os Templários assemelhavam-se e eram ainda mais odiosos aos olhos uns dos outros pela sua excelência. Ambos eram castas guerreiras de elite e estranhos no Próximo Oriente. Os Templários eram autosselecionados e levados por um apelo religioso, quase sempre viajando para o Ultramar de França, Espanha e Inglaterra; os mamelucos tinham sido levados à força como escravos desde as estepes até ao Egito. Apesar de poderem ter filhos — que os Templários, com o voto de castidade, não podiam —, o estatuto de mameluco não era hereditário, e o bem-estar e a sobrevivência individual eram muito menos importantes do que os da organização. Os mamelucos orgulhavam-se das suas excecionais habilidades guerreiras, com a cavalaria valorizada acima de tudo. Tal como a Regra templária funcionava em parte como manual militar, preservando os aspetos essenciais da estratégia de campo, havia também uma extensa literatura mameluca sobre *furusiyya*: as técnicas, treinos e estilos de vida que se esperava que um perfeito cavaleiro mameluco dominasse. Ambos tinham rituais elaborados de investidura: os mamelucos eram presenteados com calças cerimoniais após terem concluído o seu treino, tal como os respeitados guerreiros do Ocidente recebiam o cinto da cavalaria[20]. Por último, os dois grupos valorizavam muito o martírio. A essência do apelo era desejar morrer ao serviço de Deus e da guerra santa.

A grande diferença era que os Templários não se tinham *tornado* um estado. Outrora uma guarda real, os mamelucos comandavam agora a maquinaria governamental desde o Cairo até Damasco, dirigiam as suas próprias operações militares e faziam política. O califa abássida do Cairo era agora um fantoche do sultão mameluco. A elite militar tinha agora controlo total.

Os Templários, por sua vez, partilhavam com os Hospitalários e a Ordem Teutónica o fardo cada vez mais pesado da defesa dos estados latinos cristãos do Ultramar: gerir castelos, combater em batalhas, absorver perdas significativas e financiar os esforços de guerra a partir das suas propriedades e casas no Ocidente. Esta era uma tarefa ainda mais difícil. O apoio para uma nova cruzada ocidental tinha secado, a ausente suserania dos Hohenstaufen colocara os nobres ocidentais uns contra os outros e o conjunto cada vez mais pequeno de propriedades de onde vinham receitas de impostos tornava a defesa dos castelos e das cidades menos acessível. A segurança dos estados latinos dependia de si, apesar de as ordens militares permanecerem servas, respondendo a um papado politizado e presos à alta política da cristandade ocidental. Em dado momento podiam seguir políticas e alianças da sua escolha e faziam-no, estivessem ou não estas de acordo com a proteção real. No entanto, nos últimos tempos, estavam vulneráveis, como o papa Clemente IV apontara ao mestre Tomás Bérard numa carta de 1265. Uma disputa que envolvia o comportamento do marechal da ordem, Estêvão de Sissy, levara Clemente a inculcar em Tomás a ordem natural das coisas: «Se a Igreja removesse de vós por um curto período a mão da sua proteção (...) nunca conseguiríeis subsistir de alguma forma contra os assaltos dos prelados ou a força dos príncipes.»[21] A ordem era rica, independente e autoconfiante, mas não era verdadeiramente autónoma. Longe, na região báltica do nordeste europeu, a Ordem Teutónica tinha começado a obter um estado próprio que se estendia da Prússia até à Estónia, graças ao patronato dos príncipes Hohenstaufen. Não havia um estado templário e nunca iria haver.

Em 1268, Baybars fez mais uma investida contra o agora radicalmente reduzido reino latino. Na primavera marchara para fora do Egito e atacara Jafa, que em meio dia caiu a 17 de março. O sultão entrou pelo porto de Jerusalém para confiscar a relíquia

mais valorizada pelos cidadãos, a cabeça de São Jorge. O seu assalto terminou com a familiar visão dos cristãos a saltar para barcos espalhados pelo porto, dirigindo-se a portos seguros no Norte. Havia já poucas destas preciosidades. Uma vez que Jafa caíra, nada abaixo de Acre permanecia em mãos cristãs, além do castelo costeiro de Château Pèlerin, dos Templários.

Decidindo mais uma vez que Château Pèlerin podia esperar, Baybars concentrou-se noutra fortaleza templária: o castelo de Beaufort, a leste de Tiro, no condado de Trípoli, construído num afloramento rochoso por detrás de um anel duplo de fortificações. Os Templários tinham ocupado Beaufort em 1260, juntando-lhe as suas muralhas defensivas. Em tempos normais teriam sido capazes de o manter com facilidade. Mas na primavera de 1268 estavam desmoralizados e em menor número. Quinze dias depois de Baybars ter aparecido, os efetivos militares templários pediram a paz, rendendo-se como prisioneiros na condição de que as mulheres e as crianças das aldeias próximas que aí se tinham refugiado deveriam ser autorizadas a partir em liberdade e segurança para Tiro. Baybars concedeu-o, encheu o castelo com os seus próprios homens, demoliu as muralhas novas dos Templários e continuou para norte para atacar Boemundo VI em Antioquia, que tinha sido louco o suficiente para se aliar aos mongóis.

Por esta altura, o sultão precisava apenas de passar por uma cidade ou um castelo cristão para pôr os seus habitantes em fuga, implorando por misericórdia. Ao ouvir que Beaufort caíra, os Templários de Tortosa e Château Blanc enviaram representantes que pediram aos mamelucos para não os destruírem também. Baybars concordou, na condição de lhe ser dada a povoação e baluarte costeiro de Jabala, no principado de Antioquia, sem resistência. O responsável templário pela negociação com o sultão era o precetor de Tortosa, Matthew Sauvage, que nos três anos anteriores estabelecera uma relação tão cordial quanto possível com o sultão, ainda que baseada na conciliação e na condescendência. Sauvage entregou os interesses partilhados dos

Templários em Jabala, e os Hospitalários, com quem a ordem partilhava a cidade, seguiram-se rapidamente[22].

A resistência estava a dissolver-se. No começo de maio, Baybars tinha chegado à grande cidade de Antioquia e cercou-a. O seu governante, Boemundo VI, estava em Trípoli e sem ele os cidadãos de Antioquia pensavam apenas em salvar as suas vidas. «Os [cidadãos] mal se defenderam», escreveu o Templário de Tiro. Mesmo assim, não houve misericórdia. «Quando a cidade foi conquistada, mais de dezassete mil pessoas que se encontravam dentro desta foram assassinadas e mais de cem mil, religiosos e laicos — homens, mulheres e crianças —, foram aprisionadas.»[23] Estas imagens eram exageradas, mas a sensação de crueldade grotesca não o era. Os portões foram trancados pelos mamelucos, que entraram violentamente pelas ruas, capturando todos aqueles que não mataram e saqueando tanto que levaram dois dias a dividir a pilhagem. Uma fogueira acesa na cidadela varreu os edifícios em redor, e uma das grandes cidades da cristandade oriental — a primeira na Síria a ser atacada pelos cruzados originais em 1098 — estava reduzida a nada.

Boemundo VI estava em Trípoli quando Baybars atacou, perdendo assim um dos seus títulos quando estava longe. Sem Antioquia não podia haver um principado, e os castelos que controlavam a região rapidamente se tornaram redundantes. Muitos destes eram controlados pelos Templários, que não tinham outra escolha que não fosse retirar-se. Desde a década de 1130 que a ordem guardava as passagens de montanha de Amanus que uniam a Ásia Menor ao noroeste da Síria. Agora, após mais de um século, abandonavam em silêncio as suas posições, retirando-se dos seus castelos de Roche de Roussel e de Gaston (Baghras) sem um lamento. Gaston fora descrito de forma memorável por Imad al-Din como «atorreado num cume impenetrável (...) envolto em nevoeiro, inseparável das nuvens, suspenso do Sol e da Lua (...) quem quer que o cobiçasse não tinha forma de aí chegar; quem quer que para lá levantasse a sua vista não podia manter o olhar»[24]. Não foi assim

para Baybars, que o conquistou sem uma luta. As chaves foram-lhe entregues por um irmão chamado Gins de Belin, que cavalgou por iniciativa própria para fazer a paz com o sultão enquanto os outros irmãos estavam a jantar.

Não havia esperança após isto. Os irmãos deixaram Gaston com tanta pressa que negligenciaram a destruição de todo o seu equipamento, uma forte brecha que levou a que o comandante fosse mais tarde punido em Acre. O mestre Tomás Bérard seguiu o conselho dos seus oficiais veteranos e impôs uma sentença grave de penitência de um ano e um dia aos desertores, durante a qual os seus hábitos lhes foram retirados e tinham de comer as suas refeições no chão com os cães. O seu caso foi escrito e adicionado a pelo menos uma edição da Regra oficial dos Templários, dado que se pensava que a sua punição era excecionalmente branda[25].

Em 1268, Baybars tinha aniquilado o principado de Antioquia e os domínios do reino de Jerusalém na Palestina. Apenas o condado de Trípoli permanecia, bem como o reino cristão de Chipre, a curta distância por via marítima. Os latinos do Oriente estavam no limiar do extermínio. Sem reforços do Ocidente não sobreviveriam a outro assalto mameluco continuado. Contudo, o apetite pelas cruzadas já mal palpitava nos corações da maioria dos príncipes do Ocidente. O poeta francês conhecido como Rutebeuf redigiu um trabalho que criticava os seus conterrâneos por negligenciarem Jerusalém. Este «Lamento da Terra Santa» chorava a falta de heróis capazes de emular os heróis da Primeira Cruzada. «Em vez disso, permitem que os beduínos detenham a Terra Santa, que nos foi retirada pelas nossas falhas», escreveu. «Os tártaros estão a caminho (...) para destruir tudo: não haverá quem possa defender (...) O mundo está a chegar ao fim.»[26]

Esse fim foi atrasado pela chegada de duas pequenas missões do Ocidente. A prometida segunda missão de Luís IX nunca se concretizou; em vez disso, o rei francês escolheu atacar Tunes, no Norte de África, onde a disenteria finalmente o venceu em 1270.

A primeira missão a chegar ao Ultramar foi liderada por dois filhos bastardos de Jaime I, rei de Aragão. Desembarcaram em Acre em outubro de 1269, na esperança de coordenar um assalto mongol a Baybars, mas foram arrasados na sua primeira tentativa de derrotar um exército mameluco em batalha. A segunda, liderada por lorde Eduardo, como era conhecido o filho mais velho e herdeiro do rei inglês Henrique III, desembarcou em 1271, fez algumas incursões fora de Jerusalém acompanhadas pelas ordens militares, mas partiu no ano seguinte, tendo ganho pouco mais do que algumas escaramuças. A única conquista duradoura de Eduardo foi mediar um tratado de paz de dez anos elaborado para preservar Acre e as poucas cidades costeiras que restavam até poder ser enviada uma força cruzada bastante maior ou até os latinos do Oriente poderem de alguma forma recuperar o suficiente para se aguentarem sem ajuda. Nenhuma hipótese parecia especialmente provável. Durante esta breve perturbação, Baybars continuou a obter ganhos, ocupando o enorme castelo hospitalário de Crac des Chevaliers em abril de 1270 e a orgulhosa fortaleza de Montfort da Ordem Teutónica em junho de 1271.

A paz mediada por Eduardo foi ratificada onze meses após a queda de Montfort, em abril de 1272, e, a longo prazo, isto trouxe o fim de uma série de ataques impiedosos de Baybars sobre territórios francos. O sultão viveu mais cinco anos, morrendo de uma causa misteriosa, talvez veneno, a 1 de junho de 1277. O seu reinado transformara por completo o aspeto da Terra Santa. Fora um momento penoso e traumatizante para todos os francos, mas em particular para os Templários, que tinham perdido muitos homens, alguns dos seus melhores castelos e muita da sua reputação de invencibilidade. Foram tão inúteis como os seus homólogos Hospitalários e Teutónicos na resistência aos ataques mamelucos — uma falha com consequências cada vez mais desconfortáveis, com a população a começar a procurar as razões para a queda e aniquilação do Ultramar.

Em 1273, Tomás Bérard morreu e Guilherme de Beaujeu, o precetor templário da Sicília, foi eleito para liderar a ordem no seu lugar. Guilherme atrasou a sua viagem para oriente para participar num grande concílio ecuménico requisitado pelo papa Gregório X, conhecido como o Segundo Concílio de Lyon, em que foram discutidos planos para uma resposta ocidental às conquistas de Baybars. O concílio decorreu no verão de 1274, após o qual Guilherme estava livre para viajar para Acre, de onde registou as suas primeiras impressões. A 2 de outubro de 1275 escreveu a Eduardo, que sucedera agora ao seu pai como rei Eduardo I de Inglaterra.

«A terra e os seus habitantes pareceram-nos quase totalmente inconsoláveis», escreveu Guilherme:

> Pareceu-nos mais fraco o estado da casa dos Templários e mais frágil do que alguma vez no passado; falta comida, há muitas despesas, as receitas são quase inexistentes (...) todos os bens dos irmãos (...) foram pilhados pelo poderoso sultão. E as receitas do outro lado do mar não bastam para nos manter vivos; temos custos incontáveis na defesa da Terra Santa e no reforço dos castelos que restaram.
>
> Tudo isto, tememos, far-nos-á falhar o nosso dever e abandonar a Terra Santa com desolação. É por isso que para evitar uma falha desta forma que pedimos a vossa majestade que envie alguma solução adequada, de modo a que não possamos ser culpados mais tarde se algo desastroso acontecer[27].

Apesar de não o saber, o mestre Guilherme de Beaujeu estava a escrever mais do que uma carta de súplicas ao rei de Inglaterra.

Estava a enviar-lhe uma profecia.

18

«A CIDADE CAIRÁ»

Quando Guilherme de Beaujeu ouviu o batuque dos tambores sarracenos, apressou-se a agir com tanta velocidade que mal teve tempo de colocar a sua armadura. O mestre estava na casa templária de Montmusard, um vasto subúrbio na zona norte de Acre, fora da cidade velha mas ainda dentro do anel duplo de muralhas exteriores. O batuque vinha de perto da Porta de Santo António, no lado oriental, uma secção de muralhas geralmente dada aos Hospitalários para a defenderem[1]. Ouvia-se alto e próximo o suficiente para que Guilherme soubesse que o pior tinha acontecido. Após seis semanas e um dia de bombardeamento constante, na sexta-feira 18 de maio de 1291 o exército mameluco forçara finalmente a sua entrada em Acre. Se não fossem expulsos de imediato, começaria uma batalha pelas ruas e o próprio desequilíbrio dos números significaria que os cristãos estavam condenados. Estimava-se que o exército mameluco tivesse dezenas de milhares; os defensores de Acre estavam reduzidos numa escala de talvez dez para um.

Já estava a ser tentada uma evacuação de mulheres e crianças nas docas, apesar de os mares revoltos dificultarem a saída de barcos de apoio do porto. Ninguém que ficasse dentro da cidade poderia esperar misericórdia. O exército sitiante era comandado pelo novo sultão mameluco Al-Ashraf Khalil, que se tornara sultão em 1290. Escrevera recentemente a Guilherme de Beaujeu, apresentando-se de forma imodesta, mas não totalmente errada, como:

> O Sultão dos Sultões, Rei dos Reis, Senhor dos Senhores (...) o poderoso, o temido, o flagelo dos rebeldes, caçador de francos e tártaros e arménios, Ladrão de Castelos das Mãos dos Miseráveis, Senhor dos Dois Mares, Guardião dos Dois Locais de Peregrinação[2].

Este era um homem que dava às catapultas da sua artilharia pesada nomes como *Furiosa* e *Vitória*. Não fazia acordos por indulgência ou graça.

Quando Guilherme de Beaujeu passou à ação, reuniu todos os homens que conseguiu encontrar. A maior parte dos Templários de Acre estavam na cidade velha, na fortaleza junto às docas, mas Guilherme tinha dez ou doze irmãos consigo em Montmusard, bem como a sua guarda pessoal de dois cavaleiros, um oficial, um turcópolo, um escudeiro e um par de soldados de infantaria. Não era muito, mas era o melhor que conseguira. O pequeno esquadrão galopou pelas ruas de Montmusard até à Porta de Santo António, juntando-se a eles no caminho o mestre dos Hospitalários, João de Villiers, que tinha a sua própria comitiva, de tamanho e de composição semelhantes[3]. Todos chegaram à porta a tempo de ver os soldados mamelucos a entrar por uma brecha nas muralhas e atiraram-se para o combate.

«Parecia», escreveu o Templário de Tiro:

> Que se tinham atirado contra uma muralha de pedra. Os do inimigo que lançavam fogo grego faziam-no com tanta frequência e densidade que havia tanto fumo que um homem mal podia ver outro. Entre o fumo, arqueiros lançavam setas emplumadas de forma tão compacta que os nossos homens e montadas ficaram terrivelmente feridos[4].

Um escudeiro inglês que lutava de pé após o seu cavalo ter sido morto debaixo de si foi atingido diretamente por um projétil incendiado que queimou o seu sobretudo, com as chamas a cauterizar a sua face e, de seguida, todo o seu corpo, «como se fosse um caldeirão de pez». Os mamelucos mantiveram as suas fileiras por detrás de uma parede de escudos, lutando com lanças, setas e artifícios incendiários e avançaram pouco a pouco. Durante várias horas, os Templários e os Hospitalários lançaram cargas de cavalaria contra a sua muralha de escudos, mas em todas as ocasiões foram obrigados a recuar com uma salva de projéteis. A meio da manhã, os ânimos estavam a diminuir. À medida que as

tropas mamelucas avançavam de frente para a sua barricada, mais invasores enchiam o espaço atrás de si.

Guilherme de Beaujeu lutava a cavalo entre os seus homens, brandindo uma lança na sua mão direita. Quando levantava o seu braço esquerdo, talvez para assinalar outra carga nas linhas inimigas, um dardo lançado da direção da porta atingiu-o diretamente por baixo da axila esquerda, num ponto em que as placas da sua armadura ligeira não estavam unidas. «O dardo entrou um palmo dentro do seu corpo», escreveu o Templário de Tiro, que, como parte da comitiva de Guilherme, estava a assistir à batalha que se desenrolava.

Guilherme não caiu do cavalo, mas sabia que a ferida era fatal. Deu a volta ao seu cavalo e partiu. Como hábito, a sua comitiva pessoal seguiu-o, incluindo o oficial que levava o seu estandarte preto e branco. Um grupo de cruzados italianos que se tinha unido à batalha viu-o afastar-se e assumiu que os Templários tinham perdido a coragem. «Por amor de Deus, senhor, não partais ou a cidade cairá de vez!», gritavam.

Alertado para o perigo do pânico generalizado, Guilherme gritou o mais alto que pôde: «Senhores, não posso fazer mais, pois mataram-me; vede a ferida!» Apontou para onde o dardo ainda estava pendurado na sua axila, mas, quando levantou o braço para mostrar o ferimento, caiu. O mestre largou a lança, a cabeça tombou e começou a escorregar da sua montada. Em seu redor, os servos correram para o colocar gentilmente no chão e, usando um escudo como maca, levaram-no para uma casa segura e deitaram-no para avaliar as suas feridas. Conseguiram cortar as tiras do seu peitoral, mas não foram capazes de remover a armadura dos seus ombros, portanto deitaram-no semidespido num cobertor e levaram-no para a praia para tentar tirá-lo da cidade de barco. Atrás deles, as bandeiras do sultão estavam a ser içadas nas muralhas de Acre.

Escapar pela praia era impossível. Ondas enormes fizeram os irmãos de Guilherme recuar, continuando assim a levar o seu mestre, agora prostrado e silencioso, até ao complexo templário no

distante sudoeste da cidade, entrando por uma porta lateral e levando-o por um pátio onde havia grandes pilhas de excrementos de cavalo. Uma vez dentro da casa principal, o mestre Guilherme ficou estendido sem falar durante o resto do dia. Pela tarde, ouviu alguma agitação no exterior e fez um gesto aos seus criados para que lhe dissessem o que estava a acontecer. «Disseram-lhe que havia homens a combater», registou o Templário de Tiro, «e ele ordenou que o deviam deixar em paz.»

Guilherme de Beaujeu morreu nessa noite. A cidade de Acre caiu. Os mamelucos entraram por três pontos das muralhas, rompendo pelas ruas, matando à sua vontade. O Templário de Tiro viu mulheres nobres e freiras a apressar-se para as docas, algumas delas grávidas ou segurando bebés ao colo. As que não conseguiam escapar foram separadas dos seus filhos, levadas como escravas ou pisadas pelos cavalos dos invasores. As crianças foram estripadas e esmagadas. As evacuações continuaram pela praia tempestuosa, com galeras de Génova a embarcar cidadãos para barcos maiores fora da costa, esperando para viajar para Chipre. O rei de Chipre, Hugo III, escapara para o seu reino, como fizera um grande número de importantes nobres ocidentais, mas o patriarca de Jerusalém, Nicolau de Hanapes, afogou-se ao escorregar para dentro de água quando tentava entrar num barco cheio de gente. Um grupo de templários, orientado pelo precetor veterano Teobaldo Gaudin, escapou para Sídon, onde, no castelo templário, elegeu Teobaldo como novo mestre da ordem. Os que não conseguiram entrar num navio dirigiram-se para o único lugar seguro da cidade, a fortaleza templária, um farol desafiador diante do mar, com as suas torres coroadas com leões dourados, cada um do tamanho de um burro.

Com o seu mestre morto, os Templários de Acre ficaram sob o comando do marechal Pedro de Sevrey, que abrigou o maior número possível de civis no complexo templário e barrou os portões. Após vários dias, Al-Ashraf mandou um enviado aos Templários,

oferecendo escolta para os não-combatentes para fora da cidade. Pedro de Sevrey concordou, mas quando a escolta de segurança foi autorizada a entrar no complexo era composta por quatrocentos cavaleiros indisciplinados que começaram a atacar as mulheres e as crianças ainda antes de estas passarem pelas portas[5].

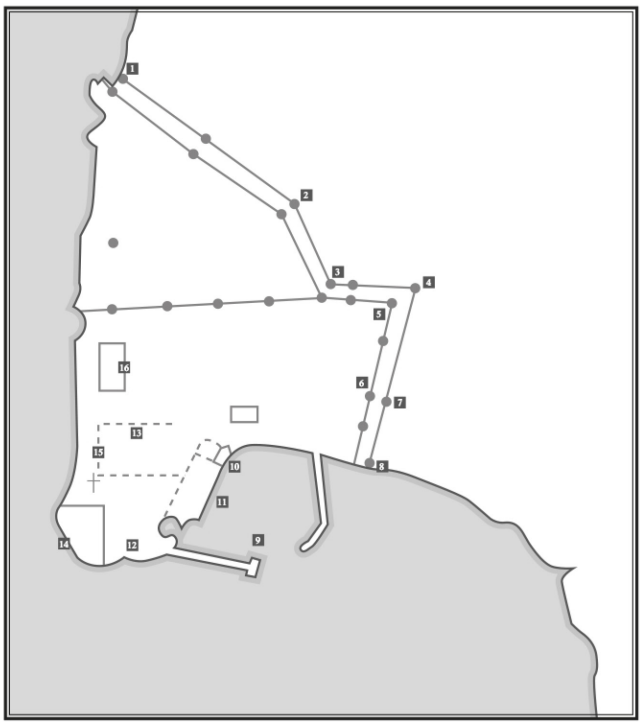
O marechal recusou ficar parado. Ordenou que as portas fossem fechadas de novo, encurralando os quatrocentos muçulmanos no interior do templo. Uma batalha começou no pátio. Por uma vez, os cristãos estavam em vantagem, e reduziram os seus prisioneiros a praticamente um homem, decapitando-os. O Templário de Tiro escreveu que «nenhum escapara vivo». Não era exatamente verdade: um dos homens de Al-Ashraf relatou mais tarde que tinha combatido durante uma hora antes de fugir com nove outros para uma das torres da fortaleza voltadas para o mar e daí saltaram para as ondas. «Alguns morreram, outros ficaram incapacitados e alguns foram poupados durante algum tempo», escreveu[6]. A luta foi feroz e implacável por uma única razão: todos sabiam que não era apenas a última resistência de Acre. Era o xeque-mate para os estados cruzados.

Quando a batalha terminou, Pedro de Sevrey recebeu outra mensagem do sultão. Dizia que percebera que os seus homens tinham provocado as suas próprias mortes e pedia ao marechal para sair e negociar com ele. Para Pedro, deve ter sido uma decisão agoniante. Se deixasse a fortaleza, pôr-se-ia, e aos seus homens, à mercê do sultão. Se ficasse, não haveria esperança de reforços ou de auxílio. Todos os que conseguiram deixar Acre tinham-no feito. Os que ficaram estavam agora consigo. Esperando ainda salvar a vida dos civis à sua guarda, Pedro emergiu com uma delegação de irmãos atrás de si, mas assim que chegaram ao acampamento inimigo foram decapitados. Os engenheiros mamelucos começaram a cavar túneis para derrubar uma das torres da fortaleza. Três dias depois, na segunda-feira 28 de maio, a torre colapsou e as tropas entraram.

O complexo caiu e a capitulação de Acre ficou completa.

Tiago de Molay, um cavaleiro da Borgonha com quarenta e sete anos, estava em Nicósia, na ilha de Chipre, no ano em que Acre caiu. Como qualquer outro templário da Terra Santa que não tivesse sido dilacerado quando os mamelucos invadiram as ruas, teria ouvido em primeira mão, vindas de um punhado de sobreviventes horrorizados, notícias do terrível acontecimento[7].

ACRE EM 1291



Escala 1:20 000 (1 cm = 200 metros)

1. Fortaleza dos Templários – Porta de São Lázaro
2. Fortaleza dos Hospitalários
3. Porta de Santo António
4. Torre do Rei Hugo
5. A torre maldita
6. Cavaleiros Teutónicos
7. Torre do Legado
8. Torre do Patriarca
9. Porto
10. Arsenal
11. Bairro veneziano
12. Bairro pisano
13. Castelo dos Templários
14. Igreja de Santo André
15. Bairro Hospitalário
16. Hospedaria dos Cavaleiros do Hospital

A maior parte dos barcos que evacuou Acre deixou os seus passageiros em Chipre. Os exilados juntaram-se rapidamente aos que fugiam das últimas povoações da costa levantina. Pouco depois de ter sido eleito, o novo mestre Teobaldo Gaudin abandonou o seu posto e dirigiu-se a Chipre, afirmando que ia procurar ajuda. Os outros irmãos não esperaram muito para ver se seria bem-sucedido e a 14 de julho deixaram Sídon entregue ao seu destino.

A norte de Acre, os mamelucos encontraram Tiro deserta quando entraram; Beirute foi entregue por volta da mesma altura. No começo de agosto, tudo o que continuava em mãos cristãs eram dois castelos templários, e estes não conseguiriam resistir muito mais tempo sozinhos. A 3 de agosto, Tortosa rendeu-se e, onze dias mais tarde, a guarnição militar de Château Pèlerin também abandonou a resistência. «Aperceberam-se claramente de que já não tinham capacidade para defender o castelo», escreveu o Templário de Tiro, «de modo que o abandonaram e seguiram para a ilha de Chipre e os sarracenos completaram a sua destruição da terra (...) Tudo estava perdido, de tal modo que o total detido pelos cristãos não era mais do que um palmo da largura da terra na Síria.»[8]

Observar tudo isto deve ter sido uma das experiências mais desencorajadoras da carreira de Tiago de Molay como templário, que era já uma sucessão de frustrações e desapontamentos. Tiago era um servo de longa data do Templo, tendo-se unido à ordem aos vinte anos, em 1265, numa grande cerimónia conduzida por Aimery de La Roche, o templário mais antigo de França, e a que assistira o mestre dos Templários ingleses[9]. O padrão de recrutamento habitual era enviar os estreantes jovens e enérgicos para a Terra Santa, enquanto os membros mais velhos e menos capazes fisicamente permaneciam no Ocidente. Fora exatamente o que acontecera a Tiago, que desembarcara no Oriente no final da década de 1270[10].

Na altura da sua chegada, Baybars infligira danos fatais aos estados latinos, apesar de este ser o período da trégua de dez anos determinada por Eduardo I. Tiago lembrar-se-ia mais tarde de que tinha pensado que esta trégua era difícil de manter e tinha «murmurado» contra o mestre, indignando-se com a sua disponibilidade para fazer uma trégua com um inimigo da Igreja. Apenas mais tarde entendeu que «o dito mestre não poderia ter agido de outra forma»[11]. Como qualquer jovem soldado da sua idade, Tiago tinha-se juntado aos Templários para lutar, não para estar parado enquanto a Terra Santa cristã era destruída. No entanto, foi exatamente forçado a fazer isso, já que os debates para uma nova cruzada não tiveram sequência, e Al-Ashraf terminou o trabalho começado por Baybars.

Em 1292, a carreira de Tiago de Molay foi transformada com a morte do mestre Teobaldo Gaudin[12]. O grupo de candidatos para o suceder devia ser pequeno. Em quatro dias, numa campanha rápida e inteligente (e muito criticada posteriormente), Tiago conseguiu assegurar a sua própria eleição sobre a de um candidato rival, Hugo de Piraud. Foi dito mais tarde que o fez afirmando que não desejava a posição e oferecendo-se para controlar o processo de eleição como um chefe interino imparcial e temporário, apenas para usar essa posição para conseguir a mestria total. Tiago sabia como manipular os procedimentos e protocolos da ordem. Sabia certamente como fazer inimigos; o Templário de Tiro, cuja ligação direta à ordem terminou com a morte do seu empregador, Guilherme de Beaujeu, chamou-lhe ganancioso e «avarento além da razão»[13].

As eleições seriam o menos importante. Era ainda um momento horrível para assumir o comando. A ordem estava em pedaços, sem os seus castelos e banida da terra para cuja proteção fora criada. No entanto, no meio do caos, Tiago de Molay viu uma oportunidade. Lançou-se à tarefa de reconstruir a associação templária no Oriente, em preparação para o que era, na sua mente, uma inevitável ressurreição do movimento cruzado.

Mal podia esperar por incitá-lo a partir de Chipre, de modo que, logo depois da sua eleição, fez a longa viagem em direção a ocidente para percorrer as cortes reais com uma visão capaz de gerar entusiasmo para uma nova missão de libertação da Terra Santa.

As terríveis notícias da perda de Acre chegaram a Paris no começo de agosto. Uma das primeiras informações veio do mestre dos Hospitalários, João de Villiers, que escreveu uma nota dolorosa a um colega em França, relatando a sua «queda desgraçada e penosa»[14]. Não eram raras as más notícias vindas da Terra Santa, mas este era um verdadeiro desastre. Ao ouvir «as notícias muito duras e amargas», o papa Nicolau IV ordenou que se reunissem concílios provinciais de igrejas pela cristandade e que enviassem relatos para Roma das suas melhores sugestões para recuperar o que se tinha perdido[15]. Nas cartas em que ordenava estes encontros, o papa Nicolau pediu um plano de ação claro, recomendações específicas sobre como pagar uma nova cruzada e sugestões para o destino. Conduziu os concílios em redor da ideia que começara a circular alguns anos antes: uma junção das ordens militares numa só instituição unificada capaz de recuperar Jerusalém e mantê-la para sempre.

A noção de fundir as ordens não era nova. Fora proposta primeiro em 1274, no Segundo Concílio de Lyon, um sínodo geral convocado para discutir a resistência no despertar das conquistas de Baybars. Uma proposta para unir os Templários, os Hospitalários e a Ordem Teutónica com os outros diversos grupos que tinham surgido em imitação destas foi vetada pelos reis espanhóis, que não queriam perder as suas ordens regionais (como a Ordem Castelhana de Calatrava ou a Ordem Leonesa de Alcântara). Em 1292, no entanto, a ideia renasceu. Nas palavras do papa Nicolau, a razão era o clamor de «homens valorosos» e «da voz popular» por unificação e reforma[16].

Fosse ou não verdade, os Templários e os Hospitalários estavam vulneráveis às críticas num momento em que as perdas catastróficas às mãos dos mamelucos requeriam uma simples explicação. Desde os seus confrontos com o imperador romano-germânico Frederico Hohenstaufen, na década de 1220, que eram um elemento parcial nas políticas da Terra Santa. Tinham tomado partido na luta ruinosa, de 1258 a 1272, entre mercadores genoveses e venezianos para dominar o comércio em Acre, apoiando os de Veneza, enquanto os Hospitalários estavam do lado dos de Génova. Ambas as ordens tinham estado envolvidas em batalhas à volta da cidade e nas águas fora do porto, deixando centenas de homens mortos quando já faltavam efetivos militares nos estados cruzados. As notícias desta disputa espalharam-se e pelo menos um cronista atribuiu a «lamentável desventura» à «discórdia entre os Templários e os Hospitalários»[17].

Os Templários também estavam envolvidos numa contenda amarga com o condado de Trípoli, apoiando a família Gibelet na sua escolha de resistir à pacífica tomada de posse do filho de catorze anos de Boemundo VI, Boemundo VII, em 1275. Cercos e escaramuças tinham começado dentro de Trípoli (onde a casa templária fora demolida pelo furioso conde), Sídon e Tortosa. Mesmo em Chipre, onde os Templários tinham sede militar em Limassol e uma segunda base em Nicósia, tinham conseguido aborrecer o seu hospedeiro[18]. Em 1278, rebentara uma disputa pela coroa de Jerusalém entre Hugo III de Chipre e Carlos de Anjou, irmão de Luís IX. Os Templários apoiaram a reivindicação de Anjou, atiçando o desagrado extremo de Hugo, que se vingou dos irmãos destruindo a casa templária em Limassol e assediando de tal forma os irmãos que chegou a ser admoestado pelo papa[19]. Apesar de os que morreram em Acre serem rotineiramente exaltados como mártires, os sobreviventes podiam ser acusados de cobardia, algo de que os acusavam cronistas como o mestre Tadeu de Nápoles[20]. Tudo isto significava que, enquanto Tiago de Molay se preparava para viajar para o seu lar, estava a regressar a um mundo em que o

desejo pelas cruzadas continuava alto, mas em que os Templários eram agora criticados abertamente.

Entre os que respondiam ao apelo reformista do papa Nicolau estava o frade franciscano Ramon Llull, que passara muito tempo das três décadas até à queda de Acre a vaguear longe do seu lar em Maiorca num esforço para converter os infiéis, ao mesmo tempo que pensava sobre a melhor forma de reconfigurar a abordagem cristã ao Próximo Oriente. De forma não surpreendente para um pregador itinerante, concentrou os seus pensamentos na educação e na conversão. Aconselhou o papa a estabelecer quatro colégios de classe mundial para treinar missionários valentes e bilingues que pudessem informar judeus, mongóis, gregos e árabes sobre a iniquidade das suas crenças e convencê-los a seguir Cristo de uma forma aprovada por Roma.

Como Ramon gostava de apontar, o próprio Cristo advogara uma política de duas espadas. Durante a década seguinte, e à medida que desenvolvia as suas ideias, tornou-se mais militante, chegando à conclusão de que «deveria lutar-se contra os infiéis com a oração e as armas»[21]. Apesar de ele próprio não ser um lutador, Ramon Llull não tinha dúvidas sobre a melhor forma de organizar um exército cruzado. «O senhor papa e os cardeais deveriam selecionar e estabelecer uma única ordem nobre, para ser chamada ordem da cavalaria», escreveu:

> A cabeça desta ordem deveria ser nomeada como mestre e rei-guerreiro (...) se possível, o reino de Jerusalém deveria ser-lhe designado (...) Segue-se que tal guerreiro deveria ser filho de um rei, devido à honra do ofício que lhe é dado, e porque todas as ordens [religiosas] de cavalaria devem prestar-se a submeter-se a esta ordem (...) Mais ainda: o senhor papa (...) deveria decretar que esta única ordem [ou] cavalaria deveria ser criada da união da Ordem do Templo e da Cavalaria do Hospital, dos Teutónicos (...) e todas as outras ordens de cavaleiros, sem exceção, sejam quem forem e estejam onde estiverem.

Ramon não tinha dúvidas da eficácia do seu plano — e estava disposto a apostar que Deus sentia o mesmo. «E se alguém se opuser», escreveu, «não deve ser visto como fiel ou devoto, e deve

considerar o julgamento no Dia Final, quando o Senhor Jesus Cristo disser: “Parti para o fogo eterno, amaldiçoados.”»[22]

Felizmente para Tiago de Molay, podia evitar a questão da fusão durante algum tempo. Em abril de 1292, Nicolau IV morreu e o colégio de cardeais que era requerido para eleger o seu sucessor caiu num rancor irascível. Levaram cerca de dois anos a decidir-se pela absurda candidatura de um eremita de setenta e nove anos, da Sicília, chamado Pedro de Morrone, agora coroado contra a sua vontade como papa Celestino V. (A eleição de Celestino como papa foi a última a acontecer sem um conclave, em que os eleitores se reuniam e estavam proibidos de partir até terem chegado a uma decisão.) O seu papado foi uma farsa de quatro meses, e em dezembro Celestino tinha resignado e partido[32]. Tiago de Molay estava em Roma para assistir a tudo e, na véspera de Natal, tinha testemunhado a eleição do agressivo cardeal italiano Benedetto Caetani, que tomou o nome de Bonifácio VIII.

A visita de Tiago a Roma foi o primeiro passo no seu programa de reconstruir a força dos Templários no Oriente. Mais tarde disse que viu Bonifácio interessado, mas nada convencido, na ideia da unificação. «O papa falou dela várias vezes», diria Tiago, «mas, depois de tudo considerado, preferiu abandonar a ideia por completo.»[23] Talvez tenha sido o resultado do envolvimento direto do próprio Tiago. Estivera em Roma nos primeiros seis meses de 1295 e a sua visita originou resultados tangíveis em duas áreas. Uma reorganização drástica foi evitada e Tiago assegurou benefícios fiscais favoráveis nas trocas de bens entre as propriedades templárias no Oriente e no Ocidente. Em junho, o papa Bonifácio lançou uma bula papal que louvava os Templários como os «valentes guerreiros de Cristo» e implorava que «prestassem constante atenção à tutela do reino de Chipre», para cujo fim conceder-lhes-ia «as mesmas liberdades e imunidades» de que fruíam na Terra Santa[24].

Mais adiante, Bonifácio ordenaria ao rei de Inglaterra, Eduardo I, que permitisse que as exportações destinadas a Chipre passassem livremente nos portos ingleses e concedeu aos Templários de Chipre a isenção de fazer ofertas à Igreja, justificando que os seus recursos estavam bastante limitados[25]. Carlos II, rei de Nápoles, era um defensor acérrimo da união das ordens militares como forma de retomar Jerusalém — para a qual reivindicava ser o rei titular. Mas não fez pressão sobre a sua causa e concordou com a suspenção das taxas de exportação sobre os bens que iam das propriedades templárias das suas terras até Chipre.

Durante a segunda metade de 1295, Tiago de Molay foi para Inglaterra e França. A sua viagem requeria tato. Os concílios da Igreja na Cantuária e em Reims tinham concluído que as ordens militares deviam suportar o peso do custo de reconquistar a Terra Santa, com a implicação clara de que a tinham perdido e podiam resolver os seus próprios problemas. Outro concílio inglês favorecera a união das ordens e a sua colocação ao comando de Eduardo I, o único dos reis atuais que estivera pessoalmente numa cruzada[26]. A posição de Tiago em França, o típico centro do recrutamento e apoio templário, era ainda mais delicada, dado que procurava atrair o rei francês e o seu rival a sul, para lá dos Pirenéus: Jaime II, rei de Aragão. Havia aqui uma razão: dez anos antes, o rei francês invadira Aragão e persuadira o papa Martinho IV, nascido em França, a conceder à sua guerra o estatuto de cruzada. O rei aragonês à época (Pedro III) apelara aos Templários que lutassem por ele, pedindo-lhes que se unissem ao exército real e que utilizassem as suas galeras para defender a linha de costa dos navios franceses, uma situação peculiar em que os Templários aragoneses se viram a pegar em armas contra franceses e cruzados[27].

No final do ano, Tiago de Molay estava pronto para regressar a Chipre. A sua viagem não fora espetacular: não despertara uma tempestade de fervor cruzado e, sem dúvida, não acabara com a crítica às ordens militares, que nada faziam para ajudar a sua

causa ao apoiar confrontos renascentes entre Génova e Veneza no leste do Mediterrâneo, mas fez diminuir a vontade de abolir a sua ordem para o nível normal de eclesiásticos que os confrontavam. Nesse sentido, a crise de 1291 fora ultrapassada e o processo de reagrupamento estava a caminho. No final da década, a confiança era suficientemente alta para se ter em consideração uma nova invasão das terras perdidas na Síria e na Palestina.

Nos primeiros dois anos do século XIV, os Templários reocuparam parte da Terra Santa. Era uma área pequena, mas a suficiente para que durante algum tempo se pensasse que era possível mais. Com Tiago de Molay, expandiram aos poucos a sua capacidade naval, encomendando novas galeras de Veneza como preparação para uma guerra que teria de ser levada a cabo tanto no mar como na terra empoeirada. A 20 de julho de 1300, uma frota de dezasseis galeras trouxe uma força de ataque de alta categoria de Famagusta, em Chipre, na direção da costa inimiga. O mestre estava a bordo, bem como o rei Henrique II de Chipre, o seu irmão, Amalrico de Tiro, e Guilherme de Villiers, mestre do Hospital. Não era uma cruzada completamente madura, mas era uma frota capaz de causar danos graves enquanto cruzava a costa e atacava povoações em redor de Acre.

Havia boas razões para pensar que um renascer da sorte cristã se aproximava. A várias centenas de quilómetros, Ghazan, o chefe dos mongóis do Ilcanato, estava ocupado a conspirar contra os mamelucos. Enviados regulares continuavam a ir e vir entre os mongóis e os cristãos em Chipre, com promessas de assistência mútua. Após os ataques do verão de 1300, foi elaborado um plano para um assalto conjunto em Tortosa, onde o antigo castelo dos Templários ainda não fora demolido. Mais tarde, nesse ano, cerca de trezentos templários e hospitalários juntaram-se a uma companhia real que velejou para a pequena ilha de Ru’ad, que ficava a poucos quilómetros de Tortosa. Desembarcaram, asseguraram Ru’ad como base avançada e partiram de seguida

para conquistar a fortaleza no continente e encontrar-se com as formidáveis tropas de Ghazan.

Infelizmente, os mongóis não apareceram a tempo. Os cristãos lutaram para chegar a Tortosa, mas não se conseguiram aguentar e num mês foram obrigados a regressar a Ru'ad, e daí a maioria das tropas voltou então a Chipre. Os Templários concordaram guarnecer a pequena ilha com uma força de cerca de cento e vinte cavaleiros, quatrocentos oficiais e quinhentos arqueiros, todos comandados pelo seu marechal, Bartolomeu de Quincy. O trovão do julgamento de Deus ainda não tinha ressoado sobre o reino mameluco, mas já era um começo.

Em 1302, tudo voltava a parecer perdido. Cerca de 240 quilómetros do leste do Mediterrâneo separavam a guarnição militar de Ru'ad da ilha de Chipre, apresentando uma linha de abastecimento que era vulnerável a bloqueios ou mesmo ao mau tempo. No outono de 1301, uma frota mameluca apareceu, comandada por um muçulmano convertido da Geórgia cristã, que dava pelo nome de Sandamour. Ele e os seus homens atacaram a ilha e iniciaram um cerco que durou quase um ano, até que em 1302 a guarnição militar pediu paz, severamente desgastada por lutas que a tinham reduzido de mil homens para apenas duzentos e oitenta. Chegou-se a um acordo em que os Templários concordaram render-se na condição de haver uma escolta segura para saírem da ilha. Se algum destes homens fosse veterano de Acre, teria sido mais cuidadoso. Como relatou o Templário de Tiro, «os sarracenos tinham decapitado todos os soldados sírios de infantaria por terem levantado uma defesa tão inflexível (...) e a irmandade do Templo foi desonrosamente conduzida até à Babilónia». Uma vida de escravidão acenava-lhes.

Mais uma vez, os Templários tinham sido tirados de uma fortaleza sob a promessa de uma passagem segura e foram traídos. Até ser possível montar uma expedição séria, seria desesperadamente difícil para a ordem estender-se muito além de Chipre. O mandato de Tiago de Molay como mestre tinha sido uma luta desde o

começo — e, apesar das conversas regulares sobre uma nova cruzada, havia poucos indícios de melhorar. Tiago estava agora parado em Chipre, sem poder retirar-se nem avançar.

De seguida, em 1306, Tiago foi convocado por um novo papa. À primeira vista, parecia prometedor; acabou por ser tudo menos isso. De facto, este foi o momento em que a escuridão começou a abater-se sobre os Templários.

32 Celestino desejava regressar à sua vida de eremita, mas estava proibido de o fazer por medo de que fosse declarado antipapa pelos inimigos do novo pontífice, Bonifácio VIII. Em vez disso, foi feito prisioneiro pelo seu sucessor, numa cela que não foi da sua escolha, onde morreu em 1296.

19

«NA INCITAÇÃO DO DIABO»

A 15 de novembro de 1305, metade da cristandade parecia estar na cidade de Lyon. Príncipes e duques, condes e cardeais, abades e arcebispos: a cidade estava repleta de dignitários e cidadãos desejosos de ver o espetáculo de uma vida. Tinham chegado embaixadores de Inglaterra e Aragão, com túnicas brilhantes e coloridas de bispos, que traziam presentes que valiam centenas de libras. O rei de França e os seus dois irmãos chegaram acompanhados pelos extensos séquitos das suas casas. Uma babel de línguas preenchia o ar. Todos se juntavam na grande Igreja de Saint-Just para presenciar a coroação de Bertrand de Got, arcebispo de Bordéus, como papa Clemente V.

Lyon era uma mistura de jurisdições, há muito dividida entre a lealdade ao imperador romano-germânico e ao rei de França. Em 1305, estava a inclinar-se de modo definitivo para o lado francês. Era certo que na fria manhã de 15 de novembro havia poucas dúvidas sobre qual dos mestres da cidade tinha mais motivos para celebrar: um papa nascido e criado na Gasconha fora coroado diante da riquíssima elite da nobreza francesa, sob o olhar aprovador do seu rei. Era um golpe forte e uma indicação firme do expectável toque gálico do papado de Bertrand. Os dias em que os papas fugiam com medo dos Hohenstaufen ou se vergavam aos interesses de influentes dinastias aristocráticas italianas não seriam mais do que uma memória; agora Deus sorria ternamente ao reino da flor-de-lis e da auriflama.

Em novembro de 1305, Bertrand tinha cerca de quarenta anos: era bastante novo para ter conseguido uma função tão sublime e também algo inexperiente, já que ainda não fora cardeal. Era sem dúvida um entendido e um político maleável, tendo negociado uma carreira de sucesso em Bordéus sem grandes problemas. Este não

era um feito simples. A Gasconha era governada pelos ingleses mas, sob um tratado de 1259, foi considerada como estando finalmente sujeita à autoridade do rei francês. Esta relação originava disputas, tensão e guerras ocasionais entre os dois reinos. Enquanto arcebispo, Bertrand estava habituado a equilibrar os desejos opostos de grandes poderes, enquanto mantinha boas relações com todos. Ajudou-o o facto de ser basicamente um homem dócil. Os gascões tinham uma terrível reputação fora da sua terra nativa e pensava-se, em geral, que eram gananciosos e nepotistas, mas Bertrand provava que este estereótipo não era verdade. Apesar de perturbado por dolorosas queixas intestinais que o derrubavam com frequência e minavam a sua força, continuava a ser, por natureza, uma figura agradável que louvava os grandes homens sem parecer bajulador e que tinha um agradável sentido de humor[1].

Contudo, a passagem de arcebispo para o trono de São Pedro era significativa, e um colégio de cardeais venenosamente bloqueado tinha levado onze meses para chegar a acordo sobre Bertrand. Parte da razão para o atraso era a perceção alargada de que os cardeais franceses estavam a tentar forçar a eleição de um papa que seria flexível aos pedidos do seu próprio rei, e estavam, de facto. Muito tempo depois da eleição, um dos cardeais pró-franceses presentes no conclave admitiu que vira em Bertrand um homem que poderia ser modelado como braço-direito do rei Filipe IV[2]. Sem dúvida que a escolha do nome papal de Bertrand deixava poucas dúvidas sobre a sua lealdade. Ao escolher ser conhecido como Clemente V, estava a utilizar o título de Clemente IV, um amigo próximo e aliado do avô de Filipe, Luís IX. Mesmo a escolha do local da coroação fora aprovada pela corte francesa[3]. E, como se verificou mais tarde, Bertrand passaria todo o seu papado no norte dos Alpes. Intimidado pelas políticas facciosas sanguinárias de Roma, calculou que as suas hipóteses de lançar uma nova cruzada receberiam maior atenção do rei francês. Não surpreendia que o seu nome em Itália fosse mal visto. O banqueiro

florentino e cronista Giovanni Villani caracterizou a relação entre Filipe e Clemente como era vista pelos italianos: «Tu ordenas e eu obedeço, e será sempre assim.»[4]

A cerimónia da coroação em Lyon foi verdadeiramente magnífica. Ardiam círios e turíbulos, e cânticos latinos preenchiam a igreja, onde os procedimentos eram vigiados pelo estimado cardeal Napoleone Orsini, que presenteou o novo papa com o anel do pescador (um anel de sinete com uma imagem de São Pedro a pescar) e coroou-o com uma grande tiara de prata incrustada de esmeraldas e safiras, uma marca do seu estatuto como representante de Cristo na terra. Depois de as formalidades estarem completas, a parada de grandes homens deixou a igreja e avançou pelas ruas de Lyon, exibindo Clemente aos fiéis.

No lugar de honra, à medida que a procissão avançava, estava o rei Filipe, alto, loiro e reto, com um porte naturalmente régio e faces coradas devido às várias horas passadas a caçar — um passatempo convencional para reis, que nele era uma obsessão. O bom aspeto de Filipe deu-lhe a alcunha de *le Bel* (*o Belo*). O Templário de Tiro afirmou que era com nitidez um palmo mais alto do que a maioria dos outros homens, com ancas tão largas e pernas tão compridas que os seus pés pareciam tocar o chão quando se sentava na sela do cavalo. O médico pessoal de Filipe dizia que era «belo e devoto»[5]. Frio e distante, Filipe brilhava com uma majestade intocável cultivada deliberadamente para relembrar aos seus súbditos o sagrado aspeto da sua realeza.

Lyon não era uma cidade grande na altura e não era um local habitual para receber coroações. À medida que a procissão passava pelas ruas no seu caminho para o palácio do bispo, havia uma multidão que queria observar o novo papa, o rei francês e os eruditos que os rodeavam. Uma velha secção da muralha que retinha os espectadores, em esforço excessivo pela pressão dos corpos, cedeu com estrondo, colapsando sobre a parada papal e fazendo cair vários observadores.

Clemente cavalgava com todo o esplendor papal e, quando a muralha tombou, foi atirado de cabeça de cima do cavalo. A sua tiara caiu, batendo no chão com tanta força que perdeu várias das suas joias, incluindo um maciço rubi que rolou no meio da confusão e desapareceu[6]. Os dois príncipes que seguravam as rédeas do cavalo do papa, o irmão do rei, Carlos de Valois, e o duque da Bretanha, João, de sessenta e seis anos, foram derrubados. Carlos ficou ferido com gravidade e o duque da Bretanha, mais próximo da muralha, morreu das suas feridas uns dias mais tarde. Um dos irmãos de Clemente também ficou ferido. O rei sofreu feridas superficiais e a comitiva papal apressou-se, bastante abalada, a chegar ao palácio do bispo. Nove dias depois houve novos distúrbios quando os apoiantes gascões do papa lutaram em toda a cidade contra os italianos ofendidos pela sua nomeação.

Estes distúrbios foram vistos por muitos como um mau presságio. O novo papa, que permaneceu em Lyon com o rei Filipe e Carlos de Valois até ao Natal, esperava poder usar o momento da sua eleição para impulsionar uma nova cruzada. Clemente manobrou bastante para conseguir travar o mais possível as hostilidades entre a França e os inimigos de longa data de Filipe e Carlos na Flandres e em Inglaterra e voltar as suas atenções para oriente. Viu ambos os homens bastante recetivos: o seu único ponto de discórdia era onde atacar. Seria melhor ter Constantinopla como alvo, onde o imperador latino fora deposto em 1261, ou ajudar a fortalecer o reino cristão da Arménia Menor, que era ameaçada por forças mamelucas do Sul? Sem dar uma resposta final, a 29 de dezembro de 1305, Filipe IV prometeu a Clemente que levaria a cruz e lideraria uma nova cruzada.

Uma das suas condições era que devia decidir onde e quando fazer os seus votos formais de cruzado. Outra era que a sua cruzada deveria envolver uma grande reforma das ordens militares. O rei afirmou mais tarde que dissera ao papa que ouvira rumores sobre irregularidades nas casas templárias. Os antigos planos de reformas ganhariam uma nova vida: os Templários e os

Hospitalários seriam unidos num único exército de Deus. À sua frente estaria um príncipe da casa real de França[7].

No final do verão de 1306, chegaram cartas do papa a Chipre, dirigidas a Fulque de Villaret, mestre dos Hospitalários, e a Tiago de Molay[8]. Foram enviadas de Bordéus a 6 de junho e as suas instruções devem ter despertado nos dois mestres uma combinação de excitação e apreensão. Havia planos em andamento, dizia o papa, de uma nova cruzada para «exterminar os pérfidos pagãos» e reconquistar a Terra Santa. Para esse fim, ambos os mestres eram convocados para aparecer na corte papal, em Poitiers, no feriado de Todos os Santos (1 de novembro) ou uma quinzena depois. Era-lhes também pedido que preparassem dois relatórios: os seus melhores planos para retomar a Terra Santa e uma resposta à ideia de que as suas ordens deviam ser fundidas.

Tiago de Molay não estivera em ócio no Chipre. Perdera vários homens na incursão desventurada de Tortosa e Ru'ad em 1300-2, mas, no rescaldo dessa operação, fez mudanças mais substanciais no pessoal templário sob o seu comando direto. Absorver um fluxo regular de novos recrutas era uma parte normal do trabalho para um mestre templário no Oriente, mas a reviravolta fora grande. Dos cento e dezoito cavaleiros e oficiais templários em Chipre — franceses, ingleses, germânicos, aragoneses, portugueses, italianos, cipriotas, romenos e arménios —, a maioria era jovem e quase todos eram novos na ordem. Cerca de oitenta por cento fizeram os seus votos desde a queda de Acre, em 1291[9].

Os Templários conseguiram salvar o seu tesouro e o seu valioso arquivo de documentos quando Acre e Château Pèlerin caíram — e tinham dinheiro suficiente para pagar um resgate de 40 mil besantes quando o proeminente barão Guido de Ibelin e a sua família foram raptados por piratas em maio de 1302. Mas o dinheiro era sempre necessário e, quando os precetores templários do Ocidente viajaram para se encontrar com o mestre, foram relembrados das suas

responsiones: o terço das suas receitas locais que eram obrigados a enviar para o Oriente.

Havia muito mais trabalho além da guerra. Os Templários importavam bens e material do Ocidente, incluindo cavalos e animais de carga, tecido para roupa, carnes curadas e queijos. Tinham navios como o *Faucon*, uma galera que fora utilizada para evacuar Acre em 1291 e que era usada para transportar bens, patrulhar as águas à volta de Chipre e efetuar o bloqueio de navios que esperavam comerciar com o Egito mameluco. Os barcos eram também alugados a companhias italianas de comércio que habitualmente transportavam algodão, especiarias e açúcar para portos como Marselha e Barcelona[10]. Por último, havia a tarefa mais antiga de todas: o dever peregrino. Apesar dos perigos óbvios da viagem e da proibição papal de viajar para o Oriente no sentido de impedir os mamelucos de tributar as estradas dos peregrinos, havia uma enorme vontade de visitar os locais sagrados, e os crentes apareciam constantemente em Chipre. Precisavam de ser cumprimentados, guardados e postos no seu caminho. Alguns iam para visitar o túmulo do apóstolo Barnabé, na própria ilha de Chipre, mas muitas almas valentes tinham de ser desencorajadas de tentar cruzar Jerusalém.

Apesar de toda esta atividade, Tiago de Molay deve ter sentido uma certa emoção ao receber a carta do papa. Alugar barcos e saudar novos recrutas era muito bonito, mas não era o objetivo dos Templários. As convocatórias de Clemente tornavam claro que o desejo político era finalmente de apelar a outra cruzada. O seu pedido de um plano escrito sugeria que estava aberto caminho para uma expedição ambiciosa.

Claro que o convite de Clemente viera com uma farpa. Se houvesse uma cruzada, o preço seria a há muito falada junção das ordens. De modo que, quando preparava a sua segunda viagem para Ocidente enquanto mestre, Tiago de Molay começou a compor duas cartas: um plano para salvar a Terra Santa e um plano para salvar os Templários.

«Em nome de Deus, ámen», começava a sua primeira carta. «Este é o conselho do mestre do Templo sobre a questão da Terra Santa. Santo Pai, haveis-me perguntado qual a melhor ação, uma expedição grande ou pequena.»[11] Prosseguiu para um ponto muito contundente: a única forma de provocar danos verdadeiros aos sarracenos era utilizar um exército maciço a que chamou «passagem geral»: «Uma expedição vasta e abrangente para destruir os infiéis e restaurar a terra de Cristo, salpicada de sangue», com um exército que consistiria em «doze a quinze milhares de cavaleiros armados e cinco mil soldados de infantaria (...) note-se que dois mil dos ditos cavaleiros armados devem ser besteiros». Estes deveriam ser levados e apoiados por uma frota de navios de transporte. Todo o exército deveria levantar acampamento de Chipre, recuperar, restabelecer-se e proceder de seguida para uma localização que declinava nomear «pois isto daria vantagem perigosa aos sarracenos».

Uma força esmagadora era a chave, argumentava Tiago:

> Se estais disposto a aceitar algum conselho sobre o número de pessoas, repito que [Baybars], mais famoso, poderoso e sábio em assuntos militares do que qualquer um da sua seita alguma vez foi, disse em variadas ocasiões que confrontaria trinta mil tártaros com o seu exército, mas que os deixaria no campo se os seus números fossem maiores.
>
> De forma semelhante, disse que, se quinze mil cavaleiros francos surgissem na sua terra, avançaria e batalharia contra eles, mas, se chegasse um maior número, retirar-se-ia e deixá-los-ia no campo.

Mais adiante, o mestre simulava modéstia. «Não ofereço opinião sobre onde a expedição se deve reunir, pois isso é da esfera dos senhores reis.» Tiago sabia nitidamente que estava a preparar um documento que precisava de ser apelativo para Filipe IV, bem como para Clemente, e deu indícios cuidadosos sobre a extensão do seu conhecimento. «Se vos agrada e ao senhor rei de França, dar-lhe-ei em segredo tanta informação útil que estou certo de que seguireis o meu conselho, pois indicarei tão claramente quais os bons e os maus lugares para [um ponto de invasão].» Assim, incentivou

Clemente a não esperar até a sua chegada a Poitiers para começar a preparar o trabalho que aí vinha e pediu que uma frota de dez galeras estivesse equipada para o inverno, sob a capitania de Rogeron de Lauria, filho do famoso almirante italiano Roger de Lauria, um herói das guerras sicilianas. Estas imporiam o embargo comercial sobre o Egito, que seria reforçado por uma proibição papal de os genoveses e os venezianos comerciarem armas com os muçulmanos. Tiago concluiu a carta de forma educada e esperançosa. «Peço a Deus Todo-Poderoso que vos conceda a graça de decidir o que será melhor nestas questões e a capacidade de recuperar durante a sua vida os locais sagrados em que nosso Senhor Jesus Cristo se dignou a nascer e a morrer pela salvação da raça humana.»

Uma comparação entre as cartas de Tiago de Molay e de Fulque de Villaret revela um enorme desacordo. Enquanto o mestre dos Templários advogava um único desembarque massivo à semelhança das cruzadas de Damieta, depositando a sua fé numa força esmagadora, o Hospitalário sugeriu uma invasão em dois passos: uma «passagem especial» em que uma força de elite passaria um ano a amansar a costa com ataques rápidos, apoiada por um bloqueio naval, seguida de uma subsequente «passagem geral», ou invasão em massa[12]. Isto representava a ampla divisão no pensamento cruzado entre os líderes da altura. Ambos os planos tinham os seus méritos. O de Tiago de Molay era menos complicado, mas requeria um compromisso muito maior e mais despesas. As diferenças entre os dois planos não significariam nada, no entanto, se a sua segunda carta não tivesse o seu efeito desejado.

O mestre templário abordou a defesa da sua ordem com satisfação. Procurou primeiro descrever a ideia como um plano que fora examinado várias vezes no passado e repudiado tantas vezes que não valia a pena ser desenterrado. Três papas tinham contemplado a união das ordens, disse, e todos tinham visto o seu

erro, com o papa Bonifácio a declarar o assunto «totalmente encerrado»[13].

Era verdade, mas Tiago sabia que ainda não estava fechado. Cinco anos antes, Ramon Llull visitara Chipre, e o famoso pregador e teórico reformista estava ainda mais inclinado para a união do que antes, tal como o inflamado panfletário Pedro Dubois, que tinha ligações próximas com a corte francesa e seguira Llull ao escrever um tratado chamado *A Recuperação da Terra Santa*. Dubois insistiu que esta unificação das ordens militares já deveria ter acontecido, escrevendo que:

> Nos tempos de maior necessidade, estas ordens estiveram divididas entre si (...) se é suposto trazerem benefícios à Terra Santa, é desejável e aconselhável combiná-las numa única ordem no que diz respeito a aparência, categoria, hábito e propriedade[14].

Não bastava escrever que a fusão era um plano antiquado para que Clemente desistisse dela. Assim, o mestre fez uma lista, ponto por ponto, dos argumentos a favor e contra a ideia.

Para começar, afirmava que tudo estava bem tal como estava. A separação das ordens militares produzira «resultados positivos» e interferir com a fórmula seria simplesmente mau, «porque a inovação produz, frequentemente ou sempre, graves perigos». Esta era uma linha de raciocínio ousada de seguir: a perda de toda a Terra Santa era difícil de ser sentida como um desenvolvimento positivo. No entanto, Tiago de Molay prosseguiu. Seria desonroso, dizia, pedir a homens que tinham jurado obedecer à regra de uma ordem que mudassem subitamente e adotassem uma nova identidade. De seguida, aqueceu para o seu tema principal. Os Templários e os Hospitalários tinham sucesso porque eram rivais. Juntá-los causaria disputas, talvez mesmo violência, e «na incitação do diabo poderiam estalar querelas entre estes, como “tivemos mais valor do que vós e fizemos mais o bem”. [...] Se se espalhassem rumores deste tipo entre estes, poderiam ser a razão de um verdadeiro escândalo». Além disso, qualquer tentativa de unir as hierarquias paralelas e as redes de propriedade seria confusa para

os homens envolvidos; seria também difícil combinar as separadas funções caridosas das ordens, com o resultado provável de que haveria uma queda na assistência aos pobres e necessitados.

A rivalidade entre os Templários e os Hospitalários, escreveu Tiago, não era apenas uma razão para evitar colocar os irmãos sob a mesma bandeira; era um motivo para o sucesso das ordens. A competição incentivava ambos à excelência:

> Se os Templários transportassem para o Ultramar um vasto número de irmãos, cavalos e outros animais, os Hospitalários não descansariam até terem feito o mesmo ou mais (...) Se uma ordem religiosa tinha bons cavaleiros, reputação pela sua luta e outras boas ações, a outra ordem empenhava-se sempre com todo o seu poder para ter melhores (...) Se as duas ordens já estivessem unidas, não acredito que teriam feito os mesmos grandes esforços.

Por fim, numa última tentativa, Tiago argumentou que os Templários e os Hospitalários tinham sempre formado a vanguarda e a retaguarda dos exércitos reais das cruzadas, e isto não seria possível se só houvesse uma ordem, em que por sua vez o estandarte da hospitalidade oferecido aos «peregrinos do Senhor, de alto ou baixo estatuto», não poderia ser assegurado.

Este último ponto era vago e tendencioso, mas levou Tiago de Molay à última secção do seu memorando, em que admitiu, da forma mais franca possível, algumas vantagens na união. O povo já não respeitava tanto o monasticismo, escreveu; talvez uma única ordem pudesse mudar isso. Havia uma questão financeira clara para diminuir o número de casas e castelos mantidos pelas duas ordens: «As poupanças seriam enormes.» Além disso, a sua carta continha apenas um pedido respeitoso de que a ideia fosse descartada como no passado e a promessa de que podia dizer muito mais em pessoa ao papa. Para esse fim, em outubro de 1306, o mestre preparou-se para a longa viagem para ocidente. Deixou como seu representante Aimo de Oiselay, um veterano com trinta anos de experiência que servira como marechal desde 1300. Tiago de Molay deixou então Chipre e dirigiu-se para a corte de Clemente V e para o reino de Filipe IV, esperando regressar com o futuro da

sua ordem assegurado e com alguma clareza sobre a direção da nova cruzada.

Nunca mais veria Chipre.

A travessia foi lenta e o mestre templário atrasou-se por várias semanas no seu encontro com o papa, mas não teve muita importância. Durante o outono, Clemente sofrera uma crise incapacitante de problemas intestinais e estava demasiado doente para ver alguém até ao ano seguinte. Tiago pôde assim prosseguir de forma vagarosa após a sua chegada a França — provavelmente através do porto de Marselha, onde os Templários tinham uma forte presença naval e uma casa que geria as viagens de barco entre Chipre e o Ocidente. O seu destino definitivo era a corte papal em Poitiers, uma elegante cidade francesa no rio Clain, com um palácio glorioso que incluía uma vasta câmara de receções construída para Leonor de Aquitânia, conhecida como Sala dos Passos Perdidos. Ao seguir o seu caminho, teve muito tempo para se familiarizar com o estado do reino francês.

A dinastia de Filipe IV, os Capetos, governava a França há mais de quatrocentos anos. Durante o século XIII expandiram de modo extremo o alcance direto da Coroa através do reino, reivindicando autoridade direta sobre a Normandia, Anjou, Bretanha e Toulouse, que tinham sido governados em tempos por magnatas praticamente independentes ou reis estrangeiros. A partir de um pequeno grupo de propriedades reais (terras controladas de forma direta) em redor de Paris, os Capetos dominaram a maior parte do litoral ocidental do reino e deixaram a sua marca a sul, nos Pirenéus, e a leste do rio Ródano.

A dinastia reivindicava descendência direta de Carlos Magno. A sua longa história e a recente expansão fizeram brotar uma pronunciada autoimportância sacerdotal em sucessivas gerações de reis. Em 1297, Filipe tinha conseguido a santidade para o seu ilustre avô Luís IX e considerava-se, tanto como idolatrava Luís, um rei

superlativamente cristão de um reino genuinamente especial. Queria também que todos se apercebessem do mesmo.

A religiosidade de Filipe não estava longe da pomposidade, e inevitavelmente alguns dos seus súbditos troçavam dele. Depressa descobriram que era má ideia. Em 1301, Bernardo Saisset, bispo de Pamiers, chamou mocho inútil a Filipe, «o mais belo dos pássaros que não vale absolutamente nada (...) assim é o nosso rei de França, que nada sabe fazer além de olhar para os homens». Tal era, ao mesmo tempo, imprudente e inexato, e levou o bispo a tribunal por feitiçaria, blasfémia, fornicação, heresia e traição. Filipe era um homem pouco caloroso e sem grande curiosidade intelectual, mas era um fanático calculista, comprometido com a sua forma egoísta de piedade, capaz de se convencer das piores intenções dos outros e sem medo de destruir todos os que se atravessassem no seu caminho.

O exemplo mais notório da raiva virtuosa foi a sua vingança viciosa e altamente pessoal contra o papa Bonifácio VIII, entre 1296 e 1301. Começara com as tentativas de Filipe em utilizar os lucros dos impostos recolhidos pela Igreja francesa nos seus projetos militares, mas depressa se tornou numa competição venenosa pela autoridade absoluta (uma disputa furiosa sobre a prisão do bispo Saisset foi uma batalha nesta guerra feroz). Bonifácio tentou intimidar Filipe com uma série de decretos papais, culminando numa bula conhecida como *Unam Sanctam*[33], que estabelecia agressivamente a supremacia espiritual da Igreja e argumentava que a obediência a Roma era obrigação de todos os homens, incluindo reis. Constatava, com pouca ambiguidade, que «é totalmente necessário para a salvação de toda a criatura humana que se sujeite ao pontífice romano»[15].

A resposta do rei foi simples e brutal. Em setembro de 1303, o ministro de confiança de Filipe, Guilherme de Nogaret, levou vários milhares de mercenários a Anagni, perto de Roma, cercou Bonifácio na residência papal, invadiu-a e espancou-o. Disse-se mais tarde que Guilherme de Nogaret esbofeteou Bonifácio; verdade ou não, o

papa foi feito prisioneiro durante vários dias e a sua casa foi saqueada. Ficou tão abalado que morreu um mês depois de voltar para Roma, enfurecido e delirando com febre[34]. O sucessor de Bonifácio, Bento XI, morreu depois de apenas nove meses, e os franceses ficaram a ganhar com a eleição de Clemente.

Os eclesiásticos não eram o único grupo que fora maltratado durante o reinado de Filipe. A necessidade urgente do rei de dinheiro, o catalisador dos seus primeiros confrontos com Bonifácio, veio do envolvimento constante da França em guerras com os seus vizinhos. Quando Filipe assumiu a coroa aos dezassete anos, em 1285, herdou uma luta amarga e infrutífera contra Aragão. Tecnicamente uma cruzada, ainda que não fosse mais do que uma disputa de território a sul santificada de forma absurda por um papa parcial, os franceses perderam a guerra e incorreram em enormes dívidas no processo.

A guerra com Aragão foi seguida no final da década de 1290 por uma esgotante série de campanhas militares contra o idoso rei-guerreiro de Inglaterra, Eduardo I, devido à sua recusa de se comportar como um súbdito francês no que dizia respeito às suas terras na Gasconha. Em 1305, o assunto foi amenizado com um tratado de paz que tornava a filha de Filipe noiva do filho de Eduardo, mas o fim das hostilidades foi complicado por uma série maior de campanhas contra a Flandres. Para rematar, a mulher de vinte anos de Filipe, Joana de Navarra, morreu no final de março de 1305, e Filipe, dado tanto à superstição como à suspeita, acreditou que fora morta por feitiçaria de Guichard, bispo de Troyes, que expulsou do reino[16].

Na altura da chegada de Tiago a França, em 1306, os maiores problemas franceses não eram o luto de Filipe nem a ameaça dos reis estrangeiros. Eram financeiros: o reino estava a braços com uma crise monetária total. O custo das campanhas contra a Inglaterra e a Flandres fora enorme, e o governo recorrera a várias táticas financeiras precárias para lidar com a tensão na sua tesouraria. Luís IX empreendera uma revisão importante do sistema

monetário, instituindo em 1266 uma nova moeda de prata quase pura conhecida como g*ros tournois*. Valia doze *deniers*, a moeda corrente do reino. O valor monetário oficial do *gros* era, a princípio, estável, e a moeda era confiável. Mas isso mudou em 1295, quando Filipe e os seus ministros começaram a desvalorizar a moeda para ir ao encontro das necessidades da política de guerra do rei[17]. Para conseguir dinheiro para a apertada tesouraria real, o *gros* foi reavaliado para 15 *deniers*, e a quantidade de prata em cada moeda foi reduzida. Oito anos depois, em 1303, o *gros* voltou a ser revalorizado para 26 *deniers* e um quarto. Em 1306, um *gros* valia 41 *deniers* e meio, e o governo foi forçado a impedir os seus súbditos de enviar dinheiro para fora do país, de modo a preservar as escassas provisões de prata que tinham ainda em circulação. Esta política nociva arruinou a moeda francesa, causando uma inflação rápida e prejudicial e reduzindo para três vezes menos o valor real da moeda.

No verão de 1306, os ministros de Filipe tentaram reverter a política ao tirar de circulação uma grande quantidade de moeda. Esta nova iniciativa foi vendida com uma distorção devota como um regresso à «boa moeda» de São Luís, mas uma política deflacionária aguda foi ainda mais impopular do que a deriva para a desvalorização, já que significava que o povo tinha de devolver as suas moedas à tesouraria real, onde recebiam uma quantia muito menor do que a que entregavam. Entretanto, as dívidas e o preço da comida eram ainda contabilizados na moeda antiga e «má» — que continuava em circulação.

O custo de vida duplicou definitivamente e a 30 de dezembro, em Paris, houve motins violentos — exacerbados pelo tempo horrível e pelas cheias —, de forma que o rei teve de se refugiar atrás das portas do Templo, que lhe pareceram uma fortaleza mais segura do que o palácio real na Île de la Cité.

A primeira vítima das políticas financeiras de Filipe foi a população judaica de França. Os judeus do Ocidente tinham sido tradicionalmente protegidos pelos seus monarcas cristãos, que lhes

permitiam encarregar-se de fazer empréstimos de dinheiro com juros — o que era, em teoria, proibido aos seguidores da Igreja romana. Através de uma combinação de impostos pesados e empréstimos exortados com ameaças, muitos líderes seculares viram nos judeus uma fonte de receitas valiosa. O aumento do comércio bancário italiano no final do século XIII diminuíra a importância dos judeus nas finanças reais, tal como as venenosas atitudes antissemitas que aumentavam pela Europa, tornando o maltrato das comunidades judaicas numa ferramenta de fácil política populista. Os judeus eram ridicularizados em locais públicos, atacados por multidões, e tornaram-se alvo de mitos absurdos que os retratavam como assassinos de crianças e monstros sexuais. Filipe IV acreditava e encorajava um preconceito popular que sustinha que os judeus franceses obtinham hóstias de comunhão e as atacavam com água, fogo e facas, recrucificando assim Cristo, cuja presença se pensava que estava aí contida[18].

Levados pelo oportunismo financeiro e pela intolerância descarada, reis e nobres começaram a expulsar os judeus das suas terras, confiscando ou leiloando as suas propriedades. Filipe Augusto ordenou aos judeus que deixassem as terras reais em redor de Paris em 1182. Os judeus foram expulsos da Bretanha em 1240 e o primo de Filipe, Carlos II de Anjou, expulsou os judeus das suas terras em 1289. Eduardo I, que tinha as suas dispendiosas guerras para financiar, expulsou os judeus da Gasconha e de Inglaterra através de um edital real em 1288 e 1290, respetivamente, ficando com um confisco inesperado de riqueza, propriedades, lojas e casas judaicas.

Desesperado por uma provisão de prata de modo a encher as casas da moeda reais, Filipe ordenou, a 21 de junho de 1306, para os seus oficiais levarem a cabo um mês e um dia mais tarde uma batida policial coordenada. A 22 de julho, cerca de cem mil[35] judeus — homens, mulheres e crianças — foram detidos e presos enquanto a sua riqueza e propriedade eram inventariadas. Foi-lhes dito que deixassem o reino dentro de um mês, sob pena de morte. A

perseguição aos judeus não se limitava à terra governada diretamente pelo rei: foi levada a cabo, de forma severa, em partes da França em que outro nobre tinha soberania teórica sobre a população judaica. «Todo o judeu deve deixar a *minha* terra, sem levar consigo quaisquer das suas posses; ou deve escolher um novo Deus para si, e seremos *Um Povo*.» Esta era a sentença de êxodo mais tarde atribuída por um autor judeu a Filipe IV, enquanto colunas de refugiados famintos e débeis se arrastavam em direção aos Pirenéus, à Holanda e ao Sacro Império Romano-Germânico.

A expulsão dos judeus, vigiada de perto por Guilherme de Nogaret, completara-se poucas semanas antes da chegada de Tiago de Molay a França, e o mestre terá tido notícias sobre esta em primeira mão. Em si, a política não dizia respeito aos Templários, nem era relevante para as políticas que vinha discutir. Mas o seu resultado sim. A expulsão física dos judeus foi concluída com êxito, mas não trouxe a esperada quantidade de prata que o rei precisava para fazer a moeda regressar ao seu valor anterior. O governo de Filipe ficou com poucas opções e procurou outros grupos ricos para atacar.

Os Templários dificilmente seriam pouco notados neste aspeto. As suas tesourarias em Aragão, Inglaterra e Chipre detinham centenas de quilos de prata, tal como os cofres do Templo de Paris[19]. Em 1306, o Templo ainda fornecia serviços essenciais de contabilidade ao rei com o seu tesoureiro João de Tour, que adiantava créditos à Coroa para fazer pagamentos de rotina. Estes serviços tornavam o Templo valioso, mas também vulnerável.

Filipe estava com um humor particularmente fervoroso nesse verão, mais determinado do que em qualquer outro momento do seu reinado em demonstrar as suas credenciais especiais como o «mais cristão dos reis». Expulsar os judeus fora oportuno e uma demonstração do terrível ódio do rei por toda a falsa fé. A sua política financeira do «bom dinheiro» tornou-o, de modo explícito, no verdadeiro herdeiro do seu avô, São Luís. Para enfatizar a sua ligação, Filipe reorganizou os túmulos reais na Abadia de Saint-

Denis, de forma a que o seu lugar de descanso ficasse próximo do do avô.

Em maio de 1307, Filipe IV estava na corte papal em Poitiers, intimidando um relutante Clemente V a dar-lhe permissão para julgar o papa Bonifácio VIII de forma póstuma por uma familiar mistura de acusações ridículas que incluía heresia, sodomia, feitiçaria e assassinato[36]. Denegrir a reputação de Bonifácio tinha um duplo objetivo: satisfazia o rancor de Filipe contra o papa e impunha no seu país a noção da maravilha da monarquia francesa apadrinhada por Deus.

Clemente estava profundamente desconfortável e tentou negociar: perdoaria formalmente todos os envolvidos no incidente de Agnani (incluindo o chefe, Guilherme de Nogaret) se o rei desistisse da sua perseguição à memória de Bonifácio. Nenhum acordo se avizinhava e Filipe partiu por volta de 15 de maio, não muito depois de Tiago de Molay ter chegado à corte papal. É provável que Guilherme de Nogaret e o seu colega Guilherme de Plaisians, outro dos principais ministros de Filipe IV, tivessem continuado com o papa por tempo suficiente para se encontrarem com o mestre templário. O ambiente só pode ter sido tenso. Era bem sabido que o rei francês discutira com o papa a questão de unir os Templários e os Hospitalários. Um embaixador na corte papal escrevera ao seu mestre em Aragão, dizendo que, «de acordo com insistentes rumores, o papa pretende negociar a fusão das ordens, e vai fazê-lo com estas» (20).

Na altura em que Tiago cruzou o seu caminho com o de Guilheme de Nogaret em Poitiers, o ministro começou a compilar um arquivo sobre os Templários: entrevistando discretamente membros descontentes da ordem que tinham sido expulsos ou que tinham má reputação. O objetivo deste arquivo ainda não estava claro — mas, na melhor das hipóteses, era um registo de esqueletos no armário, para ser usado no futuro como munição contra os Templários e, por proximidade, contra o papa. Qualquer que fosse a sua intenção inicial, os seus conteúdos eram já chocantes.

O primeiro contribuinte para os ficheiros de Guilherme de Nogaret foi um cidadão dissoluto com o nome de Esquin de Floyran, de Béziers, no Languedoc. Perto de 1305 estivera na prisão com um templário que fugira da ordem e afirmava que enquanto estiveram presos o seu companheiro de cela lhe confidenciara histórias de imoralidade, envolvendo em particular as cerimónias em que os novos cavaleiros e oficiais eram recebidos.

Esquin contara estas histórias aos seus carcereiros e, quando saiu, tentou vender a sua versão ao que licitasse mais alto. Começou com o rei de Aragão, Jaime II, conseguindo uma audiência com o confessor do rei e oferecendo entregar a sua história a troco de mil *livres* de receitas anuais e três mil em dinheiro se se descobrisse que o que dissera era verdade. Jaime repreendeu-o, mas Esquin não perdeu a coragem: levou a história ao rei de França. Ao chegar à corte, foi levado a Guilherme de Nogaret, que viu a importância de seguir o rasto de todo o rumor que pudesse ser prejudicial à ordem num momento sensível. Esquin foi questionado, a história foi registada e procuraram-se mais provas. Foram colocados espiões nas casas templárias de França. Foi assim que se começou a reunir um conjunto de acusações, boatos, rumores e mexericos na corte real francesa. Na altura em que Tiago de Molay chegou à corte papal em Poitiers, a vigilância estava em curso há pelo menos dois anos. Guilherme não estava ainda pronto para agir sobre as provas que compilava. Mas podia, e fá-lo-ia.

No começo do verão de 1307, Tiago viajava de Poitiers para Paris, a norte, onde, a 24 de junho, decorreria o Capítulo Geral da ordem: uma conferência dos oficiais mais importantes em que os tópicos principais em discussão terão sido as ameaças de uma fusão. O mestre era frequentemente acompanhado por Hugo de Piraud, que ocupara vários ofícios superiores, incluindo os postos de mestre de França, mestre ativo da Provença e visitante (um cargo de supervisão superior) de Inglaterra e França. Deve ter dado a

Tiago um certo nível de confiança saber que Hugo tinha apoiado Filipe de forma decisiva no conflito com Bonifácio e que o Templo de Paris retivera muitos dos seus deveres financeiros com o reino sob a sua vigilância, trabalhando em conjunto com contabilistas reais no Louvre e pagando tropas e salários reais em nome da Coroa sob a supervisão de João de Tour.

Tiago regressou à corte papal no final de julho, e a 4 de agosto o mestre partiu de Poitiers para visitar Montgauguier, em Angoulême. Aqui escreveu algumas cartas dirigidas à eleição de um novo mestre provincial em Aragão e na Catalunha, incluindo uma para o rei Jaime II. Por volta de 8 de setembro, regressara a Poitiers e ainda estava concentrado na mestria aragonesa, agora a cargo de Simão de Lenda[21]. Ter tudo preparado para a tomada de posse de Simão no novo trabalho ocupou os dias seguintes, à medida que Tiago ditava longas cartas, exortando-o a cumprir o seu dever com Deus, com o Templo e com ele mesmo e dizendo-lhe o que fazer com os bens e os servos do seu predecessor. Outra carta foi enviada para Branca, rainha de Aragão, recomendando o «prudente e confiável» novo mestre[22].

Acabava por ser mais do mesmo. Contudo, enquanto se preparava, Tiago sentia cada vez mais que algo estava errado[37]. Mais tarde foi dito que naquele verão, durante uma visita à corte de Filipe, se apresentou diante do rei e de alguns dos seus ministros e «explicou vários estatutos da sua ordem».

As primeiras histórias da iniquidade templária que chegaram à corte régia, vindas de Esquin de Floyran, diziam respeito a cerimónias de receção. Os novos recrutas recebiam instruções sobre os seus deveres onerosos e a dura existência dos irmãos, eram questionados sobre a sua vontade de se devotarem totalmente à severa existência da cavalaria no Ocidente e prometiam-lhes que receberiam «o pão e a água e a pobre roupa da casa e muita dor e sofrimento»[23]. Ser-lhes-ia dado o manto branco e negro, e receberiam uma oração do capelão templário, antes de a pessoa que liderava a investidura (geralmente um oficial veterano da ordem)

«se levantar e o beijar na boca, e é habitual que o irmão capelão também o beije»[24].

Trocar beijos era uma parte aceite das relações feudais e uma forma comum de expressar paz cristã. Não se menciona, no seu primeiro encontro com Tiago, se esta ação chocava o rei ou os ministros. Nem censuraram o mestre sobre quaisquer assuntos de contacto sexualizado entre irmãos na ordem, apesar de a Regra os mencionar claramente. Várias cláusulas denunciavam o «sujo e pútrido pecado» da sodomia. Uma entrada nos estudos de caso sobre penitências relatava a história de três irmãos que tinham sido apanhados a ter sexo entre si, tendo sido sentenciados a prisão perpétua em Château Pèlerin[25].

O rei escolheu implicar com outra prática que parecia mais inócua: a da confissão irregular. Tiago admitiu que, enquanto mestre, ouvira as confissões de cavaleiros que não queriam falar dos seus pecados a um capelão por medo de penitências duras que lhes seriam impostas até por pequenos delitos. Explicou que ouvira frequentemente os irmãos confessar-se e que lhes dera absolvição de forma privada, descuidando o facto de que ao não ser ordenado padre não tinha autoridade espiritual para o fazer[26].

Não é claro como ou porque ofereceu esta informação. A explicação mais plausível é ter sido simplesmente encurralado. Tendo admitido as práticas estabelecidas na ordem de beijar os recém-investidos, o mestre pode ter procurado o equilíbrio com a defesa do intransigente código de disciplina dos Templários. Tinha, afinal de contas, gabado o extremo rigor da ordem no seu memorando contra a união das ordens. Agora, tentara talvez demonstrar ao rei, através de uma historieta autodepreciativa, simplesmente o quão duras eram as sanções contra irmãos rebeldes, apenas para mostrar a severidade da penitência templária — tão severa que, por vezes, Tiago tinha piedade dos irmãos e os absolvia ele mesmo. Era muito provável que Tiago de Molay estivesse a oferecer uma falta menor como uma virtude. Se assim foi, interpretou terrivelmente mal o seu público. Quando se tratava

dos Templários, Filipe IV e os seus ministros não queriam ser persuadidos. Estavam à procura de provas.

O encontro com Filipe não acabou com os rumores da má conduta templária. No final de agosto, estes já eram tão preocupantes que Tiago de Molay decidiu que tinha de atuar, e o homem para quem se voltou para pedir ajuda foi o papa. A 24 de agosto, Clemente escreveu ao rei de França explicando que o mestre dos Templários se encontrara pessoalmente com ele pedindo que se abrisse um inquérito sobre «os insultos de que vossa majestade foi informada». Prosseguiu dizendo que Tiago lhe implorara que «investigasse os factos de que tinham sido injustamente acusados, de modo a que fossem punidos se fossem culpados ou dispensados dessa acusação se estivessem inocentes»[27]. O papa concordou que havia, de facto, «várias situações estranhas e inéditas» que se diziam sobre a ordem. Assim, disse Clemente, ele mesmo inspecionaria a Regra templária. Quando regressasse de uma série de tratamentos aos seus problemas intestinais, que decorreria de 1 de setembro até 15 de outubro, abriria um inquérito oficial para terminar de vez com o assunto. Parecia uma hipótese para um interrogatório justo e para os Templários se submeterem a uma reforma voluntária e secundária.

Com o papa de licença médica, Guilherme de Nogaret e a fação francesa aproveitaram o momento. A 14 de setembro, foram distribuídas cartas seladas compostas na abadia real de Santa Maria, perto de Pontoise, a oficiais governamentais. Estas deveriam ser seguidas um mês depois da sua receção, quando uma ação coordenada fosse tomada contra os irmãos do Templo, levada a cabo com a mesma eficácia da expulsão dos judeus.

Oito dias mais tarde, mais uma série de cartas foi enviada pelo confessor pessoal do rei, Guilherme de Paris, um frade dominicano enérgico que também servia como principal inquisidor papal em França. Era oficialmente um servo da Igreja: um homem com a responsabilidade geral de expulsar a heresia e as crenças

irregulares. O seu mestre era Clemente V, mas a sua posição na casa real, onde tinha acesso direto a Filipe, tornou-o um joguete do rei. A 22 de setembro, escreveu às suas equipas de inquisidores de todo o reino, avisando-os para se prepararem para uma explosão de atividade contra os Templários. As cartas foram mantidas em segredo. A 30 de setembro, um irmão deixou a ordem, mas três dias mais tarde ainda havia irmãos a ser iniciados, que obviamente não suspeitavam de nada.

No começo de outubro, Tiago de Molay viajou para Paris, onde se juntou a Filipe no funeral da cunhada do rei, Catarina, a imperatriz titular latina de Constantinopla. O mestre templário foi designado carregador do caixão, o que dificilmente sugeria que perdera aprovação.

Na madrugada do dia a seguir ao funeral, os meirinhos e os senescais do rei entraram em ação por toda a França. Nas casas templárias do reino, da Normandia até Toulouse, homens com a farda real que levavam mandados com o selo régio surgiram nos portões, ordenando que os irmãos aí dentro se rendessem. Deveriam deixar as suas casas e ficar sob custódia do rei. As acusações contra eles eram totalmente odiosas e escandalosas, quase impossíveis de serem descritas.

«Os irmãos da Ordem dos Cavaleiros do Templo, lobos em pele de cordeiro, com o hábito de uma ordem religiosa que insulta vividamente a nossa fé religiosa, crucificam de novo nosso Senhor Jesus Cristo», lia-se nas cartas reais. Os meirinhos tinham ordens para «os manter cativos para serem levados a tribunal eclesiástico; confiscareis os seus bens móveis e imóveis (...) até receberdes mais instruções nossas sobre este assunto»[28].

Começaram então as súbitas batidas policiais. Houve pouca resistência e apenas um punhado de irmãos tentou fugir. Em vez disso, os Pobres Cavaleiros do Templo de Salomão, há muito ilustres pelo seu valor no campo de batalha, marchavam pestanejando na madrugada outonal para serem levados humildemente até ao seu destino.

Era sexta-feira, 13 de outubro de 1307.

33 Das suas palavras iniciais, «Numa santa igreja católica e apostólica...».

34 Quando o cadáver de Bonifácio foi exumado e examinado em 1605, a lenda que afirmava ter morrido após roer as próprias mãos foi abandonada.

35 O vasto número de judeus em França [estimado por W. C. Jordan, *The French Monarchy and the Jews: From Philip Augustus to the Last Capetians* (Filadélfia, 1989), 203-4, entre quarenta mil e cento e quarenta mil] era em parte um resultado das expulsões em outros lugares. Os judeus da Europa fugiram para as terras reais francesas procurando segurança como refugiados.

36 O facto de Bonifácio ter morrido há três anos não era impedimento. Um cadáver papal já fora julgado antes, pelo menos uma vez, quando o falecido papa Formoso foi exumado e julgado por perjúrio, pelo qual foi considerado culpado. O seu papado foi devidamente eliminado dos registos.

37 Existe uma história peculiar e problemática na crónica do Templário de Tiro, sugerindo que a fonte de discórdia entre o rei e o Templo era um enorme empréstimo feito ao rei pelo tesoureiro templário, João de Tour, supostamente não autorizado por Tiago de Molay. Segundo este relato, Tiago de Molay despediu o tesoureiro e recusou-se a readmiti-lo a pedido do rei, atirando para a lareira uma carta enviada através do papa. Poucos historiadores acreditam nesta história, que parece ser apenas uma peça adulterada e mal informada de preconceito contra Tiago e que contrasta de forma brutal com o excelente testemunho ocular do relato da queda de Acre, em 1291, do Templário de Tiro. P. Crawford (ed.), *The «Templar of Tyre», Part III of the Deeds of the Cypriots* (Aldershot, 2003), 179-80.

20

«DEPRAVAÇÃO HERÉTICA»

> Ecoou recentemente nos nossos ouvidos, para nosso considerável espanto e veemente horror, garantido por diversas pessoas merecedoras de serem acreditadas, algo amargo, algo lamentável, algo horrível de contemplar, terrível de se ouvir, um crime hediondo, um mal execrável, uma situação abominável, uma desgraça odiosa, algo completamente desumano, verdadeiramente remoto de toda a humanidade. Tendo aumentado a sua seriedade, sentimos a imensidão do nosso luto crescer em nós de forma cada vez mais amarga ao tornar-se evidente que crimes desta natureza e importância eram tão grandes que constituíam uma ofensa contra a majestade divina, uma perda para a fé ortodoxa e para todo o cristianismo, uma desgraça para a humanidade, um pernicioso exemplo do mal e um escândalo universal[1].

As cartas, escritas na voz do rei, ardiam com uma fúria incendiada pelos crimes detestáveis dos Templários. Eram dirigidas aos meirinhos e senescais — homens de categoria cavaleira que tinham o poder de efetuar detenções em nome da Coroa — e falavam de ações negras e rituais estranhos realizados pelos novos irmãos que eram recebidos na ordem. A inspiração para as acusações era o beijo de paz dado a cada novo irmão, mas, alimentada pela máquina de propaganda real dirigida por Guilherme de Nogaret, tornara-se uma cerimónia de depravação orgiástica calculada para chocar todos os fiéis cristãos.

De acordo com «pessoas muito confiáveis», os irmãos eram forçados a entrar na ordem negando Cristo três vezes, cuspindo na sua imagem, despindo-se e ficando nus perante quem os recebia, que celebrava a sua entrada na ordem ao beijá-los «primeiro na parte mais baixa da espinha dorsal, depois no umbigo e por último na boca, de acordo com o ritual profano da sua ordem mas para desgraça da dignidade da raça humana». Tendo assim entrado no Templo, os irmãos eram obrigados pelos seus votos a ter sexo com os outros, «e é por isso que a ira de Deus caiu sobre estes filhos da infidelidade». Sodomia, heresia, ataques à imagem de Jesus Cristo

e traços de magia negra: acusações familiares para qualquer um que tivesse caído nas más graças de Filipe IV de França. Referiu-se que os Templários «faziam ofertas a ídolos», algo que teria grande importância com o avançar das investigações. O governo ouvira que o cordão que juntava os hábitos dos irmãos fora «abençoado» ao tocar «num ídolo com a forma da cabeça de um homem com uma grande barba, cuja cabeça beijam e veneram nos seus capítulos provinciais».

Por todo o seu palavreado escandalizado, as cartas que autorizavam as detenções eram sobretudo blasonaria e declarações habituais da justiça pessoal de Filipe (o rei descrevia-se como «nós que fomos colocados pelo Senhor na torre de vigia da eminência real para defender a liberdade da fé da Igreja»). O rei reivindicava que, «quanto mais profunda e mais completa» a investigação chegar, «maiores são as abominações que são descobertas, como quando se derruba uma muralha». Nunca se especificou o que eram estas abominações. Portanto, apesar de o rei ter dado a notícia das intenções da Coroa de julgar todos os Templários de França, anunciando o compromisso do seu confessor Guilherme de Paris, «inquisidor da depravação herética», para liderar o esforço e prometendo congelar o espólio dos Templários até que a verdade fosse determinada, uma leitura atenta do mandado de detenção não revelava nada além de uma narrativa histericamente exagerada da cerimónia idiossincrática de investidura dos Templários, repleta de insultos e de boatos excitantes.

Uma segunda nota, enviada a 22 de setembro, era mais reveladora. Dava instruções específicas aos meirinhos e senescais que efetuariam as detenções[2]. Por ordem real, deveriam confiscar, inventariar e guardar as propriedades da ordem e fazer provisões para continuar qualquer trabalho de agricultura necessário nas vinhas e nos campos. Entretanto, levariam os irmãos para um confinamento solitário, onde deveriam «determinar cuidadosamente a verdade, se necessário com a ajuda de tortura».

Tiago de Molay estava entre as centenas de irmãos presos e processados entre outubro e novembro de 1307, de acordo com as instruções de Guilherme de Nogaret e Guilherme de Paris. Os homens do rei questionaram Raimbaud de Caron, precetor de Chipre; Hugo de Pairaud, visitante de França; Godofredo de Charney, precetor da Normandia, e João de Tour, o confiável conselheiro financeiro da Coroa e tesoureiro do Templo de Paris. Além deste círculo de oficiais de alta categoria, a maioria dos homens detidos era já de meia-idade e manifestamente pouco ligada à guerra. A maioria dos Templários em França não era guerreira. Eram gestores agrícolas, pastores e fazendeiros de porcos, carpinteiros ou comerciantes de vinho[3]. Apenas uma diminuta minoria era cavaleira, já que desde o começo do século XIV algumas precetorias estavam inteiramente ocupadas por oficiais: era assim nas áreas de Champanhe, Picardia, Auvergne, Poitou e Limousin[4]. Quarenta por cento dos questionados tinham mais de cinquenta anos. Um terço eram veteranos da ordem, tendo servido neste aparente viveiro de sodomia e irreligião por mais de vinte anos sem queixas[5].

Ao mesmo tempo, as ordens do rei apelavam à tortura e não há razão para se pensar que foram desobedecidas. Os métodos da época não eram inventivos, mas estavam bem testados: fome, privação de sono, prisão solitária, interrogatórios infindáveis, agrilhoamento, dor infligida, pés queimados e a estrapada, um engenho que puxava os braços amarrados da vítima por trás até esta ficar acima do chão e com os ombros deslocados. Ponsard de Gisy, um templário, descreveu mais tarde ter ficado com os braços esticados de tal forma atrás das suas costas que lhe corria sangue debaixo das unhas e ter sido preso num fosso tão apertado que só conseguia dar um passo em cada direção — uma experiência que o fez dizer que a morte por decapitação, na fogueira ou por escaldadura com água a ferver seria bastante preferível[6].

Erradicar os hereges tornara-se uma obsessão dos chefes da Igreja e de líderes seculares devotos na Europa Ocidental desde

que o medo da heresia se espalhara na Igreja romana a partir de 1160. No começo do século XIII, o papa Inocêncio III aprovara a chamada «Cruzada Albigense», uma perseguição em massa dos cristãos não-conformistas conhecidos por cátaros no sul de França. A partir de 1230, a Inquisição tornara-se uma instituição completamente estruturada, organizada pela Igreja mas operada em conjunto com as autoridades terrenas que tinham o poder de infligir castigos corporais aos hereges que não corrigissem os seus modos. O objetivo da Inquisição era trazer os hereges de volta aos ensinamentos corretos da Igreja e impedi-los de contagiar outras pessoas. Na prática, significava perseguir quem se tivesse desviado da doutrina oficial ou fosse repreensível de algum modo que pudesse ser encaixado em termos heréticos[7]. Os que admitiam a heresia e concordavam com a correção podiam ser punidos e aceites de novo na Igreja. Os que se recusavam eram frequentemente torturados até mudarem de ideias. O papa Inocêncio IV sancionara de forma explícita o uso da tortura contra os hereges numa decisão papal de 1252. Os que confessavam e mais tarde reincidiam eram condenados ao pior: podiam ser entregues pela Inquisição às autoridades seculares para execução da pena capital, que muitas vezes significava ser queimado vivo. A Inquisição papal empregava largamente as ordens mendicantes pregadoras — os dominicanos e os franciscanos — como inquisidores. Estes homens combinavam com frequência um conhecimento sólido de ensinamentos aprovados pela Igreja com um interesse próprio pelos sofrimentos da carne e, ocasionalmente, um verdadeiro gosto pela violência. Em 1307, sabiam o que estavam a fazer e sabiam o que procuravam.

O trabalho dos inquisidores era extrair confissões que encaixassem nas acusações levantadas contra a ordem nas cartas de Filipe IV. Não era um inquérito de mente aberta, mas sim uma tarefa de confirmação: fornecer as provas de que a irreligião corria pela ordem como veneno. A heresia era a acusação essencial a provar, dado que era um crime erradicado pela Igreja mas punido

pelas autoridades seculares. Provar que era corrente entre os Templários permitiria ao rei retirar ao papa a tarefa de liquidar a ordem e redirecionar os seus recursos.

Tiago de Molay encontrava-se em Paris na noite das detenções, após a presença no funeral da imperatriz de Constantinopla. Ainda estaria aí onze dias mais tarde, porque a 24 de outubro de 1307 confessara-se perante os inquisidores no Templo de Paris, sendo um dos cento e trinta e oito irmãos que compareceram na mesma sessão no decorrer de uma quinzena. Levado a Guilherme de Paris e ao seu séquito de notários e testemunhas, o mestre templário colocou a mão sobre os Evangelhos e testemunhou que estava a contar «a verdade inteira, total e completa sobre ele próprio e outros num caso que dizia respeito à fé»[8].

Era um templário há vinte e dois anos, dizia Tiago, tendo sido recebido na casa do Templo em Beaune (entre Dijon e Lyon) pelo irmão Humberto de Pairaud e vários outros irmãos, de cujos nomes, na sua maioria, não se lembrava. De acordo com o relatório dos inquisidores, Tiago afirmou então que:

> Após várias promessas feitas por ele sobre os costumes e os estatutos da dita ordem, colocaram um manto no seu pescoço. O dito recetor fez com que uma cruz de bronze com a imagem do Crucificado fosse levada até à sua presença, e disse-lhe e ordenou-lhe que negasse Cristo, cuja imagem estava ali. Fê-lo contra a sua vontade. Então o dito recetor ordenou-lhe que cuspisse sobre esta, mas ele cuspiu no chão. Quando lhe foi perguntado quantas vezes, jurou que só tinha cuspido uma e que se lembrava disto com clareza.

O mestre negou alguma vez ter tido relações carnais com os seus irmãos, mas afirmou que as receções de outros irmãos se assemelhavam à sua e que enquanto mestre ordenara que fosse assim.

Os outros templários veteranos interrogados por volta da mesma altura deram respostas muito semelhantes; tão semelhantes que os registos dos inquisidores sugerem que estavam a ser apenas motivados a admitir uma lista específica de delitos, oferecidos com ressalvas para salvar a reputação. Godofredo de Charney,

o precetor da Normandia, descreveu que negara a imagem de Jesus uma vez e disse que não se conseguia lembrar se cuspira na imagem porque acontecera «trinta e sete ou trinta e oito anos antes» e que tinham feito tudo muito rápido. Admitiu que «beijara o mestre recetor no umbigo», e tinha uma vez ouvido num encontro do capítulo que seria melhor que os irmãos tivessem sexo entre si do que «aliviar a sua luxúria com as mulheres». Confessou ter recebido um irmão da mesma forma que acontecera consigo, antes de perceber que «a forma como fora recebido era perversa, profana e contrária à fé católica»[9].

Quando Hugo de Pairaud, visitante de França, foi interrogado a 9 de novembro, foi-lhe dada atenção especial pelos inquisidores — consideravelmente mais do que a Tiago de Molay. Enquanto o mestre passara a maior parte da sua carreira adulta no Oriente, Hugo era um veterano com quarenta e quatro anos de serviço, a maior parte destes passados no Ocidente. Tivera a categoria mais alta em Inglaterra, em França e na Provença e era uma figura proeminente na política francesa, tendo estado suficientemente perto do rei para o apoiar no seu confronto com o papa Bonifácio. A sua confissão tinha o maior valor possível, já que o seu testemunho poderia descrever a atividade templária em França. Os inquisidores do rei estavam mais interessados no depoimento de Hugo do que no de qualquer outro templário.

Hugo começou por descrever a sua investidura em 1263. Contou aos seus entrevistadores que negara Cristo uma vez, mas que desobedecera à ordem de cuspir sobre a cruz e que só beijara o seu recetor na boca num convencional beijo de paz. Disse depois que enquanto realizava cerimónias de receção a outros, levava os seus novos recrutas para «um lugar secreto» e os forçava a cumprir toda a ofensiva ladainha: beijar a sua coluna e umbigo, negar Cristo três vezes e cuspir na cruz. Aparentemente, esta informação foi arrancada de Hugo com a promessa de que seria perdoado se admitisse a ação mas afirmasse lamentá-la. Com a descrição das investiduras pervertidas vinha a frase: «Ainda que lhes tenha

ordenado fazê-lo, não o fez com todo o coração.» Uma isenção de responsabilidade semelhante acompanhava a sua confissão de que permitira que alguns irmãos aliviassem o «calor da natureza» com outros irmãos. Manteve que apenas o fizera «porque era o costume de acordo com os estatutos da ordem»[10].

Nesta altura, Hugo estava a fornecer respostas-modelo: tinha visto depravação como estava descrita nas cartas do rei, pintando um quadro de sodomia e blasfémia que apodreciam a ordem em França, do topo até à base. A meio do seu testemunho, contudo, Hugo pareceu perder-se. Primeiro, enganou-se: quando lhe foi perguntado se outros membros superiores da ordem tinham levado a cabo o mesmo processo de investidura, respondeu «que não sabia, pois o que acontecia nos capítulos não podia ser de modo nenhum revelado às pessoas que não estavam presentes». Depois, «quando interrogado se pensava que todos os irmãos da dita ordem eram recebidos daquela forma, respondeu que não era a sua opinião».

Foi suficiente para o seu inquisidor. O irmão dominicano Nicolau de Ennezat, que agia como representante de Guilherme de Paris, adiou a audição até ao final do dia e Hugo foi retirado da sala. Algo fora feito para mudar a sua opinião e, quando a audiência recomeçou, Hugo afirmou que, «pelo contrário, pensava que todos os irmãos eram recebidos daquela forma, em vez de qualquer outra; e disse-o para corrigir as suas palavras». Prosseguiu acrescentando alguns detalhes a outra linha de inquérito que fora aberta durante as deposições: a questão das adorações de ídolos, em que Tiago de Molay e Godofredo de Charney não tinham tocado. Agora estava preparado para dizer mais ou menos tudo. Hugo descreveu uma «cabeça que tinha quatro pés, dois debaixo da face e dois por trás», que existia em Montpellier, que tinha venerado «com os seus lábios e não com o coração, e apenas como simulação». Este «ídolo» parecia mais um relicário — uma das pequenas urnas enfeitadas com joias, geralmente com forma humana, em que restos de relíquias de santos eram colocados com o objetivo de adoração

católica perfeitamente ortodoxa. Não teria consequências. Tendo satisfeito os seus inquisidores e jurado que não «incluíra nenhuma mentira ou omitira nenhum facto (...) devido às ameaças ou ao medo de tortura ou prisão», Hugo foi levado embora.

Os interrogatórios continuaram durante outono de 1307 e o ano seguinte, quer no Templo de Paris, quer em audiências provinciais por toda a França. Um padrão uniforme de atividade foi estabelecido. Os Templários foram aprisionados em condições miseráveis, acorrentados e alimentados a pão e água. Eram torturados periodicamente e, dado que esta era uma prática aceite na perseguição da heresia, os inquisidores não se preocuparam em dissimulá-la, referindo-a de modo franco nas suas comunicações com a corte régia. De facto, as instruções aos oficiais que efetuavam as detenções, em setembro de 1307, eram bastante claras sobre o assunto:

> Colocarão as pessoas individualmente sob guarda separada e segura, investigá-los-ão antes de chamar as comissões de inquérito e determinarão cuidadosamente a verdade, com a ajuda de tortura se necessário (*par gehine, se mestier est*).

Quando chamados para inquérito, as mesmas instruções afirmavam que:

> Ser-lhes-á dito que o rei e o papa foram informados por várias testemunhas muito confiáveis na ordem dos erros e da sodomia que cometem em particular na sua entrada e na sua profissão. Ser-lhes-á prometido perdão se confessarem a verdade e regressarem à fé da santa Igreja; de outro modo, serão condenados à morte[11].

Um dos poucos homens que tentaram resistir à pressão colocada sobre si foi Raimbaud de Caron, de sessenta anos, que enquanto precetor de Chipre se considerava evidentemente mais forte do que os envelhecidos contabilistas-agricultores de França[12]. Raimbaud foi questionado em Paris no dia a seguir a Hugo de Pairaud. De início recusou admitir alguma transgressão, afirmando que fizera juras de pobreza, castidade e obediência e que «nunca soubera ou ouvira algo mau ou desonroso sobre a receção dos irmãos ou sobre a ordem». As notas lacónicas do seu testemunho registam que fez

esta afirmação altamente insatisfatória na presença do irmão Nicolau de Ennezat. «Mas no mesmo dia, mais tarde», fez uma confissão completa[13]. Era evidente que existiam métodos de tortura à disposição dos inquisidores que podiam fazer ceder até o cruzado mais empedernido. Os outros viram a sua esperança diminuir, e as confissões correram livremente. De adolescentes a idosos encarquilhados, dos oficiais mais elevados aos mais simples trabalhadores, os irmãos templários foram alinhados diante dos seus interrogadores vestidos de negro e confessaram, uma a uma, as mesmas ações heréticas: beijos ilícitos em cerimónias secretas, cuspir na cruz, negar Cristo, sexo entre irmãos, veneração de ídolos. Como um só, disseram aos seus carrascos exatamente o que estes queriam ouvir[14].

A velocidade com que os Templários foram detidos e persuadidos a começar as suas confissões foi um elemento-chave da estratégia francesa. Mas deter os Templários era mais difícil do que deter os judeus franceses: o preconceito popular não era tão fácil de manipular no caso de uma ordem estreitamente associada ao movimento cruzado e profundamente envolvida na sociedade cristã em todo o reino. O governo tinha de trabalhar depressa. Não podia ser subtil. Tinha de colocar os Templários fora do alcance de uma redenção antes que pudesse ser organizado qualquer tipo de resistência séria.

A 25 e 26 de outubro de 1307, no seguimento da confissão de Tiago de Molay, o mestre e uma parada de outros irmãos veteranos foram forçados a repetir os seus delitos diante de uma audiência especialmente convidada de eruditos e estudantes da Universidade de Paris: um grupo cuja opinião, escritos e ligações com outros reinos podiam ser utilizados para transmitir a versão do rei da história e entranhá-lo na consciência popular. Era uma audiência educada, e poderia ter sido uma oportunidade para Tiago de Molay e os seus oficiais veteranos se afirmarem. Infelizmente, nesta fase o mestre dos Templários era um homem derrotado, que decidira que a

única forma de evitar os problemas era concordar o máximo possível com as ordens reais. Repetiu a sua confissão aos eruditos, e descreveu o rei de França como um «portador de luz» que tudo via. Aquiesceu então enquanto eram enviadas cartas em seu nome pedindo aos outros templários que seguissem o seu exemplo e se confessassem. Resumindo, abdicou de qualquer responsabilidade de defender o bom nome da ordem, na esperança de que, dando aos seus raivosos perseguidores o que queriam, estes cansar-se-iam e passariam para a próxima vítima.

Se Tiago tivesse mais sentido político, entenderia que o desejo de Filipe de arruinar a reputação dos Templários não era partilhado por outros governantes. Tal como fizera com o apoio intelectual da corte em Paris, o rei francês escrevera a Jaime II de Aragão e ao novo rei inglês, Eduardo II (que sucedera ao seu pai, Eduardo I, quando o velho rei-guerreiro morrera no verão de 1307), explicando as suas descobertas e incitando-os a começar a perseguir os Templários nas suas próprias jurisdições. Foi recebido com uma perplexidade inexpressiva pelas duas partes. Uma visão mundana das detenções foi relatada por outro dos correspondentes de Jaime II, que escreveu de Génova ao rei de Aragão explicando que «o papa e o rei fizeram-no para conseguir o dinheiro [dos Templários] e porque desejavam formar uma única casa do Hospital e do Templo (...) de cuja casa o rei pretendia e desejava tornar um dos seus filhos o governante»[15].

O papa foi afrontado pelas ações drásticas de Filipe IV. Clemente V estava doente e em tratamento médico, mas não podia ignorar o assalto que Filipe realizara contra a Ordem do Templo e a autoridade do papado. Uma coisa era o papa ser um aliado da Coroa francesa; outra era parecer controlado. Três dias depois da confissão de Tiago de Molay, Clemente escreveu de forma educada mas indignada ao rei, a partir de Poitiers. Primeiro com cuidado, louvou a santidade sem paralelo dos reis capetos, que eram «como estrelas brilhantes», mas apontou a Filipe que a razão da sua religiosidade era a sua «sabedoria e obediência» e,

sobretudo, a sua compreensão de que em assuntos «onde pessoas eclesiásticas e religiosas se podiam magoar (...) deixavam tudo para os tribunais eclesiásticos»[16].

Talvez, pensou o papa, isto tivesse escapado da mente de Filipe. «Lançastes as mãos às pessoas e bens dos Templários, e não apenas de qualquer modo, mas indo tão longe que os aprisionastes como se estivéssemos a par dos acontecimentos.» Clemente deixou claro que sabia que os irmãos estavam a ser torturados: «Junta[ndo] uma aflição maior por aqueles já consideravelmente afligidos pela sua prisão».

Estava desapontado, contava a Filipe, já que estava «mais disponível para vós do que todos os bispos de Roma (...) em toda a vossa vida». Dissera a Filipe que pretendia investigar os Templários; Filipe ignorara-o por completo e detivera «as ditas pessoas e os seus bens, que estão sob a nossa jurisdição direta e da Igreja de Roma». O papa desejava agora a custódia de todos os prisioneiros templários e das suas posses e que lhe fosse permitido comandar ele mesmo a investigação. «Desejamos ardentemente, com toda a nossa força, limpar radicalmente este jardim da Igreja (...) para que não reste assim uma única faísca deste tipo de infeção (...) se houver uma infeção, proíba-a Deus!»

O papa podia estar doente, e podia ter sido comprometido pela sua residência em França e não em Roma, mas não ia ser transformado num animal de estimação por um rei de França que decidira desmembrar a Igreja militante simplesmente porque lhe apetecera.

A 22 de novembro de 1307, Clemente enviou uma bula papal conhecida como *Pastoralis praeeminentiae* («Preeminência pastoral») a todos os reis cristãos do Ocidente, incluindo Eduardo II de Inglaterra, Jaime II de Aragão e os governantes de Castela, Portugal, Itália e Chipre. A Igreja, argumentava, tinha prioridade sobre o trono. Era um tema familiar para todos os que seguissem as relações entre os papas e o rei de França, mas vindo de Clemente V

tinha uma força especial. Não iria e não poderia permitir que a Casa dos Capetos destruísse os Templários. *Pastoralis praeeminentiae* ilustrava as suas intenções.

O problema de Clemente era lutar numa ação de retaguarda. Tinham sido apresentadas demasiadas provas e, apesar de parecer incrível, não podia simplesmente varrê-las. O rei de França era um caçador entusiasta, que nunca desistia da sua presa. O facto de Bonifácio ainda estar a ser perseguido quatro anos após estar debaixo do chão servia como aviso para Clemente não atacar Filipe de forma direta.

O papa teve uma abordagem diferente. O caso dos Templários ficaria sob supervisão papal, mas seria alargado a toda a cristandade. Todos os governantes que recebessem a bula eram convidados a iniciar as suas próprias detenções, seguindo o modelo utilizado em França. Clemente ensaiou os supostos delitos da ordem, mas anotou cuidadosamente que mantinha a mente aberta, que as alegações podiam não ser verídicas e que, nesse caso, tudo seria feito de acordo com isso[17]. Com estas palavras, Clemente inserira-se no coração do processo contra os Templários. O preço era ter-se implicitamente amarrado à política de Filipe, e a perseguição dos Templários teria agora de ser levada a cabo em todo o lado, de Dublin a Famagusta, qualquer que fosse o fim a que chegasse.

Era frustrante para o rei francês e para os seus ministros, mas era impossível ficarem chocados. Tinham pressionado os Templários de forma rápida, dura e pública, sabendo que a janela para dissolver a ordem seria pequena. A intervenção de Clemente significava agora que podiam perder o controlo geral dos procedimentos. Era verdade que a pressão sobre a ordem continuava intensa: a 7 de janeiro de 1308, todos os Templários de Inglaterra foram presos e, a 10 de janeiro, oficiais reais detiveram também os irmãos da Escócia, Irlanda e País de Gales. Três dias mais tarde, Carlos II, rei de Nápoles, executou as ordens do papa[18].

O caso expandiu-se subitamente e as hipóteses de uma resolução rápida desapareceram.

Tinham passado menos de dois meses do novo ano quando o papa parou abruptamente o inquérito sobre os Templários em França. Em dezembro de 1307, foi concedido que cardeais tivessem acesso, em Paris, aos prisioneiros templários de estatuto mais elevado. Confrontados com entrevistadores mais amistosos, os líderes da ordem começaram a voltar atrás no que tinham dito. Por volta do Natal, Tiago de Molay tinha retirado a sua confissão, arriscando ser marcado como herege relapso mas levantando dúvidas sobre todas as afirmações dos Templários extraídas até aí. Em fevereiro de 1308, os receios do papa sobre as provas reunidas pelas autoridades francesas estarem contaminadas a ponto de perderem a sua utilidade tinham aumentado. Apesar de as suas ordens prévias para a detenção dos Templários fora de França ainda estarem a ser cumpridas, ordenou aos seus inquisidores que parassem o trabalho. As acusações continuaram ativas e os irmãos presos, mas havia agora algum tempo para a ordem recuperar e talvez resistir.

Filipe continuou incansável e os seus ministros mudaram de estratégia. O rei não podia recomeçar os procedimentos contra os Templários, mas podia certamente tentar unir o resto de França em seu redor. Começou pela Universidade de Paris, cujos membros tinham sido presenteados com uma visão antecipada e privilegiada das confissões dos Templários. Em fevereiro, uma série de questões sobre o direito legal do rei em tomar decisões contra a heresia no seu próprio reino foi enviada aos melhores eruditos da universidade. Filipe e os seus ministros esperavam que uma opinião legal favorável pudesse levar o papa a reabrir as audiências.

A consulta não foi uma vitória retumbante, mas sim um queixume apologético. Os académicos sentiram-se embaraçados e, a 25 de março, foi enviada uma nota consultiva bajuladora que explicava que, apesar de vir a ser, sem dúvida, elogiado pelo seu «zelo pela fé», estaria talvez a ultrapassar as marcas. «Se há dúvidas sobre a

profissão [dos Templários]», argumentavam, «pertence à Igreja, que instituiu a sua ordem religiosa, a decisão sobre este caso.» Afirmavam também que os procedimentos das apreensões da ordem deveriam ser feitos para o uso originalmente pretendido: salvar a Terra Santa[19].

Era inconveniente, mas o rei não desistiu. Entre 5 e 15 de maio, reuniu uma assembleia com os estados do reino — representantes das cidades e do campo de toda a França — em Tours para aconselhar o rei. Na verdade, significava que eram forçados a ouvi-lo, e aos seus ministros, reclamar sobre os Templários. Os estados concordaram com a opinião de que os Templários eram maus, corruptos e hereges e que mereciam a morte. Impulsionado por esta agradável mostra de subserviência, Filipe partiu para a corte papal para um encontro pessoal com Clemente. Levou consigo uma enorme comitiva, incluindo os seus filhos, o seu irmão Carlos de Valois, bispos, nobres e todos os dignitários importantes de França que conseguira levar de Tours. Esta grande delegação chegou a Poitiers no final de maio.

Os franceses chegaram sorridentes a Poitiers, mas depressa se tornou claro o que queriam. Numa série de conferências com o papa Clemente e os seus conselheiros, os ministros do rei e os apoiantes discursaram longamente, denunciando os Templários em termos ainda mais histéricos. Grande parte destes discursos foi feita por Guilherme de Plaisians, um advogado que estivera ativo com Guilherme de Nogaret nos ataques a Bonifácio em 1303. De acordo com cartas enviadas ao rei de Aragão, a 30 de maio Guilherme de Plaisians subiu para um banco e ameaçou o papa e a sua audiência com o tema familiar da graça inerente de Filipe IV:

> A providência de Deus escolheu como ministro neste assunto o rei de França, que é o vigário de Deus no seu reino em assuntos temporais, e para se assegurar de que ninguém mais adequado poderia ser encontrado. Pois ele é um príncipe devoto e cristão, o mais rico e mais poderoso. Assim, todos estes caluniadores deveriam calar-se.

O rei não era motivado por avareza ou por desejar a riqueza dos Templários, afirmava Guilherme, mas pelo nobre desejo cristão de limpar a Igreja no seu reino. Faria o mesmo se o seu próprio irmão ou filhos (ambos na assistência) fossem eles mesmos templários. Tudo o que pedia do papa era que condenasse a ordem, de modo a que pudesse continuar com o processo de julgar e punir os irmãos[20].

Guilherme era um advogado hábil e um retórico subtil (era também um competente porta-voz de Guilherme de Nogaret, que não era bem-vindo na presença do papa). Contudo, o seu adversário era firme. Clemente ofereceu algumas observações apaziguadoras, louvando a santidade do rei e negando que alguma vez suspeitaria de que este fosse motivado pela cobiça na sua perseguição aos Templários. Não mudaria de opinião em mais nada. A 14 de junho, Guilherme de Plaisians voltou a tentar, desta vez de modo mais enfático. Concluiu este discurso fazendo uma série de ameaças veladas contra o próprio Clemente. Se o papa continuasse a adiar, o rei poderia agir sozinho. Filipe tinha todo o direito de controlar a heresia no seu próprio reino e, ao continuar a impedi-lo, o papa estava a auxiliar os hereges. Havia aqui algo de deposição. No entanto, o papa aguentou-se firmemente. Apenas ele tinha qualificações para julgar os Templários, argumentou, e não responderia a ameaças. Parecia imutável. Pouco a pouco, todavia, estava a enfraquecer.

A 6 de maio de 1308, a bula papal *Pastoralis praeeminentiae* chegou finalmente à ilha de Chipre. Levara quase seis meses, graças ao abrandar das comunicações nos meses tempestuosos de inverno no Mediterrâneo. Entretanto, notícias do destino dos Templários em França tinham chegado aos ilhéus. Detenções relâmpago, confissões falsas e afirmações de rituais bizarros eram mais do que suficientes para sugerir que o seu destino era incerto. O seu chefe, o marechal Aimo de Oiselay, começara a preparar-se para a provável abertura de procedimentos contra eles. Tesouros e

outros bens valiosos foram levados do interior de Nicósia até Limassol, na costa sul, onde as galeras templárias começaram a levar irmãos da ilha de modo sub-reptício. Talvez um terço dos membros tivesse desaparecido quando a 12 de maio, seis dias depois da chegada da bula papal, foi exigido que se detivessem todos os membros da ordem e que os seus bens fossem confiscados.

O homem que deu a ordem foi Amalrico de Lusignan, o irmão do rei Henrique II de Chipre que, em 1306, liderara uma revolta contra o domínio real e que se nomeara regente de Chipre para sempre, uma posição que assegurara em parte com o auxílio dos Templários. Amalrico seria, em teoria, um aliado, mas dificilmente conseguia proteger uma organização cujo mestre confessara blasfémia e cuja totalidade dos membros estava detida.

Amalrico confrontava um grupo de homens muito mais vivos do que os que tinham sido reunidos como ovelhas pelos meirinhos e senescais de França. Uma das razões era estarem armados. Tinham barcos. Estavam entre os melhores lutadores da ilha e eram capazes de gerir castelos contra um cerco total. Resumindo, só poderiam ser levados se quisessem. Em vez de recorrer à força bruta, Amalrico teria de pedir de forma educada, e só depois de vários dias de negociação, durante os quais o marechal Aimo de Oiselay sugeriu que a ordem se retirasse para uma das suas propriedades e esperasse a resolução do caso em França, concordaram cooperar ao fazer uma declaração conjunta e restrita. Na terça-feira 27 de maio, cento e dezoito irmãos surgiram em Nicósia e discursaram publicamente, afirmando a sua inocência. Sublinharam o seu bom serviço no Oriente, enumerando algumas das suas batalhas mais famosas contra os mamelucos, e confirmaram a sua dedicação absoluta à causa cristã. Partiram depois para a sua casa em Limassol.

Se pensavam que tinham encerrado o assunto, depressa foram desenganados. Na noite seguinte, Amalrico conferenciou com líderes cavaleiros e eclesiásticos, leu-lhes vários documentos que

ilustravam o progresso do caso contra os Templários e ordenou que as suas tropas se reunissem, para os capturar e levar à justiça. Foram emboscados a 1 de junho em Limassol, feitos prisioneiros e encarcerados até poderem ser julgados. Seria uma espera longa e miserável: os procedimentos em Chipre só começariam daí a quase dois anos.

Em Poitiers, no final de junho, os ministros de Filipe alteraram o tom das suas negociações. Vendo que Clemente não responderia a ameaças e assédio, decidiram então presenteá-lo com uma galeria cuidadosamente organizada dos acusados, convidando-o a tirar as suas próprias conclusões. Era uma estratégia astuta. Perante esta situação, Clemente não podia avançar nem recuar; não podia anular as suas ordens de detenção, mas também não podia proceder a um julgamento completo se parecesse que o fazia como marioneta do rei francês. A 29 de junho, o primeiro de um grupo escolhido a dedo de setenta e dois templários foi levado até à corte papal, e durante os quatro dias que se seguiram estes voltaram a contar os seus pecados, na esperança de conseguir um perdão e uma pena rápidos. Em muitos casos, os relatos tornaram-se mais vivos desde a sua última confissão: alguns davam a impressão de terem sido deliberadamente empolados para dar ao papa uma sensação legitimada de horror. Foram adicionados detalhes circunstanciais: alguns falavam em maus-tratos físicos ou ameaças com espadas no momento da receção; outros davam forma e vida aos ídolos estranhos que diziam ter venerado. Um irmão, Estêvão de Troyes (um informador de Guilherme de Nogaret desde o começo), disse ter sido forçado a adorar uma cabeça incrustada de joias que representava Hugo de Payens[21].

A 2 de julho, Clemente V parecia ter visto o suficiente para se convencer de que os Templários eram culpados ou (mais provavelmente) que podia aceder aos pedidos franceses sem parecer que estava simplesmente rendido a estes. Concedeu absolvição pessoal aos templários que se confessaram diante de si.

Depois, voltou-se para a totalidade da ordem. A 12 de agosto lançou uma bula conhecida como *Faciens misericordiam* («Concedendo perdão»), que levantava duas investigações paralelas: uma série de audiências diocesanas, onde templários seriam investigados individualmente por painéis de bispos, cónegos de catedral e frades dominicanos ou franciscanos; e uma comissão central pontifícia para examinar a própria Ordem do Templo. Em França, seriam conduzidas na província de Sens (que significava efetivamente Paris, a maior cidade da área), e as audiências paralelas aconteceriam em Inglaterra, Chipre, Aragão e qualquer outro estado em que os Templários tivessem uma presença significativa. Cada um dos painéis investigaria cento e vinte sete artigos, para estabelecer a credibilidade e a pureza da ordem em geral e se poderia ser salva. Depois de este trabalho estar completo, uma assembleia reunir-se-ia em Vienne, perto de Lyon, nas fronteiras de França e do Sacro Império Romano-Germânico, para um concílio geral da Igreja, agendado para 1 de outubro de 1310. Aqui, com base nas provas reunidas, seria tomada uma decisão final sobre o futuro da ordem.

O papa preparou-se para deixar Poitiers e partir para os Alpes. Pretendia estar tão longe quanto possível de Paris, Filipe IV, Guilherme de Nogaret e dos homens que tinham tornado os primeiros trinta meses do seu trabalho tão desagradáveis. Não podia voltar para Roma, pois Filipe fizera saber que a condição da sua coexistência era a residência continuada de Clemente em França. Escolheu, portanto, partir para Avinhão — no limite dos territórios do rei francês, mas suficientemente perto para comunicar com Roma. Em inícios de agosto, a corte papal em Poitiers começou a dispersar-se, preparando-se para voltar a reunir-se na sua nova casa nos primeiros dias de dezembro. Assim foi estabelecido o «papado de Avinhão», onde os papas se mantiveram durante quase setenta anos, um tempo que vieram a designar amargamente como cativeiro babilónico.

21

«DEUS VINGARÁ A NOSSA MORTE»

Enquanto o papa se dirigia para uma forma de cativeiro em Avinhão, o mestre Tiago de Molay, Hugo de Pairaud, o visitante de França, Raimbaud de Caron, o precetor de Chipre, Godofredo de Charney, o precetor da Normandia, e Godofredo de Gonneville, o precetor de Poitou e Aquitânia, suportavam outra mais literal: presos no castelo de Chinon, uma vasta fortaleza de pedra de torres redondas acima de uma curva do rio Vienne, a cerca de cem quilómetros a norte de Poitiers. Todos tinham sido magoados pelas suas experiências: Tiago de Molay tinha alegadamente mostrado a um cardeal as cicatrizes deixadas no seu tronco pelos inquisidores quando voltara atrás na sua confissão inicial. Contudo, não podiam descuidar prisioneiros de tão alta categoria. Em fevereiro de 1308, um proeminente contabilista templário, Oliver de Penne, precetor da Lombardia, fugira da sua prisão domiciliária, causando vergonha significativa para os seus carcereiros. Não haveria outro fugitivo.

Nenhum dos líderes templários fora levado a testemunhar perante o papa em Poitiers, apesar da proximidade relativa da cidade com Chinon. A explicação oficial era que não estavam aptos a viajar — e poderia ter sido assim, apesar de também se dar o caso de os irmãos que tinham sido apresentados ao papa Clemente no final de junho terem sido cuidadosamente levados a convencê-lo da sua culpa. Havia um risco natural de os oficiais veteranos da ordem quebrarem esta atuação cuidadosamente encenada.

A 14 de agosto, o dia antes da partida do papa, uma deputação de cardeais e ministros do rei foi enviada a Chinon. A comitiva incluía dois cardeais franceses, Bérengar Frédol e Estêvão de Suisy, e um italiano, Landolfo Brancacci. Chegaram aos portões do castelo no dia 17 e os cinco templários contaram um a um as suas histórias enquanto notários se ocupavam a rabiscar as novas afirmações.

Estas foram mais tarde escritas num grande pergaminho que foi enviado para Clemente para ficar nos arquivos papais[38].

O primeiro a ser questionado foi Raimbaud de Caron, o duro precetor de Chipre. Admitiu ter negado Cristo uma vez após a sua receção na ordem, mas disse que não tinha conhecimento de quaisquer transgressões. A única sodomia de que ouvira falar em toda a história da ordem, afirmou, era a dos três irmãos no Oriente que tinham sido apanhados e condenados a prisão perpétua em Château Pèlerin: um caso tão incomum e repugnante que tinha sido preservado na Regra como exemplo de desobediência extrema.

Quando terminou, Raimbaud ajoelhou-se diante dos cardeais e implorou perdão, que lhe foi concedido. Foi absolvido dos seus pecados e reintegrado «na comunhão dos fiéis e dos sacramentos da Igreja».

Seguiu-se o mesmo processo para os seus quatro colegas. Godofredo de Charney, o precetor da Normandia, que também estivera ao serviço em Chipre como *drapier*, admitiu ter rejeitado um crucifixo na sua iniciação e beijado o seu recetor na boca e «no peito, entre a roupa, para mostrar respeito», uma nova informação que não revelara na sua primeira confissão. Pediu perdão e foi absolvido. Godofredo de Gonneville — que viajara entre Chipre e a corte papal como mensageiro do mestre Tiago de Molay — disse que recusara negar Cristo, mas que prometera fazê-lo para impedir que os seus recetores lhe causassem problemas. Hugo de Pairaud admitiu ter desdenhado de um crucifixo, mas afirmou que apenas o fizera sob ameaças. Disse que forçara outros a beijá-lo nas costas e na barriga e que perdoava a sodomia como preferência ao sexo com mulheres, apesar de insistir que nunca tinha estado envolvido. Repetiu também a sua confissão anterior sobre a estranha cabeça em Montpellier. Os dois homens foram perdoados e bem recebidos de volta na comunhão da Igreja.

A 20 de agosto, Tiago de Molay apareceu finalmente. Em dezembro voltara atrás na sua confissão, mas mudara de ideias

mais uma vez, esperando conseguir a absolvição papal para si. A única acusação que admitiu foi a negação de Cristo, mas isso foi suficiente para satisfazer os seus entrevistadores. O notário registou para a posteridade que o mestre «denunciara na nossa presença a acima mencionada e outra heresia» e que tinham agido com ele da mesma forma piedosa que com os companheiros. Nesse dia, mais tarde, o registo da confissão de cada homem foi-lhe lida alto na sua língua nativa e jurou que tudo era verdade. Os cinco continuaram presos após a sua absolvição, dado que os investigadores papais que examinavam a corrupção da ordem como instituição deveriam começar no final do ano, em Paris, e quereriam ouvir também as suas provas. Mas no que dizia respeito à sua confissão pessoal, o seu processo estava terminado. Os cardeais fizeram as malas e partiram de Chinon, pensando que tinham salvado os seus irmãos.

O inquérito em larga escala iniciado pelo papa começava lentamente a mover-se. Por França e em todo o mundo católico, bispos começaram a estabelecer comissões para examinar a conduta dos Templários nas suas dioceses, com o objetivo de induzir confissões, que poderiam então ser seguidas de absolvições e penitências.

Em França, a transferência da responsabilidade da Inquisição do rei para o papa nada tinha feito para melhorar as condições dos irmãos alinhados para admitir as suas transgressões, dado que a maioria dos bispos que vigiavam os inquéritos regionais tinha ligações próximas com a Coroa. Os templários recalcitrantes enfrentaram longos períodos de prisão sem roupas quentes, com uma dieta insignificante de pão e água, agrilhoados, passando por interrogatórios repetidos, ameaças violentas e, por último, tortura. Vários irmãos enlouqueceram ou morreram como resultado de um tratamento violento, alguns com os seus cérebros tão perturbados por meses de isolação e espancamento que não conseguiam de todo responder ao que se lhes perguntava[1]. Os que conseguiam falar tiveram de responder a uma lista de perguntas feitas para

assinalar todos os delitos que poderiam ser extraídos. Oitenta e sete ou oitenta e oito artigos foram apresentados a cada irmão, que os admitia ou negava. Quaisquer características interessantes da confissão eram anotadas, mas de outra forma este era um exercício de terror burocrático.

As perguntas eram repetitivas, convencionais e entorpecedoras: O irmão negou Cristo na sua receção? Foi feito diante de toda a comunidade? Foi repetido mais tarde? Foi-lhes ensinado que Jesus não era o verdadeiro Deus ou um falso profeta? Cuspiram na cruz? Pisaram a cruz? Faziam-no regularmente? Urinaram na cruz? Pisaram a cruz e urinaram sobre esta? Aconteceu na Páscoa? Negaram os sacramentos da Igreja? Confessaram ao mestre em vez de a um padre ordenado? Chegaram a beijar outro irmão inapropriadamente? Onde o beijaram? Nas costas? Na barriga? No pénis? Fora-lhes dito que podiam ter sexo com os seus irmãos? Fizeram-no? Penetravam ou eram penetrados? Alguém lhes disse que isto não era pecado? Veneravam ídolos? Os ídolos pareciam cabeças? Os ídolos pareciam cabeças com três caras? Como os veneravam? Chamavam-lhes «Deus»? Chamavam-lhes «Salvador»? Alguns dos irmãos faziam isto? A maioria dos irmãos fazia isto? Alguém lhes dissera que o ídolo os salvaria? Torná-los-ia ricos? Tornaria o solo fértil? Faria as árvores florescer?

E adiante, e adiante[2]. A maioria dos irmãos acabava por confessar, derrotada pelos seus sofrimentos físicos e pela mera lentidão do processo — apesar de levarem, por vezes, meses a ceder. O Concílio de Vienne fora marcado para outubro de 1310 e viria a ser adiado para outubro de 1311. O tempo estava do lado dos interrogadores, e estes fizeram bom uso dele. Após um ano ou mais de prisão com tempo frio e rações magras, a maioria dos Templários cedeu ou morreu. Numa determinada área, um terço dos irmãos detidos em 1307 morreu cinco anos mais tarde[3].

Na primavera de 1310, investigadores da Irlanda até Chipre tinham reunido as suas provas, entrevistando irmãos templários

e testemunhas não-alinhadas. Na maioria dos lugares, percebia-se que as acusações compostas pelos ministros de Filipe IV e feitas circular pelo papa não tinham fundamento e que eram em grande parte fantasiosas. No entanto, em França, o coração da ordem, a imagem que emergia de quase todas as brutais inquisições era a de uma ordem diabolicamente corrupta. Desde a Páscoa de 1309, a Coroa francesa começara a arrendar propriedades templárias para seu benefício, com base na suposição de que nunca seriam devolvidas, antecipando-se então não apenas às investigações individuais mas também ao inquérito central de corrupção na ordem como um todo. A injustiça era palpável.

A liderança central dos Templários estava em mau estado para resistir. Tiago de Molay fora absolvido pessoalmente em Chinon, mas o seu encarceramento longo e violento tivera o seu preço. Tendo aguentado um interrogatório esgotante em Paris e Chinon, era agora levado de regresso à capital francesa para comparecer diante da comissão papal, cujo objetivo era conseguir provas sobre a ordem no seu conjunto.

Na quarta-feira 26 de novembro e na sexta-feira 28 de novembro de 1309, o derrotado mestre templário foi levado à velha Abadia de Sainte-Geneviève para comparecer diante de um painel de juízes constituído na sua maioria por bispos e cardeais franceses. O presidente do painel, Gilles de Aycelin, arcebispo de Narbonne, era um membro do concílio do rei. Tiago deu respostas confusas e erráticas. Afirmou primeiro que não era suficientemente sábio ou instruído para defender a ordem e que apenas podia destacar que achava «muito surpreendente» que a Igreja quisesse destruir os Templários quando estes tinham ameaçado durante trinta e dois anos depor Frederico II Hohenstaufen sem sequer o chegar a fazer[4]. Quando as suas afirmações autoincriminatórias prévias lhe foram lidas ficou furioso, benzeu-se e disse: «Deus permita que o que os sarracenos e os tártaros praticaram possa ser praticado contra os fazedores do mal neste caso, pois os sarracenos e os tártaros cortam as cabeças dos malfeitores que encontram ou

racham-nos em dois.» Neste ponto, Guilherme de Plaisians, que ouvia de fora da sala, entrou e colocou o seu braço em volta do mestre, dizendo-lhe «para ter cuidado para não se rebaixar ou destruir sem necessidade». O mestre pediu tempo para pensar sobre o que dissera e o seu testemunho foi adiado até ao final da semana.

Quando Tiago regressou na sexta-feira dia 28, não parecia estar em melhor estado para responder a perguntas. Quando inquirido se desejava defender a ordem, respondeu que era um «cavaleiro empobrecido que não sabia latim», mas que tinha conhecimento de uma carta em que o papa reservava o direito a negociar pessoalmente o seu caso. Informado de que os seus atos não eram da conta da comissão de Paris, que olhava para a ordem como um todo, Tiago afirmou que tinha apenas três coisas para dizer: a ordem tinha melhores igrejas do que qualquer um dos seus rivais; distribuía mais esmolas; e «não conhecia outra ordem (...) mais preparada para expor os seus corpos contra os inimigos na defesa da fé cristã». Aí, mais uma vez, começou a delirar sobre a guerra na Terra Santa, lançando-se para uma história animada mas irrelevante sobre o irmão de Luís IX, Roberto de Artois, que, em 1250, levara os Templários para a morte em Damieta.

Nesta altura, enquanto o mestre falava, Guilherme de Nogaret entrou na sala. Enquanto Guilherme de Plaisians fora amistoso, Nogaret foi sinistro e desagradável. Ao ouvir a história ser recitada, anunciou que ele próprio lera crónicas na abadia real de Saint-Denis que afirmavam que os Templários tinham traiçoeiramente prestado homenagem a Saladino, mas que o sultão os desprezara, acreditando que tinham perdido a batalha de Hattin em 1187 porque «trabalhavam sob o vício da sodomia»[5].

Como debate histórico esclarecido não era, de facto, muito recomendável. O único aspeto que ilustrava era que Tiago de Molay tornara-se um idoso confuso cuja capacidade para salvar a ordem da destruição era quase nula e que, apesar de a comissão ter bispos no comando, eram os ministros do rei que a dirigiam

dissimuladamente. Chamado de novo para apresentar provas uma terceira vez a 2 de março de 1310, Tiago de Molay era agora uma piada, e pediu apenas para ser enviado ao papa para julgamento.

Enquanto o mestre cambaleava entre os seus testemunhos inadequados, uma sensação de desafio começou a crescer entre os membros comuns dos Templários. Estavam a chegar a Paris literalmente centenas de irmãos de toda a França para prestar provas à comissão. Ficaram sob recolher obrigatório em vários locais da cidade, do Templo de Paris às casas dos bispos, equipadas com quartos seguros. No entanto, alguns tiveram direito a uma liberdade limitada para viajar e comunicar uns com os outros, e os irmãos começaram a organizar coletivamente uma defesa séria e vivaz. Em fevereiro, apresentaram-se mais de quinhentos templários na abadia, voluntariando-se para testemunhar a favor da ordem. Algumas das suas provas foram ouvidas pelos comissários, mas depressa foram levados tantos irmãos para a capital que teve de se conseguir uma forma de representação oficial.

No final de março, um encontro ao ar livre aconteceu nos terrenos da abadia, em que centenas de templários reunidos declararam furiosamente que as acusações contra si não tinham nenhuma base. Os comissários pediram-lhes para apresentar «procuradores» que pudessem defender os irmãos *en bloc*. Quatro homens foram escolhidos: dois capelões e dois cavaleiros. Os capelões eram Pedro de Bolonha, um homem de quarenta e quatro anos que representara a ordem como embaixador para o papa, e Reginaldo de Provins, o precetor de Orleães; os cavaleiros eram Guilherme de Chambonnet e Bertrand de Sartiges, ambos veteranos. Numa série de apresentações, queixaram-se sobre as condições em que os irmãos se encontravam, interrogaram quais as bases legais para o julgamento e desafiaram as atividades dos ministros do rei que interferiam no que se supunha ser um julgamento estritamente da Igreja.

A 7 de abril, Pedro de Bolonha levou a sua delegação para uma câmara de audiências e apresentou a defesa da sobrevivência dos

Templários. A sua apresentação foi uma demolição feroz e destemida de tudo o que fora feito pelo rei e pelos seus homens desde a sexta-feira, 13 de outubro de 1307.

Qualquer prova reunida pelos comissários, argumentou, deveria ser excluída, pois os templários que se tinham incriminado «falaram (...) sob compulsão, força ou corrupção, persuasão, suborno ou medo». Pedia que no futuro nenhum leigo — e aqui os nomes de Guilherme de Nogaret e Guilherme de Plaisians ficavam suspensos no ar — estivesse presente em qualquer interrogatório aos Templários, «nem nenhuma pessoa que pudessem temer diretamente (...) porque todos os irmãos em geral estão tão paralisados pelo medo e pelo terror que não é surpreendente que alguns contem mentiras». Apenas em França, afirmava Pedro, se podia encontrar um irmão templário que «diga ou tenha dito estas mentiras». Os que tentaram contar a verdade «sofreram e sofrem diariamente nas prisões tantas torturas, punições, tribulações, durezas, insultos, calamidades e misérias, com apenas a sua consciência a guiá-los»[6].

Pedro recontou a história da fundação dos Templários: eram uma ordem «desenvolvida sobre a caridade e o amor de uma verdadeira irmandade (...) sem a imundície ou a sordidez de qualquer vício. Há e sempre haverá uma forte disciplina monástica [e] um forte cumprimento pela nossa salvação». A receção na ordem não era um ritual pervertido de blasfémia sexualizada:

> Quem entra nesta ordem promete quatro pilares, nomeadamente obediência, castidade, pobreza e o emprego de toda a sua força ao serviço da Terra Santa (...) É recebido com o puro beijo da paz, veste o seu hábito com a cruz que usa sempre ao peito (...) e é-lhe ensinado o cumprimento da Regra e dos antigos costumes a si entregues pela Igreja romana e pelos santos pais.

As alegações contra eles eram «tão impossíveis quanto obscenas (...) falsas e embusteiras». Os que as diziam «eram motivados por cupidez zelosa e pelo ardor da inveja». Tinham sido sugeridas por «mentirosos e corruptores» e eram apenas confirmadas pelos

testemunhos dos irmãos porque estes «eram forçados, por ameaças de morte, a fazer confissões que iam contra as suas consciências».

Pedro declarou que a comissão era ilegal e queixou-se de que os seus irmãos ainda temiam pelas suas vidas, incapazes de retirar as suas falsas confissões desde que lhes era dito diariamente que isso os tornaria hereges relapsos, o que significaria enfrentar a agonia de uma estaca e de uma fogueira pública. «Voltar atrás, dizem, significa inevitavelmente ser queimado.» Garantira, no começo do seu discurso, que os Templários pretendiam comparecer diante do Concílio de Vienne (o encontro agendado para outubro de 1310, em que Clemente faria o julgamento final do caso) para apresentarem ao papa a defesa da sua sobrevivência. Se o fizessem, dados os fracos resultados das inquisições noutros reinos, teriam um bom caso.

Nem o influxo de templários para Paris nem a sua sólida representação legal diante da comissão eram de todo agradáveis para Filipe IV. Mais vexante ainda era o facto de a 4 de abril o papa ter adiado o Concílio de Vienne por um ano, para outubro de 1311, devido ao tempo que levara reunir todas as provas. O julgamento dos Templários fora iniciado com um veloz ataque de madrugada; com os anos, a sua provação tornara-se um crepúsculo sem fim. Requeria-se uma intervenção decisiva.

O governo começara a selecionar quem teria permissão para apresentar provas em Paris. Testemunhas macias foram levadas à comissão para repetir as ofensas habituais, amplificando o grotesco onde fosse possível: os beijos obscenos passavam agora do umbigo para o ânus. O rei procurou também uma segunda ronda de opinião legal da Universidade de Paris, para confirmar o seu direito de limpar a Igreja no seu reino[7]. Mudou depois para a tática que melhor o servia: a intimidação.

Enquanto a comissão papal lutava contra a enérgica defesa dos Templários, muitos dos irmãos que tinham testemunhado estavam ainda sob investigação pessoal por heresias e blasfémia. Com isto em mente, o rei voltou-se para a investigação eclesiástica que

cobria a cidade de Paris, que se situava na diocese de Sens e que era vigiada pelo arcebispo Filipe de Marigny, o irmão de um dos conselheiros mais próximos de Filipe.

Na segunda semana de maio, o arcebispo procedeu subitamente a um julgamento final dos cinquenta e quatro templários que tinham sido investigados pelo inquérito local, mas que estavam agora em Paris a apoiar a defesa da Ordem dos Templários como um todo. A sua intenção era apontar as discrepâncias entre as confissões que tinham feito no inquérito episcopal e as provas apresentadas pelos mesmos irmãos diante da comissão papal, para demonstrar que as testemunhas eram efetivamente hereges relapsos.

Gilles de Aycelin, arcebispo de Narbonne, o presidente do painel que investigava a ordem, ausentou-se de imediato das suas próprias audiências, em desgosto. A sua comissão continuou a reunir-se sem ele, mas na manhã de terça-feira 12 de maio de 1310 foi interrompida por um mensageiro que os informou de que se descobrira que os cinquenta e quatro templários de Sens que lhes tinham dado provas eram hereges relapsos e seriam queimados sem mais demoras na fogueira. Apesar dos esforços frenéticos de Pedro de Bolonha e dos seus procuradores para lançar uma disputa legal, a realeza passava agora por cima do devido processo. Os templários de Sens foram reunidos pelos oficiais do rei, amarrados em vagões e levados pelas ruas de Paris até um campo nos arredores da cidade onde dezenas de estacas e piras tinham sido montadas. Iam todos ser queimados vivos.

Num único ato furioso, o rei tinha quebrado a resistência dos Templários. Reginaldo de Provins era de Sens e, apesar de não ser um dos cinquenta e quatro que seriam reduzidos a cinzas a 12 de maio, a implicação era que ainda poderia ser. Continuar a sua resistência seria uma sentença de morte.

Pedro de Bolonha queixara-se amargamente aos comissários de intimidação das testemunhas, mas agora o rei mostrava o que era realmente intimidação: Pedro de Bolonha simplesmente desaparecera. Foi dito de modo categórico à comissão que

escapara da cela em que o mantinham durante a noite. Nunca mais seria visto. Com este ato de traição, a defesa legal dos Templários dissolveu-se e a resistência desmoronou-se. Em semanas, deixaram de aparecer voluntários para defender a ordem, enquanto um rio de testemunhas surgia para repetir as confissões desgastadas com que todo o triste episódio tinha começado. As audiências continuaram durante meses, enquanto os comissários continuavam a investigar as provas de que a ordem era institucionalmente herética. Havia pouco nas provas anteriormente compiladas, além das exóticas fantasias de homens aterrorizados que esperavam escapar a uma morte feroz. Mas o peso da confissão depressa se tornou condenatório. A 5 de julho de 1311, os comissários foram chamados a Pontoise para uma audiência com Filipe IV. Este disse-lhes que parassem de trabalhar: já tinham material suficiente. A papelada foi enviada a Clemente V para ser tida em conta no Concílio de Vienne, em outubro.

Fora de França, a perseguição aos Templários variava nitidamente de acordo com as preocupações e o caráter do governante em questão. Não houve lugar mais paradigmático neste aspeto do que a Inglaterra, onde Eduardo II chegara ao trono em julho de 1307, apenas três meses antes das detenções em massa em França. A sua primeira reação às acusações sobre a ordem foi ridícula. Estava bastante de acordo com a sua personalidade: ocasionalmente perspicaz mas frequentemente idiota a nível político. Com vinte e três anos quando ascendeu ao trono, Eduardo estava noivo da filha de Filipe IV, Isabel. Alguns podiam ter aconselhado discrição, mas, ao receber as notícias das detenções dos Templários, Eduardo escreveu de imediato aos reis de Aragão, Navarra, Castela, Portugal e Nápoles, dizendo-lhes que as alegações eram absurdas e que deviam ter cuidado com aquilo em que acreditavam. Apenas tinha concordado de forma relutante com a bula *Pastoralis praeeminentiae* e, quando cento e quarenta e quatro templários ingleses (apenas quinze dos quais eram

cavaleiros) foram detidos em janeiro de 1308, os xerifes que os detiveram foram avisados para não deixar os irmãos em prisões «difíceis e vis»[8]. O mestre inglês Guilherme de la More recebeu boas instalações em Cantuária, uma quantia para despesa diária e vários servos, e podia vaguear pela cidade à sua vontade. No mesmo mês, mais tarde, Eduardo viajou para França para casar com a filha de Filipe, mas mesmo quando regressou não mostrou grande interesse em levar a cabo as perseguições que o seu novo sogro desejava ver.

O que acabou por mudar a atitude de Eduardo para com os Templários foi a superficialidade do seu próprio interesse pessoal. Apesar de ter casado em Bolonha com Isabel de França, em janeiro de 1308, não se interessava muito por ela. Estava bastante mais interessado num antigo amigo da sua juventude, que dava pelo nome de Piers Gaveston. O rei e Gaveston formavam um casal verdadeiramente chocante aos olhos da classe política inglesa e, em maio, uma coligação de bispos e nobres ingleses forçou o rei a exilar o seu favorito para a Irlanda, sob pena de excomunhão se regressasse. A partir deste momento, tudo na vida de Eduardo se tornou secundário em relação a trazer Gaveston para casa em segurança. O apoio de Clemente V, que tinha o poder de levantar a excomunhão suspensa de Gaveston, tornou-se subitamente importante — e a política de Eduardo com os Templários mudou de acordo com isso. Em novembro, Eduardo ordenou uma nova detenção de todos os Templários de Inglaterra a quem tinha sido permitido viver em liberdade relativa. Teve exatamente o efeito desejado: na primavera de 1309, a excomunhão de Gaveston foi cancelada e em junho estava em casa, para desgosto dos barões de Eduardo. Em setembro, Eduardo permitiu que dois inquisidores papais entrassem no seu reino para começar a investigar os delitos dos Templários.

A ordem em Inglaterra ainda não tinha sido agredida de forma tão dura como em França. Acontecera em parte porque todo o conceito de Inquisição era estranho aos ingleses, cujo sistema legal se

construía em redor de depoimentos de júris, não em confissões de suspeitos agonizantes. A tortura não era muito praticada e, nas poucas ocasiões em que foi sugerida durante o inquérito aos Templários, quase sempre falhou. Três centros de investigação foram feitos em Londres, Lincoln e York, e quase todos os irmãos que se apresentaram aos delegados papais negaram as acusações da longa lista que tinham à sua frente. O pior que podiam arrancar da maioria era uma crença enganosa de que, quando um irmão era açoitado por quebrar uma das regras da ordem, a subsequente concessão de perdão do mestre era uma absolvição sagrada e não uma declaração interna do encerramento de um caso disciplinar. Era, de facto, pouco importante.

Os procedimentos contra os Templários continuaram até ao verão de 1311, tempo esse em que os inquisidores franceses escreveram cartas que expressavam a sua frustração e se perguntavam se conseguiriam realizar uma capitulação extraordinária: levando todos os seus prisioneiros para o condado francês de Ponthieu (na posse de Eduardo II mas que devia a sua lealdade feudal a Filipe IV), onde poderiam ser devidamente interrogados. Todos os esforços acabaram por não dar resultados. Houve uma breve excitação quando dois fugitivos foram apanhados e tentaram comprar a sua saída dos problemas ao admitir que tinham negado Cristo nas suas receções, mas acabou por não acontecer nada de especial. O inquérito terminou com a maioria dos irmãos a ser enviada para mosteiros, alguns para cumprir penitência por pecados menores e outros simplesmente para diferentes ordens religiosas. Apenas dois dos suspeitos de estatuto mais elevado enfrentaram penas severas, mais pela sua categoria do que pelas suas ações. Guilherme de la More, o mestre em Inglaterra, foi enviado para a Torre de Londres, e morreu em 1312 ainda à espera de absolvição do papa. Imbert Blanke, precetor de Auvergne, que conseguira escapar à prisão em França ao atravessar o canal da Mancha em 1307, foi também detido. Morreu provavelmente aprisionado algum tempo depois de 1314. Nenhum admitiu quaisquer delitos. Eduardo II

apoderou-se das terras templárias por mais de dez anos, juntando as receitas das suas propriedades, outrora catalogadas de forma tão diligente pelo mestre Godofredo Fitz Stephen, aos cofres reais, até terem sido tomadas em 1324 pelos Hospitalários. Foi uma morte sossegada e pouco exuberante.

Noutros lugares, o padrão dos procedimentos variava de acordo com as condições locais. Na Irlanda, os inquisidores atuaram de forma desinteressada, fazendo apenas entrevistas superficiais e reformando os irmãos em 1312 sem sequer lhes ordenar que se juntassem a outra ordem. Nos reinos hispânicos, os Templários eram mais uma força de combate do que em França ou Inglaterra e houve uma maior consideração nas suas detenções. O rei Jaime II tinha tantas dúvidas como Eduardo e, como este, resistiu inicialmente a agir contra eles. Nos cinco anos que precederam as detenções em França, Jaime tinha ajudado a ordem a desenvolver as suas propriedades no seu outro reino de Valência[9]. Contudo, a sua capacidade militar em Aragão depressa se tornou uma razão para a sua destruição efetiva. Quando as detenções começaram em França, os Templários aragoneses começaram a preparar-se para um ataque: empilhando bens, convertendo a sua riqueza em ouro para um transporte mais fácil e reforçando os seus numerosos castelos. Jaime não era por natureza hostil à ordem, mas a perspetiva de manter fortalezas contra a Coroa era inaceitável. Ao longo do ano de 1308, prendeu o mestre local e começou a cercar fortalezas templárias. Um irmão furioso amaldiçoou Jaime II pela sua ingratidão, recontando a quantidade de vezes em que os Templários tinham dado as suas vidas ao serviço do reino de Aragão. Jaime não fez caso. Uma pequena guerra civil estalou quando as forças reais cercaram os bastiões templários em Miravet, Monzón, Asco e várias outras fortalezas construídas originalmente para a guerra santa contra os mouros. O rei levou meses a conseguir retirar os últimos defensores das suas tocas: a enorme fortaleza de Monzón (onde o avô de Jaime fora criado sob guarda templária) e Chalamera só se renderam em julho de 1309.

Os prisioneiros foram levados e alguns foram torturados, apesar de a prática se ter revelado tão inútil em Aragão como em Inglaterra. Nenhum templário aragonês admitiu algum delito sério, e em 1312 os procedimentos contra a ordem foram abandonados sem se ter extraído uma única confissão[10]. Os irmãos partiram com pensões para viver como homens religiosos em casas monásticas e a sua propriedade foi dividida entre o rei, os Hospitalários e uma nova ordem militar sediada em Montesa, perto de Valência, que seguia o modelo da Ordem de Calatrava. A Ordem do Templo tornar-se-ia rapidamente numa memória.

Em Castela e Leão, os Templários foram examinados e considerados inocentes em 1310. Não foi desenterrado nenhum escândalo grave em Maiorca. Nos vários estados italianos, houve apenas um interesse passageiro nos processos contra os Templários. Enquanto alguns irmãos admitiram a habitual gama de indiscrições, de pisar crucifixos até sodomia e veneração de ídolos, as convulsões causadas foram relativamente pequenas e, em regiões como o noroeste de Itália, os investigadores proibiram a tortura e tentaram provar de forma ativa a inocência dos seus prisioneiros[11]. Na Sicília, as autoridades estavam verdadeiramente desinteressadas de perseguir os irmãos e, apesar de ter havido detenções e julgamentos, estes produziram resultados insalubres e pareceram ter envolvido apenas um pequeno número de irmãos, sendo que nenhum deles perdeu a vida[12].

Também na Germânia foram tomadas ações limitadas por governantes individuais contra os membros da ordem e sem grande entusiasmo. Quanto mais se viajava para nordeste da cristandade, menos templários se encontravam. Os principados germânicos eram bastante mais povoados pela Ordem Teutónica. Havia uma novidade na atividade dos Templários na Germânia, que dizia respeito às freiras de uma casa em Mühlen. Desde 1272 que o seu convento era da ordem e governado por esta, uma combinação feita pelo bispo de Worms, que fora provavelmente influenciado pelo facto de a Ordem Teutónica admitir mulheres como irmãs longe da

linha da frente. Quando os Templários se extinguiram, as freiras de Mühlen foram obrigadas a associar-se aos Hospitalários, apesar de não terem ficado satisfeitas e de se queixarem da forma como eram tratadas.[13]

Como em Aragão, os Templários representavam uma verdadeira força militar na ilha de Chipre, bem como uma alegada ameaça espiritual. Desde o princípio do verão de 1307 que tinham sido presos em diversos locais da ilha. Passaram-se quase três anos quando as audiências começaram a 5 de maio de 1310[14]. Dos cento e dezoito templários originalmente detidos, apenas setenta e seis estavam então vivos e capazes de responder a perguntas. Mais de metade destes eram cavaleiros — um rácio bastante maior do que no Ocidente, onde apenas um em dez era de categoria cavaleira. Todos os templários negaram por completo a lista de alegações. Todos disseram que tinha havido um beijo totalmente aceitável de paz para receber cada novo membro. Afirmaram que o procedimento templário comum significava que cada encontro do capítulo era secreto para quem ficava de fora.

Para aumentar o inquérito, as provas de cinquenta e seis testemunhas não templárias foram também ouvidas, incluindo algumas das figuras mais importantes da ilha: Filipe de Ibelin, o senescal real; Rupen de Montfort, o senhor titular de Beirute; o bispo de Beirute e dois abades. Estes homens cruzaram a aguda divisão política entre Henrique II e o seu irmão Amalrico, que depusera o rei e o exilara para a Arménia. Todos eles juraram pela honradez e pelo caráter íntegro dos Templários. Muitos notaram que tinham visto os Templários comungar e distribuir grandes quantias de esmolas aos pobres: «Pão, carne e por vezes dinheiro, e isto [ocorria] todas as semanas.»[15] As testemunhas abonatórias não podiam ter sido mais favoráveis. O testemunho foi feito com grande orgulho e afeição pela ordem, que apesar de tudo era tida em grande conta na linha da frente da guerra contra o islão. Uma testemunha, João de Norris, tesoureiro de Limassol e cónego de Pafos, relatou que havia uma

frase comum entre os cipriotas que afirmava «defender-te-ei à maneira dos Templários, estejas certo ou errado»[16].

O Concílio de Vienne começou em outubro de 1311 e emitiu o seu julgamento a 22 de março de 1312. Muitos dos clérigos veteranos que tinham vindo de toda a cristandade — incluindo quatro patriarcas, vinte cardeais e dezenas de arcebispos e bispos — estavam céticos quanto às acusações levantadas contra os Templários e pediram para ouvir a sua defesa. Isto era pouco razoável, mas opondo-se à sua afronta estava a presença próxima do rei de França, que mantinha um exército a 30 quilómetros, em Lyon, e escrevia cartas ao papa que pediam a supressão dos Templários e a criação de uma nova ordem que pudesse retomar a luta contra os infiéis. A mensagem era clara: Clemente V tinha de escolher. Podia sofrer o destino de Bonifácio VIII ou podia aceitar a verdade que o oprimia desde que a tiara papal lhe fora colocada na cabeça em 1305. Era um papa francês e acabaria por obedecer às ordens do rei de França.

A decisão sobre os Templários foi resumida numa bula papal conhecida como *Vox in excelso* («Uma voz nas alturas»). Emoldurando as suas palavras numa citação bíblica do Antigo Testamento, Clemente resumiu a questão templária desde o início. Descreveu como a Igreja honrara e respeitara o Templo, mas «contra o próprio Senhor Jesus Cristo (...) caíram no pecado da apostasia ímpia, do abominável vício da idolatria, do crime mortal dos sodomitas e várias heresias». O papa adulou Filipe IV, «o nosso querido filho em Cristo», que «não tinha intenção de reclamar ou apropriar-se de nada que pertencesse aos Templários (...) estava ardente de zelo pela fé ortodoxa, seguindo as pegadas distintas dos seus ancestrais». A lista de delitos e blasfémias foi repetida e resumida com a alegação de que «o mestre, precetores e outros irmãos da ordem, bem como a própria ordem, estiveram envolvidos nestes e noutros crimes», todos provados pelas muitas confissões compiladas pelos inquisidores. Clemente mencionou

especificamente as confissões feitas em Chinon por Tiago de Molay, Hugo de Pairaud, Raimbaud de Caron e pelos seus colegas, e fez notar que lhes tinha sido garantida a absolvição. Anunciou então a sua decisão final:

> Estas confissões tornam a ordem muito suspeita (...) A infâmia e a suspeita tornam-na detestável para a santa Igreja de Deus, para os seus prelados, para reis e outros governantes e para os católicos em geral. Acredita-se também que, com toda a probabilidade, a partir de agora nenhuma boa pessoa desejará entrar na ordem e que portanto será inútil para a Igreja de Deus e a continuação da empresa na Terra Santa.

Não foi dada hipótese aos Templários de se defenderem em Vienne e, apesar de circularem rumores fantasiosos de que dois mil deles estavam à espera nos arredores da cidade para romper pelo salão da conferência, nada disso aconteceu. Estavam indefesos e incógnitos no próprio encontro em que se decidiu o seu destino. Em *Vox in excelso*, o papa utilizou habilmente essa injustiça flagrante, argumentando que adiar a sua decisão por tempo suficiente para ouvir contra-argumentações teria feito com que as posses dos Templários ficassem arruinadas e a sua utilidade para a missão cruzada fosse comprometida. Nada de bom poderia vir de mais procrastinação.

> Assim, com o coração triste (...) suprimimos, com a aprovação do concílio sagrado, a Ordem dos Templários, e a sua regra, hábito e nome, por um decreto inviolável e perpétuo, e proibimos totalmente que qualquer um, de agora em diante, entre na ordem, ou receba ou vista o seu hábito, ou presuma comportar-se como um templário. Quem agir de outra forma ocorre em excomunhão automática[17].

Com um golpe dado pela pena de um escriba e a aplicação do selo papal, a Ordem do Templo, que existira por 192 anos, foi abolida. A única pequena vitória, se se puder ver assim, terá sido que a sua propriedade não foi dada a Filipe IV, mas reservada para o papa «para nossa disposição e da sé apostólica». Nem houve qualquer menção à fusão das ordens militares. Em maio de 1312, decidiu-se que as propriedades templárias seriam concedidas aos Hospitalários para apoiar a sua missão no Oriente. Foram notícias

apenas parcialmente boas para os Hospitalários. Apesar de terem ganho em teoria enormes porções de propriedade por 3200 quilómetros, a disputa legal necessária para assegurar as suas reivindicações pela nova recompensa ocupou-os por mais de uma década.

As terras dos Templários nos reinos hispânicos foram divididas entre os governantes seculares, os Hospitalários e a nova ordem militar com base em Montesa, Aragão. Muito provavelmente toda a prata da tesouraria templária em Paris desapareceu para as casas da moeda do rei, mas Filipe nunca foi capaz de se apoderar completamente das terras, nem de assumir para si ou para os seus filhos o papel de rei cruzado encarregado de uma ordem militar unificada. A sua vitória foi apenas pessoal: triunfara sobre uma organização que se convencera estar rodeada de segredos, heresia, imoralidade, fornicação, blasfémia, luxúria e maldade.

Com as propriedades dos Templários divididas, milhares de prisioneiros precisavam de ser reabilitados ou realojados. Os impenitentes foram castigados com prisão perpétua, mas muitos afirmaram os seus supostos crimes e foi-lhes concedido perdão. Estes homens foram enviados para viver noutras instituições monásticas, apoiados por pensões pagas pela corte papal em Avinhão. Para a maioria, as suas vidas não se tornaram muito diferentes da sua existência numa casa templária. Em áreas onde os Templários tinham cumprido deveres militares ativos, podiam por vezes continuar o seu trabalho sob outra forma. Em Portugal, foi fundada uma nova ordem em 1319: a Ordem de Cristo, que agrupava propriedades templárias e, em alguns casos, vestiu soldados templários com novos uniformes e permitiu-lhes que continuassem a gerir antigos castelos templários e a participar na guerra santa contra os mouros.

Alguns templários dispersos não foram tocados pela dissolução total da ordem. O cronista germânico Ludolfo de Sudheim passou por dois homens que vagueavam na Palestina em 1340, afirmando

que eram templários caídos nas mãos dos mamelucos com a queda de Acre em 1291[18].

No mundo muçulmano, o desaparecimento dos Templários estava longe da celebração que teria sido se Saladino tivesse conseguido arrasar a ordem com a sua parada de decapitações no rescaldo de Hattin. Os Templários não eram vistos na Terra Santa há uma geração. Com efeito, tinham sido arrasados há muito mais tempo.

Apesar de todo o seu renome guerreiro, os Templários não deram praticamente luta. Mas alguns não podiam simplesmente ser pagos para utilizar um novo hábito e cair no esquecimento. Em 1310, Tiago de Molay, Hugo de Pairaud, Godofredo de Charney e Godofredo de Gonneville foram transferidos de Chinon para Gisors, um enorme castelo a norte do Sena, entre Paris e Rouen (Raimbaud de Caron parece ter morrido na prisão em Chinon). Nas suas alegações finais diante dos comissários que investigavam a ordem, Tiago lançou-se pateticamente para a misericórdia do papa — uma tática a que se apegara ao longo da provação que ainda não tinha dado dividendos. Nem daria após a ordem ter sido dissolvida.

Em dezembro de 1313, Clemente voltou a sua atenção para o mestre e os seus três companheiros sobreviventes. Esperavam apelar pessoalmente ao papa, mas Clemente já tinha evidentemente visto que chegasse sobre os Templários. Nomeou no seu lugar um painel de cardeais para examinar os quatro irmãos. Arnaud Novelli, Arnaud de Auch e Nicolau de Fréauville teriam a responsabilidade de ouvir uma última ronda de provas e de decidir a sua sentença.

A 18 de março de 1314, uma multidão reuniu-se em volta de uma plataforma erguida fora da Catedral de Notre-Dame, em Paris, para ver estes idosos, que tinham comandado em tempos a ordem militar mais famosa do mundo, sentenciados pelo papel no seu colapso. Entre a multidão estava Filipe de Marigny, o arcebispo de Sens, cujo inquérito episcopal enviara cinquenta e quatro templários para a morte. Os três cardeais, nos seus chapéus de abas largas, inspecionaram os acusados e anunciaram a pena que sofreriam.

O continuador de uma crónica do monge de Saint-Denis conhecido como Guilherme de Nangis registou que vira Tiago de Molay e os seus companheiros serem examinados nesse dia. Foram brevemente questionados e os quatro mantiveram as suas confissões. Acabaram por ser absolvidos dos seus pecados, mas as suas penas seriam exemplares e severas. «Foram julgados para serem mantidos sob prisão dura e perpétua», escreveu o cronista[19].

Para Tiago de Molay, que estivera na prisão por seis anos e meio, era demasiado. Numa das suas provas diante dos comissários papais relembrara a sua experiência enquanto jovem, quando fora enviado para a Terra Santa para combater os sarracenos e se vira contra o seu mestre Guilherme de Beaujeu, cujo único desejo era manter a paz. Ficara frustrado na altura, e a sua frustração continuara desde então. De facto, toda a carreira de Tiago fora uma sucessão de desilusões, culminando num julgamento em que foi forçado a confessar ações que desgraçaram o seu nome, puseram em risco a sua alma e destruíram a ordem a que se tinha dado. Diziam-lhe agora que iria acabar os seus dias numa solidão empedernida e morrer como um fracassado em perjúrio.

Para choque da audiência diante de si, decidiu falar. Como um dos cardeais conferenciava com a multidão, Tiago interrompeu-o e começou a clamar mais uma vez a sua inocência. Godofredo de Charney juntou-se a ele, denunciando a injustiça que ambos tinham sofrido. Censuraram o cardeal e o arcebispo de Sens, «e sem qualquer respeito começaram a negar tudo o que tinham confessado»[20].

Atrás de Tiago de Molay e de Godofredo de Charney, Hugo de Pairaud e Godofredo de Gonneville mantiveram-se em silêncio. Os homens entenderam o que se passava. Ficar calado era aceitar a sentença de prisão. Falar era condenar-se às chamas como herege relapso. A multidão estava espantada. Um espetáculo de homens velhos tinha tomado um rumo inesperado e indesejado. Tiago de Molay continuava a divagar sobre a sua inocência até um oficial que

ali estava ter avançado «e atingido o mestre na boca para que não pudesse falar mais, e foi arrastado pelo cabelo até uma capela»[21].

Qualquer que fosse o processo a ter lugar, foi abandonado. Godofredo de Charney foi levado com Tiago de Molay. A intenção era ambos ficarem detidos «até se poder deliberar mais sobre eles no dia seguinte». Mas relatos da situação em Notre-Dame espalharam-se pela cidade, e as notícias chegaram em horas a Filipe IV. A sua paciência esgotou-se. «Consultou os seus conselheiros», escreveu o cronista, «e, sem falar ao clero, tomou uma decisão prudente para entregar os dois templários às chamas.»[22]

Quando a noite de 18 de março caiu, o mestre do Templo e o precetor da Normandia foram levados num pequeno barco para uma ilha no Rio Sena conhecida por Île-des-Javiaux, não longe dos jardins do palácio real. Esperavam-nos duas piras, com fumo já a soltar-se da madeira.

O Templário de Tiro ouviu um testemunho ocular de um mercador que estava em Paris nesse mês de março e que vira o que acontecera na ilha. «O mestre implorou-lhes que lhe permitissem dizer as suas orações, que ele fez a Deus», escreveu. «O seu corpo ficou então entregue à sua vontade.»[23]

Outro cronista francês registou em verso os últimos minutos dos dois templários, e descreveu uma cena calma em que Tiago de Molay ficou de roupa interior sem tremer ou sem mostrar sinais de estar assustado. Quando o ataram à estaca, pediu que lhe fosse concedida uma oração. Acrescentou: «Deus sabe quem está errado e pecou. Depressa virá a desgraça para quem erroneamente nos condenou: Deus vingará a nossa morte.» Disse depois que estava pronto para morrer. As chamas foram atiçadas, a madeira estalou, e em pouco tempo Tiago de Molay morreu. «A morte levou-o tão gentilmente», escreveu o poeta, «que todos se maravilharam.»[24] Tudo o que sobrou do último mestre da Ordem dos Pobres Cavaleiros do Templo foi a maldição que se escapou dos seus lábios no momento da morte.

Hugo de Pairaud e Godofredo de Gonneville morreram na prisão vários anos depois dos acontecimentos violentos de Paris. Godofredo de Charney foi também queimado a 18 de março, e foi registado de forma variada que os seus ossos e os de Tiago de Molay foram guardados como relíquias ou queimados e as suas cinzas espalhadas. A esperança do mestre dos Templários de que Deus vingaria a sua morte poderia significar qualquer coisa, mas pareceu ter algum efeito. Os dois homens que mais tinham feito para destruir os Templários — Filipe IV de França e o papa Clemente V — morreram nesse ano. A saúde de Clemente nunca fora boa e morreu em abril das suas duradouras queixas intestinais. Filipe, que tinha apenas quarenta e seis anos, morreu de um ataque de coração quando caçava, em 1314, e foi enterrado perto do seu predecessor santificado Luís IX em Saint-Denis.

Terá algum deles ganho com a destruição da Ordem do Templo? Era provavelmente verdade que em 1306 os Templários e os Hospitalários estavam prontos tanto para a reforma como para a fusão. Sem objetivo após a queda de Acre, foram sustentados durante duas décadas pela ambição de uma nova cruzada, recusando aceitar, como muitos outros, a realidade de uma situação que mudara de forma drástica no Oriente após a chegada dos mongóis e as conquistas dos mamelucos. Nesse sentido, Clemente contribuíra, apesar de numa forma pesada e desnecessariamente destrutiva, para o redirecionamento das receitas cristãs. Para além disso, pouco mais há de recomendável na sua conduta. Quando Dante Alighieri completou a *Divina Comédia* em 1320, os seus leitores descobriram Clemente no Inferno, a ser assado virado de cabeça para baixo. Dante descreveu Clemente como um «pastor sem lei do Ocidente» que comprara a sua posição e fora tratado «de forma suave» pelo rei de França[25].

Entretanto, Filipe provara diversas vezes durante o seu reinado ser frio, cruel e intencionalmente antagonista para com qualquer indivíduo ou grupo que visse como a mais pequena ameaça à sua majestade real ou à sua autoimagem como «o mais cristão dos

reis». Pouco antes da sua morte, virou a sua paranoia moralizadora para a sua família. Alimentado por rumores de que as mulheres de dois dos seus filhos estariam a ter casos de adultério com um par de cavaleiros normandos numa torre de vigia na margem do rio, conhecida como a Tour de Nesle, prendeu todos, bem como a mulher do seu terceiro filho, que acreditava ter algum conhecimento do caso. Os cavaleiros foram torturados, interrogados e brutalmente executados em público; as suas noras ficaram presas toda a vida.

O escândalo da Tour de Nesle só trouxe problemas a Filipe. Fora praticamente idêntico, nos seus métodos, às perseguições do papa Bonifácio, dos judeus franceses e dos Templários, que juntavam a necessidade da Coroa de novas fontes de receita com o desejo do rei de estampar a autoridade da Coroa em novas partes do seu reino e à sua capacidade extraordinária de se convencer dos piores desvios morais de todos os que se cruzassem no seu caminho. Mesmo para os padrões da altura, era um pretensioso violento, e o melhor que se pode dizer sobre a sua conduta é que os Templários eram apenas um grupo de vítimas, entre muitos outros.

Entre 13 de outubro de 1307 e 18 de março de 1314, os Templários foram completamente esmagados. As suas propriedades foram confiscadas. A sua riqueza foi-lhes retirada. A sua reputação ficou em farrapos. Os seus membros foram presos, torturados, mortos, expulsos das suas casas e humilhados. Os que sobreviveram a este processo morreram na prisão, foram desenraizados e enviados para novas casas ou, em alguns casos raros, reimplantados em novas ordens militares. Apesar de mitos pitorescos da sua sobrevivência como sociedade secreta, na terceira década do século XIV a ordem deixou de existir em qualquer sentido significativo. O arquivo central templário, a sua posse mais valiosa no Oriente depois da sua tesouraria, foi preservado em Chipre e detido pelos Hospitalários, mas perdeu-se de seguida, provavelmente no século XVI, quando Chipre foi conquistada pelos otomanos. No final, os corpos dos Templários foram levados pela monarquia francesa, que tanto fizera para ajudar a estabelecer a

ordem, e as suas memórias foram engolidas por um inimigo islâmico contra o qual se tinham juntado para resistir. «Eram os mais ferozes lutadores de todos os francos», escreveu o cronista de Mossul Ibn al-Athir, que conhecera a ordem no seu apogeu. No fim, simplesmente já não conseguiam lutar.

As cruzadas em que os Templários tiveram protagonismo não terminaram com o desaparecimento da ordem. A ideia de uma guerra santificada estava profundamente incutida nas mentes dos fiéis europeus e, apesar de se ter tornado quase impossível comportar o tipo de exércitos que tinham marchado sobre Jerusalém, Damasco e Damieta entre 1096 e 1250, o sonho de reconquistar a Terra Santa persistia. O mesmo acontecia com a disposição da Igreja romana de agradar aos governantes seculares, permitindo-lhes pedir o estatuto de cruzada nas suas guerras fronteiriças e assaltos a diversos «pagãos» nas franjas da Europa.

Em Espanha, a Reconquista continuou ao longo dos séculos XIV e XV, durante os quais uma presença muçulmana significativa permaneceu no emirado de Granada — em teoria, um estado vassalo do reino de Castela, mas na prática um reino muçulmano orgulhosamente independente. Momentos de fraqueza ou de guerra castelhanas com os reinos vizinhos de Aragão e de Portugal causaram geralmente acessos de violência que emanavam de Granada. Estes mantinham as ordens militares de Calatrava e de Santiago envolvidas no abastecimento de castelos e na vigilância de passagens de montanha nas terras fronteiriças entre o território cristão e o muçulmano. O emirado de Granada só foi destruído após o rei Fernando V de Aragão ter casado com a rainha Isabel de Castela em 1479, unindo os dois grandes reinos e apresentando uma frente unida contra o governante nasrida Muhammad XII. Pouco a pouco, os dois «reis católicos» começaram a desmantelar o emirado e, em janeiro de 1492, Muhammad foi expulso do seu palácio (o Alhambra) na cidade de Granada, para nunca mais voltar.

Além da Espanha, abundavam planos para recuperar uma base cristã na Terra Santa, mas poucos conseguiram mais do que planos excitados escritos por homens que tinham mais ideias do que experiência e que nunca tinham visto um mameluco nas suas vidas. Em 1318, o filho e sucessor de Filipe IV, Filipe V, idealizou uma missão liderada por nobres para o Ultramar sob a chefia do seu primo Luís de Clermont, que nomeou «capitão, líder e governador de todos os homens de armas que enviamos para a passagem geral por terra ou por mar para a assistência da Terra Santa»[26]. Alguns anos mais tarde, o geógrafo veneziano Marino Sanudo Torsello presenteou o papa João XXII com um livro enorme, repleto de mapas e de cartas detalhados das costas síria e egípcia, que ilustravam a sua ideia complexa de bloqueio massivo, invasão marítima e marcha por terra no delta do Nilo, com participantes de Génova, Veneza, Creta, Rodes, Chipre e Arménia, que requeriam cinco mil cavaleiros apenas para manter um bloqueio marítimo durante a primeira fase militar das operações[27]. Não é preciso dizer que a cruzada nunca aconteceu.

Com o avançar da Idade Média, o espírito cruzado encontrou novos alvos. Durante as décadas de 1330 e 1340, foram formadas alianças navais entre venezianos, cipriotas e hospitalários para atacar vários portos turcos do Mediterrâneo. Entre 1362 e 1369, o rei Pedro I de Chipre organizou viagens de recrutamento na Europa para levantar exércitos cruzados, amontoou-os em navios usados na altura para saquear e, em alguns casos, conquistou brevemente cidades muçulmanas, incluindo Adália e Córico na costa turca, Alexandria e Roseta no delta do Nilo, e Sídon, Beirute, Trípoli, Tortosa e Lataquia no império mameluco. Quando se deu a cisão da Igreja ocidental em 1378, com papas rivais eleitos em Avinhão e Roma, cada um dos lados recrutou reis e nobres e declarou que a sua guerra contra a fação oposta era uma cruzada. Foi concedido o estatuto de cruzada às campanhas militares na Boémia, entre 1420 e 1431, contra os seguidores do líder espiritual checo Jan Hus.

O nordeste da Europa tornara-se outro palco próspero da guerra cristã e aí muito do trabalho foi realizado pela Ordem Teutónica. Em 1309, estabeleceram a sua sede oficial em Marienburg, no centro de um enorme estado prussiano não autónomo, com os seus territórios a estenderem-se por centenas de quilómetros pelo norte da Polónia até à Livónia. O seu objetivo aparente era ajudar na conversão dos pagãos, e na crónica do seu historiador-cavaleiro oficial, Wigand de Marburg, abundam as histórias de *reisen* — minicruzadas contra inimigos localizados. Uma entrada típica de 1344 explica que o então mestre, Ludolk König, se aliou a Guilherme, conde da Holanda, e «entrou na Lituânia, que devastou durante dois dias, infligindo bastantes danos aí, pois a terra era fértil. Mas, devido às inundações causadas pelo derreter da neve e pelo quebrar do gelo, foi forçado a partir»[28]. Esta foi a história de muito do século XIV. Pouco tempo depois, a sorte da ordem começou a diminuir. Demasiado bem-sucedidos na conversão e na conquista, os homens da ordem tinham poucos inimigos para atacar e, em vez disso, entraram em disputas com os seus vizinhos cristãos. A Prússia tornara-se um dos grandes estados da Europa moderna, mas estava nessa altura fora das mãos teutónicas; no começo do século XVI, tinham apenas um punhado de territórios no Sacro Império Romano-Germânico. Foram formalmente dissolvidos como ordem militar por Napoleão Bonaparte em 1809 e existem hoje apenas como uma pequena ordem religiosa de padres e de freiras católicos que oferecem cuidados a alemães expatriados em vários países — um declínio quase até às suas origens, no primeiro cerco de Acre em 1191.

Enriquecidos pelas posses templárias, apesar de sobrecarregados com a complexidade de reclamar as mesmas, os Hospitalários sobreviveram, contrariamente aos Templários. A conquista de Rodes, uma grande ilha a sul do Dodecaneso com ligações de navios a Constantinopla, Chipre, Beirute e Alexandria, foi crucial para a sua transição bem-sucedida. Governavam a ilha a partir de uma cidade portuária fortificada e adquiriram uma pequena

cadeia de ilhas próximas, incluindo Kos e Leros. A ordem permaneceu aí por mais de dois séculos, envolvida no comércio movimentado do mar Egeu e juntando-se ocasionalmente a aventureiros italianos em ataques militares a portos turcos como Esmirna, na costa ocidental da Ásia Menor. Mas, por volta do século XV, a própria Rodes tornara-se um prémio valioso, e os Hospitalários tiveram de repelir invasões marítimas, primeiro de forças mamelucas na década de 1440 e depois de um novo superpoder islâmico, o Império Otomano, que se levantou, como tantos outros impérios anteriores, de terras turcas tribais a sul do mar Negro, eliminando os mamelucos e conquistando Constantinopla, Ásia Menor, Grécia, Sérvia, Macedónia, Bósnia, Hungria, Síria, Palestina e Egito. O tempo dos Hospitalários em Rodes terminou em 1522 quando o sultão Solimão, *o Magnífico*, submeteu os Hospitalários de Rodes com uma armada que se dizia ter mais de quatrocentos navios transportando cem mil homens.

Extraordinariamente, os Hospitalários não foram arrasados e, em 1430, Carlos II de Espanha premiou-os com uma nova base na ilha de Malta, de onde seriam expulsos por Napoleão em 1798-9. Os Hospitalários ainda hoje existem: a Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta (ou simplesmente Cavaleiros de Malta) é uma ordem católica com base em Roma, onde é reconhecida por lei internacional como um corpo soberano com o seu próprio hino, bandeira, passaporte e exército. Outras versões da ordem sobrevivem em países como Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Holanda, Suécia e Suíça. O movimento hospitalário na Grã-Bretanha foi reorganizado durante o século XIX: em 1888, foi concedida pela rainha Vitória uma carta régia à Ordem de São João de Jerusalém. Hoje é uma ordem cristã predominantemente protestante e sujeita à autoridade da Coroa. Os seus membros são convidados a unir-se por mérito e juram defender os trabalhos caridosos que a ordem leva a cabo. As suas organizações dependentes incluem a St. John Ambulance, que fornece primeiros socorros voluntários.

Em 1530, o teólogo holandês Erasmo preparou um tratado em latim com o nome de *Consultatio de bello Turcis infirendo* («Sobre a questão de entrar em guerra com os turcos»). Enquanto escrevia, os exércitos de Solimão, *o Magnífico*, ocupavam vastas faixas dos Balcãs, Hungria, Bulgária e Roménia. No ano anterior tinham cercado Viena, e um novo império islâmico parecia dirigir-se implacavelmente para ocidente.

Este estado da situação apresentou vários problemas a Erasmo, um pensador esclarecido e humanista. Desprezava o ódio populista, avisando que:

> Quando as massas ignorantes ouvem mencionar os turcos, ficam imediatamente acesas e sedentas de sangue, chamando-lhes cães e inimigos do nome cristão (...) não consideram se a causa é justa e se é oportuno pegar em armas, que exasperarão o inimigo e o tornarão mais vicioso[29].

Referiu ainda a violência da primeira Reforma, que sugeria que «o que os cristãos fazem aos cristãos é mais cruel» do que a maioria dos piores males perpetrados pelos muçulmanos.

Contudo, Erasmo não era um pacifista e reservava o mesmo desdém pelo «povo que considera que o direito de entrar em guerra é totalmente proibido aos cristãos (...) esta opinião é tão absurda que não precisa de se provar que está errada (...) O que ensino é que a guerra nunca deve ser empreendida exceto como último recurso, quando tudo o mais falhou». Os otomanos eram obviamente um perigo, escreveu — e prosseguiu para considerar com detalhe as justificações filosóficas para a guerra, a corrupção que atormentara as cruzadas em séculos passados e a sua crença principal de que o melhor caminho para a paz entre o Oriente e o Ocidente era converter os infiéis para o caminho de Jesus Cristo.

A meio do seu ensaio, Erasmo mencionou, quase como um aparte, o ideal perdido do guerreiro cristão, cuja falta era profundamente sentida num momento de problemas e confusão. Este era o principal tipo de cruzado cujo exemplo os homens do século XVI apenas podiam sonhar igualar. Chamou-lhes «estes

soldados que São Bernardo descreve, a quem não sabe se deve chamar monges ou cavaleiros, tal era a grandeza da sua integridade moral e da sua coragem guerreira»[30].

Os Templários tinham acabado há muito. Mas, enquanto as cruzadas continuassem, teriam um lugar na imaginação humana.

38 Conhecido como «Pergaminho de Chinon», perdido durante muitos anos no Arquivo do Vaticano e descoberto em 2001 pela Dr.ª Barbara Frale. Em 2007, foram produzidos 800 fac-símiles do documento; alguns ficaram em mãos privadas e outros em bibliotecas públicas por todo o mundo. *Processus contra Templarios* (Cidade do Vaticano, 2007).

EPÍLOGO

O SANTO GRAAL

Entre 1200 e 1210, o escritor germânico Wolfram von Eschenbach compôs um poema romântico chamado *Parsival*. Com dezenas de milhares de linhas, apoiava-se nas lendas do rei Artur, que se tinham popularizado na Europa durante décadas. Estas histórias deliciavam audiências aristocráticas com contos de amor, cavalaria, buscas, traições, magia e combate. O patrono de Eschenbach era Hermann, um conde da Turíngia, mas os leitores que o seu trabalho acabou por encontrar foram muitos e a sua influência foi imensa. Ainda sobrevivem mais de oitenta manuscritos medievais do poema.

Em *Parsival*, o jovem herói homónimo surge na corte de Artur e vê-se envolvido de seguida numa disputa contra um «cavaleiro vermelho», que mata numa luta. Após partir para aprender a ser mais cavalheiresco, Parsival embarca numa busca pelo Santo Graal: uma caçada literal por uma pedra misteriosa que dava vida e uma viagem espiritual pela iluminação em Deus. O Graal é inicialmente guardado num castelo mágico por uma personagem com o nome de Rei Pescador, que sofre dores constantes de uma ferida na perna, castigo divino por não ter conseguido permanecer casto. Parsival conhece o Rei Pescador e é desviado para outras aventuras. Após lutar contra um cavaleiro que afinal é seu irmão, acaba por perceber que se tornou no novo rei destinado a guardar o Graal, e a história chega ao fim.

Muito do que está em *Parsival*, tal como escrito por Eschenbach, não é original. Autores anteriores como Godofredo de Monmouth e Chrétien de Troyes já tinham estabelecido o mundo que descrevia e fornecido vários guiões. Eschenbach estava essencialmente a atualizá-los, aumentando as aventuras das personagens e dando aos contos um sabor que pensava que os

seus leitores (e ouvintes, já que muitos terão ouvido os poemas lidos em voz alta nos salões dos seus senhores) gostariam. Um dos ingredientes que acrescentou foi o aparecimento de uma ordem militar com o nome de Templeise, guerreiros que tinham jurado castidade e que auxiliavam o Rei Pescador a vigiar o Santo Graal no seu «templo». Estes homens não eram idênticos aos Templários: o seu símbolo era uma tartaruga em vez da cruz dos cruzados e não pareciam ter uma Regra desenvolvida. Contudo, a semelhança era impressionante e a história provara ser duradoura. Os Templários tinham sido transformados, pela primeira vez, de uma milícia cruzada em guardiões do mítico Santo Graal[39].

Não era surpreendente que os autores começassem a ficcionar os Templários até no tempo destes. Na primeira década do século XIII, a ordem era bem conhecida. Apesar de não ter muita presença na Germânia, onde Eschenbach vivia, não era possível que qualquer pessoa com o mínimo interesse na Terra Santa não tivesse ouvido falar das façanhas dos Templários. Tinham lutado contra Saladino, participado na cruzada de Ricardo Coração de Leão, gerido dezenas de castelos na Terra Santa, tomado parte na Reconquista, marcado presença na maioria das cortes reais da Europa, adquirido propriedades em toda a cristandade e feito inimigos poderosos. Não era muito difícil tornarem-se também um tropo literário.

Num certo sentido, a ordem existira sempre em duas esferas, a real e a imaginária. A ideia dos Templários era transcendental desde o começo. Quando Bernardo de Claraval escreveu *De Laude*, exaltando a primeira geração de cavaleiros na década de 1130, não estava a compor uma descrição factual de Hugo de Payens e dos seus homens. Apesar desta linguagem orgulhosa, do caráter moral idealizado dos cavaleiros e da interpretação bíblica literal da Terra Santa que descrevia, Bernardo estava a revestir a realidade dos Templários com os seus próprios sonhos de uma ordem de homens que desembainhariam espadas como guerreiros mas que viveriam como cistercienses.

Os cronistas que descreveram os Templários antes da sua queda também tinham as suas próprias ordens de trabalho. Do lado muçulmano havia os que admiravam as competências militares dos Templários e pintavam os irmãos como os menos depravados dos malditos francos. Usama ibn Munqidh retratou a ordem como sendo de mente aberta, mundana e cavalheiresca, salientando que lhe tinham permitido utilizar uma das suas igrejas em Jerusalém para as suas orações diárias. Mas menos de uma década depois, quando Saladino ordenou a execução de todos os templários e hospitalários capturados em Hattin, Imad al-Din descreveu-os como «duas ordens sujas, cujas práticas são inúteis, que nunca abandonam a sua hostilidade e que não têm utilidade como escravos. Uma e outra são o pior dos infiéis». O objetivo de Ibn Munqidh na sua narrativa era colocar a honra e a cavalaria acima da sordidez da guerra, enquanto Imad al-Din procurava retratar Saladino como o sultão glorioso que derrotara os inimigos do islão. Os Templários eram apenas um veículo para as suas preocupações contrastantes.

Os autores cristãos dos séculos XII e XIII não estavam menos divididos, e para cada Bernardo de Claraval havia um Guilherme de Tiro, cujo influente relato do reino de Jerusalém sob o domínio de Amalrico I e da sua família configurou claramente a história dos Templários. Guilherme pensava que os Templários se tinham desenvolvido a partir de um conceito legítimo e nobre mas que tinham sido corrompidos pela riqueza, e selecionou o seu material de acordo com isso, enfatizando a pobreza dos começos da ordem para ampliar os seus erros mais tardios, como a carga desastrosa sobre Ascalão em 1153 ou a morte do enviado Assassino, vinte anos mais tarde.

O autor do *Itinerarium Peregrinorum* (que pode ter sido um templário) descreveu uma ordem de mártires, embelezando histórias de desafio heroico como a de Tiago de Maillé, morto nas Fontes de Cresson, a quem foi dada uma vida literária convencional mas inspiradora como fazedor de milagres. O Templário de Tiro (que quase garantidamente não era um templário) estava num meio-

termo. Tinha grande afeição pessoal por Guilherme de Beaujeu, cuja morte na queda de Acre fora apresentada em termos épicos e heroicos, mas via Tiago de Molay como um louco arrogante e registou a sua morte em Paris, em 1307, com um desinteresse que roçava o desdém.

Para o melhor ou para o pior, os Templários foram adotados por autores e contadores de histórias muito antes de serem esmagados por Filipe IV, em representações que iam do realista ao excêntrico. Uma imagem dos Templários em combate sobrevive num fresco da igreja de Cressac, construída pela ordem no século XIII: os irmãos são mostrados aí da forma mais militante e heroica, enfrentando um exército muçulmano. A *Chronica Majora* de Matthew Paris, escrita por volta da mesma altura, contém um esboço mais pacífico de dois irmãos a cavalo atrás da sua famosa bandeira branca e preta. Os Templários aparecem em trabalhos como *Raoul de Cambrai*; no *Roman de la Rose*, de vários autores, um poema de uma visão num sonho, concluído por volta de 1275, sobre o tema do amor cortês; e em *Sone de Nansai*, um romance do final do século XIII em que um templário na Irlanda age como casamenteiro entre um guerreiro norueguês e uma rainha abandonada. Os Templários raramente tinham papéis não convencionais, como acontecera em *Parsival* e *Sone*: no geral, eram os típicos guerreiros de uma integridade verdadeiramente rígida, ou então um destino para heróis e vilãos que poderiam ser retirados da ação da história ao juntar-se à ordem na Terra Santa.

Até na sua época os Templários eram muito mais interessantes para os autores de ficção do que os Hospitalários e a Ordem Teutónica. Os rivais dos Templários tinham durado mais do que estes nos seus papéis marciais e pastorais, mas não tinham de todo deixado a mesma impressão na imaginação popular. Ninguém, quer na Idade Média quer hoje, se mostrou muito interessado na poesia épica (e os filmes de Hollywood menos ainda) sobre a Ordem Teutónica ou os Irmãos Livónios da Espada. Apenas se pode dizer

que os Templários passaram do campo da realidade para a mitologia e garantiram lugar na imaginação popular.

Para se ser justo, os Templários *foram* diferentes das outras principais ordens militares internacionais. De forma única, desde o seu começo que eram cavaleiros que respondiam a um apelo religioso, mais do que servidores de um hospital ao qual juntaram uma ala militar. Isto deu-lhes uma certa qualidade útil para o romance medieval: correspondiam exatamente ao arquétipo do verdadeiro cavaleiro cortês — violento mas casto, duro mas de coração puro, sem misericórdia mas devoto. Eram o ideal que todos os cavaleiros da lenda arturiana ambicionavam.

Mas esta é apenas parte da história, e muita da popularidade duradoura dos Templários deve ser atribuída à forma como caíram. Meio século depois da morte feroz de Tiago de Molay, o poeta e contador de histórias florentino Giovanni Boccaccio escreveu um livro com o nome de *De Casibus Vivorum Illustrium*, uma compilação de vidas de grandes homens, selecionadas para ilustrar as voltas da Roda da Fortuna. Era um lugar-comum literário na Idade Média, uma metáfora que sugeria que a vida se move num fluxo perpétuo, com momentos de triunfo seguidos de desespero (e vice-versa). Os visados nas biografias de Boccaccio iam de Xerxes I e Alexandre, *o Grande*, ao rei Artur, e o seu livro teve um enorme sucesso, circulando pela Europa e com muito mais êxito na altura do que o *Decameron*.

De Casibus teve tanto destaque que foi copiado, aumentado e traduzido pelo francês Laurence de Premierfait e pelo inglês John Lydgate, que embelezaram e acrescentaram mais exemplos edificantes ao texto. Uma edição francesa com belas ilustrações, apresentada em 1409 ao duque de Berry, contém uma vívida (embora historicamente questionável) imagem de Tiago de Molay a ser queimado numa estaca com três companheiros, diante de um satisfeito Filipe IV[1]. Contém ainda uma narrativa detalhada da vida de Tiago. Nas suas palavras, a sua morte e a queda da ordem foram o resultado de uma vingança divina: a riqueza e o estatuto da ordem

aumentaram na proporção inversa da sua religiosidade até os membros terem recebido o maior castigo pelos seus pecados. Era um abrilhantar da história, mas tinha forma poética e uma dose saudável de justiça natural. Era uma narrativa atraentemente simples, em que o destino coletivo dos Templários girara em torno das mesmas falhas morais que Guilherme de Tiro vira: cobiça e orgulho.

Na consciência popular, a história dos Templários pendera para esta trajetória desde sempre. De Boccaccio a *sir* Walter Scott, que criara o vilão templário violento, lascivo e enlouquecido pelo poder *sir* Brian de Bois-Guilbert no seu romance de 1820 *Ivanhoe*, a Ridley Scott, que mostrou Geraldo de Ridefort como um vilão brutalizado no seu filme de 2005 *Reino dos Céus*, gerações de autores encontraram materiais ricos no hiato entre o ideal templário e a vida real. No recente jogo de vídeo *Assassin's Creed* e no *franchise* do filme, os Templários são também inimigos rebaixados e rudes de uma organização de Assassinos viajante no tempo, mais elegante e nobre. O espírito do zarolho Válter de Mesnil perdura.

Nos últimos 200 anos, os Templários forneceram também materiais ricos para excêntricos, especialistas em teorias da conspiração e fantasistas. Existe uma indústria que prospera com a história hipotética dos Templários, muita dela apoiada na falsa suposição de que uma ordem tão rica e poderosa não poderia simplesmente ter sido dissolvida. Têm sido inventadas histórias alternativas que sugerem uma excêntrica pós-história. Terá um pequeno grupo de templários escapado à perseguição em França? Poderiam ter viajado por mar desde La Rochelle com algum tesouro? Se sim, terá incluído o Santo Sudário ou a Arca da Aliança? Ter-se-ão os Templários erguido como uma organização secreta noutro lugar? Será que ainda aqui estão, governando o mundo a partir das sombras?

Não é preciso mais do que uma ligação à Internet e imaginação para descobrir as teorias que se têm espalhado nesta plataforma de especulação, incluindo a noção de que os Templários eram os

guardiões de um Santo Graal da vida real — seja este uma taça verdadeira ou uma metáfora para alguma verdade antiga — e que tinham herdado dos cátaros (o nome coletivo para os hereges no sul de França perseguidos até ao seu desaparecimento no começo do século XIII) o seu papel de guardiões da verdade, e que teria sido essa a razão por detrás da sua queda.

A famosa pseudo-história *O Sangue de Cristo e o Santo Graal*, publicada pela primeira vez em 1982, sugeriu e popularizou a ideia de que os Templários estavam ligados a uma corporação conhecida como o Priorado do Sião, estabelecida para guardar uma linhagem secreta de reis que descendiam de Jesus Cristo e Maria Madalena. O *bestseller* de Dan Brown *O Código Da Vinci*, publicado em 2003 e transformado depois num filme de sucesso, apresentou ideias muito semelhantes de forma pouco verdadeira, que trouxeram ainda mais sucesso ao romance, mas que deixavam os leitores a descobrir por si se as hipóteses do autor tinham ou não uma base real (muitos concluíram que sim). No romance *O Pêndulo de Foucault*, de Umberto Eco, publicado em 1988, três escritores planeiam um método para unir toda a história do mundo numa conspiração gigante, a que chamam O Plano. Aqui entram células secretas dos Templários que esperam vingar-se da sua destruição pelo rei de França. Apesar de maliciosamente pós-moderno, obviamente satírico e satirizando todos os que colocam os Templários no centro de um grande esquema pela dominação mundial, o romance de Eco aumentou a mística popular sobre a ordem. E se dez por cento dela fosse verdade?

Infelizmente, nada disto o é. Apesar de fragmentos de supostos indícios estarem frequentemente unidos a lacunas convenientes no registo histórico para fornecer «provas» de uma falsa história relacionada com os Templários, deve ser enfatizado que quase todos os pontos da teoria da sobrevivência dos Templários são emprestados pela ficção ou simplesmente inventados. Isto é único na história das ordens militares, apesar de ser muito comum na história do mundo. Um dos supostos esconderijos da sobrevivência

templária, Oak Island, na Nova Escócia, tem sido avançado como uma possível localização para o tesouro perdido da ordem. Tem sido também ligada a indícios que provam a autoria verdadeira de manuscritos de Shakespeare, a localização das joias de Maria Antonieta e os arquivos escondidos de uma sociedade secreta de rosa-cruzes liderada por *sir* Francis Bacon. Escusado será dizer que ainda não foi descoberto nenhum tesouro templário.

Mais interessante do que teorias da conspiração é o fenómeno do revivalismo templário, que começou com a emergência da maçonaria em Inglaterra e França. Enquanto sociedades secretas dedicadas à assistência mútua, caracterizadas pelo uso de símbolos, rituais e apertos de mão disfarçados, as lojas maçónicas do começo do século XVIII procuravam enfatizar as suas raízes mais antigas. Mações proeminentes da Escócia, França e Alemanha ligaram deliberadamente o movimento à história dos Templários, reivindicando uma ligação com os cruzados do século XII que viviam no «Templo de Salomão» e implicando uma continuidade atraente, apesar de falsa, de nobreza, sabedoria e religião dentro do conhecimento.

Muitos são ainda hoje membros de sociedades maçónicas, enquanto outros pertencem a ordens legítimas de nobreza que incluem as várias encarnações dos Hospitalários, tais como os Cavaleiros de Malta, cuja relação indireta com os históricos Templários já foi descrita. Outros reclamam ser membros da própria Ordem do Templo renascida. Vão de redes pacíficas de ativistas cristãos pelos direitos humanos ligados nas redes sociais a organizações muito menos agradáveis que igualam a missão histórica dos Templários na Terra Santa a uma luta moderna entre o cristianismo e o islão na Europa e na América. O fascista e terrorista norueguês Anders Behring Breivik, que assassinou setenta e sete pessoas e feriu mais de trezentas num ataque bombista e num tiroteio em Oslo e Utøya, em 2011, afirmou integrar uma célula templária internacional renascida, fundada por nove homens em Londres mas com um conjunto de membros cada vez maior a nível

mundial, e várias dezenas de «cavaleiros» e muitos mais seguidores leigos.

A comunhão com os Templários reclamada por Breivik mostra que o seu legado nos dias de hoje não é sempre benigno. A 2 de abril de 2014, o *New York Times* noticiou a morte de um barão mexicano da droga, Enrique Plancart, que se tinha escondido numa casa alugada no estado de Querétaro[2]. Plancart foi alvejado até à morte por *marines* enquanto descia a rua. A sua morte foi anunciada no México e nos Estados Unidos com alguma satisfação, dado que Plancart era um dos membros mais elevados de um cartel com má fama com o nome de Los Caballeros Templarios: Os Cavaleiros Templários.

Los Caballeros Templarios foram fundados em Michoacán, no oeste do México, em março de 2011. Os seus membros eram os responsáveis por uma série de crimes violentos associados ao negócio da droga, incluindo assassinatos, tráfico e extorsão, mas tentavam unir um objetivo mais alto às suas atividades, misturando um severo fanatismo cristão com políticas populistas de esquerda: uma estratégia modelada com êxito na década de 1980 pelo infame Cartel de Medellín, de Pablo Escobar. Neste caso, Los Caballeros Templarios seguiram o molde dos Templários originais. Pouco depois de ter sido fundado, o cartel produziu uma brochura com o nome de Código dos Cavaleiros Templários, inspirado na regra medieval: «[A] nossa missão principal é proteger os habitantes e o território sagrado (...) de Michoacán». O código ordena um processo de admissão vigiado por um comité, uma jura de obediência obrigatória sob pena de morte e a obrigação de cada membro de lutar contra os males como o materialismo, a injustiça, a tirania, «a desintegração dos valores morais e os elementos destrutivos que prevalecem hoje na sociedade humana».

«O templário deve ser um modelo de cavalheirismo», pode ler-se, exortando os seus seguidores a evitar «brutalidade, embriaguez de uma forma ofensiva, imoralidade, cobardia, mentira e más intenções», bem como «raptos por dinheiro» e o uso de drogas «ou

quaisquer substâncias psicotrópicas». As únicas pistas de que o código poderia não estar a estabelecer uma restauração genuína de uma ordem monástica honrada do século XII eram as instruções de que, «para utilizar força letal é requerida autorização», e lembretes frequentes de que os erros e o desrespeito pela organização e pelos companheiros implicariam execução sumária.

Talvez um dia Los Caballeros Templarios se dissolvam pelo braço forte de um estado insensível e talvez os seus membros morram também enquanto rogam pragas. Seria pelo menos um paralelismo histórico adequado. Mas, seja qual for o seu destino, não serão os últimos a prestar tributo a uma organização iniciada em Jerusalém, no ano de 1119, por Hugo de Payens. A lenda dos Templários perdurará ainda por algum tempo, inspirando, entretendo e intrigando gerações futuras.

Esse é, talvez, o seu verdadeiro legado.

39 O Santo Graal, apesar de frequentemente se assumir como um objeto físico real datado da Última Ceia, é de facto uma invenção dos romances arturianos do final da época medieval após *Perceval ou o Romance do Graal*, de Chrétien de Troyes, escrito na década de 1180.

APÊNDICES

Apêndice I: Lista das Principais Personalidades

Afonso I, rei de Aragão: Também conhecido como *o Batalhador*, o herói cristão da Reconquista — as guerras contra os muçulmanos na Península Ibérica —, morreu em 1134, deixando um terço do seu reino aos Templários.
Al-Adid: Último califa fatímida do Egito, que concordou com um acordo de paz, negociado pelos Templários, com o reino cristão de Jerusalém. Após a sua morte, em 1171, o Egito, sob o comando de Saladino, passou a obedecer ao califa abássida em Bagdade.
Al-Adil: Irmão de Saladino e seu futuro sucessor, que governou o Egito e a Síria de 1200 até 1218. Conhecido por vezes como Safadino.
Al-Afdal: Filho e general de Saladino. Comandou tropas nas Fontes de Cresson e governou Damasco por pouco tempo após a morte do seu pai.
Al-Ashraf Khalil: Sultão mameluco que completou a destruição dos estados cruzados, cercando Acre com êxito em 1291.
Al-Kamil: Sultão do Egito e filho de Al-Adil. Governou de 1218 a 1238, supervisionando a derrota cristã da Quinta Cruzada, mas cedendo depois Jerusalém ao domínio cristão num tratado de 1229 com Frederico II Hohenstaufen.
Al-Salih: Sultão aiúbida que governou de 1240 a 1249 e que morreu no decorrer da cruzada de Luís IX para Damieta. Responsável por desenvolver a força dos mamelucos Bahriyya, que acabaram por criar Baybars.
Amalrico I, rei de Jerusalém: Irmão de Balduíno III, governou de 1163 a 1174, tentando assegurar os interesses cristãos a sul de Jerusalém ao invadir o Egito, e teve uma relação fria com os Templários, que enfraqueceram as suas políticas.
Balduíno II, rei de Jerusalém: Monarca cruzado de Jerusalém que governou de 1118 a 1131. Concedeu aos Templários a sua casa na Mesquita de Al-Aqsa, no Monte do Templo.
Balduíno III, rei de Jerusalém: Monarca de Jerusalém de 1143 a 1163. Foi ajudado na sua luta contra Imad al-Din Zengi e Nur al-Din pela chegada da Segunda Cruzada.
Balduíno IV, rei de Jerusalém: Monarca jovem que sofreu de lepra. O seu governo, entre 1174 e 1185, sofreu uma série de contrariedades à medida que os estados latinos eram atacados por Saladino.
Baybars: Sultão mameluco cruel e brilhante que destruiu várias posses cruzadas entre 1260 e 1277 e massacrou os Templários do castelo de Safad em 1263.
Bernardo, patriarca de Antioquia: Primeiro patriarca latino de Antioquia, instalado em 1100 após a Primeira Cruzada. Era um guerreiro eclesiástico, que organizou a defesa militar da cidade contra Il-ghazi em 1119.
Bernardo de Claraval (São Bernardo): Influente abade, autor e reformista da Igreja que fundou um mosteiro cisterciense em Claraval e que influenciou em muito a primeira Regra Latina dos Templários. Morreu em 1153.
Bernardo de Tremelay: Quarto mestre dos Templários, morto ao liderar uma carga suicida sobre Ascalão em 1153.

Bertrand de Blanchefort: Sexto mestre dos Templários, que liderou a ordem entre 1156 e 1169. Um veterano das guerras contra Nur al-Din, passou dois anos como prisioneiro de guerra e entrou em confronto com Amalrico I devido às políticas egípcias em 1168.
Clemente V, papa: Arcebispo gascão Bertrand de Got, coroado papa em Lyon em 1305. Governou a Igreja a partir de França e estabeleceu o papado de Avinhão. Foi incapaz de resistir ao ataque da Coroa francesa sobre Tiago de Molay e os Templários. Morreu em 1314.
Conrado III, rei dos germânicos: Chefe do contingente germânico da Segunda Cruzada, Conrado permaneceu com os Templários em Jerusalém e liderou o assalto falhado a Damasco em 1148.
Eduardo I, rei de Inglaterra: Visitou Acre em 1272 e estabeleceu um acordo de paz de dez anos com Baybars. Conhecido então como lorde Eduardo, sucedeu ao trono inglês no seu regresso e reinou até 1307.
Eduardo II, rei de Inglaterra: Filho de Eduardo I e genro de Filipe IV de França, suprimiu os Templários ingleses em troca de apoio papal contra os seus inimigos. Reinou de 1307 a 1327.
Everaldo de Barres: Mestre dos Templários de 1149 a 1152 e um aliado-chave de Luís VII de França, ajudou a financiar a Segunda Cruzada e acabou por desistir para se tornar monge cisterciense.
Filipe II Augusto, rei de França: Filho de Luís VII que governou a França de 1180 até à sua morte em 1223. Líder do contingente francês da Terceira Cruzada, entrou em conflito com Ricardo Coração de Leão e deixou a Terra Santa depois da queda de Acre em 1191.
Filipe IV, rei de França: Neto de Luís IX que se tornou rei de França em 1295. Devoto, frio e agressivo, atacou o papa Bonifácio VIII, perseguiu os judeus de França e ordenou detenções em massa, bem como o julgamento dos Templários franceses. Morreu em 1314.
Francisco de Assis (São Francisco): Missionário e pregador italiano que fundou os Frades Menores, ou Ordem Franciscana. Visitou o Egito durante a Quinta Cruzada e tentou converter o sultão Al-Kamil ao cristianismo.
Frederico II Hohenstaufen: Imperador romano-germânico, rei da Sicília e rei dos germânicos, estendeu o seu domínio até incluir a coroa de Jerusalém de 1225 a 1228. Era extremamente inteligente, cosmopolita mas beligerante. Entrou em disputa com o papado várias vezes na sua longa carreira e foi excomungado quatro vezes. Entrou em confronto com os Templários durante uma visita à Terra Santa, de 1228 a 1229, mas conseguiu um tratado com Al-Kamil que devolvia Jerusalém ao domínio cruzado. Morreu em 1250.
Fulque I, rei de Jerusalém: Conde Fulque V de Anjou, persuadido por Hugo de Payens e outros a deixar as suas terras francesas e a tornar-se rei de Jerusalém, governou de 1131 a 1143 com a sua mulher, Melisenda. Foi um dos primeiros patronos templários.
Geraldo de Ridefort: Décimo mestre dos Templários, altamente político, imprudente e agressivo. Levou os Templários a derrotas desastrosas em Cresson, Hattin e no cerco de Acre em 1189, onde acabou por ser capturado e morto.
Godofredo de Charney: Precetor templário da Normandia e ligado a Tiago de Molay, foi queimado como herege relapso em 1314.
Godofredo Fitz Stephen: Mestre dos Templários em Inglaterra, produziu um inventário detalhado de toda a propriedade que aí pertencia à ordem em 1185.

Guido de Lusignan: Marido controversamente escolhido de Sibila, rainha de Jerusalém. Foi capturado após ter levado o exército cristão para a batalha de Hattin em 1187. Perdeu a coroa de Jerusalém por eleição em 1192, mas foi compensado com o reino de Chipre, que governou de 1192 a 1194.
Guilherme de Beaujeu: Vigésimo primeiro mestre dos Templários, que foi morto no cerco de Acre em 1291 durante a evacuação da cidade.
Guilherme de Chartres: Mestre dos Templários de 1210 a 1219, foi morto no Egito durante a Quinta Cruzada.
Guilherme de Nogaret: Principal conselheiro de Filipe IV de França e o arquiteto intelectual dos ataques sobre os Templários franceses a partir de 1307.
Guilherme de Paris: Frade dominicano e confessor pessoal de Filipe IV, que liderou os inquéritos sobre as heresias templárias, de 1307 a 1308.
Guilherme de Plaisians: Um advogado ao serviço da Coroa francesa, que argumentou a favor da destruição dos Templários e orientou os inquéritos judiciais sobre os alegados delitos da ordem.
Guilherme de Tiro: Cronista, estudioso e amigo de reis, a sua *History of Deeds Done beyond the Sea* foi uma das crónicas mais importantes do reino de Jerusalém no século XII. Desconfiava naturalmente dos Templários.
Honório III, papa: Sucessor de Inocêncio III, levou a cabo planos para a Quinta Cruzada. Utilizou as ordens militares, incluindo os Templários, para ajudar a canalizar dinheiro de fiéis cristãos para a linha da frente da guerra contra o islão.
Hugo de Pairaud: Templário superior no Ocidente e mestre da ordem alternadamente em Inglaterra e França. Foi um dos veteranos da ordem presos e absolvidos no castelo de Chinon.
Hugo de Payens: Fundador e primeiro mestre da Ordem do Templo. Nasceu perto de Troyes, Champanhe, e morreu em 1136.
Hülagü: Líder mongol do Ilcanato persa, no poder entre 1256 e 1265. Correspondia-se com reis cristãos, incluindo Luís IX de França, procurando uma aliança contra Baybars e os mamelucos.
Ibn al-Athir: Cronista muçulmano nascido em 1160 de uma família de Mossul. Manteve uma crónica detalhada das relações entre francos e muçulmanos até à sua morte, em 1233.
Il-ghazi: Governante artuquida do norte da Síria que derrotou um exército cristão no Campo de Sangue em 1119, levando ao estabelecimento dos Templários.
Imad al-Din Zengi: Governador turco de Alepo, expandiu o seu domínio entre 1127 e 1146 e conquistou a cidade cruzada de Edessa, inflamando a Segunda Cruzada.
Inocêncio II, papa: No cargo desde 1130 até 1143. Concedeu aos Templários a bula *Omne Datum Optimum*, dando à ordem o reconhecimento papal oficial e o direito a todo o saque que conseguissem na guerra.
Inocêncio III, papa: Uma figura imponente da Igreja medieval, cujo papado durou de 1198 até 1216. Lançou a Quarta Cruzada, que saqueou Constantinopla, e pôs em andamento a Quinta Cruzada, mas morreu antes de esta começar.
Jaime I, rei de Aragão: Sucedeu à coroa de Aragão ainda criança em 1213, sendo educado pelos Templários no castelo de Monzón. Um herói da Reconquista, conquistou Maiorca e Valência com auxílio templário. Morreu em 1276.

Jaime II, rei de Aragão: Reinou de 1291 a 1327 e dirigiu a liquidação dos Templários aragoneses.
João de Brienne: Governou Jerusalém de 1210 a 1225 por direito da sua mulher, Maria, e subsequentemente da sua filha, Isabel. Foi substituído quando a filha casou com Frederico II Hohenstaufen e ganhou a posição de imperador latino de Constantinopla. Morreu em 1237.
Leonor de Aquitânia: Mulher de Luís VII, que viajou para a Terra Santa na Segunda Cruzada.
Luís VII, rei de França: Reinou de 1137 a 1180. Liderou o contingente francês da Segunda Cruzada. Foi um importante patrono dos primeiros templários.
Luís IX, rei de França: Neto de Filipe Augusto. Governou a França de 1226 até 1270 e liderou duas cruzadas: um enorme assalto a Damieta em 1248 e um ataque falhado a Tunes. Famoso pela sua devoção e ambiciosos trabalhos de construção religiosa, morreu em 1270 e foi canonizado em 1297.
Matthew Paris: Monge do século XIII de St. Albans, cuja vívida crónica incluía informação sobre os Templários recolhida de fontes da corte do rei inglês Henrique II.
Melisenda, rainha de Jerusalém: Filha do rei Balduíno II de Jerusalém. Cogovernou com o seu marido, Fulque I, de 1131 a 1143, e depois com o filho, Balduíno III, até este chegar à idade adulta, em 1153.
Nasr al-Din: Filho do vizir egípcio Abas, fugiu para o Cairo após assassinar o califa fatímida em 1154. Foi capturado pelos Templários de Gaza.
Nur al-Din: Filho de Imad al-Din Zengi e governante de Alepo, estendeu o seu domínio até incluir a maioria da Síria entre 1146 e 1174. Extremamente religioso, foi descrito por Guilherme de Tiro como um «poderoso perseguidor do nome e da fé cristãos».
Oliver de Paderborn: Eclesiástico germânico, possivelmente cardeal, viajou para Damieta na Quinta Cruzada, ajudando a planear a maquinaria do cerco, e manteve uma crónica detalhada da campanha. Morreu em 1227.
Paio Galvão: Bispo de Albano e delegado papal enviado em 1219 para a Quinta Cruzada. Em parte responsável pela desastrosa decisão de rejeitar a paz com Al-Kamil e marchar sobre o Nilo para atacar Al-Mansurah.
Pedro de Montaigu: Mestre dos Templários de 1219 até 1231 e oponente firme de Frederico II Hohenstaufen.
Raimbaud de Caron: Precetor templário do Chipre, preso em França em 1307 e aprisionado em Chinon com Tiago de Molay e outros.
Reinaldo de Vichiers: Mestre templário que trabalhou de perto com Luís IX de França para organizar a sua primeira cruzada e que ajudou a pagar o resgate exigido após a sua derrota. Comandou a ordem de 1250 a 1256.
Ricardo I Coração de Leão: Rei de Inglaterra entre 1189 e 1199. Comandou um enorme exército cruzado para apoiar Acre em 1191 e restaurar os domínios cristãos tomados por Saladino, mas foi capturado no seu regresso a Inglaterra e feito prisioneiro na Germânia de 1192 até 1194.
Roberto de Sablé: Décimo primeiro mestre do Templo. Foi um apoiante próximo de Ricardo I, nomeado para fortalecer os laços entre a ordem e o rei cruzado inglês.
Saewulf: Peregrino cristão, provavelmente inglês, que viajou para Jerusalém em peregrinação c. 1101-3, após a Primeira Cruzada.

Saladino: Sultão curdo do Egito e da Síria desde 1175 até à sua morte em 1193 e fundador da dinastia aiúbida. Vitorioso na batalha de Hattin em 1187, devolveu Jerusalém ao domínio islâmico mais tarde nesse ano.
Shawar: Vizir fatímida do Egito, que serviu o califa Al-Adid até ser assassinado em 1169 durante um golpe.
Shirkuh: General curdo que serviu Nur al-Din no Egito. Foi um adversário de Amalrico I, rei de Jerusalém, e tio de Saladino, que assumiu o comando do Egito após a sua morte em 1169.
Sibila, rainha de Jerusalém: Filha de Amalrico I, o seu casamento com Guido de Lusignan dividiu desastrosamente os nobres cristãos de Jerusalém. Governou de 1186 até à sua morte em 1190.
Terricus: Precetor do Templo de 1187 até 1189, escapou do campo de batalha em Hattin e ajudou a reconstruir a ordem no rescaldo imediato.
Tiago de Maillé: Cavaleiro templário morto em 1187 em Cresson. Foram associados milagres ao seu cadáver e preservaram-se histórias da sua morte heroica.
Tiago de Molay: Último mestre dos Templários, eleito em 1292. Defendeu a ordem contra os apelos de fusão com os Hospitalários. Alvo de Filipe IV de França e do papa Clemente V a partir de 1307, foi preso, torturado e queimado em Paris em 1314.
Velho Homem da Montanha: O misterioso chefe da seita dos Assassinos, sediada nas montanhas perto de Masyaf. O seu nome verdadeiro era Rashid al-Din Sinan. Tentou um pacto com o reino cristão de Jerusalém, que foi sabotado pelos Templários.

Apêndice II: Papas, 1099-1334

Os antipapas foram excluídos desta lista.

Pascoal II — 1099-1118
Gelásio II — 1118-1119
Calisto II — 1119-1124
Honório II — 1124-1130
Inocêncio II — 1130-1143
Celestino II — 1143-1144
Lúcio II — 1144-1145
Eugénio III — 1145-1153
Anastácio IV — 1153-1154
Adriano IV — 1154-1159
Alexandre III — 1159-1181
Lúcio III — 1181-1185
Urbano III — 1185-1187
Gregório VIII — 1187
Clemente III — 1187-1191
Celestino III — 1191-1198
Inocêncio III — 1198-1216
Honório III — 1216-1227
Gregório IX — 1227-1241
Celestino IV — 1241
Inocêncio IV — 1243-1254
Alexandre IV — 1254-1261
Urbano IV — 1261-1264
Clemente IV — 1265-1268
Gregório X — 1271-1276
Inocêncio V — 1276
Adriano V — 1276
João XXI — 1276-1277
Nicolau III — 1277-1280
Martinho IV — 1281-1285
Honório IV — 1285-1287
Nicolau IV — 1288-1292
Celestino V — 1294
Bonifácio VIII — 1294-1303
Bento XI — 1303-1304
Clemente V — 1305-1314
João XXII — 1316-1334

Apêndice III: Reis e Rainhas de Jerusalém

Godofredo de Bouillon[40] — 1099-1100
Balduíno I — 1100-1118
Balduíno II — 1118-1131
Fulque e Melisenda — 1131-1143
Balduíno III e Melisenda — 1143-1153
Balduíno III — 1143-1163
Amalrico I — 1163-1174
Balduíno IV — 1174-1183
Balduíno IV e Balduíno V — 1183-1185
Balduíno V — 1185-1186
Sibila e Guido de Lusignan — 1186-1190
Guido de Lusignan — 1190-1192
Isabel I e Conrado de Montferrat — 1192
Isabel I e Henrique de Champanhe — 1192-1197
Isabel I e Almarico II — 1197-1205
Maria I — 1205-1210
Maria I e João de Brienne — 1210-1212
Isabel II e João de Brienne — 1212-1225
Isabel II e Frederico II Hohenstaufen — 1225-1228
Conrado II† — 1228-1254
Conrado III (Conradino) — 1254-1268
Hugo I — 1268-1284
João II — 1284-1285
Henrique II‡ — 1285-1324

[40] Nunca foi coroado; usou o título «príncipe e defensor do Santo Sepulcro».

† Poder exercido por Frederico II Hohenstaufen até 1243 e mais tarde por outros regentes.

‡ Titular apenas a partir de 1291.

Apêndice IV: Mestres da Ordem do Templo

Hugo de Payens — 1119-1136
Roberto de Craon[41] — 1136-1149
Everaldo de Barres — 1149-1152
Bernardo de Tremelay — 1153
André de Montbard — 1153-1156
Bertrand de Blanchefort — 1156-1169
Filipe de Nablus — 1169-1171
Eudes de Saint-Amand — 1171-1179
Arnaldo de Torroja — 1180-1184
Geraldo de Ridefort — 1185-1189
Roberto de Sablé — 1191-1193
Gilberto Horal — 1194-1200
Filipe de Plessis — 1201-1209
Guilherme de Chartres — 1210-1219
Pedro de Montaigu — 1219-1231
Armando de Périgord — 1232-1244
Ricardo de Bure — 1245-1247
Guilherme de Sonnac — 1247-1250
Reinaldo de Vichiers — 1250-1256
Tomás Bérard — 1256-1273
Guilherme de Beaujeu — 1273-1291
Teobaldo Gaudin — 1291-1292
Tiago de Molay — 1292-1314†

41 Ou Roberto Burgundio.

† Data da morte. A Ordem do Templo foi dissolvida no Concílio de Vienne em 1311.

NOTAS

Introdução

[1] Nicholson, H., *The Knights Templar: A New History* (Stroud, 2001), 1.

[2] Resumido de modo judicioso em Barber, M., *The New Knighthood: A History of the Order of the Temple* (Cambridge, 1994), 315-18.

PARTE I: Peregrinos

1: «Uma Bacia Dourada Cheia de Escorpiões»

[1] Brownlow (trad.), *Saewulf (1102, 1103AD)* (Londres, 1892), 7. Para uma tradução alternativa em inglês da memória da peregrinação de Saewulf, ver Wilkinson, J. *et al.* (eds.), *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185* (Londres, 1988), 94-116.

[2] *Ibid.*, 7.

[3] *Ibid.*, 31, e «Introduction», vi.

[4] *Ibid.*, 31.

[5] Ezequiel 5:5.

[6] Wilkinson *et al.*, *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, 101.

[7] *Ibid.*, 102.

[8] De acordo com o registo de Daniel, *o Abade*, um peregrino russo que escreveu um relato detalhado da sua viagem a Jerusalém um par de anos após Saewulf: *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, 128.

[9] Alcorão 17:1. «Glorioso é Aquele que pela noite tomou o Seu servo da Mesquita Sagrada [i. e., Meca] para a Mesquita Distante [i. e., Jerusalém], cujos arredores Nós temos abençoado, para que Nós lhe pudéssemos mostrar alguns dos Nossos Sinais. Sem dúvida, Ele apenas é o Ouvir, o Ver.»

[10] Este foi o termo usado, por exemplo, pelo estudioso de Damasco Ali ibn Thair al-Sulami no seu *Kitab al-Jihad* («Livro da Jihad»). Ver Hillenbrand, C., *The Crusades: Islamic Perspectives* (Edimburgo, 1999), 71. Excertos do *Kitab al-Jihad* podem ser lidos em tradução francesa em Sivan, E., «La genèse de la contre-Croisade: un traité damasquin du début du XIIE siècle», *Journal Asiatique*, 254 (1966), e em inglês em http://www.arts.cornell.edu/prh3/447/texts/ Sulami.html.

[11] Richards, D. S. (ed.), *The Chronicle of Ibn al-Athir for the Crusading Period from Al-Kamil fi'l Ta'rikh*, I (Aldershot, 2006), 22.

[12] De acordo com Fulquério de Chartres. Peters, E. (ed.), *The First Crusade: The Chronicle of Fulcher of Chartres and Other Source Materials* (Filadélfia, 1971), 77.

[13] Carta de Godofredo de Bouillon e outros para o papa, em setembro de 1099, reimpressa em Peters (ed.), *Chronicle of Fulcher of Chartres and Other Source Materials*,

234; Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*; Jirkimish, o senhor seljúcida de Mossul, citado em Cobb, P. M., *The Race for Paradise: An Islamic History of the Crusades* (Oxford, 2014), 107.

14 Wilkinson *et al.*, *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, 104.

15 *Ibid.*, 105.

16 *Ibid.*, 100. O viajante conhecido como Daniel, *o Abade*, concordou, dizendo que a estrada de Jafa para Jerusalém era «dura e temível». *Ibid.*, 126.

17 *Ibid.*, 100-1.

18 *Ibid.*, 109.

19 *Ibid.*, 110.

20 *Ibid.*, 112.

21 *Ibid.*, 110.

22 *Ibid.*, 109.

23 *Ibid.*, 112-13.

24 Ryan, F. R. (trad.) e Fink, H. S. (ed.), *Fulcher of Chartres: A History of the Expedition to Jerusalem 1095-1127* (Knoxville, 1969), 149.

25 Wilkinson *et al.*, *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, 126, 134, 156, 162-3.

26 Ibn al-Khayyat, *Diwan*, Mardam Bek, H. (Damasco, 1958), citado em Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*, 70-1.

27 Ali ibn Tahir al-Sulami, *Kitab al-Jihad*, f. 189 b, traduzido para inglês por Christie, N., http://www.arts.cornell.edu/prh3/447/texts/Sulami.html.

28 Collins, B. (trad.) e Alta'I, M. H. (rev.), *Al-Muqaddasi: The Best Divisions for the Knowledge of the Regions* (Reading, 2001), 141.

2: «A Defesa de Jerusalém»

1 Esta datação é proposta e discutida em Luttrel, A., «The Earliest Templars», *in* Balard, M. (ed.), *Autour de la première croisade* (Paris, 1995), 195-6; ver também Barber, M., *The New Knighthood: A History of the Order of the Temple* (Cambridge, 1994), 8-9.

2 Os quatro autores em que nos baseamos para a história e as provas das primeiras raízes dos Templários são Guilherme de Tiro (que escreveu no começo da década de 1180), Miguel, *o Sírio* (década de 1190), Walter Map (entre 1181 e 1193) e um relato contido na história de Ernoul/Bernardo, *o Tesoureiro* (1232). Paradoxalmente, o último destes relatos pode ser, de facto, o mais próximo dos acontecimentos, apoiado na visão de um estudioso de uma fonte datada de antes de 1129: ver Luttrel, «The Earliest Templars», 194. Nenhum deles, contudo, é contemporâneo da própria fundação da ordem e, no caso de Guilherme de Tiro, as origens humildes dos Templários podem também ter sido exageradas para enfatizar a sua cobiça e riqueza, que Guilherme desprezava profundamente.

3 Ryan e Fink, *Fulcher of Chartres: A History of the Expedition to Jerusalem 1095-1127*, 208, 210, 218, 220-1.

4 *Ibid.*, 150.

[5] Edgington, S. B., *Albert of Aachen, Historia Ierosolimitana: History of the Journey to Jerusalem* (Oxford, 2007), 881. Alberto de Aachen não foi uma testemunha ocular dos acontecimentos do reino de Jerusalém, mas compilou o seu relato longo e muito detalhado de testemunhos orais que recolheu de veteranos cruzados na Germânia.

[6] Edgington, S. B. e Asbridge, T. S. (ed. e trad.), *Walter the Chancellor's* The Antiochene Wars: *A Translation and Commentary* (Aldershot, 2006), 88; Asbridge, T., *The Crusades: The War for the Holy Land* (Londres, 2010), 164-7.

[7] Gabrieli, F. (ed.) e Costello, E. J. (trad.), *Arab Historians of the Crusades* (Londres, 1969), 37-8.

[8] Edgington e Asbridge, *Walter the Chancellor's* The Antiochene Wars, 132-5.

[9] Ryan e Fink, *Fulcher of Chartres: A History of the Expedition to Jerusalem 1095-1127*, 227.

[10] Para mais sobre o assunto e sobre a personalidade e carreira de Bernardo, ver Edgington e Asbridge, *Walter the Chancellor's* The Antiochene Wars, 34-42.

[11] Edgington e Asbridge, *Walter the Chancellor's* The Antiochene Wars, 138.

[12] *Ibid.*, 139.

[13] *Ibid.*, 140.

[14] A literatura sobre as ideias cristãs de guerra santa é bastante volumosa — mas considerada de forma concisa em Smith, K. A., *War and the Making of Medieval Monastic Culture* (Woodbridge, 2011), esp. 71-111.

[15] Mateus 26:52.

[16] Efésios 6:14-17.

[17] Sneddon, J., «Warrior Bishops in the Middle Ages», *Medieval Warfare*, 3 (2013), 7.

[18] Dennis, G. T., «Defenders of the Christian People: Holy War in Byzantium», *in* Laiou, A. E. (ed.), *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World* (Washington, DC, 2001), 31-3. Ver, por exemplo, Sewter, E. R. A. (trad.) e Frankopan, P. (rev.), *Anna Komnene: The Alexiad* (Londres, 2009), 39, 279.

[19] Ivo, bispo de Chartres, descreveu Hugo, conde de Champanhe, então em 1114. Migne, J. P. (ed.), *Patrologia Latina: Patrologus Cursus Completus*. *Series Latina* (Paris, 1844-64), CLXII, 251-3. Ver para contexto Nicholson, *The Knights Templar*, 22.

[20] Para uma descrição contemporânea de Nablus (Nabalus), escrita por um muçulmano árabe de Jerusalém, ver Collins e Alta'I, *Al-Muqaddasi: The Best Divisions for the Knowledge of the Regions* (Reading, 2001), 146.

[21] Impressos em latim em Kedar, B. Z., «On the Origins of the Earliest Laws of Frankish Jerusalem: The Canons of the Council of Nablus, 1120», *Speculum*, 74 (1999). Sobre o contexto político do Concílio de Nablus, ver Mayer, H. E., «The Concordat of Nablus», *Journal of Ecclesiastical History*, 33 (1982), 531-43.

[22] A fonte mais conveniente para encontrar os quatro relatos principais das origens dos Templários, incluindo este excerto da crónica de Miguel, *o Sírio*, é Barber, M. e Bate, K. (ed. e trad.), *The Templars: Selected Sources* (Manchester, 2002), 25-31.

[23] De acordo com Miguel, *o Sírio*. Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 27.

[24] De acordo com Ernoul/Bernardo, *o Tesoureiro*, em 1232. Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 30.

[25] Forey, A., «The Emergence of the Military Order in the Twelfth Century», in *Journal of Ecclesiastical History*, 36 (1985), 175-95.

[26] Nove é o número dado por Guilherme de Tiro, trinta por Miguel, *o Sírio*.

[27] de Mas Latrie, L. (ed.), *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier* (Paris, 1871), 7-9.

[28] d'Albon, Marquis (ed.), *Cartulaire général de l'Ordre du Temple, 1119?-1150. Recueil des chartes et des bulles relatives à l'Ordre du Temple* (Paris, 1913), 99.

[29] I Reis 6-8.

[30] Collins e Alta'I, *Al-Muqaddasi: The Best Divisions for the Knowledge of the Regions*, 143. A Cúpula do Rochedo fora construída pelo califa omíada 'Abd al-Malik e concluída em 691 a. C. Cobria a Pedra da Fundação, que se pensava ser o lugar do Santo dos Santos no Primeiro Templo.

[31] Le Strange, G. (ed. e trad.), *Diary of a Journey through Syria and Palestine. By Nâsir-i-K˙husrau, in 1047 A.D.* (Londres, 1888), I, 30.

[32] Richards, D. G., *Chronicle of Ibn al-Athir*, I, 21.

[33] Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 31.

[34] *Ibid.*, 26.

[35] Luttrel, «The Earliest Templars», 198, 202.

[36] James, M. R. (ed. e trad.), Brooke, C. N. L. e Mynors, R. A. B. (rev.), *Walter Map: De Nugis Curialium, Courtier's Trifles* (Oxford, 1983), 54-5.

[37] Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 26.

[38] Ryan e Fink, *Fulcher of Chartres: A History of the Expedition to Jerusalem 1095-1127*, 118.

[39] O assim chamado «Trabalho de Geografia», escrito entre 1128 e 1137. Wilkinson *et al.*, *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, 200.

3: «Uma Nova Milícia»

[1] Para um resumo claro da vida de Bernardo, ver Evans, G. R., *Bernard of Clairvaux* (Oxford/Nova Iorque, 2000), 5-21.

[2] Matarasso, P., *The Cistercian World: Monastic Writing of the Twelfth Century* (Londres, 1993), 287-92.

[3] Pedro, *o Venerável*, que escreveu isto, foi um abade beneditino que, como Bernardo de Claraval, contava com reis e príncipes entre os seus amigos, e pensava profundamente sobre a natureza em mudança do monasticismo no século XII. Esta tradução é de Constable, G., *The Reformation of the Twelfth Century* (Cambridge, 1996), 45.

[4] *Ibid.*, 47.

[5] A carta está impressa em d'Albon, Marquis, *Cartulaire général de l'Ordre du Temple, 1119?-1150*, 1. Sigo aqui a data de atribuição sugerida em Barber, *The New Knighthood*, 337, n. 29.

[6] d'Albon, Marquis, *Cartulaire général de l'Ordre du Temple, 1119?-1150*, 1.

[7] *Ibid.* Os dois homens que Balduíno afirmou que enviava davam pelo nome de André e Godemar.

[8] James, B. S. (trad.), *The Letters of St Bernard of Clairvaux* (Londres, 1953), 357.

[9] *Ibid.*, 175-6.

[10] Para uma datação, ver Barber, *The New Knighthood*, 12.

[11] Chibnall, M., *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis VI* (Oxford, 1978), 310-11.

[12] Phillips, J., *Defenders of the Holy Land: Relations between the Latin East and the West, 1119-1187* (Oxford, 1996), 26. A Catedral de São Julião é o lugar de enterro do famoso filho de Fulque, Godofredo Plantageneta.

[13] *Ibid.*, 23.

[14] Babcock, E. A. e Krey, A. C*., A History of Deeds Done beyond the Sea: By William, Archbishop of Tyre*, II (Nova Iorque, 1943), 27.

[15] *Ibid.*, I, 524.

[16] Estes cinco homens foram nomeados companheiros de Hugo no Concílio de Troyes em 1129. Ver Phillips, *Defenders of the Holy Land*, 36.

[17] Garmonsway, G. N. (trad. e ed.), *The Anglo-Saxon Chronicle* (Londres, nova ed. 1972), 259.

[18] Guilherme de Tiro concordou: «Levados pelas suas palavras persuasivas, muitas companhias de nobres» fizeram a viagem. Babcock e Krey*, A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 40.

[19] Nesta perspetiva, ver Phillips, J., «Hugh of Payns and the 1129 Damascus Crusade», *in* Barber, M. (ed.), *The Military Orders I: Fighting for the Faith and Caring for the Sick* (Aldershot, 1994), 141-7.

[20] Gibb, H. A. R., *The Damascus Chronicle of the Crusades: Extracted and Translated from the Chronicle of Ibn al-Qalanisi* (1.ª ed., Londres, 1932; repr. Nova Iorque, 2000), 195.

[21] Peixoto, M. J., «Templar Communities in Medieval Champagne: Local Perspectives on a Global Organization» (tese de doutoramento, New York University, 2013), 137.

[22] James, *The Letters of St Bernard of Clairvaux*, 65.

[23] Os únicos clérigos não ligados diretamente à região eram o delegado Mateus e os bispos de Beauvais, Orleães e Laon. Peixoto, «Templar Communities», 140. Teobaldo de Blois, conde de Champanhe, era sobrinho e sucessor do já mencionado conde Hugo.

[24] Upton-Ward, J. M. (trad. e ed.), *The Rule of the Templars: The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar* (Woodbridge, 1992), 19.

[25] *Ibid.*, 19-38.

[26] *Ibid.*, 24; sobre as vestes anteriores, ver Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, I, 524-7.

[27] Traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 54-9.

[28] Greenia, M. C. (trad.) e Barber, M. W. (intro.), *Bernard of Clairvaux: In Praise of the New Knighthood* (Cistercian Publications, Collegeville, MN, 2000), 31.

[29] *Ibid.*, 33.

[30] *Ibid.*, 37-8, 46.

[31] *Ibid.*, 40.

[32] Evans, *Bernard of Clairvaux*, 30.

[33] Greenia e Barber, *Bernard of Clairvaux: In Praise of the New Knighthood*, 53.

[34] *Ibid.*, 55.

[35] *Ibid.*, 31.

4: «Toda a Boa Dádiva»

[1] As relíquias de Afonso, *o Batalhador*, estão descritas na *Cronica Adefonsi*, que pode ser encontrada em tradução inglesa em Lipskey, G. E. (ed. e trad.), *The Chronicle of Alfonso the Emperor: A Translation of the Chronica Adefonsi Imperatoris, with Study and Notes* (Evanston, 1972), também disponível *online* em http://libro.uca.edu/lipskey/chronicle.htm. Afonso roubara o seu fragmento da Vera Cruz do Mosteiro de São Facundo e São Primitivo, perto de Sahagún.

[2] Ver O'Banion, P. J., «What has Iberia to do with Jerusalem? Crusade and the Spanish Route to the Holy Land in the Twelfth Century», in *Journal of Medieval History*, 34 (2008), 383-4.

[3] *Ibid.*, 387.

[4] Lipskey, *The Chronicle of Alfonso the Emperor*, 81.

[5] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, I, 323.

[6] Chibnall, *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis VI*, 411.

[7] Lipskey, *The Chronicle of Alfonso the Emperor*, 81-2.

[8] Richards*, Chronicle of Ibn al-Athir*, I, 323.

[9] Lipskey, *The Chronicle of Alfonso the Emperor*, 82.

[10] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, I, 323.

[11] O testamento de Afonso está impresso em d'Albon, Marquis, *Cartulaire général de l'Ordre du Temple*, *1119?-1150*, 30. Pode ser encontrado em tradução inglesa em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 161-3.

[12] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 40-1.

[13] Garmonsway, *The Anglo-Saxon Chronicle*, 259.

[14] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 103-5.

[15] *Ibid.*, 104.

[16] Ver Burgtorf, J., *The Central Convent of Hospitallers and Templars: History, Organization and Personnel (1099/1120-1310)* (Leiden/Boston, 2008), 644-5.

[17] Pode ler-se uma tradução de *Omne Datum Optimum* em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 59-64.

[18] Elliott, J. K., *The Apocryphal New Testament: A Collection of Apocryphal Christian Literature in an English Translation* (Oxford, 1993), *passim*.

19 *Milites Templi* e *Militia Dei* estão ambas traduzidas para inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 64-6.

20 Gérard, P. G. e Magnou-Nortier, E. (eds.), «Le cartulaire des Templiers de Douzens», in *Collection des documents inédits sur l'histoire de France*, III (Paris, 1965), 50-1. Tradução: Joserand, P., «The Templars in France: Between History, Heritage and Memory», in *Mirabilia: Electronic Journal of Antiquity and Middle Ages*, 21 (2015), 452.

21 Impresso e traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 134-60.

22 Nicholson, H., *The Knights Templar: A New History* (Stroud, 2001), 132-4.

23 Barber, *The New Knighthood*, 20.

24 Lees, B. A., *Records of the Templars in England in the Twelfth Century: The Inquest of 1185 with Illustrative Charters and Documents* (Oxford, 1935), xxxviii-xxxix.

25 *Ibid.*, 1. Ver também Brighton, S., *In Search of the Knights Templar: A Guide to the Sites of Britain* (Londres, 2006), 86-9.

26 Ver introdução de David, C. W. (trad.) e Phillips, J. (intro.), *The Conquest of Lisbon: De Expugnatione Lyxbonensi* (2.ª edição, Nova Iorque, 2001), xiv-xv.

27 Impresso e traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 132.

28 Lourie, E., «The Confraternity of Belchite, the Ribat, and the Temple», *Viator. Medieval and Renaissance Studies*, 13 (1982), 159-76.

29 Forey, A., *The Military Orders: From the Twelfth to the Fourteenth Centuries* (Basingstoke, 1992), 23-4; Forey, A., *The Templars in the Corona de Aragón* (Oxford, 1973), 20-5.

30 Impresso e traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 95-7.

PARTE II: Soldados

5: «Um Torneio entre Céu e Inferno»

1 Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, 267.

2 *Ibid.*, 266; Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 142.

3 Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, I, 382-3; Cobb, P. M. (trad.), *Usama ibn Munqidh: The Book of Contemplation: Islam and the Crusades* (Londres, 2008), 202-3.

4 Hillenbrand, C., «Abominable Acts: The Career of Zengi», *in* Phillips, J. e Hoch, M. (eds.), *The Second Crusade: Scope and Consequences* (Manchester, 2001), 120-5.

5 Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 85, 407.

6 *Ibid.*, 141. Sobre a variada população islâmica de Edessa, ver Segal, J. B., *Edessa: «The Blessed City»* (Oxford, 1970), 238-42.

7 Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*, 531-2.

8 Segal, *Edessa*, 243-4.

9 Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 143.

10 Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, 268.

[11] Segal, *Edessa*, 246.

[12] Joserand, «The Templars in France», 452.

[13] d'Albon, Marquis, *Cartulaire général de l'Ordre du Temple, 1119?-1150*, 280.

[14] Sobre esta ocasião, ver Phillips, J., *The Second Crusade: Extending the Frontiers of Christendom* (New Haven/Londres, 2007), 122-3.

[15] Para uma tradução em inglês de *Quantum Praedecessores*, ver Riley Smith, L. e J. S. C*., The Crusades: Idea and Reality 1095-1274* (Londres, 1981), 57-9.

[16] Estimativas de contemporâneos variam de perto de um milhão de homens para um total mais credível de cinquenta mil, compreendendo combatentes e peregrinos não-lutadores. As figuras são discutidas em Phillips, *The Second Crusade*, 168-9.

[17] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 171.

[18] Berry, V. G. (trad. e ed.), *Odo of Deuil: De Profectione Ludovici VII in Orientem* (Nova Iorque, 1948), 58-9.

[19] *Ibid.*, 58-9, 87.

[20] Sobre este ponto, ver France, J., «Logistics and the Second Crusade», *in* Pryor, J. H. (ed.), *Logistics of Warfare in the Age of the Crusades: Proceedings of a Workshop Held at the Centre for Medieval Studies, University of Sydney* (Aldershot, 2006), 82.

[21] Berry, *Odo of Deuil*, 66-7.

[22] O desastre do monte Cadmo é descrito com detalhes terríveis em Berry, *Odo of Deuil*, 102-23; ver também Phillips, *The Second Crusade*, 199-201.

[23] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 177.

[24] Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, 281.

[25] Berry, *Odo of Deuil*, 124-5.

[26] Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, 29.

[27] Sobre as táticas turcas, ver Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*, 512-15. Guilherme de Tiro descreve o mesmo: Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 171.

[28] Para um resumo do treino, estratégia e cavalaria dos arqueiros cavaleiros, ver Hyland, A., *The Medieval War Horse: From Byzantium to the Crusades* (Londres, 1994), 118-19.

[29] Berry, *Odo of Deuil*, 124-5.

[30] Uma observação feita por Berry, *Odo of Deuil*, 124, n. 6: «A natureza elementar destas ordens tornou bastante aparente a desordem antiga do exército.»

[31] Em francês em Bédier, J. e Aubry, P., *Les Chansons de croisade avec leurs mélodies* (Paris, 1909), 8-11.

[32] Berry, *Odo of Deuil*, 127.

[33] *Ibid.*

6: «O Moinho da Guerra»

[1] Oto de Freising indica São Simeão como o ponto de desembarque de Luís: é agora Samandag, na Turquia. Mierow, C. C. (trad.) e Emery, R., *The Deeds of Frederick*

Barbarossa by Otto of Freising and His Continuator, Rahewin (Nova Iorque, 2004), 101.

2 Barber, *The New Knighthood*, 67-8.

3 Luchaire, A., Études sur les actes de Louis VII (Paris, 1885), 174.

4 de Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, 9.

5 Um estudo da arquitetura do Monte do Templo durante a estada dos Templários aí é dado por Boas, A. J., *Archaeology of the Military Orders: A Survey of the Urban Centres, Rural Settlements and Castles of the Military Orders in the Latin East (c. 1120-1291)* (Abingdon, 2006), 19-28.

6 Cobb, *Usama ibn Munqidh*, 147; para uma versão ligeiramente alargada da mesma passagem, ver Gabrieli e Costello, *Arab Historians of the Crusades*, 79-80.

7 Mierow e Emery, *The Deeds of Frederick Barbarossa*, 102.

8 *Ibid.*, 102.

9 Collins e Alta'I, *Al-Muqaddasi: The Best Divisions for the Knowledge of the Regions*, 133-6; Broadhurst, R. J. C. (trad.), *The Travels of Ibn Jubayr* (Londres, 1952), 272.

10 Ibn al-Athir descreve que o seu pai esteve presente quando Zengi morreu: implorou que lhe concedessem um fim rápido. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, I, 382.

11 Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 222.

12 Para uma reavaliação simples e completa dos objetivos dos cruzados ao atacarem Damasco, ver Hoch, M., «The Choices of Damascus as the Objective of the Second Crusade: A Re-evaluation», *in* Balard, M. (ed.), *Autour de la première croisade* (Paris, 1996), 359-69.

13 Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 186.

14 Mierow e Emery, *The Deeds of Frederick Barbarossa*, 102.

15 Broadhurst, *The Travels of Ibn Jubayr*, 271-2.

16 Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 188.

17 Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, 284.

18 *Ibid.*, 285.

19 Sobre o debate da estratégia franca no cerco de Damasco, ver Phillips, *The Second Crusade*, 221-7.

20 Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 192.

21 *Ibid.*, 195.

7: «A Torre Maldita»

1 Gaza é mencionada de forma aprovadora por Al-Muqaddasi como «uma grande cidade na estrada principal para o Egito (...) onde existe uma bela mesquita». Collins e Alta'I, *Al-Muqaddasi: The Best Divisions for the Knowledge of the Regions*, 146.

2 Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 202.

3 Al-Ghazzi morreu em 1129/30 e fragmentos da sua poesia foram preservados pelo cronista Ibn al-Athir; Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, I, 285.

4 Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 481-2.

[5] Para a analogia de André com a formiga, ver a resposta de Bernardo de Claraval em James, *The Letters of St Bernard of Clairvaux*, 479.

[6] Esta carta está impressa numa tradução para inglês moderno em Barber, M. e Bate, K., *Letters from the East: Crusaders, Pilgrims and Settlers in the 12th-13th Centuries* (Farnham, 2013), 47-8; o original francês pode ser encontrado em Bouquet, M. *et al.* (eds.), *Recueil des historiens des Gaules et de la France,* XV (Paris, 1878), 540-1.

[7] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 203.

[8] *Ibid*., 219.

[9] Sobre Bethgibelin e outros castelos da região, ver Kennedy, H., *Crusader Castles* (Cambridge, 1994), 30-2, e também Smail, R. C., «Crusaders' Castles of the Twelfth Century», in *The Cambridge Historical Journal*, 10 (1952), 140.

[10] O único registo detalhado do cerco de Ascalão é de Guilherme de Tiro. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 217-34.

[11] James, *The Letters of St Bernard of Clairvaux*, 519, 521.

[12] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 221.

[13] Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, 315.

[14] Como parece evidente pela sua posição quando a muralha de Ascalão se abriu e a torre caiu. Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, 227.

[15] Cobb, *Usama ibn Munqidh*, 25.

[16] Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, 227.

[17] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 227.

[18] Sobre as implicações estratégicas para os líderes seculares de Jerusalém, ver Smail, R. C., *Crusading Warfare 1097-1193* (2.ª edição, Cambridge, 1995), 103-4.

8: «Poder e Riquezas»

[1] Um relato detalhado de uma testemunha ocular da fuga de Nasr al-Din do Cairo e das circunstâncias extraordinárias que a precipitaram encontra-se em Cobb, *Usama ibn Munqidh*, 26-36. Ver também Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 67-8.

[2] Esta alegação é feita por Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 67.

[3] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 251.

[4] Cobb, *Usama ibn Munqidh*, 37-8. Usama tinha interesse particular nesta sela, dado que lhe pertencia.

[5] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 68.

[6] James, Brooke e Mynors, *Walter Map: De Nugis Curialium, Courtier's Trifles*, 62-7.

[7] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 253.

[8] Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, 147-8.

[9] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 253.

[10] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 69.

[11] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 253.

[12] Delisle, L. (ed.), *Recueil des historiens des Gaules et de la France*, XV (Paris, 1808), 681-2.

[13] Wilkinson *et al.*, *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, 293-4.

[14] *Ibid.*, 303.

[15] Boas, *Archaeology of the Military Orders*, 106, 111, 112; Kennedy, *Crusader Castles*, 31, 55.

[16] Boas, *Archaeology of the Military Orders*, 111-12.

[17] *Ibid.*, 188.

[18] Wilkinson *et al.*, *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, 310.

[19] *Ibid.*, 312.

[20] Kennedy, *Crusader Castles*, 56.

[21] *Ibid.*, 57.

9: «Problemas nas Duas Terras»

[1] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 300.

[2] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 172.

[3] Guilherme de Tiro escreveu que «a morte de Balduíno foi motivo para muita discórdia entre os barões do reino, que foram variadamente afetados pela mudança de monarcas. De facto, esteve perto de surgir uma querela verdadeira envolvendo o risco de cisão». Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 295.

[4] Barber e Bate, *Letters from the East*, 53.

[5] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 300.

[6] Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, 336-7.

[7] Sewell, R. C. (ed. e trad.), *Gesta Stephani, Regis Anglorum et Ducis Normannorum* (Londres, 1846), 38.

[8] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 306.

[9] Barber, M., *The Crusader States* (New Haven/Londres, 2012), 241.

[10] Barber e Bate, *Letters from the East*, 61.

[11] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 317.

[12] *Ibid.*, 312.

[13] *Ibid.*, 312.

[14] *Ibid.*, 330.

[15] Nicholson, H. J., *The Chronicle of the Third Crusade*: *The Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi* (Farnham, 1997), 28.

[16] Esta citação e a descrição seguinte do palácio, Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 319-21.

[17] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 351.

[18] Richards, D. S. (trad.), *The Rare and Excellent History of Saladin* (Farnham, 2002), 26.

[19] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 23.

10: «Lágrimas de Fogo»

[1] Gabrieli e Costello, *Arab Historians of the Crusades*, 146-7.

[2] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 45.

[3] *Ibid.*, 28.

[4] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 391.

[5] Bird, J., Peters, E. e Powell, J. M. (eds.), *Crusade and Christendom: Annotated Documents in Translation from Innocent III to the Fall of Acre, 1187-1291* (Filadélfia, 2013), 189.

[6] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 392.

[7] Barber, *The New Knighthood*, 103.

[8] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 392-3.

[9] *Ibid.*, 393.

[10] *Ibid.*, 394.

[11] Sobre a localização física do Hospital em Jerusalém, ver Pringle, D., «The Layout of the Jerusalem Hospital in the Twelfth Century: Further Thoughts and Suggestions», *in* Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, 91-110.

[12] Barber e Bate, *Letters from the East*, 72.

[13] Ver Kedar, B. Z., «The Tractatus de locis et statu sancte terre ierosolimitane», *in* France, K. e Zajac, W. G. (eds.), *The Crusades and Their Sources: Essays Presented to Bernard Hamilton* (Aldershot, 1998).

[14] Abu Shama, «The Book of the Two Gardens», in *Recueil des historiens des croisades: Historiens orientaux, Tome IV* (Paris, 1898), 185.

[15] *Ibid.*, 185.

[16] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 54.

[17] Abu Shama, «The Book of the Two Gardens», 185.

[18] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea*, II, 431.

[19] *Ibid.*, 431.

[20] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 54.

[21] Barber e Bate, *Letters from the East*, 73.

[22] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 253.

[23] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 437.

[24] Génesis 32:10-32.

[25] Ellenblum, R., *Crusader Castles and Modern Histories* (Cambridge, 2007), 264.

[26] *Ibid.*, 273; Abu Shama, «The Book of the Two Gardens», 208.

[27] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 444.

[28] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 264.

[29] *Ibid.*, 266.

[30] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 440.

[31] *Ibid.*, 443, citando Job 27:3-4: «Enquanto em mim houver um sopro de vida e Deus me conservar a respiração, os meus lábios não pronunciarão uma maldade, e a minha língua jamais dirá uma mentira.»

[32] *Ibid.*, 443.

[33] Imad al-Din, in *Recueil des historiens des croisades: Historiens orientaux, Tome IV* (Paris, 1898), 200.

[34] *Ibid.*, 194.

[35] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 265.

[36] *Ibid.*, 265.

[37] Imad al-Din, 205; Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 266.

[38] Imad al-Din, 205.

[39] *Ibid.*, 206-7.

[40] O historiador e arqueólogo Ronnie Ellenblum escavou o local no começo do século XXI e descobriu «o corpo de pelo menos um dos defensores (...) *in situ*, oposto à brecha na muralha». Ellenblum, R., *Crusader Castles and Modern Histories* (Cambridge, 2007), 273.

[41] Imad al-Din, 203.

[42] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 266.

[43] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 444.

11: «Ai de Ti, Jerusalém!»

[1] Os cânones do Terceiro Concílio de Latrão podem ser consultados em tradução inglesa de forma mais conveniente em http://www.papalencyclicals.net/Councils/ecum11.htm.

[2] Phillips, *Defenders of the Holy Land*, 246-7.

[3] Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 279.

[4] Ver, por exemplo, Gargallo Moya, A. *et al.* (eds.), *Cartulario del Temple de Huesca* (Saragoça, 1985), 44, 58.

[5] Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 543.

[6] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 455-6.

[7] Durante a sua carreira até 1186 o sultão passou um total de apenas onze meses a lutar de forma ativa contra os exércitos francos, comparando com os quase três anos passados em campanhas contra os muçulmanos. Asbridge, *The Crusades*, 335.

[8] Babcock e Krey, *A History of Deeds Done beyond the Sea*, II, 502.

[9] Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 539-40. Ver também Barber, M., «The Reputation of Gerard of Ridefort», *in* Upton-Ward, J., *The Military Orders: Volume 4, On Land and by Sea* (Aldershot, 2008), 116-17.

[10] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade,* 79.

[11] de Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, 161-2.

[12] Jacoby, Z., «The Tomb of Baldwin V, King of Jerusalem (1185-1186), and the Workshop of the Temple Area», *Gesta*, 18 (1979), 3-14, discute sobre o túmulo, agora perdido, mas do qual se conservaram pedaços de pedra esculpida.

[13] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 68.

[14] Para esta interpretação das ações de Geraldo de Ridefort em Cresson, ver Tyerman, C., *God's War: A New History of the Crusades* (Londres, 2006), 367.

[15] Carta a Frederico I da Germânia, impressa em Barber e Bate, *Letters from the East*, 76-7.

[16] Hoogeweg, H., *Die Schriften des Kölner Domscholasters* (Estugarda, 1894), 142.

[17] Barber e Bate, *Letters from the East*, 76.

[18] De acordo com o continuador de Guilherme de Tiro. Edbury, P. W., *The Conquest of Jerusalem and the Third Crusade* (Farnham, 1998), 32.

[19] Stevenson, J., *Ralph of Coggeshall: Chronicon Anglicanum* (Londres, 1875), 212.

[20] Regras 659, 675, 676. Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, 170-1.

[21] Ver a carta a Frederico I em Barber e Bate, *Letters from the East*, 76. Concorda no geral com a interpretação de Raul de Coggeshall da resposta dos Templários: «Quer vivamos quer morramos, seremos sempre vitoriosos em nome de Cristo!» Stevenson, *Ralph of Coggeshall*, 212.

[22] Bernardo invocava aqui Romanos 24:8. Greenia e Barber, *Bernard of Clairvaux: In Praise of the New Knighthood*, 34. Sobre as abordagens templárias sobre o martírio, ver Rother, J., «Embracing Death, Celebrating Life: Reflections on the Concept of Martyrdom in the Order of the Knights Templar», *Ordines Militares*, 19 (2014).

[23] O destino de Urs em Cresson é ligeiramente incerto, mas parece muito provável que tenha sido morto. Para um resumo dos indícios prosopográficos, ver Burgtorf*, The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 666. Sobre o destino de Roger de Moulins, o continuador de Guilherme de Tiro fala em decapitação. Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, 32.

[24] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 319.

[25] Stevenson, *Ralph of Coggeshall*, 212.

[26] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 25-6.

[27] *Ibid.*, 26.

[28] O resumo do papa da carta de Geraldo está impresso em tradução inglesa em Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, 33.

[29] Stevenson, *Ralph of Coggeshall*, 218.

[30] de Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, 457.

[31] Abu Shama, «The Book of the Two Gardens», 264.

[32] *Ibid.*, 263.

[33] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 31.

[34] Carta a Frederico I, Barber e Bate, *Letters from the East*, 77; de Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, 460-1.

[35] de Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, 461.

[36] Melville, C. P. e Lyons, M. C., «Saladin's Hattin Letter», *in* Kedar, B. Z. (ed.), *The Horns of Hattin* (Jerusalém, 1992), 210-11.

[37] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 321.

[38] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 32.

[39] Melville e Lyons, «Saladin's Hattin Letter», 211.

[40] «Eracles.» Esta tradução está presente em Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, 159.

[41] Barber e Bate, *Letters from the East*, 82.

[42] *Ibid.*, 78.

[43] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 322.

[44] Melville e Lyons, «Saladin's Hattin Letter», 211.

[45] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 74.

[46] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 323.

[47] *Ibid.*, 323.

[48] Melville e Lyons, «Saladin's Hattin Letter», 211, 212.

[49] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 74.

[50] Carta ao mestre dos Hospitalários em Itália, traduzida em Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, 161.

[51] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 75.

[52] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 324.

[53] Citado por Abu Shama, «The Book of the Two Gardens», 277.

[54] *Ibid.*, 278.

[55] O continuador de Guilherme de Tiro relata esta história: Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, 47.

[56] Citado por Abu Shama, «The Book of the Two Gardens», 333.

[57] Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, 64-5.

PARTE III: Banqueiros

[1] Gabrieli e Costello, *Arab Historians of the Crusades*, 288.

12: «A Busca da Fortuna»

[2] Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 81. Ailes (trad.), *The History of the Holy War: Ambroise's Estoire de la Guerre Sainte* (Woodbridge, 2003), 73.

[3] Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, 169.

[4] Broadhurst, *The Travels of Ibn Jubayr*, 318. Ibn Jubayr cita o Alcorão Ar-Rahman 55:24.

[5] Teodorico em Wilkinson *et al.*, *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185,* 310; ver também um esboço da casa templária em ruínas feita em 1752 por Ladislaus Mayr, reproduzido em

Boas, *Archaeology of the Military Orders*, 30.

[6] Upton-Ward, *The Rule of the Templars,* 49.

[7] Broadhurst, *The Travels of Ibn Jubayr*, 317.

[8] Boas, *Archaeology of the Military Orders*, 29.

[9] Imad al-Din, 296.

[10] Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, 80.

[11] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 78.

[12] De acordo com um poema contemporâneo traduzido em Prutz, H., «Ein Zeitgenössisches Gedicht über die Belagerung Accons», in *Forschungen zur Deutschen Geschichte*, 21 (1881), 478.

[13] Para um resumo da biografia de Godofredo Morin, ver Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 534-5.

[14] Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, 59-60.

[15] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 367; Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 102.

[16] Esta interpretação parece pôr de acordo Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 79, e Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 367.

[17] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 78-9.

[18] *Ibid.*, 79.

[19] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 368.

[20] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 79.

[21] *Ibid.*, 80.

[22] Isto parece explicar o hiato nas datas entre o ataque ao Grande Navio, datado pela maioria das fontes a 7 de junho, e detalhes do ataque de Saladino, que Ibn Shaddad e o autor do *Itinerarium Peregrinorum* concordam que teve lugar a 11 de junho. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 151; Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 199. Ibn Shaddad está certamente enganado ao situar a batalha naval a 11 de junho.

[23] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 150.

[24] *Ibid.*, 145.

[25] *Ibid.*, 146.

[26] Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 79-80.

[27] Barber, *The New Knighthood*, 119.

[28] Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 523-7.

[29] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 158.

[30] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 209.

[31] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 162.

[32] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 237; cf. Asbridge, *The Crusades*, 461.

[33] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 245.

[34] *Ibid.*, 245.

[35] Ibn Shaddad foi testemunha ocular e participante na batalha de Arsuf e faz um relato bastante menos retórico e uniformizado dos acontecimentos do que o autor do *Itinerarium Peregrinorum*. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 174-6.

[36] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 258.

[37] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 178.

[38] *Ibid.*, 186-8.

[39] Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, 278.

[40] de Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, 296-7.

[41] De acordo com João de Joinville. Giles, J. A. (ed.), *Chronicles of the Crusades: Being Contemporary Narratives of the Crusade of Richard Coeur de Lion, by Richard of Devizes and Geoffrey de Vinsauf; and of the Crusade of Saint Louis, by Lord John de Joinville* (Londres/Nova Iorque, 1892), 495.

[42] Para uma visão geral sucinta do breve mandato dos Templários em Chipre, ver Hill, G. F*., A History of Cyprus II: The Frankish Period, 1192-1432* (Cambridge, 1948), 34-8; um estudo mais recente e aprofundado é Edbury, P., «The Templars in Cyprus», *in* Barber, *Fighting for the Faith*, 189-95.

13: «Em Nenhum Lugar Vivem na Pobreza»

[1] Este livro encontra-se hoje nos UK National Archives em Kew, E.164/16, e o seu texto em latim foi utilmente transcrito com uma introdução em inglês em Lees, *Records of the Templars in England in the Twelfth Century*, 139-41.

[2] Holden, A. J., Gregory, S. e Crouch, D. (ed. e trad.), *History of William Marshal* (Londres, 3 vols., 2002-6), II, 419-21.

[3] Gervers, M., «Pro Defensione Terre Sancte: The Development and Exploitation of the Hospitallers' Landed Estate in Essex», *in* Barber, *Fighting for the Faith*, 5.

[4] Lees, *Records of the Templars in England in the Twelfth Century*, 139-40.

[5] A edição e tradução mais atualizada da Magna Carta de 1215 encontra-se *online*, em http://magnacarta.cmp.uea.ac.uk/.

[6] James, Brooke e Mynors, *Walter Map: De Nugis Curialium, Courtier's Trifles*, 54-5.

[7] *Ibid.*, 60-1.

[8] Borchardt, K., «The Military-Religious Orders in the Crusader West», *in* Boas, A. J. (ed.), *The Crusader World* (Londres/Nova Iorque, 2016), 111-128.

[9] Para a confirmação de Ricardo I dos direitos dos Templários em Garway, ver Lees, *Records of the Templars in England in the Twelfth Century*, 142.

[10] James, Brooke e Mynors, *Walter Map: De Nugis Curialium, Courtier's Trifles*, 60-1.

[11] Para uma discussão da atitude de João de Salisbúria com os Templários, incluindo esta tradução do seu *Polycraticu*s, ver Barber, *The New Knighthood*, 59-61.

[12] *Ibid.*, 61.

[13] Bellomo, E., *The Templar Order in North-West Italy (1142-c. 1330)* (Boston//Leiden, 2008), 34-5. O papa também fez uso das outras principais ordens militares, os Hospitalários e a Ordem Teutónica.

[14] de la Torre, I., «The London and Paris Temples: A Comparative Analysis of Their Financial Services for the Kings during the Thirteenth Century», *in* Upton-Ward, *The Military Orders: Volume 4, On Land and by Sea*, 122.

[15] Barber, *The New Knighthood*, 262-3.

[16] Gargallo Moya, *Cartulario del Temple de Huesca*, 85, 87, 94.

[17] Smith, D. J. e Buffery, H. (eds.), *The Book of Deeds of James I of Aragón: A Translation of the Medieval Catalan Llibre dels Fets* (Farnham, 2003), 26-8.

[18] Forey, *The Templars in the Corona de Aragón*, 34-5.

[19] Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, 240-5.

[20] Ver a bula papal *Post miserabile*, impressa em tradução inglesa em Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, 28-37.

14: «Damieta!»

[1] Château Pèlerin é frequentemente conhecido agora como ’Atlit. Para detalhes sobre estudos modernos do que restou dele, ver Kennedy, *Crusader Castles*, 124-7; Boas, *Archaeology of the Military Orders*, 32-8.

[2] Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, 155-6, 153-4, 148.

[3] Carta tradicionalmente — e provavelmente de forma errada — atribuída a Jacques de Vitry, bispo de Acre, traduzida e impressa em Barber e Bate, *Letters from the East*, 110.

[4] Jacques de Vitry identifica os navios como cocas. Ver a carta traduzida e impressa em Barber e Bate, *Letters from the East*, 112.

[5] Conedera, S. Z., *Ecclesiastical Knights: The Military Orders in Castile, 1150-1330* (Nova Iorque, 2015), 87.

[6] O’Callaghan, J. F., *A History of Medieval Spain* (Ithaca/Londres, 1975), 243-9.

[7] Sobre o cerco de Alcácer do Sal, ver O’Callaghan, J. F., *Reconquest and Crusade in Medieval Spain* (Filadélfia, 2002), 78-80.

[8] Dei aqui referências de páginas da edição mais amplamente disponível da tradução inglesa de 1948, de J. J. Gavigan, da crónica de Oliver de Paderborn, «The Capture of Damietta», que se encontra em Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, 158-225. Esta citação encontra-se em *ibid.*, 165-6.

[9] *Ibid.*, 187.

[10] *Ibid.*, 194.

[11] Murray, A. V., «The place of Egypt in the Military Strategy of the Crusades, 1099-1221», *in* Mylod, E. J., Perry, G., Smith, T. W. e Vandeburie, J. (eds.), *The Fifth Crusade in Context: The Crusading Movement in the Early Thirteenth Century* (Londres/Nova Iorque, 2017), 13-131.

[12] Sobre o papel de Honório nas cruzadas, particularmente diferente do de Inocêncio III, ver Smith, T. W., «The Role of Pope Honorius III in the Fifth Crusade», *in* Mylod, Perry,

Smith e Vandeburie, *The Fifth Crusade in Context*, 15-26.

[13] Carta citada por Claverie, P. V., «"Totius populi Christiani negotium". The crusading conception of Pope Honorius III, 1216-21», *in* Mylod, Perry, Smith e Vandeburie, *The Fifth Crusade in Context*, 34.

[14] Delisle, L. (ed.), *Recueil des historiens des Gaules et de la France*, XIX (Paris, 1880), 640.

[15] Carta de João de Brienne a Frederico II Hohenstaufen, impressa em Mylod, Perry, Smith e Vandeburie, *The Fifth Crusade in Context*, 43-5.

[16] Descrito por vários cronistas, incluindo Ibn al-Athir, que escreveu: «Se não fossem esta torre e estas correntes, ninguém teria sido capaz de manter os navios do inimigo longe de qualquer parte do Egito, perto ou longe.» Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, III, 176.

[17] Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, 168-9.

[18] *Ibid.*, 168-9.

[19] A proveniência da relíquia é dada por Jacques de Vitry: Barber e Bate, *Letters from the East*, 112.

[20] *Ibid.*, 114.

[21] Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, 173.

[22] *Ibid.*, 173.

[23] *Ibid.*, 175.

[24] Para uma introdução à história da ordem, ver Arnold, U., «Eight Hundred Years of the Teutonic Order», *in* Barber, *Fighting for the Faith*, 223-35.

[25] Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, 182.

[26] Mateus 10:8-11.

[27] Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, 40-1.

[28] A carta está impressa e traduzida em Barber e Bate, *Letters from the East*, 123. O encontro entre Francisco de Assis e Al-Kamil inspirou séculos de arte devota cristã, descrito em Tolan, J. V., *Saint Francis and the Sultan: The Curious History of a Christian-Muslim Encounter* (Oxford, 2009).

[29] Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, 184.

[30] *Ibid.*, 185.

[31] *Ibid.*, 187.

[32] Barber e Bate, *Letters from the East*, 120.

[33] Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, 200.

[34] Powell, J. M., *Anatomy of a Crusade, 1213-1221* (Filadélfia, 1986), 92-3.

[35] A carta pode ler-se transcrita em Rodenburg, C. (ed.), *Monumenta Germaniae Historica Epistolae*, I (Berlim, 1883), 89-91, ou numa tradução mais legível disponível em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 203-7.

[36] Carta de Honório aos prelados da Sicília, datada de 24 de novembro, traduzida em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 230-2.

[37] Barber, *The New Knighthood*, 129.

[38] A carta foi preservada pelo cronista inglês Roger de Wendover. Giles, J. A. (ed. e trad.), *Roger of Wendover's Flowers of History*, II (Londres, 1844), 433-5.

[39] *Ibid.*, 433-5.

[40] *Ibid.*, 436-9; também traduzido em Barber e Bate, *Letters from the East*, 123-5.

[41] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, III, 180.

[42] Barber e Bate, *Letters from the East*, 124.

15: «Animosidade e Ódio»

[1] Giles, *Roger of Wendover's Flowers of History*, II, 511; La Monte, J. R. e Hubert, M. J. (ed. e trad.), *The Wars of Frederick II against the Ibelins in Syria and Cyprus by Philip de Novare* (Nova Iorque, 1936), 88.

[2] Baird, J. L., Baglivi, G. e Kane, J. R. (ed. e trad.), *The Chronicle of Salimbene de Adam* (Binghamton, 1986).

[3] Franke, D. P., «Crusade, Empire and the Process of War in Staufen Germany, 1180-1220», *in* Boas, *The Crusader World*, 132.

[4] de Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, 437.

[5] Arnold, U., «Eight Hundred Years of the Teutonic Order», *in* Barber, *Fighting for the Faith*, 225.

[6] Giles, *Roger of Wendover's Flowers of History*, II, 502.

[7] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, III, 285.

[8] Sobre a preferência de Frederico pela cultura sensual do Oriente, ver a carta do patriarca Geraldo de Lausana a Gregório IX, impressa em tradução inglesa em Barber e Bate, *Letters from the East*, 127-33.

[9] Sobre o seu estatuto como «castiel del Temple», e para um relato do episódio aqui descrito, ver de Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, 462.

[10] de Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, 462.

[11] Barber e Bate, *Letters from the East*, 129.

[12] Giles, *Roger of Wendover's Flowers of History*, II, 522-4; reimpresso mais recentemente em Allen, S. J. e Amt, E., *The Crusades: A Reader* (Toronto, 2010), 287-90.

[13] Citado em Van Cleve, T. C., *The Emperor Frederick II of Hohenstaufen, Immutator Mundi* (Oxford, 1972), 220.

[14] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, III, 293.

[15] Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, II, 334.

[16] Barber e Bate, *Letters from the East*, 129.

[17] Huillard-Bréholles, J. L. A., *Historia diplomatica Friderici Secundi*, III (Paris, 1852), 89.

[18] Jackson, P., «The Crusades of 1239-41 and Their Aftermath», in *Bulletin of the School of Oriental and African Studies, University of London,* 50 (1987).

[19] Barber e Bate, *Letters from the East*, 126-7.

[20] La Monte e Hubert, *The Wars of Frederick*, II, 89.

[21] Huillard-Bréholles, J. L. A., *Historia diplomatica Friderici Secundi*, III (Paris, 1852), 135-40, e em tradução inglesa (citada aqui) em Peters, E. (ed.), *Christian Society and the Crusades 1198-1229: Sources in Translation including the Capture of Damietta by Oliver of Paderborn* (Filadélfia, 1948), 165-70.

[22] La Monte e Hubert, *The Wars of Frederick*, II, 91.

[23] Peters, *Christian Society and the Crusades 1198-1229*, 168.

[24] *Ibid.*, 169.

[25] La Monte e Hubert, *The Wars of Frederick*, II, 91.

[26] O estudo mais recente destas chegadas é Lower, M., *The Barons' Crusade: A Call to Arms and Its Consequences* (Filadélfia, 2005).

[27] Carta preservada por Matthew Paris; ver Luard, H. R., *Matthaei Parisiensis, Monachi Sancti Albani Chronica Majora*, IV (Londres, 1876), 288-91, ou em tradução inglesa em Barber e Bate, *Letters from the East*, 140-2.

[28] Luard, *Matthaei Parisiensis, Monachi Sancti Albani Chronica Majora*, III, 535, também disponível em tradução inglesa em Giles, J. A. (trad.), *Matthew Paris's English History: From the Year 1235 to 1273*, I (Londres, 1852), 168-9.

[29] Uma fonte detalhada e cheia de histórias sobre tudo isto é ainda Delisle, L., *Mémoire sur les opérations financières des Templiers* (Paris, 1889), em que muito do que está abaixo se apoia. Ver também Piquet, J., *Des banquiers au Moyen Âge: les Templiers. Étude de leurs opérations financières* (Paris, 1939). Para um resumo mais facilmente acessível (em francês), ver http://www.templiers.net/leopold-delisle.

[30] Ver Webster, P., «The Military Orders at the Court of King John», *in* Edbury, P. W. (ed.), *The Military Orders: Volume 5, Politics and Power* (Farnham, 2012), 209-19.

16: «Desfraldai e Levantai a Nossa Bandeira!»

[1] Lyons, U., Lyons, M. C. (trad.), Riley-Smith, J. S. C. (intro.), *Ayyubids, Mamlukes and Crusaders: Selections from T –ar – ıkh al-duwal wa'l-Mul – uk*, II (Cambridge, 1971), 1-2.

[2] Giles, *Matthew Paris's English History*, I, 497-500.

[3] Patriarca de Jerusalém, Barber e Bate, *Letters from the East*, 140-2.

[4] As várias estimativas incluem: 312 mortos, em Morgan, M. R., *La continuation de Guillaume de Tyr (1184-1197)* (Paris, 1982), 564; 296 mortos, de acordo com Frederico Hohenstaufen, em Giles, *Matthew Paris's English History*, I, 491-2; 296 mortos, de acordo com o patriarca de Jerusalém, também preservado por Matthew Paris e recentemente impresso em Barber e Bate, *Letters from the East*, 140-2.

[5] Patriarca de Jerusalém, Barber e Bate, *Letters from the East*, 140-2.

[6] *Ibid.*, 140-2.

[7] Carta de Frederico II Hohenstaufen para Ricardo, conde da Cornualha. Esta tradução está em Giles, *Matthew Paris's English History*, I, 491-2.

[8] O relato mais vivo da cruzada de Luís IX (que inclui esta história) é *Life of St Louis*, de João de Joinville. Estão disponíveis várias traduções em inglês; utilizei a de Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*.

[9] Le Goff, J., *Saint Louis* (Notre Dame, 2009), 94-101.

[10] Barber, *The New Knighthood*, 267.

[11] Sayous, A., «Les Mandats de Saint Louis sur son trésor et le mouvement international des capitaux pendant la Septième Croisade (1248-1254)», in *Revue Historique*, 167 (1931), 255.

[12] Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 126.

[13] Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, 388.

[14] *Ibid.*, 389.

[15] Carta de João Sarrasin, camareiro de França em Damieta em 23 de junho, impressa em Beer, J. M. A., «The Letter of John Sarrasin, Crusader», *in* Sargent-Baur, B. N. (ed.), *Journeys Towards God: Pilgrimage and Crusade* (Kalamazoo, 1992), 136-45.

[16] Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, 400.

[17] Para esta carta (em latim), ver Luard, *Matthaei Parisiensis, Monachi Sancti Albani Chronica Majora*, VI, 162.

[18] Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, 407.

[19] *Ibid.*, 410.

[20] Giles, *Matthew Paris's English History*, II, 367.

[21] *Ibid.*, 368.

[22] *Ibid.*, 369.

[23] *Ibid.*, 369.

[24] Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, 423.

[25] *Ibid.*, 425-6.

[26] Relatado por Ibn Wasil em *The Dissipator of Anxieties Concerning the History of the Ayyubids*. Um pequeno excerto, que inclui o verso aqui citado, pode ser lido em Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, 361.

[27] Giles, *Matthew Paris's English History*, II, 374.

[28] Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, 455.

[29] Para referências que atestem a carreira de Reinaldo, ver Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 636-40.

[30] Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, 455-6.

[31] De acordo com Abu Shama, que viu o manto usado em Damasco. Tradução de Holt, P. M., *The Age of the Crusades: The Near East from the Eleventh Century to 1517* (Londres/Nova Iorque, 1986), 83.

[32] Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, 36.

PARTE IV: Hereges

[1] Chibnall, *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis VI*, 314-15. Cf. *Gawain and the Green Knight*, linha 499, «The forme to the finishment foldez ful selden».

17: «Um Nó na Garganta»

[2] Sadeque, S. F., *Baybars I of Egypt* (Karachi, 1956), 92-4.

[3] Citado aqui pelo companheiro estudioso de Al-Zahir, Shihab al-Din al-Nuwayri. Muhanna, E. (ed. e trad.), *Shihab al-Din al-Nuwayri, The Ultimate Ambition in the Arts of Erudition* (Nova Iorque, 2016), 253-4.

[4] Giles, *Matthew Paris's English History*, I, 523.

[5] Preservado nos anais da Abadia de Burton. Luard, H. R. (ed.), *Annales Monastici* (Londres, 1864), 491-5.

[6] Ver Amitai-Preiss, R., «Mamluk Perceptions of the Mongol-Frankish Rapprochement», in *Mediterranean History Review*, 7 (1992), 50-65.

[7] Impresso em Meyvaert, P., «An Unknown Letter of Hulagu, Il-Khan of Persia, to King Louis IX of France», in *Viator*, 11 (1980), 252-9.

[8] Para um contexto sobre a escala do desastre, ver Jackson, P., «The Crisis in the Holy Land in 1260», in *English Historical Review*, 95 (1980), 481-513.

[9] Muhanna, *Shihab al-Din al-Nuwayri*, 251.

[10] Sobre este tema, ver Amitai, R., «The Early Mamluks and the End of the Crusader Presence in Syria (1250-1291)», *in* Boas, A. J. (ed.), *The Crusader World*, 337.

[11] Ver Thorau, P. e Holt, P. M. (trad.), *The Lion of Egypt: Sultan Baybars I and the Near East in the Thirteenth Century* (Londres/Nova Iorque, 1992), 144.

[12] A famosa descrição latina do edifício de Safad, conhecida como *De Constructione Castri Saphet*, está agora traduzida em inglês em Kennedy, *Crusader Castles*, 190-8.

[13] *De Constructione Castri Saphet*, em Kennedy, *Crusader Castles*, 197.

[14] Lyons, Lyons e Riley-Smith, *Ayyubids, Mamlukes and Crusaders*, 89.

[15] Crawford, P. F. (ed.), *The «Templar of Tyre», Part III of the Deeds of the Cypriots* (Aldershot, 2003), 50.

[16] *Ibid.*, 50.

[17] *Ibid.*, 50.

[18] *Ibid.*, 50, apesar de estudiosos debaterem este relato, que não é corroborado por outras fontes; é possível que o próprio irmão Leo tivesse sido enganado. Ver Thorau e Holt, *The Lion of Egypt*, 170.

[19] Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 232-4.

[20] Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*, 437. Ver para comparação Bennett, M., «La Règle du Temple as a Military Manual, or How to Deliver a Cavalry Charge», *in* Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, 175-88.

[21] A carta encontra-se em Jordan, E. (ed.), *Les Registres de Clément IV (1265-1268)* (Paris, 1893), 326-7. Esta tradução é de Barber, M., *The Trial of the Templars* (2.ª edição, Cambridge, 2006), 17.

[22] Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 593-4.

[23] Crawford, *The «Templar of Tyre»,* 59.

[24] Esta tradução de Upton-Ward, J., «The Surrender of Gaston and the Rule of the Templars», encontra-se em Barber, *Fighting for the Faith*, 181.

[25] Ver Upton-Ward, J., *The Catalan Rule of the Templars* (Woodbridge, 2003), 81-7.

[26] Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, 361.

[27] Giles, *Matthew Paris's English History*, II, 389-93.

18: «A Cidade Cairá»

[1] Existe um mapa muito útil de Acre e Montmusard em Boas, *Archaeology of the Military Orders*, 30.

[2] O Templário de Tiro viu pessoalmente esta carta e traduziu-a do árabe para o francês para Guilherme de Beaujeu. Crawford, *The «Templar of Tyre»,* 104. Os «Dois Mares» são o mar Mediterrâneo e o mar Vermelho; os «Dois Locais de Peregrinação» são Meca e Medina.

[3] É difícil reconstituir a localização exata dos portões no sistema de muralhas de Acre, mas, pelo testemunho do Templário de Tiro, parece que o Portão de Santo António fazia parte da muralha interior que ligava a cidade velha de Acre a Montmusard, em vez de ser parte das muralhas duplas que rodeavam toda a cidade.

[4] Crawford, *The «Templar of Tyre»,* 111.

[5] Little, D. P., «The Fall of Akka in 1291: The Muslim Version», *in* Sharon, M. (ed.), *Studies in Islamic History and Civilisation in Honour of Professor David Ayalon* (Jerusalém, 1986), 175.

[6] *Ibid.*, 176.

[7] As linhas gerais da carreira de Tiago de Molay estão resumidas de forma excelente em Barber, M., «James of Molay, the last Grand Master of the Order of the Temple», in *Studia Monastica*, 14 (1972), 91-124, também recolhidas em Barber, M., *Crusaders and Heretics, Twelfth to Fourteenth Centuries* (Farnham, 1995).

[8] Crawford, *The «Templar of Tyre»,* 119.

[9] De acordo com o testemunho de Tiago de Molay no seu julgamento no outono de 1307. Ver Lizerand, G. (ed.), *Dossier de l'affaire des Templiers* (Paris, 1923), 35.

[10] Sobre as idades dos Templários no Oriente, ver Forey, A., «Towards a Profile of the Templars in the Early Fourteenth Century», *in* Barber, *Fighting for the Faith*, 196-204 e esp. 198.

[11] Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, 169-71.

[12] Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 665. Forey, A., «Letters of the Last Two Templar Masters», in *Nottingham Medieval Studies*, 45 (2001), 155.

[13] Crawford, *The «Templar of Tyre»,* 179.

[14] Barber e Bate, *Letters from the East*, 165.

[15] Langlois, E. (ed.), *Registres de Nicholas IV: recueil des bulles de ce pape*, II (Paris, 1891), 903. Ver também Schein, S., *Fideles Crucis: The Papacy, the West and the Recovery of the Holy Land 1274-1314* (Oxford, 1991), 74-76.

[16] Langlois, *Registres de Nicholas IV*, 903.

[17] Luard, H. R. (ed.), *Annales Monastici*, III (Londres, 1866), 366.

[18] Sobre Limassol e Nicósia, ver Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 133-6.

[19] Potthast, A. (ed.), *Regesta Pontificum Romanorum*, II (Berlim, 1875), 1791. Deve sublinhar-se que o papa Martinho IV, que fez esta reprimenda, era um francês que também foi a favor da reivindicação de Carlos à coroa e não de Hugo.

[20] Nicholson, H., *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights: Images of the Military Orders, 1128-1291* (Leicester, 1993), 126.

[21] Housley, N., *Documents on the Later Crusades* (Basingstoke, 1996), 36.

[22] *Ibid.*, 37.

[23] Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, 4-5.

[24] Digard, G. *et al.* (ed.), *Les registres de Boniface VIII: recueil des bulles de ce pape* (Paris, 1881), 169-70.

[25] Barber, «James of Molay, the last Grand Master», 94-5.

[26] Schein, *Fideles Crucis*, 135-8.

[27] Forey, *The Templars in the Corona de Aragón*, 137.

19: «Na Incitação do Diabo»

[1] Menache, S., *Clement V* (Cambridge, 1998), 32-3.

[2] *Ibid.*, 18, citando Napoleone Orsini numa carta de 1314.

[3] *Ibid.*, 17.

[4] *Ibid.*, 19.

[5] Crawford, *The «Templar of Tyre»*, 164.

[6] Sobre a coroação de Clemente, ver Dollin du Fresnel, M., *Clément V (1264-1314): Le pape gascon et les Templiers* (Bordéus, 2009), 13-14.

[7] Schein, *Fideles Crucis*, 182, 197-8.

[8] A cópia que restou das cartas é dirigida a Fulque de Villaret, mas não há razão para pensar que o conteúdo da de Tiago de Molay difere de modo significativo*. Regestum Clementis Papae V* (Roma, 1885), 190-1.

[9] Forey, A., «Towards a Profile of the Templars in the Early Fourteenth Century», *in* Barber, *Fighting for the Faith*, 198.

[10] Demurger, A., *The Last Templar: The Tragedy of Jacques de Molay, Last Grand Master of the Temple* (Londres, 2004), 117-18.

[11] A carta original está transcrita em Baluze, E. e Mollat, G. (eds.), *Vitae Paparum Avenionensium*, III (Paris, Letouzey/Ané, 1921), 145-9. Existe uma tradução em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 105-9.

[12] Tradução em inglês em Housley, *Documents on the Later Crusades*, 40-7.

[13] O argumento de Tiago de Molay para resistir à união das ordens encontra-se em Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, 2-15, e com tradução em inglês em Barber e

Bate, *The Templars: Selected Sources*, 234-8.

[14] Brandt, W. I. (ed. e trad.), Pierre Dubois, *The Recovery of the Holy Land* (Nova Iorque, 1956), 81.

[15] Bettenson, H., *Documents of the Christian Church*, 159-61.

[16] Woodacre, E., *Queens Regnant of Navarre: Succession, Politics and Partnership, 1274-1512* (Nova Iorque, 2013), 37-8.

[17] A manobra política para desvalorizar o *gros* foi exacerbada por uma severa falta de prata para cunhar novas moedas. Mechoulan, S., «The Expulsion of the Jews from France in 1306: A Modern Fiscal Analysis», *Journal of European Economic History*, 33 (2006), 555-84; de la Torre, I., «The Monetary Fluctuations in Philip IV's Kingdom of France and Their Relevance to the Arrests of the Templars», *in* Burgtorf, J., Crawford, P. F. e Nicholson, H. (eds.), *The Debate on the Trial of the Templars (1307-1314)* (Farnham, 2010), 57-68.

[18] Sobre as circunstâncias da expulsão dos judeus em 1306, ver Jordan, W. C., *The French Monarchy and the Jews: From Philip Augustus to the Last Capetians* (Filadélfia, 1989), 178-99.

[19] de la Torre, I., «The Monetary Fluctuations», 66.

[20] Tradução em Demurger, *The Last Templar: The Tragedy of Jacques de Molay*, 163.

[21] Forey, «Letters of the Last Two Templar Masters», 166-7.

[22] *Ibid.*, 170.

[23] Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, 172.

[24] *Ibid.*, 172.

[25] *Ibid.*, 112, 148.

[26] A carta de Guilherme de Plaisians que contém esta acusação encontra-se em Finke, H., *Papsttum und Untergang des Templerordens*, II (Berlim, 1907), 143.

[27] Demurger, *The Last Templar: The Tragedy of Jacques de Molay*, 171.

[28] Texto original transcrito em Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, 16-25; tradução em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 244-7.

20: «Depravação Herética»

[1] Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, 16-25; tradução em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 244-7.

[2] Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, 24-9; tradução em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 247-8.

[3] Barber, *The Trial of the Templars*, 69.

[4] Schenk, J., «Aspects of Non-Noble Family Involvement in the Order of the Temple», *in* Upton-Ward, J. (ed.), *The Military Orders: Volume 4, On Land and by Sea* (Aldershot, 2008), 157.

[5] Forey, A., «Towards a Profile of the Templars in the Early Fourteenth Century», *in* Barber, *Fighting for the Faith*, 197-8.

[6] De acordo com uma deposição feita em 1309. Michelet, J., *Procès des Templiers*, I (Paris, 1841), 36-9; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 289-92.

[7] Moore, R. I., *The War on Heresy: Faith and Power in Medieval Europe* (Londres, 2012), 6.

[8] Transcrito em Michelet, *Procès des Templiers*, II; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 252-3.

[9] Michelet, *Procès des Templiers*, II, 295-6; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 251-2.

[10] Michelet, *Procès des Templiers*, II, 361-3; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 247-8.

[11] Ver Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, 24-9; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 251-2.

[12] Para os principais pontos da sua biografia, ver Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, 625-8.

[13] Michelet, *Procès des Templiers*, II, 374-5.

[14] Sobre as idades e ocupações dos interrogados em 1307-8, ver Barber, *The Trial of the Templars*, 73.

[15] Finke, *Papsttum und Untergang des Templerordens*, II, 51; para esta tradução, ver Barber, *The Trial of the Templars*, 85.

[16] Tradução em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 249-50.

[17] O texto da bula dirigida a Eduardo II de Inglaterra encontra-se em Rymer, T., *Foedera, conventiones, litterae et cujuscunque generis acta publica inter reges Angliae*, 1 (Haia, 1744), pt. 4, 99-100.

[18] Schottmüller, K., *Der Untergang des Templer-Ordens* (Berlim, 1887), 656.

[19] Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, 62-71, e em tradução em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 260-3.

[20] Relato literal numa carta ao rei de Aragão. Finke, *Papsttum und Untergang des Templerordens*, II, 140-50, e traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 263-72.

[21] Barber, *The Trial of the Templars*, apoiando-se em Finke, *Papsttum und Untergang des Templerordens*, II, 334-7. Barber sugere que a cabeça de Hugo de Payens era de facto um relicário em si, apesar de, dada a natureza selvagem da confissão de Estêvão de Troyes, ver nela algum sentido parece já forçado.

21: «Deus Vingará a Nossa Morte»

[1] Barber, *The Trial of the Templars*, 135.

[2] Os registos da maior parte dos inquéritos locais desapareceram, mas um lugar que preservou os seus registos foi Clermont, em Auvergne, onde sessenta e nove templários foram interrogados numa única semana no verão de 1309. Ver Sève, R. e Chagny-Sève, A. M. (eds.), *Le Procès des Templiers d'Auvergne (1309-1311): édition de l'interrogatoire de juin 1309* (Paris, 1987).

[3] Krämer, T., «Terror, Torture and the Truth: The Testimonies of the Templars Revisited», *in* Burgtorf, Crawford e Nicholson, *The Debate on the Trial of the Templars*, 83.

[4] Michelet, *Procès des Templiers*, I, 32-5; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 286-9.

[5] Michelet, *Procès des Templiers*, I, 42-5; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 292-5.

[6] Michelet, *Procès des Templiers*, I, 87-8; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 296-301.

[7] Barber, *The Trial of the Templars*, 172.

[8] Hamilton, J. S., «King Edward II of England and the Templars», *in* Burgtorf, Crawford e Nicholson, *The Debate on the Trial of the Templars*, 217.

[9] Ramos, L., «The Extinction of the Order of the Temple in the Kingdom of Valencia and Early Montesa 1307-30: A Case of Transition from Universalist to Territorialized Military Orders», *in* Burgtorf, Crawford e Nicholson, *The Debate on the Trial of the Templars*, 203-5.

[10] Barber, *The Trial of the Templars*, 229-37; ver também Forey, *The Templars in the Corona de Aragón*, 356-64.

[11] Bellomo, E., «The Templar Order in North-Western Italy: A General Picture», *in* Mallia-Milanes, V., *The Military Orders: Vol. 3, History and Heritage* (Aldershot, 2008), 105; Gilmour-Bryson, A., «A Look through the Keyhole: Templars in Italy from the Trial Testimony», *in ibid.*, 123-30.

[12] Toomaspoeg, K., «The Templars and Their Trial in Sicily», *in* Burgtorf, Crawford e Nicholson, *The Debate on the Trial of the Templars*, 281.

[13] Nicholson, H., *The Knights Templar* (Stroud, 2001), 130-1.

[14] Sobre a datação e a dúvida se houve dois julgamentos em Chipre, Gilmour-Bryson, A., *The Trial of the Templars in Cyprus: A Complete English Edition* (Leiden, 1998), 24-30.

[15] Gilmour-Bryson, *The Trial of the Templars in Cyprus*, 428.

[16] Gilmour-Bryson, *The Trial of the Templars in Cyprus*, 407.

[17] A bula está traduzida para inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, 309-18.

[18] Barber, *The New Knighthood*, 1.

[19] «adjudicati sunt muro et carceri perpetuo retrudendi»; Géraud, H. (ed.), *Chronique latine de Guillaume de Nangis de 1113 à 1300* (Paris, 1843), 402.

[20] *Ibid.*, 403.

[21] Crawford, *The «Templar of Tyre»*, 180.

[22] Géraud, H., *Chronique latine de Guillaume de Nangis*, 403.

[23] Crawford, *The «Templar of Tyre»*, 180.

[24] «Seingnors, dit il, sachiez, sans tère, Que tous celz qui nous sont contrère, Por nous en aront à souffrir, En ceste foy veil-je mourir»; Buchon, J. A. (ed.), *Chronique métrique de Godefroy de Paris* (Paris, 1827), 220.

[25] Dante, *Inferno*, XIX, 83-7.

[26] Housley, *Documents on the Later Crusades*, 51.

[27] O plano completo está agora disponível traduzido: Lock, P. (ed. e trad.), *Marino Sanudo Torsello: The Book of the Secrets of the Faithful of the Cross* (Farnham, 2011).

[28] Housley, *Documents on the Later Crusades*, 55.

[29] *Ibid.*, 178.

[30] *Ibid.*, 180.

Epílogo: O Santo Graal

[1] O original encontra-se na British Library, em Londres, *BL Royal 14 E V*, f. 492v.

[2] Villegas, P., «Mexico: Police Kill a Gang Leader», in *The New York Times* (2 de abril de 2014).

BIBLIOGRAFIA

Principais Referências

Ailes, Marianne, trad. *The History of the Holy War. Ambroise's Estoire de la Guerre Sainte.* Woodbridge: Boydell Press, 2003.

Babcock, E. A. e Krey, A. C., trad. *A History of Deeds Done beyond the Sea: By William, Archbishop of Tyre.* Vols. 1 e 2. Nova Iorque: Columbia University Press, 1943.

Baird, J. L., Baglivi, G. e Kane, J. R., ed. e trad. *The Chronicle of Salimbene de Adam.* Binghamton: Medieval and Renaissance Texts and Studies, 1986.

Barber, Malcolm e Bate, Keith, trad. *Letters from the East: Crusaders, Pilgrims and Settlers in the 12th-13th Centuries.* Farnham: Ashgate, 2013.

Barber, Malcolm e Bate, Keith, ed. e trad. *The Templars: Selected Sources.* Manchester: Manchester University Press, 2002.

Bédier, Joseph e Aubry, Pierre, ed. *Les Chansons de Croisade avec leurs mélodies.* Paris: H. Champion, 1909.

Berry, V. G., ed. e trad. *Odo of Deuil: De Profectione Ludovici VII in Orientem.* Nova Iorque: W. W. Norton, 1948.

Bettenson, Henry, ed. *Documents of the Christian Church.* 2.ª edição. Oxford: Oxford University Press, 1963.

Bird, J., Peters, E. e Powell, J. M., ed. *Crusade and Christendom: Annotated Documents in Translation from Innocent III to the Fall of Acre, 1187-1291.* Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2013.

Brandt, W. I., ed. e trad. Pierre Dubois *The Recovery of the Holy Land*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1956.

Broadhurst, R. J. C., trad. *The Travels of Ibn Jubayr: Being the Chronicles of a Mediaeval Spanish Moor Concerning His Journey to the Egypt of Saladin, the Holy Cities of Arabia, Baghdad the City of the Caliphs, The Latin Kingdom of Jerusalem, and the Norman Kingdom of Sicily*. Londres: Jonathan Cape, 1952.

Brownlow, M. A., Rev. Canon, ed. e trad. *Saewulf, 1102, 1103 A.D.* Londres: Palestine Pilgrims' Text Society, 1892.

Carrière, Victor, ed. *Histoire et Cartulaire des Templiers de Provins, avec une introduction sur les débuts du Temple en France.* Paris: E. Champion, 1919.

Chibnall, Marjorie, ed. e trad. *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis.* Vols. 1-6. Oxford Medieval Texts. Oxford: Oxford University Press, 1969-78.

____ , *The* Historia Pontificalis *of John of Salisbury.* Oxford Medieval Texts. Oxford: Oxford University Press, 1986.

Cobb, Paul M., trad. *Usama ibn Munqidh: The Book of Contemplation: Islam and the Crusades*. Londres: Penguin, 2008.

Collection des documents inédits sur l'histoire de France. Livro III. Paris: Imprimerie Royal, 1835.

Collins, Basil, ed., e Alta'I, M. H., rev. *Al-Muqaddasi: The Best Divisions for the Knowledge of the Regions*. Reading: Garnet Publishing, 2001.

Crawford, Paul F., ed. *The «Templar of Tyre». Part III of the Deeds of the Cypriots.* Aldershot: Ashgate, 2003.

d'Albon, Marquis, ed. *Cartulaire général de l'Ordre du Temple, 1119?-1150. Recueil des chartes et des bulles relatives à l'Ordre du Temple.* Paris: H. Champion, 1913.
David, Charles Wendell, trad., e Phillips, Jonathan, ed. *The Conquest of Lisbon: De Expugnatione Lyxbonensi.* 2.ª edição. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.
Delisle, Léopold, ed. *Recueils des historiens des Gaules et de la France.* Vols. 1-24. Paris: Imprimerie Nationale, 1878-1904.
Digard, Georges, Faucon, Maurice, Thomas, Antoine e Fawtier, Robert, ed. *Les Registres de Boniface VIII: recueil des bulles de ce pape.* Paris: E. Thorin, 1881.
Dostourian, A. E., trad. *Armenia and the Crusades: Tenth to Twelfth Centuries: The Chronicle of Matthew of Edessa.* Lanham, Maryland: National Association for Armenian Studies and Research, 1993.
Dubois, Pierre. *The Recovery of the Holy Land,* ed. e trad. W. I. Brandt. Nova Iorque: Columbia University Press, 1956.
Edbury, Peter, ed. e trad. *The Conquest of Jerusalem and the Third Crusade: Sources in Translation.* Farnham: Ashgate, 1998.
Edgington, Susan B., ed. Albert of Aachen. *Historia Ierosolimitana: History of the Journey to Jerusalem.* Oxford: Clarendon Press, 2007.
Edgington, Susan B. e Asbridge, Thomas S., ed. e trad. *Walter the Chancellor's* The Antiochene Wars: *A Translation and Commentary.* Aldershot: Routledge, 2006.
Elliott, J. K., ed. e trad. *The Apocryphal New Testament: A Collection of Apocryphal Christian Literature in an English Translation.* Oxford: Oxford University Press, 1993.
Fink, Harold S., ed., Ryan, Frances R., trad. *Fulcher of Chartres: A History of the Expedition to Jerusalem 1095-1127*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1969.
Finke, H., ed. *Papsttum und Untergang des Templerordens.* Vols. 1-2. Berlim: Munster, 1907.
Gabrieli, Francesco, ed., e Costello, E. J., trad. *Arab Historians of the Crusades.* Londres: Routledge, 1969.
Gargallo Moya, Antonio, Iranzo Muñío, Maria Teresa, e Sánchez Usón, Maria José, ed. *Cartulario del Temple de Huesca.* Saragoça: Anubar, 1985.
Garmonsway, G. N., ed. e trad. *The Anglo-Saxon Chronicle.* Londres: J. M. Dent, 1972.
Gavigan, J. J., trad. *The Capture of Damietta by Oliver of Paderborn.* Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1948.
Géraud, H., ed. *Chronique latine de Guillaume de Nangis de 1113 à 1300.* Paris: Chez Jules Renouard, 1843.
Gibb, H. A. R. *The Damascus Chronicle of the Crusades: Extracted and Translated from the Chronicle of Ibn Al-Qalanisi*. Londres: Luzac, 1932; repr. Nova Iorque: Dover, 2000.
Giles, J. A., ed. *Chronicles of the Crusades: Being Contemporary Narratives of the Crusade of Richard Coeur de Lion, by Richard of Devizes and Geoffrey de Vinsauf; and of the Crusade of Saint Louis, by Lord John de Joinville*. Londres/Nova Iorque: Henry G. Bohn, 1892.
Giles, J. A. *Matthew Paris's English History: From the Year 1235 to 1273.* Vol. 1. Londres: H. G. Bohn, 1852.
Giles, J. A., ed. e trad. *Roger of Wendover's Flowers of History.* Vols. 1-2. Londres: H. G. Bohn, 1849.
Greenia, Conrad, trad., e Barber, Malcolm, introdução. *Bernard of Clairvaux: In Praise of the New Knighthood.* Edição revista. Collegeville, Minnesota: Cistercian Publications, 2000.

Hagenmeyer, Heinrich, ed. *Fulcher of Chartres: Historia Hierosolymitana 1095-1127*. Heidelberg: Carl Winters, 1913.
Hill, Rosalind, ed. *Gesta Francorum: The Deeds of the Franks and the Other Pilgrims to Jerusalem.* Oxford Medieval Texts. Oxford: Oxford University Press, 1979.
Holden, A. J., Gregory, S. e Crouch, D., ed. e trad. *History of William Marshal.* Vols. 1-3. Anglo-Norman Text Society, 2002-6.
Hoogeweg, H., ed. *Die Schriften des kölner Domscholasters, späteren Bischofs von Paderborn und Kardinal-Bischofs von S. Sabina Oliverus.* Tübingen: Bibliothek des Litterarischen Vereins in Stuttgart 202, 1894.
Housley, N., ed. *Documents on the Later Crusades.* Basingstoke: Macmillan, 1996.
Huillard-Bréholles, Jean-Louis-Alphonse. *Historia Diplomatica Friderici Secundi.* Vol. 3. Paris: Plon Brothers, 1852.
James, B. S., trad. *The Letters of St Bernard of Clairvaux.* Londres: Burns Oates, 1953.
James, M. R., ed., Brooke, C. N. L., trad., e Mynors, R. A. B. rev. *Walter Map: De Nugis Curialium, Courtiers' Trifles.* Oxford Medieval Texts. Oxford: Oxford University Press, 1983.
Jordan, E., ed. *Les Registres de Clément IV (1265-1268): recueil des bulles de ce pape.* Paris: Thorin & Fils, 1893.
La Monte, John L. e Hubert, Merton Jerome, ed. e trad. *The Wars of Frederick II against the Ibelins in Syria and Cyprus by Philip De Novare.* Nova Iorque: Columbia University Press, 1936.
Langlois, Ernest, ed. *Registres de Nicholas IV: recueil des bulles de ce pape.* Paris: E. Thorin, 1886-91.
Le Strange, Guy, ed. e trad. *Diary of a Journey through Syria and Palestine. By Nâsir-i-Khusrau, in 1047 A.D.* Londres: Palestine Pilgrims' Text Society, 1893.
Lees, Beatrice A., ed. *Records of the Templars in England in the Twelfth Century: The Inquest of 1185 with Illustrative Charters and Documents.* Oxford: Publicado pela British Academy de Humphrey Milford, Oxford University Press, 1935.
Lipskey, Glenn Edward, trad. *The Chronicle of Alfonso the Emperor: A Translation of the Chronica Adefonsi Imperatoris, with Study and Notes.* Evanston: s. l., 1972.
Lizerand, G., ed. *Dossier de l'affaire des Templiers*. Paris: Champion, 1923.
Lock, Peter, ed. e trad. *Marino Sanudo Torsello: The Book of the Secrets of the Faithful of the Cross.* Farnham: Ashgate, 2011.
Luard, Henry Richards, ed. *Annales Monastici.* Vols. 1-5. Londres: Longman, Green, 1864-9.
____ , *Matthaei Parisiensis: Monachi Santi Albani, Chronica Majora.* Vols. 1-6. Londres: Longman, 1872-1883.
Luchaire, Achille. *Études sur les Actes de Louis VII.* Paris: A. Picard, 1885.
Lyons, Ursula e Lyons, M. C., ed., Riley-Smith, J. S. C., introdução. *Ayyubids, Mamlukes and Crusaders: Selections from the T –ar – ıkh al-duwal wa'l-Mul – uk.* Vols. 1-2. Cambridge: Heffer, 1971.
Mardam Bek, H., ed. Ibn al-Khayyat, *Diwan.* Damasco: s. l., 1958.
Mas Latrie, Louis, conde de, ed. *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier.* Paris: Renouard, 1871.
Matarasso, Pauline M., trad. *The Cistercian World: Monastic Writings of the Twelfth Century.* Londres: Penguin, 1993.
Mierow, Charles Christopher, trad. e Emery, Richard. *The Deeds of Frederick Barbarossa by Otto of Freising and His Continuator, Rahewin*. Nova Iorque: Columbia University

Press, 2004.
Migne, Jacques Paul, ed. *Patrologia Latina: Patrologiae Cursus Completus. Series Latina.* Vols. 1-221. Paris: s. l., 1844-64.
Morgan, M. R. *La Continuation de Guillaume de Tyr (1184-1197).* Paris: P. Geuthner, 1982.
Muhanna, E., ed. e trad. *Shihab al-Din al-Nuwayri, The Ultimate Ambition in the Arts of Erudition.* Nova Iorque: Penguin, 2016.
Nicholson, Helen J. *The Chronicle of the Third Crusade: The* Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi. Farnham: Ashgate, 1997.
O'Callaghan, Joseph F. *A History of Medieval Spain.* Ithaca, Nova Iorque e Londres: Cornell University Press, 1975.
Peters, Edward, ed. *The First Crusade: The Chronicle of Fulcher of Chartres and Other Source Materials.* Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1971.
____ , C*hristian Society and the Crusades 1198-1229: Sources in Translation including the Capture of Damietta by Oliver of Paderborn*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1948.
Potthast, August, ed. *Regesta Pontificum Romanorum.* Vols. 1-2. Berlim: Rudolf de Decker, 1873-5.
Recueil des historiens des croisades. Paris: Imprimerie Nationale, 1841-1906.
Regestum Clementis Papae V. Roma: Typographia Vaticana, 1885.
Richards, D. S., trad. *The Chronicle of Ibn al-Athir for the Crusading Period from al Kamil fi'l Ta'rikh*. Vols. 1-3. Aldershot: Routledge, 2006-8.
____ , *The Rare and Excellent History of Saladin by Baha al-Din ibn Shaddad.* Farnham: Ashgate, 2002.
Rodenburg, C., ed. *Monumenta Germaniae Historica, Epistolae I.* Berlim: Weidemanns, 1883.
Roehricht, Reinhold, ed. *Regesta Regni Hierosolymitani, 1097-1291.* Oeniponti: Libraria Academica Wagneriana, 1893.
Rymer, Thomas. *Foedera, Conventiones, Litterae et Cujuscunque Generis Acta Publica inter Reges Angliae.* Vol. 1. The Hague: Joannem Neaulme, 1744.
Schottmüller, K. *Der Untergang des Templer-Ordens.* Berlim: s. l., 1887.
Sepet, Marius Cyrille Alphonse. *John of Joinville: The Life of St. Louis, King of France.* Nova Iorque: P. J. Kennedy, 1902.
Sève, Roger e Chagny-Sève, Anne-Marie, ed. *Le Procès des Templiers d'Auvergne (1309-1311): Edition de l'Interrogatoire de Juin 1309.* Paris: Editions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1987.
Sewell, Richard Clarke. *Gesta Stephani, Regis Anglorum et Ducis Normannorum.* Londres: Sumptibus Societatis, 1846.
Sewter, E. R. A., trad., Peter Frankopan, rev., Anna Komnene. *The Alexiad.* Londres: Penguin, 2009.
Smith, Damian J. e Buffery, Helena, ed. *The Book of Deeds of James I of Aragón: A Translation of the Medieval Catalan Llibre dels Fets.* Farnham: Ashgate, 2003.
Stevenson, Joseph, ed. *Ralph of Coggeshall: Chronicon Anglicanum.* Londres: Longman, 1875.
Tanner. Norman P., ed. e trad. *Decrees of the Ecumenical Councils.* Vols. 1-2. Londres: 1990.
Tyerman, Christopher. *Chronicles of the First Crusade.* Londres: Penguin, 2012.
Upton-Ward, Judith M., trad. *The Catalan Rule of the Templars.* Woodbridge: Boydell Press, 2003.

____ , *The Rule of the Templars: The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar.* Woodbridge: Boydell Press, 1992.
Wilkinson, John, com Hill, Joyce, e Ryan, W. F., ed. *Jerusalem Pilgrimage, 1099-1185.* Londres: Hakluyt Society, 1988.

Outras referências

Abel, P. F. *Géographie de la Palestine.* Paris: Gabalda, 1938.
Addison, Charles G. *History of the Knights Templar.* Nova Iorque: AMS Press, 1978.
Allen, S. J. e Amt, Emilie. *The Crusades: A Reader.* Toronto: University of Toronto Press, 2010.
Asbridge, Thomas. *The Crusades: The War for the Holy Land.* Londres: Simon & Schuster, 2010.
Balard, M., ed. *Autour de la première croisade: actes du colloque de la «Society for the Study of the Crusades and the Latin East».* Clermont-Ferrand, França, 22-25 de junho de 1995. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.
Barber, Malcolm. *Crusaders and Heretics: Twelfth to Fourteenth Centuries.* Farnham: Ashgate, 1995.
____ , *The Crusader States.* New Haven e Londres: Yale University Press, 2012.
____ , *The New Knighthood: A History of the Order of the Temple.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
____ , *The Trial of the Templars.* Cambridge: Cambridge University Press, 2.ª edição, 2006.
Barber, Malcolm, ed. *The Military Orders I: Fighting for the Faith and Caring for the Sick.* Aldershot: Variorum, 1994.
Bartlett, Robert. *England Under the Norman and Angevin Kings: 1075-1225.* Oxford: Oxford University Press, 2000.
Baudin, Arnaud, Brunel, Ghislain, e Dohrmann, Nicolas. *The Knights Templar: From the Days of Jerusalem to the Commanderies of Champagne.* Paris: s. l., 2012.
Bellomo, Elena. *The Templar Order in North-West Italy (1142-c. 1330).* Leiden e Boston: Brill, 2008.
Best, Nicholas. *The Knights Templar.* Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1997.
Boas, Adrian J. *Archaeology of the Military Orders: A Survey of the Urban Centres, Rural Settlements and Castles of the Military Orders in the Latin East (c. 1120-1291).* Abingdon: Routledge, 2006.
Boas, Adrian J., ed. *The Crusader World.* Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2016.
Bom, Myra Miranda. *Women in the Military Orders of the Crusades.* Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.
Bouquet, M., *et al.*, ed. *Recueil des historiens des Gaules et de la France.* Vol. XV. Paris: Victor Palme, 1878.
Brighton, Simon. *In Search of the Knights Templar: A Guide to the Sites of Britain.* Londres: Weidenfeld & Nicolson, 2006.
Buc, Philippe. *Holy War, Martyrdom, and Terror: Christianity, Violence and the West.* Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2015.
Bulst-Thiele, Marie Louise. *Sacrae Domus Militiae Templi Hierosolymitani Magistri: Untersuchungen zur Geschichte des Templerordens 1118/19-1314.* Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1974.
Burgtorf, Jochen. *The Central Convent of Hospitallers and Templars: History, Organization and Personnel (1099/1120-1310).* Leiden e Boston: Brill, 2008.

Burgtorf, Jochen, Crawford, Paul F. e Nicholson, Helen J., ed. *The Debate on the Trial of the Templars (1307-1314).* Farnham: Ashgate, 2010.
Buttigieg, Emanuel e Phillips, Simon, ed. *Islands and Military Orders, c. 1291-c. 1798.* Farnham: Ashgate, 2013.
Catlos, Brian A. *Muslims of Medieval Latin Christendom, c. 1050-1614.* Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
Cobb, Paul M. *The Race for Paradise: An Islamic History of the Crusades.* Oxford: Oxford University Press, 2014.
Conedera, Sam Zeno. *Ecclesiastical Knights: The Military Orders in Castile, 1150-1330.* Nova Iorque: Fordham University Press, 2015.
Constable, Giles. *The Reformation of the Twelfth Century.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
Delisle, Léopold. *Mémoire sur les opérations financières des Templiers*. Paris: s. l., 1889.
Demurger, Alain. *The Last Templar: The Tragedy of Jacques de Molay, Last Grand Master of the Temple.* Londres: Profile Books, 2004.
Dollin du Fresnel, Monique. *Clément V (1264-1314): Le pape gascon et les Templiers.* Bordéus: Editions Sud-Ouest, 2009.
Duby, Georges. *The Three Orders: Feudal Society Imagined.* Tradução de Arthur Goldhammer. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
Edbury, Peter W., ed. *The Military Orders, Volume 5: Politics and Power.* Farnham: Ashgate, 2012.
Ellenblum, Ronnie. *Crusader Castles and Modern Histories.* Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
Evans, G. R. *Bernard of Clairvaux.* Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, 2000.
Faith, Juliet. *The Knights Templar in Somerset.* Stroud: History Press, 2009.
Ferguson, Robert. *The Knights Templar and Scotland.* Stroud: History Press, 2010.
Forey, Alan. *Military Orders and Crusades.* Aldershot: Variorum, 1994.
____ , *The Military Orders: From The Twelfth to the Fourteenth Centuries.* Basingstoke: Macmillan, 1992.
____ , *The Templars in the Corona de Aragón*. Oxford: Oxford University Press, 1973.
France, John e Zajac, W. G. *The Crusades and Their Sources: Essays Presented to Bernard Hamilton.* Aldershot: Ashgate, 1998.
Frankopan, Peter. *The First Crusade: The Call from the East.* Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2012.
____ , *The Silk Roads: A New History of the World.* Londres: Bloomsbury, 2015.
Gervers, Michael, ed. *The Second Crusade and the Cistercians.* Nova Iorque: St. Martin's Press, 1992.
Gilmour-Bryson, Anne. *The Trial of the Templars in Cyprus: A Complete English Edition.* Leiden: Brill, 1998.
Glasse, Cyril. *The New Encyclopedia of Islam.* 4.ª edição. Londres: Rowman & Littlefield, 2013.
Griffith-Jones, Robin. *The Knights Templar.* Stroud: History Press, 2014.
Grishin, A. A. *The Knights Templar Absolution: The Chinon Parchment and the History of the Poor Knights of Christ.* Londres: Knights Templar Vault, 2013.
Haag, Michael. *The Templars: History & Myth*. Londres: Profile Books, 2008.
Hill, George Francis. *A History of Cyprus, Volume II: The Frankish Period, 1192-1432.* Cambridge: Cambridge University Press, 1948.

Hillenbrand, Carole. *The Crusades: Islamic Perspectives.* Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.
Holloway, Diane. *The Knights Templar in Yorkshire.* Stroud: History Press, 2008.
Holt, P. M. *The Age of the Crusades: The Near East from the Eleventh Century to 1517.* Londres e Nova Iorque: Longman, 1986.
Hopper, Vincent Foster. *Medieval Number Symbolism. Its Sources, Meaning and Influence on Thought and Expression.* Nova Iorque: Columbia University Press, 1938.
Housley, N., ed. *Knighthoods of Christ: Essays on the History of the Crusades and the Knights Templar, Presented to Malcolm Barber.* Aldershot: Ashgate, 2007.
Howarth, Stephen. *Knights Templar.* Nova Iorque: Marboro Books, 1982.
Hunyadi, Z. e Laszlovszky, J., ed. *The Crusades and the Military Orders: Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity.* Budapeste: Central European University Press, 2001.
Hyland, Ann. *The Medieval War Horse: From Byzantium to the Crusades.* Londres: Grange, 1994.
Irwin, R. *The Middle East in the Middle Ages: The Early Mamluk Sultanate, 1250-1382.* Carbondale: Southern Illinois University Press, 1986.
Jordan, William Chester. *The French Monarchy and the Jews: From Phillipe Augustus to the Last Capetians.* Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1989.
____ , *Louis IX and the Challenge of the Crusade.* Princeton: Princeton University Press, 1979.
Kedar, Benjamin Z. *The Franks in the Levant, 11th to 14th Centuries.* Aldershot: Variorum, 1993.
____ , *The Horns of Hattin.* Jerusalém e Londres: Yad Izhak Ben-Zvi/Israel Exploration Society & Variorum, 1992.
Kennedy, Hugh. *Crusader Castles.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
Khowaiter, Abdul-Aziz. *Baibars the First: His Endeavours and Achievements.* Londres: Green Mountain Press, 1978.
Labarge, Margaret Wade. *Saint Louis: The Life of Louis IX of France.* Londres: Eyre & Spottiswoode, 1968.
Laiou, Angeliki E., ed. *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World.* Washington, DC: Dumbarton Oaks, 2001.
Le Goff, Jacques. *Saint Louis.* Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2009.
Lord, Evelyn. *The Knights Templar in Britain.* Abingdon: Routledge, 2004.
Lower, Michael. *The Barons' Crusade: A Call to Arms and Its Consequences.* Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005.
Mallia-Milanes, Victor, ed. *The Military Orders, Volume 3: History and Heritage.* Aldershot: Ashgate, 2008.
Mayer, L. A. *Saracenic Heraldry.* Oxford: Oxford University Press, 1933.
Menache, Sophia. *Clement V.* Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
Moore, R. I. *The War on Heresy: Faith and Power in Medieval Europe*. Londres: Profile, 2012.
Mylod, E. J., Perry, Guy, Smith, Thomas W. e Vandeburie, Jan. *The Fifth Crusade in Context: The Crusading Movement in the Early Thirteenth Century.* Londres e Nova Iorque: Routledge, 2017.
Nicholson, Helen. *Templars, Hospitallers, and Teutonic Knights: Images of the Military Orders, 1128-1291.* Leicester University Press, 1993.
____ , *The Knights Templar: A New History.* Stroud: History Press, 2001.

____ , *The Knights Templar on Trial: The Trial of the Templars in the British Isles, 1308-1311.* Stroud: History Press, 2009.
Nicholson, Helen, ed. *The Military Orders: Welfare and Warfare.* Farnham: Ashgate, 1998.
____ , *On the Margins of Crusading: The Military Orders, the Papacy and the Christian World*. Farnham: Ashgate, 2011.
O'Callaghan, Joseph F. *Reconquest and Crusade in Medieval Spain.* Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2002.
Perry, Guy. *John of Brienne: King of Jerusalem, Emperor of Constantinople, c. 1175-1237.* Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
Phillips, Jonathan. *Defenders of the Holy Land: Relations between the Latin East and the West, 1119-1187.* Oxford: Oxford University Press, 1996.
____ , *The Second Crusade: Extending the Frontiers of Christendom.* New Haven e Londres: Yale University Press, 2007.
Phillips, Jonathan e Hoch, Martin, ed. *The Second Crusade: Scope and Consequences.* Manchester: Manchester University Press, 2001.
Piquet, Jules. *Des Banquiers au moyen âge: les Templiers. Étude de leurs opérations financières.* Paris: Hachette, 1939.
Powell, James M. *Anatomy of a Crusade, 1213-1221.* Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1986.
Pryor, John H., ed. *Logistics of Warfare in the Age of the Crusades: Proceedings of a Workshop Held at the Centre for Medieval Studies, University of Sydney.* Aldershot: Ashgate, 2006.
Read, Piers Paul. *The Templars.* Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1999.
Reilly, Bernard F. *The Contest of Christian and Muslim Spain, 1031-1157.* Oxford: Blackwell, 1992.
Riley-Smith, Louise e Jonathan. *The Crusades: Idea and Reality, 1095-1274.* Londres: Edward Arnold, 1981.
Russell, Frederick H. *The Just War in the Middle Ages.* Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
Sadeque, S. F. *Baybars I of Egypt.* Karachi: Oxford University Press, 1956.
Sargent-Baur, Barbara Nelson, ed. *Journeys Towards God: Pilgrimage and Crusade.* Kalamazoo: Medieval Institute Publications, Western Michigan University, 1992.
Schein, Sylvia. *Fideles Crucis: The Papacy, The West and the Recovery of the Holy Land, 1274-1314.* Oxford: Oxford University Press, 1991.
Schenk, Jochen. *Templar Families: Landowning Families and the Order of the Temple in France, c. 1120-1307.* Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
Segal, J. B. *Edessa: «The Blessed City».* Oxford: Oxford University Press, 1970.
Sharon, M., ed. *Studies in Islamic History and Civilization in Honour of Professor David Ayalon.* Jerusalém: Cana, 1986.
Smail, R. C. *Crusading Warfare, 1097-1193.* 2.ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
Smith, Katherine Allen. *War and the Making of Medieval Monastic Culture.* Woodbridge: Boydell Press, 2011.
Stalls, Clay. *Possessing the Land: Aragón's Expansion into Islam's Ebro Frontier under Alfonso the Battler, 1104-1134*. Leiden: Brill, 1995.
Thorau, Peter e Holt, P. M., trad. *The Lion of Egypt: Sultan Baybars I and the Near East in the Thirteenth Century.* Londres e Nova Iorque: Longman, 1992.

Tobin, Stephen. *The Cistercians: Monks and Monasteries of Europe.* Londres: Herbert Press, 1995.
Tolan, John V. *Saint Francis and the Sultan: The Curious History of a Christian-Muslim Encounter.* Oxford: Oxford University Press, 2009.
Tyerman, Christopher. *God's War: A New History of the Crusades.* Londres: Penguin, 2006.
Upton-Ward, Judith M., ed. *The Military Orders: Volume 4, On Land and by Sea.* Aldershot: Ashgate, 2008.
Van Cleve, Thomas Curtis. *The Emperor Frederick II of Hohenstaufen, Immutator Mundi.* Oxford: Clarendon Press, 1972.
Woodacre, Elena. *Queens Regnant of Navarre: Succession, Politics and Partnership, 1274-1512.* Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013.

Artigos

Amitai-Preiss, Reuven. «Mamluk Perceptions of the Mongol-Frankish Rapprochement». *Mediterranean History Review* 7 (1992).
Barber, Malcolm. «The Origins of the Order of the Temple». *Studia Monastica* 12 (1970).
____ , «The Social Context of the Templars». *Transactions of the Royal Historical Society,* 5.ª série, 34 (1984).
Brown, Elizabeth A. R. «The Prince Is Father of the King: The Character and Childhood of Philip the Fair of France». *Medieval Studies* 49, n.º 1 (1987).
Brundage, James A. «The Crusader's Wife Revisited». *Studia Gratiana* 14 (1967).
Cassidy-Welch, Megan. «"O Damietta!": War, Memory and Crusade in Thirteenth-Century Egypt». *Journal of Medieval History* 40, n.º 3 (2014).
Constable, Giles. «The Second Crusade as Seen by Contemporaries». *Traditio* 9 (1953).
Ferris, Eleanor. «The Financial Relations of the Knights Templars to the English Crown». *American Historical Review* 8 (1902).
Fletcher, R. A. «Reconquest and Crusade in Spain c. 1050-1150». *Transactions of the Royal Historical Society,* 5.ª série, 37 (1987).
Forey, Alan. «The Emergence of the Military Order in the Twelfth Century». *Journal of Ecclesiastical History* 36, n.º 2 (1985).
____ , «The Failure of the Siege of Damascus in 1148». *Journal of Medieval History* 10, n.º 1 (1984).
____ , «Letters of the Last Two Templar Masters». *Nottingham Medieval Studies* 45 (2001).
____ , «Were the Templars Guilty, even if They Were not Heretics or Apostates?» *Viator* 42, n.º 2 (2011).
Frale, Barbara. «The Chinon Chart: Papal Absolution to the Last Templar, Master Jacques de Molay». *Journal of Medieval History* 30, n.º 2 (2004).
Franceschi, Francesco, Bernabei, Robert, Malfertheiner, Peter e Gasbarrini, Giovannia. «The Diet of Templar Knights: Their Secret to Longevity?» *Digestive and Liver Disease* 46, n.º 7 (2014).
Gilmour-Bryson, Anne. «Sodomy and the Knights Templar». *Journal of the History of Sexuality* 7, n.º 2 (1996).
Hamilton, Bernard. «Knowing the Enemy: Western Understanding of Islam at the Time of the Crusades». *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland* 7, n.º 3 (1997).
____ , «Our Lady of Saidnaiya: An Orthodox Shrine Revered by Muslims and Knights Templar at the Time of the Crusades». *Studies in Church History* 36 (2000).

Harari, Yuval. «The Military Role of the Frankish Turcopoles: A Reassessment». *Mediterranean Historical Review* 12 (1997).
Jackson, Peter. «The Crisis in the Holy Land in 1260». *English Historical Review* 95 (1980).
____ , «The Crusades of 1239-41 and Their Aftermath». *Bulletin of the School of Oriental and African Studies, University of London* 50, n.º 1 (1987).
Jacoby, Zehava. «The Tomb of Baldwin V, King of Jerusalem (1185-1186), and the Workshop of the Temple Area». *Gesta* 18, n.º 2 (1979).
Joserand, Philippe. «The Templars in France: Between History, Heritage, and Memory». *Mirabilia: Electronic Journal of Antiquity and Middle Ages* 21 (2015).
Kedar, Benjamin Z. «On the Origins of the Earliest Laws of Frankish Jerusalem: The Canons of the Council of Nablus, 1120». *Speculum* 74 (1999).
Khamisy, Rabei G. «The Templar Estates in the Territory of Acre». *Ordines Militares* 18 (2013).
Lee, John S. «Landowners and Landscapes: The Knights Templar and Their Successors at Temple Hirst, Yorkshire». *Local Historian* 41 (2011).
Lotan, Shlomo. «The Battle of La Forbie and Its Aftermath — Reexamination of the Military Orders Involvement in the Latin Kingdom of Jerusalem in the Mid-Thirteenth Century». *Ordines Militares* 12 (2012).
Lourie, Elena. «The Confraternity of Belchite, the Ribat, and the Templars». *Viator. Medieval and Renaissance Studies* 13 (1982).
____ , «The Will of Alfonso I, “El Batallador”, King of Aragón and Navarre: A Reassessment». *Speculum* 50, n.º 3 (1975).
Mayer, Hans Eberhard. «The Concordat of Nablus». *Journal of Ecclesiastical History* 33, n.º 4 (1982).
Mechoulan, Stéphane. «The Expulsion of the Jews from France in 1306: A Modern Fiscal Analysis». *Journal of European Economic History* 33, n.º 3 (2006).
Meyvaert, Paul. «An Unknown Letter of Hulagu, Il-Khan of Persia, to King Louis IX of France». *Viator* 11 (1980).
Nicolle, David C. «The Reality of Mamluk Warfare: Weapons, Armour and Tactics». *Al-Mas¯aq* 7 (1994).
O’Banion, Patrick J. «What Has Iberia to Do with Jerusalem? Crusade and the Spanish Route to the Holy Land in the Twelfth Century». *Journal of Medieval History* 34, n.º 4 (2008).
Pringle, Denys. «The Templars in Acre c. 1150-1291». *Bulletin for the Council for British Research in the Levant* 2 (2007).
Prutz, Hans. «Ein Zeitgenössisches Gedicht über die Belagerung Accons». *Forschungen zur Deutschen Geschichte* 21 (1881).
Pryor, John H. «Two *Excitationes* for the Third Crusade: The Letters of Brother Thierry of the Temple». *Mediterranean Historical Review* 25 (2010).
Rother, Joachim. «Embracing Death, Celebrating Life: Reflections on the Concept of Martyrdom in the Order of the Knights Templar». *Ordines Militares* 19 (2014).
Sayous, André-E. «Les Mandats de Saint Louis sur son trésor et le mouvement international des capitaux pendant la Septième Croisade (1248-1254)». *Revue Historique* 167 (1931).
Sivan, Emmanuel. «La Genèse de la contre-croisade: un traité damasquin du début du XIIe siècle». *Journal asiatique* 254 (1966).
Slavin, Philip. «Landed Estates of the Knights Templar in England and Wales and Their Management in the Early Fourteenth Century». *Journal of Historical Geography* 42

(2013).
Smail, R. C. «Crusaders' Castles of the Twelfth Century». *The Cambridge Historical Journal* 10 (1952).
Smith, Thomas W. «Between Two Kings: Pope Honorius III and the Seizure of the Kingdom of Jerusalem by Frederick II in 1225». *Journal of Medieval History* 41 (2015).
Sneddon, Jonathan. «Warrior Bishops in the Middle Ages». *Medieval Warfare* 3, n.º 2 (2013).
Telfer, Alison. «Locating the First Knights Templar Church». *London Archaeologist* 10, n.º 1 (2002).
Tsurtsumia, Mamuka. «Commemorations of Crusaders in Manuscripts of the Monastery of the Holy Cross in Jerusalem». *Journal of Medieval History* 38 (2012).
Warren, F. M. «The Battle of Fraga and Larchamp in Orderic Vitalis». *Modern Philology* 11 (1914).

Teses não Publicadas

Crawford, Paul. «An Institution in Crisis: The Military Orders, 1291-1310». Dissertação de doutoramento, University of Wisconsin-Madison, 1998.
Peixoto, M. J. «Templar Communities in Medieval Champagne: Local Perspectives on a Global Organization». Dissertação de doutoramento, New York University, 2013.

NOTA: As versões da Bíblia e do Alcorão utilizadas na tradução deste livro são:
Bíblia Sagrada, Difusora Bíblica, Lisboa/Fátima (2015).
O Sagrado Alcorão — texto árabe e tradução portuguesa, Islam International Publications Ltd, Islamabad (1988), impresso em Alden Press, Oxford.